

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO



**DO OCULTO AO VISÍVEL: TERRA-ÁGUA-TRABALHO  
E O CONGLOMERADO TERRITORIAL DO  
AGROHIDRONEGÓCIO NO OESTE DA BAHIA**



Tássio Barreto Cunha  
Presidente Prudente - SP

2017

**Do Oculto ao Visível: Terra-Água-Trabalho e o  
Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no  
Oeste da Bahia**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós Graduação em  
Geografia da FCT/UNESP, como  
requisito para obtenção do título de  
Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis  
Carvalho.

**Tássio Barreto Cunha**  
**Presidente Prudente – SP**

**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

C98d Cunha, Tássio Barreto.  
Do Oculto ao Visível : Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado  
Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia / Tássio Barreto Cunha. -  
Presidente Prudente : [s.n.], 2017  
453 f. : il.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalho  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de  
Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Terra. 2. Água. 3. Trabalho. 4. Conglomerado Territorial do  
Agrohidronegócio. 5. Oeste da Bahia. I. Carvalho, Marcelo Dornelis. II.  
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III.  
Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE TASSIO BARRETO CUNHA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.**

Aos 11 dias do mês de março do ano de 2017, às 13:00 horas, no(a) Anfiteatro 2, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL - Orientador(a) do(a) Campus de Ourinhos / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/ Campus de Presidente Prudente, Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO do(a) Departamento de Geografia / Unesp/FCT, Prof. Dr. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA do(a) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais / UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Prof. Dr. PEDRO COSTA GUEDES VIANNA do(a) Depart. Geociências CCEN / UFPB, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de TASSIO BARRETO CUNHA, intitulada **Do Oculto ao Visível: Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: \_\_\_ Aprovado \_\_\_. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL

  
Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR

  
Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO

  
Prof. Dr. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA

  
Prof. Dr. PEDRO COSTA GUEDES VIANNA



*“Que o mais simples fosse visto como o mais importante”,  
pois, amar e mudar as coisas me interessa mais”.*  
**(Renato Russo e Belchior)**

**Dedico,**

A *Edite* (da ONG 10envolvimento em Barreiras),

puramente, por seu amor a humanidade.

## AGRADECIMENTOS

**“A todos (as) que amei e um dia pode me seguir”**

## RESUMO

Parte-se da premissa que a mercantilização da tríade Terra-Água-Trabalho no Oeste da Bahia, são pilares imprescindíveis para a expansão do capital no campo, em que o controle do trabalhador junto à monopolização da propriedade privada da terra pelo capital, com a legitimação do Estado, apresenta-se como uma essencial estrutura para garantir a posse mercantil da água, seja ela subterrânea, superficial ou da chuva. Um arcabouço que faz o capital no campo se consolidar e se expandir em diferentes composições humanas e materiais. Este é entendido como um caminho teórico-metodológico cabível para compreender o mundo do trabalho no campo, por meio de uma relação integrada na qual o domínio de um depende diretamente dos outros para dar movimento a essa dinâmica territorial. A água vinculada a terra para garantir a vitalidade da produção (sobretudo para o plantio de sequeiro em área com pluviometria regular, a irrigação, a extração mineral e derivados de material fóssil, a produção de energia hidroelétrica, a pecuária e a aquicultura), e os trabalhadores com a função de mover, por meio de suas forças psíquicas e físicas, os meios de produção. No conjunto dessas constatações aponta-se a ideia do Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio – CTA, dinamizada essencialmente pelo conflito de classes na disputa da Terra-Água-Trabalho, permeada por uma dinâmica político-econômica movida essencialmente pela extração do trabalho não pago por meio de relações capitalistas e não capitalistas, sustentada a partir da precarização das relações e a degradação das condições de trabalho, regimentadas pelo conluio estatal com o capital, a flexibilização e omissão do Estado frente à legislação trabalhista, a mobilidade forçada, os salários de subsistência, as terceirizações, a informalidade, o trabalho escravo, as intoxicações, as doenças graves, as mortes e os acidentes de trabalho, a diminuição da vazão e mortes de rios, o desmatamento em série, a propagação de espécies parasitárias etc. Uma totalidade consubstanciada por um arcabouço de controle global, objetivado essencialmente na ampliação das taxas de lucro, orquestrado a frente de qualquer impacto sobre a saúde ambiental, contudo, defrontado pela luta para sobreviver por parte da classe trabalhadora.

**Palavras-Chave:** Terra, Água, Trabalho, Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio, Oeste da Bahia



## **ABSTRACT**

It is based on the premise that the commodification of the triad Earth-Water-Work in the West of Bahia are essential pillars for the expansion of capital in the countryside, in which the control of the worker along with the monopolization of private ownership of land by capital, with the legitimacy of the State, presents like as an essential structure to guarantee the mercantile possession of water, be it underground, superficial or of the rain. A framework that makes capital in the countryside, directly linked to the State, consolidate and expand in different human and material compositions. This is understood as a theoretical and methodological path to understand the world of work in the field, through an integrated relationship in which the domain of one depends directly on others to give movement to this territorial dynamics. Water linked to land to guarantee the vitality of production (especially for rainfed planting in areas with regular rainfall, irrigation, mineral extraction and derivatives of fossil material and production of hydroelectric energy), and workers with the function of to move, through their psychic and physical forces, the means of production. All these findings point to the idea of the Hydroagricultural business Territorial Conglomerate (HTA), essentially driven by the conflict of classes in the Land-Water-Work dispute, permeated by a political-economic dynamic essentially driven by the extraction of unpaid labor through capitalist and non-capitalist relations, sustained by the precariousness of relations and the degradation of working conditions, regimented by state collusion with capital, the State's flexibilization and omission in the face of labor legislation, forced mobility, subsistence wages, outsourcing, informality, Slave labor, intoxications, serious diseases, work-related deaths and accidents, reduced flows and deaths of rivers, deforestation in series, the spread of parasitic species, etc. A totality embodied by a global control framework, essentially aimed at increasing profit rates, orchestrated ahead of any impact on environmental health, however, faced by the struggle to survive on the part of the working class.

**Key-words:** Land, Water, Work, Conglomerado Territorial do Agrohídronegócio, Oeste da Bahia

## RESUMEN

Se inicia a con la premisa de que la mercantilización de la tríada Tierra-Agua-Trabajo en el oeste de la Bahía son pilares esenciales para la expansión del capital en el campo, donde el control de los trabajadores por la monopolización de la propiedad privada de la tierra por el capital, con legitimación del Estado, se presenta como una estructura esencial para asegurar la propiedad comercial de agua, sea el agua subterránea, superficial o de la lluvia. Un marco que hace que la capital del campo, vinculada directamente al Estado, para consolidar y expandir en diferentes composiciones humanas y materiales. Esto se entiende como una forma teórica y metodológica adecuada para entender el mundo del trabajo en el campo, a través de una relación integrada en la que el dominio de un directamente dependiente de los demás para dar movimiento a estas dinámicas territoriales. El agua unida a la tierra para asegurar la vitalidad de la producción (especialmente para las áreas de siembra de las tierras secas, con precipitaciones regulares, el riego, la extracción de minerales y los derivados de material fósil y la producción de energía hidroeléctrica), y los trabajadores con la función de moverse a través de sus fuerzas psíquicas y físicas, los medios de producción. En general estos hallazgos apuntan a la idea de Conglomerado Territorial Agrohídronegocio - CTA, impulsado principalmente por la lucha de clases en disputa de la Tierra-Agua-trabajo, impregnado por una dinámica político-económica impulsada principalmente por la extracción de trabajo no pagado a través las relaciones capitalistas y no capitalistas, sostenida desde la precariedad de las relaciones y la degradación de las condiciones de trabajo, reglamentada por la connivencia del Estado con el capital, la flexibilidad y la omisión del Estado y las leyes de trabajo, la movilidad forzada, los salarios de subsistencia, la externalización, la informalidad, la mano de obra esclava, intoxicaciones, enfermedades graves, muertes y accidentes en el trabajo, la disminución del flujo y la muerte de los ríos, la deforestación en serie, la propagación de especies parásitas, etc. Una totalidad debidamente justificada por un marco de control global, objetivado principalmente en la expansión de las tasas de ganancia, orquestada por delante de cualquier impacto en la salud del medio ambiente, sin embargo, se enfrentó a la lucha por sobrevivir a la clase obrera.

**Palabras-clave:** Tierra, Agua, Trabajo, Conglomerado Territorial do Agrohídronegocio, Oeste da Bahia

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABACAFÉ** – Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia  
**ABAPA** – Associação Baiana dos Produtores de Algodão  
**ACM** - Antônio Carlos Magalhães  
**ADAB** - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia  
**AHE** - Aproveitamento Hidrelétrico  
**AIBA** - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia  
**AMINA** - Associação dos Amigos da Natureza de Barreiras  
**ANA** – Agência Nacional de Águas  
**ANAEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica  
**ANP** - Agência Nacional de Petróleo  
**ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
**APA** – Área de Proteção Ambiental  
**APP** - Área de Preservação Permanente  
**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional  
**BA** – Bahia  
**BAI** – Baianópolis  
**BAR** - Barreiras  
**BEC** - Batalhão de Engenharia e Construção  
**BH** – Bacia Hidrográfica  
**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**BR** – Rodovia Federal do Brasil  
**CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CBHSF** - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco  
**CDA** - Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia  
**CE** – Ceará  
**CEGeT** - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho  
**CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
**CEPEMAR** – Serviços de Consultoria e Meio Ambiente  
**CETAS** - Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde  
**CERB** - Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia

**CEREST** - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

**CIMI** – Conselho Indigenista Missionário

**CH** – Central Hidrelétrica

**CHESF** – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

**CNA** - Confederação Nacional de Agricultura

**CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

**COC** - Cocos

**CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba

**COELBA** – Companhia Elétrica da Bahia

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**COR** – Correntina

**CTA** – Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio

**CVV** – Comissão Camponesa da Verdade

**DCI** - Diário do Comércio, Indústria e Serviços

**DEM** - Democratas

**DESENBÁHIA** – Agência de Fomento do Estado da Bahia

**Dr<sup>(a)</sup>** – Doutor(a)

**EBDA** - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

**EIA** - Estudo de Impacto Ambiental

**ELETRONORTE** - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EMBASA** - Empresa Baiana de Água e Saneamento

**EPI** – Equipamento de Proteção Individual

**ES** – Espírito Santo

**EUA** – Estados Unidos da América

**FASB** – Faculdade São Francisco de Barreiras

**FAO** - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

**FCT** - Faculdade de Ciência e Tecnologia

**FETRAF** – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

**FHC** - Fernando Henrique Cardozo

**FIOL** - Ferrovia de Integração Oeste – Leste



**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FNP** - Instituto Consultoria e Informações em Agronegócios

**FPI** - Fiscalização Preventiva Integrada

**FRP** – Formosa do Rio Preto

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**G1** – Portal de Notícias da Globo

**GEPAT** - Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e Território

**GEFM** - Grupo Especial de Fiscalização Móvel

**GRTE** - Gerência Regional do Trabalho e Emprego

**GO** - Goiás

**HA** – Hectare

**HAB** - Habitantes

**HO** – Hospital do Oeste da Bahia

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IDEIA** - Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental -

**IMA** - Instituto do Meio Ambiente

**INCA** – Instituto Nacional de Câncer

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INEMA** - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia

**INGÁ** - Instituto de Gestão das Águas e Clima

**INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

**INSS** - Instituto Nacional de Seguro Social

**IPI** – Imposto sobre Produto Industrializado

**ITR** – Imposto Sobre Propriedade Rural

**JAB** – Jaborandi

**JR** - Júnior

**LAPIG** - Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento

**LEM** – Luís Eduardo Magalhães

**LGBT's** - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

**LT** - Legislação Trabalhista

**KM** – Quilômetro

**MA** - Maranhão

**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragem

**MAPITOBA** – Fronteira Agrícola dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia

**MAPA** – Ministério da Agricultura e Pecuária

**MDIC** - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

**MG** – Minas Gerais

**MI** - Ministério da Integração Nacional

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MME** – Ministério de Minas e Energia

**MPA** - Ministério de Agricultura e Pecuária

**MPE** - Ministério Público Estadual

**MPF** – Ministério Público Federal

**MPT** - Ministério Público do Trabalho

**MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**Nº** - Número

**OLVEBASA** - Óleos Vegetais da Bahia S/A

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PASEP** - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

**PDAN** - Programa de Desenvolvimento da Agroindústria no Nordeste

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PCH** – Pequena Central Hidrelétrica

**PFL** - Partido da Frente Liberal

**PI** – Piauí

**PIS** – Programa Integração Social

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIN** - Programa de Integração

**PM** - Polícia Militar

**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento

**PNMI** - Novo Modelo de Irrigação

**POLOCENTRO** - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

**PPGEUA** - Mestrado no Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental

**PPGG** - Programa de Pós Graduação em Geografia

**PPP** – Parceria Público Privada

**PR** - Paraná

**PRÓ-ÁLCOOL** - Programa Nacional do Álcool

**PRODAGRI** - Programa de Desenvolvimento Agroindustrial

**PRODECER** - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

**PROF(\*)** – Professor(a)

**PROFIR** - Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação

**PROINE** - Programa de Irrigação do Nordeste

**PROTERRA/PAFAI** - Programa de Assistência Financeira à Agroindústria e à Indústria de Insumos, Máquinas, Tratores e Implementos Agrícolas

**PRÓVÁRZEAS** - Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas

**PTM** - Procuradoria dos Trabalhos nos Municípios

**R\$** - Real

**RAIS** - Relação Social de Informações Sociais

**RIMA** - Relatório de Impacto Ambiental

**RNV** – Riachão das Neves

**SAD** – South American Datum

**SAU** – Sistema Aquífero Urucuia

**SC** – Santa Catarina

**SDE** – São Desidério

**SDR** – Secretaria de Desenvolvimento Rural

**SEAGRI** – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

**SECOM** - Secretaria de Comunicação

**SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

**SEMA** - Secretaria de Meio Ambiente

**SEPLAN** – Secretaria do Planejamento

**SIHS** - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia

**SIN** – Sistema Interligado Nacional

**SINAN** - Sistema de Informação e Agravos de Notificação

**SINDPOC** - Sindicato dos Policiais Cíveis da Bahia

**SINTIAB** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins dos Municípios da Região Oeste da Bahia

**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural

**SPRB** - Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras

**SPRLEM** – Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães

**SP** – São Paulo

**SST** - Segurança da Saúde do Trabalhador

**SUVALE** – Superintendência do Vale do São Francisco

**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**SUDENE** - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**TDR** – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

**TO** – Tocantins

**U\$\$** - Dólar

**UDR** - União Democrática Ruralista

**UFOB** - Universidade Federal do Oeste da Bahia

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**UH** – Usina Hidrelétrica

**UNESP** - Universidade Estadual Paulista

**UTM** – Universal Transversa de Mercator

**VALEC** - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

**VBP** – Valor Bruto da Produção

**ZEE** - Zoneamento Ecológico Econômico



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização da Pesquisa de Campo.....	57
<b>Figura 2</b> – Organograma do CTA - <i>Conglomerado Territorial do Agrobidronegócio</i> .....	74
<b>Figura 3</b> – Ilustração da estrutura geomorfológica dos “gerais” e os “vales” no Oeste Baiano.....	105
<b>Figura 4</b> – Mais de 90% das safras de milho e feijão de Irecê já foram perdidas.....	107
<b>Figura 5</b> – Índice de Gini no Estado da Bahia em 2006, com Destaque para os Nove Municípios de Maior Produção.....	113
<b>Figura 6</b> – Agentes Financeiros Oferecerão Facilidade para a Realização de Negociações na Bahia Farm Show.....	116
<b>Figura 7</b> - Um Oeste de Desnutridos?.....	117
<b>Figura 8</b> – Representação do histórico do uso e ocupação do solo no Oeste da Bahia (1975-2005).....	128
<b>Figura 9</b> – Representação da Média Pluviométrica no Oeste da Bahia.....	129
<b>Figura 10</b> – Representação da Variação Altimétrica no Oeste da Bahia.....	130
<b>Figura 11</b> – Representação da Declividade do Relevo no Oeste da Bahia.....	132
<b>Figura 12</b> – Representação das principais classes de solos presentes no Oeste da Bahia.....	134
<b>Figura 13</b> – Representação da estrutura multimodal pensada e implementada no Oeste da Bahia.....	135
<b>Figura 14</b> – Representação do avanço do desmatamento no Oeste da Bahia até 2015.....	138
<b>Figura 15</b> – Representação de mapas e gráficos referentes ao desmatamento no cerrado entre 2002-2009 por média estadual e municipal.....	142
<b>Figura 16</b> – Trabalhadores manuseando agrotóxicos em Barreiras - 2014.....	143
<b>Figura 17</b> – Rio Desviado para atender demanda de fazendas em LEM Fonte – IBAMA/Barreiras - 2010.....	143
<b>Figura 18</b> – Ocupação sobre Área de Preservação Permanente – APP em LEM Fonte – IBAMA/Barreiras – 2010.....	144
<b>Figura 19</b> – Extração de calcário em São Desidério – 2010.....	144
<b>Figura 20</b> – Reportagem Jornal São Francisco, fevereiro de 2013, Barreiras – BA, enquanto clichê para o aumento do uso de agrotóxicos e a liberação de outras substâncias químicas proibidas.....	144
<b>Figura 21</b> – Degradação do leito menor do Rio das Fêmea após ser represado – São Desidério - 2010.....	145

<b>Figura 22</b> – Flagrante no ato do desmatamento em LEM – 2010.....	145
<b>Figura 23</b> – Morte de uma vereda seca em LEM – 2010.....	145
<b>Figura 24</b> – Carvoaria em Baianópolis enquanto local de trabalho escravo - 2010.....	146
<b>Figura 25</b> – Trabalhadores escravizados em fazenda no município de Formosa do Rio Preto – 2010.....	146
<b>Figura 26</b> – Portos utilizados para a exportação de algodão do Oeste da Bahia em 2013.....	162
<b>Figura 27</b> – Destino da exportação de algodão do Oeste da Bahia em 2013.....	163
<b>Figura 28</b> – Portos utilizados para a exportação de soja do Oeste da Bahia em 2013.....	164
<b>Figura 29</b> - Destino da exportação de soja do Oeste da Bahia em 2013.....	165
<b>Figura 30</b> – Croqui da espacialização dos Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas Regularizadas no Oeste da Bahia.....	196
<b>Figura 31</b> - Zona 1 do ZEE da Bahia: Chapada Ocidental do Oeste Baiano.....	208
<b>Figura 32</b> - Zona 2 do ZEE da Bahia: Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano.....	208
<b>Figura 33</b> – ZEE trará desenvolvimento sustentável para a Bahia.....	212
<b>Figura 34</b> - ZEE trará desenvolvimento sustentável para a Bahia.....	213
<b>Figura 35</b> - Folheto de divulgação da PCH Palmeiral em São Desidério-BA.....	224
<b>Figura 36</b> - Folheto de divulgação da PCH Palmeiral em São Desidério-BA.....	225
<b>Figura 37</b> - Folheto de divulgação das audiências públicas referentes a implantação das PCH's Caiçara e Gavião na divisa entre BA/MG, nos municípios de Cocos-Ba e Bonito de Minas-MG.....	225
<b>Figura 38</b> - Precipitação e Valor Estimado da Terra Produtiva no Oeste da Bahia.....	232
<b>Figura 39</b> - Subtipos de aquíferos dentro da área efetiva do Sistema Aquífero Urucuia...233	233
<b>Figura 40</b> - Espacialização das outorgas de água subterrânea no Oeste da Bahia por tipo de uso.....	234
<b>Figura 41</b> - Espacialização das outorgas de água superficial no Oeste da Bahia por tipo de uso.....	235
<b>Figura 42</b> - Espacialização dos pivôs centrais no Oeste da Bahia sobreposta a altitude do relevo, a rede de drenagem de terceira ordem, a cidades e comunidades rurais.....	236
<b>Figura 43</b> - Aproveitamentos hidrelétricos implementados e projetados sobre remanescentes de cerrado no Oeste da Bahia.....	237
<b>Figura 44</b> - Agricultores do Oeste da Bahia vão reduzir mais da metade da área irrigada devido à escassez hídrica.....	241
<b>Figura 45</b> - Moradores defendem o rio que corta Barreiras.....	241

<b>Figura 46</b> - Estações Pluviométricas e Fluviométricas no Oeste da Bahia.....	244
<b>Figura 47</b> - Sucção de água superficial com fins para irrigação por meio de pivô central no Oeste da Bahia em junho de 2016.....	247
<b>Figura 48</b> - Enchente do Rio Corrente em Santa Maria da Vitória em janeiro de 2016....	247
<b>Figura 49</b> - Momento da interrupção do fluxo superficial do Rio das Fêmeas pela PCH Sítio Grande.....	250
<b>Figura 50</b> - Rio Grande em Barreiras após a suspensão do fluxo d'água do seu afluente Rio das Fêmeas pela PCH Sítio Grande.....	250
<b>Figura 51</b> - Reportagem sobre protesto em Correntina no Oeste da Bahia, referente à degradação sofrida pelos rios da região.....	275
<b>Figura 52</b> - - Rio São Francisco sobre ponte no município de Bom Jesus da Lapa – BA.....	293
<b>Figura 53</b> - Acampamento Fábio Santos, Riachão das Neves – BA.....	319
<b>Figura 54</b> - Assentamento Dom Ricardo, Formosa do Rio Preto / Santa Rita de Cássia – BA.....	319
<b>Figura 55</b> - Romeiros reunidos na 37ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa- BA.....	320
<b>Figura 56</b> – Fluxos migratórios para o Oeste da Bahia por estado.....	321
<b>Figura 57</b> - Presos na penitenciária lotada e sucateada de Barreiras.....	341
<b>Figura 58</b> – Representação de imagens do buscador google com a frase “bairro de Santa Cruz Luís Eduardo Magalhães.....	342
<b>Figura 59</b> - Pessoas intoxicadas por agrotóxico no Oeste da Bahia por município de ocorrência, entre 2001 e 2015.....	351
<b>Figura 60</b> - Pulverização aérea aplicada à cultura do algodão no município de Correntina – BA.....	358
<b>Figura 61</b> - Denúcia de Vereador por Suspeita de Contaminação de Rio pelo Uso Abusivo de Agrotóxicos.....	359
<b>Figura 62</b> - Momento que um operador de máquina agrícola perdeu a perna em um acidente grave de trabalho, no município de Wanderley – BA.....	364
<b>Figura 63</b> - Anúncio de morte de um trabalhador rural em fazenda no município de São Desidério.....	364
<b>Figura 64</b> - Avanço do desmatamento e a quantidade de pessoas escravizadas por município no Oeste da Bahia.....	387
<b>Figura 65</b> - Fluxo do trabalho escravo no Oeste da Bahia.....	393

<b>Figura 66</b> - Origem de Trabalhadores Escravizados e o município de resgate entre 2003 e 2011 na Bahia, segundo o TEM.....	394
<b>Figura 67</b> – Bases conceituais para interpretar as ações dos sujeitos no CTA do Oeste da Bahia.....	416
<b>Figura 68</b> - Principais grupos de classe atuantes no campo do Oeste da Bahia.....	418
<b>Figura 69</b> - O Circuito Produtivo o CTA no Oeste da Bahia e os Rebatimentos sobre a Natureza, o Trabalho e A Saúde da População.....	423
<b>Figura 70</b> - Etapas, ações e impactos do capital no CTA no Oeste da Bahia.....	424
<b>Figura 71</b> - Capitais internacionais presentes no Oeste da Bahia por grupo e por país de atuação.....	426
<b>Figura 72</b> - Representação de condicionantes protagonistas no CTA no Oeste da Bahia.....	427

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Evolução Histórica do Índice de Gini na Bahia, com Destaque para aos Municípios com Maior Concentração na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1920-2006).....	113
<b>Tabela 2</b> – Número Absoluto e Proporcional de Tratores na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e nos Nove Municípios mais Produtores.....	115
<b>Tabela 3</b> – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na Bahia e Número de Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários.....	115
<b>Tabela 4</b> – Cotação Média da Soja, Milho e Algodão na Bahia em R\$ (2005 – 2015).....	116
<b>Tabela 5</b> - Programas de incentivo para a formação/expansão da fronteira agrícola no Oeste Baiano.....	122
<b>Tabela 6</b> – Municípios do Cerrado Baiano que Mais Sofreram Desmatamento entre 2002 e 2009, em Relação ao Ranking dos 1389 Municípios do Cerrado Brasileiro.....	139
<b>Tabela 7</b> - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia.....	153
<b>Tabela 8</b> – Portos Utilizados para Exportação de Soja do Oeste da Bahia em 2013.....	166
<b>Tabela 9</b> – Portos Utilizados para Exportação de Algodão em Pluma do Oeste da Bahia.....	166
<b>Tabela 10</b> - Empresas Exportadoras do Oeste da Bahia por Faixa de Valor (U\$\$), Município e Endereço – Jan/Dez-2011 (Critério - Domicílio Fiscal).....	168
<b>Tabela 11</b> – Produção e Exportação de Algodão no Oeste da Bahia.....	175
<b>Tabela 12</b> – Produção e Exportação de Soja no Oeste da Bahia.....	175
<b>Tabela 13</b> - Ameaças de Morte por Município no Oeste da Bahia (1985 a 2014).....	182
<b>Tabela 14</b> – Trabalhadores Assassinatos e/ou Desaparecidos no Oeste da Bahia (1975 – 2014).....	185
<b>Tabela 15</b> - Conflitos por Terra no Oeste da Bahia (1985 a 2014).....	187
<b>Tabela 16</b> – Assentamentos por município no Oeste da Bahia.....	192
<b>Tabela 17</b> - Comunidades Quilombolas Identificadas por Município no Oeste da Bahia.....	200
<b>Tabela 18</b> – Comunidades de Fundo e Fecho de Pastos Identificadas por Município no Oeste da Bahia (2010).....	200
<b>Tabela 19</b> – Quantidade de Outorgas D’água por Tipo de Uso no Oeste da Bahia.....	218
<b>Tabela 20</b> - Produção Agrícola Irrigada no Oeste da Bahia (2014).....	219

<b>Tabela 21</b> - Municípios com área equipada de pivôs centrais acima de cinco mil hectares no Oeste da Bahia em 2014.....	219
<b>Tabela 22</b> – Lista dos aproveitamentos hidrelétricos no Oeste da Bahia em tramitação na ANEEL.....	227
<b>Tabela 23</b> – Quantidade de Empreendimentos Hidrelétricos Projetados no Oeste da Bahia por Bacia Hidrográfica, Curso d’água e Tipo.....	231
<b>Tabela 24</b> – Corpos D’água Mortos no Oeste da Bahia.....	245
<b>Tabela 25</b> – Estações Pluviométricas com Dados Preenchidos no Oeste da Bahia entre 1977 e 2015.....	254
<b>Tabela 26</b> – Estações Fluviométricas com Dados Preenchidos no Oeste da Bahia entre 1977 e 2015.....	255
<b>Tabela 27</b> – Média e diferença das vazões do Rio Branco na estação fluviométrica Nova Vida – Montante, no município de Barreiras, por década (m <sup>3</sup> /s).....	259
<b>Tabela 28</b> – Média e diferença das vazões do Rio das Fêmeas na estação fluviométrica Derocal, no município de Barreiras, por década (m <sup>3</sup> /s).....	259
<b>Tabela 29</b> – Média e Diferença das vazões do Rio de Janeiro, na estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no município de Barreiras, por década (m <sup>3</sup> /s).....	260
<b>Tabela 30</b> – Média e Diferença das vazões do Rio de Janeiro, na estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no município de Barreiras, por década (m <sup>3</sup> /s).....	260
<b>Tabela 31</b> – Média e Diferença das vazões do Rio de Ondas, na estação pluviométrica Fazenda Nova Redenção, no Rio de Ondas, município de Barreiras por década (m <sup>3</sup> /s).....	261
<b>Tabela 32</b> – Média e diferença das vazões do Rio de Ondas, na estação pluviométrica Sítio Grande, município de São Desidério, por década (m <sup>3</sup> /s).....	261
<b>Tabela 33</b> – Média e diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica São Sebastião, no município de Angical, por década (m <sup>3</sup> /s).....	262
<b>Tabela 34</b> – Média e Diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Taguá, no município de Cotegipe por década (m <sup>3</sup> /s).....	262
<b>Tabela 35</b> – Média e Diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Fazenda Macambira, no município de Cotegipe por década (m <sup>3</sup> /s).....	263
<b>Tabela 36</b> – Média e Diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Boqueirão, no município de Cotegipe por década (m <sup>3</sup> /s).....	263
<b>Tabela 37</b> – Média e diferença das vazões do Rio Preto, na estação fluviométrica Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, por década (m <sup>3</sup> /s).....	264

<b>Tabela 38</b> – Média e diferença das vazões do Rio Preto, na estação fluviométrica Ibipetuba, no município de Santa Rita de Cássia, por década (m <sup>3</sup> /s).....	264
<b>Tabela 39</b> – Média e Diferença das vazões do Rio Preto, na estação fluviométrica Fazenda Porto Limpo, no município de Mansidão por década (m <sup>3</sup> /s).....	265
<b>Tabela 40</b> – Média e diferença das vazões do Rio Sapão, na estação fluviométrica Fazenda Bom Jardim, no município de Formosa do Rio Preto por década (m <sup>3</sup> /s).....	265
<b>Tabela 41</b> – Média e diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Boqueirão, a mais próxima do exutório da sub-bacia hidrográfica (m <sup>3</sup> /s).....	266
<b>Tabela 42</b> – Média e diferença das chuvas na estação São Sebastião no município de São Sebastião, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	267
<b>Tabela 43</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Johá no município de Barreiras, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	267
<b>Tabela 44</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Triunfo no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	268
<b>Tabela 45</b> – Média e diferença das chuvas na estação Roda Velha no município São Desidério, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	268
<b>Tabela 46</b> – Média e diferença das chuvas na estação Ponte Serafim – Montante, no município de Barreiras, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	269
<b>Tabela 47</b> – Média e diferença das chuvas na estação Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	269
<b>Tabela 48</b> – Média e diferença das chuvas na estação Cêra, no Município de São Desidério, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	270
<b>Tabela 49</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Redenção, no Município de Barreiras, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	270
<b>Tabela 50</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Bom Jardim, no Município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	271
<b>Tabela 51</b> – Média e diferença das chuvas na estação Cabeceira Grande, no Município de São Desidério, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	271
<b>Tabela 52</b> – Média e diferença das chuvas na estação Nova Vida - Montante, no município de Barreiras, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	272
<b>Tabela 53</b> – Média e diferença das chuvas na estação Barreiras, no Município de Barreiras, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	272

<b>Tabela 54</b> – Média e diferença das chuvas na estação Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	273
<b>Tabela 55</b> – Média e diferença das chuvas na estação Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	273
<b>Tabela 56</b> – Média e diferença das chuvas na sub-bacia hidrográfica do Rio Grande entre todas as estações catalogadas, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	274
<b>Tabela 57</b> – Média e diferença das vazões do Rio Arrojado, na estação fluviométrica Arrojado, no município de Correntina por década (m <sup>3</sup> /s).....	277
<b>Tabela 58</b> – Média e diferença das vazões do Rio Corrente, na estação fluviométrica Santa Maria da Vitória, no município de Santa Maria da Vitória, por década (m <sup>3</sup> /s).....	277
<b>Tabela 59</b> – Média e diferença das vazões do Rio Corrente, na estação fluviométrica Porto Novo, no município de Santana, por década (m <sup>3</sup> /s).....	278
<b>Tabela 60</b> – Média e diferença das vazões do Rio Correntina, na estação fluviométrica Correntina, no município de Correntina, por década (m <sup>3</sup> /s).....	278
<b>Tabela 61</b> – Média e diferença das vazões do Rio do Meio, na estação fluviométrica Mocambo, no município de Correntina, por década (m <sup>3</sup> /s).....	279
<b>Tabela 62</b> – Média e diferença das vazões do Rio Formoso, na estação fluviométrica Gatos, no município de Jaborandi, por década (m <sup>3</sup> /s).....	279
<b>Tabela 63</b> – Média e diferença das vazões do Rio Formoso, na estação fluviométrica Colônia do Formoso, no município de Jaborandi, por década (m <sup>3</sup> /s).....	280
<b>Tabela 64</b> – Média e diferença das vazões do Rio Corrente, na estação fluviométrica Santana, a mais próxima do exutório da sub-bacia hidrográfica (m <sup>3</sup> /s).....	280
<b>Tabela 65</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Planalto, no Município de Correntina, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	281
<b>Tabela 66</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Macambira, no Município de Cotegipe, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	281
<b>Tabela 67</b> – Média e diferença das chuvas na estação Gatos, no Município de Jaborandi, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	282
<b>Tabela 68</b> – Média e diferença das chuvas na estação Gameleira, no Município de Sítio do Mato, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	282
<b>Tabela 69</b> – Média e diferença das chuvas na estação Gameleira, no Município de Sítio do Mato, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	283
<b>Tabela 70</b> – Média e diferença das chuvas na estação Arrojado, no Município de Correntina, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	283



<b>Tabela 71</b> – Média e diferença das chuvas na sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente entre todas as estações catalogadas, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	284
<b>Tabela 72</b> – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica São Gonçalo, no município de Montalvânia-MG, por década (m <sup>3</sup> /s).....	286
<b>Tabela 73</b> – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Lagoa das Pedras, no município de Montalvânia-MG, por década (m <sup>3</sup> /s).....	286
<b>Tabela 74</b> – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Juvenília, no município de Juvenília-MG, por década (m <sup>3</sup> /s).....	287
<b>Tabela 75</b> – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Fazenda porto Alegre no município de Cocos, por década (m <sup>3</sup> /s).....	287
<b>Tabela 76</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Carinhanha, no município de Carinhanha, por década (m <sup>3</sup> /s).....	288
<b>Tabela 77</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa, por década (m <sup>3</sup> /s).....	288
<b>Tabela 78</b> – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Juvenília, a mais próxima do exutório da sub-bacia hidrográfica (m <sup>3</sup> /s).....	289
<b>Tabela 79</b> – Média e diferença das vazões por década no exutório das três principais sub-bacias hidrográficas do Oeste da Bahia conjuntas (m <sup>3</sup> /s).....	289
<b>Tabela 80</b> – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Porto Alegre, no Município de Cocos, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	290
<b>Tabela 81</b> – Média e diferença das chuvas no Oeste da Bahia entre todas as estações catalogadas, por década (mm/m <sup>2</sup> ).....	291
<b>Tabela 82</b> – Ocorrência de La Niñas no período-base.....	295
<b>Tabela 83</b> – Ocorrência de El Niños no período-base.....	295
<b>Tabela 84</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Carinhanha, no município de Carinhanha, por década (m <sup>3</sup> /s).....	298
<b>Tabela 85</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa, por década (m <sup>3</sup> /s).....	298
<b>Tabela 86</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Gameleira, no município de Sítio do Mato, por década (m <sup>3</sup> /s).....	299
<b>Tabela 87</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Paratinga, no município de Paratinga, por década (m <sup>3</sup> /s).....	299
<b>Tabela 88</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Ibotirama, no município de Ibotirama, por década (m <sup>3</sup> /s).....	300

<b>Tabela 89</b> – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Morpará, no município de Morpará, por década (m <sup>3</sup> /s).....	300
<b>Tabela 90</b> – Conflitos pelo Uso da Água no Oeste da Bahia.....	303
<b>Tabela 91</b> – População residente por situação de domicílio, entre às décadas de 1970 a 2010, nos nove municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia.....	314
<b>Tabela 92</b> – População residente por lugar de nascimento nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério no Oeste da Bahia.....	322
<b>Tabela 93</b> – Pessoas que residem a menos de 10 anos nos municípios de LEM, Barreiras e São Desidério, por tempo ininterrupto.....	324
<b>Tabela 94</b> - Média de Habitantes Cadastrados no Programa Bolsa Família em Municípios Produtores de Commodities Agrícolas do Oeste da Bahia em 2014 (%).....	327
<b>Tabela 95</b> - Nível de instrução da população em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia (%).....	328
<b>Tabela 96</b> - Média de homicídios por 100 mil habitantes em municípios do Oeste da Bahia em 2013.....	329
<b>Tabela 97</b> – Admissões e desligamentos de trabalhadores nos municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia em 2015 por mês.....	333
<b>Tabela 98</b> - Empregos formais em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia por setor econômico em 31 de dezembro de 2015.....	337
<b>Tabela 99</b> – Remuneração média dos trabalhadores do setor agropecuário por atividade no Oeste da Bahia – em R\$ (entre 2007 e 20012).....	337
<b>Tabela 100</b> - Estimativa de trabalhadores sem emprego formal em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia.....	339
<b>Tabela 101</b> - Quantidade de Fiscalizações - QF e Autos de Infração - AI no Rural, com Dados do Campo de Atuação da Agência do MTE em Barreiras, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE entre 2010 e 2014.....	349
<b>Tabela 102</b> - Notificação de intoxicações por agrotóxico e escolaridade, em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015.....	354
<b>Tabela 103</b> – Notificação de intoxicações por agrotóxico e faixa etária, em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015.....	355
<b>Tabela 104</b> – Notificação de intoxicações por agrotóxicos e etnias, em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015.....	355
<b>Tabela 105</b> – Notificação de intoxicações por agrotóxicos por sexo em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015.....	355

<b>Tabela 106</b> – Notificação de intoxicações por agrotóxicos por período de gestação em mulheres grávidas, em municípios do Oeste da Bahia, com ocorrências entre 2007 e 2015.....	356
<b>Tabela 107</b> - Notificação de intoxicações por agrotóxicos por situação de cura, perca de seguimento e óbito, em municípios do Oeste da Bahia, com ocorrências entre 2007 e 2015.....	356
<b>Tabela 108</b> – Acidentes Graves por Grupos de Agravos a Saúde do Trabalhador em Municípios do Oeste da Bahia, entre 2007 e 2014.....	365
<b>Tabela 109</b> - Acidentes graves por subgrupos de agravos de trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca no Oeste da Bahia, entre 2007 e 2014, com destaque para as três ocupações e os três municípios com maior número de casos registrados.....	368
<b>Tabela 110</b> - Total de Mortes de Trabalhadores por Ocupação em Municípios Produtores de Commodities Agrícolas no Oeste da Bahia, com destaque para as ocupações com os cinco maiores registros, entre 2007 e 2015.....	369
<b>Tabela 111</b> – Afastamento de trabalhadores por morte em municípios produtores de commodities agrícolas do Oeste da Bahia, entre 2007 e 2015.....	371
<b>Tabela 112</b> - Óbitos ocasionados por neoplasias malignas entre 1996 e 2014 em municípios do Oeste da Bahia.....	378
<b>Tabela 113</b> – Proporção comparativa entre os casos de câncer e a população nos municípios do Oeste da Bahia.....	379
<b>Tabela 114</b> – N° de Pessoas que Receberam Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez, por Tipo de Câncer no Campo do Oeste da Bahia em 2013.....	380
<b>Tabela 115</b> – Total do número de pessoas beneficiadas por auxílio doença, aposentadoria por invalidez e auxílio acidente no campo do Oeste da Bahia, comparados com os dados dos benefícios direcionados para pessoas com câncer, por agência do INSS em 2013.....	380
<b>Tabela 116</b> – Registro de Ocorrências de Trabalho Escravo no Oeste da Bahia.....	388
<b>Tabela 117</b> – Terras Devolutas no Oeste da Bahia em 2010.....	417
<b>Tabela 118</b> – Principais grupos atuantes no campo do Oeste da Bahia, por práticas espoliativas/expropriativas, formas de controle da Terra-Água-Trabalho, características político-econômicas e município de atuação.....	419

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Quantidade Produzida de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em Toneladas (1990 – 2013).....	118
<b>Gráfico 2</b> – Evolução da Área Plantada de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em HA nos Nove Municípios com maior Produtividade (1990 – 2013).....	118
<b>Gráfico 3</b> - Participação do Produto Interno Bruto em % na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1999 – 2012).....	119
<b>Gráfico 4</b> – Financiamento Estatal dos Planos Safras Nacionais em Bilhões (1999/2000 – 2015/2016).....	123
<b>Gráfico 5</b> – Comparação entre as taxas de (des)valorização das mercadorias no mundo por grupos.....	124
<b>Gráfico 6</b> - Variação nos preços das terras (R\$/ha) no Oeste Bahia (2002/2010).....	153
<b>Gráfico 7</b> – Dados anuais da estação fluviométrica São Sebastião, no Rio Branco, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	259
<b>Gráfico 8</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Derocal, no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	259
<b>Gráfico 9</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no Rio de Janeiro, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	260
<b>Gráfico 10</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no Rio de Janeiro, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	260
<b>Gráfico 11</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Fazenda Nova Redenção, no Rio de Ondas, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	261
<b>Gráfico 12</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Sítio Grande, no Rio Grande, município de São Desidério, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	261
<b>Gráfico 13</b> – Dados anuais da estação pluviométrica São Sebastião, no Rio Grande, município de Angical, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	262
<b>Gráfico 14</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Taguá, no Rio Grande, município de Cotegipe, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	262
<b>Gráfico 15</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Fazenda Macambira, no Rio Grande, município de Cotegipe, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	263
<b>Gráfico 16</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Boqueirão, no Rio Grande, município de Mansidão, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	263

<b>Gráfico 17</b> – Dados anuais da Estação fluviométrica Formosa do Rio Preto, no Rio Preto, município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	264
<b>Gráfico 18</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Ibipetuba, no Rio Preto, município de Santa Rita de Cássia, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	264
<b>Gráfico 19</b> – Dados anuais da Estação fluviométrica Fazenda Porto Limpo, no Rio Preto, município de Mansidão, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	265
<b>Gráfico 20</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Bom Jardim, no Rio Sapão, município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	265
<b>Gráfico 21</b> – Dados anuais da estação pluviométrica São Sebastião no município de Angical, entre 1977 e 2015 em mm/m <sup>2</sup> .....	267
<b>Gráfico 22</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Johá no município de Barreiras, entre 1977 e 2015.....	267
<b>Gráfico 23</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Triunfo no Município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015.....	268
<b>Gráfico 24</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Roda Velha no Município de São Desidério, entre 1977 e 2015.....	268
<b>Gráfico 25</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Ponte Serafim – Montante, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015.....	268
<b>Gráfico 26</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015.....	269
<b>Gráfico 27</b> – Dados anais da estação pluviométrica Cêra, no Município de São Desidério, entre 1977 e 2015.....	270
<b>Gráfico 28</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Redenção, no município de Barreiras, entre 1977 e 2015.....	270
<b>Gráfico 29</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Bom Jardim, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015.....	271
<b>Gráfico 30</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Cabeceira Grande, no município de São Desidério, entre 1977 e 2015.....	271
<b>Gráfico 31</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Nova Vida - Montante, no município de Barreiras, entre 1977 e 2015.....	272
<b>Gráfico 32</b> – Dados anuais da Estação Pluviométrica Barreiras, no Município de Barreiras entre 1977 e 2015.....	272
<b>Gráfico 33</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015.....	273

<b>Gráfico 34</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Coqueiro, no município de São Desidério, entre 1977 e 2015.....	273
<b>Gráfico 35</b> – Dados anuais de todas estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande, entre 1977 e 2015.....	275
<b>Gráfico 36</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Arrojado, no Rio Arrojado, município de Correntina, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	277
<b>Gráfico 37</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Santa Maria da Vitória, no Rio Corrente, município de Santa Maria da Vitória, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	277
<b>Gráfico 38</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Porto Novo, no Rio Corrente, município de Santana, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	278
<b>Gráfico 39</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Correntina, no Rio Correntina, município de Correntina, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	278
<b>Gráfico 40</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Mocambo, no Rio do Meio, município de Correntina, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	279
<b>Gráfico 41</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Gatos, no Rio Formoso, município de Jaborandi, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	279
<b>Gráfico 42</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Colônia do Formoso, no Rio Formoso, município de Jaborandi, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	280
<b>Gráfico 43</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Planalto, no município de Correntina, entre 1977 e 2015.....	281
<b>Gráfico 44</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Macambira, no Município de Cotegipe entre 1977 e 2015.....	281
<b>Gráfico 45</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Gatos, no município de Jaborandi, entre 1977 e 2015.....	282
<b>Gráfico 46</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Gameleira, no Município de Sítio do Mato entre 1977 e 2015.....	282
<b>Gráfico 47</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Arrojolândia, no município de Correntina, entre 1977 e 2015.....	283
<b>Gráfico 48</b> – Dados anuais da Estação Pluviométrica Arrojado, no Município de Correntina entre 1977 e 2015.....	283
<b>Gráfico 49</b> – Médias anuais de todas estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente entre 1977 e 2015.....	284
<b>Gráfico 50</b> – Dados anuais da estação fluviométrica São Gonçalo, no Rio Carinhanha, município de Montalvânia-MG, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	286

<b>Gráfico 51</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Lagoa das Pedras, no Rio Carinhanha, município de Montalvânia-MG, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	286
<b>Gráfico 52</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Juvenília, no Rio Carinhanha, município de Juvenília-MG, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	287
<b>Gráfico 53</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Fazenda Porto Alegre, no Rio Itaguari, município de Cocos, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	287
<b>Gráfico 54</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Carinhanha, no Rio São Francisco, município de Carinhanha, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	288
<b>Gráfico 55</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no Rio São Francisco, município de Bom Jesus da Lapa, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	288
<b>Gráfico 56</b> – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Porto Alegre, no município de Cocos entre 1977 e 2015.....	290
<b>Gráfico 57</b> – Médias anuais de todas estações pluviométrica catalogadas no Oeste da Bahia, entre 1977 e 2015.....	291
<b>Gráfico 58</b> - Médias anuais das estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande e a média dos dados anuais da estação fluviométrica Boqueirão, a mais próxima do exutório, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	296
<b>Gráfico 59</b> - Médias anuais das estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente e a média dos dados anuais da estação fluviométrica Santana, a mais próxima do exutório, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	296
<b>Gráfico 60</b> - Médias anuais das estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha e a média dos dados anuais da estação fluviométrica Juvenília, a mais próxima do exutório, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	297
<b>Gráfico 61</b> - Médias anuais de todas estações pluviométricas catalogadas no Oeste da Bahia e a média dos dados anuais das estações fluviométricas mais próximas dos exutórios dos rios Grande, Corrente e Carinhanha, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	297
<b>Gráfico 62</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Carinhanha, no Rio São Francisco, município de Carinhanha, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	298
<b>Gráfico 63</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no Rio São Francisco, município de Bom Jesus da Lapa, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	298
<b>Gráfico 64</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Gameleira, no Rio São Francisco, município de Sítio do Mato, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	299
<b>Gráfico 65</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Paratinga, no Rio São Francisco, município de Paratinga, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	299

<b>Gráfico 66</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Ibotirama, no Rio São Francisco, município de Ibotirama, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	300
<b>Gráfico 67</b> – Dados anuais da estação fluviométrica Morpará, no Rio São Francisco, município de Morpará, entre 1977 e 2015 (m <sup>3</sup> /s).....	300
<b>Gráfico 68</b> – Casos de mortes por câncer no Oeste da Bahia entre 1996 e 2014.....	377
<b>Gráfico 69</b> – Correlação Evolutiva de Indicadores da Tríade Terra-Água-Trabalho no CTA no Oeste da Bahia entre 2007 e 2015(%).....	425



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	36
PARTE I - PENSANDO A TESE.....	40
INTRODUÇÃO.....	41
"Andando como notícia ruim" O objeto construído junto ao território tracejado....	51
Um geógrafo no campo.....	54
O pós-campo.....	61
CAPÍTULO I - "Quem não tem colírio uso óculos escuro" O alicerce geográfico no Oeste da Bahia para construção de um pensamento.....	64
1.1 "O sapo pula não é porque quer, e sim porque necessita" A obrigação de uma conexão geográfica.....	64
1.1.1 "Geografando" .....	63
1.1.2 O <i>Agrohidronegócio</i> e a ideia do CTA.....	67
1.1.3 Passos integrados.....	73
1.2 "O desconfiado até hoje está vivo" A geografia dos sujeitos (des)conexos assistidos.....	78
1.2.1 (Des)conexão dos sujeitos.....	83
PARTE II - APRESENTANDO A TESE.....	98
CAPÍTULO II - "Por lá o bicho pega": A questão agrária no Oeste da Bahia com a abertura da fronteira agrícola .....	99
2.1 De um processo global do capital a dinâmica territorial expansiva da fronteira .....	99
2.1.1 Um pouco de história.....	100
2.1.2 Ponto de partida?.....	108
2.1.3 Reformulações do modelo agropecuário.....	109
2.2 Passado - Presente - Futuro: A degradação ambiental e o desmatamento progressivo .....	125
2.3 Estrangeirização de terras no Oeste da Bahia e a vinculação/subordinação ao capital .....	148
2.4 "O puxa e repuxa" das disputas territoriais.....	177
CAPÍTULO III - Água: De bem natural à mercadoria no Oeste da Bahia .....	205
3.1. O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e os recursos hídricos no Oeste da Bahia.....	207
3.2 O domínio de um bem natural patrimoniado e concedido .....	214
3.3 Os impactos na rede hidrográfica de um "jardim do éden comprometido" .....	238

3.3.1 Rios e chuvas no Oeste da Bahia.....	256
3.3.2 Sub-bacia hidrográfica do Rio Grande.....	256
3.3.3 Sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente.....	275
3.3.4 Sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha.....	285
3.3.5 O debate conjunto das três sub-bacias hidrográficas do Oeste da Bahia e suas relações com o Rio São Francisco.....	292
3.4 As águas e os conflitos no território do Oeste da Bahia.....	301
<b>CAPÍTULO IV - A degradação do trabalho no campo do Oeste da Bahia</b> .....	312
4.1 “O movimento do trabalho e o trabalho em movimento” no Oeste da Bahia .....	312
4.1.1 A miséria inerente à mobilidade do trabalho no território do Oeste da Bahia.....	425
4.2 “Melhor ficar desempregado ou morrer trabalhando?” Os interstícios da degradação do trabalho no campo do Oeste da Bahia.....	330
4.2.1 Do trabalho a morte anunciada?.....	344
4.3 O Trabalho Escravo e a insanidade desumana expressada.....	382
<b>PARTE III - DEFENDENDO A TESE.....</b>	397
<b>5 - A Tríade Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio - CTA no Oeste da Bahia.....</b>	399
5.1 Por aqui estacionamos.....	413
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	429
<b>ANEXOS.....</b>	450

## O CAMINHAR DA VIDA ENQUANTO ESPELHO PARA UMA TESE

Eu sou apenas um rapaz latino-  
americano, sem dinheiro no banco,  
sem parentes importantes e vindo  
do interior (Canoão – Irecê – Bahia  
– Brasil – América Latina)  
**(Belchior)**

“Mesmo quando tudo parece desabar,  
cabe a mim decidir entre rir ou chorar,  
ir ou ficar, desistir ou lutar;  
porque descobri,  
no caminho incerto da vida,  
que o mais importante é o decidir.”  
**(Cora Coralina)**

## APRESENTAÇÃO

O decorrer histórico contemporâneo da cadeia produtiva agropecuária brasileira é marcada por uma dependência substancial de produtos não faturados e semifaturados, (re)configurados ao longo dessa linha do tempo. Até a década de 1980, a produção foi marcada sumariamente em territórios que possuem pluviometria regular e recursos hídricos superficiais em abundância. Uma relação direta que apresenta o vínculo que a água possui junto à terra para viabilizar a produção e a extração da renda da terra, com a aglomeração do valor e a expansão e acumulação do capital.

As diferentes feições da degradação do trabalho enquanto um dos elos precursores que dão sustentação à extração do trabalho não pago, mola mestra desse movimento, também é marca da dinâmica econômica expansiva no território nacional. O que nos põe a apresentar uma discussão sobre a tríade Terra-Água-Trabalho, enquanto elementos basilares da vida, que reconfigurados na lógica capitalista de produção, são fundamentais para dar sustentáculo a esse modelo social. Logo, entendemos que essa trindade participa diretamente dos diferentes usos da terra, promovidos por variadas relações sociais, interesses distintos e momentos históricos.

O Oeste da Bahia enquanto recorte territorial de análise nos apresenta subsídios para realizar essa discussão, sobretudo quando passa a ser incluído diretamente no circuito econômico global, enquanto área produtora de commodities a partir do final da década de 1970. Essa expansão ocorre sumariamente com o plantio de soja, milho e algodão, enquanto culturas inerentes à tutela do Estado, legitimando as ações do capital em variados ritmos de propagação durante esses últimos 35 anos.

As décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, são marcos de (re)formatações do avanço dessa fronteira agrícola, com decréscimos e acréscimos na expansão, conflitos, homicídios, mortes e diminuição na vazão de rios, ampliação da degradação do trabalho (principalmente trabalho escravo e intoxicação de trabalhadores), dentre outros. Retratados diretamente com os diferentes ritmos de capitais injetados na região produtora, que abrange essencialmente os nove municípios com as maiores produções do Oeste da Bahia: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Jaborandi, Cocos e Baianópolis.

Uma parcela dos territórios desses municípios foi escolhida para a implementação da fronteira agrícola, por estes possuírem condições edafoclimáticas, de relevo e hidrografia, que proporcionaram a consolidação do Oeste da Bahia enquanto fronteira

agrícola, alicerçada pela intervenção estatal e do capital. Pois, essa parcela do território baiano expressa mais uma amostra da necessidade de domínio/controlado na natureza, do trabalhador e do Estado pelo capital, enquanto pilares para a sua sustentação.

A mobilidade dos trabalhadores ocorrida sumariamente de maneira forçada e excludente, é mais uma amostra desse dinamismo. Com destaque para os migrantes da própria Bahia, principalmente os advindos da “região de Irecê - BA<sup>1</sup>” e dos municípios limítrofes com o Rio São Francisco na Bahia, nordestinos do Sul do Maranhão e Piauí e outros do Sudeste do Tocantins, Nordeste do Goiás e do Norte mineiro. Caracterizados por prestarem serviços de força braçal, responsáveis por exercerem variados serviços degradantes, principalmente nas fazendas do agronegócio e nos polos de atração de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - LEM.

Os sulistas<sup>2</sup> representam outro perfil de migrantes. De início, foram privilegiados pelo Estado com terras baratas em locais escolhidos para a implementação da fronteira, com crédito agrícola financiado pelo Estado e capitais internacionais. Partindo do pressuposto de serem agricultores que já atendiam pré-requisitos do modelo agrícola vigente, por vivenciarem esse arquétipo nos seus estados de origem, com a expansão da soja a partir da década de 1960. São perfis de migrantes que se (re)modelam, principalmente a partir da década de 2000 com a forte migração de multinacionais do setor, provocando a continuação da degradação de trabalhadores baianos, maranhenses, piauienses, tocantinenses, goianos etc., contudo, construindo uma exclusão mais intensa de sulistas do mercado agrícola prevaiente.

A sobreposição do domínio/controlado das grandes propriedades do agronegócio, a expansão da fronteira, o uso intensivo dos recursos hídricos, os locais de registro das ocorrências de trabalho degradante e os conflitos por terra/água, mostra-nos a necessidade de buscarmos esse sentido relacional do território, para melhor lermos a realidade geográfica que estudamos, atingindo uma maior proximidade na leitura do real.

Dessa forma, é perceptível que as áreas de avanço da fronteira agrícola e as já consolidadas, estão vinculadas diretamente à degradação e morte de trabalhadores, ao trabalho análogo ao escravo, ao uso sem controle da água, à grilagem de terras públicas, aos conflitos por terra/água, à enfermidades ligadas às relações e condições do trabalho etc. O que mostra severamente a necessidade do capital de construir barbáries sociais para dar continuidade ao seu sentido expansivo. Expressado no campo do Oeste Baiano

---

<sup>1</sup> Titulação direcionada para os municípios que dependem de bens e serviços da cidade de Irecê – BA.

<sup>2</sup> Nomenclatura direcionada para migrantes advindos dos três estados da região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) mais o estado de São Paulo.

principalmente no cultivo da soja, do algodão e do milho, na mineração, na construção de barragens etc. Um verdadeiro conglomerado territorial condicionado pelas práticas espoliativas/expropriativas do capital e a reação da classe trabalhadora que ali (re)existe. Como mostra o relato do sindicalista Iremar Araújo Barbosa, em uma audiência pública no Senado Federal na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com palavras que resume esse bojo de conflitos que envolve diretamente a tríade Terra-Água-Trabalho no CTA do Oeste da Bahia.

“Uma das questões que ainda existe nesse território imenso, é que existem centenas de comunidades tradicionais que não foram reconhecidas como tais. Os fechos de pasto por exemplo, no grande Oeste da Bahia, não tem nenhuma visibilidade praticamente em nível de Brasil. Mas eu queria colocar umas pimentas nessa discussão para facilitar a compreensão da coisa. Um estudo recente da ANA provou que o Oeste da Bahia é quem sustenta o São Francisco com 80% das águas. Esse estudo provou também que o processo de compactação com tecnologias como o calcariamento e gesso, em uma escala de 0 a 7, somente 1,5% do que chove está sendo infiltrado para sustentar o São Francisco. Esse desmatamento todo chamado MAPITOBA, ta provocando uma bolha de calor que impede as correntes da Amazônia atravessar. Tanto é que no Oeste da Bahia no período de 6 meses de chuva, esse ano que passou choveu um único mês que foi janeiro. Aquela enchente toda que passou em jornais, que inundou Santa Maria da Vitória, foi esse caso e acabou. Isso nunca tinha aido na história daquela região. Possivelmente esse estudo tem muito propriedade com isso. Acredito que nas outras regiões também tinha sido assim, mas **o agronegócio se fez encima de três ou quatro grandes questões básicas.** O agronegócio de faz encima de **terras públicas** exclusivamente, são terras roubadas; o agronegócio se faz encima de **água pública**, rios que eles represam e fazem suas barragens, depois de dez anos depois vão pedir autorização; **tecnologias públicas**, como fez a EMBRAPA em produzir para a soja 127 cultivar, mas para os pequenos agricultores que estão aqui dificilmente ela foi lá acudir cum uma tecnologia que salve um pé de banana; com **dinheiro público**, o agronegócio se faz com dinheiro público, a maior dívida interna do Brasil é oriunda do agronegócio e especialmente com um aparelho estatal muito forte. Órgãos como secretarias, institutos estaduais, no caso da Bahia o INEMA, em que adotou uma política totalmente liberalizante onde as licenças são alto declaradas, alto declarativas, aquilo não existe. A polícia, as milícias que formam nessa região. Gente, as imagens que a gente tem é de bala, esse território está sendo tomado a bala. Quem tiver mais bala leva! O judiciário dar liminares como estivesse aventando, rifando prêmios no meio da galera e é uma dificuldade imensa. Depois o setor político, que cria uma legislação favorabilíssima para esse problema. E isso vai redundar e já está redundando em fortes conflitos agrários. Esse deslocamento do Sul do Pará volta para essa região agora e especialmente com conflito por água. Gente, esse negócio vai estourar! Sobradinho bateu anti ontem 7% da capacidade. O Rio São Francisco seria responsável por 90% praticamente da água do Nordeste brasileiro, depois praticamente também 90% da energia produzida nessa região. Quem contribui com 80% dessas águas é o Oeste da Bahia. Como é que

a gente lasca o agronegócio que elimina os rios do Oeste da Bahia e compacta os solos daquela região? Tem coisa erra. O Brasil precisa pensar em certas questões estratégicas. Aquela área é uma região estratégica para a nação brasileira. Finalmente dizer assim, que o MAPITOBA é uma coisa imoral, porque não se discutiu com ninguém que estava lá, não se fez estudos apropriados para aquela região, porque se fez invasão de plantas e de animais para aquela região. Só o Oeste da Bahia recebe 120 carretas grandes de veneno por mês e tudo isso o pessoal tá comendo lá. Mas eu queria colocar uma questão bem específica, que tá sendo forte agora. Como essa bolha de calor aumentou e essa chuva não veio, está se disseminando uma tecnologia chamada de pivô central a base de piscinões no Oeste da Bahia. Um piscinão feito em Correntina por ex., tem a capacidade de 200 milhões de litros de água. Tem uma propriedade lá que tem dez piscinões abertos e o Tribunal de Justiça – TJ da Bahia autorizou esse funcionamento agora. Uma pessoa só por dia, tem mais água a sua disponibilidade do que todo Nordeste brasileiro que é alimentado pelas chamadas cisternas de placas da captação de água de chuva. Ou seja, é indecente o que tá acontecendo no Oeste da Bahia. Eu queria propor assim, que talvez seria possível que as associações, o Ministério Público - MP, essa comissão do Senado, o povo que está aqui, suas representações... para que a gente pudesse unificar as nossas ações. Não dar para atacar dessa forma. E pedir a companheirada a resistência, não tem outro jeito. **Ou o povo resiste, ou vai ser enxotado para debaixo da ponte”.**

(Iremar Barbosa Araújo, em Audiência Pública no Senado Federal)

(08/11/2016)

## PARTE I – PENSANDO A TESE

*“Porque não vejo razão, para alguém fazer uma pesquisa de verdade, que não seja o amor a pensar, a libido de conhecer. E, se é de amor ou desejo que se trata, deve gerar tudo o que o amor intenso suscita, de tremedeira até suor nas mãos. O equivalente na área de pesquisa é muito simples: o susto, o pavor diante da novidade. Mas um pavor que desperte a vontade de inovar.”*

**(Renato Janine Ribeiro)**



## INTRODUÇÃO

A busca pelo entendimento de parcela da dinâmica territorial no Oeste da Bahia, partiu da lógica da erudição, pois entende-se que não é possível atingir os objetivos sem o delineamento de caminhos que procure adentrar em um nível de abstração teórico e das práticas de vida dos povos ali presentes (FAZENDA, 1988). O conhecimento identificado e expressado nesse trabalho científico não é visto como único/próprio, mas como revelador de apropriações pelo capital delineadas secularmente entre povos e natureza. Dessa maneira, buscou-se articular a ciência e a sabedoria popular de modo integrado e paralelo, entendendo como uma forma de dar visibilidade a saberes seculares, muitas vezes, discriminados e vistos como inferiores<sup>3</sup>.

Nossos primeiros passos emergem das concepções do filósofo grego Heráclito de Éfeso, tido como o “pai” do método dialético, que considera o modo mais apropriado para compreendermos a realidade a partir de princípios essencialmente contraditórios em permanente transformação. Lógica historicamente apresentada pela dinâmica sócio-natural do planeta, intensificada em alguns períodos, como o que está sendo analisado na pesquisa. Essa temporalidade corresponde à emergência da doutrina neoliberal, voltada como mais uma manobra de expansão e consolidação do capital em escala planetária. Correspondente ao tempo de análise da área a ser pesquisada, que será o período equivalente à oficialização da região como fronteira agrícola (final da década de 1970) aos dias atuais.

Escolhida a dialética como método de análise, buscamos esmiuçá-la por meio da perspectiva materialista histórica, vinculada à uma concepção de mundo e de vida no seu conjunto, constituindo-se em uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 1987; KAISER, 1985). Essa constituição empírica de pesquisa é direcionada para além daqueles que se submetem apenas a usufruir dos dados disponibilizados pelas fontes de informações utilizadas durante a pesquisa. É dirigida substancialmente para indivíduos que acreditam que a pesquisa seja utilizada como ferramenta de mutação social, voltada para a inclusão dos marginalizados e um mundo “para além do capital”.

Tentando contribuir para abertura desse caminho, seguimos nossos passos para interpretar a dinâmica territorial assistida em nossa pesquisa, diante do entendimento de

---

<sup>3</sup> Alguns títulos, subtítulos, frases ao longo do texto e epígrafes, serão acompanhadas inicialmente de “ditos populares”. Esses intuídos de relacionar o trabalho com a cultura popular, para entendermos a dinâmica social e a necessidade de não interpretarmos a ciência separada de saberes não científicos. Estrofes de músicas, poemas, comumente serão apresentadas na posição de epígrafes como pensamento primeiro e ao longo do texto, para o “caminhar reflexivo” do item a ser debatido.

uma das regras fundamentais do modo capitalista de produção. Por meio da ideia que o capital deve gerar mais capital com base na exploração do trabalho não pago, o que acontece com a extração da mais-valia e a produção e circulação de mercadorias. Como apontou Marx, partindo do princípio de que capital é “valor em movimento”, e acumulação de capital é o processo pelo qual ocorre multiplicação de valor (IORIS, 2007).

Nesse movimento constante, a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção, o que historicamente vem fazendo<sup>4</sup>. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o atrapalhe de ir adiante. A terra, a água e principalmente a rebeldia dos trabalhadores são alguns desses obstáculos. Logo, a subordinação da propriedade fundiária, da água e do trabalhador ao capital, ocorre justamente para que esses elementos sirvam sob o domínio e conforme os pressupostos do capital (MARTINS, 1981).

O controle da propriedade privada é basilar para o domínio da água pelo capital, pois esta possui a licença de interligar esse elemento natural na superfície, no subsolo e na atmosfera em forma de chuva e dessa forma lhe transferir valor. Logo, a água vista como mercadoria é crucial para a geração de valor no campo em qualquer circunstância que envolva a produção, direta ou indiretamente. A partir de uma dinâmica movida substancialmente pela mais-valia, que implica desenvolver as necessidades de ampliação para o sustento e a continuação do capital. Esse avanço é irrigado por barbáries, como a usurpação de bens naturais e de povos tradicionais que viviam secularmente em uma simbiose equilibrada com o meio ambiente, provocando o desprovimento de suas terras e meios de produção, através de ações espoliativas, que possuem como pano de fundo a acumulação.

Logo, estamos partindo da premissa de que a mercantilização da terra, da água e do trabalho em conjunto no Oeste da Bahia, são pilares imprescindíveis para expansão do capital no campo atualmente. Em que o controle do trabalhador junto à monopolização da propriedade privada da terra pelo capital, com a legitimação do Estado, apresentam-se como uma essencial estrutura para garantir a posse da água, seja ela subterrânea, superficial ou da chuva. Um arcabouço que faz o capital no campo, atrelado diretamente ao Estado e às agências de fomento transnacionais, consolidarem e se expandirem em diferentes composições humanas e materiais. Visto este como um caminho cabível para entender o mundo do trabalho nos territórios do agrohidronegócio, por meio de uma relação integrada

---

<sup>4</sup> O capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante de mediação produtiva. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas, subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais (ANTUNES, 1999).

em que um depende diretamente do outro para dar movimento a essa dinâmica. A água vinculada à terra para garantir a vitalidade da produção (sobretudo para irrigação, o plantio de sequeiro em área com pluviometria regular, extração mineral e a produção de energia elétrica), e os trabalhadores com a função de mover, por meio da sua força psíquica e física, os meios de produção.

A proletarização do trabalhador, a escravização e a emergência do trabalhador familiar enquanto base para reprodução de valor é um substancial instrumento para expansão do capital com a legitimação do Estado, junto ao controle da propriedade privada da terra em grande escala e, conseqüentemente, dos recursos naturais. Posto que permite o controle e o usufruto conjunto da tríade Terra-Água-Trabalho como algo indissociável para maior consolidação/expansão capitalista de produção, com efeitos tanto no campo como na cidade. Pois, sem a garantia da posse da água e da terra, em conjunto com a legitimação do trabalho não pago, é impossível a continuidade desse modelo societal.

Para a reprodução agrícola no âmbito do agrohídronegócio no Oeste da Bahia, todos (independentemente do patamar econômico) estão em busca de acesso à água e à terra. Mesmo em climas com pluviometria regulares (sem necessidade da irrigação em uma determinada temporalidade), a busca por terra está ligada à água diretamente, pois a produção, uma das essências do usufruto da terra pelo ser humano, só é possível com a utilização de recursos hídricos regulares, sejam eles superficiais, subterrâneos ou pluviométricos. Em regiões de clima com pluviometria irregular, os territórios do *agrohídronegócio* se constroem principalmente em locais aperfeiçoados para práticas de irrigação por meio de grandes obras hídricas, como represas, canais fluviais artificiais e a perfuração de poços tubulares<sup>5</sup>.

Áreas como o Oeste da Bahia, acabaram por adquirir uma nova identidade em consequência das transformações na organização territorial. A introdução de uma política neoliberal junto a um novo padrão tecnológico dominante proporcionou que, em regiões anteriormente consideradas inóspitas como o Cerrado baiano, um novo conjunto de estruturas voltadas a atender as demandas do capital nacional/internacional. Isso por entender que os *agribusiness* são possuidores de uma relação intrínseca com as características naturais e de povoamento existentes nessa região. Entendidas aqui pelo viés do agrohídronegócio, em que a degradação da natureza e do trabalho são inerentes ao modelo

---

<sup>5</sup> O clima é uma dos condicionantes da geologia que irá interferir diretamente na formação dos aquíferos. Comumente, em locais de climas áridos ou semiáridos, onde prevalece uma pluviometria irregular há milênios, os aquíferos presentes apresentam reservas limitadas de água subterrânea, não apresentando uma estrutura litológica cabível para ações do *agrohídronegócio*, como no semiárido do Brasil. Contudo, existem particularidades, já que o clima não é um único fator que define a geologia.

agroexportador mineral vigente (MENDONÇA & MESQUITA, 2007; MOREIRA, 2011; OLIVEIRA, 2008; THOMAZ JR. 2008).

Então, se imaginávamos que as grandes corporações se restringiam à concentração de terra, também lançam suas ações para concentração e monopolização do uso da água. Desse modo, a partir do momento que ganha características de mercadoria, a posse e o controle da água, junto com a terra, torna-se motivo de conflitos, uma vez que grandes capitais passam a monopolizar dois elementos fundamentais à sobrevivência humana.

A busca pelo controle da água no campo, tendo como objetivo maior a sua transformação em mercadoria para o gozo da terra, faz o grande capital permear o cotidiano da população camponesa quebrando laços efetivos e identitários, construídos há séculos. Com a emergência da desterritorialização de povos tradicionais, direcionados para outras formas de vida nos centros urbanos e/ou para campos de trabalho exaustivos no campo e na floresta. Em uma dinâmica que compromete a saúde dos trabalhadores e afeta profundamente o meio ambiente.

Emoldurados em um emaranhado quadro de degradação ambiental e do trabalho, o desmatamento e o uso desenfreado dos recursos hídricos aparecem como as principais causas para um indicativo da diminuição na vazão dos rios no Oeste Baiano. A discussão dessa questão, já iniciada em trabalhos de Schuster, *et. al.* (2010), e Gaspar (2006), apresenta-se com pertinência para ser aprofundada, pois além de ocasionar tais problemas, poderá estar diminuindo a vazão do rio São Francisco (rio de importância nacional, principalmente para a geração de energia elétrica, irrigação e abastecimento público de água para a região semiárida nordestina), sobretudo no período de estiagem, já que o Aquífero Urucuia presente no Oeste da Bahia é o principal responsável por abastecer o rio.

O sentido de buscar o controle da natureza, desterrar povos tradicionais, aumentar a concentração fundiária, os assassinatos, os conflitos por terra e água, escravizar/intoxicar/contaminar trabalhadores etc., é o que caracteriza o movimento do capital no campo, integrando a regra capitalista acumulativa de homogeneizar sua estrutura, dando mais mobilidade à contínua transferência de capitais para outras aplicações. É por dentro dessa lógica que propomos a ideia do *Conglomerado Territorial do Agrobidronegocio* – CTA, que apresenta um arcabouço relacional dos fenômenos sacionaturais, não se restringindo somente a um foco e sim nos mais diversos possíveis e permissíveis, em que a mobilidade do capital é inerente à degradação do trabalho e da natureza. Em uma dinâmica intensificada em ascensões de lucrativas transações financeiras.

No Brasil, os investimentos na “superfície”, como o crédito de carbono, plantio de florestas homogêneas, usinas eólicas, mineração e a agropecuária, presentes nessa concentrada estrutura fundiária vigente, são exemplos de uma composição capitalista geradora de capital constante. Composição que além de gerar renda, assegura outros elementos enquanto reserva de valor, como verdadeiros patrimônios naturais superficiais, subterrâneos e atmosféricos. Licenciados a proporcionar a injeção de altos fluxos de capitais atrelados ao arcabouço agropecuário mineral exportador atual, impulsionando novas mobilidades de trabalhadores e conflitos territoriais no campo brasileiro.

A partir de uma pressuposição ontológica, enxerga-se essa tríade proposta como fundamental para se interpretar o metabolismo atual do trabalho, tratando-se principalmente da exploração do trabalhador e da degradação ambiental em defesa da manutenção do modelo hegemônico de desenvolvimento do *agrobidronegocio*. Analisada sobre uma base geográfica, na qual o território se apresenta como conceito/categoria fundamental para darmos visibilidade aos fenômenos desse movimento. Com a consideração de que a extração do trabalho não pago é a força motriz que dá continuidade a esse modelo societal, em que o trabalho escravo, a intoxicação dos trabalhadores, as mortes relacionadas ao trabalho, as doenças graves a miséria extrema, a mobilidade força etc., (enquanto responsáveis “*mor*” por sustentar a dinâmica acumulativa por lá existente) foram os dois principais horizontes observados para melhor compreender essa dinâmica perversa no Oeste da Bahia.

É baseado nesse momento histórico da sociedade mundial que prevalece a cultura da *desigualdade substantiva* (MÉSZÁROS, 2001), onde o homem se imbrica intrinsecamente a uma estrutura de sociedade oposta à ideia de sustentabilidade, sobre a qual ressaltamos a importância de interpretarmos os impactos da (des)organização social vigente, que precariza/degrada as relações de trabalho e a dinâmica da natureza, sem o controle da dimensão que isso pode resultar<sup>6</sup>. Em um processo autodestrutivo que significa nada mais que a liberdade alienante, absoluta, da acumulação expansionista do capital, independente das consequências. Um panorama devastador, que intemperiza a sociedade, o trabalho e sua relação com a natureza, inerente à lógica desenvolvimentista, adjetivada de desenvolvimento sustentável (THOMAZ JR., 2012).

---

<sup>6</sup> Com o modo de produção capitalista, o processo de trabalho adquire novas determinações sociais que alteram sua natureza intrínseca, ou seja, torna-se processo de valorização, e sob o sistema de máquinas o processo de trabalho torna-se processo de produção do capital conduzido pelo trabalho morto, o que significa que o homem é deslocado, deixando de ser elemento ativo; tornando-se elemento passivo, como um mero suporte do sistema de máquinas (THOMAZ JR., 2013).

Seguindo o sentido da centralidade do trabalho, visto aqui como categoria ontológica do sujeito social, é que partiremos para o entendimento de sua morfologia nos territórios do *agrohidronegócio* no Oeste da Bahia, vinculada à transformação incessante do trabalho vivo em trabalho morto e a desconsideração do bem-estar do ser humano a partir da mobilidade do trabalho e sujeições a formas degradantes.

Como “pano de fundo”, diversas vezes oculta aos nossos olhos, apresentam-se as ações de resistência em seus diversos níveis e lugares do globo. Dessa forma, entendemos ser preciso ampliar as discussões em torno da centralidade do trabalho, com intuito de visualizarmos os processos tácitos da nova morfologia do trabalho, que a cada momento se complexifica, envolvendo uma gama de trabalhadores formais e informais, que busca a cada instante a sobrevivência nesse mundo controlado por poucos (THOMAZ JR., 2013).

O que se observa é a intensificação da precarização das condições de trabalho embutida em uma escala planetária, sem distinção entre centro e periferia, que (re)cria suas particularidades de lugar para lugar. Acompanhada de uma postura avessa ao fim do trabalho, em que a massa trabalhadora aumenta de tamanho seguindo a projeção da população mundial, todavia, com condições de trabalho cada vez mais precarizadas (THOMAZ JR., 2010).

As tramas do trabalho em épocas de protagonismo do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988) se apresenta a cada dia de modo mais complexa, com um viés não só toyotista, mas em um emaranhado de questões não respondidas e/ou desvendadas pelo olhar da ciência. É a partir dessa posição que poderemos buscar deslindar parcela dessa teia de questionamentos sobre o trabalho no Oeste da Bahia, incluindo a grandiosidade da massa trabalhadora sem exceção<sup>7</sup>, intelectuais, informais, operários, camponeses, formais, terceirizados etc.

Ao mesmo tempo em que o capital constrói fetiches intuídos de exacerbar a alienação dos trabalhadores, eles próprios, mesmo excluídos, buscam sua auto-organização, na tentativa de ao menos mitigar os processos degradantes e diminuir as filas de desempregados. É dessa forma que estamos buscando entender entidades de cunho emancipatório, enquanto exemplos específicos desses sujeitos contra-hegemônicos, que possuem a utopia do pleno emprego e/ou do trabalho livre, pautada em afazeres dignos e

---

<sup>7</sup> A costumeira classificação do trabalhador pautada na divisão técnica do trabalho, perde força no que condiz à realidade posta, pois, diante de toda reestruturação produtiva relacionada intrinsecamente com a deterioração do trabalhador, o mesmo é obrigado em diversificados momentos da vida, com o exercício de várias funções, apresentar uma ampla *plasticidade no trabalho* para conseguir ter acesso a algumas necessidades básicas e necessárias da vida (THOMAZ, 2004).

como bandeiras de luta em suas reivindicações, sejam elas no campo, na cidade ou na floresta.

Essa interação dialética reafirma o poder da negação do ser que trabalha e ao mesmo tempo nos estimula a repensá-la diante dessa teia complexa criada pelo capital na era neoliberal. Fortalecendo as palavras de Lukács (1968), quando aponta que o homem torna-se um ser que dá respostas, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, e quando em sua resposta ao carecimento, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações frequentemente bastante articuladas.

O reavivamento da teoria marxiana se apresenta necessário para interpretarmos o metabolismo do trabalho na esfera do agrohidronegócio a partir da tríade Terra-Água-Trabalho, fazendo vencer velhas ortodoxias que negam a própria e necessária fluidez do pensamento, contrariando até mesmo a lógica dialética relacional proposta, a qual prevalece com as atenções engessadas na fragmentação estrutural cidade-campo, guiadas pelas evidências da divisão técnica do trabalho, insistindo num equívoco analítico e político que dificulta/impede o entendimento da dinâmica territorial do trabalho, nesse início do século XXI (THOMAZ JR., 2012).

Porém, é no caminho desse novo circuito econômico do campo brasileiro, responsável por expressar uma consolidação do poder de classe do capital sobre terras agricultáveis com recursos hídricos em abundância, que pretendemos estudar a vinculação da posse da água e da terra e a degradação do trabalho, na busca de entender uma parcela da dinâmica e dos interesses dos sujeitos atuantes no CTA do Oeste Baiano.

Em face à leitura apresentada, parte-se das hipóteses de que:

- ✓ A busca pelo capital do controle/apropriação dos elos de vida Terra-Água-Trabalho no Oeste da Bahia, é uma condição basilar para a sua expansão/acumulação nessa região no âmbito do agrohidronegócio, com conflitos envolvendo diferentes capitais e seguimentos da classe trabalhadora, enquanto característica inerente à essa dinâmica, sobretudo a luta pela vida, da propriedade, dos recursos naturais e os meios de produção;
- ✓ A análise da condição relacional no campo do Oeste da Bahia, entendida aqui por CTA, é sustentada pela dinâmica conflituosa, impulsionada pelo

Capital-Estado e por povos que por lá reexistem, a partir de um conjunto de interesses fluídos, que são estruturados de acordo com o contexto histórico de cada momento.

- ✓ A água é vista por dois vieses: enquanto recurso para o capital, sendo uma mercadoria crucial para propagação de valor no campo, sobretudo para a produção de energia, irrigação, transporte e extração de recursos; e como bem comum para os povos tradicionais, no sentido de dar significado e sustentação á vida. Logo, essas interpretações/práticas discrepantes é motivo de conflitos junto a terra.
  
- ✓ A forma atual de degradação do capital no Oeste da Bahia vem provocando sérios impactos às águas subterrâneas e superficiais, atingindo o Aquífero Urucuia, responsável por alimentar a rica rede hídrica existente na região e o seu rio principal - o São Francisco. Em uma condição responsável por contribuir com a diminuição da vazão e morte dos rios na região e, conseqüentemente, com a emergência de conflitos entre os diferentes usuários.
  
- ✓ O extenso registro de acidentes, intoxicações, mortes e escravização de trabalhadores no Oeste da Bahia, são expressões da degradação do trabalho enquanto característica basilar para a manutenção da expansão/consolidação do capital. Uma condição que dá significado a expressão da extração do trabalho não pago alinhado ás formas degradantes do trabalho presentes, enquanto práticas protagonistas que dão sustentação a esse arcabouço, edificado essencialmente para atender ás demandas do capital no Oeste da Bahia.

Em se tratando do enfoque apresentado até aqui, buscamos a estratégia de pesquisa que investigou a compreensão das espacialidades/processos construídas no território a ser estudado, vinculadas à uma concepção escalar local-global-local, por meio da relação dos sujeitos sociais, entendida substancialmente através das ações cotidianas promovidas por esses indivíduos no que diz respeito ao objeto de estudo proposto.



É por essa condição que buscamos compreender a realidade por meio de ações/eventos que a constituem, diretamente ligada às relações entre sujeitos e agentes sociais, numa escala de tempo histórica, que fundamenta a prática exercida no cotidiano dos grupos sociais a partir das suas diferentes formas de organização. Concepção que nos oferece uma ideia que nos deu um suporte norteador para analisarmos a pesquisa, sobretudo pelo entendimento das ações dos sujeitos sociais envolvidos com os diferentes agentes a serem estudados (SANTOS, 1999).

Logo, essa é uma pesquisa quali-quantitativa, desenvolvida a partir de um determinado recorte territorial, que tem como ponto de partida a interpretação das ações dos sujeitos sociais. A partir da posição que a formação territorial construída por intermédio das relações de poder é resultado das ações e negociações desses sujeitos. Portanto, considerar a concepção dialética como base de interpretação dos grupos sociais pesquisados como sujeito e objeto dos processos históricos, é um passo de grande valia para reconhecermos a complexidade da realidade social no Oeste Baiano (TURRA NETO, 2012).

Desse modo, em face às problemáticas expostas, apresentamos as questões-chave desta proposta de pesquisa e os seus principais objetivos, baseada na análise realizada, guiada por meio dos seguintes eixos de investigação no território estudado.

### **Objetivo principal!**

- Analisar a relação da tríade Terra-Água-Trabalho como elos de vida transformados em mercadoria no âmbito do agrohídronegócio, enquanto sustentáculos da acumulação/expansão do capital. Buscando por meio da ideia do CTA, dar visibilidade a dinâmica territorial através da leitura dos conflitos no campo do Oeste da Bahia, vinculados às formas de resistência, à mobilidade do trabalho, à apropriação da natureza, sobretudo a água e terra e as formas degradantes do trabalho.

### **Objetivos específicos**

- Interpretar o uso e ocupação do solo da fronteira agrícola pelo capital a partir do final da década de 1970 até os dias atuais, compreendendo a apropriação da água (pluviométrica, superficial e subterrânea), da terra, vinculadas à degradação ambiental e do trabalho;

- Entender o devir das (re)configurações da fronteira agrícola no Oeste da Bahia, considerando a lógica relacional com o capital e o Estado (nas suas instâncias federal e estadual) enquanto retrato do modelo desenvolvimentista do agronegócio;
- Identificar os diferentes conflitos no campo vinculados à terra e à água, por meio da leitura territorial das distintas ações dos sujeitos, que se organizam e atuam em variadas formas;
- Especificar os diferentes usos da água no Oeste da Bahia e sua transfiguração em mercadoria, vinculadas a dois propósitos protagonistas: enquanto recurso pelo Estado e o capital, com objetivo maior de propagar valor, e como bem comum por povos tradicionais;
- Compreender os conflitos pela terra/água a partir dos seus diferentes usos, vinculados no mesmo nexos causal antagônico, enquanto bem comum e como mercadoria;
- Analisar as formas degradantes do trabalho no campo do Oeste da Bahia, enquanto estratégia crucial para o capital manter a estrutura capitalista montada, como “força motriz” dessa arquitetura acumulativa.

São por essas ideias, que o itinerário do/no trabalho permitiu o “mergulho” nos princípios de Vidal de La Blache, da extensão, analogia, causalidade, atividade e conexão. O que proporcionou a análise de complexas relações da tríade Terra-Água-Trabalho, embasadas pela conexão dos seus fenômenos, a partir da ideia que nada existe de modo isolado na terra e que tudo que seja transformado promoverá uma reação de causa e efeito, pelo simples motivo da vida acontecer pela ligação e o devir dos elementos. Portanto, é com base no princípio que a ciência geográfica não pode se fechar, pois, qualquer que seja o ambiente, irá ocorrer influência e/ou será influenciado (DANTAS & MEDEIROS, 2008).

Dessa forma construímos essa pesquisa, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos, responsáveis por nortear junto com a escolha do método a teoria e a empiria desse trabalho.

## **"Andando como notícia ruim" O objeto construído junto ao território tracejado**

Iniciamos essa discussão com algumas indagações de Turra Neto (2012), o que nos instiga apresentar reflexões sobre as complexas perguntas expostas: o que é o campo para o geógrafo, o que delimitamos, o que deixamos de lado? Será que não situamos e engessamos nossos sujeitos no campo, pois afinal, só os encontramos lá e esquecemos que eles podem ser tão móveis como nós? Uma mobilidade que os constitui como sujeitos muito mais complexos, do que nosso olhar geográfico os consegue abarcar? Não há intenção por nós de realizarmos respostas prontas, e sim a exposição de ideias que nos ajudaram no cumprimento da pesquisa até aqui. Pois, a nossa tarefa é utilizar uma ótica multidimensional e interpretar as formas de organização e suas ações no território pesquisado, para melhor enxergarmos as dinâmicas ocultas. Sobretudo, pelo entendimento que o pesquisador possui autonomia de suas observações, dados, relatos, intuições e de decidir sobre o significado delas. “Como fazer geografia”?

A pesquisa de campo possui uma contradição metodológica inerente a ela mesma, pelas próprias condições da pesquisa, que constitui uma variável complexa e importante para o que se deve considerar como resultado dos trabalhos. Em nossa pesquisa, para as finalidades propostas, buscamos incluir a observação participante e as entrevistas, enquanto procedimentos metodológicos cruciais para entendermos a dinâmica territorial a partir da ação dos sujeitos como objetos e vice-versa. Um processo pelo qual mantém o observador em uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação. O pesquisador está em uma relação “face-a-face” com os sujeitos, participando do cotidiano e colhendo os dados. Dessa forma sendo parte do contexto da observação e ao mesmo tempo se modificando para esse contexto (GUIMARÃES, 1980).

Para tanto, é preciso refletir sobre a relação entre sujeito e objeto enquanto uma das sementes da existência humana na terra, podendo-se considerar a troca metabólica entre ser humano e natureza, fundindo-se na construção de uma nova natureza e um novo ser humano. Dessa forma, para construirmos nossas concepções geográficas no cotidiano é preciso considerar o humano em sua ontologia de seres socialmente construídos em relação com a natureza no metabolismo social do capital (FLORES, 2013). Concebendo a reação contínua de sujeitos e objetos, um sobre o outro, por meio de fenômenos socionaturais imbricados à produção do conhecimento. Essa condição é possibilitada por um processo histórico, no qual estão relacionados sujeitos e objetos (SANTOS, 1999). Relação reconhecida enquanto base para identificar e ouvir os sujeitos envolvidos na pesquisa,

tratando-se das suas experiências exercidas na (re)configuração territorial analisada por intermédio das questões hídricas, trabalhistas e agrárias observadas.

Essa seleção ocorre na consideração do homem como sujeito e objeto. Sujeito quando pensa e objeto enquanto consciente da sua existência, do seu organismo, sua atividade vital e prática. Ele age sendo objeto para outros sujeitos. Para tanto, toma-se o conhecimento do sujeito para desvendar pesquisas enquanto esforço para relacionar o conhecimento prático (teórico-metodológico, vivência) aos objetivos da pesquisa (LEFEBVRE, 1995). Neste sentido, nosso traquejo cotidiano, construído em uma região (Irecê) conectada à área da pesquisa, sobretudo através da mobilidade da classe trabalhadora, e a preparação teórica-metodológica, foram cruciais para a construção da pesquisa até aqui.

É necessário somar com a ideia que sujeitos e objetos interagem na vida prática, sendo preciso pensar, analisar e respeitar essas interações, visto que os pressupostos são dados pelas correlações na vida social. Enquanto pesquisador, é fundamental reconhecer que os pesquisados agem sobre nós, em nossas investigações objetivas, e da mesma forma, agimos com eles e entre eles, assim interagindo em um campo de investigação (SILVA, 1999). O nosso desafio se pauta na maneira de captar a informação e apreendê-la no instante do movimento da pesquisa, baseada no dever de divulgá-la aos homens e mulheres envolvidos e aos interessados do conteúdo discutido. Registrar, codificar, correlacionar com a teoria e metodologia, a transformação em empiria e a comunicação do trabalho, foram desafios lançados e discutidos nessa pesquisa (SILVA, 2000).

A identificação do objeto deve se dar no desvendar da história de vida do pesquisador. A escolha parte de um tema, com hipóteses teoricamente válidas, calcadas em uma estrutura teórica e metodológica, a princípio, cabível de uma verificação empírica. Dessa forma, esta pesquisa propôs estudar de início “Os impactos do agrohidronegócio no Oeste da Bahia e os seus rebatimentos sobre os recursos hídricos e o trabalho”. Escolha que permaneceu durante o decorrer do processo, contudo amadurecida no decurso das leituras, e posteriormente ao trabalho de campo. Momento que nos mostrou uma amplitude maior da proposta, baseada no início em estudar temáticas do agrohidronegócio, como a expansão da fronteira agrícola, os impactos do desmatamento, os conflitos pelo uso da água, a diminuição na vazão dos rios, a precarização das relações de trabalho etc., apresentadas de modo pontual e com poucos nexos. Os passos da pesquisa a partir do campo, além de nos apresentar o vínculo dessas questões à lógica da barbárie imposta pelo metabolismo social do capital, nos revelou a necessidade integrada do domínio/controlado da

terra, da água e do trabalho, para a manutenção dos fundamentos do agrohidronegócio no campo. Somado a isso, o regime de utilização e especulação da terra, ligado a variados usos decorrentes dos seus vínculos com o mercado. Isso unido a variados processos de TDR dos agentes e sujeitos.

A relevância da temática proposta e sua caracterização enquanto processo de investigação científica, constitui o fortalecimento da negação que é possível fazer uma escolha neutra de um objeto científico. Ao passo que se dá, ultrapassando “os planos das observações para a construção das determinações” (seguindo um sentido marxiano), nos faz posicionarmos politicamente em uma escala multidimensional, levando-nos a crer em um acréscimo qualitativo no trabalho. Contudo, uma posição diferente de quaisquer instituição ouvida, pois o nosso entender não parte apenas de um conjunto de valores, ideias, refletidas em um movimento, mas na interpretação de variáveis que formam diferentes aglomerações e princípios. Logo, a necessidade do plano teórico e metodológico para tal fim (SAQUET, 2007).

Na concepção de Marre (1991), não existe ciência e experimentação dos fatos empíricos sem uma relação desses com uma abordagem teórica, em que “a demonstração empírica é uma teoria em ato”, o que nos motivou apresentar o nosso ponto de vista teórico marxiano para justificar o objeto. Prática necessária em uma construção científica, posição que nega observações pontuais baseadas em fatos do conhecimento popular, substituída por um modo qualitativo de interpretar dinâmicas territoriais.

Até esse passo da pesquisa, por posição do autor, se deu, preferência a leituras de escritores marxistas, ou que em algum momento utilizaram o tema para o debate, com objetivo de melhor entender a estrutura agrária no Brasil e, especificamente, no Oeste Baiano enquanto recorte e a sua relação com o capital e os rebatimentos frente à classe trabalhadora. Dentre os principais: Thomaz Jr., Oliveira, Fernandes, Delgado, Antunes, Alves, Mészáros, Porto-Gonçaves, Haesbaert, Harvey, Marx, Luxemburgo, Rigotto, Pignati, Ioris, Flores, Zizek, Mendonça, Brandão, Heck, Perpetua dentre outros. Essa diversidade de autores com diferentes formações acadêmicas nos apresentou pensamentos basilares para a construção da tese, reforçando a ideia de diálogo com as diferentes ciências e a necessidade da integração.

Escritores das ditas ciências exatas também foram utilizados para melhor compreender as diferentes formas de apropriação da natureza no metabolismo da barbárie do capital, principalmente no que equivale ao regime das chuvas e dos rios que sofrem influência da dinâmica territorial da área pesquisada. Com a utilização de informações de 21

estações pluviométricas e 28 fluviométricas presentes no Oeste da Bahia, em todos os postos que possuíam dados entre 1977 a 2015, disponibilizados pela ANA. Em que os dados das médias diárias foram transformados em médias mensais e posteriormente médias anuais, com o preenchimento das falhas dos dados fluviométricos realizado por meio do “método matemático” da Regressão Linear (SOUSA, BARROS & CELLIGOI, 2014) e das informações pluviométricas por meio do método da Ponderação Regional (NAKAMURA, SANTOS & FISTAROL, 2016).

Portanto, o nexos entre as ciências não só é preciso, como é necessário para melhor entendermos a realidade, principalmente para aqueles que acreditam e pesquisam em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Pois, o revelar das tramas do capital e os seus rebatimentos frente à sociedade, permitirá a transmissão de argumentos na direção daqueles que se organizam e lutam contra essa lógica (KAISER, 2006). Para essa etapa, não só o debate com filósofos, engenheiros, médicos, farmacêuticos, psicólogos, antropólogos, geólogos, historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas, hidrólogos, agrônomos, jornalistas, etc. foi rico, mas merecem menção, também, as pessoas envolvidas nas instituições visitadas e a população civil, que foram cruciais para reflexão e construção da pesquisa. Essa associação foi responsável por modificar substancialmente o conteúdo, forçando-nos a descobrir desvelares, que não seria possível sem esse ato relacional.

### **Um geógrafo no campo**

“Quando você muda o modo de enxergar as coisas,  
as coisas que você observa, também mudam”.  
(Débora Henrique)

As técnicas de pesquisa empregadas na metodologia foram subordinadas à importância da realização do trabalho de campo, enquanto condição necessária para apreensão da realidade do trabalho, das questões hídricas e agrárias, no território analisado. A observação teoricamente orientada “fez a diferença”, tendo em vista que as aproximações entre as díspares realidades do trabalho, dos usos da água e da terra dos povos do campo e da cidade (acampado, assentado, posseiro, fundo de pasto, quilombola, migrante, etc.), na agricultura empresarial, pecuária, mineração, etc., contêm realidades e significados desiguais e contraditórios. Visto que, o reconhecimento da íntima relação entre os procedimentos metodológicos escolhidos foi uma condição basilar para apreendermos as contradições e os tensionamentos que coexistem à realidade que nos propomos investigar (THOMAZ JR., 2013).

As leituras sobre o processo de acumulação do capital foram substanciais, dita enquanto uma revolução em processo, que revoluciona de forma endógena e constante em suas bases, com a busca de homogeneizar e hierarquizar as relações e heterogeneizar estruturas e “mercadejar” tudo, dispondo de inovados instrumentos (financeiros, tecnológicos, informacionais), para crescentemente se transformar e expandir, tornando-se mais sensível às diferenciações e heterogeneidades que lhe possa trazer vantagens distintas e extraordinárias. Esses foram princípios fundamentais para se desligar de concepções estruturais carentes de sujeitos e agentes, entendidos, como (des)vinculados deste arcabouço financeiro (BRANDÃO, 2010).

A princípio, delineamos as nossas estratégias de campo partindo da atual era da modernização do território no campo no século XXI, traçando os possíveis vínculos dos sujeitos e agentes envolvidos na dinâmica do agrohidronegócio. Passos dados na tentativa de valorizar a pluralidade das instituições envolvidas que atuam e projetam o território estudado, muitas por meio de ações multiterritoriais e transescalares (SAQUET, 2013).

A esse respeito, nosso olhar seguiu ligado principalmente às seguintes repartições da sociedade: Proprietários de terra; Capital financeiro; Indústria química; Indústria da biotecnologia; Indústria metal-mecânica; Mídia; Legislativo; Judiciário; Executivo; Partidos Políticos; Formuladores das políticas de desenvolvimento; Centros de pesquisa; Sindicatos; Igrejas; Associações; Cooperativas; Movimentos Sociais Populares; Organização Não Governamental - ONG's e as Fundações (RIGOTTO, 2013). É acoplado nesse movimento que estamos entendendo como sujeitos sociais os indivíduos cuja ação segue no sentido da realização do próprio projeto, e agentes sociais, como aqueles que executam, conscientemente ou não, o projeto de outrem. A segmentação não é estanque e inalterável, podendo o agente tornar-se sujeito e o sujeito tornar-se agente, de acordo com as condições conjunturais e contextuais (PERPETUA, 2013).

Perante esses pressupostos, a procura para ouvir os sujeitos ligados e/ou atingidos por algumas das repartições listadas, se deu com sutileza e estratégias. Pelo entendimento que cada grupo social e/ou instituição, (re)produz seus territórios, territorialidades a seu modo, em consonância com normas, regras, crenças, valores, ritos, mitos etc., em comunhão com suas atividades cotidianas (SAQUET, 2007; SILVA, 1999). As suposições que partimos não são arbitrárias, dogmas etc., mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São indivíduos reais, suas ações e condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Dessa forma,

essas presunções são constatáveis por via puramente empírica (MARX, 2007 apud ZIZEK, 2012).

Por conseguinte, ao longo do trabalho de campo, foram ouvidos sujeitos vinculados a vinte e seis instituições, ligadas direta e/ou indiretamente às temáticas da pesquisa (discutidos no item 1.2), mais duas audiências públicas<sup>8</sup> em Barreiras e Brasília e dois eventos nacionais em Brasília. Tal incursão considerou a premissa de que essa experiência direta era o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno, pois permite que o pesquisador-observador se aproxime da perspectiva dos sujeitos, isto é, do significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (HAESBAERT, 1995). Além disso, é preciso destacar a importância das informações indiretas, que por muitas vezes nos direcionou a elementos que disponibilizaram ricos subsídios para o trabalho. Nessa etapa, o registro das informações no caderno de campo durante e/ou logo após a conversa foi imprescindível.

Como mostra a Figura 1, o campo iniciou-se em Brasília, para ouvir parlamentares envolvidos na temática, militantes que já atuaram na região de estudo e um funcionário da Eletronorte. Esse passo foi dado com o intuito de começar um reconhecimento mais profundo da região (até então, conhecida apenas de “passagem”) e entender a posição de movimentos sociais e do Estado, frente às questões agrárias e energéticas e os vínculos com temas hídricos e do trabalho, em um contexto multiterritorial de políticas aplicadas no Oeste da Bahia (conhecidas até o momento).

Diria Becker (1999) que “nós nos prostituímos aos deuses do rigor e da precisão, e aos procedimentos aparentemente indisciplinados do trabalho de campo”. O que nos leva entender a função de (re)construção contínua que o trabalho de campo bem sistematizado é capaz de realizar. Muitas afirmações que podem parecer pressupostos teóricos participam de um conjunto, em que é praticamente impossível definir as fronteiras entre o que “levamos a campo” enquanto arcabouço teórico e as descobertas ocorridas ao longo do trabalho (HAESBAERT, 1995). Algumas regras básicas foram viáveis para guiar a coleta de informações, com o testamento das hipóteses e os resultados apontados.

---

<sup>8</sup> Sobre a ameaça de morte que os auditores fiscais do trabalho estavam sofrendo no Oeste da Bahia (Barreiras) e os impactos sofridos pelas populações tradicionais do Cerrado brasileiro (Brasília).



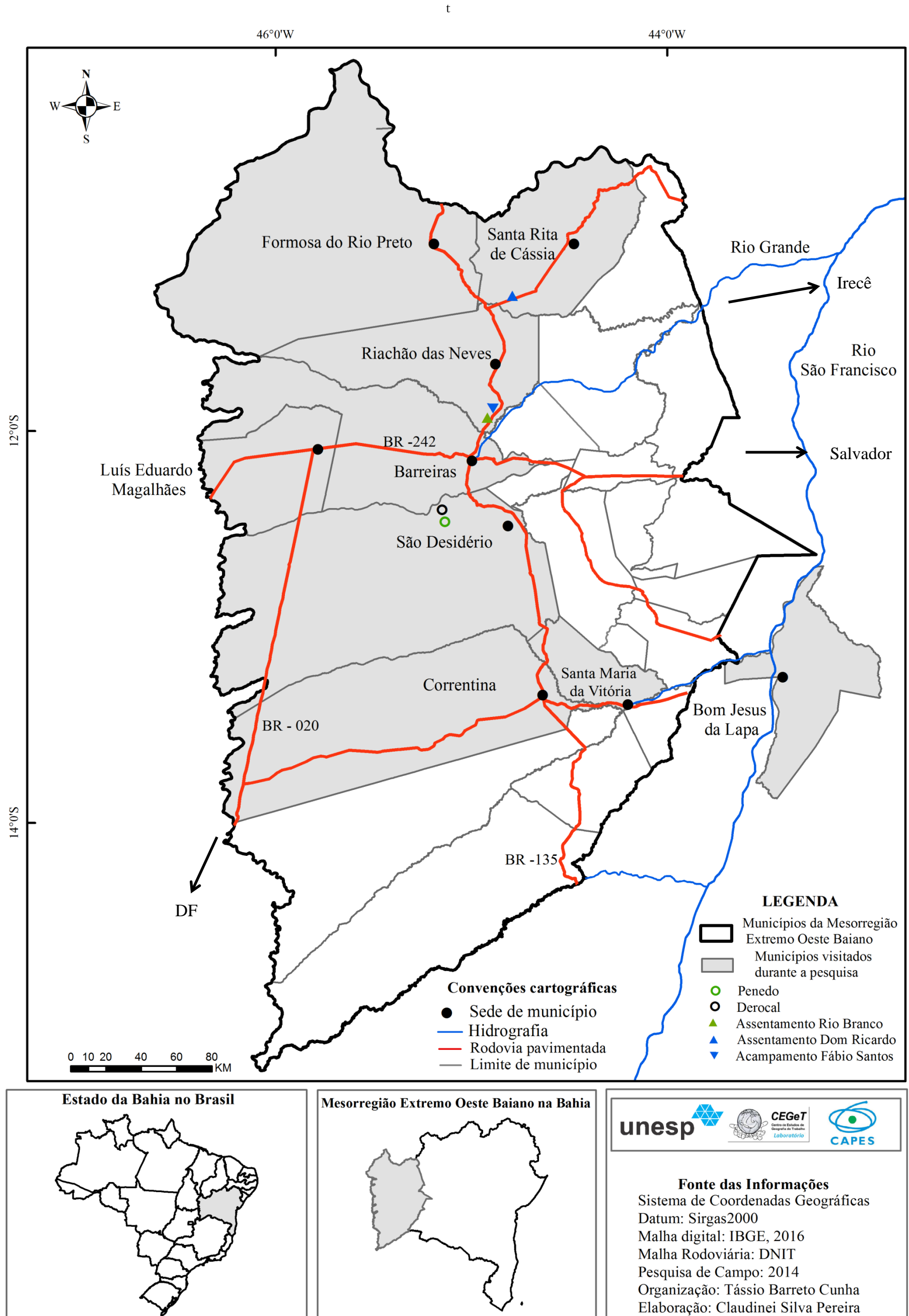


Figura 1 – Localização da Pesquisa de Campo

Em princípio, foi importante fazer os contatos iniciais, passo de grande relevância para a prática do campo. Foram diversos os caminhos para se conseguir, em que muitos foram alcançados durante o próprio campo, todavia, é certo, que um direcionamento de alguém já conhecido que assegure ao entrevistado a certeza de que a conversa não irá lhe provocar transtornos, ou a própria notificação que a pesquisa pode contribuir com um melhor bem-estar do seu cotidiano, é um válido começo. Não existiu “receita de bolo” para os primeiros passos, o recurso de maior importância foram as informações/contatos adquiridos e a perversidade do pesquisador em lidar com os pesquisados.

Ao chegar na área de estudo, demos prioridade a cidade de Barreiras, por oferecer maior facilidade de logística para o traslado do campo, alojamento e por ser sede de instituições administrativas do Estado e outros seguimentos da sociedade civil e do capital. Mesmo sem conhecer a princípio, essas informações foram transmitidas por populares, mapas e sites de algumas instituições já consultadas em pesquisas anteriores no território da Bahia. O intuito era “desbravar”, baseado inicialmente na estrutura teórico-metodológica construída até então, onde a experiência de vida e o contato com um familiar e um membro do MST da regional Oeste Baiano adquirido no VI Congresso Nacional eram as únicas ligações diretas que possuíamos antes de “mergulhar no campo”. As “primeiras luzes” apareceram logo no segundo dia, durante a busca de alojamento, quando foi encontrado uma repartição ligada à igreja católica. Nesse momento se conseguiu o contato da ONG 10envolvimento, que além de contribuir com a pesquisa, nos indicou e direcionou para diversos contatos nas cidades da região em variados seguimentos ouvidos durante o campo.

As cidades de Irecê e Salvador também foram visitadas, a primeira com intuito de conversar com lideranças religiosas e populares, para entender o fluxo atual dos migrantes dessa região para o Oeste da Bahia e a segunda com o foco de visitar alguns órgãos públicos ouvidos na pesquisa e compreender as alianças políticas do atual governo da Bahia, influentes na temática pesquisada.

No intervalo de tempo das entrevistas foi preciso ter noção que perguntas e respostas dos “sujeitos-objetos” poderiam influenciar diretamente nos resultados. Foi fundamental ter cautela para não “forçar” os sujeitos a nos direcionar apenas informações “triviais”, sendo necessário traçarmos roteiros que impulsionaram o avanço teórico-metodológico, e até mesmo o sacrifício de ideias/hipóteses construídas até ali. Foi importante ter em mente o itinerário das perguntas, visto que treinamentos anteriores foram essenciais para apreender essa receita. Nessa pesquisa se preferiu entrevistar primeiro

sujeitos de maior intimidade política e pessoal. Prática que funcionou quando tivemos que ouvir aqueles com posição políticas e ideológicas apostas, e, sobretudo em situações de urgência. Esse cuidado teve que se desdobrar pela escolha de encontrar o sujeito enquanto entrevistado, participando da sua dinâmica apenas uma vez (isso aconteceu na maioria dos casos). Essa alternativa foi a escolhida, pela multiplicidade de pessoas ouvidas, desde os “detentores do dinheiro”, a representantes de órgãos estatais, movimentos sociais populares, trabalhadores impactados por algum fenômeno/ação sacionatural etc.

Durante todas as conversas nas mais diferentes ordens, entendemos que os entrevistados reagiram aos diferentes estímulos de acordo com suas concepções, alterando o seu comportamento principalmente por nossas ações. É preciso reconhecer que os indivíduos possuem capacidades diferenciadas de se expressarem, porém, “os sujeitos sabem que não existem perguntas neutras”, isto é, não podemos nos deixar enganar pela ideia da “transparência ilusória”. A questão maior foi procurar encontrar uma “forma ótima” de realizar uma conversa que melhor deslumbrará conteúdos amadurecidos contribuindo para a pesquisa. Perguntas com elementos que foquem posições políticas-econômicas, cor/etnia, mitos/crenças/religião, etc., podem impulsionar comportamentos inadequados. Portanto, é “regra base” conhecer antecipadamente o perfil daquele(s) que serão entrevistados, para melhor se preparar em termos comportamentais, bem como ao roteiro, equipamentos, tempo, etc. “Fingir papéis é um tema básico nessas atividades” (GUIMARÃES, 1980).

Para Thiollent (1987), deve prevalecer a concepção analítica freudiana que envolve um mecanismo de troca de afeto. Essa relação é orientada pelos princípios de dizer tudo, a regra da livre associação e a atenção flutuante, interessando-nos as duas últimas. A primeira, associada ao ato de falar e a segunda na prática de ouvir e interpretar. No seu entender, essas regras tornam possível uma comunicação “profunda” entre o pesquisador e o sujeito entrevistado. As intervenções interpretativas do entrevistador ajudam o entrevistado a expor suas informações não apenas no plano cognitivo, envolvendo também a afetividade recíproca, controlada pelo sujeito que entrevista, provocando uma transferência mútua entre ambos.

É sabido que indivíduos se comportam de forma realista, expondo informações que condizem com a veracidade da dinâmica vivenciada, e/ou fingindo e apresentando relatos desconexos com a realidade. Considerando que o pesquisador tem um preparo teórico-metodológico para ir ao campo, e leva consigo experiências de práticas passadas, suas percepções enquanto algumas dinâmicas locais já deverão ser conhecidas. Esses

comportamentos podem variar de acordo com a relação que o pesquisador possa construir com os sujeitos e o local onde será realizada a conversa. Dessa maneira, “mentiras óbvias” são possíveis de serem identificadas no ato da conversa, outras, porém, a depender da dinâmica do campo, serão identificadas posteriormente. Afinal, “a mentira só prevalece enquanto a verdade não chega”. Portanto, é preciso também estar preparado para as inconveniências.

Em nossa ótica, tratando-se das problemáticas que trabalhamos, conversas a sós ou em pequenos grupos são as mais preferíveis, tendo em vista que “em público”, as informações são mais apaziguadoras e até mesmo “cínicas”. Pois, o sujeito levará em conta, primeiramente, o seu melhor “status quo” e não a pesquisa em si. Dessa forma, nossa preferência foi de deixar a conversa fluir, agindo de acordo com as atitudes expressadas. O não envolvimento em ações político-sociais no intervalo de tempo da pesquisa é preceito crucial para um entrosamento nos diferentes circuitos sociais que o pesquisador necessita visitar. A presença em audiências públicas, protestos, eventos, etc., são de extrema importância para a coleta de informações, contudo, o “espírito de pesquisador”, o material de campo e, se possível, os contatos adquiridos, foram peças-chaves no momento, junto à sua prática de vida construída.

É preciso o entendimento do pesquisador, que as pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir do seu ambiente. Logo, é imprescindível que se escolha uma técnica menos tendenciosa a levar a pesquisa para a “realidade do mundo social que o autor procura entender”. Pois, o foco das pesquisas são em relação aos intercâmbios sacionaturais entre pessoas, cabendo o pesquisador interpretá-los, não focando o estudo individual como tal (MAY, 2004).

Na tentativa de minimizar as diferentes angústias de expressão dos sujeitos, foi escolhido o modelo de entrevistas abertas e semiestruturadas (a depender da situação), baseadas em um roteiro contextual, todas, porém, feitas de forma oral, individual (na maioria) e em grupo. Essa estrutura é caracterizada por não apresentar perguntas especificamente, mas tópicos orientadores, organizados de forma lógica, de acordo com a problemática da pesquisa e o perfil do entrevistado (COLOGNESE & MÉLO, 1998). Utilizada por entender que é capaz de romper com “trocas” desiguais, segundo os meios sociais, distorcendo os artefatos preconceituosos da linguagem e o favorecimento de classe social, quebrando a hierarquia, a monopolização do saber, com total liberdade do sujeito, sendo ele que além de deter a atitude de exploração da investigação, define como quiser

qual campo do conhecimento explorar, sem se submeter a uma estruturação predeterminada (THIOLLENT, 1987).

Perante a grandiosidade de informações transmitidas por variados sujeitos, ligados a diferentes repartições da sociedade, vezes com informações conectadas ou não com o objeto proposto, conflituosas ou não, temos a obrigação de confiar nas informações do campo. São dados qualitativos e quantitativos que poderão influenciar em ações para além dos resultados da pesquisa, podendo ser utilizadas para melhorar o cotidiano dos homens e mulheres envolvidos (KAISER, 2006). Informações que poderão conter especificidades e detalhamento a respeito dos fenômenos estudados .

Por fim, aponto novamente os diferentes olhares dos ditos “geógrafos físicos e humanos”, como cada um analisa a “realidade natural e a social” nas pesquisas. A nossa vivência geográfica, a preparação teórica e metodológica, ainda nos faz ir a campo com uma diferença estrutural nos objetos das “geografias”, fragmentando mais do que aglutinando as geograficidades. É preciso reconhecer, buscando na prática das pesquisas, a necessidade de desconstruir essa ruptura, que ainda se apresenta de maneira latente. Qual sentido a geografia cultural, urbana, agrária, transporte, indústria etc., faz se não interligar parte da hidrologia, geomorfologia, geologia, clima etc.? Não exponho a discrepante ideia que deveremos estudar tudo, entretanto, é preciso compreender os fenômenos naturais e/ou sociais, que mais se conectam com o seu objeto e como eles se influenciam dialeticamente. A base geográfica da graduação, a estrutura teórico-metodológica, a experiência de vida do pesquisador e a sensibilidade do pesquisador no campo e pós-campo, são pontos-chaves nessa caminhada.

## **O pós-campo**

O entendimento de que as reflexões mais maduras sobre a pesquisa só ocorrem depois do campo, com a sistematização das informações, é importante. É imprescindível o reconhecimento que a pesquisa não se finaliza pós-campo, ela deve continuar, por que não tratamos de algo estático/inerte, e sim de um dinamismo efervescente presente no metabolismo social do capital.

Após o trabalho de campo, iniciaram-se os processos de transcrição das entrevistas, a categorização e a codificação. Etapas minuciosas, que requereu um rigor técnico-analítico detalhado. (Re)surgiram a partir daí reflexões para a construção dos produtos da pesquisa enquanto representação de parcela da realidade. O primeiro passo foi dado com a transcrição na íntegra, de todas as gravações realizadas. Foi essa a preferência, por entender

que ao realizar esse processo, a apreensão das informações, seguida das reflexões, nos guiaram para consequências positivas no resultado do trabalho e uma melhor realização do processo de categorização e codificação.

A categorização foi elaborada a partir da leitura e análise das entrevistas transcritas, (re)formuladas durante todo o processo de construção/reflexão da pesquisa, referenciadas nas hipóteses e problemáticas levantadas. É um momento de produção de novos conhecimentos, por meio da compreensão da pesquisa, com a conjugação de diversos procedimentos (COLOGNESE & MÉLO, 1998). Um momento em que o pesquisador necessita se desligar das descrições, e passar para um nível mais analítico referenciado nos processos teórico-metodológicos e nas práticas de campo e vivência, realizados até o último instante de construção da tese.

Junto à construção da categorização, o processo de codificação envolveu a identificação e o registro de uma ou mais passagens das entrevistas ou outros itens dos dados. As partes são identificadas e relacionadas com um nome, número, símbolo, cor, etc., para cada ideia/código. Sendo uma forma de categorizar o texto, estabelecendo uma estrutura de ideias temáticas, fluídas até o final do processo. Esse procedimento metódico permitiu a indução de teorias, hipóteses, correlacionadas com reflexões preexistentes até o fechamento do trabalho (GIBBS, 2009).

A formulação desse processo foi baseada no plano de redação construído anteriormente, considerando um procedimento constante de formação, na qual foram atribuídas seis cores, uma para cada capítulo, em gradações variadas. A tese foi baseada em três partes (pensando a tese, apresentando a tese e defendendo a tese) e cinco “grandes temas”/“eixos temáticos”, em ordem crescente: Proposta de pensamento e construção, Terra, Água, Trabalho e a proposta relacional da Terra-Água-Trabalho e o CTA e os itens de cada capítulo a códigos numéricos de acordo com a numeração dos itens de um ao cinco: 1.1; 2.2; 3.4; 5.1, etc. Esse modelo foi utilizado para categorizar preliminarmente a tese e codificar as entrevistas, os fichamentos, reportagens, vídeos, recortes de jornais e apresentação de slides. Sendo:

### **Pensando a tese**

- 1) **Proposta de pensamento e construção** – Entendimento das ações territoriais dos sujeitos, a partir do concreto vivido e de uma base geográfica integrada a processos sociais/naturais, envolvidos no plano do objeto proposto.

### **Apresentando a tese**

- 2) **Terra** – Dinâmica expansiva da fronteira agrícola vinculada aos rebatimentos frente à degradação ambiental e os conflitos de classes no campo e na cidade, e a sua subordinação ao capital.
- 3) **Água** – A água enquanto mercadoria, impulsionadora de conflitos nas práticas de irrigação em larga escala para exportação, no uso para produção de energia elétrica com as construções das PCH's e o seu protagonismo na expansão do capital.
- 4) **Trabalho** – A degradação do trabalho vinculada à intoxicação dos trabalhadores por agrotóxicos<sup>9</sup>, ligando a incidência dos casos de câncer nos camponeses-operários e o trabalho escravo enquanto uma insanidade desumana expressada na lógica do metabolismo social da barbárie.

### **Defendendo a tese**

- 5) **Terra-Água-Trabalho e o CTA** – A materialização da luta de classes enquanto conflitos unívocos, envolvendo questões hídricas, agrárias e trabalhistas, alicerçada por uma escolha político-econômica, em que os conflitos são a força motriz desse movimento, interpretado de modo relacional e entendido aqui no âmbito do CTA.



## **TERRA – ÁGUA – TRABALHO E O CONGLEMERADO TERRITORIAL DO AGROHIDRONEGÓCIO NO OESTE DA BAHIA**

---

<sup>9</sup> Referendamos Thomaz Jr. (2004), em relação a necessidade do redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, acrescentando novos valores e sentidos.

## **CAPÍTULO I - "Quem não tem colírio uso óculos escuro": O alicerce geográfico no Oeste da Bahia para construção de um pensamento**

### **1.1 "O sapo pula não é porque quer, e sim porque necessita": A obrigação de uma conexão geográfica**

O desafio ofegante de inovar, é posto em nossa pesquisa quando decidimos discutir parcela do campo brasileiro a partir de uma ótica articulada e integrada, entre a degradação do trabalho, a questão agrária e o uso dos recursos hídricos. Essas, por meio de estratégias unidas à leitura teórica e à metodologia utilizada junto ao trabalho de campo, enquanto fundamentais para construção do objeto e a procura dos sujeitos envolvidos na temática proposta. As escritas seguintes desse trabalho são passos dessa construção, na tentativa de realização da tese fundamentada na “libido de conhecer”.

O primeiro passo desta parte da tese em conexão com o “dito popular” transcrito no título, refere-se à contínua necessidade do avanço científico para melhor lermos o real. Por enxergarmos essa obrigatoriedade na geografia, no segundo decênio do século XXI, esse desafio é posto, sobretudo para somarmos forças junto a trabalhos desenvolvidos nessa linhagem de pensamento, em uma ótica contraditória, desigual e integradora. Que transcende o discurso além de acadêmicos, ou “cúpulas” de pensadores e agentes que muitas vezes ditam processos socioterritoriais, mas que interagem conjuntamente com sujeitos que participam dessa dinâmica, em que a interpretação territorial parte de suas ações.

Contudo, a fluidez geográfica no decorrer da sua existência enquanto ciência institucionalizada recua e avança pelo tempo, em múltiplas velocidades que sugerem simultaneamente avanços e retrocessos, união e fragmentação, ordem e desordem (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006). Pois vemos recuos e retrocessos, ligados à fragmentações epistemológicas construídas por diferentes correntes de pensamento, alicerçadas sobre uma ótica positivista responsável por limitar a leitura do real. Visto que a defesa da dicotomia sociedade-natureza por decênios é entendida como um verdadeiro anacronismo à geografia interpretada nessa pesquisa, justamente pela sua limitação de interpretação, que se constitui com uma posição acrítica ao modelo de sociedade prevalecente.

Compreendemos como indispensável conhecermos o “avanço” histórico da geografia, com um olhar voltado para o que estamos sendo contemplados em termos de estrutura epistemológica. Não “escantemos” até mesmo o seu passado positivista, descritivo, intuitivo (que na nossa leitura ainda nos vincula de alguma forma), entendendo-



o como parcela do progresso, nos espelhando em questões que devemos continuar seguindo e outras que são abandonadas ou repensadas. Não iremos nos alongar frente ao debate epistemológico, pois este não é o nosso foco. Contudo, o seu nexos com as pesquisas é visto como essencial para apresentarmos as propostas de pensamento.

A lição integradora nos aporta desde os primórdios da geografia institucionalizada enquanto ciência, com os seus primogênitos Humbolt e Ritter. Apesar das diferentes formações, os seus escritos descritivos/intuitivos eram baseados em uma conexão entre homem e natureza enquanto algo unívoco à ciência geográfica. Recordamos o determinismo geográfico estatal de Friedrich Ratzel, que procurava explicar o desenvolvimento dos povos sobre influências naturais; a escola regional francesa que pregou a (re)adaptação humana enquanto relacionada à sociedade e ao ambiente, em processos históricos, realizando a grande diversificação cultural/ambiental da humanidade, e a geografia radical e crítica, que buscou no materialismo histórico dialético reflexões para a vivência homem – meio (PEREIRA, 1999; SAQUET, 2007). A partir dessas simplificações é que iniciaremos o debate desse elo integrado da geografia, tão desconfigurado por outras escolas cartesianas.

Diante dessa herança da geografia clássica na relação homem-natureza, explícita enquanto base para o caminhar geográfico, deparamo-nos em escolher qual o melhor itinerário seguir para a realização das nossas pesquisas, sobretudo nos alicerces do método e da metodologia propostos, com as seguintes indagações: “Como pensar a geografia”? “Como fazer geografia”? e “Aonde fazer geografia”? Perguntas chaves para a realização do trabalho, por ser nosso ponto primeiro de reflexão.

Nos dedicaremos neste item à pergunta inicial, por focarmos a nossa reflexão no que estamos compreendendo da relação da ciência geográfica e sua vinculação com o objeto proposto. Por conseguinte, retornaremos as duas perguntas faltantes durante as duas partes subsequentes do trabalho, quando tentamos apresentar a tese e depois defendê-la.

### 1.1.1 “Geografando”

“[...] a totalidade não é um ideal, mas uma noção crítica; localizar um fenômeno em sua totalidade não significa ver a harmonia oculta do todo, mas incorporar a um sistema todos os seus “sintomas”, antagonismos e incoerências como suas partes integrantes”.

**(SLAVOJ ŽIZEK)**

Desde já afirmo que não é nosso objetivo construirmos manuais de pensamento. Pregamos e tentamos praticar o avesso disso, com a defesa do livre arbítrio e autonomia na realização das pesquisas. Por isso, iremos apresentar uma parcela de um particular modo de pensar a geografia, utilizada para construir essa pesquisa. Essa, enquanto mais um importante passo na busca de conectar o modo de raciocinar à sociedade posta, sua ligação com a geografia e o objeto proposto, baseado no propósito marxista construtivista do conhecimento<sup>10</sup>, fundamentado na representação do concreto vivido, representado a partir da percepção e da intuição (PRADO JR, 2002), para dar visibilidade aos fenômenos sociais/naturais estudados.

É nesse plano teórico que nos baseamos, não o vendo enquanto estático, mas sim mutável, de acordo com o devir da história. Reestruturando-se no modo como o lê, sua linguagem analítica utilizada e no formato das lutas de classe que se (re)configuram exponencialmente no decorrer do percurso do tempo. Neste viés, ver-se a importância de aprimorarmos uma teoria que busque a revelação das contradições do real nesse momento particular de crise sistêmica que vivenciamos, contida no “caráter radicalmente ilimitado da história” (FOSTER, 2007). Dessa forma, procuraremos somar no desvelamento da história burguesa posta, no sentido das determinações e indeterminações do passado enquanto motivações do presente, aglutinando o futuro na vivência do fluxo social. Não devendo ser a teoria um fim em si mesmo, mas uma orientadora da pesquisa (SILVA, 2000).

Partiremos com esse propósito das categorias trabalho e natureza no interior do metabolismo social do capital. O trabalho posto além de uma atividade pletora da qual os humanos transformam a natureza em meio de vida/sobrevivência, somado a uma relação metabólica, e a natureza enquanto substrato dos recursos naturais situada no interior do metabolismo do trabalho (MOREIRA, 2004). Somada à ideia de uma necessidade natural invertida por outras utilidades historicamente construídas/impostas e desnecessárias, com a vasta expansão da riqueza produzida e destruição dos meios de vida (MÉSZÁROS, 2007).

O entendimento do capital parte do trabalho intercambiado com a natureza enquanto a única atividade geradora de valor. Esse metabolismo é realizado no sentido de valor-de-troca, como alienação do homem pelo homem através da alienação do trabalho

---

<sup>10</sup> Vista a teoria como modelo explicativo que busca realizar uma leitura do real, entende-se o método marxiano como fundamental nesse ponto que estamos, sobretudo por expressar o desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico, o qual nos permite considerar o movimento da história de qualquer processo social a partir do seu concreto vivido (no nosso caso, a água, a terra e o trabalho) e as contradições que deram lugar e sustentam esse concreto: a luta de classes no campo e a submissão deste à cidade. No entanto, é preciso expor que não entendemos a teoria marxiana como sagrada, visto que todas as proposições sociais podem ser repensadas e reformuladas, indo de encontro à própria lógica contraditória e transformadora da dialética (CUNHA, 2014).

com a sua separação dos meios de produção. Sendo que o capital entendido enquanto uma relação social impulsionada por investimentos nas atividades produtivas, é visto como uma compra de força de trabalho, bem como dos meios de produção e insumos nos quais se aplica essa força, para assim realizar as atividades produtivas. Resultando-o em mercadorias materiais e fictícias, com o intuito de vendê-las objetivadas em alcançar e elevar o lucro, recompondo-as e reproduzindo-as com o excedente extraído e o valor do capital que se reconfigura e assim, renovando o ciclo produtivo. Processo que faz enquadrar o metabolismo social do capital enquanto um campo rico em significações, vinculando o trabalhador não mais no reino da liberdade, mas sim ao da necessidade, realizando desse modo a essência metabólica do capital (PRADO JR., 2002; MOREIRA, 2004).

É a partir dessa lógica sistêmica de exploração do trabalhador e da natureza, quando poucos usufruem do esforço e do trabalho desenvolvido pela maioria, em que os elementos integrantes desse complexo se interagem, é que se buscou a realização dessa pesquisa. Vinculando-a diretamente ao desvendamento das (des)ordens e (re)configurações do modelo social do capital, buscando a interpretação da integração de conjuntos cada vez mais amplos, e compostos ainda não considerados. Seguidos pela constância de indagações referentes os entes responsáveis pelo controle/domínio da natureza e do trabalho e os sujeitos envolvidos.

A pauta da universalidade é exposta enquanto basilar para compreensão dos fenômenos sociais, vinculados no par espaço/tempo em processos de constante devir sincronicamente e diacronicamente. Nesse sentido, a universalidade é explicada pelo conhecimento elaborado e produzido pelas relações sicionaturais presentes na realidade, apreendidas pelo pensamento por via da percepção e intuição. Contudo, cabe a nós da geografia nos igualarmos ao marxismo, também no que diz respeito ao enfoque da tríade dialética do singular-universal-particular, para melhor traçarmos nossos planos de trabalho, aumentando o nível de detalhamento e conseqüentemente de interpretação parcial da realidade estudada. Na ideia de localizar e distribuir os aspectos específicos dos objetos individuais, identificando o que existe de peculiar. Dessa conexão forma-se a universalidade, que unida com as singularidades do objeto, leva-nos a entender a particularidade (PRADO JR., 2002; MOREIRA, 2004).

A partir da relação intrínseca do sujeito-objeto e das ações do primeiro é que buscamos as nossas análises. Porém, que base geográfica podemos utilizar para vincular as especificações citadas? Quais conceitos/categorias geográficos seriam mais úteis para tanto? Seguimos o pressuposto dos conceitos-chave existentes nas ciências enquanto fração do

corpo teórico/referencial, capazes de sintetizar o ângulo específico em que a realidade é analisada, em que se encontram as bases para a sua reflexão sistêmica. Trazendo para a nossa realidade, esse papel é desempenhado pelo espaço, território, região, lugar e paisagem. Na perspectiva possível de que há elementos do espaço, da região, da paisagem e do lugar no território, da mesma forma como há elementos do território em cada um desses conceitos, pois todos são mediações que, embora em níveis distintos, procuram atribuir significado ao mesmo significante (PERPETUA, 2014).

Entendemos que há uma comunicação direta entre os conceitos base da geografia, que deverão ser utilizados para a leitura geográfica a partir das ações dos sujeitos diante das suas atuações no espaço geográfico. Um esforço contínuo de teorização a partir das experiências cotidianas referendadas pela dinâmica social, nas faces e interfaces do mundo do trabalho, que sinalizarão a importância para a concreção de uma geografia fundada na compreensão histórica do metabolismo social. Enquanto uma expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, em que o esclarecimento do ordenamento territorial resultante da processualidade societária é o que nos permitirá entender o significado dos fenômenos nos territórios estudados (THOMAZ JR, 2010).

Nesta tese escolhemos o território enquanto conceito-chave a ser utilizado/debatido junto ao objeto proposto, não como o de maior importância, mas sim por entendermos como o mais elucidativo pelo viés da pesquisa escolhida, quando se busca a compreensão de parcela da sua dinâmica pelas contradições sociais e os conflitos existentes, aqui o território é visto através das relações de poder com o envolvimento de sujeitos que buscam o seu domínio/controlado, imbricados diretamente nas mais diversas relações. Visto que a busca pela conquista do usufruto do território está diretamente ligada ao domínio/controlado dos recursos naturais e do trabalhador, condicionados sumariamente pela dinâmica do capital, e os indivíduos rebelados diante das sequelas ocasionadas durante esse movimento<sup>11</sup>.

O entendimento desses conflitos e a dinâmica territorial partem do movimento dialético da territorialização – desterritorialização e reterritorialização – TDR, considerando que os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e/ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização, e o retorno, paralelo à conquista

---

<sup>11</sup> A abordagem territorial é composta de uma imensa variabilidade de elementos teóricos-metodológicos, utilizados nas mais diferentes composições políticas/ideológicas. Em muitos casos, opostas ao debate histórico materialista proposto aqui.

do território, pela reterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição, a criação e o refluxo, o retorno e a conquista (FERNANDES, 2005; THOMAZ JR., 2004).

Dessa forma, procuramos subsidiar uma abordagem territorial que consiste nas interações e dimensões socionaturais com interferência no território do Oeste da Bahia<sup>12</sup> ao longo do processo histórico e as multiescalaridades envolvidas. Para assim entender parcela da dimensão dos aspectos conjunturais existentes entre as territorialidades reconhecidas nesse campo de relações, envolvendo a água, a terra e o trabalho, enquanto protagonistas na luta de classes no campo, sobretudo, pela necessidade do capital de dominar/controlar esses meios de sobrevivência para manter a sua expansão (SAQUET, 2007).

É diante dessa premissa que o caminho para nossa pesquisa, parte das “ações concretas e dos conteúdos tático-estratégicos específicos dos agentes e sujeitos envolvidos no arcabouço do *agrohídronegócio*”. Entendendo a dinâmica territorial da relação do capital com a apropriação da Terra – Água – Trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes no campo, nas cidades e florestas (THOMAZ JR., 2004). Os territórios “das águas, das terras e do trabalho” são considerados como fração do espaço, constituídos por relações sociais nos territórios. Seguindo uma lógica multidimensional, em que essa delimitação é resultado de uma complexa teia de ações seguindo uma determinada intencionalidade<sup>13</sup>.

### 1.1.2 O *Agrohídronegócio* e a ideia do CTA

“Nosso combate não é contra a carne e o sangue,  
mas contra os principados, contra as autoridades,  
contra os espíritos do mal que povoam as regiões”.  
terrestres e celestes (**Éfésios 6, 12**).

A dinâmica agrohídrica mineral exportadora imposta ao campo e à floresta no Brasil, é basilar para a leitura do *agrohídronegócio*, interpretado pelos vieses da precarização das relações de trabalho e da degradação ambiental, enquanto heranças da

---

<sup>12</sup> O território apresentado é demarcado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. Contudo, a sua exposição é somente para via de localização. Além de possuir outras nomenclaturas, diversas regionalizações, a análise da pesquisa não se restringiu somente a essa área, tão pouco considerando o território enquanto fechado e estático. A dinâmica territorial provocada pelas ações dos sujeitos que circundam essas áreas em um constante devir do processo histórico é a base para lermos parte das relações sociais atreladas às questões agrárias, hídricas e trabalhistas no campo.

<sup>13</sup> Um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, materializar-se no espaço (FERNANDES, 2005).

lógica capitalista perversamente construída, substancialmente relacionada com a estrutura fundiária concentrada existente.

Essa leitura territorial nos permitiu desnudar as intervenções vinculadas ao Estado, sua relação de dependência e escolha com o capital, as sequelas atribuídas aos povos sedentários e/ou associados a esse espaço<sup>14</sup> e os bens naturais reconhecidos enquanto recursos. Com a invisibilidade de fenômenos da degradação do trabalho e da natureza, ligados diretamente à saúde dos trabalhadores, enquanto centrais para compreendermos os efeitos da concentração fundiária nacional, muito bem representada nesse território. Dessa forma, o **conceito do agrohidronegócio** é reconhecido como crucial para estudarmos os atuais acontecimentos presentes no campo, desconstruindo a maquiagem econômica/social/ambiental/cultural/política apresentada pelo agronegócio<sup>15</sup>.

Aqui não nos caberá debater o histórico do conceito, já realizado por Dourado (2015). O nosso propósito é utilizá-lo enquanto espelho para esse trabalho e avançarmos na construção do seu conteúdo, lançando a ideia do **Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio – CTA** (debatido no último capítulo). Nossos primeiros passos partem do entendimento de que os conceitos são construídos a partir de um contexto histórico em constante devir, enquanto uma lente que explica parcela do real, com irregularidades e limites, fazendo parte da evolução do conhecimento. Visto que, para uma melhor consolidação conceitual, é preciso a averiguação de contextos externos, epistemológicos e semânticos, vinculados ao método, teorias, paradigmas e ideologia. Portanto, estando relacionado com a subjetividade do pesquisador e sua intencionalidade enquanto sujeito, em que a realidade não é mais a mesma que se apresenta nas aparências e sim em sua essência (DELEUZE & GUATARRI, 1992; FLORES, 2013).

Para apresentar um encaminhamento a essa proposta é preciso “dar visibilidade àquilo que não se enxerga”, na busca de entender os caminhos e as relações traçadas pelo

---

<sup>14</sup> O espaço é um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações, o território é uma fração desse espaço, definida e delimitada por e a partir de relações de poder engendradas pelos sujeitos e agentes sociais no funcionamento do metabolismo ativado pelo trabalho, esteio sobre o qual se edificam todas as outras dimensões da vida social. E assim sendo, os homens só produzem espaço produzindo território, pois toda ação se dá em relação e toda relação envolve o poder, e não podem produzir território sem que, simultânea ou subsequentemente produzam espaço, na medida em que a materialidade do substrato espacial possui um conteúdo (re)definido pelo uso humano (SANTOS, 1996; PERPETUA, 2014).

<sup>15</sup> “O conceito de “agribusiness” foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Traduzido para o Brasil, e proposto como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmicos. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados. (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2013)”.

capital em comunhão com o Estado burguês. Nesse sentido, considera-se enquanto conceito, o agrohidronegócio diferente do agronegócio. Com uma ótica exposta de forma mais complexa, permitindo variadas interpretações, com um salto qualitativo para melhor se compreender o dinamismo no campo e fugirmos das explicitações simplistas do agronegócio.

O produto principal medido por transações monetárias que se gera na esfera do agronegócio está aquém de um conceito teórico. O apresentado pelo setor, surge como pura descrição de fenômenos empíricos do seu interesse, em um recorte taxonômico sem um significado consistente do real, negando os desdobramentos provocados pela dinâmica sacionatural. Dessa maneira, não visualizamos um sentido de determinação à constituição ou funcionamento desta atividade econômica, tampouco à significância do seu conceito. Falar em agronegócio no sentido convencional de negócio no campo e nos ramos da produção, é apenas uma informação técnica à busca de um esforço ulterior. Defendemos que é preciso “descobrir” o sentido essencial das relações econômicas e sociais que se dão no interior desse setor, e o agrohidronegócio se vincula a esse desafio (DELGADO, 2012).

A essência do agronegócio no Brasil parte da associação do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação permeia as estratégias monetárias do capital financeiro, com o objetivo do lucro e extração da renda da terra, sob incentivo, defesa e patrocínio de políticas estatais (discutida no capítulo II). É a expressão capitalista da modernização do território, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar (DELGADO, 2012; FERNANDES, 2013).

Partimos do entendimento dessa estrutura sistêmica e dos seus rebatimentos frente aos processos sacionaturais, que o agrohidronegócio consiste no entendimento da autocrítica enquanto ferramenta reveladora dos aspectos ocultos. Esse como despertador da consciência no sentido de restaurar o pensamento a realidade autêntica existente em si e para si (FLORES, 2013). Em essência, são as interfaces da dinâmica territorial, alinhada às formas de dominação e relações de trabalho, formas de uso da terra, gestão da água e saúde ambiental, enquanto consequências do modelo econômico integrado a valorização econômica do capital, as questões-chaves a serem debatidas no âmbito do agrohidronegócio (THOMAZ JR, 2013).

Seguindo esse viés, não há dúvida de que o exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social, impactando, portanto, não somente as relações específicas à dimensão da atividade laborativa, mas todas as esferas dos seres humanos, ultrapassando o momento da produção, ganhando a dimensão da reprodução da vida e noutro nível, a

subjetividade da classe, as formas de organização política. Por isso, busca-se essa coerência integradora tratada no âmbito do agrohidronegócio, cabendo-nos a busca do que ainda não foi compreendido, ou seja, o conteúdo e a dinâmica dos rearranjos espaciais e territoriais do metabolismo do capital (THOMAZ JR, 2002). Um quadro que se apresenta nas mais variadas cenas políticas “Brasil a fora”, em momentos de mobilização /enfrentamento / debates, em desterritorializações constantes, (re)configurando as fronteiras campo-cidade.

É pela leitura geográfica, esforçando-se para equiparar teoria e empiria, que buscamos entender o agrohidronegócio pelos vieses da degradação, dos recursos naturais e do trabalho humano. A partir da emergência da superexploração por meio do desmatamento em série e o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e suprimentos químicos em geral, com objetivo de produzir/extrair produtos agropecuários, minerais, aquáticos, derivados de material fóssil, madeira e celulose, junto à construção de Centrais Hidrelétricas – CH e o uso intensivo da água para agricultura de sequeiro e irrigação, com rebatimentos diretos na saúde e na vida dos trabalhadores. Por meio principalmente da espoliação, expropriação, intoxicação e escravização de trabalhadores, em um nexo multiterritorial que estamos entendendo de CTA como é apresentado pela Figura 2.

A partir desses enclaves vivenciados “dia a dia” pelos trabalhadores, é que buscamos apreender os desafios e os tensionamentos da dinâmica geográfica territorial do trabalho a partir da luta de classes. É esse o caminho para nos situarmos no ambiente da centralidade do trabalho, considerando a constância das resistências, com a ideia de que existem sujeitos capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, seja por melhores condições de trabalho, acesso à terra, à água, à moradia, à educação, à saúde, ao transporte, comunismo, anarquismo, liberdade, etc. Ou seja, os vínculos de pertencimento de classe que nos indicam as (re)configurações territoriais incidentes sobre a questão emancipadora da classe trabalhadora, somado ao “jogo” de alianças políticas entre instituições responsáveis por encaminhar as lutas (THOMAZ JR., 2012). São essas referências existentes no bojo do agrohidronegócio, viventes sedentários e/ou esporádicos do campo brasileiro, que nos possibilita compreender partes dessa fluída dinâmica, condicionada substancialmente pelo capital atrelado ao Estado e os sujeitos envolvidos.

É no presente desenvolvimento do nosso país, ligado à exploração dos recursos naturais (um dos mais arraigados elementos da nossa história), em conjunto com a exploração/alienação/fetichização do trabalho, no processo de acumulação de capital e multiplicação de valor, através da produção de mercadorias, que iremos investigar os conflitos, as coalizões, as alianças de classe e, conseqüentemente, a (re) formulação de



territórios (IORIZ, 2010; ALMEIDA, 2010). Alinhados a esse viés desenvolvimentista, baseado na comoditização homogênea de significativas transformações das últimas décadas, que iremos focar as nossas investigações. Com a pretensão de deslumbrar entraves conjunturais e estruturais, responsáveis por processar alterações significantes de ordem multidimensional e transescalar, refletidas na área da pesquisa, possuindo interferência planetária<sup>16</sup>, por entender que na particularidade local existem diversos elementos do global (BRANDÃO, 2010).

O debate frente ao agrohidronegócio deslumbra a tentativa de “ensinar o povo a se aterrorizar diante de si mesmo”, na tentativa de melhor elucidar e apresentar as promoções que esse modelo agropecuário mineral exportador pode provocar junto às vidas da população. Particularmente, frente ao cinismo da ordem global existente, convencido de que a verdade trazida pelo agrohidronegócio é o avesso inerente à “ideologia burguesa oficial”, responsável por distorcer densamente a essência do significado do real. Como a transmissão da obscenidade da violência bárbara sustentada pela face oculta da lei da ordem<sup>17</sup> (ZIZEK, 2012).

Uma “justiça global”, que compensa crimes coletivos de negros, imigrantes, asiáticos, latino americanos, pobres de maneira geral, através de medidas legais. Construindo uma “utopia das utopias”, com a ideia de que a “ordem legal” pode compensar os crimes originais, livrando retroativamente os “culpados da culpa” e recuperando a “inocência dos inocentes” (ZIZEK, 2012).

---

<sup>16</sup> Para Carlos Brandão (2010), a apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente, foram elementos fundantes a nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte, desempenhou papel estratégico nessas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformando em mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e *lôcus* da predação humana e ambiental.

<sup>17</sup> Essa ideia nos instigou o início do título: “Do Oculto ao Visível”.

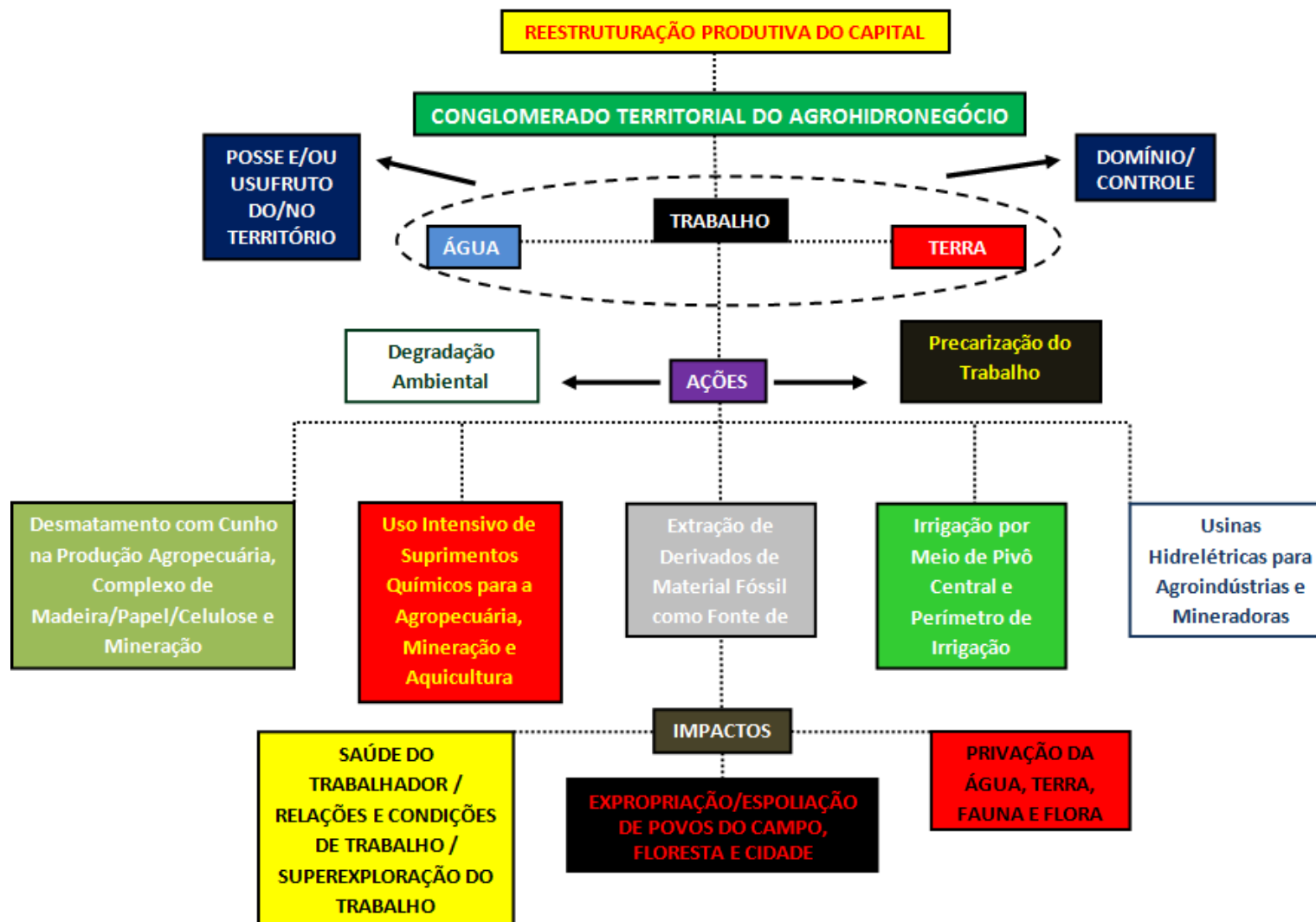


Figura 2 – Organograma do CTA - Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio

### 1.1.3 Passos integrados

“A utopia está lá no horizonte.  
Me aproximo dois passos, ela  
se afasta dois passos. Caminho  
dez passos e o horizonte corre  
dez passos. Por mais que eu  
caminhe, jamais alcançarei.  
Para que serve a utopia? Serve  
para isso, para que eu não  
deixe de caminhar.”  
**(Eduardo Galeano)**

Apontamos o problema da diversidade de ações promulgadas pelo interesse do capital de se reproduzir/potencializar, conservado e reproduzido em um mundo no qual a produção de valor é controlada por um sistema econômico-financeiro global, que colhe a superacumulação e a reprodução de capital e desequilibra os sistemas de reprodução maior da vida, como a biosfera, a biodiversidade, o ciclo das águas, a diversidade étnico-cultural entre outros, com o aumento das guerras, da miséria, do desemprego, do trabalho escravo etc.

Esses são graves entraves vivenciados no planeta como um todo, em que a pressão da superexploração da natureza com cunho na valorização econômico-financeira é tida como a maior responsável por tudo isso. O que nos faz chegar na seguinte indagação: qual seria a contribuição ou até mesmo a utilização da geografia para tanto? Não temos a intenção de transmitir respostas concretas, muito menos fechadas. As reflexões que seguem são humildes passos dados durante o percurso da pesquisa. Com a percepção que é preciso sempre caminhar, buscando romper com as heranças positivistas que por hora parecem tácitas, mas se mostram bastante estanques em nosso cotidiano.

Conforme Silva (2000), a geografia pode ser identificada no âmbito do conhecimento, expressa pela apreensão da espacialidade do valor relacional contido no real e apresentando-se enquanto essencialidade desse real. O que é geográfico está diante de nossa percepção, possuindo um significado particular, singular e universal e ao mesmo tempo relacional, como aquilo que se apresenta como momento da existência em uma configuração espacial e pelo movimento diferenciado e múltiplo. Nesse espectro deve-se ler a geografia enquanto unívoca no que se trata a relação do natural, do humano e do biológico, em que cada lugar, região, paisagem e território possuem seus significados específicos, mas atrelados ao mundo exterior ao longo do decorrer da história. Sendo que nessa múltipla acumulação de tempos, cabe à ciência geográfica captar os seus sentidos

através da escolha do método, objeto, vinculados à relação humana com a natureza, desvendando os seus significados pelas ações territoriais dos sujeitos.

Essa é a defesa de uma geografia unívoca, em que fenômenos sociais são intrínsecos aos naturais, visto que um condiciona o outro, sendo o homem o ser central e a assim, a geografia vista como ciência humana. Porém, em nossa leitura, ainda hoje somos vítimas do legatário positivista da geografia teórica-quantitativa, com a ruptura da relação homem – natureza na geografia, quando se ler um espaço (des)conexo com uma geografia fragmentada, seja “física ou humana”. Por esse reconhecimento, seguimos a defesa dos avanços alcançados com a corrente da geografia crítica, quando se buscou discutir preocupações epistemológicas, indo ao encontro com o marxismo, na intenção de construir uma ciência de denúncia, engajada em um posicionamento de classe e vinculada ao um viés gnosiológico (MOREIRA, 2004). Visto que, esse sentido relacional multidimensional de ler o território, é mais propício a atender as demandas de uma geografia integrada, a qual estamos tentando contribuir nesse trabalho.

O que percebemos enquanto mais uma herança positivista são “recortes estanques”, tratados nas especializações, disciplinas, subáreas, o que muitas vezes impossibilita uma compreensão mais embasada e panorâmica dos processos sociais<sup>18</sup> (THOMAZ JR, 2010). Posição que nos instiga a caminhar no horizonte de busca aos procedimentos, do “modo de fazer pesquisa na geografia”, que poderá contribuir para caminharmos para um rompimento da dicotomia física x humana e compreender de forma integrada os fenômenos sacionaturais. As palavras que seguem são um exercício reflexivo que propomos desenvolver de modo a problematizar essa complexa questão, enquanto proposições que possuem o intuito de expor novos elementos e ideias para a continuidade do debate.

É preciso dizer que, como qualquer ciência, a geografia possui seus problemas teóricos-metodológicos – todavia, “sem os problemas não haveriam as alegrias” – sendo preciso inicialmente reconhecer as deficiências para avançarmos. É basilar compreendermos a dinâmica social em uma constância variável e infinita, seguida por diferentes ritmos em determinados lugares. Se a sociedade nunca se apresentou inerte, a ciência como um dos seus compartimentos e a geografia fazendo parte desse bojo também

---

<sup>18</sup> Não que o foco no modelo curricular seja menos importante, contudo, a nossa preocupação se venera na “prática de como propor o pensamento da geografia”.

não poderá. Logo, entendendo essa dinâmica, sempre existirá uma necessidade de avanço das ciências para melhor ler a realidade social. É disso que estamos tratando na geografia<sup>19</sup>.

O melhor avanço que enxergamos hoje é o debate interdisciplinar, partindo das interações entre as ciências. Algo inerente na história da geografia, mas que precisa ser aprimorado e, sobretudo praticado, para melhor entendermos a dinâmica socionatural do globo. Principalmente após uma era de especificações, que muito afinou nossas pesquisas, ensinamentos e até mesmo projetos de extensão, decorrentes de temas distintos não integrados.

Neste sentido, não podemos negar a utilização de procedimentos, categorias e conceitos desenvolvidos em outros momentos e de outras ciências, mas sem perder o foco do cunho geográfico presente em nossa base conceitual. É preciso evitar o dogmatismo ideológico, na intenção de tornar o pensamento mais livre e, conseqüentemente, fértil, para atingirmos uma melhor práxis nas nossas pesquisas, uma vez que é bem mais salutar começar reconhecendo o conhecimento geográfico como um processo. Por isso significa a aceitação que a geografia depende de outras ciências e de teorias não geográficas e que tal dependência fez e faz parte da geografia, assim como as outras dependem da nossa. Desse modo, significa reconhecer que é possível e mesmo indispensável examinar e discutir os meios de enriquecer o conhecimento geográfico (SANTOS, 1999).

Outro aspecto de suma importância para a geografia é o relacionamento dos pesquisadores com os temas propostos, para assim entendermos as “geograficidades”<sup>20</sup>, melhorando a eficácia da investigação científica em reconhecer a necessidade de aprimorar a relação pesquisador-pesquisado alinhada à uma base teórica e política no que concerne as temáticas discutidas (LACOSTE, 2006). Isso será possível se o pesquisador conseguir agregar em suas descrições uma conexão atrelada à uma “teoria materializada”, correspondente a sucessões de atos, capazes de apreender a realidade empírica que o quadro de relações teóricas sugerir, em um foco geográfico, que para nós, deslumbra a relação social e natural, nessa ordem metabólica vigente (MARRE, 1991). O produto final dos nossos trabalhos será a apreensão do real em um determinado instante. Dando

---

<sup>19</sup> O instiga para realização desse curto debate na tese, foi motivado pela vivência no Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e Território – GEPAT, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CeGet e no coletivo do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde – CETAS, na FCT/UNESP. Coletivos de pesquisadores que vem realizando debates e práticas de pesquisas rompendo com as tradicionais subáreas, entendidas aqui como integradas.

<sup>20</sup> A condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade. O modo de expressão da essência metabólica – a hominização do homem pelo trabalho – em formas espaciais concretas de existência, algo que o difere nos variados recortes de território da superfície terrestre. É o ser em sua totalidade geográfica concreta (MOREIRA, 2004).

visibilidade aos resultados enquanto concretude de ideias, transformando-as de um dado exterior sensível, a um elemento interno ao pensamento (SILVA, 2000).

Portanto, para apreender a dialética existente entre os fenômenos sociais e naturais, que indicam a formação do fenômeno geográfico como dinâmica destes, diante das transformações territoriais em marcha e da intensa fluidez da paisagem geográfica perante a necessidade de refazermos os caminhos da interlocução com as demais áreas do conhecimento, é que apontamos a necessidade de aprofundarmos o debate. Fugindo do discurso geográfico estruturado de forma fragmentada, como o que proclama a dicotomia Geografia humana e Geografia física, ou das ditas subáreas e defendendo a ideia de uma geografia unívoca e integrada. (THOMAZ JR., 2002).

## **1.2 "O desconfiado até hoje está vivo": A geografia dos sujeitos (des)conexos assistidos**

“Sujeito homem, objeto agente!  
Ou seria sujeito agente e objeto como gente?  
Nesse meio se encontra o pesquisador,  
na função de um gerente.  
Tencionando esse par dialético,  
um tanto quanto eclético.  
Nessa relação envolvente”.  
**(Tássio Barreto Cunha)**

Partimos nesta etapa do texto de uma concepção marxiana em relação à essência do ser social. Isto é, o ser social constituído e constituinte de relações sociais, logo, sendo construtor do próprio mundo, da sociedade e da totalidade que reflete as múltiplas relações entre seres humanos, e entre esses e a natureza para debatermos sobre os (re)arranjos dos sujeitos envolvidos nessa temática territorial proposta. E ainda considerando que a prática da atividade humana de produzir a realidade é o único critério de verdade possível. Essa realidade-verdade, deve ser apreendida na abstração e utilizada na própria realidade como parâmetro de avaliação. Porque o sujeito e o objeto não podem exteriorizar-se, o sujeito cognoscente e o seu conhecimento, são partes ativas da realidade do que queremos compreender no Oeste da Bahia (FLORES, 2013). Os sujeitos enquanto humanos são entendidos pela consciência de realização das ações, enxergando-se enquanto sujeito e objeto do devir histórico e social. Quando a subjetividade é a possibilidade de exteriorizar-se, e a objetividade é livre para ser possibilidades diversas, estando sempre entrelaçada entre sujeitos e os seus propósitos (LUKÁCS, 1968).

A geografia dos sujeitos é lida na vigência de um sistema de mediações de segunda ordem, que se sobrepõe às mediações de primeira ordem, em uma distorção de sentidos e

valores. De modo que indivíduos passam de uma relação harmônica com a autotransformação da natureza e seres sociais dotados de algum grau de autodeterminação, para um processo de alienação/fetice/subordinação. Em que o capital degrada o sujeito real da produção e o trabalho é condicionado a uma objetividade reificada, um mero fator material de produção, subvertendo a prática social mais expressiva - a relação sujeito-objeto, arruinando esse movimento a cada passo da história. Sendo esse processo algo inerente à sobrevivência do capital, sobretudo em época de expressiva crise estrutural (ANTUNES, 1999).

Para iniciar a leitura sobre as ações das instituições assistidas, com intuito de compreender a dinâmica da fronteira agrícola no Oeste da Bahia alicerçada na terra, na água e no trabalho, buscamos em Alves (2013) os fundamentos dos atributos da individualidade, subjetividade e alteridade, como predicados fundantes dos sujeitos, na tentativa de interpretá-los, alinhados às suas vivências no sociometabolismo do capital. Certo que no território pesquisado, os homens enquanto sujeitos e objetos do real, “agem e reagem”, licenciando uma leitura perpétua de interações contraditórias e integradoras. O que nos instiga buscar nessas características as bases para o entendimento dessa parcela da realidade (SANTOS, 1999).

A individualidade humana se constitui na medida que o homem enquanto espécie se apresenta como ser em si, sendo uma construção histórica no processo de individuação e desenvolvimento do ser humano-genérico. Ela constitui-se de indivíduos concretos, pudes de unicidade, afirmando a singularidade, constituída pelo caráter e pela personalidade das individualidades pessoais. O homem em si tem uma natureza humana intrinsecamente social, histórico-pessoal e idiossincrática<sup>21</sup>, que enquanto individualidade pessoal e nas condições do capitalismo histórico, se manifesta como individualidade pessoal de classe, (re)formulando a individualidade humana em individualismo. Perdem-se os laços pessoais com a memória pública e individual e oblitera-se a dimensão do sonho como transcendência do “agora ou nunca” (ALVES, 2013).

A subjetividade humana representa o ser-para-si-mesmo, é próprio da natureza humana caracterizada pela dimensão do espírito, da razão e do social. É a realização do sujeito que efetiva a sua individualidade, manifestando-se como singularidade pessoal, capaz da “negação da negação”. Na sociedade do capital, que desenraiza a pessoa humana do ser-em-si, a corrosão da subjetividade é irremediável, na qual o homem como sujeito pessoal, um problema na ordem metabólica do capital, tornando-se um “espectro de

---

<sup>21</sup> Temperamento especial de cada indivíduo.

homem”, o ser-para-outrem. Um vínculo com o processo de desterritorialização subjetiva do homem alienado do seu território de existência autêntica, se projetando no território da existência inautêntica das implicações subjetivas fetichizadas do capital (ALVES, 2013).

A alteridade se expressa pela dimensão de ser-com-o-outro, uma qualidade de “ser através do outro”, que caracteriza as individualidades pessoais como sujeitos humano-genéricos. São elementos pressupostos para o desenvolvimento da alteridade do sujeito, a individualidade e a subjetividade. É na instância da alteridade que se põem, como elemento ontologicamente constitutivo e historicamente determinado, as relações sociais. Na sociedade do capital, a experiência da alteridade torna-se individualidades pessoais, inerentes às individualidades pessoais de classe. Isso impõe um modo estranhado do metabolismo social, isto é, o capital enquanto condicionante da corrosão da alteridade humana enquanto polo da individualidade pessoal (ALVES, 2013).

É essa vigência da ofensiva do capital que significou a ideologia do individualismo na vida social, retrocedendo práticas e ideias de solidariedade coletiva, observadas nos sindicatos, associações, autarquias estatais etc. Baseadas no bem-estar e valores individuais, sucesso pessoal, dinheiro (enquanto expressão da riqueza), mídia, etc., como ideologia dominante na sociedade burguesa. Essa, uma dominação hegemônica necessária para a manipulação das instâncias pré-conscientes e inconscientes do psiquismo humano (ALVES, 2011).

Contamina-se não só aqueles que reinam nas ilhas do capital ou seus simpatizantes, é uma relação que atinge todos nós, inclusive os que participam diretamente do enfrentamento cotidiano contra essas forças. As discordâncias imaturas, as brigas internas, a disputa pelos poucos territórios que possuem interferência, por sindicatos, pastorais, movimentos populares etc., são exemplos. Concretudes que diminuem o poder de articulação/aglutinação e, conseqüentemente, de mobilização daqueles(as) que acreditam na luta enquanto a principal maneira de caminhar para uma sociedade emancipada. A lógica da perversidade do processo provoca esse embate entre grupos de ideias convergentes. Como expresso no relato abaixo, sobre desavenças entre instituições presentes no CTA no Oeste da Bahia, em que escolhem caminhar isolados nesse momento, ao invés da aglutinar forças para um enfrentamento mais coeso.

Bom, causalmente tem coisas que a gente encara juntos. A duas vezes em audiência pública, claro que a gente junto, com o MST, FETRAF, mas não é assim uma contemplação permanente. A última vez com a FETRAF se criou um mal entendido por parte de uns do MST, por que o pessoal da FETRAF vem de sindicatos que se constituíram com apoio



da igreja, Santa Rita, Tabocas, Cotegipe, nessa linha, nessa tradição, estava mais junto com esse pessoal, mas nós nos afastamos da mesma maneira. [...] As disputas entre os movimentos pela paternidade dos assentamentos aumentou cada vez mais, isso é uma coisa que a gente não aprova. E acha muito equivocada por parte do governo e que tenha concordado com essa distribuição, movimentos com importância fundamental. [...] A gente não quis fazer um papel só reclamando do INCRA, mas a gente sabe que isso é fruto de uma política, congresso, e de composição totalmente avessos aos interesses. Isso a gente sabe, mas a gente cansou, já que é por interesse dos movimentos, que os movimentos façam esse papel. Foi por isso que a 10envolvimento se retirou. [...] Na realidade, a gente se desligou de todos os movimentos, atualmente não estamos trabalhando diretamente, só com a CPT mesmo.

**(Maria José, Riachão das Neves, abril de 2014)**

A relação de dependência do Estado exposta, para manutenção das restritas políticas de reforma agrária em uma região que predomina o agronegócio, é um exemplo que a humanidade não age por si mesma, mas por meio da intervenção de sujeitos e agentes no processo histórico, inseparáveis de grupos sociais que se fazem representantes. As diferentes relações construídas no interior dos grupos, atribuída ao valor, baseada na relação objetiva entre a escala temporal radicalmente diferente dos indivíduos particulares e da humanidade, é uma parte desse processo histórico, encravado em outros vínculos de dependência e repelência no devir do território. São indivíduos sociais reais do metabolismo do capital, “*indivíduos isolados*”, que legitimam de modo espúrio as relações antagônicas/conflituosas/adversas estabelecidas na “*sociabilidade a-social*”, descreditando relações/pertencimento/posição de classe (MÉSZÁROS, 2007).

Contudo, os movimentos rebeldes de resistência contra o capital, tiveram e têm raízes não apenas nos locais de produção, mas em todo o espaço que os envolvem em expressões da vida social, muitos até em escalas internacionais (THOMAZ JR, 2013). Por isso acreditamos que é no campo da construção de novas subjetividades que os processos de transformação se constroem, por meio da junção das territorialidades dos movimentos de libertação (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006). Visto como um fenômeno social, que envolve indivíduos agrupados em diferentes aglomerações, interagindo entre si, não dependendo somente do *sistema territorial local*, mas também de elos intersubjetivos existentes entre redes locais de sujeitos que se interligam com outros lugares do mundo, relacionando-se com homens e a natureza<sup>22</sup> (SAQUET, 2007).

Essas características dos indivíduos irão condicionar a essencialidade da dinâmica social transescalar na constituição do território, apresentado pelo movimento TDR. A

---

<sup>22</sup> A ideia é a busca da interpretação por meio de conceitos/categorias que remetem a uma leitura conexa e conjunta entre o local e global (muitas vezes tratados dicotomicamente), considerando um espectro constante entre fenômenos múltiplos e paralelos.

territorialização do capital provoca a desterritorialização da população tradicional camponesa e/ou operária, e ao mesmo tempo, provoca necessidade destes expropriados/excluídos se aglomerarem em instituições da sociedade civil organizada em busca de se reterritorializar, induzindo a mudança de interpretação territorial de acordo com as alterações das relações de poder.

Logo, cremos na relação objetivamente existente entre a humanidade e os indivíduos que torna possível a instituição e a atualização de valores muito além do horizonte imediato do “agora ou nunca”, transparecido pelas estimas alienantes (MÉSZÁROS, 2007). Crer nas *potencialidades da humanidade* e em suas discrepâncias de agir e pensar é necessário para identificar grupos sociais construtores de ideias e ações, que se disseminadas, são capazes de mudar o mundo. Contrários à ordem reprodutiva do capital, que institui o fundamento social do valor, e a necessidade de aglutinar forças entre aqueles que acreditam em uma sociedade “além do que está posto”, como é observado no relato.

Nós temos que construir as condições reais de força da classe trabalhadora. Então, a viabilidade das nossas ideias, será possível se, em primeiro lugar, nós construirmos aliança em todos os movimentos que atuam no campo e na cidade. A pluralidade das formas de organização, se é em sindicato, se é na FETRAF, se é assalariado, se é no movimento das barragens. Isso faz parte da riqueza, do povo brasileiro. Mas todos nós devemos trabalhar em direção do mesmo projeto, de libertação da classe. Nós temos que parar com essas frescuras de falar mal entre nós. Nós temos que construir o processo.

**(Ramon, Bom Jesus da Lapa, fevereiro de 2014)**

É nessa aglomeração de grupos diferentes, mas de convergentes ideias que estão as bases para interpretarmos esses indivíduos. O que nos instiga entender as ações e as práticas políticas dos sujeitos emancipatórios envolvidos no Oeste da Bahia, que lutam contra os atos perversos impulsionados pela lógica do capital. Logo, caminhamos juntos para esse itinerário no propósito de superar concepções que apresentam “territórios sem sujeitos e/ou sujeitos sem territórios”, não entendendo esse embate somente pelo conjunto de concepções, mas pelas relações sociais de produção concebidas como ideias. Na transmissão de uma forma ideal desses vínculos, que fazem de uma classe a classe dominante, tendo a função de garantir uma ordem que permita a reprodução dessas relações (IASI, 2013).

Portando, entendemos que é por meio da consideração das repressões provocadas as classes subalternas, em que a ordem posta tenta induzir a realidade transmitida enquanto verdade, natural e imutável, que as diferentes práticas políticas, lutas, no Oeste da Bahia se

revelam. Ao tempo que as classes dominantes impulsionadas/induzidas pelo sentido do capital, agem, grilando terra, matando posseiros, formando milícias de pistolagem, expulsando, expropriando etc., religiosos, movimentos populares, sindicatos entre outros, “remam contra a maré”, juntando-se em romarias, feiras, encontros, manifestações, festas populares, caminhadas etc., expressando-se contrariamente a esse princípio revestido na lógica capitalista de produção.

### 1.2.1 (Des)conexão dos sujeitos

“Quando a gente acha que tem todas as respostas,  
vem a vida e muda todas as perguntas”.  
**(Luis Fernando Veríssimo)**

Comungando com a história dos homens, os entraves de classe no Oeste da Bahia provocam reflexos na dinâmica territorial e, conseqüentemente, na disputa pela natureza tratada enquanto recurso. São litígios por terra, água, melhores condições de trabalho etc., do passado e do presente, que nos indicam “suposições futuras”, no que diz respeito tanto à expansão/consolidação da ordem exploratória, quanto à ruptura e a proclamação de outros moldes sociais que celebram o protagonismo da vida.

Essas relações são divergentes politicamente, emergentes de conjunturas e origens diferentes. De lados opostos na sociedade fundamentada na propriedade privada da terra, o dinheiro e o capital, seja no urbano, no rural ou na floresta. Significando que as relações entre sujeitos e agentes são (des)conexas, enquanto característica do atual momento histórico, por levar em consideração que “ora se aglutinam e ora se repelem”.

Falar de ações territoriais entre sujeitos (des)conexos é fazer referência a seus limites não traçados e não demarcados estaticamente, considerando as relações que grupos mantém em porções do território entre variados planos de produção, que se contrastam em diversas relações de poder, pautadas em fatores socionaturais entre indivíduos que estão em constante interação e/ou disputa (RAFFESTIN, 1993). O modo como as pessoas são expostas dentro dos (re)fluxos territoriais são complexas e variadas. Contudo, trata-se do ato de que a ação/domínio/controlado de alguns grupos deterioram a vida de outros. Com estruturas internas e externas de subordinação que atingem desde o corpo a áreas internacionais. Articulados em redes de relações, nas quais grande proporção desses vínculos e experiências de vida, não se constroem somente em escalas superiores, e sim concatenadas no convívio com o lugar (MASSEY, 2000).

De fato, “não há evento sem sujeito, e nem sujeito sem evento”, “toda ação é um evento, e todos eventos são construídos por ações” (SANTOS, 1997), (re)produzidos em

contínuas e discrepantes escalas de disputas sociais, afim de criar condições de reprodução da vida e/ou acumulação/reprodução de capital (SMITH, 2000). Essas situações são compreendidas de acordo com a tomada de consciência das problemáticas vivenciadas, naquilo que afetam a vida individual e/ou coletiva dos sujeitos. A observação desses indivíduos relacionados às suas estruturas e práticas de vida é vista como um momento oportuno da pesquisa, que permitirá uma análise mais detalhada do objeto proposto. Essas compreensões permitem entender a intencionalidade e materialização dos sujeitos no território.

As descrições que seguem, possuem a intenção de apresentar mais sucintamente as características dos sujeitos envolvidos, alicerçados nas instituições que representam. Estrutura que incrementa uma leitura mais sólida dos indivíduos, suas relações e ações frente aos fenômenos territoriais analisados na dinâmica agrária, hídrica e das relações de trabalho do Oeste da Bahia. A intenção é de uma apresentação do instante, entretanto, consideradas como fluída, seguidora do devir histórico.

Serão apresentados os sujeitos entrevistados/ouvidos/assistidos durante a pesquisa, sobretudo durante o trabalho de campo, como eles dialogam/divergem enquanto transformadores do território. As ações e posicionamentos políticos/estratégicos serão expostos, vinculados à lógica e subordinação/relação ao Estado e ao capital<sup>23</sup>.

**1 - CPT** –. Suas ações apoiam-se no trabalho de base junto aos “povos das terras e das águas” (populações tradicionais caracterizadas por sociabilidades particulares), enquanto convivência, apoio, acompanhamento e assessoria desde a década de 1970. Essa orientação é baseada em concepções proféticas, ecumênicas, fraternas e afetivas, ou seja, um serviço educativo com objetivo transformador de auto reconhecimento dos processos históricos que envolvem os grupos, como: conquista dos direitos da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); processos de formação integral e permanente com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade; divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; articulação das iniciativas dos povos da terra e das águas, buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra. Atua em municípios da Diocese de Bom Jesus da Lapa, presentes nas bacias do Rio Corrente e Carinhanha, focando em comunidades que estão sofrendo processos de espoliação/expropriação por projetos ligados a dinâmica do capital na região, sobretudo o avanço da fronteira agrícola com o desmatamento, morte e

---

<sup>23</sup> Informações adquiridas no trabalho de campo e nos sites das instituições ouvidas no campo.

diminuição na vazão dos rios, grilagem de terras, pistolagem, construção de CH's e da Ferrovia de Integração Oeste – Leste - FIOLE, e trabalho escravo. A principal parceira de atuação nas atuações de mobilização na região é com o MAB a partir da estratégia do Núcleo de Base, na qual há escolhas de comunidades afetadas, irradiando esse trabalho para outras mais próximas junto a instituições interessadas, e assim mobilizando a população afetada e/ou interessada em contribuir com o enfrentamento proposto. Há diálogos com outras repartições - MST, sindicatos ligados a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF e CONTAG, contudo, não ocorre uma articulação conjunta para as reivindicações coletivas na região. É parceira da ONG 10envolvimento de Barreiras, seguidora da mesma linha da CPT, mas, atuando em áreas diferentes. Enfrenta problemas em relação à dificuldade de legitimação das comunidades tradicionais e suas propriedades, por estarem presentes em área de avanço da fronteira agrícola, vista como prioridade para ascensão econômica nacional, estadual e municipal.

**2 - ONG 10envolvimento** – Fundada pela Diocese de Barreiras em 2004, é um “braço direito” da CPT, atuando com a mesma performance de acompanhamento a comunidades afetadas e/ou pressionadas por projetos desenvolvimentistas. Pratica suas ações no Território de Identidade<sup>24</sup> baiano da Bacia do Rio Grande, baseado em práticas educativas, gestão compartilhada e equidade de gênero, incentivando por meio de projetos e programas, a cidadania, inclusão social e a convivência sustentável das comunidades tradicionais com os biomas do cerrado e da caatinga, sobretudo com artesanato, extrativismo vegetal e farmácia natural. Um trabalho político-profético reiniciado na Diocese de Barreiras, décadas depois do desmembramento da CPT desse território. O apoio às comunidades ocorre em conjunto com alguns sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios presentes na bacia hidrográfica, ligados à FETRAF e à CONTAG. Mobiliza-se em defesa das comunidades tradicionais, pela pressão sofrida por grileiros, construtores de barragem, pistoleiros, empresários, fundos de pensão, mineradoras, com vínculos ao capital nacional, internacional e ao Estado. Por discordância política com movimentos sociais atuantes na região e órgãos estatais responsáveis por políticas de reforma agrária, a ONG 10envolvimento deixou de atuar nos assentamentos/acampamentos, possuindo vínculos pontuais com essas entidades, em audiências públicas, mobilizações, deixando de aglutinar maior força em prol de ações de cunho socioambiental. É a instituição da sociedade civil organizada mais articulada na área

---

<sup>24</sup> Delimitação territorial utilizada pelo estado da Bahia, buscando enquadrar aspectos econômicos, culturais e socioambientais, com o intuito de planejar e implementar políticas públicas.

da pesquisa, possuindo vínculos externos, com a Rede Cerrado, que atua na luta pela conservação do bioma e na defesa de seus povos e comunidades tradicionais, junto a mais de 300 entidades parceiras. Além da burocratização estatal para o reconhecimento das comunidades tradicionais, sobretudo nesta área de progressão desenvolvimentista do agronegócio, existem comunidades que não se auto reconhecem por suas características ancestrais, emperrando o processo de legitimação e contribuindo com um maior avanço da fronteira para as áreas de uso comum das comunidades.

**3 – MAB** – Atua nas bacias do Rio Corrente e Carinhanha, desde a primeira metade da década de 1990, organizando famílias ameaçadas e/ou atingidas pela construção de barragens, sobretudo na edificação de CH's. O alicerce da luta está na aglomeração dos Grupos de Base, nos quais ocorre a mobilização das pessoas atingidas, não só nas localidades especificamente, mas também nos territórios em que os impactos abrangem. Como na raiz da criação, o movimento no Oeste da Bahia é ligado diretamente à ala progressista da igreja católica (CPT), atuando em conjunto, dos membros à mobilização do povo. As mobilizações possuem práticas diversas, nas mais diferentes escalas, pela compreensão da lógica estrutural sistêmica que a construção de CH's possui no Brasil. Com o trabalho preventivo de base e estratégias de mobilização, já conseguiram impedir a construção de várias Usinas Hidrelétricas – UH's e Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's na área onde atua. A tentativa de evitar a edificação dos empreendimentos voltados para a geração de energia hidroelétrica, segue contrariamente a posição do Estado, que incentiva a progressão energética, pretendendo atender a demanda crescente do agronegócio em escala regional e transmitir o excedente para o linhões de transmissão de energia a nível nacional.

**4 – MST** – Dos movimentos sociais populares ouvidos, foi visto como o mais isolado na região do Oeste da Bahia no instante da pesquisa, tratando-se das articulações com outras entidades da sociedade civil organizada, que pauta a conquista/reconhecimento do território camponês – operário como trunfo da população que almeja viver no campo. Possui laços de debate com a AMINA, sindicatos ligados a CONTAG e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins dos Municípios da Região Oeste da Bahia – SINTIAB, porém, age sozinho em suas principais atuações, sobretudo as ocupações de terras. Atua na Bacia Hidrográfica do Rio Grande assistencializando acampamentos e assentamentos enquanto expressão da luta, mobilizando camponeses e operários das mais diferentes naturalidades, presentes nessa porção da Bahia. A luta não

finda na conquista da terra, essa é considerada protagonista, contudo, a continuidade de mobilização é necessária para garantir o acesso a bens básicos de sobrevivência. A busca pela água enquanto bem comum para o uso é atrelada diretamente à terra, em um entendimento que esse elemento é substancial para a continuidade da vida. Logo, a maioria dos assentamentos conquistados e as reivindicações por meio dos acampamentos no Oeste da Bahia, estão presentes nas margens de rios. É o movimento mais próximo aos governos estaduais e federais, porém, pouco tem conseguido avançar nas políticas de reforma agrária na região de estudo, tanto no que diz respeito à conquista de assentamentos, quanto à manutenção e avanço na instalação de infraestruturas básicas já existentes. Apesar da proximidade do MST com o Estado, os produtores da região foram responsáveis por indicar duas secretárias-chaves de Estado (para questão agrária) no governo Jaques Wagner, a de agricultura e meio ambiente, o que dificultou ainda mais os requerimentos defendidos.

**5 – AMINA** - Fundada em Barreiras – BA no final da década de 1980 por estudantes universitários, após reivindicações frente aos impactos socioambientais provocados pela esmagadora de soja - Óleos Vegetais da Bahia S/A - OLVEBASA no Rio de Ondas (principal rio de lazer do município). As ações da associação derivam de um colegiado consultivo, formado por membros da sociedade civil e representantes de órgãos públicos, responsáveis por realizar atos educativos e denunciar problemáticas referentes ao meio ambiente. Atua em 12 municípios da região oeste, em 56 comunidades, com palestras, fiscalizações e articulações referentes a disfunções socioambientais. A AMINA possui uma parceria com o MP Estadual e Federal da Bahia na vara específica de Meio Ambiente, responsável por denunciar danos ambientais na área que atua. As multas e doações referentes às denúncias da instituição, são revertidas para manutenção da entidade, em atividades socioambientais no local do impacto e/ou em outra(s) localidade(s) com demandas similares. Suas ações variam de atos educativos a acusações de quadrilhas, como a que ocorreu em 2006, quando ajudou a denunciar “a máfia do carvão” no Oeste da Bahia, com a prisão/destituição de chefes do grupo, a servidores do IBAMA, pertencentes ao grupo.

**6 – INEMA** – É o principal órgão ligado a gestão ambiental no Estado da Bahia, tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre Mudança do Clima. Surge a partir da junção de duas autarquias

estaduais da Secretaria de Meio Ambiente - Sema (o Instituto do Meio Ambiente – Ima, e o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá). No Oeste da Bahia possui duas regionais, Barreiras e Santa Maria da Vitória, com sérios déficits infraestruturais e de funcionários, que impossibilita o órgão atender em tempo hábil as denúncias, protocoladas desde pessoas físicas a organismos estatais como o MPE. O órgão está passando por reformas infraestruturais, legislativas, o que vem provocando agilidade no que concerne a descentralização de licenciamento, monitoramento, atos de infração, etc. Contudo, ainda são ações insipientes e contraditórias, como a que permitiu as prefeituras realizarem licenciamentos ambientais. No Oeste da Bahia, além da imensa maioria não possuir qualquer estrutura física e humana, todos os prefeitos da porção produtora são produtores e/ou ligados ao setor do agronegócio. O desmatamento ilegal e o uso descontrolado de agrotóxicos são os dois principais fatores que impactam essa área e o seu povo, entretanto, o órgão está longe de atender a demanda necessária, com pouco diálogo entre instituições que atuam em setores similares ou concatenados com as problemáticas, como o IBAMA, o MPT, MPE, MTE, Movimentos Sociais Populares, ONG's, etc. Com exceção da Fiscalização Preventiva Integrada – FPI, liderada pelo MPE, que busca educar, prevenir, fiscalizar e punir infrações socioambientais a partir de uma lógica agregada do homem com o meio ambiente. O principal exercício atual do INEMA é a construção do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, tarefa que está provocando entraves entre os sujeitos envolvidos, sobretudo pela omissão de problemáticas em prol de uma linhagem desenvolvimentista.

**7 - IBAMA** – A sede regional do Oeste da Bahia foi instalada em Barreiras no ano de 1989, com o papel de exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental. Em 2006 foi alvo de uma intervenção da polícia federal, intitulada de “Operação Cerrado”, quando deflagrou-se um grupo atuante na extração, produção, transporte e venda de carvão vegetal ilegal (setor ligado diretamente a casos análogos de trabalho escravo e infantil), em que funcionários da regional do Oeste da Bahia estavam envolvidos. O maior problema do órgão é o enfrentamento do desmatamento ilegal, algo que se intensificou com a transferência da responsabilidade do licenciamento para os estados e municípios. A falta de uma estrutura técnica mais fortificada e com maior poder de abrangência, dificulta suas ações, sobretudo



em um território extenso, de difícil acesso e pouco populoso. O principal desafio do órgão é aglomerar instituições das três esferas de poder para barrar o intenso desmatamento ilegal e descobrir os novos destinos da madeira extraída, já que as antigas rotas foram desfeitas. Contudo, o desmatamento continua aumentando, mas sem aparecer a madeira e tão pouco o seu destino. As ações conjuntas com o IBAMA ocorrem principalmente durante as FPI's, não havendo conexão direta do órgão com outras instituições responsáveis por acompanhar questões relacionadas diretamente com suas práticas, como a ADAB e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, responsáveis por fiscalizar e monitorar o uso de agrotóxicos.

**8 – CERB** – É uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS da Bahia, responsável por realizar e executar projetos com ênfase nos recursos hídricos do saneamento rural em pequenas comunidades, por meio de poços tubulares, sistemas de abastecimento integrado e simples, implantação de pequenas tecnologias hídricas, obras infraestruturais, etc. Junto com a EMBASA, são as empresas estatais protagonistas para a expansão do programa “Água Para Todos”, responsáveis por expandir o abastecimento de água potável e coleta de esgoto para populações carentes não assistidas. É notório o avanço, sobretudo dos sistemas de abastecimento, contudo cerca de 50% da população rural do estado da Bahia ainda não é coberta por esse serviço, principalmente na porção semiárida e oeste, o que encadeia altos índices de doenças veiculadas à água não tratada e esgoto não coletado e/ou tratado.

**9 – EMBASA** – É a principal empresa de saneamento ambiental da Bahia, atuando prioritariamente nos centros urbanos, sendo uma corporação de economia mista em que o Estado baiano é sócio majoritário. Atende 87% das sedes municipais e pontuais comunidades rurais, exercendo principalmente os serviços de abastecimento público de água, coleta e tratamento de esgoto, análise de qualidade das águas e viabilidade de execução de projetos ligados ao saneamento. No Oeste da Bahia, atende 15 sedes municipais das 23 existentes, o restante é abastecido por sistemas autônomos. A região é favorecida pela abundância de água subterrânea e superficial de alta qualidade potável, o que facilita a distribuição e o acesso. Porém, as comunidades rurais, maioria ribeirinhas, reclamam constantemente da poluição das águas superficiais por agrotóxicos utilizados nas plantações, relatando alterações na biota dos rios a sintomas de intoxicação entre a população residente. Isso ocorre porque órgãos competentes não realizam análises da água

na frequência ideal para verificação de substâncias químicas presentes nos agrotóxicos acima da quantidade exigida, podendo a maioria da população estar a mercê de patologias provocadas pelo contato indireto com essas substâncias nocivas, já que a maioria se localiza à jusante das grandes áreas dos plantios.

**10 – CODEVASF** – Uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Integração Nacional, atuante nas bacias hidrográficas do Rio São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim. No Oeste da Bahia encontram-se duas regionais, em Barreiras e Santa Maria da Vitória, atuando principalmente em obras de infraestrutura de perímetros de irrigação, criação de peixe em tanques escavados, recuperação de áreas degradadas, saneamento, apicultura, ovinocultura, etc., buscando a inclusão de famílias e a expansão do agronegócio, fomentando essas atividades. Possui um cunho desenvolvimentista, no Oeste da Bahia, atrelado à lógica do agricultor familiar e à agricultura em larga escala. Contraditoriamente, há casos de perímetros irrigados atingidos pela falta de água, sequelados pela mesma linha desenvolvimentista praticada e defendida pela empresa. O que impulsiona conflitos, destoa meios de vida, e desequilibra a natureza. Mesmo com o aumento nos tipos de ações praticadas, as ações da CODEVASF no Oeste da Bahia se restringem a causas pontuais, distantes de atender a demanda necessária, sobretudo com a falta de diálogo do órgão com a população civil organizada, o que vem provocando ocupações na sede do órgão, principalmente pelos movimentos sociais.

**11 – MPE** – Com sede em Barreiras, a promotoria estadual de meio ambiente responde por toda Bacia do Rio Grande, atuando nos municípios de acordo com as maiores demandas existentes. Nessa promotoria são realizados trabalhos principalmente em torno de resíduos sólidos, sistemas municipais de meio ambiente, esgotamento sanitário e educação ambiental. Em relação à questão hídrica na região, dá prioridade à construção do plano de bacia pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, posição que levou o MPE conseguir barrar a construção de novas PCH's na região, pelas bacias hidrográficas do Oeste da Bahia (maiores contribuintes na vazão do Rio São Francisco) não possuírem planos de bacia. Atua com maior rigor de cobrança da ADAB, no controle da aplicação dos agrotóxicos, tentando combater o uso dessas substâncias químicas proibidas. Tal foi o fato em maio de 2013, por meio de uma demanda judicial da promotoria regional de Barreiras, conseguiu barrar temporariamente o uso do *benzoato de emamectina*, agrotóxico utilizado para combater a lagarta *heliothis armigera*, até então proibido no Brasil (decisão desconsiderada

em setembro de 2014). Suas ações são prejudicadas pela decadência estrutural dos órgãos públicos, prefeituras, nos mais diversos seguimentos, o que dificulta a sua atuação, sobretudo em uma área que vem sofrendo forte pressão de grandes projetos desenvolvimentistas, com a construção de CH's, Mineração, Avanço da Fronteira Agrícola, Ferrovia, etc.

**12 – MPT** – Tem como atribuição a fiscalização da lei trabalhista quando houver interesse público. A Procuradoria dos Trabalhos nos Municípios – PTM em Barreiras, é responsável por atuar em 61 municípios com apenas 3 procuradores. Diante da grande área de atuação e da deficiente estrutura humana e física para atender a demanda, é explícita a dificuldade do órgão em atuar, agindo principalmente no combate às fraudes nas relações de emprego e no combate as precárias condições de trabalho, sobretudo nos ambientes urbanos e nas áreas rurais com maior demanda. A fiscalização ao trabalho análogo ao escravo e a exploração do trabalho infantil possui atuações secundárias pela baixa demanda apresentada atualmente. Algo que foi diferente até a década passada, com o grande número de crianças exploradas e trabalhadores escravizados, principalmente nas fazendas e carvoarias da região. Essa evolução se deu principalmente com as atuações de denúncia constantes de instituições da sociedade civil organizada, a maior estruturação do MPT, MPE e do MTE (principais parceiros nas atuações trabalhistas).

**13 – MTE** – Atua na assistência do trabalhador, buscando o cumprimento da legislação trabalhista, fiscalizando e multando pessoas físicas e jurídicas que cometem infrações, e dessa forma, realizando relatórios técnicos que embasam as ações do MPT, elaborando trabalhos conjuntos. Em Barreiras, existe uma Gerência Regional do MTE, responsável por atender 42 municípios sem o suporte de nenhuma Agência Regional. A partir do final da década de 2010, o MTE no Oeste da Bahia melhor se reestruturou com a realização de concursos públicos, o que fez intensificar a fiscalização, principalmente nas áreas de difícil acesso. Tarefa que provocou a diminuição do trabalho análogo na região e melhorias consideráveis na estrutura física no ambiente de trabalho. Os afazeres do MTE esbarra na dinâmica espúria de alguns produtores presentes na região, com ameaças de morte aos Fiscais do Trabalho que realizam a força tarefa, que buscam em suas ações educar e punir aqueles que insistem em descumprir as leis trabalhistas. Essas ameaças levaram a gerência regional suspender as suas atividades de fiscalização em 2013, e realizar uma audiência pública no ano posterior, com diversas instituições estatais e da sociedade civil organizada,

que direta ou indiretamente participam da dinâmica trabalhista no meio rural no Oeste da Bahia.

**14 – INSS** – Busca garantir a proteção do trabalhador por meio do sistema público da Previdência Social de acordo com a legislação trabalhista. No Oeste da Bahia, o órgão é distribuído em quatro polos estratégicos, nas cidades de Formosa do Rio Preto, Barreiras, Santa Maria da Vitória e São Felix do Coribe, todas vinculadas à Gerência Executiva de Barreiras. Por possuir maior abrangência junto à população, apresenta considerável consistência nos dados apresentados, contudo, a pequena estrutura de atuação do MTE, do MPT, atuação sindical, falta de informação populacional, etc., distancia parte da população das suas ações. Porém, as informações do órgão são entendidas como de relevância para a pesquisa, como as referentes ao afastamento dos trabalhadores no meio rural, apresentando uma parcela aceitável da saúde dos trabalhadores no Oeste da Bahia, com dados alarmantes de neoplasias malignas. O que reforça a incidência dessas patologias relacionada com o uso/manejo dos agrotóxicos e fertilizantes químicos na zona rural da região.

**15 – ADAB** – Vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, tem como principal objetivo executar a defesa sanitária animal e vegetal, e o controle e inspeção de produtos de origem agropecuária. No Oeste da Bahia, é polarizada pela Coordenadoria regional de Barreiras e Santa Maria da Vitória, possuindo nove agências, com escritórios em 18 municípios, dos 23 da região. O que apresenta ser o órgão melhor distribuído dos acompanhados na pesquisa. Contudo, o deficiente aparelhamento da ADAB, junto à outras instituições públicas que trabalham em conjunto nas operações, como a Polícia Militar - PM e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, dificulta o trabalho. A dificuldade de fiscalizar o controle, do traslado ao uso dos agrotóxicos, é bem perceptível. São exemplos o crescente roubo de agrotóxicos irregulares no Brasil, com princípio ativo mais eficiente para combater “pragas” presentes nas monoculturas da região, porém responsáveis por danos irreversíveis a saúde do homem e da natureza. O caso mais emblemático envolveu o *Benzato de Emamectina*, agrotóxico fabricado na China, que era proibido no Brasil. Sua utilização foi liberada para o uso nas lavouras de soja e algodão do Oeste da Bahia, pela dispersão da lagarta *Helicoverpa Armigera*. A princípio, sabe-se que em humanos, o agrotóxico possui ação paralisante nos nervos centrais, não sendo um pesticida seletivo, atinge microrganismos, invertebrados e vertebrados, provocando severas devastações e descontroles biológicos nos locais.

**16 – AIBA** – Presente em doze municípios no Oeste da Bahia, com mais de 1300 médios e grandes produtores associados, busca promover o desenvolvimento do agronegócio em uma cadeia integrada, sobretudo por meio da soja, do milho e do algodão. Age de forma corporativista, a favor das demandas de mercado da classe que representa, especialmente no cenário político, junto à cúpulas nas esferas federal e estadual. O que lhe permite barganha, voto e voz nas políticas agrícolas. Na Bahia, no último governo (Jaques Wagner), representava duas secretarias de Estado, a de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, e a do Meio Ambiente. Possuindo vínculos próximos nos diferentes escalões governamentais, do Ministério da Agricultura a prefeitos e vereadores de todo o Oeste Baiano, em que grande parcela são produtores e/ou ligados diretamente a eles. São atrelados a rede de sindicatos patronais de produtores, em que junto as outras instituições de nível nacional como a Confederação Nacional de Agricultura – CNA, União Democrática Ruralista – UDR entre outras, constroem *lobbies* políticos, em prol da classe que representam. Além de toda articulação que participa em busca de financiamentos, projetos infraestruturais, profissionalizantes, “educativos”, baseados na lógica monetária do agronegócio, age para o domínio/controla absoluto do seu estrato social. O episódio mais recente foi a participação ativa na contestação da liminar promulgada pelo MPE da Bahia na comarca de Barreiras, que proibia o uso do *Benzato de Emamectina*.

**17 – Comitê de Criação do Estado do São Francisco** – As primeiras mobilizações para criação do Estado partiram do então Deputado Federal Marlon Rocha no final da década de 1980, com a defesa de separar a Bahia, sendo o Rio São Francisco a linha divisória. Retornando o marco divisório existido até 1824, quanto essa região conhecida historicamente como “Além do São Francisco”, pertencia ao estado de Pernambuco e passa a se vincular a Bahia. O movimento cria forças a partir de 2001, com a criação do Comitê de Criação do Estado do São Francisco, liderado por políticos e representantes de instituições instaladas na região, em sua maioria sulistas<sup>25</sup>, a partir do final da década de 1970. Possuiu o mais alto grau de mobilização quando se agregou a mais 10 projetos no Brasil, com a mesma propositura divisória. Essa aglomeração possui como principal adversário o próprio governo do estado da Bahia, porque esta é uma região responsável por contribuir com cerca de 1/4 do Produto Interno Bruto - PIB estadual, contudo, de maneira concentrada e desigual. Dos 35 municípios propostos, somente quatro teriam auto

---

<sup>25</sup> Titulação utilizada para classificar os agricultores naturais da Região Sul do Brasil, que migraram para a região a partir do final da década de 1970. Sendo os pioneiros nos projetos de colonização nessa década.

suficiência econômica, responsáveis por 84% da arrecadação tributária do território segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Comitê baseia-se na argumentação que o território proposto para o Estado do São Francisco seja o principal contribuinte monetário do Estado da Bahia, porém não sendo ressarcido de maneira adequada, já que a região é “fruto do esquecimento estatal” desde a sua aglomeração com a Bahia no século XIX.

**18 – Comitê da Bacia do Rio Grande** – Implantado em 2007, composto por 16 municípios e 27 membros entre os seguimentos do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, Sociedade Civil Organizada e Usuários. Suas principais atribuições se referem à promoção do debate sobre os recursos hídricos, sobretudo no que diz respeito à arbitragem de conflitos, construção do Plano da Bacia Hidrográfica e os direitos de uso. O conflito envolvendo a PCH Sítio Grande X Ribeirinhos no Rio das Fêmeas no município de São Desidério é o mais atual, representados principalmente pela Neoenergia, grupo responsável pela construção e administração da barragem, e a ONG 10envolvimento, que articula as comunidades mais afetadas à jusante do empreendimento. A construção do Plano de Bacia Hidrográfica pelo comitê se apresenta de maneira urgente para os interesses diversos, principalmente do capital atrelado ao Estado, já que está suspensa a construção de empreendimentos ao longo dos cursos dos rios e a emissão de outorgas d’água. Um empecilho legal, inclusive quando este impede a expansão da agricultura irrigada tão abundante na região e a produção de energia elétrica, pilares da ótica desenvolvimentista regional.

**19 – Historiador Dílson Pacheco** – Milita na região, buscando construir uma lógica de inclusão voltada para o acesso à políticas de desenvolvimento de renda baseada na sustentabilidade do homem e da natureza, com acesso a uma educação autocrítica. Atua principalmente no Povoado de Morrão, no município de São Desidério, onde desenvolve atividade junto à associação de apicultores, incentivando a comercialização do mel de abelhas nativa a manufatura de diversos derivados. Entende que a estrutura econômica excludente montada no Oeste Baiano, foi pensada desde antes do golpe militar de 1964, partindo do pressuposto que as pesquisas na região iniciaram desde a construção de Brasília, quando, americanos já estudavam as áreas do cerrado baiano para usufruto. Algo consolidado com o golpe militar o que serviu de incentivo para abertura da fronteira décadas depois.

**20 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formosa do Rio Preto** – Vinculado à Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura – CONTAG, é o sindicato que mais dialoga com a ONG 10envolvimento, dirigindo o seu leque de ações em comunidades de camponeses posseiros que estão sofrendo pressão em processos de grilagem; trabalhadores, animais de criação, rios, etc., intoxicados por agrotóxicos; mortes de nascentes, rios e córregos e etc. Acompanha as comunidades rurais do município, fazendas, condições de trabalho, empreendimentos de grande porte, entre outros. Contudo, não se vincula ao processo de enfrentamento direto, focando suas ações principalmente na transmissão de informações referentes a créditos agrícolas, auxílios, pensões, aposentadorias, ligadas a previdência social e programas sociais do governo federal.

**21 - Sindicato dos Professores de Ensino Básico de Correntina** – Faz uma frente de luta conjunta com o MAB e CPT, articulado com pesquisadores sensibilizados/militantes das problemáticas vivenciadas no campo. Busca um debate integrado, atuando além das práticas institucionalizadas da educação. A presença em greves de professores, materiais de denúncia, romarias, mobilizações, é prática diversa do sindicato.

**22 - Trabalhadores rurais que sofrem e/ou sofreram processo de grilagem/expropriação** – Presentes principalmente na transição entre as chapadas e os vales, sofrem com diversas ameaças, pressionados por grileiros, mineradoras, construtoras de barragem e ferrovia, etc., (mobilizados principalmente pela ONG 10envolvimento, a CPT e o MAB). Esses fenômenos se localizam principalmente nessa região por possuir uma rica biodiversidade, sendo principal ponto de locação dos camponeses posseiros há séculos, onde encontram melhores condições de vivência. No entanto, também propício de um relevo para construção das CH's; um território cobiçado para ser reserva legal das fazendas, já que nas chapadas (popularmente conhecida por “gerais”) estão as áreas planas, suscetíveis a mecanização; as constantes pesquisas e propostas de lavras minerais ocorridas nos últimos anos; expansão do eucalipto e o projeto de construção da Ferrovia de Integração Oeste – Leste - FIOOL, intermediado pela Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. – VALEC. Vivenciam as faces do avanço capitalista no campo.

**23 - Trabalhadores atingidos ou ameaçados por construções de Centrais Hidrelétricas – CH's** – São sedentários nos prováveis locais a serem inundados e/ou

atingidos a montante e jusante do empreendimento hídrico energético. Sofrendo com a perda de casas, propriedades e, sobretudo, com a distorção do seu cotidiano de vida, desconfigurado com a alteração na dinâmica dos rios. A grande maioria é composta de posseiros de comunidades ribeirinhas, alicerçados diretamente às águas que lhe proporcionam usos diversos, como pescaria, pequenas irrigações, geração de energia, dessedentação animal, abastecimento doméstico, lazer, ritos culturais, etc., mobilizados principalmente pela ONG 10envolvimento e o MAB. São vitimados pela relação do capital com o Estado, por meio do incentivo a promoção das CH's, alterando os seus moldes de vida, não legitimando condições que propicie a mitigação das percas.

**24 - Trabalhadores Intoxicados por Agrotóxico** – São diretamente atingidos por práticas dos empregadores das fazendas que utilizam agrotóxicos para o controle de “pragas” em suas monoculturas. São trabalhadores rurais assalariados, posseiros, acampados e assentados, que manuseiam venenos e/ou vegetais intoxicados, e/ou ficam à deriva da pulverização aérea. São vítimas da política de Estado que incentiva a progressão instantânea da produção pelo uso intensivo de agrotóxico, mantendo a economia e degradando a pessoa humana. É grande a proporção de trabalhadores rurais afastados com neoplasias malignas na região, uma incidência para as consequências dos agrotóxicos na saúde humana, já que no Oeste da Bahia não se tem notícias de nenhum fator preponderante como os venenos agrícolas, que possa provocar tal feito.

**25 - Trabalhadores Sem Terra** – São acampados, principalmente em áreas próximas a rios, fator ligado diretamente à conquista da terra, que também propicia a sedentarização no campo. Estão localizados principalmente na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, por ser a área de atuação do MST na região. Suas naturalidades são diversas, principalmente pessoas originárias do Oeste da Bahia, da região de Irecê e de estados vizinhos, (Tocantins, Piauí, Goiás e Maranhão). São migrantes que buscaram melhores condições de vida “nas terras de oportunidade”, e encontraram no movimento social uma perspectiva de inclusão social por meio da esperança de conseguir uma pequena propriedade.

**26 – Eletronorte** – Empresa de economia mista, sendo o Governo Federal o sócio majoritário. Atua nos 9 estados da Amazônia Legal, não possuindo relação direta com a área da pesquisa. O intuito de ouvi-la, foi a busca de entender sobre a macroestrutura energética brasileira, sua correlação com as diferentes fontes, sobretudo UH's e PCH's e o



uso de energia, sobretudo por grandes atividades consumidoras, que movem a estrutura capitalista no campo brasileiro, como as agroindústrias e mineradoras. Isso foi de fundamental importância para o entendimento do discurso do MAB, que milita contrariamente a lógica estrutural do capital, a qual a produção de CH's são concatenadas.

## PARTE II – APRESENTANDO A TESE

*Terra-Água-Trabalho,  
Uma base para vida.  
Enquanto mercadoria,  
vira concepção desmedida.  
Pois adquire valor,  
relação que gera horror,  
e torna a humanidade repartida.*  
**(Tássio Barreto Cunha)**

## Capítulo II - "Por lá o bicho pega": A questão agrária no Oeste da Bahia com a abertura da fronteira agrícola

### 2.1 De um processo global do capital a dinâmica territorial expansiva da fronteira

“Ao lado das ilhas de prosperidade,  
crescem os arquipélagos de miséria.”  
(autor desconhecido)

Nosso pensar no Oeste da Bahia parte da consideração do capital ser o maior sistema de controle e mais inexorável e dominante globalmente, responsável por impor os seus critérios de viabilidade, desde as menores unidades, as maiores empresas transnacionais e aos Estados Nacionais, com interferência nas mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos monopólios e oligopólios estatais e/ou privados (ANTUNES, 1999). Está-se diante de um metabolismo social totalizante incontrolável, que jamais é objetivamente dirigido para a realização de finalidades. Pois, mesmo quando alguns homens ou grupos de homens conseguem realizá-las, os resultados produzem algo inteiramente diverso daquilo que se havia pretendido, favorecendo quase sempre os abastados sobre os mais pobres. (LUKÁCS, 1968).

Uma de suas bases é o controle do trabalhador e da propriedade, enquanto estrutura para apropriação da natureza como sua matéria-prima superior, transfigurando-a de acordo com os seus ditames, transformando a propriedade da terra por “atos artificiais” desenvolvidos, destoantes do sentido natural, dentro de uma lógica disruptiva, construída socialmente (FLORES, 2013). A partir disso, buscaremos entender as principais territorialidades, já que o trabalho e a propriedade da terra são questões cruciais nos conflitos pelo território, pois são elementos chaves na disputa dos recursos naturais e/ou fictícios.

Além dos bens da natureza serem tratados como recursos, a relação dominante do capital condena/distorce severamente os elos de vida e a saúde ambiental. Ideia que deve ser interpretada de maneira unívoca para uma leitura mais completa. Nessa parte, daremos prioridade ao entendimento da estrutura fundiária atual e sua vinculação com a questão da água e do trabalho, enquanto marcos para o seu feito. Contudo, reconhecendo ser apenas uma parcela do que se apresenta na região do Oeste da Bahia, já que a necessidade de avançar nas análises deve ser constante, pois “o tempo não para” e dessa forma, a crítica deve avançar.

### 2.1.1 Um pouco de história

“A história é o grande espelho da vida; instrui com a experiência e corrige com o exemplo”.

**(Jacques Bossuet)**

A história enquanto chave para o entendimento do Oeste da Bahia é o suporte para compreendermos esse território na atualidade, em que o controle da propriedade da terra impulsionada pelo capital e o Estado é vista como estrutura crucial para tal (des)comando. Em princípio, o histórico de legitimação da propriedade interferente à essa região é sustentáculo para discutirmos o Oeste da Bahia a partir da fronteira agrícola no final da década de 1970 aos dias atuais. Validação que se inicia desde a Lei das Sesmarias homologada em 1375; a Lei de Terras de 1850; Constituições de 1891, 1931, 1934 e 1988; Estatuto da Terra de 1964 etc. Todo um histórico institucionalizado para tal feito. (OLIVEIRA, 2013).

A escolha da ótica a partir do apanhado histórico para apresentar partes da dinâmica da região ligada ao arcabouço agrário nos exige articular por meio do metabolismo social, a intervenção estatal regida pela ordem do capital, em que o desenho natural da região condiciona a apropriação da natureza e seus mecanismos de gestão territorial. Visto que é de acordo com o conhecimento dos solos, do clima, do relevo, da vegetação, das águas, do quadro político-econômico mundial (nacional, estadual e regional) que a intervenção para a condição atual irá ocorrer. Movida por interesses de classe, condicionados por estabelecimentos e cumprimentos de regras, intuídas para uma maior expansão e consolidação do capital no Oeste da Bahia. Em processos que se iniciaram desde antes da década de 1970, “articulados entre a meia noite e as seis e realizados entre as seis e a meia noite”, vistos apenas por aqueles que “madrugam e perambulam na sombra da noite”.

É nesse sentido de distintos tempos e ritmos que Smith (2010) expõe a proeza do capital em produzir sua própria natureza e, conseqüentemente, espaços sociais, em que a produção desses espaços interfere em diferentes relações, envolvendo diversas disputas, com interesses em variadas épocas. Contudo, com uma prática muitas vezes diferente dos seus discursos homogêneos, pressentidos sumariamente em controlar o território e quem vive nele. Assim, antes da década de 1970, o Oeste da Bahia era visto por muitos enquanto um espaço despovoado, inóspito do ponto de vista da produção, moradia e até mesmo histórico. Um território sem seres humanos. Como descreve um entrevistado.

Década de 70 do século passado, era um local completamente deserto, era como se fosse um deserto propriamente dito, até o clima era considerado como clima de deserto. Muito calor de dia e muito frio à noite, com baixa umidade relativa do ar durante o dia inclusive. Não tinha frutas, era vegetação de cerrado, era uma fisionomia de campo limpo, basicamente “Capim Barba de Bode”. Quando é no início dos anos 80, já se começa a praticar a agricultura ali na região.

**(Josias, Março de 2014. São Desidério – BA)**

Uma concepção que congela todo passado ancestral dos povos, até mesmo de uma história recente, levando em consideração o processo de ocupação apenas a partir da migração de sulistas para essa porção da Bahia, sobretudo após a década de 1970. É uma verdadeira negação dos autóctones primitivos, dos índios, dos posseiros, dos negros etc., enquanto transumantes seculares dessa região. Responsáveis diretos por toda uma miscigenação populacional decorrentes de grupos que ocuparam áreas seguindo corpos d’água e, extensões ricas em biodiversidade que lhe proporcionaram condições de sedentarismo comunitário. Um feito resistido e expressado até hoje, mesmo com todo processo de barbárie contemporânea.

Essa é uma região muito rica, é uma região que tem terra e água. A riqueza do mundo é terra e água. Enquanto para muitos a “riqueza do mundo” são ações na bolsa, especulação financeira e novas tecnologias, o sertanejo, em sua árdua luta pela sobrevivência, ainda tem na terra e na água suas riquezas fundamentais. [...] em todo lugar tinha água. Tem aquele córrego, aquele riacho, e ali naquele lugar, todo mundo morava. Essa história de dizer que no cerrado não tinha ninguém é mentira. Tinha gente em todo lugar nesses beirões de rio. Eles plantavam mandioca, pescavam, matavam alguma coisinha também...

**(Presidente do Sindicato de Barreiras<sup>26</sup>, 1991. Haesbaert (1995))**

Até a década de 1970, os processos sociais envolvendo o território do Oeste Baiano não permitiram intensos fenômenos de povoamento. Quando acentuados fluxos de capitais não permeavam aquelas áreas, redundando num dinamismo sacionatural lento (comparando com os atuais), em que os povos residentes possuíam mais autonomia frente aos seus modos de vida. Mas estavam longe da condição social “romântica”, sobretudo, pela vulnerabilidade sócio-sanitária, política, educacional que até hoje muitos ainda convivem.

Diante dos variados processos de povoamento é preciso considerar momentos distintos. As leituras e o trabalho de campo nos apresentaram a povoação contemporânea da região a partir dos seguintes pontos: Rio São Francisco e afluentes do Oeste da Bahia, enquanto redes para o escoamento de mercadorias diversas, tanto de saída, quanto de

---

<sup>26</sup> O nome/cargo foi divulgado, pelo fato da pesquisa referendada já estar publicada com a veiculação do mesmo.

entrada para o Planalto Central; refugiados do sertão semiárido baiano, vitimados da concentração fundiária e das intempéries climáticas; sobreviventes da guerra de Canudos; intervenção estatal para influenciar a “Marcha para o Oeste”, a qual a construção de Brasília teve forte influência; a ocupação atual, envolvendo inicialmente, sulistas, nordestinos, goianos, tocantinenses, baianos de diversas partes do estado, com destaque para os naturais da região de Irecê<sup>27</sup>; e mais recentemente, grandes grupos e multinacionais do setor do agronegócio.

No que diz respeito aos ciclos econômicos, que são concomitantes aos processos de povoamento, o Oeste da Bahia foi corredor para escoação de minérios extraídos no estado de Goiás no século XVIII com destino a Salvador, enquanto capital do Brasil, processo fomentador da criação dos povoados primeiros<sup>28</sup> (QUEIROZ, 2007). Desse período<sup>29</sup> até a abertura da fronteira agrícola, esse território foi marcado por lentos ciclos financeiros, com destaque para os ciclos do gado e do couro, da cana-de-açúcar, da borracha (mangabeira) e o algodão (PITTA, 1992). Todos conduzidos pelos principais rios (Grande, Preto, Corrente e Carinhonha), destinando as mercadorias para outras regiões do país via o Rio São Francisco e os seus sistemas multimodais da época, com rodovias e ferrovias, responsáveis principais por interligar e transportar a produção em diversos meios de transporte<sup>30</sup>.

As anomalias climáticas no semiárido brasileiro historicamente alinhadas à concentração fundiária, foram fatores preponderantes para migração da população, sobretudo devido aos longos períodos de estiagens em áreas carentes de corpos d’água. A história nos afirma que desde os primórdios, populações desassistidas das políticas públicas básicas, migraram de regiões com características áridas e semiáridas para locais com maior

---

<sup>27</sup> Município do sertão baiano com apenas 72.041 mil hab. (IBGE, 2014). Abrange uma relação direta de oferecimento de bens e serviços com mais de 500 mil habitantes de outros pequenos municípios. Essa área de influência não possui uma regionalização institucionalizada, sendo conhecida popularmente na Bahia por “Região de Irecê”.

<sup>28</sup> A criação das vilas primogênicas no Oeste da Bahia nesse período, ocorreram na época do litígio pela disputa desse território, envolvendo os estados da Bahia e do Pernambuco, onde já se culminavam a concentração da propriedade fundiária, demarcadas por meio das capitânicas hereditárias. Essa disputa se deu por porções das capitânicas da Bahia de Todos os Santos e de Ilhéus que faziam parte desse território (NEVES, 2012).

<sup>29</sup> Como hoje, os fluxos migratórios e comerciais extra regionais eram definidos dentro de uma economia extremamente vulnerável às injunções da acumulação a nível mundial. Contudo, em outros ritmos (HAESBAERT, 1995).

<sup>30</sup> Os rios são as principais vias de ocupação da região, tanto no que diz respeito ao povoamento primeiro, quanto os mais atuais. O desenvolvimento, seja ele rudimentar ou arrasador, sempre acompanhou os corpos d’água. Sendo um dos “fios condutores” para se estudar a dinâmica territorial da tríade terra-água-trabalho. Entendendo que usufruto da água, é inerente à terra enquanto propriedade e base para as relações da vida, e o trabalho como força maior desse devir. O usufruto da propriedade, tanto como mercadoria como bem comum, alicerça essa lógica, pois, sem água e sem terra ninguém se estabelece independente de suas intenções.

abundância hídrica, que “oferecem” melhores condições de sedentarismo. O Oeste Baiano enquanto área de transição para o semiárido brasileiro, ao longo do tempo é receptor desses povos, mas em contextos históricos diferentes. Ofereceu no passado condições de vivência mais adequada, sobretudo pela abundância em água e terra, cruciais condicionantes para a instalação de posseiros, principalmente nos vales<sup>31</sup>. Uma condição que propiciou vínculos com outros espaços sociais<sup>32</sup>.

Os refugiados da Guerra de Canudos<sup>33</sup> que migraram para algumas porções do Oeste da Bahia formaram comunidades de posseiros, desenvolvendo práticas comunais peculiares de uso da terra e dos pastos naturais. Classificadas enquanto Quilombolas, Fundo e Fecho de Pasto, Indígenas, etc., com traços culturais singulares de vivência, principalmente na região dos vales<sup>34</sup> (Figura 3). São comunidades existentes há séculos, como cita o ex. do relato abaixo, praticamente desvinculadas de políticas públicas basilares para a autossuficiência (serviços de educação, saúde, moradia, energia, água, renda, etc.). Contudo, resistentes à barbárie instalada nas últimas quatro décadas em função do avanço do agronegócio, reexistindo e preservando seus costumes seculares.

[...] são comunidades que estão ali desde a guerra de Canudos. Muitos não se consideram quilombolas, mas a semente do povo de Rio Preto veio da guerra de Canudos. Então já é uma forte evidência de que sejam quilombolas. Eles foram fugitivos da guerra. Seu Cantídio, que mora na comunidade Beira D'Água no Rio Preto, participou conosco o ano passado da Romaria da Foz que o Dom Luiz com o Orlando e irmã Conceição e o Adriano Martins fizeram uma caminhada durante um ano da nascente do Rio São Francisco até a Foz. Então o ano passado completou 20 anos, dessa peregrinação que eles fizeram. E a gente viajou para participar da Romaria da Foz lá em Piaçá do Sul, Sergipe/Alagoas na Foz. E seu Cantídio foi e ficou muito emocionado que os descendentes dele que vieram de Canudos, e passaram em Canudos para conhecer as ruínas do que sobrou.

**(Osias, Brasília, Abril de 2014)**

Mesmo sendo espaços já delimitados pelo Estado, o controle sobre essas terras era insuficiente, tanto pelo mínimo usufruto técnico, quanto pela insipiente densidade

---

<sup>31</sup> Partindo de uma concepção genérica, o homem busca se adaptar a lugares que melhor apresentam condições para sua vivência. Em tempos pretéritos, áreas mais ricas em biodiversidade foram mais habitáveis que outras, caracterizadas por intempéries mais rigorosas, como regiões polares e desérticas. Em tempos do capital, essa lógica é rompida por seu sentido “(des)territorializante”, em que busca controlar os territórios que melhor atendem os seus anseios. No caso do campo brasileiro, locais com abundância de água e alta concentração fundiária, sempre foram essenciais nessa dinâmica.

<sup>32</sup> Mesmo com as “terras demarcadas”, a ocupação do Oeste ocorreu de modo mais rarefeito e posterior, do que em algumas regiões no sertão semiárido da Bahia. O que propiciou o processo de ocupação ao longo das capitanias da Bahia de Todos os Santos e Ilhéus.

<sup>33</sup> Ocorreu no nordeste da Bahia, entre 1896 e 1897.

<sup>34</sup> Área de transição entre as chapadas e os pediplanos, presentes no Oeste da Bahia.

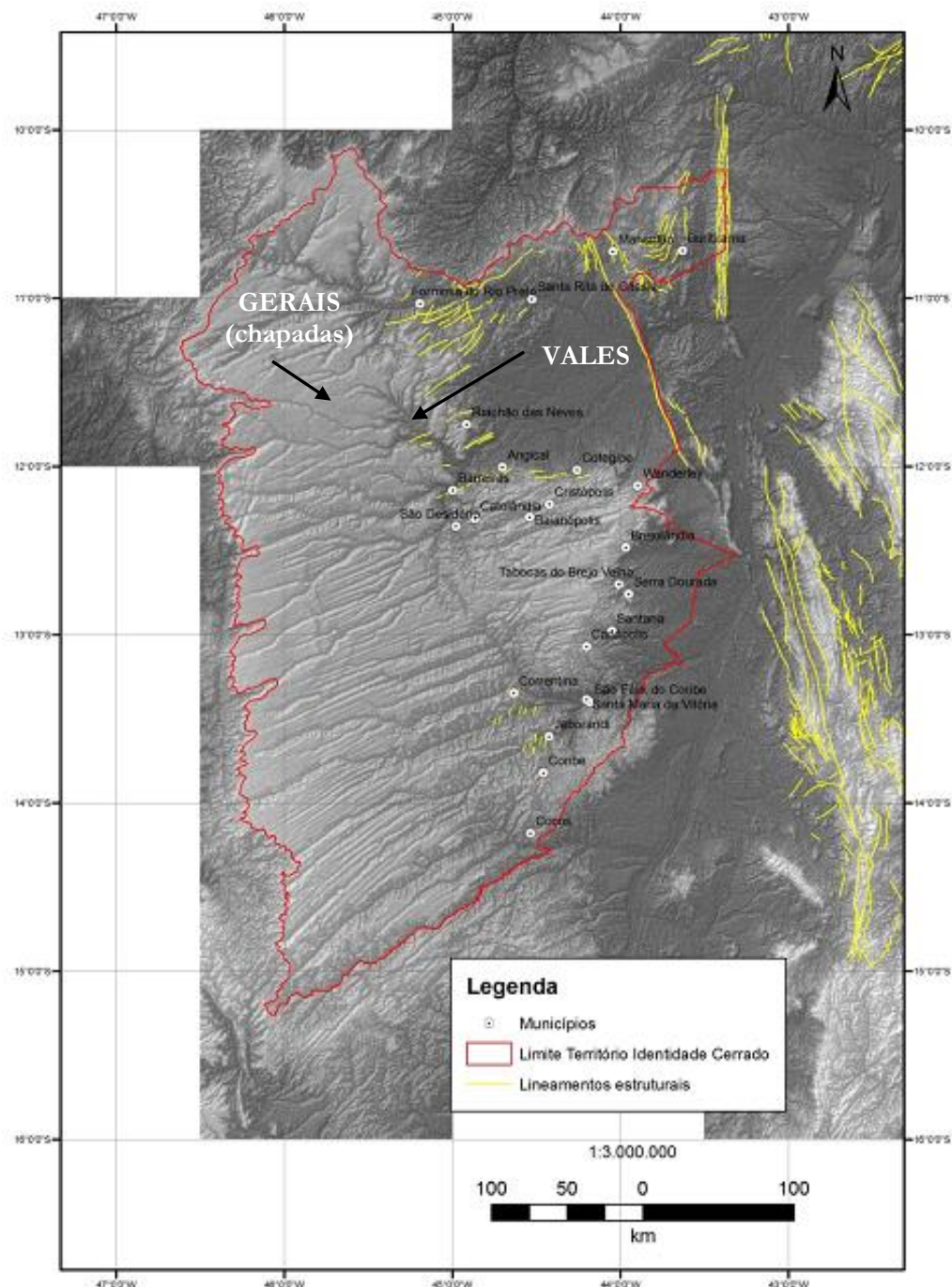
populacional de interesse estatal. O que propiciou a formação desses povos com maior naturalidade, em relação a outros lugares de superior intervenção (como porções do litoral e do semiárido), onde os coronéis, o Estado, já reinavam em seus espaços de domínio. Na Bahia, os processos de ocupação via terra ocorreram principalmente na direção do “litoral ao sertão” e por via o Rio São Francisco. O Oeste da Bahia foi desvinculado de início, só integrando a esses fluxos de modo mais considerável a partir do século XVIII, como já citado (NEVES, 2012).

Como aponta o relato apresentado abaixo, a intervenção do Estado foi fundamental para uma ocupação mais intensa do Oeste Baiano a partir da década de 1970. Processo pensado décadas anteriores, intuídas de apropriar-se do planalto central, tendo como um dos principais feitos a construção de Brasília. Para tanto, em Barreiras foi montado o 4º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC do Exército brasileiro, com o propósito de construir a Rodovia Federal – Br 242, ligando a capital baiana a Brasília e trechos da BR 020/135 (Brasília – Fortaleza). Essa foi a principal estrutura modal construída até hoje para o transporte das inúmeras toneladas de grãos produzidas décadas depois<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Contudo, está sendo construída a FIOLE – Ferrovia de Integração Oeste-Leste. No Oeste da Bahia, já se encontra planejado a construção de um sistema multimodal (Ferrovia Fiol; Hidrovias Rio Grande – São Francisco, Rio Corrente – São Francisco, Rio Carinhonha – São Francisco; as Rodovias Br’s 020/242 e 135 e as BA’s), com intuito de transportar as mercadorias da região, sobretudo para o novo porto baiano, projetado para ser construído no município de Ilhéus.





**Figura 3** – Ilustração da estrutura geomorfológica dos “gerais” e os “vales” no Oeste Baiano  
**Fonte** – SEMA

Do ponto de vista político, essa fronteira agrícola se inicia antes do golpe. Com o golpe militar a fronteira agrícola torna-se possível, o desenvolvimento da fronteira agrícola não é interrompido. No momento do golpe em 64, muito já havia se feito em termo de pesquisa, em termo de administração política, em termo de projeto político para a região do Oeste da Bahia e para a região do cerrado brasileiro. O golpe militar, ele foi um acontecimento impar no Brasil, não só com a questão de espantar o socialismo, de impedir que o socialismo se implantasse no Brasil, mas também com o objetivo de não impedir que os EUA tivessem livre acesso as terras brasileiras. [...] Ainda na construção de Brasília, com Juscelino Kubitschek, há o convite a pesquisadores Norte Americanos a

se instalarem em Anápolis (era a única cidade aqui da região que permitiam uma estadia ao “porte” dos Norte-Americanos). Então se instalam em Anápolis e começam a pesquisar todas essas terras do planalto, incluindo também as da Bahia.

**(Vilmar, Brasília, Março de 2014)**

A partir da abertura da fronteira agrícola e os intensos fluxos de capitais, pesquisas, programas estatais seletivos de incentivo etc., ocorreram novas ondas migratórias para o Oeste da Bahia. Os fluxos nacionais foram derivados de agricultores advindos de algumas regiões do Nordeste (principalmente do Sul do Piauí e Maranhão e do sertão pernambucano e cearense), Centro-Oeste (nordeste de Goiás), Norte (sudeste do Tocantins) e de toda região Sul do Brasil, em distintas condições. Em geral, os sulistas foram privilegiados, incentivados pelo Estado por possuírem um perfil de produtor mais adequado aos seus interesses, pois vinham de regiões com vieses agrícolas similares ao proposto no Oeste da Bahia (cultivadores de soja), em que exerciam essa prática desde a década de 1960. Os demais, em maioria, são trabalhadores sujeitos das mais diversas plasticidades e mobilidades do trabalho (THOMAZ JR, 2013), tanto no campo quanto na cidade, advindos de seus redutos de origem e das mais diversas localidades da região.

A abertura e estruturação da fronteira também impulsionou fluxos migratórios estaduais internos para o Oeste Baiano, sobretudo para os dois maiores centros urbanos (Barreiras e LEM) e partes da zona rural nos “gerais<sup>36</sup>”, que se aloca os grandes empreendimentos produtores e a diversificada classe trabalhadora. Com destaque para um intenso deslocamento da população originária da região de Irecê, principalmente a partir da década de 1990. Isso ocorreu paralelo a um momento que o país começava a viver uma reestruturação produtiva<sup>37</sup> mais acentuada, após aceitar rigorosamente os preceitos do Consenso de Washington<sup>38</sup> a partir do governo Collor. O que incentivou dentre outras

---

<sup>36</sup> Termo utilizado para intitular a região das chapadas no Oeste da Bahia, pouco dinâmica em termos econômicos até a abertura da fronteira.

<sup>37</sup> Uma mudança nos modos de regulação e nos paradigmas tecnocientíficos, alterando o “modo de fazer e ver”. Um modo de dizer uma grande mudança na moderna sociedade capitalista, o que altera o seu modo estrutural, seja no plano da ciência, seja no plano da organização do trabalho engendrada dentro e a partir da manufatura, renovando-a como sociedade do trabalho (MOREIRA, 2011).

<sup>38</sup> Foi concebido originalmente por John Williamson (1989), economista do Banco Mundial, que sugeriu um conjunto de proposições que rapidamente se tornou no denominador comum das proposições e aconselhamento político das instituições baseadas em Washington (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI) para os países latino-americanos, e mesmo para outros países em desenvolvimento. Tais proposições objetivam estimular o crescimento econômico através de um conjunto de políticas e reformas de natureza liberalizante, que visavam à disciplina macroeconômica (entendida como estabilidade de preços), abertura comercial e políticas microeconômicas de mercado. Assim, o chamado “Consenso de Washington” foi a base das reformas liberalizantes que, em maior ou menor grau, foram aplicadas em vários países ditos do “sul”, principalmente na América Latina. Base dos planos de estabilização e ajustamento das economias desses países, em sua maioria endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate à inflação); realização

prerrogativas, uma maior abertura de capital externo ao país, em que o setor do agronegócio foi um dos destaques.

Nesse momento a região de Irecê vivenciava uma forte recessão da produção agrícola, principalmente o consórcio de feijão, milho e mamona. Essa aliança de produtos foi incentivada por projetos agrícolas a partir da década de 1970, quando teve início a abertura da fronteira agrícola na região, escasseada três décadas depois com a “fuga de capitais” pela baixa produção, provocada por anomalias climáticas, desequilíbrio do ecossistema local com a proliferação de “pragas”, lixiviação dos solos etc., expressada na Figura 4 e no relato. Esses diferentes, porém convergentes, processos, culminaram em uma migração vigorosa da população da “Região de Irecê” para o Oeste Baiano, que começava a vivenciar momentos áureos da injeção de capital.

Tem muita gente de Irecê por aqui, até o sem terra encheu de Irecê, os assentamentos, os acampamentos, só dá Irecê. [...] o povo de Irecê está botando para lascar, tem em todo canto, e agora até nos perímetros irrigados. Ô povo trabalhador do inferno esse povo.

(Manoel, Riachão das Neves, Março de 2014)

### **Mais de 90% das safras de milho e feijão de Irecê já foram perdidas**

Com a seca que atinge quase todo o semiárido baiano desde março, 91,8% da safra de milho já foi perdida. A situação do feijão é ainda pior: 92,6% de perdas

**Figura 4** – Mais de 90% das safras de milho e feijão de Irecê já foram perdidas

Outra mobilidade de destaque é a instalação de grandes grupos empresariais do agronegócio na região, especialmente a partir dos anos 2000. Alicerçados em uma escolha política ainda no governo Fernando Henrique Cardoso FHC e prosseguida pelos governos do Partido dos Trabalhadores - PT, pós a crise cambial de 1999 e a tentativa de soerguimento econômico do país. Além da União, o estado e os municípios são atrelados à essa lógica econômica, sendo uma das principais bases de arrecadação tributária, somado ao aparato político montado no decorrer histórico, em que produtores viraram políticos e/ou políticos viraram produtores.

---

de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. Aqueles países que buscassem recuperar uma maior participação nas atividades econômicas, nos processos de planejamento econômico, acabariam sofrendo “sanções” do próprio sistema neoliberal, assim surgindo a ideia de “ou se está dentro do carrossel neoliberal ou se está isolado no mundo”. (SICSÚ, PAULA & MICHEL, 2007; RIENTE, 2010; OLIVEIRA, 2012; ).

É um arcabouço produtivo perverso que prioriza o acalento de poucos e o desalento da maioria. Sustentado a partir da primarização<sup>39</sup> da economia com foco na exportação de *commodities* primárias<sup>40</sup>, enquanto pauta protagonista, em que o Oeste da Bahia como região produtora, principalmente de soja, algodão e milho, reforça o seu papel estratégico, sobretudo por ser propensa à expansão e integração com outras áreas de características similares, como o Sul do Piauí e Maranhão e o Sudeste do Tocantins<sup>41</sup>.

### 2.1.2 Ponto de partida?

Nosso recorte temporal de análise escolhido foi a partir do final da década de 1970 aos dias atuais, por ser a época de abertura da fronteira agrícola anunciada pelo Estado brasileiro. Porém, não buscamos tratar o tempo enquanto delimitado e estático, pois o entendemos sempre como volátil e desconstrutivo. Logo, a compreensão de fenômenos ocorridos em anos anteriores para o entendimento do recorte proposto e o delineamento para cenários vindouros no que equivalem algumas temáticas estudadas, foi considerado substancial para a análise dessa pesquisa diante da proposta de pensamento apresentada.

Enquanto foco central, os processos observados partem da prática de viabilização do projeto de classe burguês, que fazem da submissão, dominação, exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos, junto ao domínio dos recursos naturais, vetores para a acumulação de capital, que espelha a articulação entre o Estado e a burguesia e dão identidade ao projeto de dominação de classe vigente. Esse é um aspecto essencial para lermos os conflitos no Oeste da Bahia de forma articulada, propondo-nos a discutir o posicionamento da gestão estatal em relação à parcela das questões agrárias, hídricas e trabalhistas (THOMAZ, 2013). Na certeza que por trás das regras do Estado de Direito, há interesses de classe, cujas relações de força condicionam o estabelecimento de regras e seu cumprimento (FLORES, 2013).

Essa lógica parte da concepção de que os espaços são interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados, sendo necessário pensar as diferenças por meio da conexão. O resultado é que tanto a “arena” local como as mais amplas, transformam-se, a local mais que a global (FERGUSON, 1992). Para o

---

<sup>39</sup> Inversão na prioridade de produtos exportadores, quando um país retorna a privilegiar mercadorias primárias como principais nas exportações.

<sup>40</sup> Produtos homogêneos direcionados para exportação, produzidos e transportados em grandes volumes.

<sup>41</sup> Região que posteriormente foi chamada pelo Estado de MAPITOBA (nome montado a partir das siglas dos quatro Estados produtores e fronteiriços).

entendimento da dinâmica territorial do Oeste Baiano, sobretudo após a abertura da fronteira agrícola, é necessário partirmos dessa ligação do global-local arbitrada pelas relações do capital. Partindo dessa premissa, relataremos alguns fatos de abrangência mundial, geridos pelos ditames capitalistas, que repercutiram diretamente na área pesquisada.

Essa região se constituiu enquanto área produtora de grãos, paralelamente vinculada a uma etapa histórica do modo capitalista de produção, composta de uma dinâmica acumulativa flexível, predominantemente financeirizada. Tornando-se parte hegemônica da acumulação capitalista em virtude de contradições do processo de mais-valor e da dinâmica na luta de classes. Fortalecendo uma situação de crise estrutural, em que se promoveu um processo radical de reestruturação capitalista que visa restaurar novos patamares de acumulação. Apresentada principalmente na década de 1980, com a construção da política neoliberal (ALVES, 2013).

Essa (des)ordem econômica é gestada principalmente após a 2ª Guerra Mundial, que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais alicerçadas por um conjunto de entidades como a Organização das Nações Unidas – ONU, o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BM, etc., realçadas em termos especificamente econômicos (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006). Nesse aparato externo, a relação do Oeste da Bahia enquanto fronteira agrícola se vincula de início, principalmente com dois processos: (1) os ditames da revolução verde<sup>42</sup> no campo, baseada em mudanças abruptas das técnicas agrícolas; (2) as décadas de 1970 e 1990, com a reestruturação produtiva do capital, depois de fortes crises em que ocorreram a disseminação de ajustes estruturais de programas agrícolas fomentados também por essas entidades internacionais.

Nesse período foi vivenciada uma crise estrutural do capital, com a implementação de um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados como o Brasil. Impondo essa reestruturação a partir da privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, flexibilização de leis

---

<sup>42</sup> Reformulação e disseminação de práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção. O modelo se baseia na utilização de sementes, insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, mecanização, baseados no aumento da produção e diminuição do custo em um mesmo patamar de gerenciamento. Paralelo a essa promoção, há o desequilíbrio ecossistêmico em massa nos mais variados biomas do globo, em uma cadeia sistêmica sem controle, atingindo diretamente homem e natureza.

trabalhistas, sempre sintonizadas com as entidades supranacionais, responsáveis protagonistas por ditar essas relações (ANTUNES, 2000).

Como expressado pelo relato abaixo, as “propostas” de regulação e seguimentos de regras, com a contrapartida de serem cumpridas, são acordadas por imposições político-econômicas, enquanto processos intervenientes diretamente no Oeste da Bahia. Como as eleições de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra, os golpes militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, inclusive no Brasil, o governo e a pessoa de Antônio Carlos Magalhães – ACM enquanto governador biônico da Bahia nesse período e a sua relação direta com os políticos-coronéis regionais. Essas enquanto condições que provocaram desmontagem e descumprimento dos direitos sociais dos trabalhadores e uma superexploração da natureza, pela necessidade de se recompor o viés de crescimento econômico, como é de praxe em tempos de superação das crises.

Como parte desse processo, a gente precisa inclusive citar alguns nomes. Os governos militares, os caciques... foi desde Costa e Silva, Castelo Branco, Garrastazu Médici e Figueiredo. Todos eles apoiaram esse projeto e governaram para que esse projeto da fronteira agrícola que produz milhões de grãos, viesse acontecer. [...] o Antônio Carlos Magalhães foi um político chave nesse processo, junto com todos os governos militares. Quando é final da década de 70, as terras então já eram conhecidas, a estrutura mecânica, a estrutura física, a estrutura biológica, química das terras eram conhecidas. Depois dos militares, ACM continuou com o poder e ditando a dinâmica da fronteira, porque tinha conseguido arrebancar um patrimônio obscuro, eu diria imensurável mesmo, sem medida, que ACM acumulou ao governar o Estado da Bahia de forma ditatorial, durante quase meio século.

**(Josefa, Correntina, julho de 2014)**

Contudo, a agricultura possuía um caráter além do agrário exportador, foi uma modernização vinculada às estratégias urbanas de industrialização, planejadas nessa era pelos governos militares. Responsável por estimular a adoção de pacotes tecnológicos da revolução verde enquanto sinônimo de modernidade, incentivando-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, sendo o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR um dos principais responsáveis pela expansão dessa dinâmica (DELGADO, 2012).

Um desenvolvimento conservador, sustentado em receitas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, com o incentivo da industrialização em substituição das importações por meio de um intervencionismo estatal (REINALDO, 2012). Essa integração da agricultura com a indústria no Brasil, foi responsável por ligar as oligarquias rurais latifundiárias ao capital agrário, industrial, comercial, etc. unindo a

burguesia e seus interesses, pois, os detentores de capital também passam a controlar a grande propriedade fundiária<sup>43</sup> por diversos processos, objetivados em reproduzi-lo e expandi-lo (OLIVEIRA, 1981).

No Oeste da Bahia, essa aliança entre os grandes proprietários de terra (enquanto integrantes dos poderes políticos locais), o capital nacional e internacional, remodelou-se ao longo das três décadas e meia de abertura da fronteira agrícola<sup>44</sup>. Porém, “mudaram-se os cachorros e as coleiras ficaram as mesmas”, em um nítido pacto/interesse de classes vinculado a essa estrutura “moderna” e arrasadora. Um complexo desigual, construtor de ramificações em diferentes níveis de escalas, em que o sistema financeiro global é um dos principais agentes desse arcabouço. Nesse sentido o domínio da propriedade, junto ao trabalhador e os corpos d’água, sempre se apresentaram em latência e de modo integrado. Como expressam os relatos respectivamente.

Rapaz, deixa eu vê se eu conheço algum político aqui no oeste que não é fazendeiro... eu acho que não tem não, os que tem por aqui tudo é fazendeiro. Tudo é fazendeiro pesado, e veio de filho de fazendeiro. [...] a maioria é assim ou viraram político depois da agricultura, como tem alguns gaúchos, paranaenses ai.

**(Maria, Santa Rita de Cássia, Março de 2014)**

[...] o fazendeiro só quer onde tem água, o fazendeiro quer o sequeiro para quê? Quer nada, só quer onde tem água também. A água é perseguida pelos fazendeiros, ele só quer onde tem água e a água também é quem vai sustentar ele. É o gado, a irrigação, o fazendeiro corre atrás de água.

**(Socorro, LEM, Março de 2014)**

Chega muita gente de Irecê aqui. Qualquer frustração de safra lá eles vêm pra cá, e essa mão de obra é boa, já ta acostumada com a lavoura. Agora no período de entressafra, dispensam muita gente, a empresa não contrata, a maioria fica ai passando necessidade.

**(Gaúcho Carlos Amélio, Barreiras, 1991. Haesbaert (1995))**

---

<sup>43</sup> No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”. É por isso que se deve insistir na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características sem igual na história mundial, em nenhum momento da história da humanidade se encontrou propriedades privadas com a extensão que se encontra no Brasil. E o Oeste da Bahia reproduz esse processo (OLIVEIRA, 2007).

<sup>44</sup> Destacam-se as famílias do ex. prefeito de Barreiras Antônio Henrique, com três mandatos, elegendo o filho Antônio Henrique Jr. a Deputado Estadual em 2014; o casal Jusmary, ex. prefeita de Barreiras, ex. Deputada Estadual e Federal e Oziel Oliveira, ex. Deputado Federal e atual prefeito de LEM em sua segunda gestão; Humberto Santa Cruz, ex. prefeito de LEM que exerceu dois mandatos; a família Barbosa, atuantes principalmente em São Desidério, na Assembleia Legislativa e agora comandantes da prefeitura de Barreiras; o vice governador João Leão e o seu filho Deputado Federal Cacá Leão, o falecido Deputado Federal Marlon Rocha, dentre outros. Com exceção do falecido, todos transitaram entre as duas principais correntes políticas que governaram a Bahia, lideradas pelo Democratas - DEM (base do antigo Aliança Renovadora Nacional - ARENA e o Partido da Frente Liberal - PFL) e após 2006, o Partido dos Trabalhadores - PT.

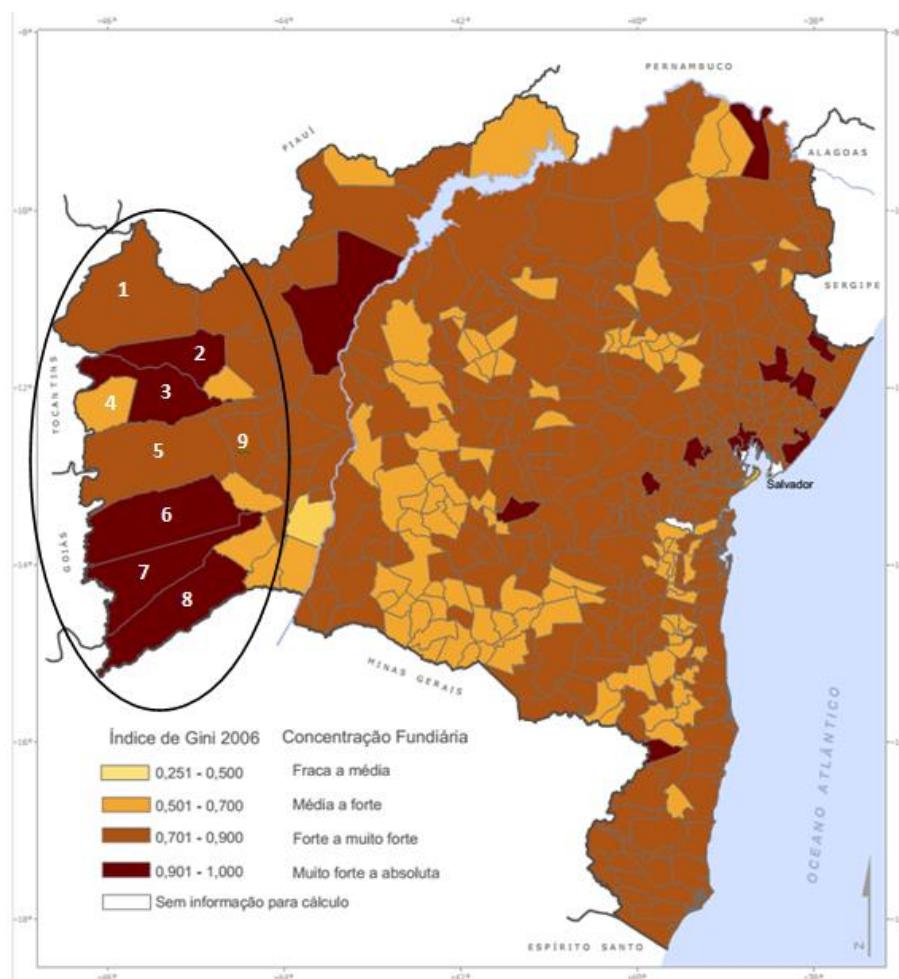
Essa estrutura agrária, como apresenta a Figura 5 e a Tabela 1, conquanto reproduza o excedente econômico que dele se demanda, conserva a degradação nas relações sociais no âmbito do controle da grande propriedade fundiária, conseqüentemente os recursos naturais (a água enquanto protagonista e estratégica), e no mundo do trabalho. Buscando expandir o lucro por diversos mecanismos financeiros, paralelamente a tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, para assim agilizar o ciclo produtivo. A partir disso se tem uma maior concretude na configuração dos grandes empreendimentos capitalistas no setor rural, seja nas relações técnicas ou sociais<sup>45</sup> (DELGADO, 2012; ANTUNES, 1999).

Essa tendência se confirma no Oeste da Bahia quando analisamos dados do IBGE e os principais programas para instalação e expansão da fronteira agrícola (Tabela 1, Gráfico 1, Figura 5). O que expressa uma constância exponencial positiva da alta concentração fundiária, realçada pelo histórico do índice de GINI, sobretudo nos nove municípios com maior área plantada, principalmente de soja, algodão e milho, sendo esses produtos as três principais *commodities* cultivadas. Além de ser um esboço essencial para o modelo do agronegócio, esse arcabouço propiciou a implementação de diversos programas de planejamento estatal (Tabela 5) para a expansão/consolidação da fronteira, e conseqüentemente, o crescimento da circulação de capital também variou devido ao vínculo monetário global de crescimento.

---

<sup>45</sup> Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de alguns grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, o Brasil tem uma estrutura fundiária violentamente concentrada e um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis (Oliveira, 2007).





**Figura 5**– Índice de Gini no Estado da Bahia em 2006, com Destaque para os Nove Municípios de Maior Produção

Fonte – Geografar 2012

\*1- FRP – Formosa do Rio Preto, 2- RNV – Riachão das Neves, 3- BAR - Barreiras, 4- LEM – Luis Eduardo Magalhães, 5- SDE – São Desidério, 6- COR – Correntina, 7- JAB – Jaborandi, 8- COC - Cocos, 9- BAI – Baianópolis

**Tabela 1** - Evolução Histórica do Índice de Gini na Bahia, com Destaque para aos Municípios com Maior Concentração na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1920-2006)

Local	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Bahia	0,734	0,784	0,794	0,779	0,795	0,805	0,821	0,835	0,829	0,838
Angical	0,960	0,494	0,699	0,707	0,749	0,824	0,894	0,909	0,607	0,653
Baianópolis					0,687	0,832	0,878	0,848	0,924	0,896
Barreiras	0,958	0,664	0,739	0,787	0,847	0,872	0,946	0,907	0,831	0,902
Canápolis					0,510	0,614	0,618	0,633	0,662	0,796
Catolândia					0,696	0,832	0,839	0,812	0,804	0,759
Cocos				0,690	0,623	0,703	0,825	0,840	0,814	0,906
Coribe				0,819	0,745	0,728	0,784	0,762	0,676	0,695
Correntina	0,973	0,404	0,726	0,598	0,590	0,608	0,794	0,915	0,935	0,934
Cotegipe	0,976	0,697	0,898	0,834	0,729	0,822	0,853	0,855	0,875	0,837
Cristópolis					0,711	0,795	0,806	0,812	0,837	0,879
Formosa do					0,809	0,858	0,870	0,953	0,910	0,882

<b>Rio Preto</b>										
<b>Jaborandi</b>									0,928	0,904
<b>LEM</b>										0,700
<b>Mansidão</b>									0,880	0,819
<b>Riachão das Neves</b>					0,854	0,900	0,933	0,911	0,894	0,909
<b>Santa M<sup>a</sup> da Vitória</b>	0,901	0,644	0,498	0,522	0,741	0,743	0,742	0,798	0,745	0,721
<b>Santana</b>	0,941	0,539	0,575	0,694	0,754	0,811	0,847	0,849	0,823	0,836
<b>Santa Rita de Cássia</b>	0,906	0,905	0,846	0,852	0,886	0,878	0,846	0,807	0,834	0,766
<b>São Desidério</b>					0,889	0,955	0,965	0,962	0,915	0,891
<b>São Felix do Coribe</b>									0,805	0,766
<b>Serra Dourada</b>					0,605	0,742	0,793	0,840	0,800	0,809
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>					0,612	0,684	0,804	0,788	0,797	0,863
<b>Wanderley</b>									0,833	0,868
<b>Média dos Municípios</b>	0,945	0,621	0,711	0,722	0,724	0,788	0,835	0,844	0,824	0,825

**Fonte:** IBGE

O crescimento no número de tratores no Oeste da Bahia, em especial nos nove municípios produtores, responsáveis por 86,17% dessa parcela de capital fixo (Tabela 2), é uma das expressões dessa conexão entre os capitais, seja bancário, industrial, agrário industrial, comercial etc. Fruto do incentivo estatal para tal integração, visto que apresenta uma rede de dependência construída, na qual esse modelo dirige fluxos comerciais com imposições de padrões que vão de regras técnicas para o plantio, tipo de produto, agrotóxico, fertilizante, preço dos produtos, mercados consumidores, etc. Isso enquanto uma aplicação do controle e do círculo de manutenção e desenvolvimento do capital para a produção, a venda, a circulação e consumo, reconfigurado ao longo das últimas décadas, apresentando-se atualmente em uma estrutura oligopolizada de quase total domínio de “meia dúzia” de capitais nacionais e internacionais, com o domínio da propriedade da terra por brasileiros e o controle da produção por estrangeiros (conteúdo debatido no subitem 2.3), como mostra o trecho da entrevista abaixo.

Aqui tem mil produtores. Agora, a grande maioria vive trabalhando para esses grandes grupos, a Cargill, a Bunge que faz o óleo de soja. Então o cara planta, a produção não é dele mais, é da Cargill. Quando ele colher já tá tudo comprometido, se não colher, se houver algum problema desses vários aqui, ele tá lascado, vai ficar na mão da multinacional.

**(Astrogildo, São Desidério, Março de 2014)**

**Tabela 2** – Número Absoluto e Proporcional de Tratores na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e nos Nove Municípios mais Produtores

Local	EOB	BAI	BAR	COC	COR	FRP	JAB	LEM	RNV	SDE	TOTAL
<b>Nº de Tratores</b>	6320	154	748	145	560	953	341	771	325	1452	5449
<b>% na MR</b>	100%	2,43	11,83	2,29	8,86	15,07	5,39	12,19	5,14	22,97	86,17

**Fonte** – Censo Agropecuário IBGE 2006

\*EOB – Extremo Oeste da Bahia, BAI – Baianópolis, BAR – Barreiras, COC – Cocos, COR – Correntina, FRP – Formosa do Rio Preto, JAB – Jaborandi, LEM – Luis Eduardo Magalhães, RNV – Riachão das Neves, SDE – São Desidério, MR – Mesorregião.

Um progresso avassalador, que impõe a maioria da população enquanto excluída e invisível, sujeita a flexibilizações trabalhistas, taxa de câmbio, inflação, preço das mercadorias, juros, etc., a um movimento (des)territorializante (Tabela 3), que vai muito mais além da diminuição dos postos de emprego com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto a partir da década de 1970, e sobretudo após 1990, no Brasil. São percas de vínculos em suas terras de origem, trabalho precário, sequelas psíquicas/físicas/morais. Em suma, são trabalhadores expropriados, espoliados, sujeitos à degradação de suas vidas, incumbidos “na luta para sobreviver” (temática discutida no subitem 2.4).

**Tabela 3** – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na Bahia e Número de Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários

Ano	1970	1975	1980	1985	1995	2006
<b>Nº de Tratores</b>	1838	4342	13349	15953	25443	27587
<b>Nº de Pessoas Ocupadas</b>	2.125.809	2.518.925	2.662.835	3.202.485	2.508.590	2.326.437

**Fonte** – IBGE

O avanço da fronteira, junto ao crescimento do PIB dos municípios e da área produtora, é espelho de uma economia capitalista que se guia por um circuito monetário de produção, financiada substancialmente pela extração do trabalho não pago. Acrescida com o incentivo estatal, relacionada diretamente com os bancos e grandes empresários atuantes. Um modelo agrícola dependente diretamente do SNCR, atrelada a forças econômicas e políticas nos mais diversos setores e atividades afins. Visto que é por meio dessa política bancária regulada pelo Estado que se potencializa as expectativas de produção sobre a demanda de consumo, tanto interno quanto externo, contudo, condicionadas pelas regras monetárias globais. Isso está expresso na reportagem de capa do Jornal Nova Fronteira

(Figura 6), de Barreiras, em abril de 2014, ao anunciar a Bahia Farm Show, considerada a maior feira do agronegócio do Norte e Nordeste realizada em LEM.



**Figura 6** – Agentes Financeiros Oferecerão Facilidade para a Realização de Negociações na Bahia Farm Show

**Fonte:** Jornal Nova Fronteira

Com previsão de atingir a marca recorde de 1 bilhão R\$ em negócios fechados, aumentando em quase 50% o volume consolidado em 2013, a Bahia Farm Show 2014, maior feira de tecnologia agrícola e negócios do Norte/Nordeste contará, nesta edição, com seis instituições financeiras oferecendo linhas de crédito e taxas de juros diferenciadas. Com destaque para a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, BNDES, Bradesco e o Desenbahia.

**(Jornal, Nova Fronteira. Barreiras, abril de 2014)**

Uma reprodução apresentada de maneira macro nos dados, contudo, que interage diretamente no cotidiano da população vigente, sendo o agronegócio enquanto representante do capital e do Estado, o setor chave de intervenção econômica. Enquanto as cotações variam permitindo o avanço da reprodução, as plantações, sobretudo das três principais *commodities* (soja, milho e algodão) Tabela 4, progridem. Não somente destruindo a fauna e flora do cerrado, espoliando as populações alocadas, mas também por contribuir no desterroamento de vidas que essa relação provoca “dentro e fora” do território analisado.

**Tabela 4** – Cotação Média da Soja, Milho e Algodão na Bahia em R\$ (2005 – 2015)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Soja 60 kg</b>	26,6 1	22,1 6	30,6 8	41,0 9	40,6 2	34,1 5	39,9 1	56,7 4	56,5 0	55,9 6	58,1 6
<b>Milho 60 Kg</b>	18,1 3	21,0 3	23,3 5	27,8 8	21,7 9	21,8 5	29,8 8	29,8 5	32,2 6	27,9 4	30,3 5
<b>Algodão em pluma 15 Kg</b>	36,7 4	40,8 2	38,8 8	40,1 0	37,6 0	57,6 7	82,0 4	52,3 0	64,2 5	61,1 1	36,7 4

**Fonte** – AGROLINK (2015)

A mediação estatal seguidora das regras pró-capital, são realizadas de acordo com as demandas do mercado e não pelos anseios da reprodução de vida da maioria populacional. A produção da Soja, do Algodão e do Milho no Oeste da Bahia, representa explicitamente isso, quando somente as três culturas representam 93,55% do total da área plantada em toda mesorregião do Oeste Baiano. Enquanto atende mercados consumidores externos e internos, pervertem relações, construindo um cenário contraditório de miséria, apresentada claramente no campo e nas cidades, como expresso na reportagem de abril de 2012 do Jornal São Francisco em Barreiras, tratando da desnutrição dos pacientes no principal Hospital do Oeste da Bahia – HO (Figura 7).



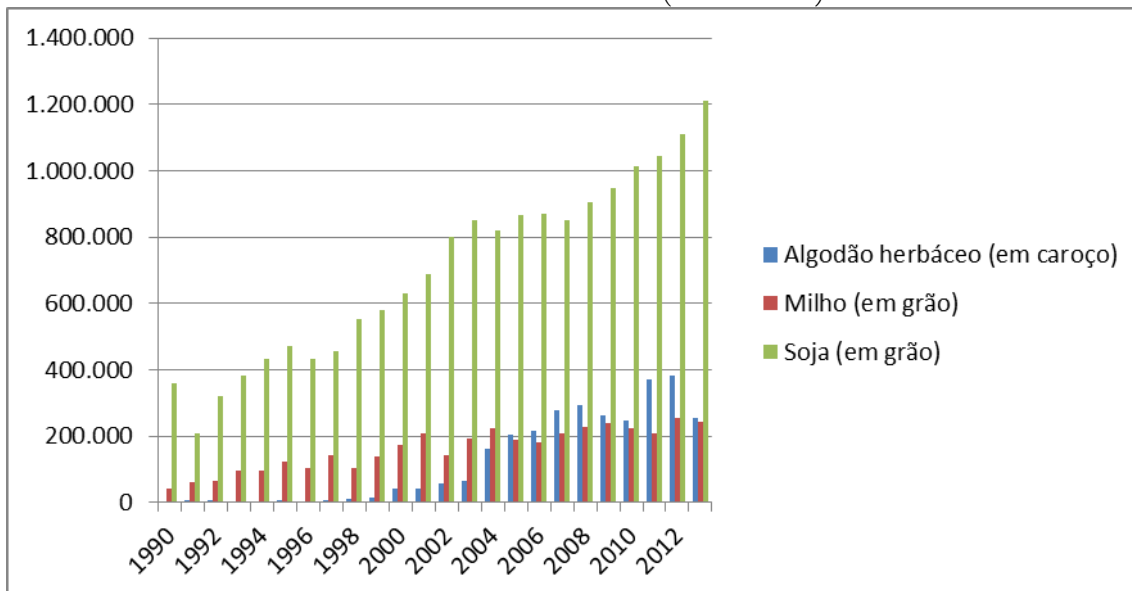
**Figura 7 - Um Oeste de Desnutridos?**  
Fonte – **Jornal São Francisco. Barreiras, abril de 2014**

A relação de valorização de cotação das *commodities* é diretamente ligada ao movimento da fronteira agrícola, sobretudo em municípios que ainda possuem áreas aptas para o avanço do plantio no entender dos indivíduos do agronegócio. Visto que é comumente nas chapadas, em áreas com pluviometria aptas para o plantio, com relevo plano e omissão do Estado frente à fiscalização e autuação daqueles que impõe o trabalho precário e a prática da grilagem, que a expansão acontece.

Os Gráficos 1, 2 e 3 nos apresentam a relação direta da produção com a injeção de capital, sendo o Estado o principal financiador, em que ao mesmo tempo que incentiva o crescimento econômico instantâneo, garantindo o *status quo* de “meia dúzia”, denigre a espécie humana e a natureza. Em um cenário que o desmatamento, os casos de câncer, a

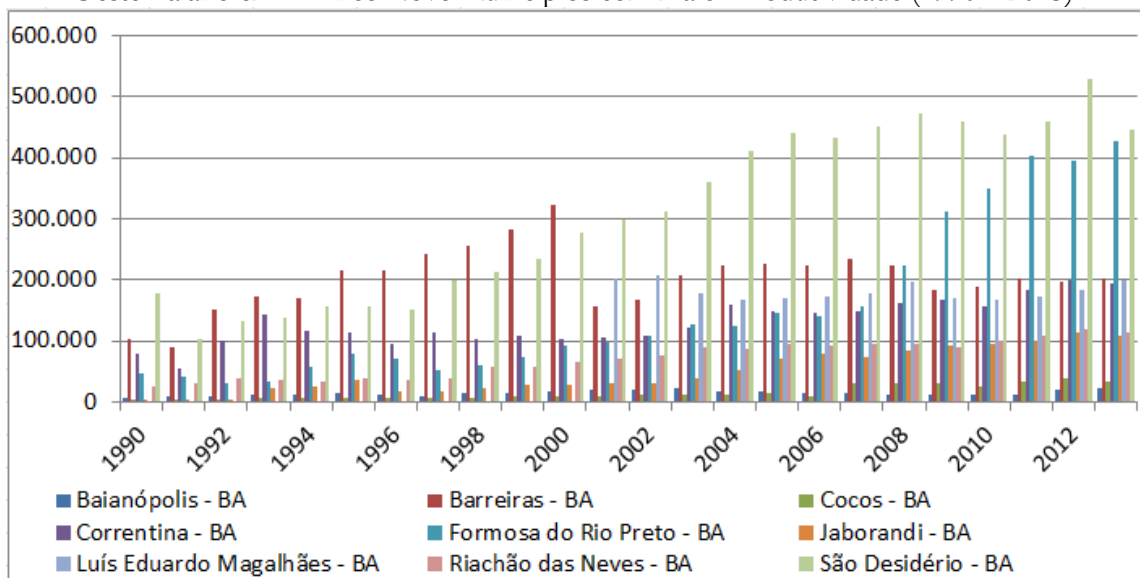
intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos, a mortandade e diminuição das vazões dos rios etc., são construções diretas desse arcabouço.

**Gráfico 1** – Quantidade Produzida de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em Toneladas (1990 – 2013)



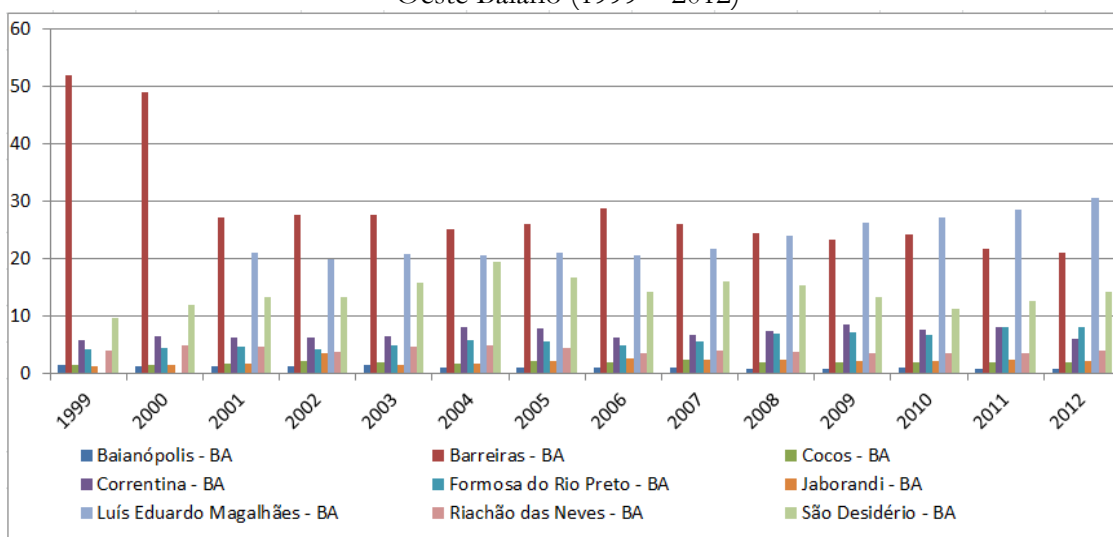
Fonte - IBGE

**Gráfico 2** – Evolução da Área Plantada de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em HA nos Nove Municípios com maior Produtividade (1990 – 2013)



Fonte – IBGE

**Gráfico 3 - Participação do Produto Interno Bruto em % na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1999 – 2012)**



Fonte – IBGE

Essa posição do Estado brasileiro, refletido diretamente no Oeste da Bahia como é mostrado pelas informações expostas do jornal O Expresso, é apresentada em um estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, de 2011, apontada no relato do Jornal O Expresso de LEM. Quando se comenta que os cinco maiores municípios produtores do Oeste Baiano são os que mais se destacam na contribuição do PIB estadual no setor agropecuário. Isso conjuntamente com rios mortos, trabalho escravo, forte concentração fundiária, indícios de grilagem, trabalhador intoxicado, espoliação/expropriação de trabalhadores, etc. (como apontaremos no decorrer dessa tese). O que nos reforça a certeza que no mundo do capital, a sua progressão é inerente à degradação do ser humano e da natureza.

Praticamente todos os municípios da região Oeste ganharam posições no PIB e aumentaram sua participação na economia baiana. [...] O setor Agropecuário tem na região Oeste os seus representantes de maior expressão. Os cinco principais municípios agrícolas do Estado estão situados nessa região. [...] Dentre os municípios, São Desidério é o principal representante. Em 2011 manteve a primeira posição no ranking estadual da agropecuária, com participação de 8,0%; além disso, em termos nacionais, o município é o que possui o primeiro maior valor adicionado na agricultura. Em seguida estão os municípios de Formosa do Rio Preto com 4,5%, Barreiras com 3,9%, Luís Eduardo Magalhães com 3% e por fim o município de Correntina com 2,6% de participação de valor adicionado da agropecuária do Estado.

(Jornal o Expresso, LEM, Dezembro de 2013)

A evolução da área plantada é inerente ao crescimento do PIB nos municípios produtores como mostra os Gráficos 2 e 3, em uma progressão positiva e desconcentrada.

Ao passo que a fronteira agrícola vai se consolidando nos primeiros municípios da abertura, como Barreiras/LEM<sup>46</sup>, Riachão das Neves e Correntina, e a dispersão para outros territórios, sobretudo para o município de Formosa do Rio Preto, Jaborandi e Cocos, que se apresentam enquanto municípios estratégicos, com pouco avanço da fronteira agrícola, mas com condições naturais e políticas, similares aos dos outros municípios em que as atividades agrícolas já estão consolidadas.

O avanço da área plantada, a quantidade produzida, o aumento do capital fixo e circulante, a concentração fundiária e a ligação com as regras monetárias do capital a nível global, são quesitos basilares para a expansão do agronegócio na região, conjuntamente à degradação da pessoa humana e a exploração da natureza. Pois, são condições para um cenário conflitante, pela transformação de ideários de vida comungadas com a natureza, em um palco de barbárie, provocado por ditames expansivos do capital, que resultam em expropriar e espoliar povos que estão alocados frente as suas áreas de interesse.

### **2.1.3 Reformulações do modelo agropecuário**

É importante frisarmos as mudanças em relação ao papel do Estado a partir do período neoliberal, para compreendermos o processo de construção da questão agrária no Oeste da Bahia, quando questões antes geridas ou mesmo mediadas pelo Estado, passaram a ser arbitradas pelas próprias empresas. Acompanhada do afrouxamento fiscal, aumento dos lucros, com uma autonomia empresarial nunca antes alcançada, sobretudo em comandar os circuitos financeiros decisivos nas definições dos arranjos políticos multiescalares. O que vem resultando em crises econômicas sistêmicas sequenciais, tendo seus estopins no Brasil em 1982, 1999 e 2013, em um modelo de Estado que delega poderes e se institui de maneira ausente e excludente suas esferas básicas de gestão (HAESBAERT & PORTO GONÇALVES, 2006).

Do mesmo modo, o Estado reluta nos reconhecimentos individuais das imposições políticas adotadas, sempre de interesse da minoria. Um reconhecimento que não condiz com uma apreensão realista calcada na história dos sujeitos presentes e suas classes, muito menos no reconhecimento dos parâmetros coletivos de suas ações, historicamente construídos, o que dissecar e completa a eliminação cética do “sujeito histórico”. (MÉSZÁROS, 2007). Esse modelo de Estado, reformulado ao autoritarismo no Brasil na

---

<sup>46</sup> A regressão do PIB de Barreiras ocorre com a emancipação política de LEM, antigo povoado do município intitulado antigamente de Mimoso do Oeste. Que posteriormente se tornou o segundo maior município em população (76.429 Hab.), e de maior PIB *per capita* do Oeste da Bahia (R\$ 43 824,56) (IBGE, 2014).



segunda metade do século XX, adaptou essa estrutura de acordo com os momentos econômicos vivenciados, sempre calcados em atender a lógica monetária, em que a agropecuária foi um setor estratégico, sobretudo em momentos de superação das crises, como em 1982 e 1999.

Um arquétipo que possuía como essência inicial a transferência de parte da poupança pública para a aplicação do crédito rural. Que se aperfeiçoa, seguindo o devir da aglomeração de capitais com a agropecuária, formulando novas estruturas financeiras. Dentre as principais: nova importância que assumem as fontes de autofinanciamento na produção rural; uma seleção na clientela, ligada à emergência de empresários rurais voltados para atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços etc.; integração direta dos grandes bancos e grupos econômicos, expandindo o negócio bancário além do crédito; novas formas de captação financeira, não só bancária; mudança no padrão de financiamento de acordo com cenário econômico etc.. Uma configuração fundamentada sumariamente em centralizar e mobilizar capitais (DELGADO, 2012).

Todos os programas intervenientes no Oeste da Bahia para expandir a fronteira agrícola possuíram esse viés<sup>47</sup> (Tabela 5). As terras com fins especulativos e/ou produtivos, alicerçadas aos migrantes sulistas, empresários e os latifundiários regionais, os equipamentos utilizados, os empreendimentos construídos, a estrutura modal, de bens e serviços, autarquias estatais, etc., sem exceção, foram alicerçadas para esse trunfo<sup>48</sup>. Um cenário de mobilidade econômica, diante dos capitais fixos e circulantes montados, vinculados diretamente ao controle hídrico, fundiário e trabalhista, todavia, de uma estratosférica invisibilidade social dos povos ali presentes centenariamente. Uma conjuntura que propiciou nas últimas quatro décadas diversos episódios de espoliação desses sujeitos.

A intensificação desses fenômenos tiveram variações alinhadas a diferentes situações políticas e econômicas dos governos. Contudo, o laço de articulação entre os capitais, a agricultura, a alta concentração fundiária, os recursos hídricos, a degradação do trabalho e da natureza, não somente continuaram, mas expandiram-se aperfeiçoados pelos sistemas agregados das agroindústrias, irrigação, plataformas para exportação e multinacionais, integrados em um pacto/interesse de classes a cada momento mais organizado com diferentes tipos de gestão pró-agronegócio.

---

<sup>47</sup> Esses programas se basearam no investimento também de tecnologias que deram impulsos às pesquisas realizadas em agências fomentadoras dessa atividade, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Fundação Bahia, EBDA (SOUSA SOBRINHO, 2012).

<sup>48</sup> Diversas foram as políticas internas oficiais implementadas para ocupar o cerrado, incluindo o baiano, como uma imensa fronteira agrícola, a começar pelo “I Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND), desenvolvido entre 1972 e 1974 e consolidado após a segunda metade desta mesma década, por meio do II PND (PEREIRA, 2010).

**Tabela 5** - Programas de incentivo para a formação/expansão da fronteira agrícola no Oeste Baiano

<b>Programa de Integração – PIN – 1970</b>
<b>Programa de Assistência Financeira à Agroindústria e à Indústria de Insumos, Máquinas, Tratores e Implementos Agrícolas (Proterra/Pafai) – 1971</b>
<b>Programa de Desenvolvimento da Agroindústria no Nordeste (PDAN), criada pelo Banco do Nordeste do Brasil e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – 1974</b>
<b>Programa Nacional do Alcool – Pró-Alcool – 1975</b>
<b>Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer I, II &amp; III – 1978/1987/1995</b>
<b>Programa de Desenvolvimento Agroindustrial (Prodagri) – 1980</b>
<b>Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas – Próvárzeas – 1981</b>
<b>Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação – Profir – 1982</b>
<b>Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro – 1985</b>
<b>Programa Nacional de Assistência à Agroindústria (Pronagri) – 1986</b>
<b>Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE – 1988</b>
<b>Novo Modelo de Irrigação – PNMI – 1995</b>
<b>Plano Safra - 1999</b>
<b>Programa BAHIABIO - 2007</b>
<b>Programa Mais Irrigação - 2012</b>

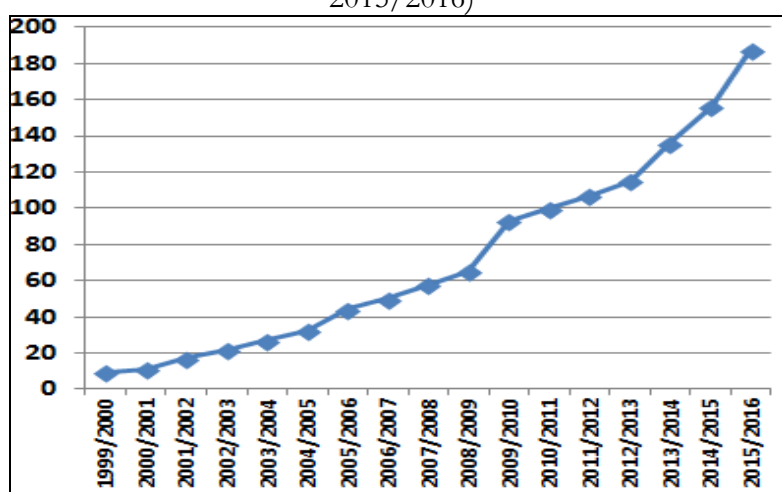
Fonte – Flores (2011); Santos, Vale & Lobão (2011), Dourado (2015)

A sobrevivência dessa estrutura no governo FHC (1995-2002 [Gráfico 5]) com a baixa no preço das *commodities*, a não preferência desse setor enquanto protagonista na balança comercial em parte desse período, alinhada a um decréscimo das taxas especulativas das terras<sup>49</sup>, e o reavivamento após a crise cambial de 1999 (agora enquanto protagonista econômico para sair da crise), são fatores que mostram essa aliança de classe.

Uma coalizão de forças fortificada nos governos PTistas (Lula e Dilma – 2003/2015), expressadas sumariamente no aumento do financiamento estatal para o médio e grande produtor, como é visto no Gráfico 4. Com uma ampliação brusca de 1.896,8% no valor destinado aos Planos Safras do agronegócio entre 1999 a 2016. Em uma lógica de financiamento que impulsiona a expansão da área plantada, e consequentemente incentiva a mobilidade de trabalhadores para essas áreas incrementadas com novos capitais. Normalmente deficientes de fiscalizações vinculadas a órgãos trabalhistas e ambientais, e consequentemente, construindo conjunturas de litígios nos mais diferentes panoramas, até mesmo entre setores do próprio agronegócio e do Estado.

<sup>49</sup> Levando em consideração que o preço da terra é inerente à injeção de capital especulativo e/ou produtivo.

**Gráfico 4** – Financiamento Estatal dos Planos Safras Nacionais em Bilhões (1999/2000 – 2015/2016)



Fonte – Ministério de Agricultura e Pecuária – MPA

Essa escolha política se dá inicialmente em um cenário internacional de aumento das *commodities* primárias, em que o Brasil privilegia o minério de ferro, o petróleo bruto, a soja e derivados, o papel e a celulose, o algodão, a carne, o álcool e o açúcar enquanto prioritárias. No entanto, esse cenário econômico de *comoditização*<sup>50</sup> provocou ao longo das últimas três décadas, oscilações nos preços, com constâncias de declínios e crescimentos (Gráfico 5). Ocorridas diante de diferentes fatores externos, rebatidos diretamente no quadro político/econômico no cotidiano dos sujeitos. Principalmente aqueles viventes e/ou retirantes dos polos de desenvolvimento desse setor, como os presentes no Oeste da Bahia.

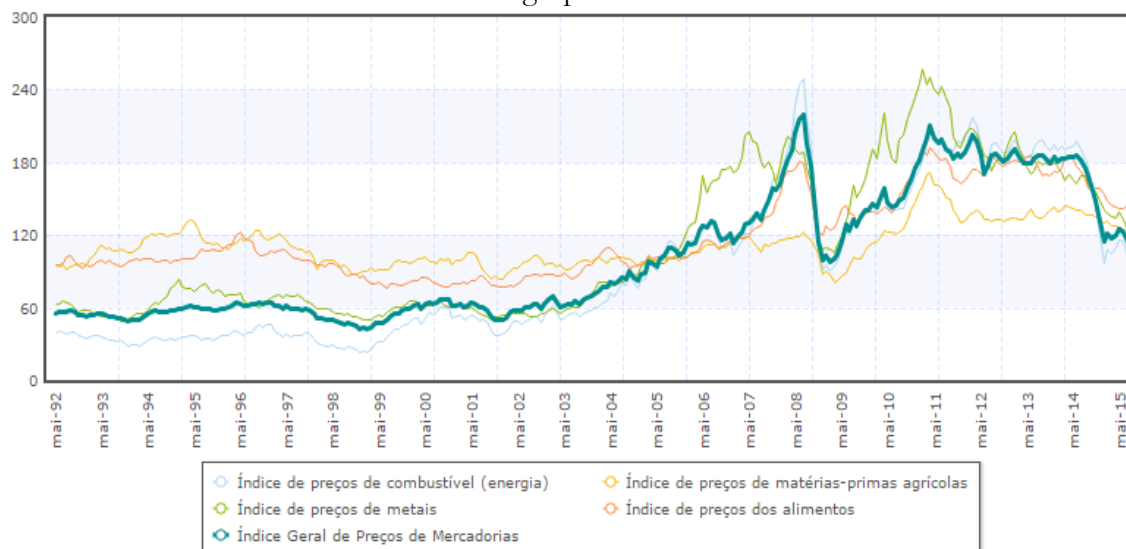
São esses quesitos alinhados às indústrias envolvidas no comércio mundial de *commodities*, que garantem essa territorialização do capital (OLIVEIRA, 2010), mediante o controle desses produtos primários comercializados em escala mundial (Tabela 4). Em uma expansão da fronteira apresentada conjuntamente com o cultivo principalmente de milho, soja e algodão, pacote tecnológico de insumos, equipamentos, maquinários, etc., assim como uma expressão dos incentivos governamentais para esse movimento do capital<sup>51</sup>. Já que, mesmo com a diminuição dos preços, há o crescimento desse estímulo (Gráfico 4), demonstrando a incerteza de mercado que passa o Brasil, já que as principais *commodities* primárias enquanto alicerce das exportações, vem diminuindo os preços. Em contraponto,

<sup>50</sup> Importante frisar que a discussão da prevalência de capital nacional ou internacional no campo brasileiro hoje se apresenta bastante complexa, diante da teia de (re) arranjos econômico-financeiros que esses grupos formularam nas últimas décadas. Melhor sendo entendidas pelo pacto de classes do que mesmo pela separação do que é nacional ou internacional. Pois, nessa reconfiguração cada vez mais fluída do capital, seus caminhos são trilhados de acordo com os interesses particulares do aumento da taxa de lucro, pouco importando em qual território irá atuar.

<sup>51</sup> Os agricultores do Oeste Baiano receberam para safra 2012/2013 cerca de 1,3 bilhão de R\$, segundo o vice-governador João Leão relatou na reportagem ao jornal online Bocão News de Salvador.

o dólar enquanto moeda utilizada na comercialização das exportações, apresenta-se em alta<sup>52</sup>, o que ainda contribui para o superávit desse setor.

**Gráfico 5** – Comparação entre as taxas de (des)valorização das mercadorias no mundo por grupos



Fonte – INDEXMUNDI

É essa “forma estatal apropriada” segundo Mészáros (2007) que moveu o capital inexoravelmente à globalização desde sua origem. Necessitando demolir todos os obstáculos que se encontram no caminho de seu pleno desdobramento, cumprindo esse objetivo enquanto o sistema existir. São nesses passos que se caminha para a integração, mais recentemente liderada por grandes corporações transnacionais, que agem hoje em diversos setores da economia. Uma lógica centrífuga multiescalar, em que as partes antagônicas se dirigem para lugares diversos. Assim, condicionam os territórios, (des)territorializando e construindo novas territorialidades, movidas pela luta de classes.

Nesse sentido evolutivo caminha o espaço do Oeste Baiano, da dispersão para a integração nacional crescente, porém, de modo desigual. Se arrumando agora a serviço de um todo integrado, num movimento vertical-horizontal de centralização-desconcentração. Abrangendo suas relações internas e externas, se aperfeiçoando a cada passo a essa

<sup>52</sup> As exportações médias manufaturadas representavam no período 1995-99 56% da exportação total, sendo os restantes 44% de produtos básicos e semielaborados, intitulados de produtos primários. No período atual, essa relação se inverte a partir de 2008 em meio a crise mundial. Os produtos primários passam a representar 57,1% das exportações, e os manufaturados 42,9%. O ano de 2008 também foi exemplar, ao revelar para o mundo o início da elevação dos preços das *commodities*, em particular, do aumento dos alimentos básicos da população mundial. A elevação dos preços dos alimentos indicava também, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, o aumento do número de pessoas no mundo que passavam fome. Este número chegou a um bilhão de pessoas (OLIVEIRA, 2012).

concepção integradora, em um território desigual, em que a latência conflituosa é inerente, sobretudo pelas conjunturas sociais construídas (MOREIRA, 2011). Em que se prioriza os investimentos em projetos visando ganhos futuros, de longo prazo, como as rodovias BR 020/135 e 242, a FIOOL que está sendo construída, pesquisas, estrutura estatal, etc., e de curto prazo, como os créditos rurais de capitais, “mola-mestra” da dinâmica expansiva da fronteira.

## **2.2 Passado - Presente - Futuro: a degradação ambiental e o desmatamento progressivo**

A essência do instante é a que carrega o antes e o agora. O depois é a partir do agora, construído com pensamento do depois e com ações do agora. O caminho percorrido é o estigma do momento, que é o antes, o agora e o depois.

**(Tássio Barreto Cunha)**

Os processos no bojo do capital que envolvem as degradações ambientais em determinados momentos históricos, são provocados em dinâmicas dicotômicas entre o natural e o social. Esse entendimento é possível pela interpretação da capacidade do homem se transformar junto à natureza pelo trabalho com o uso da técnica. O Oeste da Bahia enquanto território de análise apresenta essa conjuntura de forma mais latente a partir da década de 1970, sendo a injeção de capital que provocou a abertura da fronteira e o desdobramento no mundo do trabalho o nosso fio condutor principal de análise. Sobretudo, relacionado ao desmatamento constante para práticas agropecuárias e o carvão vegetal, a utilização de substâncias químicas utilizadas para intensificar esse movimento centrífugo de expansão (inclusive na agricultura), e mais atualmente, a construção de PCH's e a ameaça da mineração.

O foco nessa tese é refletir essas ações frente aos rebatimentos ocasionados na vida dos trabalhadores e das famílias que habitam aquele determinado espaço, em especial os que sofrem as sequelas diretamente. São ribeirinhos (trabalhadores acampados, assentados, posseiros, quilombolas, fundo e fecho de pastos, etc.), que ao passo que se inicia a fronteira agrícola, percebem a morte e diminuição na vazão dos rios, o declínio na quantidade da biota aquática e terrestre, o desequilíbrio ecossistêmico devido à intensificação de danos em suas plantações e criatórios, o aumento dos casos de neoplasias malignas e intoxicações entre outros. Ou seja, elos de vida sendo (des)configurados, alicerçados pela necessidade de instalação da barbárie para expansão do capital.

Nesta parte, aprimoraremos o debate sobre a expansão da degradação ambiental enquanto base para a realização do agrohidronegócio e os múltiplos territórios. As conjunturas políticas do Estado, relacionadas diretamente aos afazeres capitalistas, condicionam essa degradação fixa e/ou circulante, garantindo o funcionamento dessa estrutura montada no Oeste da Bahia, com atribuição de ganhos monetários instantâneos e futuros. O alicerce dessa rotatividade direcionada de “fora para dentro” e obtida de “dentro para fora”, é representada desde o seu início pelo financiamento público com injeções de capitais.

Em primeiro momento, representada por incipientes programas de incentivos de financiamento direcionados para o plantio de pinos e cana-de-açúcar (KRAYCHETE & COMERFORD, 2012). Contudo, mesmo sem o sucesso produtivo, essas tentativas de plantios foram as bases para desencadear um processo de valorização especulativa da terra na região dos Gerais, já que a histórica concentração fundiária é alicerce do poder político e econômico das elites locais.

Com essa estrutura excludente que se intensifica a cada momento, o Estado por meio do crédito rural financia a desigualdade social e a degradação ambiental paralelamente. Isso ao mesmo tempo que o Estado subsidia a produção das *commodities* de modo instantâneo, através do SNCR e capitais fixos de retorno prolongado (equipamentos agrícolas, rodovias, portos, ferrovias, etc.), patrocina diretamente o desmatamento e o uso de substâncias tóxicas, enquanto principais ações que encadeiam o desequilíbrio ecossistêmico e suas reflexões nefastas à saúde e os moldes de vida dos trabalhadores. Uma degradação ambiental e humana estatal institucionalizada a um serviço monetário sem pertencimento das vidas presentes nesse território. Como defende o relato abaixo:

Teve produtor o ano passado que teve que fazer 10 aplicações de defensivo para combater a lagarta, se ele não fizesse, não iria produzir. O pessoal aqui tinha muito essa coisa se ser contra o agronegócio, isso é besteira, você não vive sem evolução. Como você vai crescer, como o país nosso vai crescer, se não for através do crescimento da economia. Temos que produzir... o que fez Barreiras ser a cidade que é hoje? Foi o crescimento do agronegócio, agora, tudo tem que ter equilíbrio na vida. A grande questão é você achar essa equação, como você vai desenvolver sem comprometer? Tem coisa que é inevitável, por ex. os caras chegam: - Há, tão acabando com a área de Cerrado. Tem que desmatar para produzir! Agora que o agronegócio é importante é, que a irrigação é importante... são. Você tem que ter, não adianta, isso é crescimento, é movimento.

**(Manoel, Março de 2014, Barreiras)**

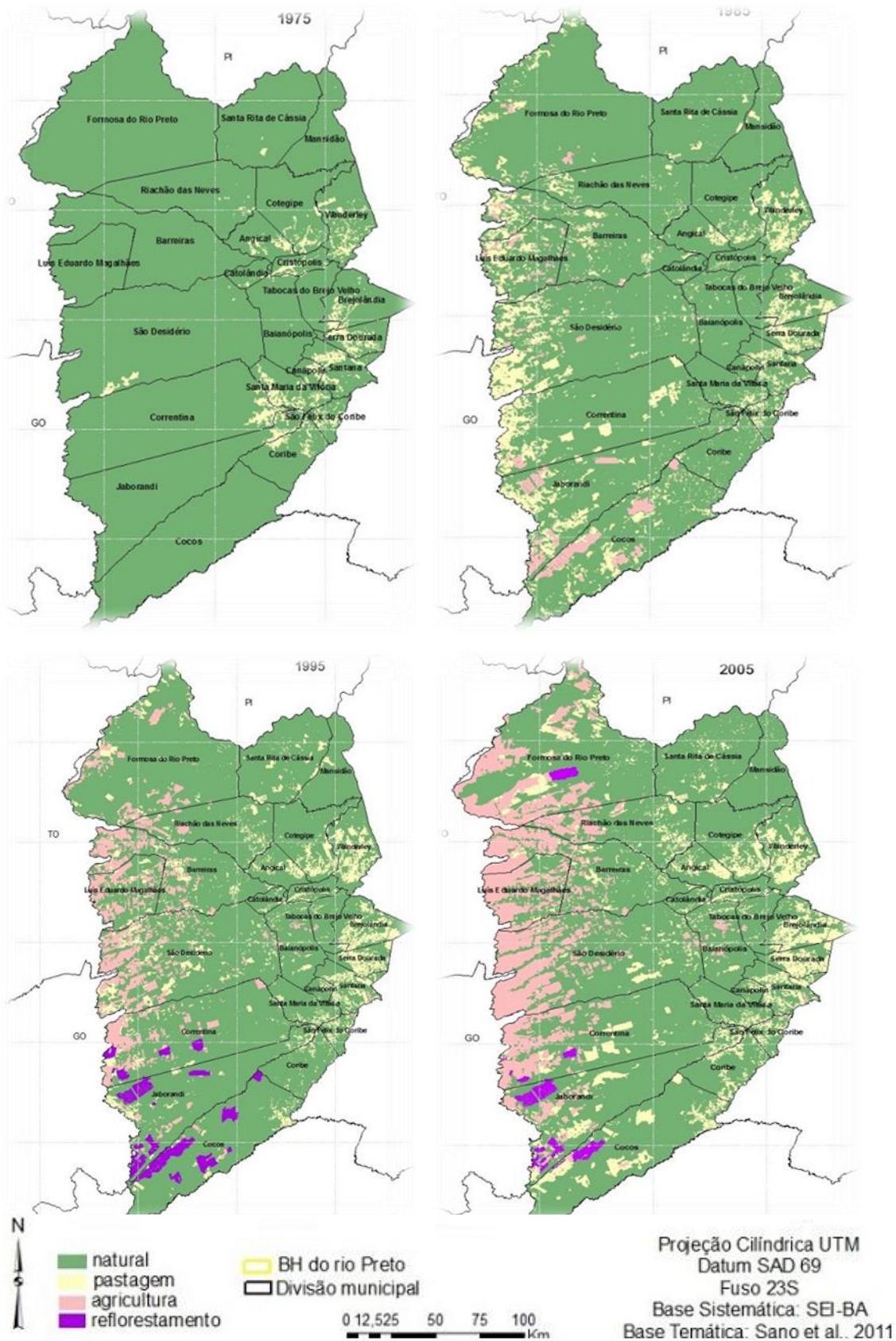
Hoje, é uma separação aprofundada, antes voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas, explícita de modo maior até antes da década de

1970. Em um segundo momento é direcionada para uma competição de concorrência inter-capitalistas, em que a destruição/precarização da força humana e a degradação ambiental são entendidas como umas das sequelas mais graves, acima de tudo por proporcionar desequilíbrios sistêmicos socioeconômicos de grande magnitude.

Para essa região, entendemos as sequelas na água, a concentração fundiária e a degradação humana por meio do trabalho análogo ao escravo, os acidentes de trabalho, a mobilidade forçada e a intoxicação de trabalhadores, como protagonistas. Essas decorrências são sustentáculos que asseguraram a expansão do capital no campo do Oeste da Bahia há décadas. Enquanto demonstração para o debate, apresentamos na Figura 8 o avanço da fronteira agrícola nos gerais pelo histórico do mapeamento de uso e ocupação do solo.

O processo de apropriação da natureza expressada pelo avanço da fronteira agrícola nas Figuras 8, 9, 10, 11 e 12 em um imaginário de imagens sobrepostas, possui o controle da terra enquanto um dos “pontos-chave” para tal feito. Isso desde a sua abertura a partir da década de 1970, até os dias atuais, com uma combinação conjunta de complexos processos sociais, técnicos, econômicos, políticos, culturais e ambientais, que alicerçaram as condições territoriais dessa região atualmente.

A regra geral do capital no campo de agir em busca de terras aptas para se produzir, com áreas planas, recursos hídricos em abundância (subterrâneos, superficiais e pluviométricos), utilizando estratégias de gestão para controlar o trabalhador, usurpando populações tradicionais de suas áreas utilizando-as como reserva legal, fazendo uso de

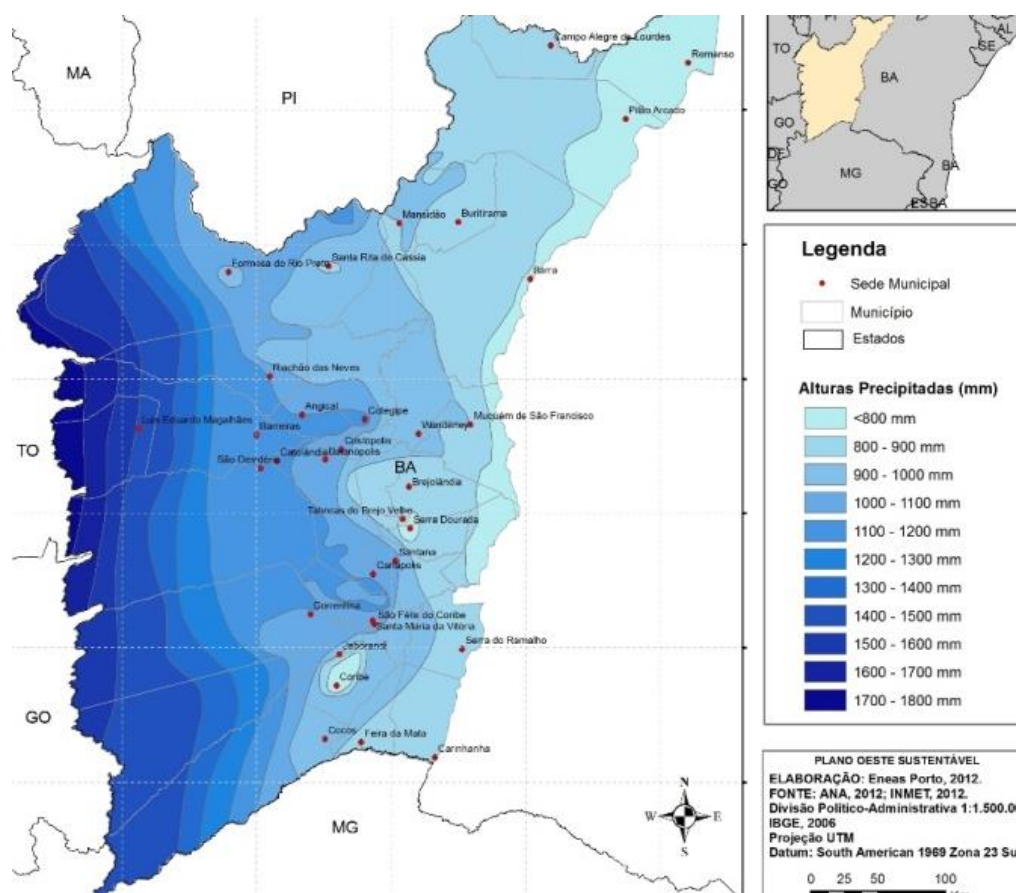


**Figura 8** - Representação do Uso e Ocupação do Solo no Oeste da Bahia (1875-2005)

Fonte – Santos *et. al.* (2011)



tecnologias de ponta para produção, controlando o Estado como mediador e/ou financiador etc., são nítidas para manter os seus anseios expansivos e acumulativos no Oeste da Bahia.

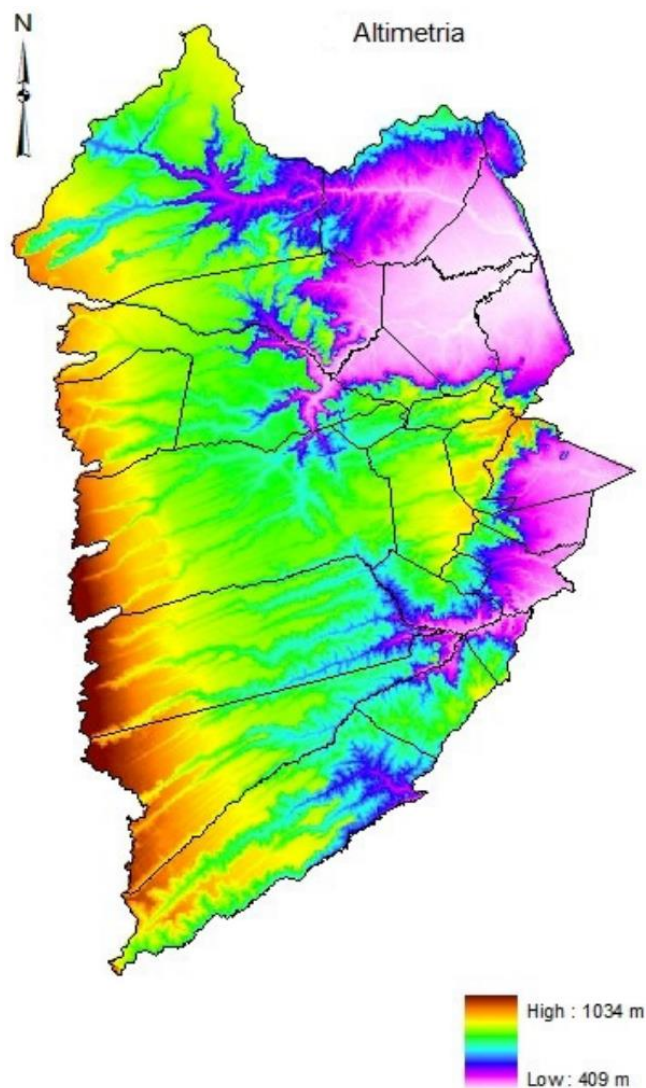


**Figura 9** – Representação da Média Pluviométrica no Oeste da Bahia

**Fonte** - AIBA

O emprego do agronegócio só é possível nessas condições políticas/socionaturais, em qualquer que seja o território no Brasil. A expansão das áreas de grande produtividade no Oeste da Bahia se formam diante desses cenários, com a utilização das terras em larga escala, de topografia plana e suavemente ondulada (entre 0% e 5% de declive), de baixa perda de solo com emprego de máquinas agrícolas; clima úmido e sub-úmido com médias pluviométricas entre 1500 a 1800 mm/ano, em faixa longitudinal Norte-Sul nos limites estaduais (MG, GO, TO e PI), em um prolongamento para Oeste em cerca de 100 km até o contato com o pediplano sertanejo; predomínio dos solos<sup>53</sup> Latossolo Vermelho-Amarelo e o Neossolo Quartzarênico preparados aos plantios, sobretudo por calagem (REIS & VALE, 2010).

<sup>53</sup> São solos profundos, bem drenados, argilo-arenosos, ácidos com alta concentração de óxido de alumínio, deficientes em nutrientes. O latossolo vermelho-amarelo é encontrado em suma maioria nas chapadas e o neossolo quartzarênico, por sua natureza deposicional nos vales encaixados (FLORES, 2011).



**Figura 10** – Representação da Variação Altimétrica no Oeste da Bahia  
**Fonte** – Santos (2014)

Uma observação sobreposta das representações de uso e ocupação do solo com a pluviometria, altimetria, declividade, solos e as redes hidroviárias e rodoviárias (Figuras 8, 9, 10, 11, 12 e 13), apresentam-nos a percepção de conhecimento e a necessidade de controle dos recursos naturais por parte do capital, com vista a continuar sua expansão. Na medida em que a abertura da fronteira se inicia nas mais altas altitudes do Chapadão Central do São Francisco<sup>54</sup>, com direção no sentido Norte-Sul e algumas dezenas de km a Leste. Principalmente em locais que as rodovias estatais permitiram uma maior facilidade de escoação da produção, manifestando uma relação direta do Estado com o capital enquanto “cônjuges” nesse processo.

<sup>54</sup> Unidade geomorfológica conhecida na região por “Gerais”.

Mesmo sendo um território de grande extensão<sup>55</sup>, é notável a devastação provocada, desrespeitando até mesmo os limites das reservas legais. São nessas áreas em que a fronteira agrícola já está consolidada que a renda da terra se agrega à circulação do capital de forma mais intensa, aumentando o preço das propriedades de acordo com suas características, onde a água é intrínseca a esse processo. Sendo as propriedades mais próximas dessa estrutura, aptas a maiores valorizações, sobretudo por adquirir um valor agregado ao seu posicionamento no território, garantindo um retorno monetário mais curto, seja por especulação e/ou produção, como é exposto abaixo.

[...] todas essas áreas estão sendo ocupadas. O valor aumentou bastante, uma valorização imensa do início para cá, coisa de área não valer nada, para hoje valer 5, 10 mil R\$ o HA ou mais, dependendo quanto tempo a fazenda está produzindo, se ela está estruturada, onde ela está localizada, se chove mais, se chove menos, então tem essa avaliação.

**(Marciano, LEM, Maio de 2014)**

Me parece que o principal parâmetro dessa cultura gerazeira é de ter essa liberdade, por que o campo era tão grande que não ia fazer sentido de diluir o coletivo. Isso gera pressões encima deles, onde estão a cobiça de criar reservas legais, pois já normalmente foram explorados 100% da fazenda. Muita problemática essa possibilidade de recompensar em outro campo. Mas também sobre a água, por que na realidade muitas vezes estão em regiões onde a água na realidade está razoavelmente em boas condições e isso gera também uma cobiça muito grande.

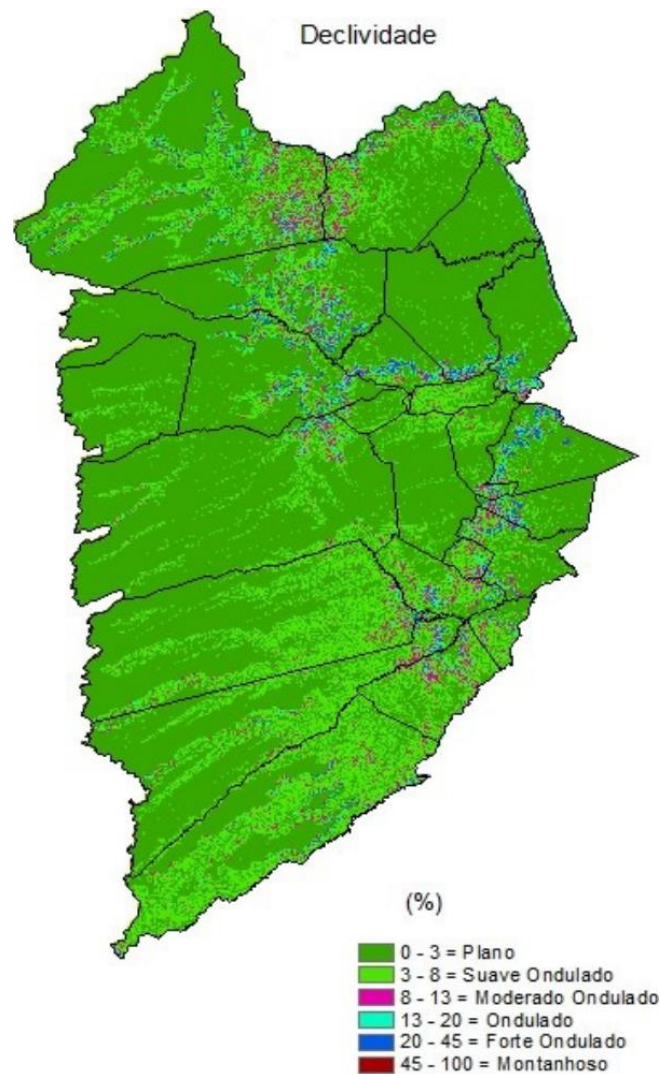
**(Abenaias, Correntina, Junho de 2014)**

Nas áreas dos municípios onde se iniciou a abertura da fronteira, principalmente de Barreiras, São Desidério, LEM e Correntina, caminha-se para a consolidação, sobretudo pela diminuição das áreas aptas ao plantio. Essa posição provoca uma impulsão no desmatamento com a abertura de novas áreas, que se deslocam para municípios vizinhos e estados limítrofes que possuem condições estruturais, edafoclimáticas e de incentivo estatal/financeiro similares.

É nessa apropriação de total desrespeito, que o avanço do capital não considera a existência da fauna, da flora e dos seres humanos. Por isso, essa parcela do espaço enquanto território com a injeção de capitais e o desenvolvimento protagonista da agricultura, é marcado de intensos conflitos de diversas naturezas (debatidos no subitem 2.4), principalmente envolvendo populações tradicionais de posseiros residentes nos “Gerais”, e/ou nos vales, presentes “nos caminhos do desmatamento”, enquanto moradores e/ou usuários dessas terras, como exemplifica o relato.

---

<sup>55</sup> Cerca de 113.932,80 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).



**Figura 11** – Representação da Declividade do Relevo no Oeste da Bahia  
**Fonte** – Santos (2014)

Tem uma comunidade de Buritizinho, que hoje é a sede da Fazenda Meireles em São Desidério, a comunidade não existe mais. [...] em LEM já desapareceram também. Em Formosa do Rio Preto as comunidades ainda estão lá, mas a beira da extinção. A pressão é muito grande, às vezes a comunidade permanece, mas descaracteriza totalmente, vai ser mão de obra barata para as empresas, isso também a gente viu, ver também em algumas comunidades.

**(Bernadete, Barreiras, abril de 2014)**

Novos desmatamentos enquanto primeiras manifestações *in loco* para o controle da natureza, direcionaram-se principalmente para áreas dos municípios em que possuíam condições para abertura, substancialmente em relação a questões de solos, água, política e infraestrutura. Locais que apresentam poucas manifestações dessas ações em comparação a municípios em que a abertura de áreas para o plantio estão praticamente estagnadas, como

em Cocos, Jaborandi, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina, são vistos como “áreas reservas” para o avanço da fronteira.

Foram entendidas dessa forma por estarem localizadas em territórios de menor média pluviométrica e regularidades climáticas (fatores cruciais para a expansão). A estrutura para produção foi montada de início sobre o Chapadão do São Francisco<sup>56</sup>, em áreas com pluviometria mais regular, de superior amplitude e conseqüentemente com maior segurança para se atingir o máximo da produção. Em especial, pela posição direcionada ao Oeste Baiano pelo capital em produzir lavouras temporárias enquanto principais, dependentes diretamente de climas com pluviometrias regulares, e o domínio das técnicas para se cultivar sobre os padronizados tipos de solos e topografia da região.

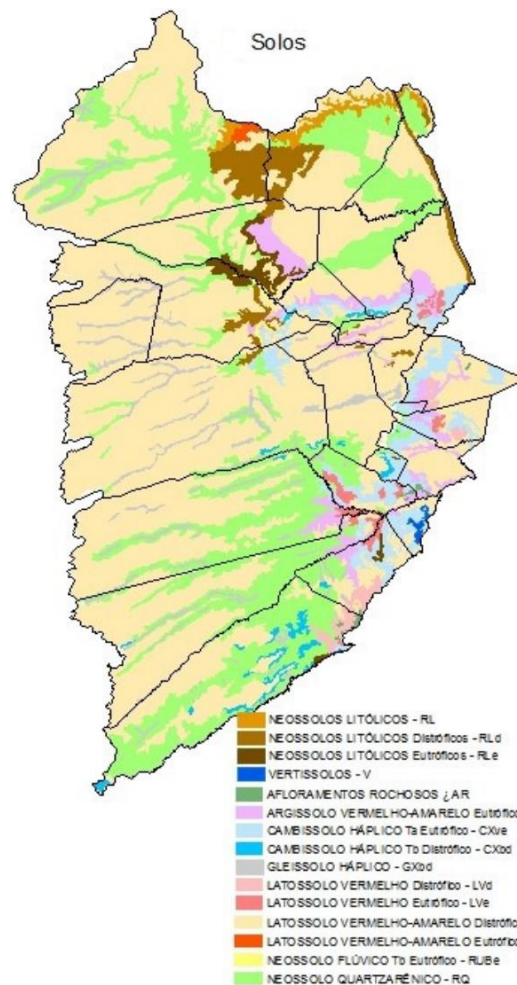
O surgimento do povoado “Mimoso do Oeste” na década de 1980, nos Gerais, hoje a cidade de LEM, concentrando maior parte da elite regional e a estrutura rodoviária enquanto principal via de escoamento da produção, são expressões *sine qua non* para entendermos como a fronteira agrícola foi projetada além do posicionamento político/financeiro. Onde o conhecimento e o controle das áreas que apresentam determinadas dinâmicas naturais apresentadas aqui, foram essenciais para a expansão do capital no Oeste da Bahia.

Com a continuidade de injeção de capitais aumentando a partir da década de 1990, a fronteira segue o seu avanço principalmente no sentido norte-sul, seguindo as médias pluviométricas que garantem à produção, e de modo mais rarefeito na direção oeste-leste, entre as rodovias, áreas planas, etc. Nesse seguimento, o seu roteiro ocorre substancialmente pelos leitos dos rios, encontrando condições edáficas e abundância em água para práticas de irrigação, principalmente por meio de pivôs centrais (debate no subitem 3.2).

---

<sup>56</sup> É perceptível o avanço da fronteira em locais de maior média pluviométrica e próxima as rodovias.





**Figura 12** – Representação das principais classes de solos presentes no Oeste da Bahia  
**Fonte** – Santos (2014)

A água subterrânea é utilizada principalmente em intervalos climáticos de seca (entre abril a setembro nessa região) e/ou veranicos<sup>57</sup>, para fins agrícolas, com início a partir do final da década de 1980, principalmente através de incentivos governamentais pelos programas PROFIR e PROINE (Tabela 5), ocorrendo principalmente no topo das chapadas onde se localiza os aquíferos confinados propícios a possuírem um escoamento de base com maior volume e por conseguinte, uma maior vazão para os poços, com a promoção de lavouras maiores e mais lucrativas (GASPAR & CAMPOS, 2007).

As áreas alicerçadas no início da fronteira pelos projetos de colonização são as mais propensas a possuírem uma maior valorização com a correlação do planejamento do capital até hoje. Os novos espaços de avanço, além de estarem mais distantes desse arcabouço, possuem entraves complexos, por se direcionarem para uma maior proximidade das áreas de moradia e /ou usufruto de populações tradicionais localizadas nos vales. Locais de

<sup>57</sup> Períodos longos de estiagem em meses mais propenso a chuva no Oeste da Bahia (entre outubro a março).

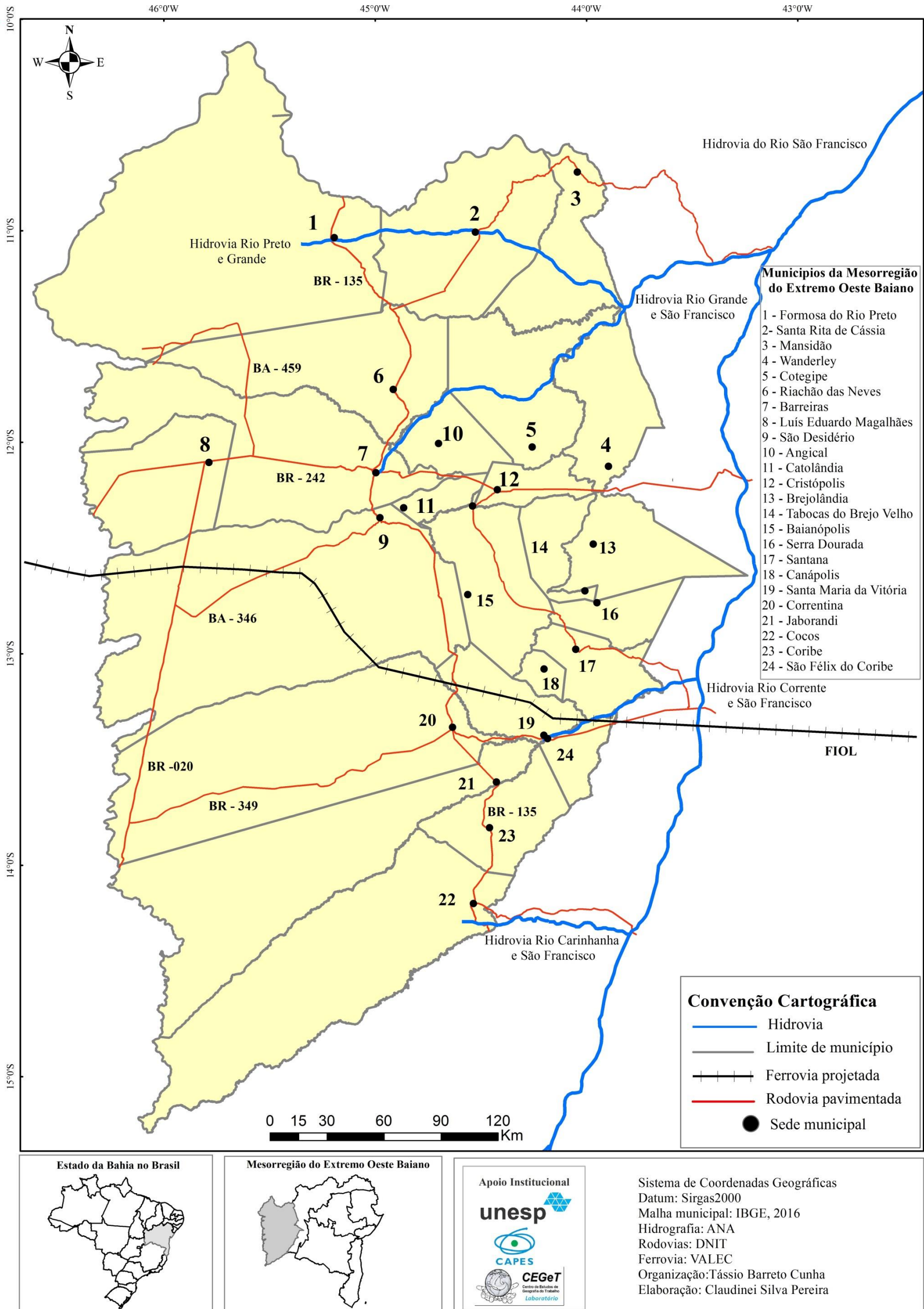


Figura 13 – Representação da estrutura multimodal pensada e implementada no Oeste da Bahia

menor abundância e regularidade de chuvas, precária estrutura viária etc., algumas vezes, dependentes exclusivamente da irrigação para produção. Esse avanço é atrelado ao mesmo pacto de forças do desenvolvimento inicial no final da década de 1970, contudo, direcionada a (re)arranjos integrados entre capitais e o Estado, como discutido no item anterior.

O poder político e econômico é a garantia para o controle desse território, ampliando suas interações de acordo com as atividades (re)produtivas impostas, com a abertura de novas fronteiras adjacentes, com o designio de diversos espaços de exclusão, em busca de incluir o sentido expansivo e circulante do capital. Um processo que faz evoluir as paisagens naturais de acordo com o seu desenho natural e as escolhas políticas traçadas, com um fazer técnico conforme os discursos propagados e as necessidades padronizadas dos produtos, típicas de economias de mercado como a brasileira (SMITH, 2000; MOREIRA, 2004).

Uma evolução que tende a aumentar, sobretudo pelos incentivos estatais atrelados a esse lógica monetária de apropriação da natureza e primarização da economia. Isso é apresentado por “formas do instante”, pelo crescimento, facilidade, baixos juros dos empréstimos rurais e a configuração de um arcabouço com investimentos de longo prazo que está sendo realizado e planejado. Nesse último quesito, destacam-se a construção do modal da ferrovia FIOI, integrada à ferrovia Norte-Sul, o novo Porto de Ilhéus, e o trecho da Br 135 Sul/BA.

A FIOI já possui obras iniciadas a partir do litoral sul baiano (onde se localizará o novo Porto de Ilhéus) em direção ao Tocantins, integrando a ferrovia Norte-Sul, atravessando o Oeste da Bahia com dois pontos de recarga, sendo um em Correntina e o outro em São Desidério. Planejados inicialmente para escoar a produção primária e derivados de soja, milho, algodão e álcool (Ministério da Integração Nacional – MI, 2010). Outra obra infraestrutural é a BR 135 Sul/BA, que nesse espaço da Bahia corresponde ao trecho de São Desidério a divisa com MG, passando pelas sedes municipais de São Desidério, Correntina, Jaborandi, Coribe e Cocos<sup>58</sup>.

Essa é uma estrutura programada para atender os ditames do capital já existentes, principalmente ligados à extração de produtos não faturados. Pois, é diante dos cenários

---

<sup>58</sup> No momento da pesquisa, a obra encontrava-se embargada pelo IBAMA. O Estudo de Impacto Ambiental - EIA/Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, não corresponderam às exigências relacionadas ao estudo de impacto das cavernas (parte da obra se localiza em áreas cársticas), e o remanejamento de comunidades localizadas sobre o traçado da rodovia.



que já se propagaram até hoje, que a reestruturação desse arcabouço realizou uma maior apropriação da natureza e do trabalho como “espinha dorsal” para transformar e mover essa estrutura, necessitando substancialmente do controle da terra e da água. Isso é apresentado com o planejamento para extração de outros produtos ligados à agricultura (cana-de-açúcar, eucalipto), à mineração (o tálio e o manganês) e derivados de materiais fósseis (gás de xisto), em áreas estratégicas na região. Considerados setores protagonistas na atual conjuntura macroeconômica brasileira, inerentes à continuidade de exclusão de territórios, alocados fora da rota de interesse dessa razão financeira, como expressa no relato.

[...] há uma necessidade de promover a integração rodoviária na região, que ela não existe. Ela é tão isolada que você não tem uma rodovia que possa transitar na direção sudoeste, nordeste, exclusivamente dentro do Oeste da Bahia. Nós temos uma rodovia aqui que chega no máximo até Mansidão. O município de Campo Alegre de Lourdes, ele é completamente identificado com o Estado do Piauí, ele não tem acesso com o Estado da Bahia. Tanto que isso aqui é chamado de presídio a céu aberto, a pessoa chega lá e não tem para onde sair. Essa é a realidade exclusiva que se vive [...].

**(Rodrigo, LEM, Abril de 2014)**

O planejamento do Oeste da Bahia é voltado para o interesse do capital e não dos baianos e/ou trabalhadores migrantes ali presentes, em que o Estado é o principal intermediador e fomentador. Dessa forma, esse roteiro destrutivo provocado pelo desmatamento, no âmbito do agrohidronegócio, também é entendido pelo processo de produção e suas viabilidades técnicas-organizacionais (SANTOS, 1997) ditadas por regras monetárias, não vinculadas ao bem-estar social dos seus habitantes, principalmente dos povos residentes em suas áreas de interesse, como populações tradicionais viventes nesse território.

O avanço do desmatamento não deve ser visto de forma genérica, como apenas uma prática para a produção de *commodities* agrícolas. É preciso reconhecer que essas áreas podem possuir conteúdos parecidos, mas nunca idênticos, reconhecendo que cada território possui uma situação particular. Sendo necessário referirmos o processo produtivo não somente à produção, comercialização, compra, consumo e circulação, mas vinculá-lo a outros eventos integrantes, que formam uma combinação coerente para entendermos melhor o elo dessa conglomeração territorial proposta (SANTOS, 1997).



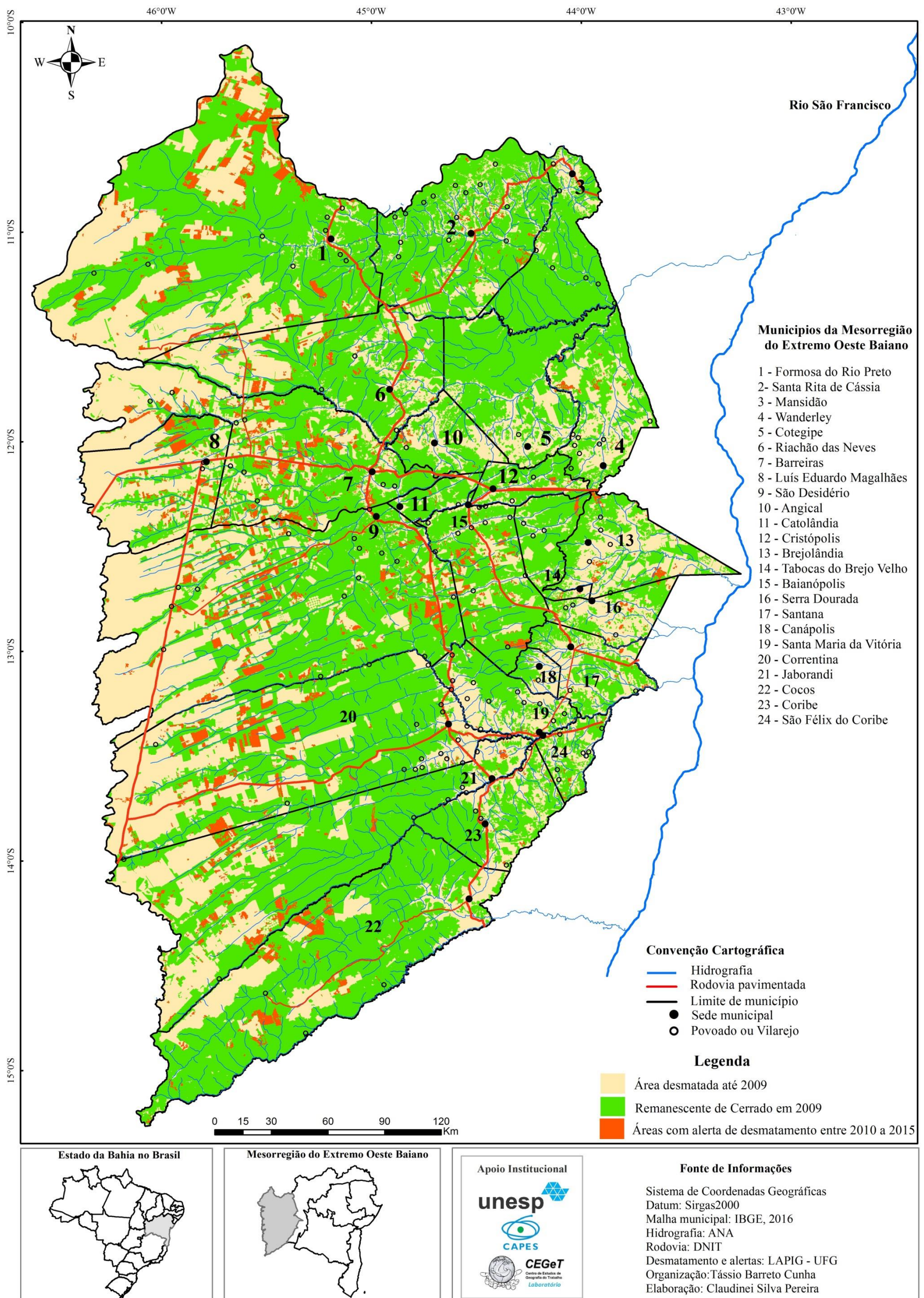


Figura 14 – Representação do avanço do desmatamento no Oeste da Bahia até 2015  
Fonte – LAPIG-UFG



A integração da dinâmica natural, humana e suas especificações é um caminho para melhor ler esses processos. É o que nos mostra quando observa-se o último histórico de desmatamento no cerrado por município, lançado pelo MMA/IBAMA (2009; 2011) na Tabela 6, consolidando o debate exposto. Entre 2002 e 2009<sup>59</sup>, os municípios baianos do Cerrado<sup>60</sup> que mais desmataram foram justamente os que possuem parte de sua localização “nos Gerais”, evidenciando desmatamentos na direção Oeste-Leste na região das “chapadas intermediárias<sup>61</sup>”, como em LEM, Correntina, São Desidério, Barreiras e Riachão das Neves. Esse processo ocorre com estruturas da fronteira agrícola já consolidadas nos “topos da chapada<sup>62</sup>”, impossibilitando a ampliação da área plantada, por praticamente não existirem locais para a supressão, mesmo que ilegal<sup>63</sup>.

**TABELA 6** – Municípios do Cerrado Baiano que Mais Sofreram Desmatamento entre 2002 a 2009, Em Relação ao Ranking dos 1389 Municípios do Cerrado Brasileiro

RANKING	MUNICÍPIO	ÁREA KM <sup>2</sup>	DESMATAMENTO KM <sup>2</sup> (2002 - 2009)	% DESMATAMENTO (2002 - 2009)
1	Formosa do Rio Preto	16.186,06	2147,05	13,29
2	São Desidério	14.821,67	1449,23	9,81
3	Correntina	12.146,71	1320,63	10,9
9	Jaborandi	9.474,11	724,28	7,6
14	Barreiras	7.897,58	704,14	8,92
17	Riachão das Neves	5.837,45	613,35	10,48
57	Santa Rita de Cássia	6.070,18	309,74	5,1
80	LEM	4.018,65	266,85	6,64
101	Cocos	10.087,84	247,31	2,45
102	Baianópolis	3.361,57	234,53	6,97

Fonte: MMA/IBAMA

Em Jaborandi, Cocos e Formosa do Rio Preto, ocorre um processo recente de expansão, circunscritos na nova demanda agroexportadora do Brasil a partir de 2000. Tanto na direção Oeste-Leste, quanto na Norte-Sul, por ainda possuírem áreas de cerrado aptas para serem suprimidas e cultivadas. Formosa do Rio Preto se destaca por ser o

<sup>59</sup> Última estimativa divulgada pelo MMA/IBAMA.

<sup>60</sup> É uma região recoberta por cerrados compostos de fitofisionomias diversificadas, abrangendo desde campos de gramíneas, árvores e arbustos até o típico cerrado lenhoso denso, com florestas-galeria e veredas (VALE & REIS, 2012).

<sup>61</sup> SPAGNOLO (2011).

<sup>62</sup> SPAGNOLO (2011).

<sup>63</sup> Em municípios como Barreiras e São Desidério, a agricultura ocupa mais de 90% dos “topos da chapada”, sendo que a maioria nas propriedades não possuem reserva legal. (SPAGNOLO, 2011; GUIMARÃES, 2011).

município que mais desmata no Cerrado brasileiro, correspondendo à mesma lógica de sobreposição territorial discutida hoje. Possui a segunda maior área e produção de soja do estado, perdendo apenas para São Desidério<sup>64</sup> (IBGE, 2013).

Estrutura que se apresenta tendenciosamente a se expandir, sobretudo pela atual dependência do Estado brasileiro sobre o setor do agronegócio, responsável por 21,3% do PIB nacional em 2014 (67,9% de produtos agrícolas e 32,11% da pecuária). Em que a soja e seus derivados corresponderam por 38% da produção. Complexo de carnes 18%, complexo sucroalcooleiro 11%, produtos florestais 10%, café 7%, cereais e farinhas 5%, couros 4%, fumo 3%, sucos 2%, fibras e têxteis 2% e demais produtos 6%, correspondem o restante do aglomerado de mercadorias como reforça o relato abaixo (Faculdade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, 2014).

A elite dos fazendeiros mudou tudo para Formosa do Rio Preto agora, descobriram terra boa lá. Santa Rita até que é mais pouco o desmatamento, mais é Formosa. Agora estão descendo para o Piauí, Maranhão, o avanço está indo todo. Eles estão correndo tudo daqui, aqui eles já acabaram tudo, desmataram, lá tem terra barata.

**(Leopoldo, Riachão das Neves, Março de 2014)**

Uma posição político-econômica responsável por devastar 30% do cerrado baiano e 52% do nacional até 2009. O que tende a se intensificar com as novas áreas de abertura enquanto prioritárias para os atuais investimentos do Estado brasileiro como mostra as Figuras 14 e 15, com a homologação da “Região Econômica do MAPITOBA” em maio de 2015 (PLANALTO, 2015). Uma verdadeira divisão socioespacial da degradação ambiental e humana (ACSELRAD & BEZERRA, 2010), desenvolvendo economicamente polos e não o povoamento do território como o todo.

Essas relações monetárias necessitam se influir na formulação de políticas governamentais, com seus respectivos planos, programas e projetos para se manter e expandir, no Oeste Baiano, principalmente as voltadas para o setor agrícola. Vinculadas à concessão de terras públicas e/ou grilagem, isenção tributária, guiados mais recentemente por uma integração de empreendimentos agroindustriais controlados por grandes grupos empresariais de capital aberto, ligados também ao setor (ALMEIDA, 2010).

São projetos voltados diretamente para o interesse do capital, sem preocupação ao bem-estar da população residente. Em que no discurso do Estado, são divulgados enquanto necessários e mitigadores de impactos socionaturais, contudo, além da distante

---

<sup>64</sup> Esse posicionamento do Estado provocou a construção da rodovia “Anel da Soja/BA-459”, justamente por circunscrever o entorno das áreas cultivadas ou aptas para supressão e produção futura desse município.

efetivação sustentável, muitos não são sequer realizados, mesmo quando idealizados, sobretudo por suplantarem as necessidades financeiras sobre as humanas e naturais, como é de praxe. Em um cenário em que a busca do controle da natureza e do trabalho no Oeste Baiano ocorre sem qualquer programação de uma sustentabilidade socioambiental concreta.

Não existe um zoneamento territorial regional expondo um limite da fronteira agrícola, pois a promoção é exclusiva para o desenvolvimento “sem fronteira”. É uma região de terras devolutas, rica em água, pouco povoada, desassistida pelo Estado em muitas políticas públicas básicas de vivência e vista pelo capital enquanto área ideal para o seu avanço. A não homologação do ZEE, e dos Planos de bacia dos Rios Grande, Corrente e Carinhanha, a continuidade e/ou planejamento de áreas para desmate, irrigadas, construção de barragens, exploração de minérios, etc., explicitam essa condição.

Essa é uma estrutura desterritorializante, que não leva em consideração os rebatimentos que esse movimento provoca. As incorporações dessas práticas “nos Gerais e Vales” estão denegrindo patrimônios socionaturais seculares. Além de tratá-los de modo não integrado, essa pujança tecnicista e destrutiva recente, impõe uma (des)mobilização do trabalho, particularmente aos desassistidos socialmente, impactados pelos grandes empreendimentos, principalmente com o trabalho escravo, acidentes graves de trabalho, intoxicação por agrotóxico e até mortes. Práticas perversas que consubstanciam um clichê desenvolvimentista, sob uma ótica de que a barbárie é tida como um mero efeito colateral (Figuras 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25).

São matrizes racionais destoantes com a vida das populações tradicionais, viventes, sobretudo nos Vales. Além de (des)configurar o modo de vida desses povos com a ocupação das “soltas<sup>65</sup>”, impedindo seu uso por meio da ocupação e supressão do Cerrado, elimina diretamente elos de vida dessas populações. E mais recentemente, envenena suas águas com uso de agrotóxicos e fertilizantes, buscando as áreas de moradia desses povos nos Vales, objetivando transformá-las em “reserva legal” de suas propriedades, plantio de eucalipto, extração de minérios, etc. Um “jogo” de submissão que permite a dominação de alguns homens sobre outros, em uma construção de consequências irreversíveis no devir do planeta e da humanidade. Pelo simples motivo de sermos incapazes de produzir recursos naturais, mas, somente extraí-los. (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006).

---

<sup>65</sup>Titulação popular dada as terras de uso comum das chapadas, usadas por povos tradicionais.

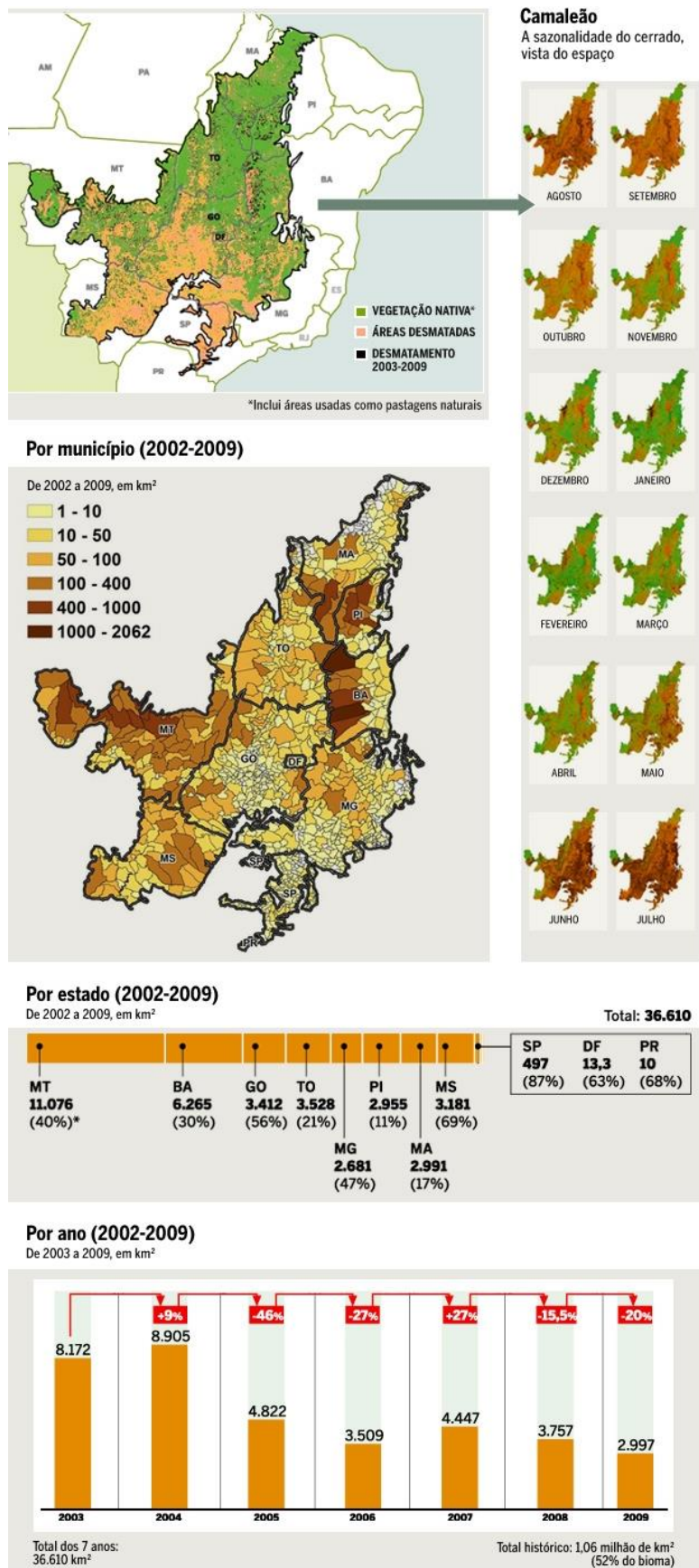


Figura 15 – Representação de mapas e gráficos referentes ao desmatamento no cerrado entre 2002-2009 por média estadual e municipal

Fonte – ROCHA (2011)

As Figuras 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 expressam uma curta parcela desse movimento que denegri o ambiente e a pessoa humana no Oeste da Bahia, sobretudo a partir das atuações e/ou omissões estatais, direcionadas por necessidades de reprodução do capital. Esses agem sobre os indivíduos, as empresas, as instituições que atuam nesse território. Uma relação de dependência, na qual o capital carece do Estado para existir e legitimar suas regras, enquanto este necessita da reprodução/expansão do capital para se sustentar enquanto instituição.



**Figura 16** – Trabalhadores manuseando agrotóxicos em Barreiras - 2014  
**Fonte** – Jornal Online Novoeste



**Figura 17** – Rio Desviado para atender demanda de fazendas em LEM - 2010  
**Fonte** – IBAMA/Barreiras





**Figura 18** – Ocupação sobre Área de Preservação Permanente – APP em LEM - 2010  
**Fonte** – IBAMA/Barreiras



**Figura 19** – Extração de calcário em São Desidério, 2013  
**Fonte** – IBAMA/Barreiras

**Praga dará prejuízo de R\$ 1 bilhão**  
Cálculo leva em conta perdas com menor volume de produção e gastos extras com defensivos

**Figura 20** – Reportagem Jornal São Francisco, fevereiro de 2013, Barreiras – BA, enquanto clichê para o aumento do uso de agrotóxicos e a liberação de outras substâncias químicas proibidas  
**Fonte:** Jornal São Francisco





**Figura 21** – Degradação do leito menor do Rio das Fêmeas após ser represado em São Desidério - 2010

**Fonte** – IBAMA/Barreiras



**Figura 22** – Flagrante no ato do desmatamento em LEM - 2010

**Fonte** – IBAMA/Barreiras

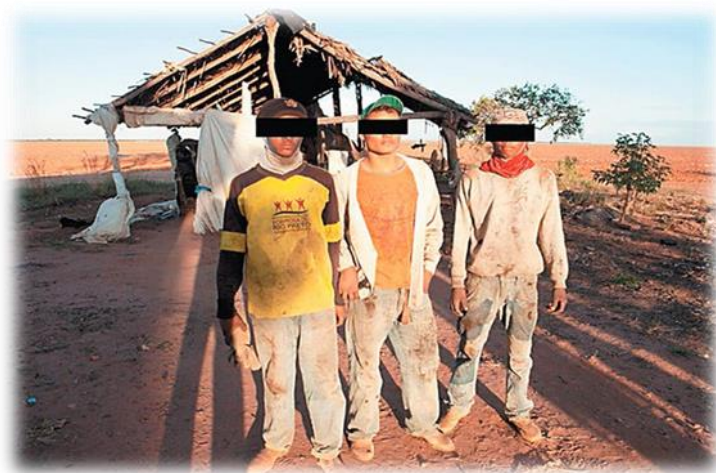


**Figura 23** – Morte de uma vereda seca em LEM - 2010

**Fonte** – IBAMA/Barreiras



**Figura 24** – Carvoaria em Baianópolis enquanto local de trabalho escravo - 2010  
**Fonte** – IBAMA/Barreiras



**Figura 25** – Trabalhadores escravizados em fazenda no município de Formosa do Rio Preto - 2010  
**Fonte** - MPT

Diante dessa lógica, é necessário entender que essas ações vinculadas à degradação ambiental e humana não acontecem isoladamente no tempo e no espaço. Essa incidência ocorre ao mesmo tempo em locais diferentes, em uma magnitude de (re)ações sobrepostas, porém singulares em cada lugar, dirigidos por ditames superiores a do lugar que se realiza. As atuações são de efeito mundial, sendo que sua eficácia se dá além dos níveis locais e nacionais. É uma interação numerosa, na qual estão situados em diversos lugares do globo. Uma sobreposição territorial fluída, que se move de acordo com os interesses do capital, com a realização da sua expansão, denegrindo natureza e seres humanos, enquanto uma necessidade de sobrevivência do próprio sistema.

As particularidades do Oeste da Bahia criadas diante dessas multiterritorialidades estatais e de capitais, combinadas em grandes extensões e com povos ali existentes, impõem suas atuações sobre determinadas áreas, sujeitando povos e natureza presentes. Nesse sentido, buscamos interpretar a constituição atual desse espaço e suas evoluções em conjunto com outros locais do planeta, relacionando-se uns sobre os outros. Guiados por uma sequência hierárquica de classes, que condicionam um sentido a esse território. Um elo de ligação para o funcionamento do modo de produção, e ao mesmo tempo um palco de conflitos inerentes à barbárie sacionatural imposta e intrínseca a essa lógica.

Ao mesmo tempo que o Brasil escolhe pelo setor de *commodities* primárias como protagonista em suas exportações, seguindo ditames do capital em busca de reacender seu mercado externo, privilegiando seus interesses econômicos, estratégicos e logísticos, o faz através de princípios excludentes, amplificando em demasia as desigualdades sociais, a concentração da propriedade, da renda e dos poderes nas mais variadas escalas (THOMAZ JR, 2009). Com sequelas sociais inerentes à natureza e à maioria da classe trabalhadora, em que o controle da terra, da água e do trabalho em conjunto pelo capital, é central para interpretarmos essa dinâmica territorial no Oeste da Bahia. Afinal, são elos da vida humana transformados e dominados pela lógica monetária excludente que vivemos.

O discurso do Estado de que o agronegócio é “peça-chave” em nossas exportações, responsável por contribuir favoravelmente com a balança comercial brasileira, nada explica o cenário conflitante e de barbárie que esse setor constrói no Oeste da Bahia. Distante de alterar somente os lugares que atua, distorce todo um conjunto de territórios, desprivilegiando movimentos autênticos dos seres humanos e da natureza, em que a degradação ambiental impacta diretamente os trabalhadores e a população em geral, fazendo emergir cenários de litígios por terra, água e precarização das condições de trabalho, substancialmente, onde a expansão da fronteira agrícola é protagonista dessas promoções. São práticas destrutivas que impactam diferentes maneiras dessa porção do território baiano, como mostra o relato abaixo.

Então é normal hoje eles terem uma água, devastar, criar o impacto ambiental e provavelmente ficar por isso mesmo. Não tem discussão, não tem debate, o debate é que prevalece quem tem o poder na mão, e quem tem o poder na mão a gente sabe que é, o grande capital.

**(Cleópatra, São Desidério, Maio de 2014)**

É com toda essa lógica destrutiva no campo que chamamos de agrohídronegócio, somada a essa sobreposição de eventos fluídos, direcionados de acordo com o interesse produtivo do capital, que lançamos a ideia do conglomerado territorial do

agrohidronegócio no Oeste da Bahia. Uma dinâmica socionatural forçada por um trabalho alicerçado à ideologia do desenvolvimento e na intensa destruição do bioma cerrado, empobrecendo trabalhadores, seja do/no campo ou da/na cidade, em um constante “descarte” humano diante das condições impostas.

Esse controle da natureza expressado de início pelo avanço do desmatamento no Cerrado baiano é mais uma implicação catastrófica do desenvolvimento sistêmico avançado do capital, enquanto uma transgressão ecológica devastadora não sustentável, com uma exploração/destruição voraz dos recursos naturais, representada, sobretudo pela morte, diminuição e poluição dos rios; processos erosivos; destruição da fauna e da flora e descontrole ecossistêmico com a proliferação de espécies parasitárias. Avanço que não se separa da destruição, nem o progresso de desperdício. Quanto mais destrava a força de produtividade, mais desencadeia o poder de destruição; e quanto mais amplia o volume de produção, mais deve enterrar tudo sob “montanhas de lixo sufocante”. Ocasão que rebate diretamente na vida de trabalhadores, muitos dos quais necessitam diretamente de bens naturais presentes em seus territórios para sobreviver (MÉSZÁROS, 2011).

É um devir social e natural paralelo e inerente, em que o homem enquanto realizador do trabalho emerge da natureza e a utiliza para os seus fins. A natureza é tanto quanto o trabalho é fonte de valor, e é precisamente nisso que consiste a riqueza material (MOREIRA, 2004). Os seres humanos vivem da natureza, em que a vida física e a espiritual estão ligadas, sendo o homem parte da natureza. Logo, a dinâmica socionatural do Oeste Baiano é condição dessa reprodução territorial conflituosa, junto a uma multidimensionalidade de territorialidades atreladas a esse arcabouço financeiro parasitário (SAQUET, 2007).

### **2.3 Estrangeirização de terras no Oeste da Bahia e a vinculação/subordinação ao capital**

A solução pro nosso povo  
eu vou dá.  
Negócio bom assim  
ninguém nunca viu.  
Tá tudo pronto aqui  
é só vim pegar  
A solução é alugar o Brasill.  
(Raul Seixas)

A política de altos investimentos no agronegócio pelo Estado brasileiro consolidou uma estrutura de enorme poder de determinação, da aquisição das terras ao consumo final.

Sobretudo, por grupos que são integrados verticalmente, tanto pelas agroindústrias, quanto em outros setores ligados a comoditização da economia, como as grandes cooperativas centrais de comercialização rural e os grupos nacionais e/ou multinacionais integrados com esses comércios. Com a utilização de planejamentos com tecnologia de ponta e conhecedores de uma gama de processos naturais e socioeconômicos, utilizados desde a análise para a compra das propriedades, até a venda do produto, alicerçados por possuírem acesso privilegiado a “canais de financiamento”, principalmente os destinados para a exportação (DELGADO, 2012).

Como todo território possui uma história que explica sua essência no momento, o Oeste da Bahia, enquanto porção do Brasil consubstanciado nessa lógica monetária para exportação de *commodities*, sustenta-se na modernização desse setor de acordo com os tratados firmados pelo Estado brasileiro, governo baiano e os capitais que controlam a produção do/no campo. Principalmente aqueles que oligopolizam mecanismos voltados para a especulação (compra, estruturação para produção e arrendamento) de terras, cultivo das lavouras, estoque, transporte e venda. Diante de um arcabouço historicamente montado, reestruturado a partir da década de 2000, com a intensificação de capitais integrados e verticalizados, em que detentores do capital externo se tornaram os principais responsáveis pelo controle dessa cadeia produtiva.

São frações do território em disputa, escolhidos de acordo com características do rural, mas para atender as necessidades do urbano, com ações realizadas na parcela mais ocidental da Bahia que expressam essa intensidade do movimento campo-cidade, onde ao mesmo tempo em que provoca o aumento da urbanização, impulsiona o campo a produzir em maior quantidade e velocidade. Isso somado a uma maior injeção de capitais fixos e circulantes no campo, integrados a mega estruturas moldais e financeiras, que possibilitam uma combustão para mover essa dinâmica. E de modo associado, agindo na espoliação, expropriação e exploração dos mais diversos trabalhadores, que direta ou indiretamente permeiam os círculos da produção desses conglomerados.

Uma peleja constante, que envolve também disputas intra/inter capitais de diferentes empresas e setores econômicos, normalmente ligados a atividades agroindustriais e a *commodities* primárias. Na região de estudo, o avanço da soja, do algodão e do milho frente às pastagens, o anúncio da exploração de minérios de alto valor e altamente poluente e o desterroamento constante de povos tradicionais, são marcas dessa sobreposição territorial, intitulada aqui de conglomerado territorial do agrohidronegócio.

Em nossa ótica, são litígios crescentes, visualizados principalmente em porções do território brasileiro responsáveis por materializar essa dinâmica de *commodities* primárias, sobretudo, a partir dos anos 2000. Década que propiciou a vinda de capitais objetivados em investir no campo, facilitados pela quase total abertura estatal para investidores, diante da subordinação da economia brasileira ao capital internacional, alta dos preços das *commodities* no mercado externo, abundância em terras que melhor intensifica e facilita a produção com características edáficas-climáticas-geomorfológicas-hídricas propícias, omissão estatal frente à legitimação de propriedades centenárias pertencentes a posseiros e a grilagem constante de terras, etc.

Uma abertura que permitiu participação crescente de grandes grupos estrangeiros e nacionais no mercado de terras, fortalecendo o poder de classe do capital em fronteiras agrícolas consolidadas, e outras em constante expansão, como o Oeste da Bahia. Uma corrida que alavanca a necessidade de domínio de terras agricultáveis, trabalhadores e água. Esses surgem como elementos substanciais nessa disputa também entre capitais, seja com foco na geração de energia, escoamento e exploração da mineração, seguridade da produção agropecuária, etc. São diferentes interesses, que se conflitam, situação inerente à diversidade de fins e usuários, e a larga escala de utilização.

Uma submissão permanente imposta pelo sistema capitalista, especialmente na sua periferia, praticada conjuntamente com a usurpação de patrimônios, o controle e a coerção estatal. Uma estrutura impossibilitada de avançar socialmente de modo vertiginoso, pois as bases internas de acumulação são insuficientes, estando aquém de arcar com as demandas sociais, além da desigual distribuição dos recursos e a necessidade de pagamento da dívida pública. Sem a possibilidade de concorrência e conseqüentemente de acumulação, restou a economia nacional seguidora dos ditames do capital, por a primarizar a econômica enquanto pauta protagonista. Como estamos em um momento de domínio do capital financeiro, prevalecem a transferência do patrimônio nacional, perdendo o Estado brasileiro as funções acumulativas que poderia exercer de modo mais contundente (OLIVEIRA, 2010).

O resultado é o domínio de parcelas territoriais estratégicas, como observado no Oeste da Bahia, com padrões locacionais privilegiados, acessível a matérias-primas, mão-de-obra e a recursos naturais. Um espaço apropriado para atender a demanda de instalação, produção, comercialização e venda dos produtos comercializados. Um domínio normalmente usufruído por oligopólios empresariais concentrados, de grande capacidade



dinâmica e estratégica, intensivas em escala técnica, financeira e de gestão, com pouca diferenciação nos produtos (BRANDÃO, 2010).

É por esse caminho que estamos entendendo a estrangeirização de terras no Brasil e no Oeste da Bahia. Com uma atuação do capital em áreas estruturadas para atender a produção nacional com cunho exportador, em que o debate isolado com referência somente na compra de terras, torna-se insatisfatório para lermos a realidade do momento. Sendo preciso somarmos com outros elos da cadeia produtiva para enriquecermos as discussões, inclusive os localizados em áreas que os grandes grupos do setor estão instalados.

Esse processo se intensifica no campo brasileiro na década de 2000, sobretudo a partir da crise financeira mundial de 2007, quando muitos capitalistas passam a converter o seu capital financeiro em patrimônio materializado em terras cabíveis de retorno lucrativo em diferentes fins. Parcelas do Oeste da Bahia enquanto área estruturada para a expansão econômica baseada na comoditização é uma das porções territoriais do Brasil atingida diretamente pela injeção massiva de capitais, em que a propriedade enquanto ativo financeiro passa a ser um “porto seguro” ao investidor, diante das condições sociais-políticas-econômicas encontradas (MITIDIERO, 2014).

De modo inverso a conjuntura econômica global, a crise financeira fortaleceu o mercado de terras propícias à produção capitalizada no campo brasileiro. A subordinação econômica do Brasil às ocorrências externas, junto à posição política governamental, provocou a fuga de capitais em massa para o Brasil na última década. Um Estado que vinha se alicerçando economicamente no mercado global, assiste um *boom* de investidores internacionais se direcionar para partes do seu território. Quadro vinculado diretamente ao aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional a partir de 2003 (Gráfico 5), ligado à ascensão da demanda e a opção brasileira em priorizar as exportações com produtos primários, incentivados pela abertura do mercado e por financiamentos estatais diretos.

O Gráfico 6 nos mostra essa reversão na valorização da terra no Oeste da Bahia, apresentando um novo ciclo do preço da terra na região após 2007. Uma conjuntura que afeta praticamente todas as unidades analisadas, porém diferenciada de acordo com as características propícias para a produção. As ascensões mais acentuadas estão em áreas estratégicas para se produzir do ponto de vista locacional, levando em consideração a pluviosidade, o conjunto infraestrutural de preparação, produção, escoamento e venda dos produtos. Ligadas às áreas em que grandes grupos do setor controlam quase que totalmente

a cadeia produtiva. Como é o caso das áreas de chapada, com pluviometria superior a 1300 mm/ano, relevo plano, água superficial e/ou subterrânea em abundância, altimetria superior a 600 m, proximidade a centros comerciais e moldais de escoação etc., enquanto características conjuntas que propiciam maiores índices de valorização.

As áreas de pastagem apresentam características naturais e estruturais diferenciadas das demais, não favoráveis à expansão do agronegócio implantado, utilizada principalmente para criação de bovinos de base familiar. O principal obstáculo para essa expansão é o clima semiárido, que propicia uma pluviometria inferior a 1200 mm/ano (quantidade mínima considerada pelo agronegócio para se produzir as principais culturas praticadas) e uma regularidade de chuva segura para evitar perdas catastróficas, como é de praxe ocorrer em territórios possuidores desse clima. Outros fatores naturais como solo e relevo não são impedimentos, por oferecerem características favoráveis para o cultivo. São exceções pontuais fazendas localizadas em margens de rios, utilitárias de pivôs centrais em largas extensões.

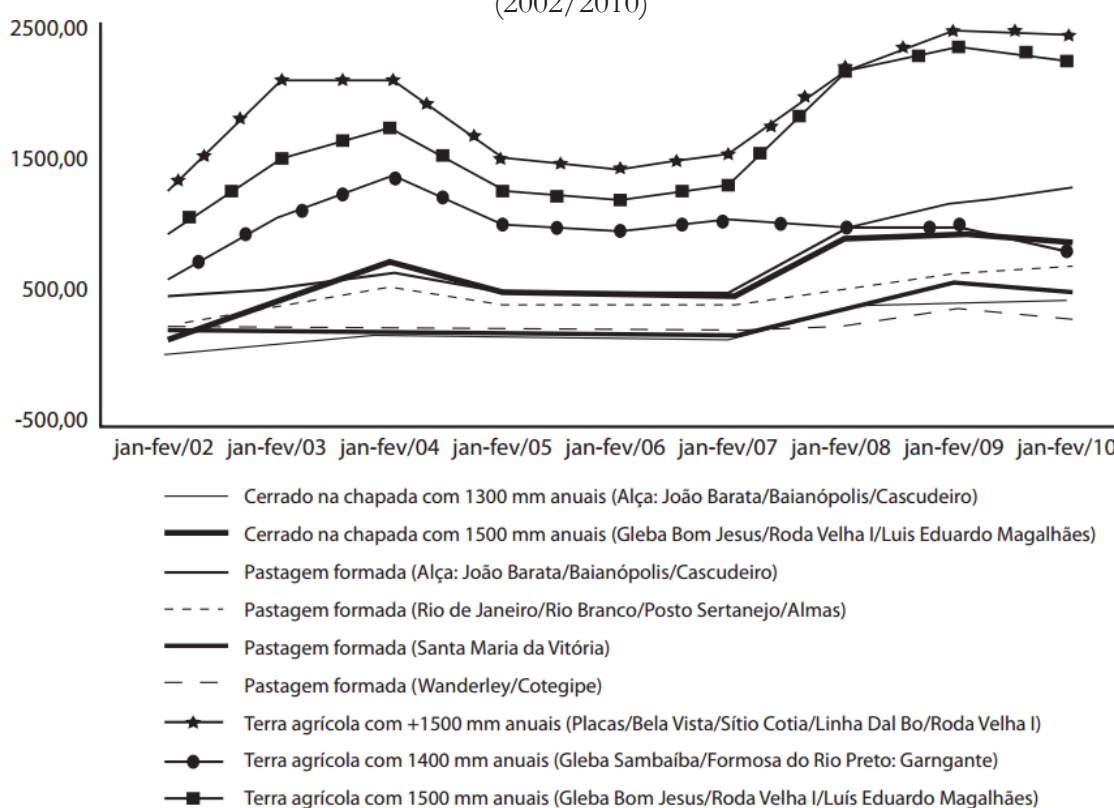
Essa diferenciação na valorização da terra é clara pelo aporte de fatores econômicos/políticos/naturais direcionados ao agronegócio e a exclusão da agropecuária de pequeno porte. Guiados sobretudo pela injeção de capitais em espaços de interesse, que possibilitam a sua multiplicação. Aqueles que não consubstanciam com seus anseios são descartados do processo, condicionados a outra lógica sociofinanceira exclusiva. Entretanto, apesar do pouco povoamento e a pequena circulação de capitais, essas áreas são vistas como “reservas” para o investimento do agronegócio. As margeadas nos rios para irrigação, as degradadas, direcionadas para o reflorestamento a base de eucalipto<sup>66</sup> e em porções territoriais que não possuem áreas planas para o plantio das lavouras mais viáveis economicamente (soja, algodão e milho) e aquelas sobrepostas a aquíferos de média e alta vazão.

---

<sup>66</sup> Apesar da pouca expressão no Oeste da Bahia em comparação à soja, algodão e o milho, o eucalipto é visto como estratégico para plantios futuros, sobretudo por seus derivados principais, a madeira, o papel e a celulose, fazerem parte da base de sustentação das exportações nacionais, abastecendo também parte do mercado interno. No Oeste da Bahia, existem projetos de reflorestamento a base de eucalipto em Formosa do Rio Preto, Barreiras, São Desidério, Correntina, Jaborandi Cocos, e mais recentemente em Baianópolis, Canápolis, Santa Maria da Vitória e Santana. Segundo o Diário do Comércio, Indústria e Serviços – DCI, ainda em 2008, só a Bungue a Cargill possuem contrato com produtores responsáveis por cultivar cerca de 30 mil HA na região. Em 2014, foi aprovada a construção da termoelétrica Campo Grande Bioeletricidade em São Desidério, que terá como matéria prima principal para combustão a madeira do eucalipto, expressando os constantes passos de avanço dessa *commodity*, propensa a ser cultivada em áreas “degradadas” e com pluviometria não adequada ao cultivo da soja, algodão e milho. O plantio está previsto para ser cultivado inicialmente em uma área de 7.985 HA, buscando atingir 35.000 HA. O que marca a mobilidade da fronteira para áreas de transição climática, em regiões mais povoadas com populações tradicionais.



**Gráfico 6 - Variação nos preços das terras (R\$/ha) no Oeste Bahia (2002/2010)**



**Org.** (SAUER, 2012)

Uma mobilidade de capitais intuída em aplicar seus ativos financeiros em investimentos seguros e mais lucrativos, ligados diretamente à diminuição brusca das barreiras comerciais/regulações econômicas nacionais, assim reduzindo o custo do deslocamento e possibilitando uma maior circulação de capitais. Regras neoliberais, impostas sobre a lógica da flexibilização dos mercados, que o Brasil referenda, não taxando tributos sobre o valor bruto das *commodities* exportadas. Um “paraíso” para os investidores, e o “inferno” para aqueles que sofrem os impactos promovidos por essas atividades.

Com esse favorecimento estatal de omissões para os menos favorecidos e legitimações para os abastados, paralelo às condições monetárias externas, os empreendimentos passaram a buscar o Brasil com maior movimento e liberdade, focando localidades mais apropriadas à rentabilização de seus investimentos, como é o caso da parcela mais ocidental do Oeste da Bahia (Tabela 7). Esboço que expressa um mercado mundial dominado, estabelecendo um conjunto de relações injustas e desiguais, operando sempre em vantagem dos mais fortes e subordinação/exploração dos mais fracos (MÉSZÁROS, 2007). Uma estimativa baseada em dados expostos pelos grupos em órgãos oficiais do Estado, sites dos grupos, jornais/revistas impressas e online.

Segundo a AIBA, em 2014 foram destinados 2,25 milhões de HA para a produção no Oeste da Bahia, sendo que destes, estimamos que 1.724.376 são controlados por 31 grupos que utilizam cerca de 76,64% dessas terras para o cultivo e/ou criação em grande escala. Apesar de não serem dados oficiais precisos, diante da mobilidade do mercado de terras nessa região e da não divulgação dos dados pelos órgãos estatais responsáveis, é um esboço para compreendermos os oligopólios formados e a expressão do controle territorial e da cadeia produtiva do agronegócio na região (Tabela 7).

O restante, provavelmente formado por agricultores pouco capitalizados e terras não utilizadas, ficam a mercê daqueles que controlam a cadeia produtiva, tentando produzir culturas com a mesma performance das grandes corporações, em total condição de desigualdade técnica, informacional, modal e financeira. O que encadeia uma condição de dependência guiada diretamente pelo financiamento, que possui uma série de normas a serem seguidas durante toda a cadeia produtiva, que prioriza o controle do cliente e o lucro das empresas, seja nos equipamentos, sementes, agrotóxicos, transporte, venda, etc. Como nos exemplifica um agricultor.

As multinacionais são elas que bancam, o agronegócio é bancado pelas multinacionais, Cargill, Bunge, essas outras produtoras de semente, Bayer. A maioria aqui não é fazendeiro que produz, são as multinacionais. Os fazendeiros trabalham para elas. É um ou outro que é um grande grupo, tipo Horita. Existem uns grandes grupos que são os verdadeiros donos do negócio. Grupo Horita, é um grande grupo que tem ai. Produz soja, algodão, esse é nacional, as fazendas tudo nacional. Só que as multinacionais é que são donas do negócio, o cara te entrega a semente para receber a produção. A Bayer te entrega o pesticida para receber a produção. Os caras trabalham para as multinacionais, a exceção de alguns grandes grupos que são deles mesmo. Aqui tem mil produtores. Agora a grande maioria vive trabalhando para esses grandes grupos. Então o cara planta, a produção não é dele mais. Quando ele colher já ta tudo comprometido, se não colher, se houver algum problema desses vários aqui, ele ta lascado, vai ficar na mão da multinacional.

**(João, LEM, Maio de 2014)**

**Tabela 7 - Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia**

<b>NOME DO EMPREENDIMENTO</b>	<b>PRINCIPAL (IS) PROPRIETÁRIO (OS)</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO NO OESTE DA BAHIA</b>	<b>PAÍSES DE ATUAÇÃO</b>	<b>PAÍS DE ORIGEM DO CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>FONTE DOS DADOS</b>
Fazendas Estrando e Santa Rita	Delfim S/A Crédito Imobiliária (Ronald Levinshon)	444.306	Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia	Brasil	Brasil	INCRA - Livro Branco da Grilagem (2014) e Jornal O Expresso (2014)
Fazenda Canabrava	Canabrava Agropecuária	139.143	Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil	INCRA - Livro Branco da Grilagem (2014)
Fazenda Mocambo e Alegre	Júlio Carvalho Fernandes Filho	110.000	Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia	Brasil	Brasil	Livro Branco da Grilagem – INCRA
ADECOAGRO	George Soros	20.419	Barreiras e LEM	Brasil, Argentina e Uruguai	Inglaterra	Revista Cafeicultura (2007) e Site do Grupo
BRASIL-AGRO	Cresud S.A.C.I.F Y A	86.587	Jaborandi, Correntina e Baianópolis	Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai	Argentina	Site do Grupo
Sem informação	Brian Willot	18.000	LEM e Formosa do Rio Preto	Brasil	EUA	Reportagem Jornal Estadão (2007)
AMERICAN COLONY	Associação American Colony	20.000	Sem informação	EUA e Brasil	EUA	Site da Secretaria de Comunicação do Tocantins – SECOM (2007)
SOLLUS CAPITAL	Vinci Partners, Los Grobo, Touradji Capital Management	4.095	Jaborandi	Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina	Brasil, Argentina e EUA	Site do Grupo

TIBA-AGRO	Vision Brazil Investments	15.759	Sem informação	Brasil e EUA	Brasil, EUA e Europa (sem informação dos países)	Slides da Vision Brazil Investments
Calyx Agro Brasil	Louis Dreyfus e AIG Brazil Special Situations Fund II	19.800	Jaborandi e Correntina	Brasil, México e Colômbia	França, Brasil, México e Colômbia	Agrolink (2008), Revista Exame (2008)
SLC Agrícola	Grupo SLC	125.719	Jaborandi, Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil	Site do Grupo
Joint Venture - MITSUI & CO. & SLC Agrícola	MITSUI & CO. LTDA & SLC Agrícola	21.898	São Desidério	Brasil	Japão e Brasil	Site do Grupo SLC
Agrifirma	Lord Rothschild e Jim Slater, e o Vinci Partners	77.275	LEM e Correntina	Brasil	Inglaterra	Site do grupo e Revista Dinheiro Rural (2014)
V – Agro	Brasil Ecodiesel, Maeda Agroindustrial e Vanguarda Participações	18640	São Desidério e Correntina	Brasil	Brasil	Jornal Estadão (2012) e Site do Grupo
XinguAgri	Multigrain, trading controlada pela empresa Mitsui	82.000	São Desidério	Brasil	Japão	Jornal Valor Econômico (2014) e Site do Grupo
LDCommodities	Louis Dreyfus	20.000	Sem informação	Diversos países	França	Jornal Brasil de Fato (2007)
Kobra Agrícola Group LTDA	Kobra Agrícola Group	20.000	São Desidério	Brasil	Holanda	Jornal Valor Econômico (2014) e Site do grupo
Agronol	Humberto Santa Cruz	30.000	LEM	Brasil	Brasil	Diário Comercial da Indústria (2008)

Grupo Horita	Ricardo Lhossuke Horita, Walter Yukio Horita e Wilson Hideki Horita	150.000	São Desidério, Correntina, LEM e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil	Site do Grupo
Barra Velha Agropecuária	Grupo Mizote	38.000	Correntina	Brasil	Brasil	Rede Cerrado (2014)
Fazenda Iowa LDTA.	Brasil Iowa Farms	9.064	LEM	Brasil	EUA	Site do Grupo
Carroll Farms Brasil Ltda.	Carroll Farms Brasil	10.521	São Desidério	Brasil	EUA	SEI, Site Publicações FindTheCompany e Site do Grupo
Fazenda Busato	Júlio Busato	40.000	Serra do Ramalho, Jaborandi e São Desidério	Brasil	Brasil	Site do Grupo e a Revista A.net (2014)
Fazendas Irmãos Franciosi	Romeu Franciosi, João Antônio Franciosi e Ubiratan Franciosi	57.000	LEM e Cocos	Brasil	Brasil	Revista Dinheiro Rural (2010)
Fazendas Mizote	Paulo Mizote	26.500	São Desidério e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil	9º Congresso Brasileiro do Algodão (2013)
Ademar Antônio Marçal	Ademar Antônio Marçal	45.000	São Desidério	Brasil	Brasil	Site Capital News (2009)
Fazenda Ana Terra et. al.	Amauri Stracci	10.000	São Desidério e LEM	Brasil	Brasil	Revista A Granja (2009) e Jornal Nova Fronteira (2007)
Grupo Arakatu	Agropecuara Arakatu LTDA	6.000	Barreiras e LEM	Brasil	Brasil	Site do Grupo
AgriBrasil	AgriBrasil Holding	24.400	Jaborandi	Brasil	Brasil, EUA e Holanda	Jornal A Tarde (2015) e Jornal Correio (2015)
Fazenda Letíssimo	Simon Wallace	5.500	Jaborandi	Brasil	Nova Zelândia	Revista Globo Rural (2010)

João Carlos Jacobsen Rodrigues	João Carlos Jacobsen Rodrigues	17.400	Barreiras	Brasil	Brasil	Portal KLFF
<b>TOTAL</b>		1.724.326				

**Organização – Autor do Trabalho**

A dependência dos agricultores ocorre dentro de um território destinado a atender uma parcela da demanda do mercado global, que para funcionar não basta apenas produzir, mas também fluir diante de um arcabouço global de submissão. Logo, quem detém o controle da cadeia domina a fluidez financeira-informacional-técnica-modal, em uma combinação dependente e integrada, em que uma depende da outra. Esse desenho exportador integra os agricultores de modo subordinado ao sistema, por não possuir condições de concorrência equivalente, em que poucos controlam a maioria. Um domínio que busca a cada passo a otimização das condições de mercado (menores custos somados a maiores lucros), quando a compra, produção, venda, circulação e consumo são diretamente ligados ao domínio de condições naturais e regras estatais para manutenção do sistema, definidas em regras globais de mercado como explicita o trecho da entrevista abaixo.

[...] hoje quem controla a agricultura são as grandes corporações internacionais, e elas impõe o preço de acordo com o mercado internacional. O preço dos produtos não é mais determinado pelo custo de produção. É determinado pelo nível de controle que as empresas têm sob aquele produto. E como eles se dedicam a apenas alguns produtos, que dá muito lucro, como a soja, o etanol da cana, a celulose do eucalipto, e a carne de boi, os preços desses produtos disparam, a taxa de lucro aumentou muito na agricultura, e com isso também, aumentou a corrida do Capital sob as terras, que também aumentou muito o preço.

**(Josenildo, Barreiras, abril de 2014)**

É diante dessa condição que somente um empreendimento dos listados está fora da área demarcada e estruturada para a expansão do capital<sup>67</sup> no Oeste da Bahia. Todos os demais estão presentes nos Chapadões do São Francisco, em condições edafoclimáticas similares, vinculadas a um suporte estrutural para dar sustentação à dinâmica da fronteira. São grupos nacionais e/ou internacionais, atreladas à instituições estrangeiras de capital aberto, parte criadas principalmente a partir de 2007 com os primeiros anúncios da crise. E estabelecimentos nacionais que surgiram principalmente no final da década de 1980, vinculados a programas estatais estruturados de acordo com características da reestruturação produtiva, ligada ao Brasil a partir dessa temporalidade, com o Consenso de Washington.

A aquisição de terras por grandes grupos no Oeste da Bahia é intensificada em períodos de maior injeção de capitais, o que provoca um movimento concentrador e fluído,

---

<sup>67</sup> Pertence ao grupo Busato em Serra do Ramalho, localizada em margem de rio, com a lavoura irrigada através de pivô central.

na qual a constância da produção predispõe intensificar a abertura da fronteira, acompanhando o aumento de investimentos. No entanto, com altos patamares de lucratividade, grandes capitais se concentram em áreas melhor localizadas, impulsionando o deslocamento de produtores detentores de menores capitais, com a compra e/ou arrendamento das propriedades.

Produtores submetidos a essa estrutura, buscam outros investimentos e/ou a compra de propriedades menos valorizadas, com condições inferiores de produção, escoamento e venda. Propensos a continuarem integrados à mesma lógica de dependência, pois, no arcabouço da hierarquia financeira, a vulnerabilidade econômica é inerente a sua posição na cadeia produtiva. Nessa lógica, as novas áreas são adquiridas principalmente em regiões de avanço do desmatamento, que de modo paralelo segue junto à degradação do trabalho e da natureza. Uma lógica fundiária e socioeconômica, que muda de agentes controladores, mas não de estrutura como mostra o relato.

[...] aquelas fazendas de gaúchos mais tradicionais de 1000, 5000 HA estão cada vez mais diminuindo. Ou eles acham propostas tão favoráveis, que se integram e começam a comprar casas na cidade para alugar, ou também já abusam da atividade. A gente não pode relativizar tudo, muito rentável para alguns, mas um produtor nessa faixa de terras é muito dependente. Ele fica assim nas zonas dos financiadores, parte são financiadores dos bancos, parte pré-financiamento pela Bungue, pela Cargill, pela ADM, outras agências particulares. Muitas vezes contratos desfavoráveis, muita esperteza dessas grandes agências. A maior parte, praticamente é subsidiada em todo plantio, entregar os insumos, todos e na realidade depois receber as 100 sacas de soja e de milho, mais o gasto com insumos, combustível, mão-de-obra, etc.. Até grandes fazendas estão totalmente aborrecidas com aquilo, tudo isso eu aponto para uma concentração de poder e esse limite não me parece alcançável. A gente não sabe o papel dos poderosos políticos e muitos que dizem que estão inseridos nessa concentração, eles tem informações privilegiadas, convertem para isso em dinheiro para eles, canalizando informações para estrangeiros.

**(Abenilson, São Desidério, abril de 2014)**

Essa integração e atuação dos grandes grupos no Oeste da Bahia é a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir de crises interimperialistas, moldaram novas formas de organização internas e externas e de relações de trabalho, sempre buscando superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. Principalmente em três processos combinados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos a nível internacional. A partir desses processos, os Estados nacionais permitiram que as empresas passassem a ser as novas organizações de controle da economia mundial, em uma condição que o Estado necessita da empresa para garantir a



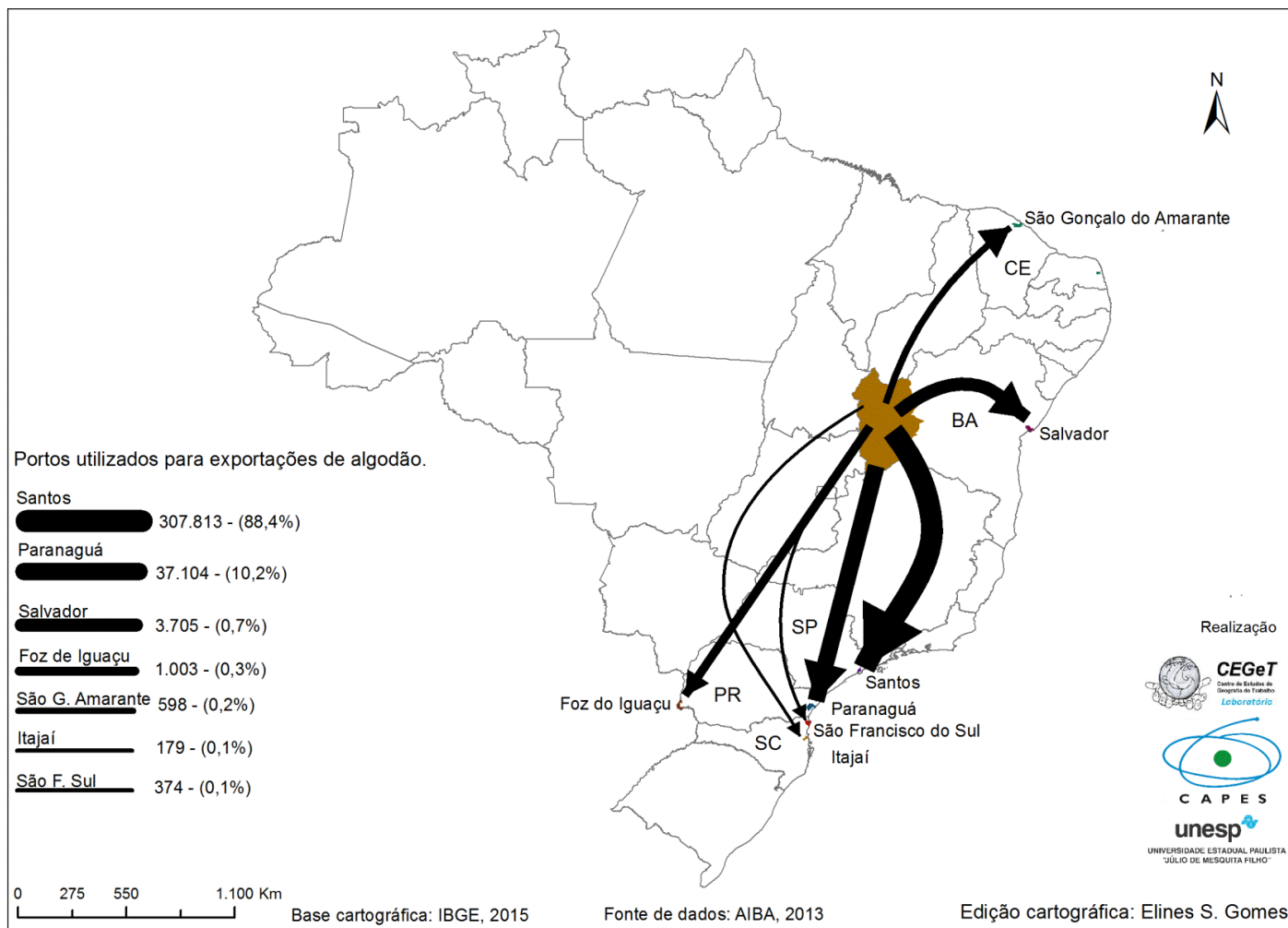
mundialização, e as multinacionais dos Estados a legitimidade ao se vincular ao mundo controlado economicamente pelo capital (OLIVEIRA, 2012).

Oliveira (2012) apresenta que esse alcance só foi possível com a construção de monopólios mundiais, com as empresas multinacionais como bases desse processo mundial, avançando com investimentos em filiais, fusões, associações, franquias, etc., entre empresas e detentores de terras dos mais diversos ramos, nacionais e/ou internacionais. Ramificando em dois processos, a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios. A **monopolização do território** é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação camponeses e capitalistas produtores do campo. A **territorialização dos monopólios** atua simultaneamente no controle da propriedade privada da terra do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária.

No Oeste Baiano, multinacionais como a Cargill, Bunge, LDCommodities, ADM e Amaggi, atuam na monopolização do território, por serem corporações que controlam sistemas produtivos integrados, desde a compra até estocagem, transporte e venda. As principais vias de escoação da produção do cerrado baiano são integradas às cidades de LEM, Barreiras, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina, pelo motivo dessas empresas possuírem seus principais armazéns nessas localidades. Direcionando a maioria da sua produção por meio dos principais portos do país, encaminhada principalmente para a Europa e Ásia (Figuras 26, 27, 28 e 29 e Tabelas 8 e 9). Como exemplifica um ex funcionário da Cargill.

Você tem a fábrica, a unidade fabril e você tem os entrepostos que recebem a soja dos fazendeiros e vai mandando para a fábrica aos poucos. Então você tem as unidades de recebimento de soja, são 12 unidades, nas principais regiões da fronteira. [...] A soja basicamente é financiada parte dela pelo próprio Banco Cargill. Então o cara quando precisa de fazer um empréstimo, quando não quiser ir em outras instituições financeiras, o banco Cargill financia ele e ai ele produz a soja e vende na unidade de recebimento da própria Cargill. Só que a Cargill não esmaga muito aqui, ela trabalha com muita exportação para fora. Ela manda soja para o porto de Ilhéus, o Aratu lá em Salvador, e de lá eles mandam. São dos pequenos, médio e grandes produtores. As fazendas produzem e vendem para eles, vendem para a Bunge... aqui são mais de vinte empresas que compram soja no Oeste da Bahia.

(Ostevaldo, Barreiras, Maio de 2014)



**Figura 26:** Portos utilizados para a exportação de algodão do Oeste da Bahia em 2013  
**Fonte – AIBA**

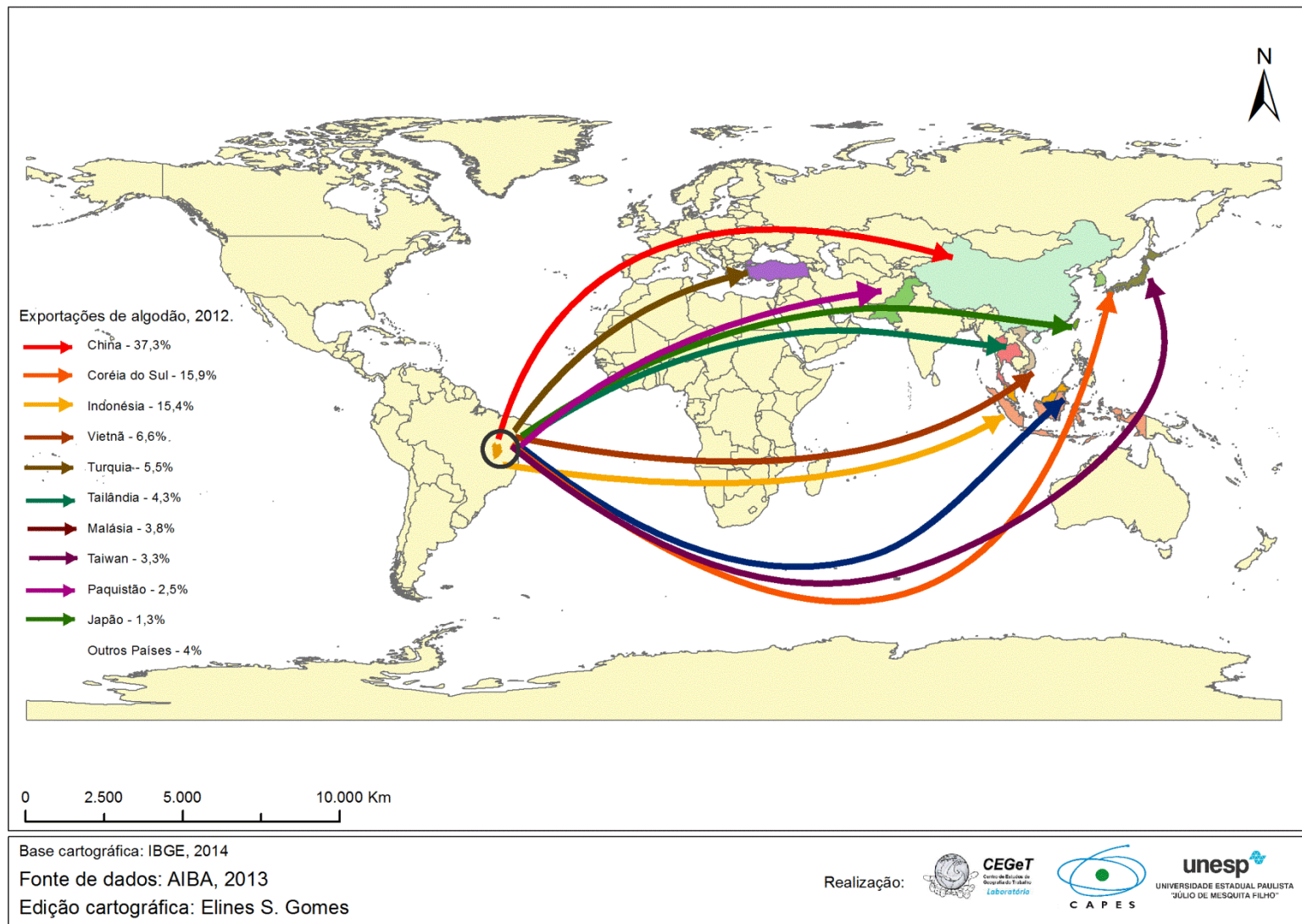
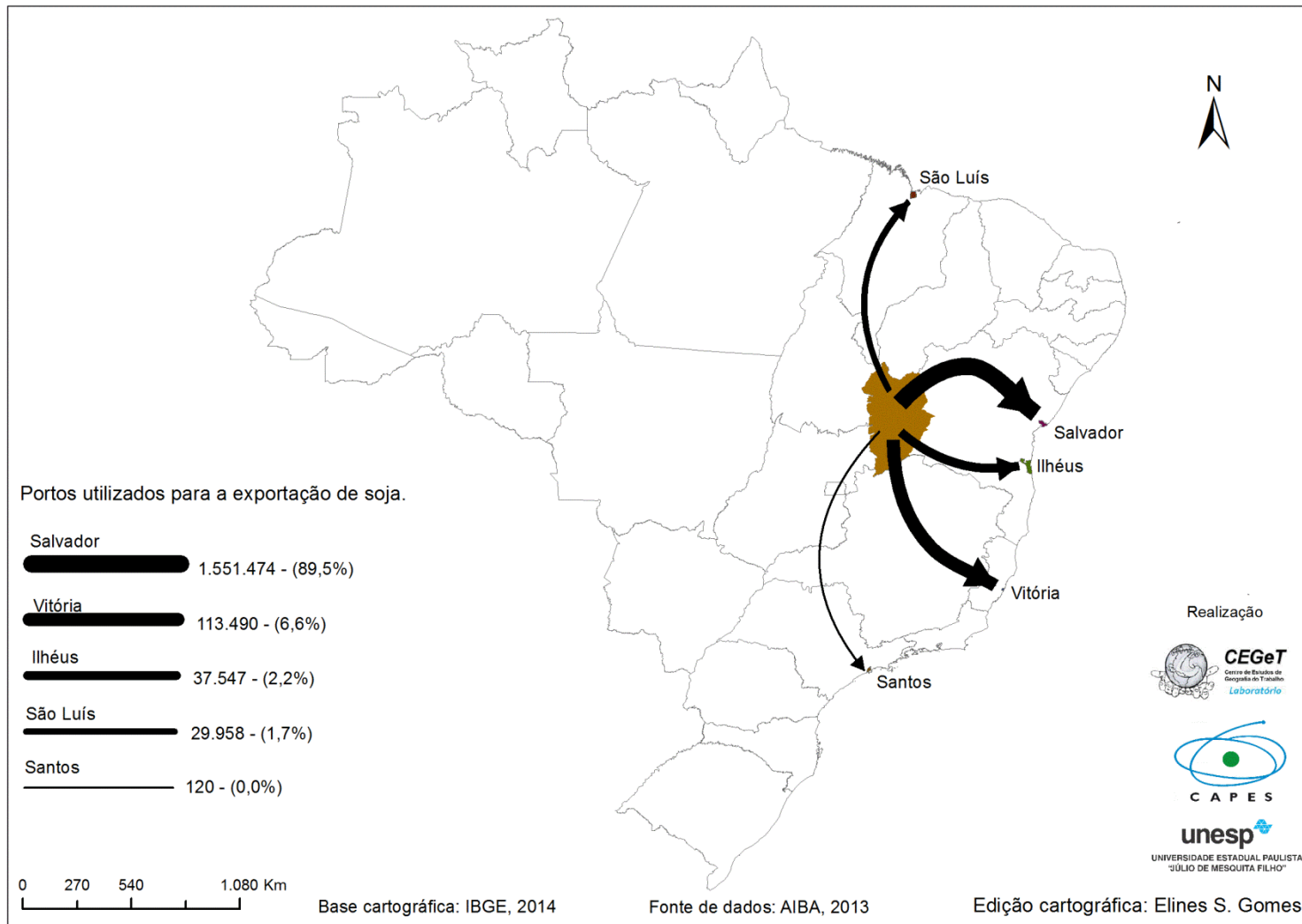
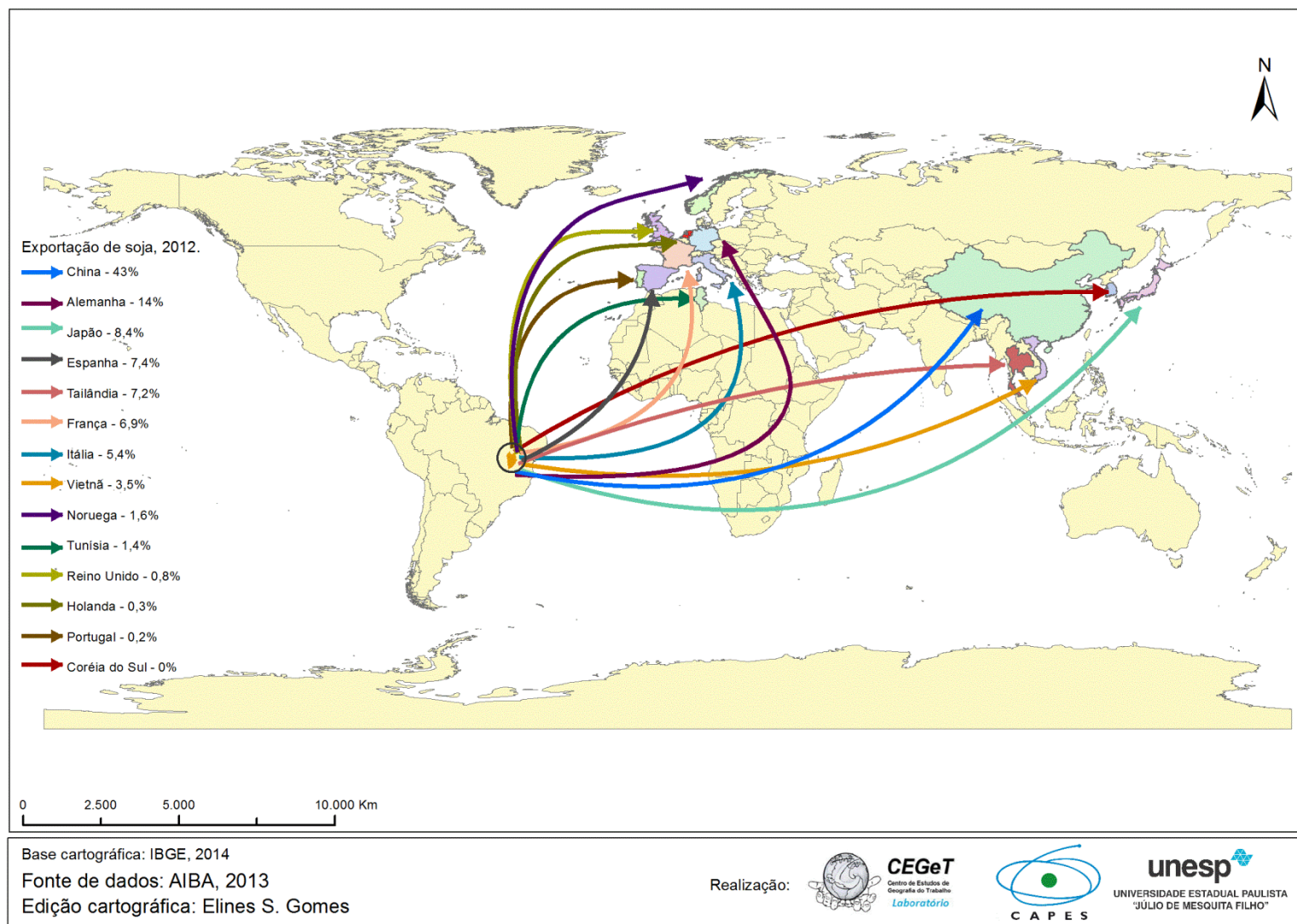


Figura 27 – Destino da exportação de algodão do Oeste da Bahia em 2013



**Figura 28** – Portos utilizados para a exportação de soja do Oeste da Bahia em 2013  
**Fonte:** AIBA



**Figura 29:** Destino da exportação de soja do Oeste da Bahia em 2013

Dessa forma, com o cruzamento do Gráfico 2 referente à área plantada da soja, do algodão e do milho, e as Tabelas 7 e 10 referentes a quantidade de terras dos grandes grupos e empresas exportadoras, junto ao total de HA utilizados para produção em 2014 divulgados pela AIBA (2,25 milhões), é nítido o controle absoluto dos grandes grupos nacionais e internacionais que estão presentes no Oeste da Bahia sobre a cadeia produtiva. Consubstanciando a monopolização do território e a territorialização do monopólio. Com a percepção (mesmo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e a AIBA não divulgando o valor exato das exportações por unidade), é nítido o domínio dos grandes grupos apresentados na Tabela 10 referentes às exportações, sobretudo de soja, algodão e derivados e em menor número, milho, café e frutas.

Em 2012, o complexo soja e algodão foram responsáveis por 13% e 3,5% respectivamente do valor das exportações na Bahia (SEI, 2012), sendo que o Oeste Baiano foi responsável por mais de 95% da produção (IBGE, 2013). A soja e o algodão prevalecem como principais produtos exportados (Tabelas 8, 9, 10 e 11) e Figuras 26, 27, 28 e 29), pois o milho é destinado em ampla maioria para o mercado interno, deste, 84% atendendo a demanda das médias e grandes cidades da Bahia e do Nordeste, destinando 36% e 48% da produção respectivamente (AIBA, 2014).

**Tabela 8 – Portos Utilizados para Exportação de Soja do Oeste da Bahia em 2013**

<b>PORTOS</b>	<b>QUANTIDADE (t)</b>	<b>%</b>	<b>Valor US\$</b>	<b>%</b>
SALVADOR – BA	1.551.474	89,5	835.782.757	89,1
VITÓRIA – ES	113.490	6,6	64.953.908	6,9
ILHÉUS – BA	37.547	2,2	21.843.767	2,3
SÃO LUIS – MA	29.958	1,7	15.800.312	1,7
SANTOS – SP	120	0,0	73.211	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.732.589</b>	<b>100</b>	<b>938.453.955</b>	<b>100</b>

**Fonte:** AIBA

**Tabela 9 – Portos Utilizados para Exportação de Algodão em Pluma do Oeste da Bahia**

<b>PORTOS</b>	<b>QUANTIDADE (t)</b>	<b>%</b>	<b>Valor US\$</b>	<b>%</b>
SANTOS – SP	307.813	88,4	629.449.419	88,4
PARANAGUÁ – PR	37.104	10,2	72.817.816	10,2
SALVADOR – BA	3.705	0,7	5.312.944	0,7
FOZ DO IGUAÇU – PR	1.003	0,3	1.905.646	0,3
PECEM - CE	598	0,2	1.376.880	0,2
SÃO FRANCISCO DO SUL – SC	374	0,1	810.651	0,1
ITAJAÍ - SC	179	0,1	349.081	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>350.776</b>	<b>100</b>	<b>712.022.437</b>	<b>100</b>

**Fonte –** AIBA

A compra direta da propriedade por esses grupos é utilizada de acordo com a viabilização comercial. Em plantações permanentes essas práticas são mais comuns, pois garante uma rentabilização constante. Porém, os domínios do território e da cadeia produtiva se apresentam de modo paralelo no Oeste da Bahia, na maioria das vezes de forma integrada pelos grupos, sobretudo pela alta lucratividade que o mercado de terras vem proporcionando, seja produzindo e/ou especulando. A maior parte dos grupos que possuem terra no Oeste da Bahia, também são exportadores segundo as Tabelas 7 e 10, com exceções de grandes corporações como a Bunge, Cargill, Amaggi, ADM, EISA, etc., que controlam a circulação da cadeia produtiva.



**Tabela 10 - Empresas Exportadoras do Oeste da Bahia Por Faixa de Valor (US\$), Município e Endereço – Jan/Dez-2011 (Critério - Domicílio Fiscal)**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>VALOR</b>	<b>ENDEREÇO</b>
BARREIRAS	CARGILL AGRICOLA S.A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 020/242 KM 604 S 01 A2 E3 A
BARREIRAS	SLC AGRICOLA S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BA 459 ANEL DA SOJA VIA PL
BARREIRAS	WALTER YUKIO HORITA	Entre US\$ 10 e 50 milhões	AV AHYLON 1039 MACEDO BARREIRINHAS
BARREIRAS	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	LOC PLACAS VILA RIO GRANDE
BARREIRAS	PAULO MASSAYOSHI MIZOTE	Entre US\$ 10 e 50 milhões	R BARAO DE CENTRO COTEGIPE 807
BARREIRAS	ADEMAR ANTONIO MARCAL	Entre US\$ 10 e 50 milhões	R 12 DE OUTUBRO 421 RENATO GONCALVES
BARREIRAS	MARCELINO FLORES DE OLIVEIRA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R IBIRAPUERA RENATO, GONCALVES 200 APT 201
BARREIRAS	MARCOS ANTONIO BUSATO	Entre US\$ 1 e 10 milhões	AV CLERISTON ANDRADE 677 CENTRO 200
BARREIRAS	JACOBSEN COMPANHIA DE CULTIVOS LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RUA PARA 94 BOA VISTA
BARREIRAS	RICARDO LHOSSUKE HORITA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	AV AHYLON 1039 MACEDO BARREIRINHAS
BARREIRAS	WILSON HIDEKI HORITA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	AV AHYLON 1040 MACEDO BARREIRINHAS
BARREIRAS	SLC AGRICOLA S.A.	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BA 458 ESTRADA DO CAFÉ
BARREIRAS	AIRTON GORGEN	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R VINTE E SEIS DE MAIO ED CHAPLIN SALA 201 CENTRO
BARREIRAS	ADECO AGROPECUARIA BRASIL S.A	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BA 825 KM 32 FAZENDA R DE JANEIRO



BARREIRAS	MAQFRAN INDUSTRIA COM. E MANUTENCAO EM MAQUINAS LTD	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA ANEL DA SOJA CAIXA POSTAL 788
BARREIRAS	AGRIFIRMA CAMPO ABERTO AGROPECUARIA LTDA.	Entre US\$ 1 e 10 milhões	ESTRADA DO CAFE, KM 40
BARREIRAS	MARCIO DA CUNHA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R GOVERNADOR 500 VALADARES VILA REGINA
BARREIRAS	JULIO CEZAR BUSATO	Entre US\$ 1 e 10 milhões	AV CLERISTON ANDRADE 677 CENTRO
BARREIRAS	ADECO AGROPECUARIA BRASIL S.A.	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020
BARREIRAS	JOAO CARLOS JACOBSEN RODRIGUES	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R PARA 94 CENTRO
BARREIRAS	AMAURI STRACCI	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R ALBERTO COIMBRA 1282 CENTRO
BARREIRAS	DIRCEU DI DOMENICO	Até US\$ 1 milhão	R CAMPOS SALES 261 CAMPOS SALES
BARREIRAS	RICARDO HIDECAZU UEMURA	Até US\$ 1 milhão	R IBIRAPUERA RENATO, GONCALVES 200 APT 201
BARREIRAS	AGROPECUARA ARAKATU LTDA	Até US\$ 1 milhão	FAZENDA MORENA ESTR KM, 15
BARREIRAS	CELIO ZUTTION	Até US\$ 1 milhão	R D JOAO VI 283 CENTRO
BARREIRAS	BRUNO ANTONIO ZUTTON	Até US\$ 1 milhão	R PROFESSORA GUIOMAR PORTO 386 CENTRO
BARREIRAS	CELITO EDUARDO BREDÁ	Até US\$ 1 milhão	R DOM PEDRO I 338 JARDIM IMPERIAL
BARREIRAS	JEFERSON ANTONIO SILVA DE OLIVEIRA	Até US\$ 1 milhão	R ESTACAO MORADA NOBRE 174 ELEVATORIA

BARREIRAS	AGROPECUARA ARAKATU LTDA	Até US\$ 1 milhão	RODOVIA ANEL DA SOJA
BARREIRAS	SERGIO SETSUO SATO	Até US\$ 1 milhão	PCA CORONEL ANTONIO BALBINO 27/41 SALA 23 CENTRO
LEM	BUNGE ALIMENTOS S/A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 242 KM 01
LEM	ADM DO BRASIL LTDA	Acima de US\$ 50 milhões	RUA PERNAMBUCO 55 LOJA 06 E 07 CENTRO
LEM	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR-242
LEM	MULTIGRAIN S.A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 242, KM 17
LEM	EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 242, KM 88, TREC SALA 01
LEM	NOBLE BRASIL S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RUA I CENTRO INDUSTRIAL D
LEM	ADM DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 242 KM 18
LEM	JOAO ANTONIO FRANCIOSI	Entre US\$ 10 e 50 milhões	AV LUIS EDUARDO 2241 JARDIM DAS ACÁCIAS MAGALHAES
LEM	MULTIGRAIN S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 242, CENTRO INDUSTRIAL D KM 88, RUA
LEM	OMNICOTTON AGRI COMERCIAL LTDA	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RUA B, ROD BR CENTRO D INDUSTRIAL 242, KM 88
LEM	CARGILL AGRICOLA S A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RUA B SALA A MIMOSO D'OESTE
LEM	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	ESTRADA ACESSO A BELA VISTA KM 30 BELA VISTA
LEM	UNIBAHIA SOCIEDADE COOPERATIVA	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RUA PIAUI 416 QUADRA C -MIMOSO DO OESTE LOTE 11

LEM	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 242 KM 88, TRECHO CENTRO INDUSTRIAL D 01
LEM	GLENCORE IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	AVENIDA PARAISO 10 LOTEAMENTO JARDIM P
LEM	AGRESTE COTTON AGROPECUARIA LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BA 460 KM 12
LEM	FARMERS ELEVATOR DO BRASIL AGROPEC. LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020 FAZENDA CANTO DO RI
LEM	COOPERATIVA AGROPECUARIA DO OESTE DA BAHIA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RUA SERGIPE SILO S MIMOSO BARREIRAS AGROPECUARIA DO OESTE DA BAHIA
LEM	VOLCAFE LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	AVENIDA JK Q-15, L-5/12 JARDIM IMPERIAL
LEM	TRADEAGRO COM. AGRICOLA, IMPORTADORA E EXPORTADORA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RUA B LT. 36 SALA E CENTRO INDUSTRIAL D
LEM	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões	ESTRADA ACESSO KM 40 BELA VISTA A BELA VISTA
LEM	ICOFORT - AGROINDUSTRIAL LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 242 -CENTRO INDL. CERRADO KM 88 RUA
LEM	ISABEL DA CUNHA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R PROJETADA CHACARA JARDIM PARAISO PARAISO 3B
LEM	ASA AGRICOLA SANTO ANTONIO SA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	FAZENDA SANTO KM 548 BR 020/242 ANTONIO BR 24
LEM	DIONISIO JOAO ZANOTTO	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R CASTRO ALVES C POSTAL 1016 CENTRO

LEM	JOHN DANIEL CARROLL	Entre US\$ 1 e 10 milhões	R. CARLOS 9995 JARDIM PARAISO DRUMOND DE ANDRA
LEM	AGRONOL AGRO INDUSTRIAL S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões	FAZENDA KM 535 BR 20/242 AGRONOL BR 242
LEM	SOLAE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 242, SALA 05 MIMOSO I KM 01
LEM	UBIRATAN FRANCISCO FRANCIOSI	Até US\$ 1 milhão	AV LUIS EDUARDO JARDIM DAS ACACIAS MAGALHAES
LEM	ADECO AGROPECUARIA BRASIL S.A.	Até US\$ 1 milhão	RUA PARA CENTRO
LEM	LAURI PEDRO KAPPES	Até US\$ 1 milhão	R CLERISTON QDA 41 LOTE 05 CENTRO ANDRADE
LEM	DANIEL FRANCIOSI	Até US\$ 1 milhão	AV BR 242/020 KM 526 SN C.POSTAL 788 JARDIM PARAISO
LEM	IVANA DA CUNHA MISSIO	Até US\$ 1 milhão	R BULERMAX S/N Q 17 LOTE 5 JARDIM PARAISO
LEM	ROGERIO JOSE FAEDO	Até US\$ 1 milhão	RUA GLAUBER ROCHA 331 JARDIM PARAISO
LEM	ALGODOEIRA BAHIA COTTON LTDA	Até US\$ 1 milhão	RODOVIA BR 020 SN KM 512 CHACARA 28
LEM	MARCELO LEOMAR KAPPES	Até US\$ 1 milhão	TANCREDO NEVES 1279 LT 12 B QD 35 JARDIM PARAISO
LEM	RUI DA VEIGA EIDT	Até US\$ 1 milhão	R PRIMEIRO DE MAIO LOTE 10 S/N CASA JARDIM PARAISO
LEM	BIA AGRICOLA S/A	Até US\$ 1 milhão	FAZENDA AGROMETA BR 242 KM S/N EST.BARR/ DIANOPOLIS
LEM	BUNGE ALIMENTOS S/A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 242 KM 01
LEM	ADM DO BRASIL LTDA	Acima de US\$	RUA PERNAMBUCO 55 LOJA 06 E 07 CENTRO

		50 milhões	
LEM	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR-242
SAO DESIDERIO	AGRICOLA XINGU S/A	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 020, SENTIDO BRA S/N II, III, V - CASA 1
SAO DESIDERIO	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 020 S/N KM 446 RODA VELHA
SAO DESIDERIO	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 020, S/N KM 382 -FAZENDA ANT
SAO DESIDERIO	MAEDA S.A. AGROINDUSTRIAL	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 020, KM 87 – MAR S/N FAZ. DOM PEDRO I
SAO DESIDERIO	FAZENDA IOWA LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020 SN KM 404 RODA VELHA
SAO DESIDERIO	HERTZ BRAZIL FARM LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020, KM 400 SN FAZENDA HERTZ RODA VELHA
SAO DESIDERIO	AGROPECUARIA CHAPADA VERDE LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	BR 020 KM 82 S/N FAZ.NOVO HORIZONTIN
SAO DESIDERIO	MATOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA	Até US\$ 1 milhão	RODOVIA BA 462 SN KM 86
SAO DESIDERIO	KOBRA AGRICOLA LTDA	Até US\$ 1 milhão	FAZENDA KOBRA AGRICOLA I BR S/N FAZENDA NOVA ELDORA
CORRENTINA	MULTIGRAIN S.A.	Acima de US\$ 50 milhões	RODOVIA BR 020 SN KM 19 SALA 01
CORRENTINA	AMAGGI & LD COMMODITIES S.A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR-020 S/N
CORRENTINA	ADM DO BRASIL LTDA	Entre US\$ 10 e 50 milhões	QUADRA 07, LOTES 02 E 03 - S/N SALAS 11 E 12 VILA ROSARIO
CORRENTINA	SLC AGRICOLA S.A.	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BR 020 KM 67
CORRENTINA	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e	RODOVIA BR 020 S/N KM 314 ROSARIO

		50 milhões	
CORRENTINA	AGRICOLA XINGU S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020, SENTIDO BRA S/N
CORRENTINA	MAEDA S.A. AGROINDUSTRIAL	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020, KM 60 – MAR S/N
CORRENTINA	MULTIGRAIN S.A.	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BR 020 KM 48 SN
CORRENTINA	MULTIGRAIN S.A.	Até US\$ 1 milhão	RODOVIA BR 020, KM 2, PARTE S/N
CORRENTINA	AGRICOLA XINGU S/A	Até US\$ 1 milhão	FAZENDA CABECEIRA GRANDE S/N
FORMOSA DO RIO PRETO	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	REGIAO DA GARGANTA SN FAZ. STA. RITA CENTRO
FORMOSA DO RIO PRETO	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	ESTRADA OURO VERDE-REGIAO D S/N
FORMOSA DO RIO PRETO	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 1 e 10 milhões	RODOVIA BA 225, KM 69 S/N REGIO DA COACERAL
FORMOSA DO RIO PRETO	FAZENDA UNITED LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	FAZENDA UNITED ESTRADA DA P S/N PROJETO AGUAS CLARA COACERAL
RIACHAO DAS NEVES	BUNGE ALIMENTOS S/A	Entre US\$ 10 e 50 milhões	RODOVIA BA 828, S/N KM 42 OURO VERDE
RIACHAO DAS NEVES	MSU BRASIL AGROPECUARIA LTDA	Até US\$ 1 milhão	RODOVIA ANEL DA SOJA 458 FAZENDA BOA ESPERAN
JABORANDI	RIO PRATUDAO AGROPECUARIA LTDA	Entre US\$ 1 e 10 milhões	FAZENDA CORRENTINA S/N ZONA RURAL
JABORANDI	NORDESTE FLORESTAL E AGRICOLA S/A	Até US\$ 1 milhão	RODOVIA MAMBAIGO / COCOS-B KM 20 AZ.JACURUTU FORMOS ZONA DO PRATUDAO

**Legenda** – Empresa de Capital Internacional Completo ou Majoritário / Empresa de Capital Nacional Completo ou Majoritário

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2012)

**Tabela 11 – Produção e Exportação de Algodão no Oeste da Bahia**

ANO					
		CAPULHO	PLUMA	PLUMA (t)	%
2007	276.000,8	1.099,10	428,65		
2008	293.000,4	1.88,40	470,61	128,11	27,22
2009	261.000,7	863,50	341,95	154,62	45,22
2010	244.000,9	929,40	371,76	178,70	48,07
2011	370.000,8	1.501,74	600,70	304,12	50,63
2012	387.000,15	1.184,67	473,87	350,78	74,02
2013	256.000,5	884,93	353,97		
2014	308.000	1243,3	497,3	234,36	
<b>TOTAL</b>	<b>5.417.011,45</b>	<b>6.463,34</b>	<b>3041,51</b>	<b>1116,33</b>	<b>245,16</b>

Fonte: AIBA (2014)

**Tabela 12 – Produção e Exportação de Soja no Oeste da Bahia**

ANO	ÁREA (HA)	PRODUÇÃO (mil t)	EXPORTAÇÃO (mil t)	% EXPORTADA
2007/08	850.000	2.295	-	-
2008/09	935.000	2.839	951	33,5
2009/10	983.000	2.506	1.542	61,5
2010/11	1.050.000	3.213	1.632	50,8
2011/12	1.100.000	3.696	1.932	52,4
2012/13	1.150.000	3.321	1.733	52,2
2013/14	1.285.000	2.900	1.578	58
2014/15	1.420.000	3.318	1.725	40
<b>Total</b>	<b>8.773.000</b>	<b>24.088</b>	<b>9515</b>	<b>348,4</b>

Fonte – AIBA (2014)

Esses conglomerados empresariais que chegaram ao Oeste da Bahia a partir dos anos 2000, somados aos grandes grupos que iniciaram sua trajetória na região a partir do final da década de 1980, formaram uma aliança de classe com o capital internacional, “territorializando os monopólios e monopolizando os territórios”. Com uma construção simultaneamente de uma reprodução do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas de renda da terra. Passando a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização, vinculadas à formação de grandes corporações internacionais que passaram a atuar no Brasil no setor de grãos. O que fez reforçar o controle do capital internacional sobre a economia brasileira (OLIVEIRA, 2012).

Pela estimativa levantada (Tabela 7), dos 31 grupos possuidores de terras, 14 possuem capital externo total ou parcial, somando 417.356 HA, o que equivalem a 24,2%

das propriedades dos grandes grupos exportadores possuidores de terras e a 18,55% dos 2,25 milhões de HA destinados para produção na safra 2014/2015. Mostrando que são os brasileiros que detêm a maioria das terras no Oeste da Bahia. O exemplo mais clássico são as propriedades do grupo Estrondo em Formosa do Rio Preto, que possui sozinho segundo o INCRA 444.306 HA, área superior às propriedades dos grupos com capitais internacionais presentes na região (Tabela 7).

Quando analisamos a Tabela 10, mesmo apresentando valores parciais intercalados das exportações, é visível a superioridade por parte das multinacionais em todos os municípios que apresentam empresas exportadoras, com valores superiores a U\$\$ 50 milhões e/ou entre U\$\$ 10 milhões e U\$\$ 50 milhões. Logo, é um indicativo do controle da cadeia produtiva pelos grandes grupos internacionais na região, expressando a lógica do mercado global. São os maiores exportadores as multinacionais Cargill, Bunge, ADM, XINGU, LDCommodities, Multigrain, Eisa e Omnicotton, responsáveis por exportar frações superiores a U\$\$ 50 milhões anuais.

Os grupos nacionais são maioria entre os exportadores na região, sendo que alguns se destacam no segundo escalão de exportações, entre U\$\$ 10 e 50 milhões. Dentre os principais apresentam-se a SLC Agrícola, Horita, Mizote, Ademar Marcal, Franciosi, Unibahia e Maeda. Isso expõe o pacto/interesse de classe entre os grupos nacionais e internacionais, operando as suas ações pela produção das *commodities* e pelo controle da circulação da produção, atendendo aos anseios do mercado global e ocupando a imensa maioria desse território, usufruído por poucos e cobiçado por muitos.

São diversas as práticas nessa aliança de classe, em que brasileiros e estrangeiros produzem, armazenam, transportam, vendem e consomem em território baiano para dinamizar o capital internacional. Estruturados sobre uma lógica fundiária de extrema exclusão social e degradação ambiental, a partir do domínio de um território que já foi controlado por povos autóctones, índios, coronéis latifundiários, sulistas, e que agora se (re)configura novamente para os ditames do capital internacional enquanto um agente dominante que atua diretamente nesse território. Uma transfiguração que a cada passo se legitima, assegurado judicialmente pelo Estado, que atende as suas regalias como garantia de incentivo para a instalação dos investidores.

São reflexões que nos possibilitam vincular essa dinâmica agrária do momento à questões trabalhistas e hídricas sobre o desenvolvimento das forças produtivas. A estrangeirização de terras é mais um aspecto que possibilita um significado de mudança nas relações de produção e, conseqüentemente, ligando diretamente o controle da propriedade,



da água e do trabalhador enquanto efeitos da mercantilização e avanço das relações capitalistas sobre o usufruto da propriedade, desterritorializando milhões de trabalhadores seja do/no campo, cidade ou na floresta. É dessa forma que os fundamentos da política agrária do governo brasileiro e baiano, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados empresariais transnacionais, em detrimento de alternativas factíveis para a emancipação dos trabalhadores (THOMAZ JR., 2012).

O saldo desse modelo são U\$\$ 5 bilhões em divisas no ano de 2014 (AIBA, 2014) para “meia dúzia” que controlam a cadeia do agronegócio na região, e um “mergulho no mar da barbárie” para maior parte das famílias da classe trabalhadora. Logo, entendemos que o debate sobre a estrangeirização de terras no Oeste da Bahia deve ser voltado para um viés que não tenha apenas a compra de terras por estrangeiros como protagonista das discussões que envolvem o campo. Isso pela quantificação inexpressiva apresentada (com exceção de algumas particularidades) e a grande apropriação das terras por brasileiros não baianos.

O foco que defendemos é centralizado na dependência e força que o capital exerce sobre a agricultura brasileira, ditando sua dinâmica de acordo com os seus interesses, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, as quais estão instalados em maior concentração. Vinculados a um (re)arranjo territorial que ultrapassa a compra e o arrendamento de terras, interligando também a grilagem, a superexploração do trabalhador, a degradação ambiental (ligada ao desmatamento e o uso desenfreado de insumos químicos), etc. Toda uma prática espoliativa, com base em uma acumulação econômica primitiva assistida a séculos.

#### **2.4 "O puxa e repuxa" das disputas territoriais**

O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquentada e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem.  
**(Guimarães Rosa)**

A discussão desse item possui como proposta as relações de exploração/dominação estrutural e conjuntural que asseguram a acumulação da ordem social estabelecida no Oeste da Bahia, enquanto dinâmica territorial do agrohídronegócio, ligada à distribuição desigual dos meios de vida, como base que intensifica os conflitos de classe e os seus rebatimentos sobre o trabalho e a natureza. Algo inerente ao modelo social posto, que possui a distribuição de seres humanos em classes sociais antagônicas como um dos seus pilares,

seguindo a dominação da produção de forma hierárquica, como estamos discutindo (MÉSZÁROS, 2007).

A busca de interpretar as ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos é o que nos permite entender a dinâmica territorial dos conflitos pela relação capital-trabalho e demais formas de expressão da luta de classes. Ou seja, formas particulares de organizações sociais, que expressam elementos intrínsecos ao mundo do trabalho, nos permitindo entender contradições do metabolismo social contemporâneo. Desse modo se configura uma classe trabalhadora heterogênea, fragmentada e complexa, dividida em diferentes ramificações, dos qualificados tecnicamente, aos mais explorados. Ancorada na fúria reprodutiva do capital por meio da extração da mais-valia, ligada diretamente ao pacto de classes que a burguesia junto ao Estado orquestra para consolidar/expandir o seu projeto de dominação. (THOMAZ JR., 2004).

O nosso desafio aqui é discernir como esses conflitos, intrínsecos à “ordem” social vigente, é fruto de interesses divergentes, intensificados pelo capital, por meio de ações que provocam o desterreamento dos trabalhadores e a degradação da natureza. Atos que licenciam a usurpação do meio ambiente e a da força do trabalho não pago, rebatendo de modo negativo diretamente nos mais substanciais elos de vida. Entendidos por vieses que enquadram diferentes posicionamentos políticos, econômicos, culturais, ambientais, ideológicos etc., em que sujeitos conscientes das motivações desses conflitos, conexo com as contradições do modo de produção, alicerçam ações, inserindo-se no embate por meio da luta.

Entretanto, estamos entendendo que são atos em que o efeito precede a causa, criando-se retroativamente a condição jurídica contra o poder da rebelião, mesmo os rebelados não sendo os causadores do “incêndio” que se expande, intuídos de fazer valer a dinâmica acumulativa. Para o Estado em conluio com o capital, “o que os rebeldes fazem é um crime que merece punição”, no interesse de manter a estrutura. Contudo, o intuito dos “revoltosos” é romper a legitimação da ordem posta. Pois, é sabido, caso ocorra à ruptura, que a condição legal exclusiva construída até então não se sustentará mais, e que a luta seria responsável por encurtar o tempo do status legal atual, restando, sobretudo, enfrentar o terror destrutivo (ZIZEK, 2012).

A busca de interpretar parcela das ações desses sujeitos antagônicos atuantes no território estudado se dá pela compreensão dos conflitos inter e intra classes, envolvendo de modo cada vez mais profundo a totalidade da vida social. Atingindo diretamente seres humanos que ali habitam e/ou transitam, vítimas de sequelas por vezes irreversíveis em

uma escala temporal humana, em que o embate em busca de uma “reviravolta” social, ocorre de diversas formas, de manifestações individuais a coletivas.

Dessa forma, enxergamos que são nas fissuras das relações sociais, unificadas pelo domínio econômico a nível global, divergidas pelo ascendente controle de classes, uma sobre as demais, que buscamos interpretar fragmentos das reações humanas e suas tendências de movimento. Vistas como um campo decisivo de fatores modificadores, em conteúdos contraditórios na luta de classes (LUKÁCS, 1969). Acreditamos que é a partir da percepção/observação/análise de sinais de rompimentos com a ordem espacial, que contribuem com a apreensão atual da centralidade do trabalho e a dinâmica territorial de indivíduos a partir de ações de resistência, que podem assim protagonizar uma transformação social, colaborando com a construção de outro curso histórico (THOMAZ JR., 2012).

Essa concepção ultrapassa a fixa ideia de que esses processos só enquadram trabalhadores assalariados de modo institucionalizado, vinculando também temporários, informais, camponeses, quilombolas, fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, indígenas e até aqueles que buscaram na essência capitalista da fronteira agrícola, hoje se encontrando marginalizados, como alguns sulistas que encontramos nas estradas e movimentos sociais.

Foi por esses caminhos que identificamos diferentes formas que expressam a resistência ao capital no Oeste da Bahia. Relutâncias inerentes à tentativa de fusão de bens naturais em mercadoria, em que a extração do trabalho excedente é visto como a mola precursora para dar mobilidade a esse movimento, que busca a todo instante, mecanismos transformadores de valor de uso em valor de troca.

Dessa forma, o processo protagonizado historicamente pelo capital que tange investimentos no agronegócio no Oeste da Bahia, objetiva primeiramente e em seu fundamento central, viabilizar o projeto de classe burguês, de fazer submissão, dominação, exploração do trabalho e dos mecanismos especulativos, vetores da acumulação do capital. É por isso que a legalização e legitimação da grilagem, enquanto prática para o controle da propriedade e conseqüentemente dos recursos naturais, não pode ser vista de modo separado. Pois nessa articulação, o controle da propriedade, dos recursos naturais, do trabalhador, o Estado e a burguesia dão identidade a esse projeto de dominação (THOMAZ, JR., 2012).

Os conflitos são inerentes ao avanço do capital, sobretudo pelo modelo econômico exportador pautado na *commoditização*, o que exige um controle progressivo da cadeia produtiva e dos territórios. Algo que se intensifica a cada momento com a trama de novos

elementos, como: assassinatos, manifestações, ocupações, trabalho escravo, conflitos por terra/água, etc., que fazem parte do cotidiano dos povos presentes no Oeste Baiano, tanto os habitantes de origem centenária, ditos “populações tradicionais<sup>68</sup>”, quanto migrantes, que participam dessa mobilidade mais intensa com a abertura da fronteira agrícola. Apresentando-se nos mais distintos lugares e variadas profissões, contudo, são nas zonas rurais dos municípios de Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, LEM, São Desidério, Correntina, Baianópolis, Jaborandi e Cocos, e nas periferias das cidades de Barreiras e LEM, onde mais se aloca e transitam.

Muitos indivíduos, sujeitos a degradantes formas de vida, espoliados, expropriados, intoxicados, escravizados, etc, e aglutinam-se, mesmo que de forma fragilizada, em entidades sindicais, movimentos sociais e religiosos, ONG’s, expressando nessas instituições a heterogeneidade migratória que forma a população do Oeste da Bahia hoje. Povos que encontram nessas agremiações formas de resistir ao avanço do capital, seja por meio da conquista e/ou resistência na terra. Pois a garantia da propriedade é alicerce para a continuidade da vida.

Os relatos abaixo apresentam a materialidade da propriedade da terra enquanto território, refletida nas relações intersubjetivas, derivadas de discrepantes necessidades de produzir e viver, que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações em si e/ou para si. Logo, o território interpretado pelo viés do agrohidronegócio, é lido pelo conflito. Tanto entre as diferentes classes, quanto entre as agremiações que se alto declaram com o mesmo objetivo (SAQUET, 2007).

A respeito desse assentamento aqui, nós já acampados, teve uns grileiros que queriam a maior parte, das placas para lá e nós entramos, firme lá e conseguimos. Isso já foi em 2011, já estava como assentamento. Um cara de Santa Rita e tinha outros envolvidos da Paraíba. Um do Piauí, que veio dizendo que era dono dessas terras, trouxe o trator, os pistoleiros para cá, ai foi que nós corremos.

**(Clebson, Formosa do Rio Preto, maio de 2014)**

[...] eu estou intimada no fórum para entregar a nossa documentação para outro que se diz presidente e dividir o assentamento. Metade Sem Terra – MST e a outra metade FETRAF. Esse está interferindo no nosso

---

<sup>68</sup> O contínuo e conflituoso processo de reterritorialização do trabalho também apresenta faces específicas em relação à permanência e ao retorno a terra. Em que trabalhadores não mais são/estão considerados como proprietários, posseiros, arrendatário, parceiro, mas também como assalariado, assentado, ocupante (THOMÁZ JR, 2010). Dessa forma que pretendemos somar com a ideia do trabalhador pertencente a um “determinado” povo/comunidade tradicional, não entendendo-o simplesmente como pertencente a um grupo culturalmente diferenciado, que se reconhece como tal, possuindo formas próprias de organização social, ocupando e usufruindo de territórios e recursos naturais e sua condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela geração (art. 3º, decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

trabalho. [...] Dizendo eles que nós não desenvolvemos o Assentamento. E nós não queremos outro movimento aqui, só o MST.

**(Flores, Barreiras, abril de 2014)**

A disputa pelo controle da terra é ligada diretamente a água, entendida tanto como um bem natural necessário às práticas cotidianas de vida, ou quanto recurso para dar mobilidade ao capital. Pois a água vista como mercadoria é alicerce para a promoção de valor, que se torna protagonista para o avanço do capital no campo, direta ou indiretamente, em qualquer que seja a atividade. Esse dinamismo cíclico, fomentado substancialmente pelo excedente do trabalho não pago, provoca a necessidade de avanço, inerente a sobrevivência do capital. O que necessita a construção de barbáries para a manutenção do sistema.

A exclusão da maioria dos camponeses se associa a um padrão determinado de relações econômicas e sociais, fundadas em um pacto de poder entre o Estado e o capital, que permite a legitimação dessa estrutura de sujeição do campesinato, atrelado diretamente à submissão da renda da terra. Um movimento estrutural que se realiza via especulação, impulsionada pelo preço da terra, que é refletido pelas condições de movimento do capital no campo, vinculado ao sistema financeiro, em que os oligopólios da terra no campo, seguem paralelos ao crescimento de injeção do capital, do preço e da renda da terra (DELGADO, 2012).

As Tabelas 13, 14 e 15, expõem o Oeste da Bahia, enquanto parte do campo nacional, enquadrado nessa lógica, apresentando-nos um cenário calamitoso. Neste, práticas de violência, de ameaças, assassinatos, manifestações de rua, romarias, ocupações, embates diretos com fazendeiros e jagunços, são marcas no cotidiano dos trabalhadores nas últimas quatro décadas nessa região. Contraste marcado entre fartura de poucos e miséria de muitos. Um projeto de desenvolvimento direcionado quase que exclusivamente aos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais, representadas por empresas ligadas ao agronegócio por ali presentes.

Compreendemos que o cerne dos conflitos no Oeste da Bahia se configura na tentativa do capital em buscar novos caminhos para a acumulação, por meio da extração do trabalho não pago e o controle da natureza. Angariando o trabalho excedente e buscando diversas formas de capitalizar a renda da terra, por um viés financeiro, atrelado a variadas ramificações de capitais nacionais/internacionais, instalados na região, como se discutiu no item anterior. O que permite, paralelamente, fazer o capital avançar, mas conflitando com aqueles que discordam, se apresentando e tentando barrar o seu trilho.

**Tabela 13 - Ameaças de Morte por Município no Oeste da Bahia (1985 a 2014)**

Ano de Catalogação	Município	Nome	Profissão	Autor
1986	Barreiras	Francisco Joaquim Lima	Presidente do STR	Ney ferreira
1993	Barreiras	Jacinto Antônio de Matos	Posseiro	Grupo Braga e Pistoleiros Miguel Lacerda / Jaiminho Lima / Luiz Carlos Albuquerque
1993	Barreiras	José Nogueira	Peão	Sem Informação
1993	Barreiras	Maria José Rocha	Deputado Estadual (PT)	Sem Informação
1994	Formosa do Rio Preto	José Ferreira Dias	Posseiro	Fazendeiro Vicente Okamoto / Pistoleiro Adão de Tal
1994	Formosa do Rio Preto	Manoel Pereira Matos	Posseiro	Fazendeiro Vicente Okamoto / Pistoleiro Adão de Tal
1996	Barreiras	Vera Lúcia dos Reis Rego	Dirigente Sindical	Sem Informação
2013	Barreiras	Sem informação	Auditor Fiscal do Trabalho	Sem Informação
2013	Barreiras	Sem informação	Auditor Fiscal do Trabalho	Sem Informação
2013	Barreiras	Sem informação	Auditor Fiscal do Trabalho	Sem Informação
2014	Cocos	Albanir da Mata Souza	Religioso (Padre)	Sem Informação
2014	Cocos	Divalci José da Costa Xakriabá	Indígena (Cacique)	Sem Informação

**Fonte:** CPT

São nexos sociais conflituosos e heterogêneos, muitas vezes utilitários da força bruta, com intencionalidades diversas, contudo, convergidas para a disputa territorial. Litígios desiguais, legitimados pelo Estado, principalmente com atuação policial, ou por sua omissão, permitindo extrapolar a licença de suas ações, com ameaças e/ou pistolagens<sup>69</sup>. Vistas enquanto sem solução pelo Estado de direito tal como é, considerado como insuficiente.

<sup>69</sup> Um processo de acumulação capitalista secular, que erodi cotidianamente estruturas sociais, grupos e instituições primitivas, na busca incessante de novas fissuras para acumulação (DELGADO, 2012).

Uma forma ilusória em que se trava lutas reais entre diferentes classes, porque funciona como uma superestrutura legal e política funcional a um sistema que privilegia uma classe em detrimento das outras. Interesses de classe cujas relações de forças, podem condicionar tanto o estabelecimento de normas quanto a sua realização. Além disso, mesmo com regras institucionalizadas, existe uma lacuna do que diz respeito a lei e o seu cumprimento (FLORES, 2013). O julgamento de menos de 10% dos assassinatos no campo brasileiro envolvendo trabalhadores nos últimos trinta anos, segundo a CPT (BRASIL DE FATO, 2015), e a revelação do desaparecimento/assassinato de 21 trabalhadores rurais presentes na luta no Oeste da Bahia, dos quais, 17 (80,95%) não possuíram nenhuma intervenção jurídica (RELATÓRIO DA COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014), exprime a ideia exposta.

A seguridade da propriedade é parte da estrutura que garante ao capital a sua expansão, entretanto, é para os trabalhadores um alicerce da continuidade da vida. A perda e/ou a não conquista, provoca (des)configurações no intuito de ambos. Nesse sentido, o Oeste da Bahia enquanto território, apresenta-se em um “*ball*” de disputas entre diferentes sujeitos dos mais variados interesses, em que a natureza enquanto bem ou recurso, e o trabalhador como livre ou controlado, são questões centrais nesse arcabouço.

Essa concepção se apresenta quando observamos que a maioria dos assassinatos/desaparecimentos, conflitos por terra, ameaças e outras formas de coerção acontecem, em maioria, nos territórios dos municípios produtores das *commodities* cultivadas nos Oeste da Bahia. Ou seja, o pacto do capital com o Estado, provoca e financia a barbárie vivenciada. São catalogados 63 conflitos por terra, 11 ameaças de morte e 21 trabalhadores assassinatos e/ou desaparecidos, desde o anúncio da abertura da fronteira até 2014<sup>70</sup>.

Os relatos que seguem abaixo corroboram a ideia de como esse cenário funesto pode ser superior aos apresentados pelos números. O exemplo mais concreto é a publicação do relatório final das Violações de Direitos no Campo, publicado pela Comissão Camponesa da Verdade em 2014, no que se refere aos assassinatos e/ou desaparecimento dos trabalhadores (Tabela 14). Pois, no período de 1965 a 1988, o relatório conseguiu identificar 14 assassinatos e/ou desaparecimento de trabalhadores no Oeste da Bahia,

---

<sup>70</sup> Números que poderão ser maiores, por condições de limitações dos levantamentos, relacionados à estrutura das instituições responsáveis pela catalogação; dimensão territorial da região, permitindo o isolamento das propriedades rurais enquanto principal loco dos conflitos; condição de miserabilidade da classe trabalhadora, considerando a maioria enquanto baiana, dentre tantos outros fatores ligados a pobreza extrema, como o fato de existir mais de 100 mil baianos sem registro civil de nascimento até 2013 (Defensoria Pública da Bahia (2013).

enquanto os relatórios da CPT apresentaram apenas 3 nesse mesmo intervalo<sup>71</sup>, com uma diferença de quase 500%.

Naquele tempo foi época de grandes conflitos, nem a CPT e nem os sindicatos não davam conta de acompanhar o que aconteciam. Então houve muita tragédia naquela época, que só depois com um tempo que ficamos sabendo da matança de pessoas. Em Cocos mesmo, muito tempo depois, o padre Souza, já na década de 80, ele fez uma entrevista com os trabalhadores que disseram que tem uma lagoa lá com muitos crânios humanos ali e ninguém sabe como foi que aconteceu aquilo, que hoje essa lagoa fica dentro da fazenda Caiçara que é território Xacriabá.

**(Eliete, Cocos, junho de 2014)**

[...] existem várias pessoas que tem os “capangas” para poder fazer limpeza de área. Para fazer a limpeza da área, às vezes tem o morador tradicional e às vezes entre as fazendas mesmo. Por ex., lá em São Desidério tinha uma fazenda, parece que é Camboa. Eram pistoleiros de dois grupos, terminou assassinando muita gente lá. Segundo relatos do pessoal da limpeza dali próximo, que às vezes eram contratados e encontravam cadáveres. Tem muito conflito, o primeiro momento é com o povo tradicional, mas aí como existem superposição de fazendas, já que existem andares de documentos, então tem muita gente que compra pela internet, quando vai buscar não existe. Aí também é muita confusão entre os grandes. Aí existem as empresas especializadas, pistoleiros e tudo, que faz o trabalho sujo.

**(Magal, Barreiras, Março de 2014)**

---

<sup>71</sup> Mesmo sendo a partir de 1965 a catalogação dos dados, o primeiro crime relacionado a conflitos agrários no Oeste da Bahia foi identificado em 1976 pelo relatório, o que diante da metodologia utilizada pela CPT, já poderia ser apresentado nos Cadernos do Campo construídos pela pastoral a partir de 1985, caso a instituição soubesse do acontecido.



**Tabela 14** – Trabalhadores Assassinatos e/ou Desaparecidos no Oeste da Bahia (1975 – 2014)

<b>Ano de Catalogação</b>	<b>Nome</b>	<b>Município</b>	<b>Profissão</b>	<b>Local do Conflito</b>	<b>Responsável</b>
1976	Basilio Caldeira da Silva	Coribe	Trabalhador e Liderança	Faz. Camacã	Sem Informação
1977	Eugênio Alberto Lyra Silva (Advogado)	Santa Maria da Vitória	Trabalhador e Liderança	Santa Maria da Vitória	Sem Informação
1979	Anísio Pereira de Souza	Correntina	Trabalhador	Faz. Dois Rios	Sem Informação
1980	José Dias dos Santos	Formosa do Rio Preto	Trabalhador e Liderança	Faz. Canabrava	Sem Informação
1980	Antônio Leite dos Santos	Barreiras	Trabalhador	Roda Velha	Sem Informação
1981	João Amâncio dos Santos	Coribe	Trabalhador	Coribe	Sem Informação
1981	Messias Moura	Coribe	Trabalhador	Faz. Vale Rios	Sem Informação
1982	Pedro de Bastos	Formosa do Rio Preto	Trabalhador	Formosa do Rio Preto	Sem Informação
1982	Joaquim Manoel Dourado (Quincas da Aleluia)	Santa Maria da Vitória	Trabalhador e Liderança	Lagoa do Pedreiro	Sem Informação
1982	Edivaldo Gonçalves da Silva	Barreiras	Trabalhador	Roda Velha	Sem Informação
1983	José Pereira de Souza (Zé da Rosa)	Santa Maria da Vitória	Trabalhador e Liderança	Faz. Macacos	Sem Informação
1984	Filha de Divanir Matos da Silva (Criança)	Correntina	Trabalhador	Mulatinha	Sem Informação
1984	Almir Patrício de Oliveira	Barreiras	Trabalhador	Faz. Vale Rios	Sem Informação
1984	Lourenço José Villaça	Barreiras	Trabalhador	Loteamento Sandra Regina	Sem Informação
1984	Mínelva	Barreiras	Trabalhador	Sem	Sem

	Darian Goes			Informação	Informação
1987	João Antonio dos Santos	Riachão das Neves	Trabalhador e Liderança	Riachão das Neves	José L. Pereira - Vereador (PMDB)
1987	Ladislau Francisco da S.	São Desidério	Trabalhador e Liderança	Faz. Conceição	Geraldo - Pistoleiro
1987	Sobrinho de Ladislau	São Desidério	Trabalhador e Liderança	São Desidério	Geraldo - Pistoleiro
1991	Valmir Rodrigues de Souza <b>(menor)</b>	Barreiras	Trabalhador (Peão da Fazenda)	Sem Informação	Fazendeiro Toinho Chorenga
1995	Francialdo Souza Nascimento	Buritirama	Trabalhador (Camponês)	Sem Informação	Artur Marques da Silva; Dorgival Marques da Silva; Sinval Ribeiro da Silva
2010	Joaquim Ramos Santana	Cotegipe	Trabalhador (Pequeno Proprietário)	Região de Taguá	Sem Informação

Fonte: CPT e Comissão Camponesa da Verdade

**Tabela 15 - Conflitos por Terra no Oeste da Bahia (1985 a 2014)**

<b>Ano de Catalogação</b>	<b>Município</b>	<b>Nome do Conflito</b>	<b>Local</b>	<b>Tamanho da Área Envolvida (HA)</b>	<b>Nº de Famílias Envolvidas</b>
1988	Coribe	Colônia do Formoso	Lagoa Grande	600	Sem informação
1988	Coribe	Fazenda Pai João e Formoso	Descoberto e Vários Povoados	100.000	247
1988	Correntina	Mulatinha	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
1988	Santa Maria da Vitória	Cortesia	Inhaúmas	Sem Informação	56
1988	Santa Maria da Vitória	Eugênio Lira	Barro Duro	Sem Informação	Sem Informação
2000	Barreiras	Fazenda Santo Antônio	Sem Informação	17.800	5.100
2002	Cotegipe	Fazenda Beija Mão	Sem Informação	2.000	9
2003	Barreiras	Sem Informação	Acampamento Liberdade	Sem Informação	60
2004	Barreiras	Fazenda Cariota	Sem Informação	Sem Informação	110
2005	Baianópolis	Fazenda Lagoa do André e Milagres	Sem Informação	10.000	220
2005	Baianópolis	Fazenda Agropon	Sem Informação	Sem Informação	350
2005	São Desidério	Fazenda Vitória	Sem Informação	Sem Informação	20
2007	Jaborandi	Fazenda São Sebastião do Formoso	Sem Informação	Sem Informação	30
2008	Cocos	Barra de Posse/Capitão do Mato	Sem Informação	Sem Informação	100 (posseiros)

2008	Santa Maria da Vitória	Aguda Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	Sem informação
2008	Santa Maria da Vitória	Aguda Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	Sem informação
2008	Santa Maria da Vitória	Aguda Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	180 (posseiros)
2009	Santa Maria da Vitória	Aguda Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	180 (camponeses de fecho de pasto)
2010	Barreiras	Área do Projeto de Irrigação Barreiras Norte	Sem Informação	Sem Informação	110 (posseiros)
2010	Cotegipe	Região de Taguá	Sem Informação	Sem Informação	Pequenos Proprietários (Sem informação de nºs)
2010	Santa Maria da Vitória	Aguda Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2010	Santa Maria da Vitória	Aguda Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	180 (posseiros)
2011	Barreiras	Fazenda Santa Rita	Sem Informação	Sem Informação	67 (sem terra)
2011	São Desidério	Comunidades Fuba/Formoso/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	7 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Cana Brava dos Eugênios	Sem Informação	Sem Informação	20 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Aldeia/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	42 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Angico/Currallinho/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	16 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria	Comunidade Capão do Leandro/Fiol	Sem Informação	Sem	12 (ribeirinhos)

	da Vitória			Informação	
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Coragina/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	70 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Daniel/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	18 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Lagoa do Foba/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	11 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Nova Franca/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	300 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade Ponte Velha/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	85 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidade São Francisco/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	250 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Comunidades Vau/Manga/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	95 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Fazenda Brás/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	20 (ribeirinhos)
2011	Santa Maria da Vitória	Fazenda Lapinha/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	15 (ribeirinhos)
2012	Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2012	Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2012	Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação

		Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo			
2012	Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	Sem Informação	Sem Informação	300 (camponeses de fecho de pasto)
2012	Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2012	Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2012	Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Sem Informação	Sem Informação	400 (camponeses de fecho de pasto)
2012	Santa Maria da Vitória	Comunidades Coragina/Fiol	Sem Informação	Sem Informação	20
2012	Santa Maria da Vitória	Comunidades Jacurutu/Porteira/Bois	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2012	Santa Maria da Vitória	Comunidades Jacurutu/Porteira/Bois	Sem Informação	Sem Informação	55
2013	Correntina	Comunidades Arrojelândia/Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda	Sem Informação	Sem Informação	226 (posseiros)
2014	Cocos	T. I. Xakriabá	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	Cocos	T. I. Xakriabá	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	Cocos	T. I. Xakriabá	Sem Informação	Sem Informação	50 (indígenas)
2014	Correntina	Associação. de Com. Tradicionais do Fecho do Quincão	Sem Informação	Sem Informação	310 (camponeses de fundo de pasto)
2014	Correntina	Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto da Vereda	Sem Informação	Sem	26 (camponeses

		da Felicidade		Informação	de fundo de pasto)
2014	Correntina	Comunidades Tradicionais de Fecho de Pasto do Brejo Verde	Sem Informação	Sem Informação	500 (camponeses de fundo de pasto)
2014	Correntina	Faz. Barra Velha/Grupo Mizote/Com. Ponte Velha/Salobro/Remanso/Pedra Branca/Pedrinhas/Venço	Sem Informação	Sem Informação	240 (camponeses de fundo de pasto)
2014	Formosa do Rio Preto	Comunidades Cacimbinha, Vereda do Gado, Prazeres, Mutamba, Aldeia, Vereda do Gado, Barra do Tapuio e São Pedro / Grileiros	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	Formosa do Rio Preto	Faz. Estrondo/Com. Gatos - Com. Cacimbinha - Com. Cachoeira - Com. Marinheiro - Com. Aldeia/Brejeiros	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	São Desidério	Comunidades Ponte de Mateus / Grileiros	Sem Informação	2.000	52
2014	Formosa do Rio Preto	Faz. Canabrava/Com. São Marcelo	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	Barreiras	Mineração Tálío / Comunidade da Val da Boa Esperança / Fazendeiros / Sede Municipal de Barreiras	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	LEM	Mineração Gás de Xisto (ANP) / Aquífero Urucuia	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	LEM	Comunidades Muriçoca	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
2014	LEM	Comunidades Muriçoca / Faz. Bananal	Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação

**Fonte:** CPT e Trabalho de Campo

Dos conflitos por terra, metade são catalogados nos municípios de grande produção de *commodities*. O restante, mesmo não estando presente diretamente na região produtora, possuem vínculos diretos com essa dinâmica, quando o controle da propriedade também é responsável para permitir o escoamento. Os conflitos de comunidades envolvendo a FIOLE, vista por essa instituição estatal enquanto empecilhos para a estruturação de escoamento que permitirá uma maior fluidez, por estarem presentes em rotas que melhor otimizaria o tempo e os custos relacionados a construção e transporte, da sentido a esse raciocínio.

Os litígios por terra, assassinatos e as ameaças de morte, seguem o rastro dos financiamentos estatais e privados no Oeste da Bahia. Da abertura da fronteira aos dias atuais, há uma mobilidade nas ocorrências dos litígios, ligadas diretamente ao foco de investimentos e as características territoriais do avanço da fronteira. No início, os conflitos ocorreram principalmente nas fazendas, envolvendo embates diretos com trabalhadores, lideranças de sindicatos, religiosos, etc. Momento em que a ala progressista da Igreja Católica<sup>72</sup>, o Movimento Sindical, alguns Partidos de Esquerda, possuíam outra correlação de forças enquanto estratégias nos embates, ocorridos de modo mais conjunto e combativo, frente aos ditames do capital legitimados pelo Estado Autoritário Brasileiro. Isso foi paralelo ao início dos programas que incentivaram a abertura da fronteira, sobretudo na década de 1980.

As lutas no Oeste da Bahia enquanto rebatimentos dos incentivos financeiros, apresentaram um forte regresso na década de 1990. A escolha do Estado brasileiro por um viés econômico que não protagonizasse as exportações primárias enquanto principais, provocaram regressões na valorização da terra na região, não criando condições de avanço acelerado da fronteira. Logo, os conflitos diminuíram de maneira marcante nessa década, voltando a progredir no decênio seguinte.

A década de 2000 inicia-se com conflitos vinculados a outro momento econômico no Brasil, em que a primarização da economia retorna como pauta principal nas exportações, provocando um novo circuito de valorização da terra e avanço das fronteiras agrícolas. Nesse momento, os movimentos sociais de luta pela terra, lideraram mobilizações em todo o país, em que as ocupações enquanto principal estratégia de luta, foram intensificadas até 2005, com ações que refletiram diretamente no campo do Oeste da Bahia (Tabela 16).

---

<sup>72</sup> Hoje o Oeste da Bahia é representada pela CPT, que atua na bacia do Rio Corrente e em parcela da bacia do Rio Carinhonha da Bahia e pela ONG 10envolvimento, ligada a Diocese de Barreiras e que exerce suas ações na bacia do Rio Grande.



A segunda metade da década de 2000 é marcada pela intensificação de outro perfil litigioso, envolvendo diretamente o território de moradia das comunidades tradicionais localizadas nos Vales ou próximo a eles. As áreas mais cobiçadas pelo agronegócio nos Gerais se apresentam praticamente desmatadas, com o avanço da fronteira. A tendência maior do avanço se direciona para regiões menos estruturadas, entretanto, que se valoriza com a nova corrida de capitais e maiores financiamentos estatais, junto à necessidade das fazendas terem que possuir espaços destinados para as reservas legais. No Cerrado baiano, cerca de 84% da mata presente nos vales eram preservados até 2009 (MMA, 2010). Levando em consideração o incentivo do capital e do Estado para o avanço, agora focado na direção dos Vales com a necessidade de cobiça por reservas legais, irrigação, eucalipto, rodovias, ferrovias, etc., os territórios restante das comunidades tradicionais são os principais “palcos” de conflitos no Oeste da Bahia, como é observado no relato abaixo.

Aqui no Cerrado baiano nesses últimos 6 anos tem se intensificado muito a questão da grilagem, o que a gente tem percebido é que o perfil desses grileiros eles tem mudado. Não são mais só fazendeiros, mas são empresas, aí tem uma novidade que são empresas internacionais. Isso tem trazido bastante insegurança para as comunidades. São empresas que chegam com grande capital mesmo e chega para o que veio, sem muita conversa. Aquisição de terra e implementação, que aí é a questão do desmatamento. Está havendo grande demanda de solicitação de desmatamento para o agronegócio, a produção de grãos e agora novamente, eucalipto.

**(Robson, Formosa do Rio Preto, abril de 2014)**

No Oeste Baiano, são posseiros os trabalhadores mais vitimados nos conflitos. Estima-se que 3.185 homens e mulheres envolvidos diretamente, estando na terra, contudo, sem possuir a legitimação para o usufruto. São principalmente fundo e fecho de pastos, quilombolas e indígenas, as principais comunidades tradicionais catalogadas e acompanhadas por sindicatos, associações, ONGs, entidades religiosas, pesquisadores etc., estando estes “no olho do furacão” do *boom* econômico primário exportador, sofrendo coerção de mineradoras, petroleiras, fazendeiros, construtores de rodovia/ferrovia/barragem. Uma dinâmica de implementação infraestrutural de caráter espoliante, licenciada e financiada, sobretudo pelo Estado Nacional em favor dos ditames do capital.

Apesar da catalogação dos conflitos por terra e água estarem separados, ambos são entendidos em um “tronco comum”, pela ótica discutida em nossas pesquisas (CUNHA, 2009; CUNHA, LINHARES, SANTOS & VIANNA, 2012). No Oeste da Bahia, a imensa maioria dos povos tradicionais envolvidos nos conflitos são ribeirinhos/beradeiros, ou

possuem ligação direta a algum corpo d'água. O capital possui interesse direto em suas terras também pela riqueza hídrica proporcionada.

O usufruto da terra no campo está ligado diretamente à água, seja como bem ou enquanto recurso. A finalidade dessa simbiose cíclica é objetivada para a construção de valor. Uma mutualidade constante, em que o valor de uso se direciona a cada momento para o valor de troca. Propagação intrínseca à relação da Terra-Água-Trabalho, pois é no usufruto da propriedade, correlacionado com a água como elemento natural central nessa relação, que o trabalho será a “força motriz” para a realização dos objetivos trilhados.

A água e a terra enquanto bens comuns, são tratados como elos de vida por povos que centenariamente as utilizam em comunhão sinérgica com a natureza. Porém, é entendida enquanto mercadoria pelo capital, uma posição discrepante que desrespeita a dinâmica natural, com objetivos lucrativos, em que a subordinação social, o fetiche, a alienação e o controle do trabalhador são centrais para dar movimento a tal cumprimento de usufruto da terra e da água.

Os conflitos acontecem nessa discrepância de objetivos. Enquanto isso, o capital, atrelado diretamente ao Estado, avança com um arcabouço de rodovias, ferrovias, hidrovias, plantações/irrigações, mineradoras, agroindústrias, ligadas ao capital financeiro, como estruturas que fazem mover o ciclo de produção, comercialização, venda e consumo, alimentado pela extração do trabalho não pago. Destrói/polui rios, mata/intoxica trabalhadores, condenando laços de existência historicamente construídos, sobretudo nas margens dos rios e nos vales úmidos do cerrado baiano.

Os conflitos também envolvem diferentes interesses entre o capital e o Estado, em que o controle da tríade Terra-Água-Trabalho também se apresenta como central. Os mais atuais que expressam as divergências entre as cobiças que o Oeste Baiano proporciona ao capital, encontra-se na proposta de extrair o mineral tálio e o gás de xisto, em Barreiras e LEM respectivamente. O próprio modelo degradante/poluinte de extração dos dois elementos são motivos para representantes do agronegócio e do próprio Estado se posicionarem contrários a anseios de mineradoras e petroleiras<sup>73</sup>. A princípio, as duas extrações estão previstas em locais que poderão comprometer diretamente irrigações e os dois maiores centros urbanos da região, Barreiras e LEM, por estarem localizadas sobre o Aquífero Urucuia e em bacias hidrográficas que além de atender irrigantes, são responsáveis pelo abastecimento público das duas cidades.

---

<sup>73</sup> A mineradora Itaoeste e a Agência Nacional de Petróleo - ANP, tentaram por meio de audiência “pública” e leilão “público” institucionalizar a extração do mineral tálio e do gás de xisto, porém, sem êxito. A justiça federal travou os leilões para a extração do gás, e a audiência pública organizada para debater a extração do tálio não teve apoio para tal ação, permanecendo em “stand-by” até o ato da pesquisa.

Esses mais variados interesses inter/intra-capitais, estão condicionados sob as “castas” dessa sociedade de classes vigente. Uma contradição inerente entre a parte e o todo, intrínseco ao fato de que o interesse de uma minoria impõe uma pseudo totalidade de uma sociedade, estando o princípio da parcialidade numa condição insolúvel com o da universalidade. Essa desigual condição de força liderada pelo capital e o Estado a seu serviço, consolida uma forma de controle que predomina a parcialidade, que reescreve uma universalidade fictícia, ao passo que a negação disso, deve se tornar a cada momento uma ilusão, quando se pensa em seu rompimento (MÉSZÁROS, 2006).

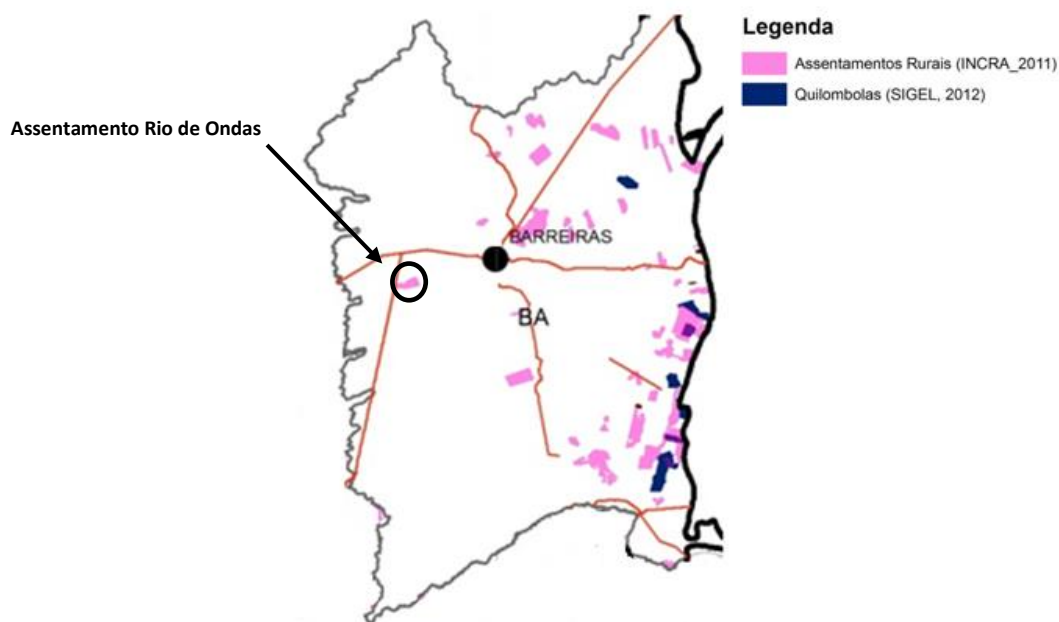
Nesse sentido, a leitura geográfica considerando as forças, interesses e as relações entre as classes, nos dá suporte para aproximarmos da realidade, pois o resultado das articulações e/ou conflitos são expressos diretamente na dinâmica territorial do trabalho, e conseqüentemente, na implantação de políticas estatais e/ou públicas<sup>74</sup>. A conquista e/ou a legitimação da propriedade por sem terras e povos tradicionais no Oeste da Bahia, manifestada na espacialização de terras regularizadas em assentamentos e comunidades quilombolas (Figura 30), nos apresenta esse realce. Sem contar que as políticas públicas que buscam um cunho emancipatório são frutos do conflito. Pois, sem resistência, lutas, diante do jogo de interesses entre as classes, não há conquistas, mesmo de modo incipiente.

Portanto, entendemos que são os trabalhadores que vivenciam os diferentes estágios da subproletarização, os sujeitos que provocam as ações mais ousadas, muitas vezes ligados a movimentos sociais, religiosos, ONG's, sindicatos, que não compactuam com ações pró-capitais. São posseiros expropriados/espoliados, sem terra, desempregados, informais, ou seja, os segmentos mais precarizados e excluídos, distantes do processo de criação de valor de troca, subjulgados da sociabilidade do capital, estando mais propensos a manterem de pé o sentimento anticapitalista em evidência (THOMAZ JR., 2010).

A conquista e/ou a legitimação da terra é basilar no processo de luta, contudo, os esforços para angariar ações que permita a sobrevivência no território não finalizam nessa circunstância. As paupérrimas distribuições de terras, junto à não estrutura física, tecnológica, cultural, econômica, ambiental, que se vincule a uma assistência técnica aos moldes desses povos, os condicionam a continuar na luta para sobreviver e não serem expropriadas. Além disso, são direcionadas para áreas fora das terras planas, ricas em água, que permitiria uma melhor condição para a produção (Figura 30).

---

<sup>74</sup> Compreendemos que existe uma diferença entre política estatal e pública, considerando que a primeira é baseada na manutenção do Estado-Nação, independente se for a serviço do bem-estar social da população ou não. A segunda, sempre se direciona para o povo, contudo, vinculada a diferentes matrizes de interesse.



**Figura 30** – Espacialização dos Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas Regularizadas no Oeste da Bahia  
**Fonte:** MMA (2011)

Esses trabalhadores são dirigidos pelo Estado para áreas não vinculadas diretamente à congruência agroexportadora implementada, com exceção do Assentamento Rio de Ondas em LEM (Figura 30). Ação que exprime a tentativa do Estado em evitar concretudes que distorça os interesses do capital no campo, apresentando a sua preferência pelo modelo agrícola do agronegócio, com a intencionalidade de evitar o fortalecimento do campesinato, e o receio de resultar efeitos contrários aos interesses da burguesia ali presentes. Ou seja, impedindo que esses povos adquiram condições de se manterem na terra, fortalecendo a luta por direitos, não se tornando vulneráveis à condições de miserabilidade, necessárias para o controle dos trabalhadores e a manutenção de uma estrutura pró-capitalistas.

Essas medidas adotadas até o momento no Oeste da Bahia, enquanto espelho do campo brasileiro, procuraram satisfazer exigências imediatas, sobretudo para neutralizar os conflitos locais, mitigando os confrontos entre grandes proprietários de terras. Não representando ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder. Um mero efeito de distribuição de terras, apesar de significativo para a vida daqueles que adquiriram uma das licenças basilares para reprodução da vida a partir da conquista da propriedade (CARTER, 2010).

Imerso no metabolismo social e no ambiente da organização, das disputas e das alianças político-ideológicas do trabalho, em uma clara tomada de consciência de pertencimento de classe, entendemos que o campesinato é sim parte integrante da classe

trabalhadora, todavia emancipada das predeterminações e dos pressupostos engessados a priori. Englobando-o as populações tradicionais do Cerrado baiano nessa discussão, por entender que também estão ensejadas nesta dinâmica trabalhista desterritorializadora<sup>75</sup>. Logicamente, entendidas não de modo homogêneo, mas vinculadas às variadas particularidades de organização e costumes que prevalecem entre elas (THOMAZ JR., 2004).

A não legitimação de terras dos povos tradicionais do Cerrado e a não conquista de assentamentos pelos sem terra na área de cobiça do agronegócio no Oeste da Bahia, nos apresenta a territorialização do capital e a (des)territorialização dos trabalhadores. Busca-se incessantemente dimensionar regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determine a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias e de rotinas, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho. Construção que impõe a essas populações – camponês, fundo e fecho de pasto, indígena, quilombola, etc. – negar sua própria reprodução social e adotar a racionalidade capitalista, seja se escravizando, proletarizando e/ou se transformando em agricultor familiar<sup>76</sup> (THOMAZ JR., 2004).

As formas de resistência desses povos, que persistem na terra, seja se reterritorializando nos assentamentos ou buscando a legitimação do seu território nos quilombos, nos fundos e fechos de pastos e nos territórios indígenas<sup>77</sup> expressam-se no enfrentamento enquanto principal caminho para a conquista e ou legitimação da terra, sendo que isso é apresentado pelos anos de regularização dos assentamentos. Visto que cerca de 1/3 dos 37 assentamentos presentes nos Oeste da Bahia, foram regularizados em apenas 3 anos, 2003, 2004 e 2005 (Tabela 16). Temporalidade que foi marcada por envolver os maiores registros de conflitos agrários e número de pessoas envolvidas no Brasil<sup>78</sup> segundo a CPT.

---

<sup>75</sup> Ações que propõe e provocam fragmentações de grupos e/ou indivíduos, impetrando o desvinculo do seu território de origem, destruindo seus marcos culturais de identidade, desarticulando suas dimensões econômicas, políticas, culturais, ambientais, com ações que buscam tornar muito mais ambíguas as relações entre as classes e seus territórios. É um processo que avança sobre a classe trabalhadora que mora e/ou permeia no campo do Oeste da Bahia (HAESBAERT, 1997).

<sup>76</sup> Com um olhar voltado para os trabalhadores, diversas vezes vítimas de ações do *agrobidronegócio*, entendemos o campesinato como uma recriação contrária ao capital, por não compartilhar com a lógica da extração do trabalho não pago e ser baseado no autoconsumo e no valor-de-uso (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2005; THOMAZ JR., 2004).

<sup>77</sup> No município de Cocos, existe a reivindicação para reconhecer o território Indígena Xacriabá, presente na região desde a segunda metade do século XIX. Sendo descendentes dos Xacriabás existentes no Norte de Minas Gerais. Segundo denúncias, esses indígenas estão sofrendo constantes ameaças por fazendeiros do município, que insistem em requerer a posse desse território. São comuns diversas formas de coerção, inclusive ameaças e tentativas de assassinato (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, 2014).

<sup>78</sup> Dinâmica liderada pelos movimentos sociais do campo, como forma de exercer pressão ao Estado, para a realização da reforma agrária no país, logo após a vitória de Lula em 2003. Uma mobilização que se

Essas temporalidades ligadas à determinação do valor se encontram no centro das disputas. Essa análise dos conflitos em relação ao tempo, implica entender que a condição temporal é inerente a estruturação do metabolismo social. Deslumbra-se de acordo com as discrepantes ações do capital e dos trabalhadores e suas diferentes formas de se apropriar da natureza. Esse condicionamento é fluído, o que faz a luta de classes o motor da história. A dinâmica é aberta porque são os conflitos que indicam os caminhos futuros, o que pode significar tanto o maior aparelhamento das estruturas capitalistas vigentes, quanto a revolução para outras formas de vida (FLORES, 2013).

Os assentamentos no Oeste da Bahia são frutos da luta, seja diretamente na região com as ocupações de terra, manifestações de rua, ou por meio de articulações com movimentos sociais, sindicais, religiosos etc., à nível estadual e nacional. São ações que não resolvem totalmente a miséria, principalmente pela estrutura que os assentamentos oferecem, mas contribuem para a amenização das dificuldades das famílias. Já que um(a) ex desterrado(a) adquirir o direito de usufruir uma propriedade, é um passo para a continuidade da vida. Porém, a questão da conquista e/ou da legitimação da propriedade para os trabalhadores vai mais além. A crença maior é em outro modelo de sociedade, e a base para tanto é o fortalecimento da classe trabalhadora aglutinada, construindo novas relações de poder rumo à implementação de políticas públicas de cunho inclusivo.

Logo, Fernandes (2001) diz não ter saída para os problemas criados e recriados no campo. O seu limite é sua superação, o que é impossível no capitalismo. A luta contrária a esse modelo agrário mineral exportador por parcela da sociedade são ações contra o capital. Por isso, diante do intenso grau de mudanças provocado pela própria lógica sistêmica de manutenção do capital, é necessário construirmos novas experiências para pensarmos a transformação da sociedade. São lutas por espaços políticos, tentando ser protagonistas e não coadjuvantes no processo de implementação de políticas.

**TABELA 16 – Assentamentos por município no Oeste da Bahia**

<b>Ano de Criação</b>	<b>Município</b>	<b>Nome</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Nº de Famílias</b>
1986	Angical	Angical I	996	927
1987	Coribe	Faz. Reunidas Pai João	414	251
1987	Correntina	faz porto bonito	127	126
1987	Santa Rita de Cássia	Senhor do Bonfim	200	201

---

desvaneceu posteriormente, posição que refletiu diretamente nos anos vindouros, com a diminuição drástica na conquista de terra por trabalhadores no Brasil. Sendo o governo Dilma o pior da nossa história na homologação de assentamentos rurais.

1992	Coribe	Pedra Branca	60	0
1995	São Félix do Coribe	Rumo Novo	66	63
1995	Serra do Ramalho	Csb	209	209
1995	Coribe	Pai João Foagro	134	134
1996	Luis Eduardo Magalhães	Rio de Ondas	300	242
1996	Coribe	Cacimba	137	38
1997	Cotegipe	Rio Grande II	180	175
1998	São Desidério	Tainá	40	36
1998	Santana	Jacarandá	249	246
2000	Riachão das Neves	Castelo	60	58
2000	Riachão das Neves	Rio Branco	250	247
2000	Santa Rita de Cássia	Antônio Conselheiro II	300	297
2001	Coribe	Ponta D'agua	120	80
2002	Formosa do Rio Preto	Nova Terra	51	50
2002	Serra Dourada	Lagoa da Onça	115	82
2003	São Félix do Coribe	Faz Bom Sucesso e outras	20	20
2003	Cotegipe	São Francisco de Assis	186	181
2004	Santa Rita de Cássia	Pa Arco Verde	60	58
2004	Mansidão	Nova Esplanada I	159	146
2004	Mansidão	Nova Esplanada Capefe	161	136
2004	Barreiras	Ilha da Liberdade	30	29
2004	Wanderley	Campo Alegre	118	115
2004	Riachão das Neves	Carlota	75	75
2005	Santa Rita de Cássia	Primavera Capefe	129	127
2005	Santa Rita de Cássia	Beira Rio	129	126
2005	São Desidério	Vitoria	29	29
2005	Cotegipe	Beira Rio II	32	32
2006	Santa Rita de Cássia	Fazenda Reunidas Esplanada	63	60
2006	Coribe	Fazenda Serra Grande	58	57
2006	Buritirama	Brejão	25	18
2010	São Desidério	Caxiado	46	38
2010	Riachão das Neves	Dom Ricardo	182	178
2012	Tabocas do Brejo Velho	Senhor do Bonfim	39	39
2014	São Desidério	Oscar Niemeyer	40	0
<b>Total</b>			5589	4926

Fonte: INCRA

**Tabela 17 - Comunidades Quilombolas Identificadas por Município no Oeste da Bahia**

Ano de certificação	Município	Comunidade	Situação
2004	Brejolândia	Jatobá - Brejolândia	Certificada
2004	Wanderley	Cachimbo	Certificada
2004	Wanderley	Riacho da Sacutiaba e Sacutiaba	Certificada
2006	Barreiras	Mucambo	Certificada
2006	Santa Maria da Vitória	Montevidinha	Certificada
2011	Buritirama	Riacho do Meio	Certificada
2014	Cocos	Cajueiro	Certificada
2014	Cocos	Samambaia	Certificada
X	Formosa do Rio Preto	Prazeres	Aguardando complementação da documentação
X	Cotegipe	Alto alegre	Aguardando complementação da documentação
X	Cotegipe	Gregório	Aguardando complementação da documentação
X	Cotegipe	Tapera	Aguardando complementação da documentação
X	Cotegipe	Volta da alegria	Aguardando complementação da documentação
X	Angical	Crioulos	Identificada sem regulamentação
X	Barreiras	Barracão	Identificada sem regulamentação
X	Formosa do Rio Preto	Beira do Rio Preto	Identificada sem regulamentação
X	Formosa do Rio Preto	Boqueirão	Identificada sem regulamentação
X	Formosa do Rio Preto	Matamba	Identificada sem regulamentação
X	Riachão das Neves	Barra do Riacho	Identificada sem regulamentação
X	Riachão das Neves	Puintor	Identificada sem regulamentação
X	Santa Maria da Vitória	Água Quente	Identificada sem regulamentação
X	Santa Maria da Vitória	Cafundó dos Crioulos	Identificada sem regulamentação
X	Santa Maria da Vitória	Currais	Identificada sem regulamentação
X	Santa Maria da Vitória	Porco Branco	Identificada sem regulamentação

**Fonte:** Fundação Cultural Palmares

**TABELA 18 – Comunidades de Fundo e Fecho de Pastos Identificadas por Município no Oeste da Bahia (2010)**

Município	Nome
Buritirama	Ass. Com. Agrop. Caetano
Buritirama	Ass. Dos Trab. Cupins, Cruz da Redenção
Buritirama	Ass. Com. Agrop. de Baixo Velho
Buritirama	Ass. Com. Agrop. de Sítio Descoberto
Buritirama	Assoc.Comunt.de Desen.Lagoa da Roça



Buritirama	Ass. Com. dos Peq. Lavradores do F. de Pasto da Comunid. de Brejão
Correntina	Associação Brejo Verde e Catolé
Correntina	Associação Fecho Clemente
Correntina	Associação Gado Bravo, Galho da Cuz e Lodo
Correntina	Associação Jatoba, Lagomar do Buriti
Correntina	Associação do Lôdo a Gado Bravo, Cachoeira da Lagoa e Cachoeira do Gado Bravo
Correntina	Associação Morrinhos a Gado Bravo
Correntina	Associação Morrinhos a Entre Morros
Correntina	Associação Pombsa, Jatobá, Buriti e Brejo Verde
Correntina	Associação Pajeú, Cabresto e Sumidor
Correntina	Associação Salto
Correntina	Associação Santo Antônio
Correntina	Associação Tatu Buriti, Grupo Vaca e Boi
Correntina	Associação Vereda do Rancho/Moinhos
Correntina	Associação Vereda Grande e Sete Galho
Jaborandi	Associação Passagem Velha e Mata Burro e Fora
Santa Maria da Vitória	Faz. Jacurutu
São Desidério	Associação Baixa dos Coqueiros e São Longuinho
São Desidério	Associação do Campo Grande
São Desidério	Associação Embalsador
São Desidério	Associação Embalsador em Palmerinha
São Desidério	Associação Estiva da Furquilha
São Desidério	Associação Furquilha
São Desidério	Associação Moradores da Almas
São Desidério	Associação Povoado de Vereda
São Desidério	Associação Roda Velha
Serra Dourada	Associação Criadores de Larga
Serra Dourada	Associação Região de Porteiras em Santa Cruz
Tabocas do Brejo Velho	Associação Guiara, Curreal Velho e Vereda

**Fonte:** Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia – CDA

Como nos expressam os relatos abaixo, a maioria dos assentamentos apresentam condições precárias para a reprodução das famílias, impossibilitando práticas que permitam o trabalhador alcançar condições dignas de bem-estar no campo. Além de contribuir com vínculos de existência humana e da natureza, sobretudo entre os territórios que os circundam. Porém, mesmo com muitas dificuldades, segundo dados do INCRA, 88,13% das famílias ainda permanecem nos assentamentos (Tabela 16). Paradoxalmente, resistindo sem produzir, ou produzindo em quantidade inviável para se manter no lote, vinculando-se

a programas sociais do governo, créditos agrícolas e outras diversas atividades laborais para conseguir sobreviver e resistir à sujeição aos ditames do capital e a renda capitalizada da terra. O que torna o campesinato mais heterogêneo, precarizado, fragmentado e fluído, presente nos mais variados territórios. Um contínuo e conflituoso processo de reterritorialização do trabalho que também nos apresenta faces específicas em relação à permanência e ao retorno a terra. Movido por uma classe trabalhadora complexa alicerçada além de proprietários, posseiros, arrendatário, parceiro, mas também como assalariado, assentado, ocupante etc., como representada nos relatos abaixo (THOMAZ JR, 2004).

Isso é em geral em todos os assentamentos, esses que possuem 12, 13 anos, eles estão com esse mesmo dilema, o que tem para um tem para os outros todos. Você ver que não tem uma habitação de qualidade para eles. É também por conta do governo, o governo esqueceu a questão da reforma agrária e assim dificultou os outros assentamentos. O governo investe milhões no agronegócio e na agricultura familiar você ver que não existe um poder aquisitivo. [...] Geralmente a água que vem para os assentamentos é água de poço artesianos e dos rios que correm por volta do assentamento. Não tem tratamento adequado não. [...] a infraestrutura de energia alguns a gente tem colocado a luz para todos, outros estão pendentes ainda, tipo o Oscar Niemeyer e o Dom Ricardo, esses mais novos não tem.

**(Agripino, São Desidério, Abril de 2014)**

Nós começamos aqui em 2009, entramos aqui dia 17 de abril e até hoje a luta continua. Fazemos 5 anos. Continua no barraco de lona, dificuldade de água, acesso de estrada para escola. O nosso colégio está construído, mas não tá equipado ainda e a estrada para o tráfego do ônibus ainda não está pronta. [...] Só estão vindo poucos alunos. Vem de carroça de bicicleta, outros vem a pé.

**(Maria, Santa Rita, Março de 2014)**

[...] usamos água de dois poços. Mas é difícil para ir para os lotes, tem lotes que fica a 30 km de distância aqui da sede do assentamento. A partir do mês de abril, maio, até outubro que a chuva aqui é em novembro, é muito difícil para sobreviver.

**(Baltazar, Formosa do Rio Preto, Março de 2014)**

Toda família aqui tem Bolsa Família. Acho que é 100% nessa área de reforma agrária, eu num sei se aqui tem 10 casas que não recebe o bolsa família, são pouquíssimas. Aqui a valência é essa Bolsa Família, se não fosse... Essa Bolsa Família é quem segura à onda aqui de um bocado de família. Bolsa Família e esse tal de seguro safra, é quem ajuda a gente também.

**(Misaél, São Desidério, Abril de 2014)**

Se tudo isso continuar muita gente vai embora. A lavoura já é pouca, a que planta vem o veneno do fazendeiro e mata, vai trabalhar para que? Mas vamos seguindo, cria um peixe, umas vaquinha, faz um bico aqui em Barreiras, outro em LEM, aqui mesmo em São Desidério, e assim vai seguindo. Até o dia que deus quiser.

**(Rodrigo, São Desidério, Abril de 2014)**

O histórico de implementação dos assentamentos demonstra esse processo de conquista, mas se faz presente em áreas não cobiçadas pelo agronegócio (Figura 30). Além de somente um assentamento estar presente na zona das grandes plantações voltadas para a exportação, 2/3 foram implementados nos municípios não enquadrados na dinâmica agroexportadora. O restante presente nos grandes municípios produtores, apresentam-se em áreas nas quais o capital não a prioriza, sobretudo, por possuir características naturais incompatíveis para a produção em larga escala, logo, não a enquadrando ao seu arcabouço.

São 34 comunidades de Fundo e Fecho de Pastos, 23 Quilombolas e uma Indígena identificadas, contudo, não regularizadas, onde, grande parte sofrem processos espoliativos/expropriativos (Tabelas 17 e 18), que forçam a saída da população e/ou descaracteriza seus costumes centenários. A não regularização impulsiona a barbárie, principalmente em áreas de interesse do capital, como as presentes às margens das fazendas, por possuírem aspectos cabíveis em relação aos preceitos capitalistas para produção e/ou por disporem de áreas com mata preservada, cobiçada pelos empresários para a reserva legal. As comunidades envolvidas nos conflitos são aquelas presentes nas rotas traçadas para dar movimento ao agronegócio, representando claramente os divergentes caminhos trilhados pelo capital e o trabalho.

São processos de vínculos sociais, com perda e reconstrução de relações, que resultam em variadas formas de apropriação do território, o que sinaliza para uma constante fluidez do capital e da classe trabalhadora. Na ótica do capital, o campesinato está fadado ao fim por não atender às suas prerrogativas, buscando se infiltrar nessa classe social das mais diferentes formas com intuito de destruí-la. Entretanto, ao mesmo tempo que se “associa” ao campesinato construindo formas de geração de valor e se sujeita à renda da terra por meio do assalariamento e do controle da produção através de sementes, dos agrotóxicos, dos fertilizantes, etc, intensifica a marginalização desse agrupamento social, provocando migrações forçadas, intoxicações, aculturamento, expulsões, assassinatos, ameaças, ou seja, diversas formas de expropriação e espoliação do campesinato, que busca se reconstituir como tal, pois não se consegue se enquadrar de modo fixo em relações capitalistas.

Este grupo social é subordinado com mais intensidade nessas regiões de alta concentração fundiária, pois o capital busca blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; deteriorando e precarizando as condições de trabalho; intensificando as jornadas de trabalho; ampliando os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil; desempregando assalariados; fragilizando relações de trabalho formais; intensificando as

práticas da terceirização e das cooperativas de trabalho; rebaixando salários; escravizando trabalhadores etc. (THOMAZ JR, 2004).

Logo, é dessa forma que interpretamos o território como efeito material da luta de classes, travada pela sociedade na produção de sua existência. São as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *príus* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização da natureza (OLIVEIRA, 2004). É dessa forma que o território do Oeste da Bahia é “lido” através das relações de poder com o envolvimento de sujeitos que buscam o seu domínio/controlado, imbricados diretamente em diferentes relações sociais. Disputa centrada no sentido que natureza e trabalho são as únicas fontes de produção de valor, em divergentes vieses capitalistas ou não.

Portanto, os conflitos ocorridos na busca de conter a exploração do trabalhador com o avanço da fronteira sobre os territórios dos povos tradicionais, reflete diretamente na luta sobre o controle da natureza e sobre o trabalho. Sendo desse modo que entendemos a tríade Terra-Água-Trabalho enquanto elos de vida, entendidos como foco de cobiça pelo capital, e pelas relações de disputa do trabalho excedente e das formas de incorporação de valor, pois a busca do domínio dos meios de produção e da força do trabalho são forças motrizes desse movimento conflituoso.

### CAPÍTULO III. Água: De bem natural à mercadoria no Oeste da Bahia

“Tudo começa na água”  
(*Tales de Mileto*)

Em qualquer que seja o ciclo natural relacionado à vida, a água estará sempre presente. O ser humano enquanto parte desse todo, por meio do trabalho, necessita de sua apropriação em busca de atender os seus anseios. É dessa maneira que interpretamos a água como um bem natural, vinculada a todos os ciclos presentes na natureza, vista como crucial para os humanos se realizarem enquanto ser em si e para si, por meio do metabolismo social. Contudo, é sabido que os processos de apropriação da água se deram de forma bastante heterogênea, sobretudo com o avançar do desenvolvimento técnico, atendendo os mais diferentes anseios das populações, sendo esse elemento crucial no desenvolvimento de ambientes e técnicas essenciais para a existência do presente *status quo* humano. Logo, é nesse sentido que buscaremos interpretar os usos da água no Oeste da Bahia, focando o recorte temporal escolhido.

É com a certeza que a água não é somente desigual por sua natural distribuição, mas também por questões políticas-econômicas vinculadas ao modo de produção vigente, que buscamos apresentar significados desse elemento natural transformado em recurso, na porção territorial do Oeste da Bahia, atrelados a dessemelhantes utilizações presentes nesse espaço. É a partir desse entendimento que é necessário combinar os aspectos físicos e sociais para melhor lermos as diferentes formas de se utilizar a água, representadas nessa pesquisa principalmente pela cadeia produtiva do agronegócio e por povos tradicionais que vivem na região há séculos.

Dessa forma, elegemos os conflitos de uso como as principais pistas para interpretarmos essa parcela da dinâmica territorial no Oeste Baiano (debatidos no item 3.4), por entender que nesse território existem desiguais formas de apropriação, sobretudo a partir de capitalistas como barrageiros, agricultores e/ou irrigantes, industriais, mineradores etc., que enxergam a água com uma ótica mercadológica, esses, responsáveis diretos por desequilibrar o ciclo hidrológico regional, impactando populações que usam e entendem substancialmente a água como bem responsável por contribuir com os ciclos da vida. São discrepantes formas de atribuir valor a água, em que o uso demasiado para dar sustentação à cadeia produtiva regional com foco direto no valor de troca, impacta diretamente aqueles que possuem como essência o valor de uso, principalmente os alocados a jusante da área produtiva. .

Esse apossamento degrada a natureza por não respeitar os seus ritmos naturais de reposição e conseqüentemente atinge trabalhadores em diferentes escalas. Desde aqueles sequelados por possuírem atributos de uso diretamente ligado ao recurso natural presente no seu lugar de vivência, desvencilhando o seu modo de vida, até outros, distantes a milhares de km, que sofrem sequelas de ações presentes em diferentes territórios do planeta, como ocorre com os indivíduos vitimados pelas mudanças climáticas. É com essa complexa e ampla ocorrência dos fatos que entendemos a necessidade de interpretar a água no Oeste da Bahia de maneira articulada, considerando diferentes partes do mesmo fenômeno, partindo da tríade Terra – Água – Trabalho e do CTA.

Com o objetivo de dar visibilidade aos conflitos e as desigualdades construídas principalmente após a década de 1970, com o maior aprimoramento do modo de produção capitalista na região, que seguimos as redes de drenagens superficiais, os aquíferos e as médias de chuva mais regulares no Oeste da Bahia enquanto componentes primordiais para interpretarmos as lutas de classe, expondo a água como mais um elemento central nos litígios territoriais existentes. Visto que a necessidade de controle das maiores reservas em quantidade e das melhores em qualidade são vinculadas pela produção de mais valor, incitadas por agências de fomento internacionais como o BIRD e o Conselho Internacional da Água, que impulsionam a privatização da água nos seus mais diferentes usos.

No sentido de atribuir um valor econômico a água é que atrelamos interesses de classe em disputa e os seus reflexos entorno da vida, com o engendramento de relações fetichizadas, nas quais os mecanismos de gestão são separados das práticas de apropriação e integrados a valores impostos pelo capital legitimados pelo Estado (FLORES, 2013). O que nos instiga a identificar aspectos desiguais e destrutivos ligados as diferentes práticas de apropriação da água no Oeste da Bahia, como a diminuição e morte de rios, locais aptos para a implementação de aproveitamentos hidrelétricos como Usinas Hidrelétricas – UH's e PCH's e o domínio das áreas dos grandes aquíferos e com pluviometrias regulares propícias para a produção de commodities agrícolas.

São nesses lugares de intensificação da reificação e privatização da água que os conflitos se intensificam, associados a todo o passado econômico brasileiro, que teve como uma de suas bases a exploração de recursos naturais *in natura* para a produção de mercadorias. Esse modelo foi alicerçado pelos países centrais, que influenciou diretamente no uso da água, baseado, segundo Ioris (2010), em uma regra geral do capitalismo de que o capital deve gerar mais capital, e que o capital é “valor em movimento”, e sua acumulação é o processo em que ocorre a multiplicação de valor por meio da exploração do trabalho não

pago, no qual os valores intrínsecos à água não devem ser considerados em torno de si mesma, mas em relação às necessidades de circulação do capital, visto que esse movimento só é possível com o controle da terra, pois é tido como um depósito de valores, conectados ao processo produtivo através do trabalho humano. Logo, diante dessa concepção, a tríade Terra – Água – Trabalho vista de forma relacional, é crucial para debatermos a dinâmica territorial no campo.

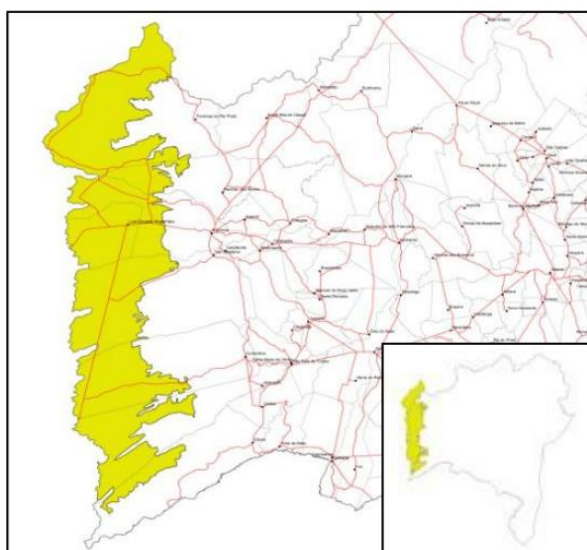
É ligado a esses processos que o Estado enquanto uma organização da classe dominante impõe os interesses do desenvolvimento socioeconômico ambiental. Com foco em ampliar o processo de acumulação, camuflando a essência desses movimentos, sempre com estratégias que a população (sobretudo a local) não perceba para quê, nem para quem a ampliação da produção e conseqüentemente a degradação da natureza irá servir (LUXEMBURGO, 1984). São nessas conspirações mercadológicas que estamos interpretando a formulação do ZEE no Estado da Bahia, em particular na região Oeste. Interpretando a água como central na montagem desse zoneamento, principalmente por se tratar de um interesse protagonista das classes dominantes que controlam a cadeia produtiva regional baseada em commodities agrícolas.

### **3.1. O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE e os recursos hídricos no Oeste da Bahia**

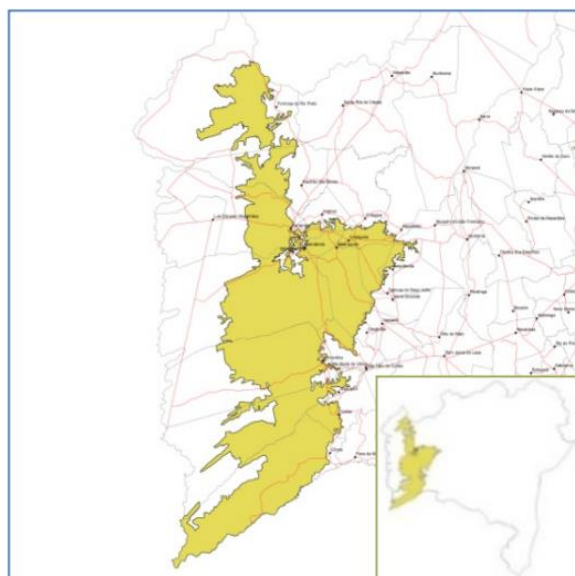
O maior uso da água atualmente está ligado à produção de mercadorias, incorporadas na lógica expansiva e acumulativa do modelo econômico vigente, em que o limite de uso é a estagnação. É a partir dessa condição que encontramos as maiores fontes de degradação da água no planeta: o uso intensivo em sistemas produtivos industriais e agrícolas e sua devolução sem tratamento aos ambientes aquáticos (RIBEIRO, 2008). É nesse modo de usufruto que as águas no Oeste da Bahia estão sendo utilizadas, em maioria pelo agronegócio com o aval do Estado, que diante do pacto de classe a níveis nacional e estadual e municipal com representantes do setor, criam sustentáculos “legais” por meio de leis, decretos, zoneamentos etc., com intuito de impulsionar o uso das águas.

Em nossa interpretação, os interesses nas águas do Oeste da Bahia ultrapassam os limites desse território. Essa é uma cobiça transescalar criada há décadas por setores do capital em conluio com o Estado, que sempre enxergaram essa porção da Bahia como crucial para atender os seus anseios. O ZEE no Oeste Baiano é formulado dentro dessa lógica, consumando mais uma manobra que Mészáros (2015) chama de “função corretiva vital” das formações estatais, que sempre serviram de manutenção e fortalecimento dos irreprimíveis imperativos para a autoexpansão do sistema.

O ZEE na Bahia foi proposto em 2013, por meio do Decreto Estadual nº 14.530, de 04/06/13, como um instrumento para o planejamento e ordenamento territorial do Estado, dividido em trinta e seis zonas. Fundamentado no princípio do desenvolvimento sustentável e na promoção do bem estar social da população, com a responsabilidade de nortear as políticas públicas estaduais por meio de suas diretrizes e critérios. A nós interessa apenas as Zonas 1 (Chapada Ocidental do Oeste Baiano) e 2 (Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano) ilustradas nas Figuras 31 e 32, por estarem quase totalmente no recorte territorial analisado nesse estudo e suas áreas possuírem praticamente 100% da população, e dos empreendimentos da cadeia produtiva do agronegócio na região e as cabeceiras



**Figura 31** – Zona 1 do ZEE da Bahia: Chapada Ocidental do Oeste Baiano  
**Fonte:** SEPLAN E SEMA



**Figura 32** – Zona 2 do ZEE da Bahia: Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano  
**Fonte:** SEPLAN E SEMA



e nascentes dos principais rios e as áreas de recarga do Aquífero Urucuaia (responsável por armazenar e atender grande parte da demanda de água regional, sobretudo no período de estiagem).

O ZEE baiano ainda se encontra em fase de elaboração, pelo motivo do Estado ter apresentado só em 2014 suas primeiras concreções em etapa preliminar, atrasando o seu processo e sua utilização. No nosso entendimento, a falta de importância dessas questões é expressada, sobretudo, a partir do momento que a Bahia decide realizar o início dessa proposta de ordenamento territorial trinta e dois anos depois da homologação da Lei Nacional de Meio Ambiente (nº 6.938, de 31/08/1981), que já apresentava a sugestão de a realização do ZEE considerando no seu Art. 9º “Como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente”. Ou seja, são mais de três décadas que a fronteira agrícola (agronegócio) avança no Oeste da Bahia sem qualquer planejamento de mínima base sustentável. Isso é perceptível pelo fato da Zona 1 (Figura 31) possuir 61,3% da sua área desmatada e em 86,4% haver vulnerabilidade moderada a erosão, segundo o próprio ZEE. São condições que demonstram claramente a capacidade destrutiva do capital, junto a omissão estatal frente as suas ações e os rebatimentos que isto está provocando no atual cenário de estresse hídrico<sup>79</sup> construído nesse território, em que o desmatamento em série e o uso desenfreado na irrigação podem ser um dos principais causadores dessa carência atual.

É a partir da apresentação do ZEE no Oeste Baiano que interpretamos interesses de classes nas regras estatais, implementadas pelas relações de poder infiltradas no próprio Estado. Isso é expresso pela própria apresentação preliminar do zoneamento, sobretudo quando referenciam dados ligados à propriedade (área desmatada) e à água (vulnerabilidade hídrica). A contradição parte da afirmação que uma área (Zona 1) com alto teor de desmatamento sobre um espaço de recarga do Aquífero Urucuaia possui uma Vulnerabilidade Hídrica Muito Baixa de 99,4%, ou seja, não existe problemas ligados a água nessa região.

A partir do que estamos analisando nesse trabalho, existe uma grande distorção da proposta do ZEE exposto na Zona 1 e a realidade. Sobretudo pela desconsideração da própria crise hídrica que vive a região com irregularidades de chuvas, diminuição do escoamento de base dos aquíferos, redução da vazão e morte dos rios (ANA, 2014) e dos

---

<sup>79</sup> Preferimos esse termo por tratar do balanço entre a água utilizada e a diferença entre a chuva e a evaporação. O que desmascara o discurso falacioso da escassez hídrica em um região com grande abundância de água em quantidade e qualidade.

numerosos impactos provocados pelo agronegócio no ambiente e na saúde dos trabalhadores.

Nossa interpretação partiu da ideia que uma leitura mais profunda do real deve considerar os conflitos de classes, entendendo que o Estado baiano enquanto retrato do brasileiro, atende majoritariamente regras da cadeia produtiva do agronegócio por seu vínculo e dependência direta com o capital. Por isso consideramos que a classificação da “Muito Baixa Vulnerabilidade Hídrica” desse território pelo Estado, é fruto de interesses de classes que estão ligados diretamente na formulação dessa proposta de ordenamento territorial, crucial para o avanço dos grandes grupos empresariais presentes na região e/ou outros que poderão chegar. Esses diferentes interesses são noticiados nos relatos abaixo, com a demonstração das variadas percepções de classe que os indivíduos envolvidos com essa questão do ZEE e dos recursos hídricos possuem.

“Eu fiquei muito decepcionado com o ZEE (Zoneamento Econômico Ecológico) que está sendo feito na Bahia. No ZEE, até os produtores ficaram de boca aberta, a vulnerabilidade hídrica da região é considerada muito baixa. Isso é um convite para chamar atenção de empreendimentos que precisam de montantes de água. Até agora nada se confirma, mas indícios de contaminação de água, tremendas aplicações de veneno, existem sim. Superficialmente, ninguém ignora mais. O Rio Mosquito, o Sasafraise, tomam muito veneno na época das enxurradas. O Rio Mosquito em Roda Velha e o outro em Formosa, passam em áreas muito provenientes dos produtores da região. A preocupação agora é com a infiltração da água no solo, muita coisa realmente se dilui caminhando para baixo. Outras coisas não, como certos metais, mas isso é de grande preocupação. Será se um dia isso vai ser achado depois em água subterrânea? A competitividade é realmente fascinante dessas empresas de produção de algodão, sendo assim tranquilamente competitivo com as melhores fazendas dos EUA. Uma das desvantagens deles aqui é que possuem muito menos controle sobre o uso dos insumos. Podem mentir como for, isso é um fato. Mas a vigilância sanitária sobre esse tipo de coisa é fraquíssima.”

**(Raimundo, Formosa do Rio Preto, Junho de 2014)**

“[...] agora com o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE nós teremos uma definição melhor disso aqui. [...] Eu acredito que a grande ferramenta vai ser isso aí, do uso das áreas, vai ser isso aí. Na região, a definição de qual quer é a vocação da região, onde é a vocação do turismo, onde é a vocação do agronegócio. Com essa definição do Zoneamento, o meu desejo na realidade é a implementação desse Zoneamento.”

**(Rafaela, LEM, Maio de 2014)**

Todas essas áreas de fazenda que tem rio, tem veredas e são preservados. Tem um projeto nosso junto a AIBA, que estão delimitando as APP's, para saber certinho onde é que tão. E toda nossa produção aqui, ela não deixa de carregar o aquífero. Por que a cultura tá lá plantada, tem o solo arenoso, tem o incremento de palhada que é plantado o milho sempre

no final do ciclo. Então toda água que cai aqui ela infiltra e recarrega o aquífero, ele está carregando, não deixa de carregar. Existe o escoamento por estrada, existe, mas a gente vai fazer um projeto para minimizar isso, que é o projeto de recarga do aquífero, para mostrar o quanto que recarrega de recarga do aquífero mesmo produzindo. Então, hoje com a água não tem problema nenhum e a gente tem o projeto de cuidar cada vez mais.

**(Mateus, Barreiras, Abril de 2014)**

A Zona 2 do ZEE (Figura 32) se apresenta com a mesma lógica contraditória da Zona 1, referente a água e a propriedade. Contudo, demonstra que o interesse do capital e do Estado está ligado à terra como reserva de valor quando se observa que 85,7% da área ainda se apresenta coberta pela vegetação nativa. Essa condição resguarda a licença de fazer a fronteira agrícola avançar no sentido Leste – Oeste por meio de plantações adaptadas a pluviometrias mais irregulares e de menor média como o eucalipto, as irrigações próximas às margens planas dos rios e a própria manutenção das matas transformadas em reservas legais das fazendas. Somado a projetos de exploração de derivados do petróleo e gás, mineração, o avanço da pecuária, aquicultura e programas estruturantes como ferrovias e rodovias.

Porém, o que mais tenciona essa área da região oeste, é a presença da maioria da população, tanto rural quanto urbana. Isto somado aos principais focos de avanço da fronteira e conseqüentemente os maiores impactos de degradação da natureza e do trabalho, o que tem gerado um ambiente conflituoso, reconhecido pelo Estado, contudo, alimentado por ele próprio, desconstruindo o seu próprio discurso pautado na falácia do desenvolvimento sustentável e na escassez natural. Sobretudo quando se trata de uma região com grande poderio econômico e uma avantajada reserva de água com altíssima qualidade, que exhibe drásticos cenários de pobreza extrema e crises hídricas, sem apresentar sinais de mudanças possíveis de reversão.

A emergência desse “maquiado discurso sustentável” com o ZEE, surge da própria necessidade do capital de enquadrar sua lógica econômica a ambiental, tanto para renovar as práticas expansivas, quanto para camuflar suas comunais atividades degradantes. Isso se dá a partir do crescimento das resistências relacionadas à degradação da natureza, o que instiga-o contornar a situação buscando novas formas de reprodução, em que seus renovados discursos “sustentáveis” e formas de gestão “colaborativas” são cruciais.

Outra questão que surge durante a implementação do ZEE no Oeste da Bahia, são os cenários de estresse hídrico vivenciados nos últimos anos e intensificado em 2015. Tal processo é propagado com o discurso da escassez natural, em que as crises hídricas são

provocadas essencialmente por um menor volume e irregularidade das chuvas, o que diante dos fatos (discutidos no item 3.3), nos instiga a pensar que os “holofotes camuflados do desenvolvimento sustentável” são os mesmos que promovem a escassez, neste caso, comumente direcionando suas causas a fenômenos naturais, na tentativa de lhe desvincular de questões políticas-econômicas, promovendo intencionalmente a base para um intuito universal, que é direcionar valor a água e dirigindo-a para a esfera privada. Portanto, é dessa forma que não acreditamos na naturalidade da escassez hídrica no Oeste da Bahia na maneira que é propagada<sup>80</sup>, isto é, ligada a produção de práticas induzidas pelo capital e o Estado, ao passo que o foco maior de ampliar a taxa de lucro, os obriga a se apropriar cada vez mais da natureza (SMITH, 2000).

Acreditamos ser esse o caminho que devemos (des)construir os enunciados institucionais como é promulgado pelo Estado baiano em referência ao ZEE e alguns veículos de comunicação patrocinados ou simpatizantes do discurso hegemônico como mostram a Figura 33 e 34 e o relato do Jornal A Tarde. Sobretudo por não abordarem as dimensões da degradação da natureza e as desigualdades sociais, negando que a apropriação da água no circuito capitalista de produção ocorre por meio de normas legitimadas pelo Estado fundamentadas no seio da luta de classes, através de um movimento de “ocultamento e legitimação”, que segundo Flores (2013), é construído e alicerçado na construção intelectual, nos mecanismos de gestão e nas práticas de apropriação. Esses enquanto passos estratégicos utilizados para buscar o domínio absoluto da água.



**Figura 33** – ZEE trará desenvolvimento sustentável para a Bahia  
**Fonte:** Seplan/Sema., Salvador, 12/03/2014

<sup>80</sup> O discurso da escassez propagado pelos grandes grupos, referencia enquanto protagonista apenas a irregularidade e diminuição das chuvas, normalmente alardeando esses enunciados em anos que a média pluviométrica fica abaixo da estabelecida pelos órgãos ambientais. Desconsiderando as variações naturais dos ciclos das chuvas e principalmente a degradação da natureza em escala regional, nacional e mundial vinculadas ao sistema econômico vigente, que podem está atreladas diretamente as irregularidades climáticas, na poluição e na morte e diminuição da vazão dos rios no Oeste da Bahia.

## Representantes do setor agrícola debatem escassez de água no Oeste da Bahia

**Figura 34** – ZEE trará desenvolvimento sustentável para a Bahia

**Fonte:** Portal Lapa do Oeste, Barreiras, 03/08/2016

“A região Oeste da Bahia (chamada regionalmente de Além do São Francisco), enquanto área de transição entre o Póligano das Secas e o Cerrado – bem como por dispor de parte desse último -, se apresenta como privilegiada quanto ao recurso água. Sua rica bacia hidrográfica é formada pelo Rio Grande, Rio Corrente e Rio Carinhonha; tributários baianos da margem esquerda do Rio São Francisco. Somam-se a esses outros 42 rios e riachos perenes e caudalosos que representam mais de 30% das águas do Velho Chico. O Além do São Francisco (Oeste Baiano), teve sua ocupação intensificada no final dos anos 70. Principalmente sulistas paranaenses foram atraídos especialmente em função da disponibilidade – no Cerrado baiano – de terras de baixo custo de topografia plana que facilitava sua mecanização. Já no final dos anos 80, intensificou-se a implementação da irrigação privada, via pivôs centrais. Presentemente já somam mais de 500 pivôs totalizando algo em torno de 50 mil HA irrigados, predominantemente instalados no ecossistema Cerrado. Já a irrigação oficial (via Codevasf) soma em torno de 20 mil HÁ, todos instalados no ecossistema Vale do Rio São Francisco. Outros 480 mil HA fazem parte dos projetos de irrigação da Codevasf para as próximas décadas. A irrigação privada vai ocupar, com toda certeza, toda a potencialidade disponível no Além do São Francisco que é da ordem de 1000 pivôs centrais; ou seja 100 mil HA.

**(Jornal A Tarde, Salvador, 01 de Março de 1999)**

Com essas estratégias, relatos como o transcrito no Jornal a Tarde em 1º de Março de 1999, são propagados com tom de verdade cunhados em uma “aparência” desenvolvimentista, como única responsável por promulgar utilidade a água e a propriedade, entendidas dessa forma enquanto fomento para geração de emprego e renda para a população. Ignora-se as sequelas naturais provocadas pela ocupação a partir da década de 1970, como também corrobora-se com a invisibilidade dos trabalhadores viventes nesse território, transmutando os sulistas como os heróis do desenvolvimento econômico, e assim, negando todo o jogo de forças entre o Estado Militar brasileiro, o capital internacional e as oligarquias agrárias da Bahia e do Sul do país, atuantes diretamente na abertura da fronteira e na implementação desse modelo agrícola que expande e se reconfigura até os dias atuais.

Portanto, entendemos que é na defesa da expansão da cadeia produtiva do agronegócio no Oeste da Bahia que o ZEE está sendo formulado, principalmente no que

tange a questão hídrica regional, não propondo uma crítica as relações socioambientais, com meras análises de processos institucionais legitimados pelo próprio Estado a serviço de grandes produtores presentes nesse território. O que nos leva a buscar interpretar as principais formas de apropriação da água, os sujeitos envolvidos, os principais impactos e a ocorrência dos conflitos de uso. Estes últimos, enquanto referência basilar para compreendermos parcela da questão hídrica no Oeste da Bahia e os principais sujeitos envolvidos.

### 3.2 O domínio de um bem natural patrimoniado e concedido

O mundo tornou-se perigoso,  
porque os homens aprenderam a  
dominar a natureza antes de se  
dominarem a si mesmos.  
(Albert Schweitzer)

Entende-se a apropriação da água no Oeste da Bahia a partir de processos do trabalho sobre a terra, por esse modo emergir do próprio instinto humano, em regular o seu intercâmbio material com a natureza (MARX, 2013), estando a terra na condição de oferecer os elementos naturais basilares para a realização da vida, em que a água se torna central por participar de todas as relações, pois, é partindo do domínio desses elementos e a sua transformação em mercadoria, que o capital irá continuar sua jornada. Pela condição de nunca ter existido sem o controle da terra, da água e do trabalhado.

Desde tempos pretéritos, as relações capitalistas começaram a se configurar no Oeste Baiano com o controle da tríade Terra-Água-Trabalho, sobretudo a partir do patrimonialismo colonial com as capitânicas hereditárias e as sesmarias. Responsáveis diretamente por um modelo de desenvolvimento pautado no extrativismo natural apoiado pelo Estado, principalmente em atividades agrícolas e mineralógicas a partir de um desenvolvimento econômico excludente e de alto custo social, com heranças percebidas até hoje com a alta concentração fundiária, exclusão étnica/gênero/racial etc., em que a cobrança enquanto um instrumento utilizado para intensificar o controle almejando o lucro, era utilizada de forma direta em algumas relações de trabalho, ou indireta, como acontecia com a água enquanto um elemento natural. Esse bem, por não transmitir valor diretamente<sup>81</sup>, tornava-se um fundamento material essencial para a organização e orientação da produção e conseqüentemente do espaço.

---

<sup>81</sup> Não se comercializava água diretamente, porém o seu uso/sua propriedade sempre esteve atrelado à circulação de mercadorias e conseqüentemente a propagação de valor.

Dessa forma, partimos do pressuposto apresentado por Lukács (1968), que a cobrança tem servido para ampliar a racionalidade no fetichismo das mercadorias, que resulta de uma reificação das relações socionaturais, imposta por uma condição de classe. Devendo-se considerar no capitalismo os processos de apropriação da água caracterizados pela necessidade de criação de mais-valor, pois é esse processo que move o capital (MARX, 2013). Por isso, entendemos que as formas de organização da água no Oeste da Bahia, promulgadas, sobretudo, pelo Estado e organizado a partir das demandas da cadeia produtiva, possuem a tendência de se organizarem na busca da criação de mais-valor (FLORES, 2013), onde o controle da propriedade e a legitimação das outorgas<sup>82</sup> para os usos das águas são centrais para lermos a dinâmica territorial. A primeira por garantir o acesso direto às águas superficiais, subterrâneas e de chuva e a segunda por assegurar a extração legal licenciada pelo Estado para os diferentes usos.

É nessa condição que a cobrança pela água transformada simbolicamente e materialmente em mercadoria por meio das outorgas de uso, agora detentora de valor monetário em si mesmo, é entendida como um instrumento regulatório de atividades historicamente responsáveis por desenvolver impactos ambientais, encontrando nesse instrumento uma justificativa política para evitar um controle mais rigoroso por parte dos reguladores ambientais (IORIS, 2008). O que na prática, serve em maioria, como uma transferência de valor ratificado pelo Estado e direcionado a iniciativa privada para fomentar atividades econômicas que necessitam controlar a água para dar seguimento ao seu funcionamento.

Esse é um modelo que além de centralizar a gestão no Estado priorizando práticas econômicas, exclui modos alternativos de utilização da água, com a ideia que as populações tradicionais são incapazes de geri-la e conserva-la. O que na nossa ótica interpreta-se de modo inverso, pois é a licença dada pelo Estado aos grandes empreendimentos no Oeste da Bahia (em maioria os agrícolas), que além de provocar a maior parte dos impactos relacionados à água, expropria os trabalhadores, sobretudo por distorcerem o ciclo de um elemento natural ligado diretamente a dinâmica cotidiana de vida da maioria da população rural dessa região.

Nesse sentido, buscamos interpretar as políticas de apropriação da água, buscando apresentar um panorama de sua mercantilização articulado aos diferentes usos a partir das

---

<sup>82</sup> A outorga é uma licença de uso cujo possuidor passa a ter o direito de captar água e/ou lançar efluentes num corpo hídrico (TORRES, 2015).

outorgas<sup>83</sup> emitidas pelo Estado<sup>84</sup>. Por entender que esse tipo de ferramenta institucional está atrelada diretamente as contradições sociais e ambientais do desenvolvimento econômico vigente, integradas ao processo de comercialização nas mais diferentes formas e escalas, em que seu uso segue a lógica expansiva/acumulativa/excludente do capital, beneficiando uma pequena elite “à custa” da maioria da população (IORIS, 2007). Tal processo é compreendido em diferentes contextos de apropriação e degradação da natureza e do trabalho, mediada em uma dinâmica de luta de classes (FLORES, 2013).

Esse fundamento é apresentado pela Tabela 19, que expressa em números absolutos a quantidade de outorgas d’água subterrâneas e superficiais emitidas pelo Estado da Bahia por meio do seu órgão ambiental responsável – INEMA e a União, através da ANA<sup>85</sup>. Exibe-se claramente o domínio da irrigação sobre os demais usos, levando em consideração que de um total de 1910 outorgas emitidas, 59,74% (1141 outorgas) estão vinculadas a irrigação, demonstrando o controle pleno desse tipo de uso, com proporções extremamente superiores aos demais, como: Abastecimento Humano – 24,22%; Abastecimento Industrial – 3,77%; Dessedentação Animal – 6,71%; Psicultura – 0,26% e Lançamento de Efluentes – 0,11%<sup>86</sup>. Tais dados revelam empiricamente o comando soberano do grande capital sobre o domínio da água no Oeste da Bahia. Sobretudo quando é observado que praticamente todos os grandes grupos que controlam a cadeia produtiva regional (Tabela 7) são outorgados ou possuem relação direta com produtores de *commodities* agrícolas que possuem essa licença de uso.

Diante da deficiência dos dados disponíveis não foi possível construir uma estimativa do consumo de água dos outorgados. Todavia, as estimativas segundo o INEMA, apresentadas pelo Jornal Brasil de Fato em junho de 2008, afirmava que 89% das águas utilizadas no Oeste da Bahia são destinadas para o agronegócio, em um total de 11

---

<sup>83</sup> A lista das outorgas do uso da água no Oeste da Bahia foi disponibilizada pelo INEMA somente depois do MPE-BA entrar com o pedido, como apoio a realização da tese (ANEXOS).

<sup>84</sup> As mudanças institucionais vêm concomitantemente promovendo uma nova epistemologia de gestão da água e enfatizando o espaço hidrológico como contexto de representação e intervenção. A principal novidade é a cobrança pelo uso de água bruta, a qual, ao atribuir valor monetário à água, apenas reproduz a mesma lógica anterior de mercantilização dos recursos naturais. Em que a cobrança, acompanhada da regulamentação e da privatização atendem basicamente aos interesses de uma aliança estratégica formada entre o Estado, o mercado e ambientalistas conservadores que se beneficiam das distorções sócio-ambientais do desenvolvimento econômico disfarçado de desenvolvimento sustentável (IORIS, 2006).

<sup>85</sup> A partir da instituição da lei 9.433/97 as demandas de uso das águas passaram ser regidas por elementos de gestão hídrica, entre eles a outorga e cobrança da água administrados pela ANA pelos órgãos ambientais competentes, como é o caso do INEMA na Bahia.

<sup>86</sup> As porcentagens foram somadas as outorgas individuais e/ou coletivas.



bilhões de litros de água por dia<sup>87</sup>, indicando já nessa data o limite de uso das águas nas microbacias dos oitos principais rios da região com um já provável balanço hídrico negativo. Fato que vem se intensificando devido ao avanço da fronteira agrícola na região e conseqüentemente da agricultura irrigada, que em 2014 atingiu 100.800 HA (AIBA, 2014) como mostra a Tabela 20.

A irrigação é cobiçada pelos produtores principalmente por garantir a produção na época seca (que normalmente ocorre entre abril e setembro na região) e/ou em períodos de estiagem prolongada durante a safra, somado à agregação de mais valor à produção e a regularidade de água que a planta recebe, contribuindo na mitigação das sequelas provocadas por intempéries climáticas. Porém, quando cruzamos os dados da área irrigada no Oeste da Bahia, que corresponde a 4,47% da área de produção total, o Valor Bruto da Produção – VBP equivale apenas a 3,54% (AIBA 2014). Uma desproporcionalidade que não oferece base para desmistificar a regra de agregação de valor a produção irrigada, por desconhecermos outros fatores levados em conta no cálculo do VBP e a própria média da produção irrigada ser maior que a de sequeiro. Contudo, essa desproporcionalidade entre a área plantada e o VBP é algo a ser indagado, especialmente pela quantidade da produção entre os produtos irrigados seguirem a mesma hierarquia dos de sequeiro. Ou seja, as *commodities* agrícolas soja, algodão e milho são as mais irrigadas.

O que os dados das Tabelas 19, 20 e 21, a espacialização do panorama pluviométrico *versus* valor da terra (Figura 38), das outorgas d'água subterrâneas e superficiais (Figura 40 e 41), dos aquíferos (Figura 39) e dos pivôs centrais (Figura 42) nos mostra, é o repleto domínio da água pelo agronegócio na região, provando que no Oeste da Bahia o desenvolvimento do capital ocorre sobre “os caminhos das águas”, seja superficial, subterrânea ou de chuva. Uma comprovação clara da contribuição de valor que a água proporciona a cadeia produtiva da região.

A quantificação e espacialização dos dados apresentados junto ao discurso dos sujeitos envolvidos, também indicam o curso de outras dinâmicas territoriais por meio dos usos da água, como acontece com o abastecimento humano, a dessedentação animal, o abastecimento industrial, a piscicultura e o lançamento de efluentes. O abastecimento humano se encontra presente de modo espalhado, indicando o uso em fazendas e comunidades rurais presentes à jusante das irrigações, em que muitas estão envolvidas nos conflitos por terra e água. O uso para dessedentação animal está presente entre os vales e o

---

<sup>87</sup> Esse dado pode ser superior hoje, principalmente pelo aumento da irrigação na região, suplantando qualquer crescimento dos outros usos e a falta de controle do Estado em monitorar os usuários e o volume de água utilizado.

pediplano, sendo outro indício de que a pecuária na região está sendo suprimida pelas commodities agrícolas, seguindo e/ou resistindo em locais a leste da fronteira agrícola, que no momento não interessa ao grande capital. Isso fica claro quando cruzamos o Gráfico 6, que indica os valores da terra no Oeste da Bahia, a Figura 14 com a apresentação do avanço e direcionamento da fronteira agrícola e as Figuras 40 e 41 das outorgas d'água superficiais e subterrâneas, que mostram a localização exata da licença para o consumo de água pela pecuária e demais usos.

O abastecimento industrial está presente majoritariamente nos três municípios que possuem a maior concentração de capital (Barreiras, São Desidério e LEM), vinculados diretamente ao poder político<sup>88</sup>. Isso prenuncia o avanço da atividade industrial enquanto o serviço que mais agrega valor, nessa ocasião, impulsionada pelas agroindústrias do setor<sup>89</sup>. A piscicultura e o lançamento de efluentes ocorrem de forma pontual diante do todo, apenas em quatros pontos. A outorga da piscicultura se encontra no Perímetro de Irrigação São Desidério/Barreiras-Sul e as três referentes ao lançamento de efluentes são licenças direcionadas para a Embasa.

**Tabela 19 – Quantidade de Outorgas D'água por Tipo de Uso no Oeste da Bahia**

Água Subterrânea			Água Superficial		
Tipo	Quantidade	%	Tipo	Quantidade	%
Irrigação	505	26,44	Irrigação (INEMA)	579	30,32
Abastecimento Humano	435	22,75	Sem Informação	112	5,86
Dessedentação Animal	113	5,91	Irrigação (ANA)	42	2,19
Abastecimento Industrial	58	3,03	Abastecimento Industrial	5	0,26
Sem Informação	18	0,94	Pscicultura	5	0,26
Irrigação e Abastecimento Humano	11	0,57	Dessedentação Animal	4	0,21
Abastecimento Humano e Dessedentação Animal	7	0,37	Lançamento de Efluentes	2	0,11
Abastecimento Industrial e Abastecimento Humano	5	0,26	Abastecimento Humano e Dessedentação Animal	2	0,11
Abastecimento	2	0,11	Irrigação e	2	0,11

<sup>88</sup> Os representantes políticos do Oeste da Bahia na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e na Câmara Federal, possuem suas principais bases políticas nesses três municípios.

<sup>89</sup> Esses são fatores que levaram o Estado traçar a FIOLE por esse espaço, com o objetivo inicial de transportar as commodities e seus produtos semifaturados e manufaturados.

Humano, Dessedentação Animal e Irrigação			Abastecimento Industrial		
Abastecimento Industrial, Abastecimento Humano e Abastecimento Animal	1	0,05	Abastecimento Humano	1	0,05
<b>Total</b>	1156	60,43	<b>Total</b>	754	39,48

Fonte: INEMA e ANA (2015)

**Tabela 20** - Produção Agrícola Irrigada no Oeste da Bahia (2014)

Produto	Área por mil Ha	Média da Produção
Soja	36 Ha	50 sacas/Ha
Algodão	22,6 Ha	290 arrobas/Ha
Milho	12,5 Ha	165 sacas/Ha
Café	14,7 Ha	40 sacas/Ha
Feijão	9 Ha	-
Arroz	6 Ha	-
<b>Total</b>	100,8 Ha	-

Fonte: AIBA (2014)

**Tabela 21** - Municípios com área equipada de pivôs centrais acima de cinco mil hectares no Oeste da Bahia em 2014

Municípios	Área equipada (ha)	Nº de pivôs	Área média (ha/pivô)
Barreiras	34.870	340	103
São Desidério	33.368	316	106
Jaborandi	18.221	163	112
LEM	16.298	177	92
Correntina	6.598	63	105
Riachão das Neves	10.997	57	193
Cocos	5.553	57	97
<b>Total</b>	125.905	1173	115,43

Fonte: ANA (2016)

O usufruto das águas no Oeste da Bahia ocorre em maioria nas áreas já consolidadas da fronteira agrícola e nas zonas de expansão, em que a procura se encontra principalmente sobre os aquíferos de grande vazão, na margem dos rios e nas áreas com pluviometria de maior média e com melhor regularidade. As irrigações são encontradas principalmente sobre áreas com pluviometria de média inferior às terras mais valorizadas pelo agronegócio, indicando uma divisão no uso da água na região, onde a água da chuva tem papel central. São nas áreas com as melhores regularidades e as maiores médias pluviométricas que estão as terras mais valorizadas, sem praticamente possuir irrigação. Manifestando a agregação de valor que a água proporciona, tanto a terra quanto ao capital,

visto que são nessas áreas onde estão as propriedades mais valorizadas que se encontram as maiores produções (Figuras 39, 40, 41 e 42).

A sobreposição das Figuras 39, 40, 41 e 42<sup>90</sup> expressam que as irrigações se apresentam essencialmente nas áreas com pluviometria média entre 1400 a 1200 mm, presentes nas áreas mais propícias a sua prática, estando sobre aquíferos confinados ou semi-confinados (GASPAR, 2006), entre terras planas margeadas por uma densa rede de drenagem em padrão paralelo, concentrada nos municípios que agregam as maiores valorizações de capital da região. Relaciona-se a toda rede técnica montada no Oeste da Bahia, substancialmente para a produção e circulação das mercadorias, em que a necessidade do consumo externo das mercadorias desse território condiciona essa exorbitante produtividade de commodities, responsável por atender o mercado e impactar a água, a terra e, sobretudo, a população que nela trabalha.

A Tabela 21 e a espacialização de parte dos seus dados<sup>91</sup> na Figura 42 referentes aos pivôs centrais, mostram as maiores concentrações desse aparato técnico exatamente nos municípios detentores dos PIB's mais elevados da região (com exceção de Formosa do Rio Preto<sup>92</sup>), próximos as melhores infraestruturas para escoação dos produtos, vinculados a características naturais (água, solo, relevo e clima) bem similares entre os lugares. Contudo, as proximidades com os centros de gestão de capitais mais próximos (Barreiras e LEM) e o pioneirismo dessas áreas no incentivo a expansão da irrigação, também são fatores relevantes para a maioria dos pivôs centrais estarem presentes nesses municípios. Sendo mais um fator a ser considerado na teia de arranjos técnicos e socionaturais do CTA.

A hipsometria, junto à espacialização dos pivôs centrais, das cidades, de algumas comunidades rurais no Oeste da Bahia e das outorgas d'água (Figuras 40, 41 e 42), desenha parte das disputas pela água, onde a dinâmica territorial da irrigação nos apresenta cruciais pistas para compreendermos as lutas de classe na região, pois, além da apropriação absoluta da água pela classe dominante presente no Oeste da Bahia se estabelecer principalmente por meio dessa técnica, esse apossamento ocorre em áreas de recarga do Aquífero Urucuia e no alto curso dos principais rios, impactando diretamente os usuários localizados a

---

<sup>90</sup> Foram inseridas no final do subitem para uma melhor organização.

<sup>91</sup> Foram mapeados pivôs presentes em mais municípios que a Tabela 20 apresenta, contudo, em quantidade irrisória. Por ser nesses citados aonde estão a maioria.

<sup>92</sup> Grande parte das áreas propícias para irrigação por meio de pivôs centrais em Formosa do Rio Preto está na APA do Rio Preto, o que, junto a recente expansão da fronteira nesse município e a deficiente infraestrutura para escoamento de uma produção que agrega alto valor como a irrigação, impossibilita a concentração mais intensa dessa prática agrícola por pivôs centrais no município.

jusante, principalmente: os ribeirinhos, irrigantes de perímetros irrigados, barrageiros<sup>93</sup>, empresas de saneamento, turistas, pescadores, navegantes etc. Em maioria, povos tradicionais que dependem diretamente do uso da água enquanto um elemento de vida, para prosseguir com suas atividades cotidianas.

A implantação de aproveitamentos hidrelétricos no Oeste da Bahia é outra forma de apropriação da água vinculada à cadeia produtiva do agronegócio que está sendo implantada na região. Como nos mostra a Figura 42 e 43, são projetos pensados sobre a rica rede de drenagem em paralelo, encaixadas nos vales, que proporcionam a inserção de um imenso agrupamento desses implementos, principalmente Aproveitamentos Hidrelétricos - AHE's, PCH's e UH's, que estão projetados substancialmente na transição das chapadas com o pediplano, local em que se encontra a maioria das comunidades tradicionais da região, sendo mais um fator de ocorrência de conflitos por água/terra. Sobretudo com a intensificação das implementações dessas estruturas, que possuem forte tendência em aumentar no Oeste da Bahia.

A Figura 43 e a Tabela 22 nos mostra a espacialização e a lista de 53 empreendimentos projetados para aproveitamento hidrelétrico em tramitação na ANEEL, que estão cogitados para serem implementados na região, estando em variadas situações se tratando dos tramites para a execução. Em que 18 já estão no “status” de aceite pela ANEEL, com o empreendedor definido, buscando a tramitação junto ao Estado e a sociedade civil organizada com a realização de audiências públicas, apresentação dos EIA/RIMA's e etc. para iniciar as obras. Outros 35 encontram-se em situação de “eixo disponível”, já com o aval da ANEEL e em *stand-by* para serem concedidos licitados.

A Tabela 23 nos possibilita entender que a intenção de implementar AHE's, PCH's e UH's no Oeste da Bahia é bem maior do que a ANEEL apresenta. Quando se cruza os dados da CHESF (2001) e da CEPEMAR (2010) disponibilizados pela Agência 10 envolvimento (2014), é perceptível a amplitude da apropriação hídrica para o aproveitamento hidrelétrico, com 26 projetos propostos para a bacia hidrográfica do Rio Carinhanha, 99 para a bacia do Rio Corrente e 23 para a bacia do Rio Grande, em um total de 148 instalações hidrelétricas. Um mega planejamento, que poderá impactar diretamente a dinâmica hídrica da região e dos povos que ali residem. Vinculados diretamente aos projetos expansionistas do grande capital, interessados em produzir energia com menor

---

<sup>93</sup> Titulação referente aos construtores de barragens dos mais diferentes fins. Porém, no Oeste da Bahia, há uma grande especulação para construção de PCH's e UH's nas porções territoriais que se encontram os rios junto os vales encaixados (ANEEL, 2015).

custo pela proximidade entre as agroindústrias, no qual se busca a autossuficiência energética, e/ou o lucro com a venda da mesma ao Sistema Interligado Nacional – SIN<sup>94</sup>.

Contudo, existe “o outro lado da moeda”, “porque nem tudo são flores”. Levando-se em consideração que essa dinâmica espoliativa em curso no Oeste da Bahia pode reverter contrariamente ao próprio movimento do capital, pela incapacidade de suporte da própria atividade natural em lidar com a alta demanda de apropriação dos recursos proposta, isso, somado à rebeldia do povo. As Figuras 35, 36 e 37 ilustram parte dessa pressão sobre a água, quando mostram o amplo desmatamento nas áreas de recarga do Aquífero Urucua e a continuidade do avanço da fronteira agrícola agregada às projeções alicerçadas para a hidroeletricidade e os usos múltiplos com amplo destaque para a irrigação.

Como o relato abaixo descreve, todas essas ações concretas e as projeções realizadas que continuam em curso, foram feitas sem qualquer efetivação de um Plano de Bacia Hidrográfica<sup>95</sup>. Ou seja, não se tem o controle do balanço hídrico, do ordenamento territorial e tão pouco dos aspectos quantitativos e qualitativos que abrangem as bacias hidrográficas da região. Uma usurpação dos recursos em total desrespeito ao ritmo de reposição natural, em que a utilização do termo “sustentabilidade” é o conceito principal para maquiagem desse desmando, reforçado pelas mistificação da escassez enquanto fenômeno natural.

“O problema aqui na região Oeste, a rigor, uma das principais razões desse desaparecimento de corpos d’água, riachos, córregos, assoreamentos em razão do desmatamento, supressão de APP, a mata ciliar pode-se dizer, dentre outras situações como barramentos indevidos, conflito de água como um todo. Esses conflitos de água pela legislação é justamente uma das atribuições do comitê de bacia, diminuir os conflitos de água, com base no plano de bacia. Por enquanto a gente não tem ainda o plano de bacia elaborado, uma das coisas que a gente aguarda com mais ansiedade é a conclusão de trabalhos que estão conduzindo para elaboração do plano de bacia. [...] A demanda por água aqui é gigantesca. Desde essa agricultura irrigada, esses pivôs centrais aí que estão... puxam água aí de um jeito que chega até assustar em algumas propriedades rurais, e esses barramentos também são absurdos. Fora a demanda que acontece aqui. Enorme pela instalação de PCH?”

(Ezequias, Barreiras, Junho de 2014)

Além da não elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica, os debates frente ao comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande<sup>96</sup>, restringe-se majoritariamente a processos

---

<sup>94</sup> Sistema de integração dos linhões de energia elétrica nacional, que abrange todas as regiões do país.

<sup>95</sup> O Plano de Bacia Hidrográfica é um instrumento previsto nas Políticas Nacional, Lei Nº 9.433/97 e na Estadual, Lei Nº 11.612/09.

<sup>96</sup> Único montado no Oeste da Bahia.

hidrológicos e/ou institucionais, “deixando a desejar” em questões que dizem respeito à exploração econômica e natural. Não se reconhece, portanto, que essa alta demanda na exploração dos recursos naturais como a água, é causada pelas exigências do desenvolvimento que se completa a outra face da degradação social, anexada à negligência dos órgãos competentes, que desfalecem frente às pressões exercidas pelo reino absoluto do mercado (IORIS, 2006).

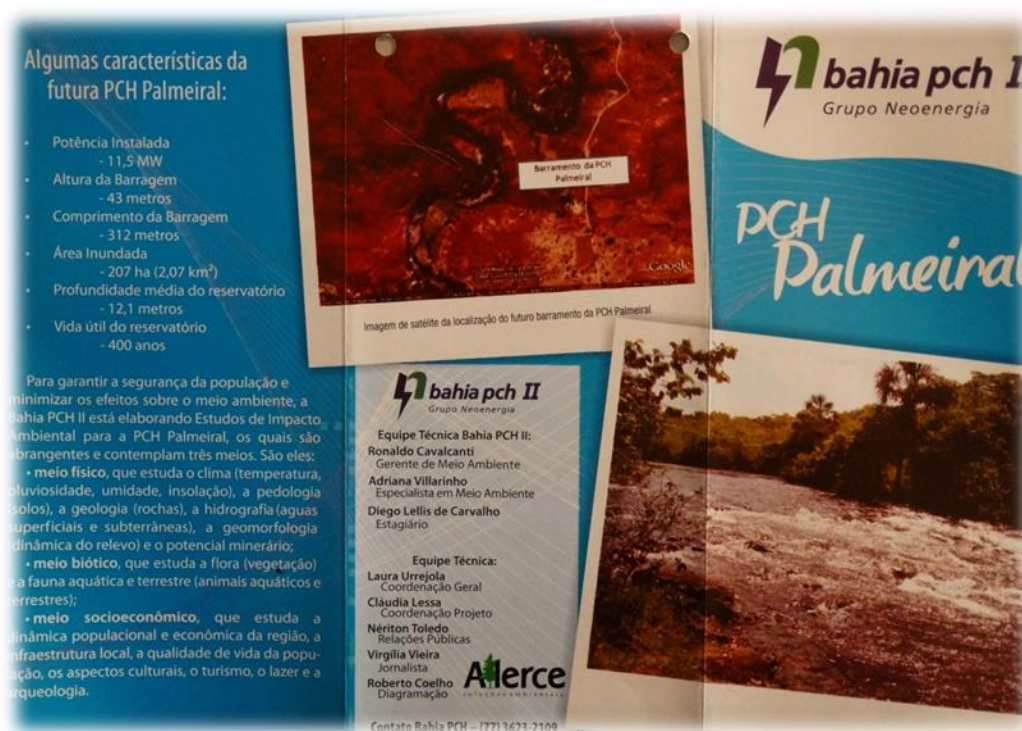
Essa fase neoliberal da economia brasileira tem levado a uma renovada mercantilização da água, sobretudo por transações de mercado baseadas no seu domínio, em que a irrigação e a produção de energia hidrelétrica são “carros-chefes.” Mais recentemente impulsionadas pelas Parcerias Pública Privada - PPP's com a regulamentação da lei 10.079/2004. Na prática, funciona como um fomento estatal ao setor privado por meio de subsídios adquiridos por financiamento do Estado, que promove incentivos para a expansão do capital, em que o crédito público segue uma ótica financeira que identifica as potencialidades reais que possam enxugar sua liquidez, demandando atualmente em maioria, sobre setores que focam a extração/utilização de recursos naturais *in natura*, como ocorre com a água. Uma lógica global, intensificada a partir da crise financeira de 2007/2008, diante da ínfima valorização do capital fictício e a transferência de investimentos para o capital produtivo. No qual, o domínio da água possui papel central para sua locomoção como apresentamos nesse trabalho (GARZON, 2010).

Apesar da grande especulação para se implantar a estrutura hidroelétrica proposta, o Oeste da Bahia ainda apresenta baixa expressão na geração de energia, com poucos empreendimentos instalados, como mostra a Figura 43. Isso é fruto da forte mobilização popular liderada pelo MAB (nas bacias hidrográficas dos Rios Carinhanha e Corrente) e a ONG 10envolvimento (na bacia hidrográfica do Rio Grande), além da ação civil pública movida pelo MPE-BA em Barreiras, que conseguiu suspender a construção das barragens pelo fato da região não possuir nenhum Plano de Bacia Hidrográfica.

Os tramites para implantação dos empreendimentos hidroelétricos se apresentam de modo mais avançado na bacia do Rio Grande, sendo 11 já licitados em status de aceito, 4 na bacia do Rio Carinhanha e 3 na do Rio Corrente segundo a Tabela 22. Com diferentes empreendedores, alguns já presentes na região envolvidos em conflitos por terra/água (tema discutido no item 3.4) como o grupo Neoenergia S.A. com a construção da PCH Sítio Grande no Rio das Fêmeas no município de São Desidério e outros com grilagem de terras e trabalho escravo, como o Delfin Rio S.A. - Crédito Imobiliário, conhecido regionalmente como Grupo Estrondo. O que exemplifica a complexa teia de relações que o

grande capital está envolvido no Oeste da Bahia movido também por suas ações espoliativas.

As Figuras 35, 36 e 37 abaixo, ilustram as PCH's que estão mais adiantadas no processo de implantação, com a realização de audiências públicas e/ou concretização dos EIA/RIMA's. As PCH's Palmeiral e Jatobá que possuem o seu sítio no município de São Desidério – BA e estão ligadas ao grupo Brascan Energética S.A (parceira do grupo Neoenergia de capital espanhol). As PCH's Caiçara e Gavião estão na divisa BA/MG no município de Cocos-BA e Bonito de Minas - MG, possuindo como responsável o empreendedor Minas PCH S.A, com sede em Belo Horizonte – MG. Todas estão envolvidas em conflitos por terra/água com as comunidades ribeirinhas mobilizadas, sobretudo pela ONG 10envolvimento nos litígios envolvendo as PCH's Palmeiral e Jatobá, por estarem na bacia do Rio Grande que é a sua área de atuação, e pelo MAB, que luta junto aos ribeirinhos impactados pelas PCH's Caiçara e Gavião na bacia do Rio Carinhanha, uma das suas áreas de ação.



**Figura 35:** Folheto de divulgação da PCH Palmeiral em São Desidério-BA

Fonte – Grupo Neoenergia





**Figura 36:** Folheto de divulgação da PCH Jatobá em São Desidério-BA  
**Fonte –** Grupo Neoenergia



**Figura 37:** Folheto de divulgação das audiências públicas referentes a implantação das PCH's Caiçara e Gavião na divisa entre BA/MG, nos municípios de Cocos-Ba e Bonito de Minas-MG  
**Fonte –** IBAMA

Os discursos vinculados as PCH's em relação ao baixo impacto ambiental, da geração de energia sustentável para locais próximos, do aumento do emprego e renda etc., são desmascarados a partir das observações referentes as mobilizações das famílias envolvidas, particularmente em locais que o empreendimento já se encontra instalado. Fica claro que a construção das hidroelétricas não possuem como foco protagonista o marketing propagado, mas sim a privatização da água com objetivo da acumulação e expansão financeira, em que a produção de energia por meio da força mecânica da água é “peça-chave” no Oeste da Bahia. Isso alicerçado com graves impactos socioambientais e a intensificação de conflitos que estão em curso, principalmente pelos mega empreendimentos que estão sendo executados e/ou planejados.

As hidroelétricas instaladas no Oeste da Bahia ainda se apresentam de modo bastante pontual diante da proposta atual, como nos mostra a Figura 43, com a espacialização do inventário das barragens brasileiras da ANEEL (2015). São 6 instalações, 4 em São Desidério, 1 em Correntina e 1 em Jaborandi, instaladas com o mesmo discurso propagandeado atualmente, responsáveis principalmente para atender a demanda de energia nas grandes irrigações e/ou transmitir a produção para o SIN. Contudo, esse pífio arcabouço introduzido, expressa o horizonte de impactos de degradação do trabalho e da natureza que a instalação de mais PCH's/UH's/AHE's conectadas as irrigações e a cadeia produtiva, podem intensificar no Oeste da Bahia, especialmente quando identificamos ocorrências de conflitos por terra/água e trabalho escravo envolvendo empreendedores dessas infraestruturas hídricas e/ou energéticas, demonstrando todo elo de relações que o capital ligado ao agronegócio necessita configurar para se instalar e expandir sobre a vida humana e natural, em nome do desenvolvimento financeiro.

**Tabela 22** – Lista dos aproveitamentos hidrelétricos no Oeste da Bahia em tramitação na ANEEL

Bacia Hidrográfica	Tipo	Empreendimento	Potência (MW)	Curso D'Água (rio)	Estado	Empreendedor	Status	Data de Publicação
Rio Carinhanha	PCH	Aliança	12	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Baiana	13	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Buritis	12	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Caçara	19,5	Carinhanha	BA/MG	Minas PCH S.A	ACEITO	07/07/2010
	PCH	Capim Puba	10	Carinhanha	BA/MG	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Capivara	5,45	Carinhanha	BA/MG	Cenarium Gestão Energética Ltda.	ACEITO	31/03/2011
	PCH	Catumbi	10,1	Carinhanha	BA/MG	Catumbi Energia Hidrelétrica Ltda.	ACEITO	28/10/2010
	PCH	Cocos	10	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Foz do Itaguari	12,5	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Galheiro	14	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Gavião	22	Carinhanha	BA/MG	Minas PCH S.A	ACEITO	29/03/2011
	PCH	Itaguari	6,5	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Itaguari km 247	3,9	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Itaguari km 280	5	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Itaguari km 312	1,5	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
PCH	Larguinha	10,7	Carinhanha	BA/MG	Sem licitação	EIXO	-	

							DISPONÍVEL	
	PCH	Morcegos	8	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Palmeira	5	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Posses	16,1	Carinhanha	BA/MG	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Suçupara	10	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Suçuarana	8,5	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Vereda	16	Itaguari	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
Rio Corrente	PCH	Arrodeador	14	Formoso	BA	Data Traffic S.A.	ACEITO	08/10/2007
	PCH	Meio km 20	1,1	Riacho do Meio	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Meio km 37	1,6	Riacho do Meio	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Meio km 74	1,1	Riacho do Meio	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	INV	Rio Corrente e seus afluentes, os Rios Formoso, Pratudão, Arrojado, Correntina, Santo Antônio, do Meio, Guará e Córrego Ribeirão	-	Corrente, Formoso, Pratudão, Arrojado, Correntina, Santo Antônio, do Meio, Guará e Córrego Ribeirão	BA	Renova PCH Ltda. e Neoenergia S.A.	ACEITO	25/04/2011
	INV	Rio Corrente e seus afluentes, os	-	Corrente, Formoso,	BA	Alupar Investimentos	ACEITO	09/02/2011

		Rios Formoso, Pratudão, Pratudinho, Arrojado, Correntina, Santo Antônio, do Meio e Guará		Pratudão, Pratudinho, Arrojado, Correntina, Santo Antônio, do Meio e Guará		S.A., BE - Empresa de Estudos Energéticos S.A., Gaia Energia e Participações S.A. e Minas PCH S.A.		
	UHE	Sacos	50	Formoso	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
Rio Grande	PCH	Branco Jusante	1,99	Branco	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Branco Montante	2,35	Branco	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Cachoeira A. Vida	6,24	Rio de Janeiro	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Cachoeira Branco	2,8	Branco	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Cachoeira Grande	3,41	Preto	BA	Renova PCH Ltda.	ACEITO	30/01/2009
	PCH	Cachoeira Grande	3,4	Preto	BA	Delfin Rio S.A. - Crédito Imobiliário	ACEITO	06/11/2009
	PCH	Cachoeira Ouro	2,97	do Ouro	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Embassador	24,3	Grande	BA	Dobrevê Empreendimentos e Participações Ltda.	ACEITO	22/09/2010
	PCH	Embassador	24,3	Grande	BA	Neoenergia S.A.	ACEITO	03/05/2010
	PCH	Flor da Esperança	30	de Ondas	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
	PCH	Grotão Jusante	2,05	Rio de	BA	Sem licitação	EIXO	-

			Janeiro			DISPONÍVEL	
PCH	Grotão Montante	2,02	Rio de Janeiro	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
PCH	Jatobá	11	Grande	BA	Brascan Energética S.A	ACEITO	02/09/2002
PCH	Palmeiral	10,3	Grande	BA	Brascan Energética S.A	OUTORGADO	18/12/2002
PCH	Pedras	5,42	de Ondas	BA	Renova PCH Ltda.	ACEITO	11/01/2010
PCH	Penedo	12	das Fêmeas	BA	Maxpet Nordeste Plásticos e Energia Ltda.	ACEITO	29/10/2010
PCH	Pequizeiro	1,44	Branco	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
PCH	Ponta D'Água	2,2	Rio de Janeiro	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
PCH	Redonda	3,78	Rio de Janeiro	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
INV	Rio das Fêmeas	-	das Fêmeas	BA	E&C Administração e Serviços Ltda.	ACEITO	21/07/2011
PCH	Salto	1,34	do Ouro	BA	Sem licitação	EIXO DISPONÍVEL	-
PCH	Santa Luzia	24,5	Grande	BA	Ara Energia Ltda.	ACEITO	27/12/2001
PCH	Tamanduá	8,41	de Ondas	BA	Renova Energia S.A.	ACEITO	09/04/2009
PCH	Vereda	3,14	Preto	BA	Renova PCH Ltda.	ACEITO	03/02/2009

Fonte – ANEEL (2015)

**Tabela 23** – Quantidade de Empreendimentos Hidrelétricos Projetados no Oeste da Bahia por Bacia Hidrográfica, Curso d'água e Tipo

Bacia Hidrográfica	Curso d'água	Quantidade por Tipo de empreendimento
Rio Carinhanha	Rio Carinhanha	4 PCH's e 3 UHE's
	Rio Itaguari	16 empreendimentos sem especificação
	Riacho do Meio	3 empreendimentos sem especificação
	<b>Subtotal</b>	26
Rio Corrente	Rio Formoso	19 AHE's
	Rio Pratudão	5 AHE's
	Rio das Éguas ou Correntina	13 AHE's
	Rio do Meio	6 AHE's
	Rio Pratudinho	12 AHE's
	Rio Arrojado	24 AHE's
	Rio Santo Antônio	2 AHE's
	Rio Guará	18 AHE's
<b>Subtotal</b>	99	
Rio Grande	Rio Preto	2 PCH's
	Rio de Ouro	4 PCH's
	Rio Branco	4 PCH's
	Rio de Janeiro	5 PCH's
	Rio de Ondas	3 PCH's
	Rio Grande	5 empreendimentos sem especificação
	<b>Subtotal</b>	23
<b>Total</b>	-	148

Fonte – CHESF (2001); CEPEMAR; 2010) & ANEEL (2015)



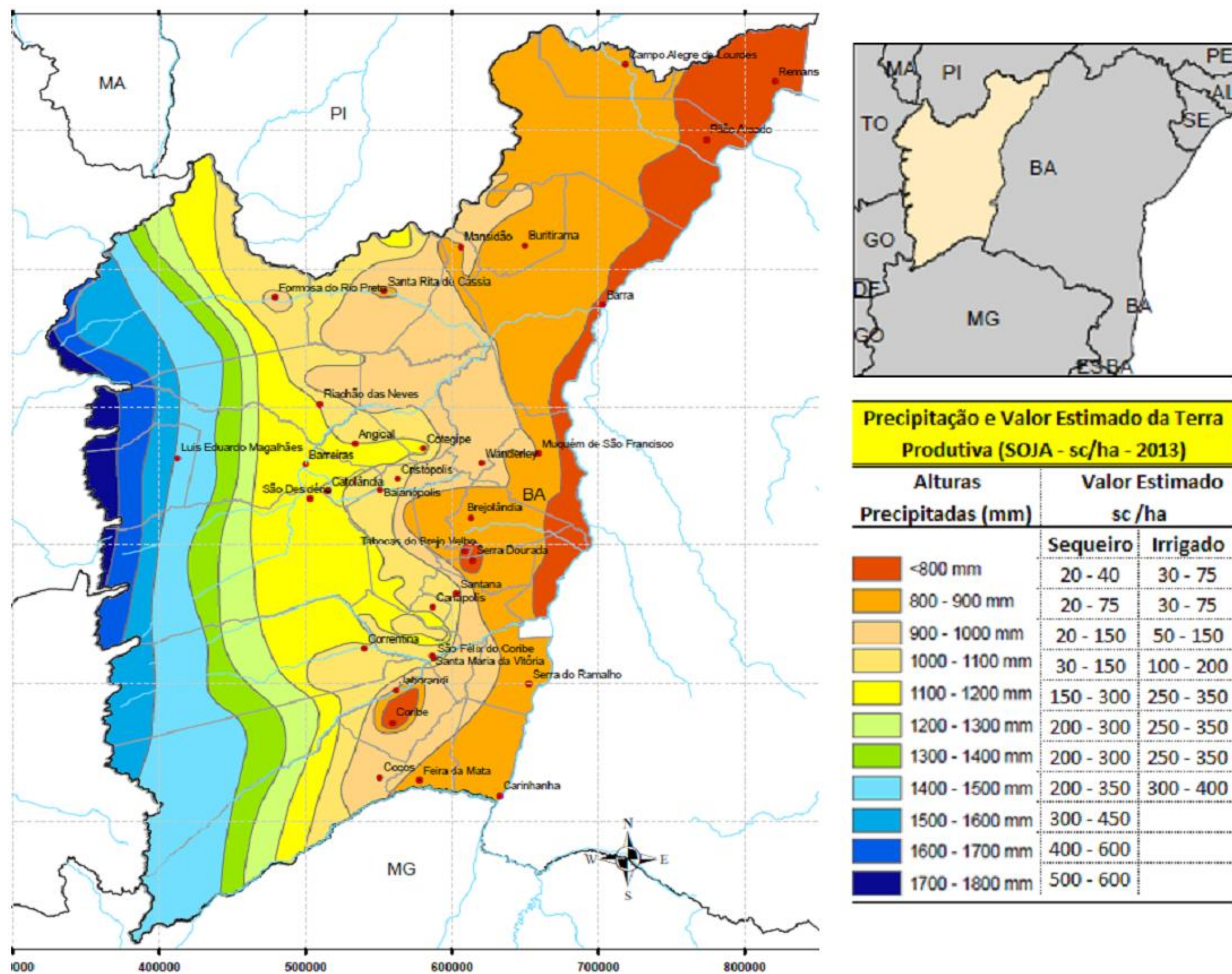
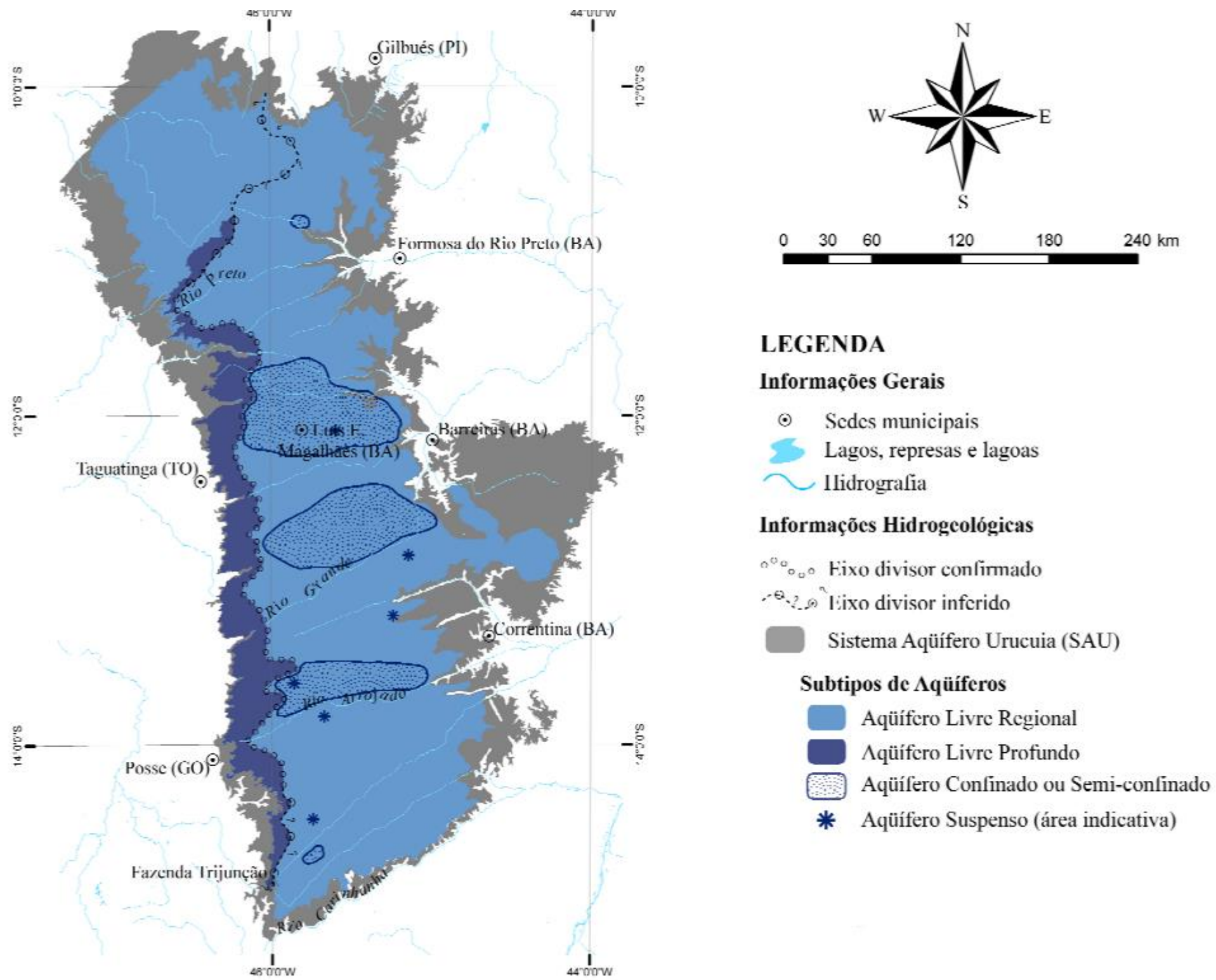


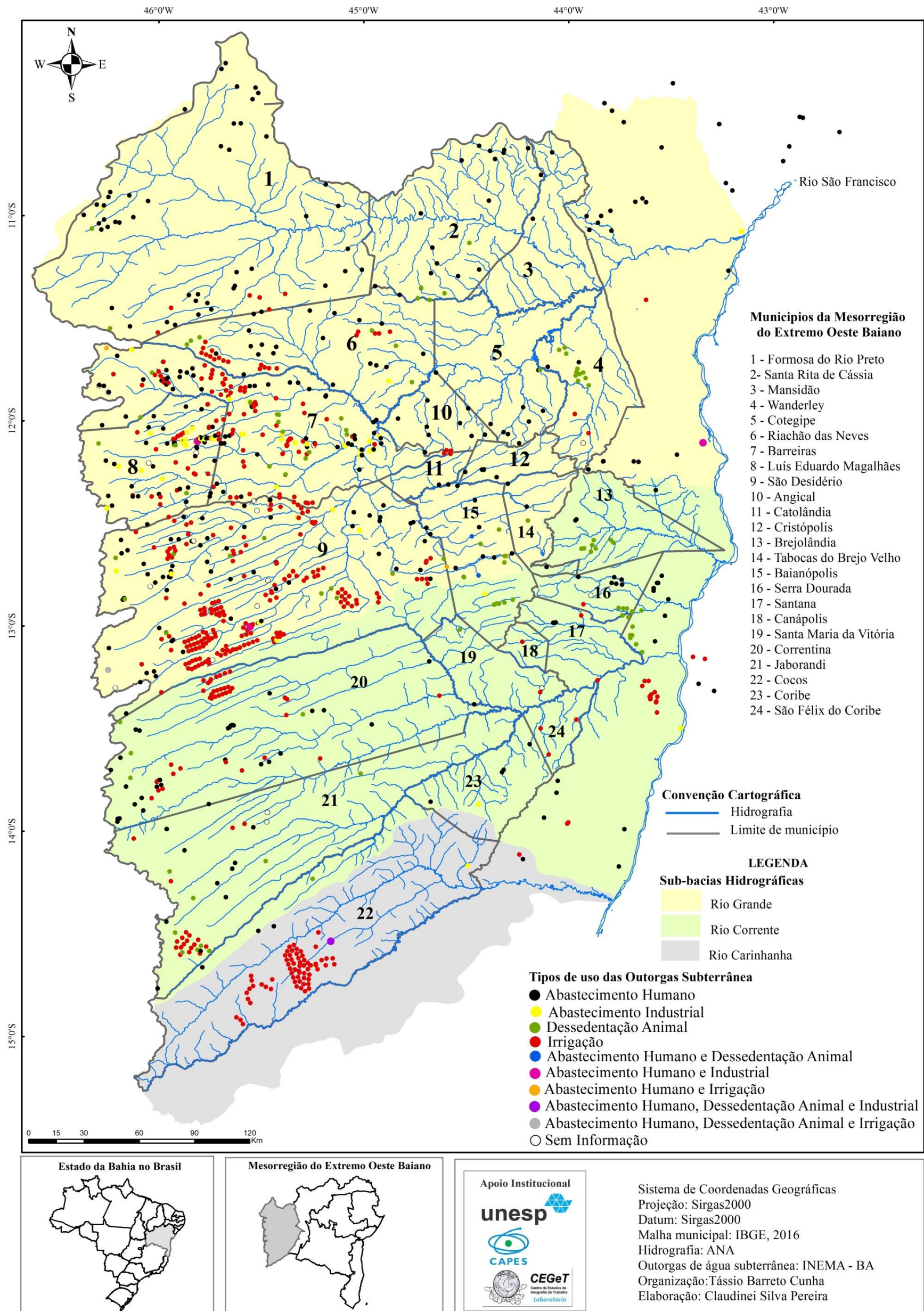
Figura 38 – Precipitação e Valor Estimado da Terra Produtiva no Oeste da Bahia  
 Fonte – AIBA (2014)





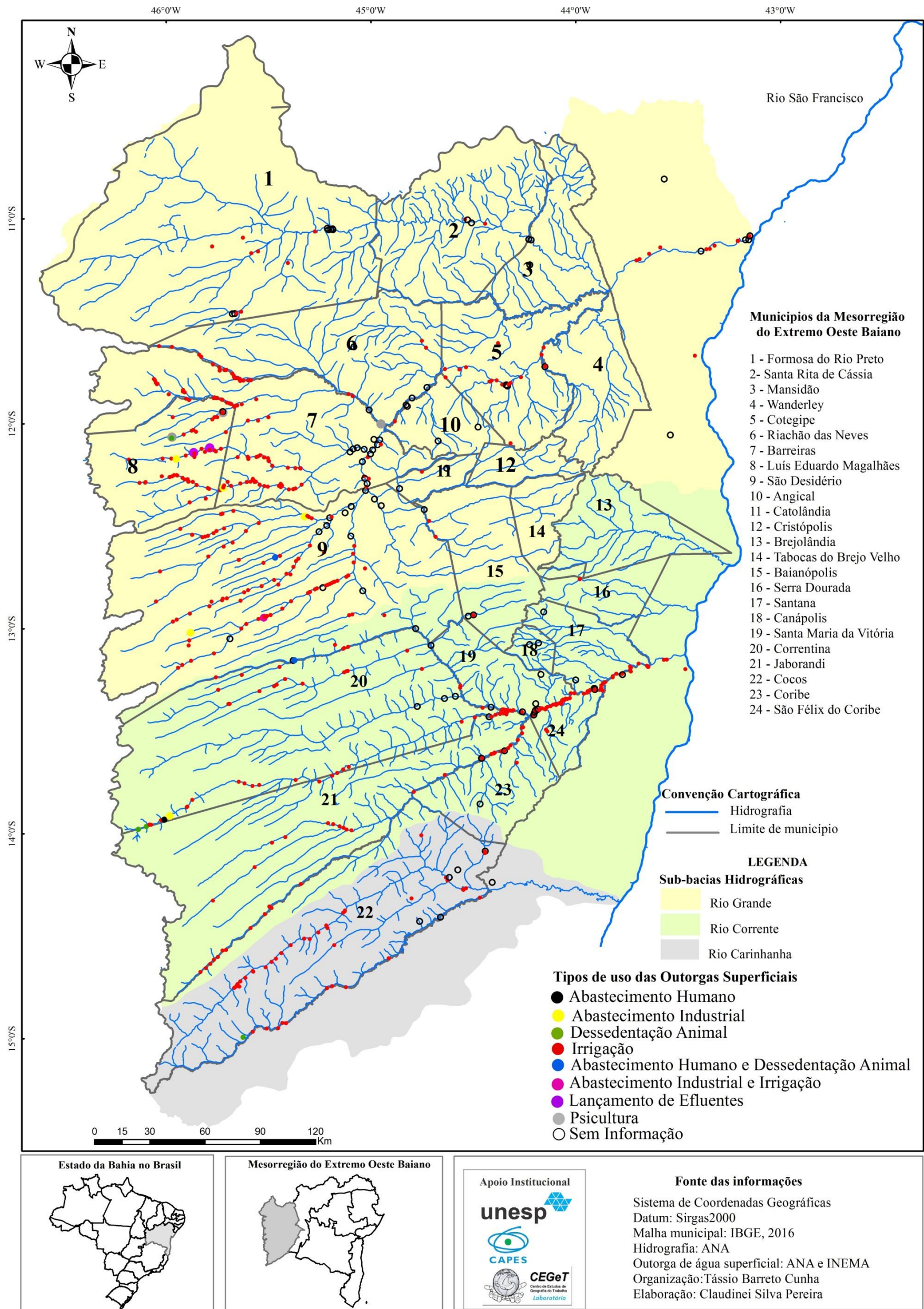
**Figura 39:** Subtipos de aquíferos dentro da área efetiva do Sistema Aquífero Urucuia  
 Fonte– Gaspar (2006)





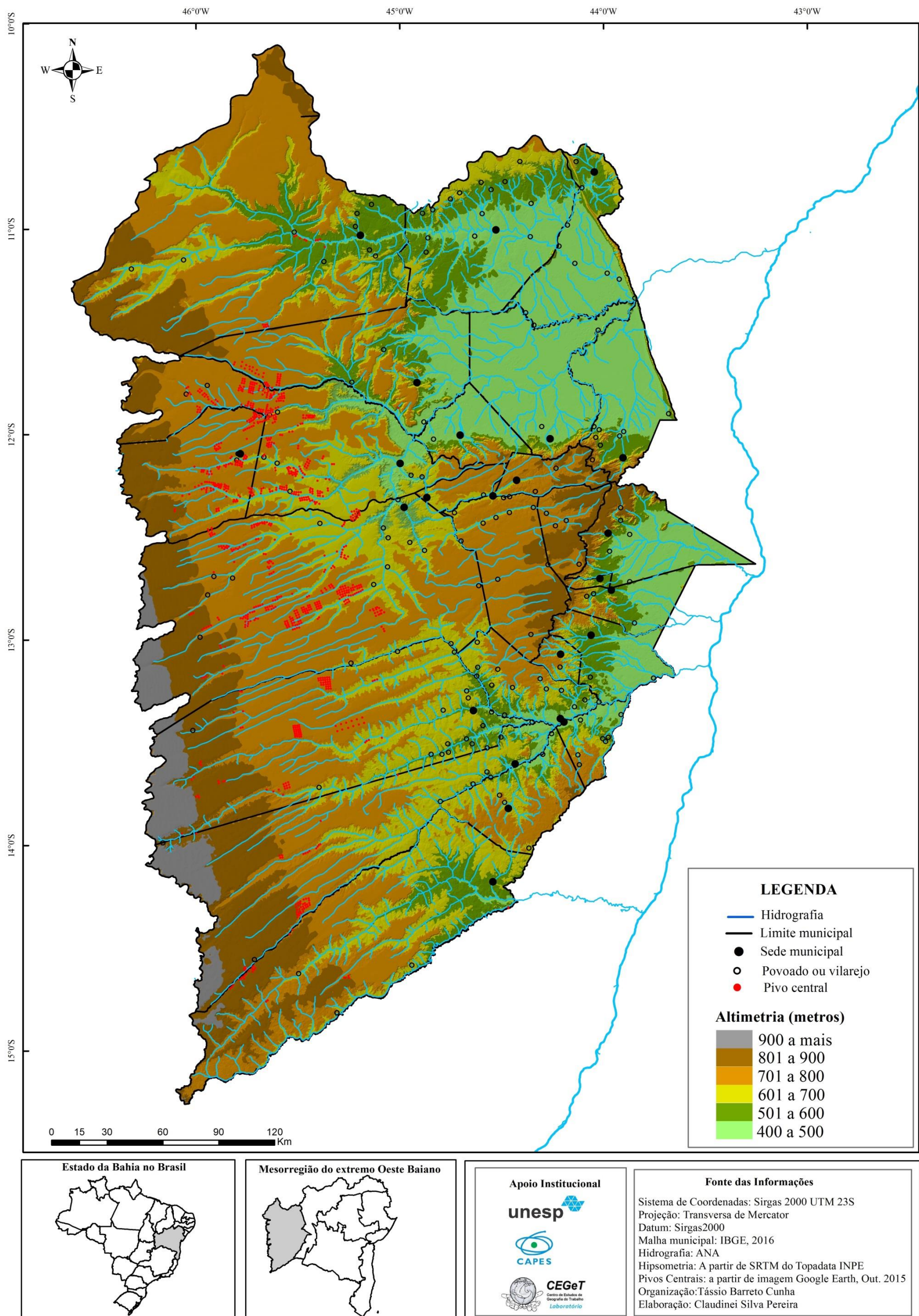
**Figura 40 – Espacialização das outorgas de água subterrânea no Oeste da Bahia por tipo de uso**  
 Fonte – INEMA / ANA (2015)





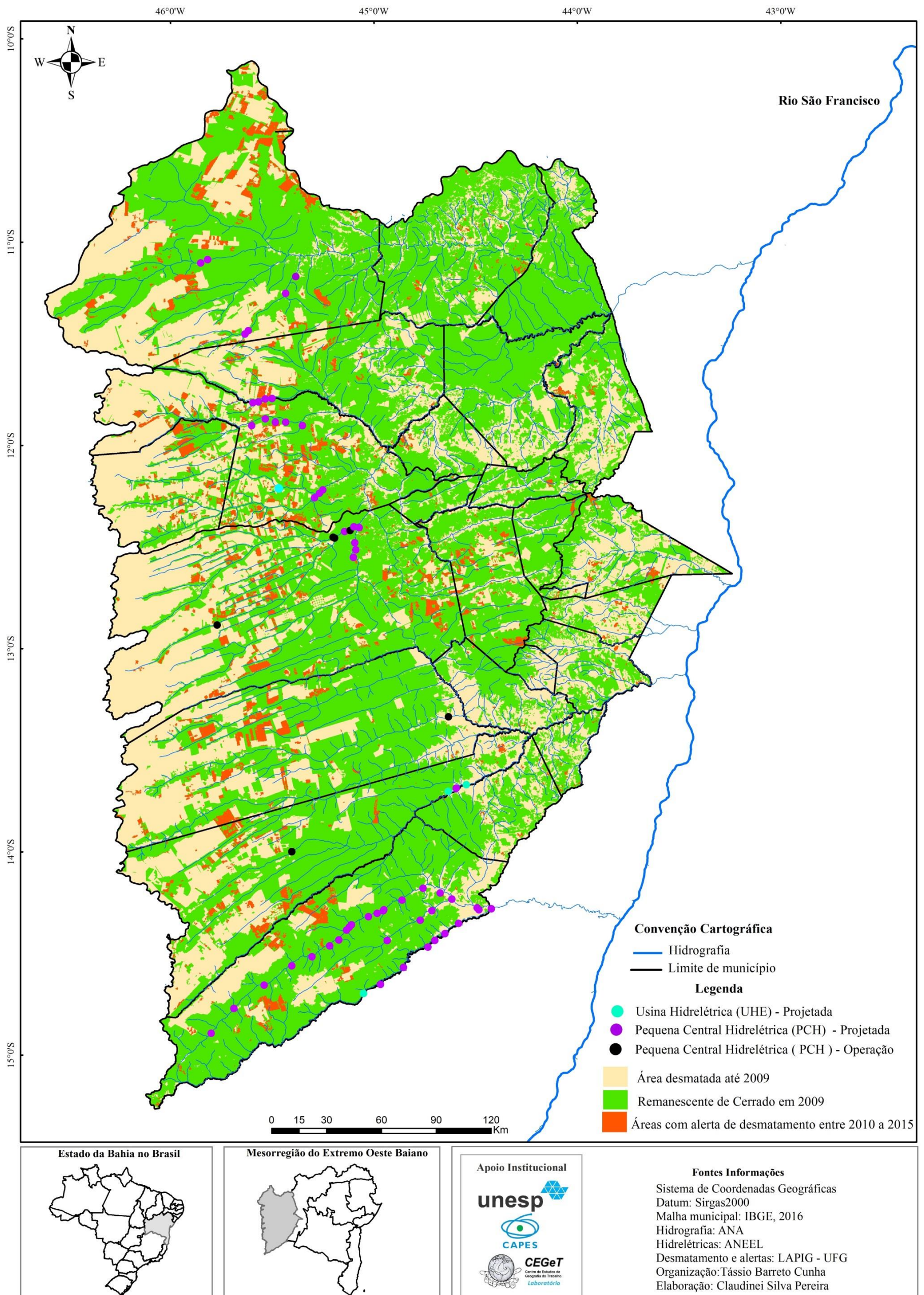
**Figura 41 – Espacialização das outorgas de água superficial no Oeste da Bahia por tipo de uso**  
**Fonte – INEMA/ANA (2015)**





**Figura 42:** Especialização dos pivôs centrais no Oeste da Bahia sobreposta a altitude do relevo, a rede de drenagem de terceira ordem, as cidades e as comunidades rurais  
**Fonte –** INPE e Google Earth (2015)





**Figura 43:** Aproveitamentos hidrelétricos implementados e projetados sobre remanescentes de cerrado no Oeste da Bahia  
**Fonte-** ANEEL (2015) e LAPIG (2015)

### 3.3 Os impactos na rede hidrográfica de um "jardim do éden comprometido"

Os rios no Oeste da Bahia sempre foram meios estratégicos para os processos expansionistas, desde tempos pretéritos quando eram as principais vias de transporte de passageiros e mercadorias. Um elemento central para a formação de 100% das cidades da região, em que os maiores centros se localizavam na margem de corpos d'água que possibilitavam a navegação com embarcações de maior porte, permitindo a interligação com a hidrovia do Rio São Francisco e concomitantemente o vínculo com rodovias e ferrovias, proporcionando uma conexão comercial com locais fora da região. Eram tempos de ritmos econômicos lentos, em que os belos rios do Oeste da Bahia, que correm no sentido Oeste-Leste, em uma drenagem paralela junta aos vales encaixados, conviviam com a tranquilidade praticamente inata dos ritmos da natureza.

Os ritmos lentos ditados pela pífia relação com o círculo financeiro global foram reconfigurados ao longo dos tempos, rompidos de modo exorbitante após a abertura da fronteira agrícola, conjuntamente com a supressão em série da vegetação e o uso desenfreado da água para a irrigação. Essas foram práticas basilares para se construir o alicerce da produção, apresentando a água como elemento central na montagem e manutenção dessa estrutura produtiva. Pois são nos locais desmatados para a produção de sequeiro e os sítios irrigados, que o controle da água enquanto recurso para a produção é visto de modo mais lúcido e em maior grau. Principalmente, por nesses locais estarem presentes chuvas cabíveis de proporcionar um ritmo pluviométrico adaptado ao ciclo da produção agrícola implementada, somado a uma estrutura geológica e de vegetação que possibilita a utilização das águas superficiais e subterrâneas de altíssima potabilidade (VIÉGAS & OLIVEIRA, 2005).

Todavia, em nosso entendimento, a supressão em série da vegetação sobre a área de recarga do Aquífero Urucuia e o uso desenfreado da água subterrânea e superficial para irrigação, são fatores que podem estar contribuindo com sérios impactos sionaturais, como a morte e a diminuição da vazão dos rios no Oeste da Bahia. Isso por entender, que o desmatamento e a sucção da água em alta quantidade e sem controle para irrigação, podem ser responsáveis por provocar um balanço hídrico negativo, devido à diminuição da infiltração e a retirada de água superior a reposta pela chuva. Este fenômeno poderá está provocando a morte de pequenos córregos, a diminuição do escoamento de base do aquífero e consequentemente a diminuição da vazão dos médios e grandes rios<sup>97</sup>, atrelado a

---

<sup>97</sup> Segundo a ANA (2014), a vazão mantida pela água subterrânea (escoamento de base) existente no aquífero Urucuia no Oeste da Bahia e direcionada para o Rio São Francisco, se encontra em situação de declínio em



uma diminuição das chuvas a nível regional, o que pode estar potencializando o estresse hídrico vivenciado.

Essas questões são acopladas a problemas sociais por estarem ligadas a cadeia produtiva da dinâmica capitalista, responsável por impactar diretamente o cotidiano de trabalhadores ribeirinhos. Prática que necessita da água como mercadoria passível de apropriação privada, condicionada por políticas e conflitos em variadas escalas, além de ser responsável por reforçar o alicerce da hierarquia social, com o lado oculto da acumulação da riqueza na mão de poucos e a face escancarada da degradação do trabalho e da natureza.

Fomenta-se, portanto, os quadros da justiça socioambiental e os ciclos econômicos que o Oeste da Bahia está atrelado, com a exportação de commodities e a exploração de recursos naturais e do trabalho de modo demasiado, inclusive, pelo fato do Oeste da Bahia se encontrar dependente de uma política econômica, possuidora da exportação de produtos primários, como protagonista da balança comercial. O que leva a extração de mais recursos quando a economia cresce, ou se arrefece, com a intensificação do acesso ao crédito para se acumular mais, ou a facilitação da obtenção para forçar outro ciclo econômico de crescimento (IORIS, 2006).

A interpretação da água no Oeste da Bahia, surge a partir da opção do Estado em atender os ditames do capital externo diante das pressões sofridas, impedindo a sua autonomia político-econômica, com o impulso da flexibilização fiscal macroeconômica e as privatizações em massa dos mais variados tipos, como ferramentas para atrair investidores estrangeiros. Dessa forma a privatização da água se vincula majoritariamente aos setores de irrigação e hidroeletricidade, enquanto novas alternativas para a acumulação do capital e aumento das injustiças sociais, o que demonstra a face da não alteração da lógica fundamental de exploração socionatural existente secularmente no Brasil, na qual a água sempre foi vinculada.

O Estado como produto da sociedade capitalista que licencia a privatização da água é o mesmo que permite a construção dos sustentáculos para tal feito, como a permissão da propriedade privada da terra, vista enquanto uma das bases para o seu controle, pois é nela que esse elemento estará disponível para o usufruto humano em qualquer que seja o seu

---

todas as sub-bacias hidrográficas entre 1975 e 2010, acompanhada pela diminuição das chuvas com a mesma proporção. Entretanto, com relação à vazão dos canais fluviais, verifica-se situação diferenciada, na medida em que esta apresenta-se proporcionalmente superior em relação às chuvas. Contudo, entende-se que para termos uma posição mais embasada sobre o balanço hídrico no Oeste da Bahia, seria necessário um estudo mais aprofundado com outras variáveis hidrológicas como infiltração, evapotranspiração, temperatura, umidade etc. Pelo motivo da chuva, do escoamento de base e a vazão dos rios (variáveis analisadas) não possuem relação direta e única com a estimativa da diferença entre a disponibilidade e a demanda das águas. Dessa forma, o intuito do que se apresenta nesse trabalho é fomentar o debate em relação à situação dos rios da região a partir das categorias chuva e vazão, consideradas como importantes, mas não exclusivas.

estado no ciclo hidrológico. O controle da terra e da água são fundamentos essenciais para a exploração e tecnificação do capital no campo, em que o comando desses elementos condiciona a expropriação de grupos sociais que possuem neles o suporte das suas relações de vida e de produção, o que torna a tríade da Terra – Água – Trabalho como basilar para compreendermos as disputas territoriais no campo rastreadas pelos conflitos e, conseqüentemente, as relações de poder vinculadas aos mais variados encadeamentos do CTA.

Esse Estado que age em conluio com o capital, é o mesmo que permite os impactos junto à natureza e aos trabalhadores. Consentimento que parte da omissão na grilagem de terras e a permissão da alta concentração; a não condenação dos empreendedores em processos trabalhistas ligados a super exploração de trabalhadores; o licenciamento de supressão da vegetação desenfreada em propriedades sob suspeita de grilagem; a anuência de outorgas d'água sem controle para a irrigação; a autorização do uso de agrotóxicos, que condena a vida humana e da natureza etc. Ou seja, são ações que sentenciam o equilíbrio ser humano/natureza, com reações que promovem situações catastróficas e irreversíveis em uma escala de tempo humana, como: a intoxicação de trabalhadores seguida da promoção de neoplasias malignas; os processos de erosão em massa; a poluição de rios e aquíferos; a morte e diminuição na vazão de rios e aquíferos; o desequilíbrio dos ecossistemas e a proliferação de espécies parasitárias; a expropriação e superexploração de trabalhadores etc. Isso enquanto processos que ao mesmo tempo em que destroem para acumular, acumulam para destruir. Em um movimento contínuo, que da mesma forma que constroem a escassez, luta contra ela, pois a natureza que é destruída é a mesma que dar sustentação para a locomotiva financeira se expandir por meio da exploração dos seus recursos e do ser humano.

Contudo, sabendo que a degradação humana e da natureza faz parte da lógica capitalista de buscar o lucro, partimos da ideia que o capital não possui nenhuma consideração pelos valores e sobrevivência humana, e tão pouco, pela manutenção do equilíbrio natural. Sendo nesse sentido considerado “sem pátria”, construindo e destruindo, de acordo com os seus interesses. É dessa forma que os impactos sobre a água e conseqüentemente sobre a população no Oeste da Bahia são programados (como mostra as Figuras 44, 45 e os relatos abaixo), pois, ao passo que um determinado espaço não lhe dar mais condições de atender os seus anseios, o seu próprio sentido buscará outros lugares que possa dar continuidade a sua trajetória destrutiva e acumulativa.



É desse modo que estamos entendendo a abertura da fronteira agrícola no sentido Oeste – Leste na Bahia e em direção aos Estados do Tocantins, Piauí e Maranhão, na região econômica denominada pelo Estado de MAPITIBA. Não somente como mais uma zona de degradação natural e humana em nome da expansão do mercado, mas também por possuir áreas sem exploração, vistas como reservas por capitalistas que assistem a degradação em massa de outras áreas que já dão sinais de arrefecimento na produção por conta da degradação sionatural construída, como mostra as Figuras 44 e 45 e os relatos das reportagens no Oeste da Bahia.

## **Agricultores do Oeste da Bahia vão reduzir mais da metade da área irrigada devido à escassez hídrica**

**Figura 44** – Agricultores do Oeste da Bahia vão reduzir mais da metade da área irrigada devido à escassez hídrica

“É importante ressaltar que esta é uma iniciativa racional da categoria, e não uma decisão imposta por autoridades, mesmo porque todos os irrigantes daregião estão legalizados, pois possuem outorgas concedidas pelos órgãos ambientais competentes. O que queremos com isso é contribuir para minimizar os efeitos da estiagem. Contudo, outros segmentos da sociedade que contribuem para a baixa vazão dos rios, fazendo uso indiscriminado da água, precisam fazer parte deles”, explicou o diretor de Águas da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Cisino Lopes.

**Fonte** – Jornal Conexão Tocantins, Palmas – TO, 07/06/2016

## **Moradores defendem rio que corta Barreiras**



**Figura 45:** Moradores defendem o rio que corta Barreiras

O 'Grande abraço ao rio Grande, que é um dos principais afluentes do rio São Francisco, foi um ato simbólico organizado em uma ação

conjunta entre instituições sócio-ambientais, acadêmicas e culturais, visando chamar a atenção de toda a comunidade regional e órgãos de fiscalização ambiental sobre a situação crítica dos rios. [...] ambientalistas defendem que a diminuição drástica no volume de água "era previsível, pois vários pesquisadores do cerrado já vinham chamando a atenção sobre as agressões ambientais e suas consequências, mas a sociedade permanecia alheia à tudo isto".

**Fonte** – Jornal A Tarde, Salvador – BA, 07-06-2016

A intensificação dos conflitos na última década segue junto à morte e diminuição na vazão dos rios, o aumento do desmatamento, a intoxicação dos trabalhadores e etc., paralelo ao aumento da produção agrícola, seja via plantações de sequeiro ou irrigado por meio de pivôs centrais<sup>98</sup>. Demonstrando o nexos da degradação humana e natural com a cadeia produtiva, contudo, interpretada de modo discrepante entre as diferentes classes presentes no Oeste da Bahia, como nos mostra os relatos abaixo. O primeiro, relatado por um representante sindical do município de Correntina<sup>99</sup> e o segundo, um trecho da reportagem - “Em 1972 vazão mínima dos rios do Oeste já era igual às de hoje”, divulgada em 10/05/2016 pelo Jornal Expresso em LEM.

O Oeste da Bahia já passou por secas históricas, como em 1830, 1890, dentre outras que não me recorde ao certo. Contudo, em qualquer que seja o ano, não há nenhum registro que algum rio considerado perene chegou a secar. A morte e a diminuição das vazões dos rios no Oeste se iniciaram a partir da década de 1980. Ação atrelada diretamente com o desmatamento desenfreado a partir da abertura da fronteira agrícola.

(Afrânio, Bom Jesus da Lapa – BA, julho de 2014)

[...] rio de Ondas está com baixo nível, com vazão de 23.3 metros por segundo. [...] a vazão mínima do rio, em dados registrados em 1972 pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), quando se chamava Sulvale, indicam que os rios do Oeste da Bahia já tiveram seus volumes reduzidos em decorrência de estiagem na região. Nesse ano, quando não existia nenhum pivô central em toda a Bahia, a vazão mínima chegou a 25 m/s. A maioria dos equipamentos de irrigação gastam 150 metros cúbicos por hora. A vazão residual seria suficiente para ligar 552 equipamentos do tipo pivô, durante 24 horas por dia. Hoje, os equipamentos da região são ligados entre 7,5 e 8 horas por dia, para se aproveitar da tarifa beneficiada. Mesmo assim, quando estão todos ligados, costumam desligar em cascata, pela deficiência da energia. Religar os pivôs demanda tempo. Hoje a grande maioria dos pivôs não é ligada durante a estação seca. Só são ligados na estação das chuvas, para irrigação de salvação ou para antecipar colheitas, a partir de outubro, com objetivo de fazer duas safras. [...] Há 5 anos não chove no

---

<sup>98</sup> Não conseguimos uma séria histórica de avanço dos pivôs centrais no Oeste da Bahia, contudo, os dados esporádicos relatados nas pesquisas citadas, nos apresentam claramente essa evolução, intensificadas principalmente em anos com incentivos governamentais para tal técnica quando a pluviometria apresenta índices mais irregulares e médias abaixo do esperado. Ano: 1987 – 11 Pivôs/1993 – 376 Pivôs (HAESBAERT, 1995); Ano: 2008 – 556 Pivôs \*somente em Barreiras e São Desidério (FLORES, 2011) & (SPAGNOLO, 2011); Ano: 2015 – 1173 Pivôs (ANA, 2016).

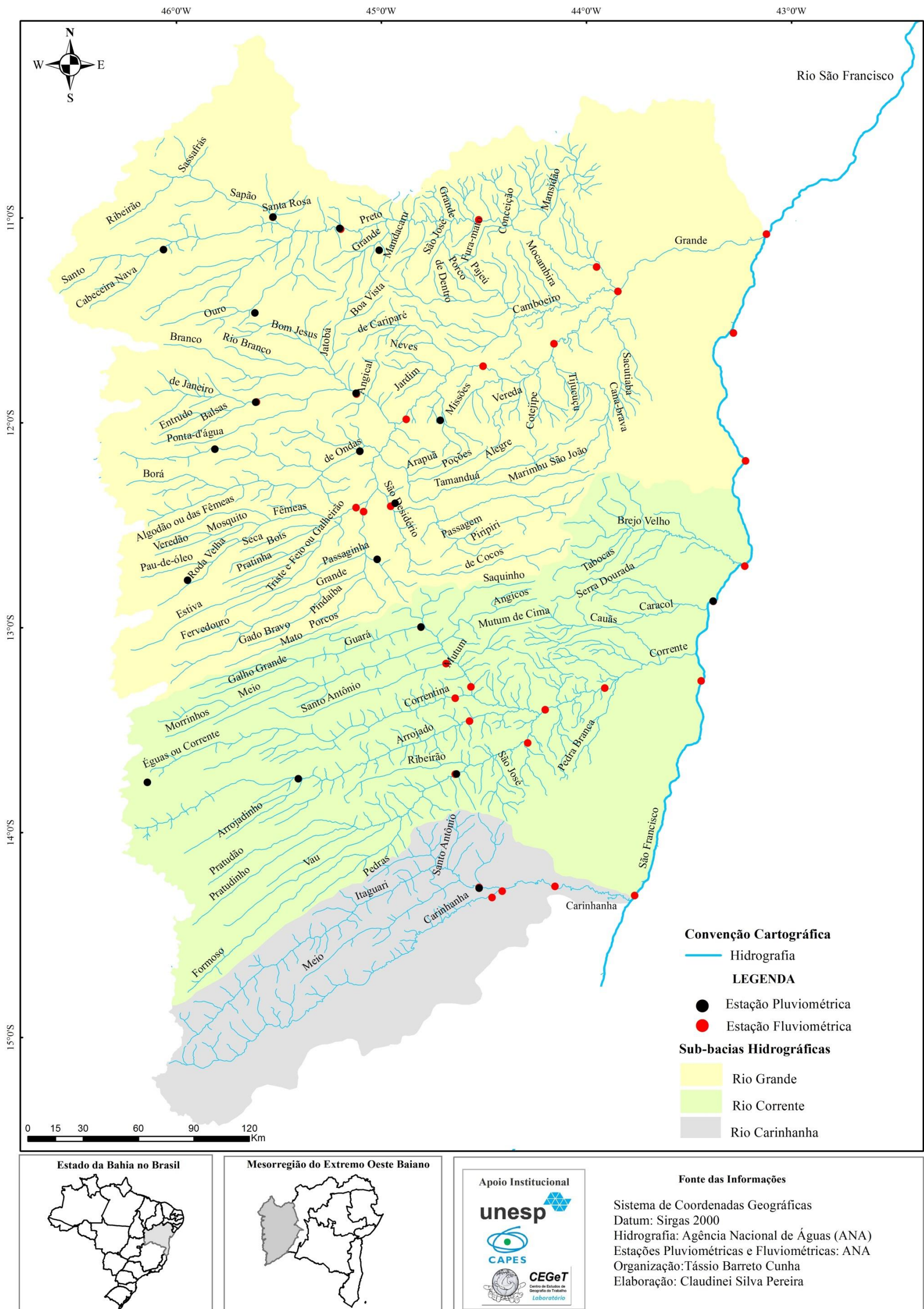
<sup>99</sup> Conversa informal, com registro no caderno de campo.

Oeste Baiano. É óbvio que isso vem diminuindo a vazão de nascentes e o nível dos lençóis freáticos superficiais e profundos que alimentam os rios. Portanto, demonizar os avanços tecnológicos da irrigação só vai afastar, ainda mais, a cadeia produtiva do agronegócio da região.

(Jornal O Expresso, LEM, 10/05/2016)

As informações descritas expressam diferentes visões interpretativas em relação à problemática da diminuição na vazão e morte dos rios no Oeste Baiano. A primeira mostra esse totalidade por meio de uma comparação temporal e a segunda tenta explicar o todo através de uma parte, considerando apenas a vazão média de um mês e outros dados pontuais para justificar a falta d'água, justificando a escassez enquanto natural e não como algo produzido. São diferentes visões de como interpretar a crise hídrica que vive o Oeste da Bahia, o que nos instiga a criar um nexo das diferentes interpretações pautadas entre as classes, ou seja, os discursos dos marginalizados com os dados utilizados pelos empreendedores (propagados por alguns veículos de empresa e instituições que lhe representam). Contudo, com um panorama geral (e não pontual) de toda rede hidrográfica da região, interpretada quantitativamente a partir dos dados das estações pluviométricas e fluviométricas (Figura 46) e qualitativamente através dos relatos da população envolvida.





**Figura 46:** Estações Pluviométricas e Fluviométricas no Oeste da Bahia  
**Fonte – ANA (2016)**

A Tabela 24 nos apresenta a lista de corpos d'água mortos<sup>100</sup> no Oeste da Bahia como um indicativo do rompimento da dinâmica natural das bacias hidrográficas, indiciando a escassez produzida como algo provocado pelos ditames do capital em implantar e expandir sua produção, por meio do desmatamento em série, a compactação do solo, o soterramento de lagoas e veredas etc., e conseqüentemente o aumento do escoamento superficial e a diminuição da infiltração. Dessa forma rompendo com o equilíbrio do balanço hídrico dos aquíferos e assim provocando a morte das nascentes e rios.

Isso mostra que a pressão sofrida pelas águas superficiais e subterrâneas no Oeste da Bahia, é resultado das formas que o capital apropria e degrada a natureza, em que a necessidade de acumular capital e agremiar valor para continuar o seu ciclo, conduz o ritmo desses apossamentos. Faz-se com que a crise da água seja justificada pelo modo como determinados indivíduos se apropriam desse bem transformado em recurso para atender os seus anseios capitalistas, e não somente como uma causa natural.

**Tabela 24 – Corpos D'água Mortos no Oeste da Bahia**

Bacia Hidrográfica	Rios Mortos no Oeste da Bahia	Município
Rio Grande	Rio dos Cachorros	LEM
	Riacho Redenção	Angical
	Riacho da Malhadinha	Formosa do Rio Preto
	Riacho da Comunidade do Arroz	Formosa do Rio Preto
	Rio dos Porcos	São Desidério
	Rio Triste e Feio	São Desidério
	Rio Ponta D'água	São Desidério
	Vereda do Anastácio	São Desidério
	Riacho da Cabeceira Grande	São Desidério
	Pindaíba	São Desidério
	Vereda do Fele	São Desidério
	Vereda do Gado Bravo	São Desidério
Rio Corrente	Ribeirão Bom Jesus	Correntina
	Ribeirão da Vaca Morta	Correntina
	Ribeirão do Rosário	Correntina
	Ribeirão da Salobra	Correntina
	Ribeirão do Sapé	Correntina
	Ribeirão Lençóis	Correntina
	Ribeirão Caixeiro	Correntina
	Ribeirão Baixão	Correntina
	Ribeirão dos Buritis	Correntina
	Rio Planta Cana	Correntina
	Rio Itapicuru	Correntina

<sup>100</sup> Acreditamos que esse número seja maior. Porém, diante das limitações do campo, não conseguimos a contabilização de forma mais precisa, por não alcançarmos mais comunidades presentes nas cabeceiras dos principais rios da região.

	Rio do Corredor	Correntina
	Rio Cabeceira Grande	Correntina
	Rio Sucuriu	Correntina
	Rio Catingueiro	Correntina
	Rio Caititu	Correntina
	Ribeirão do Salitre	Correntina

**Fonte:** Trabalho de Campo e Globo Rural (2000)

O desequilíbrio na dinâmica de uma bacia hidrográfica sinalizada pela morte de pequenos rios de terceira ordem, como ocorre no recorte territorial analisado, indica a diminuição na vazão de rios vinculados a uma hierarquia superior na rede de drenagem que estão presentes, conseqüentemente prejudicando os usuários e ocasionando conflitos, emergidos nos períodos secos do ano. Sobretudo por nesse espaço de tempo os corpos d'águas estarem com as menores vazões e os usuários a utilizarem de modo mais intenso, com poucas alternativas de fontes para atender suas demandas. Isso ocorre substancialmente por dois motivos: tanto pela diminuição natural das chuvas no período seco, quanto pelo desequilíbrio ocasionado pelo desmatamento e impermeabilização do solo, dificultando a infiltração, aumentando o fluxo de água superficial na época de chuvas e conseqüentemente não oferecendo uma recarga hábil para o aquífero<sup>101</sup> atender a rede de drenagem superficial no período não chuvoso.

As Figuras 47 e 48 mostra a situação calamitosa que os rios e a população do Oeste da Bahia estão passando, enquanto uma demonstração clara de todo esse desequilíbrio construído. Expressa-se num período chuvoso bastante irregular de 2015/2016, com uma alta concentração pluviométrica no mês de janeiro de 2016 e pouca chuva nos demais, o que provocou nos rios uma das mais baixas vazões registradas, provavelmente intensificada pela assimetria de armazenamento de água do Aquífero Urucuia ocasionada pela supressão da vegetação nas áreas de recarga, somada a maior utilização nas irrigações intensificadas nesse período de veranico<sup>102</sup> mais extenso<sup>103</sup>.

<sup>101</sup> A crescente variação nos usos da água no Oeste da Bahia junto à complexa teia de arranjos institucionais e financeiros, segue paralelamente ao desenvolvimento de inovadas estratégias que buscam novas alternativas de acumulação, aprofundando a manipulação da água. Situação que traz o principal aquífero regional, o Urucuia (Figura 38), para o centro das atenções. Sobretudo por ser responsável direto pela vazão dos rios da região, principalmente no período seco. Em que a sua recarga chega a contribuir até 30% da vazão do rio São Francisco.

<sup>102</sup> Designação que denota um intervalo de tempo sem chuvas durante o período de maior intensidade pluviométrica do ano.

<sup>103</sup> Não nos propusemos a realizar estudos detalhados das vazões referentes aos rios e aquíferos no Oeste da Bahia nesse período. Contudo, a percepção construída diante dessa pesquisa, nos faz entender essa dinâmica como algo tácito diante da magnitude dos impactos.





**Figura 47** – Sucção de água superficial com fins para irrigação por meio de pivô central no Oeste da Bahia em junho de 2016

**Fonte:** Jornal Mural do Oeste (2016)



**Figura 48** – Enchente do Rio Corrente em Santa Maria da Vitória em janeiro de 2016

**Fonte:** G1 (2016)

O relato abaixo, presente na reportagem do Jornal Mural do Oeste (2016), apresenta o titubeio do habitante que enviou a Figura 47, diante da situação funesta vivida pelos rios da região, sobretudo no ano de 2016. Agonia refletida diante da omissão estatal e dos indícios da degradação das águas vinculada a impulsão de maior lucro dos poucos que dominam economicamente a região, enquanto seguidores de uma dinâmica financeira global. Para Swyngedouw (1997) representa um nodo em uma totalidade articulada, operando em diferentes escalas, possuindo como objetivo maior a compra e venda de trabalho, a transformação da natureza em mercadoria e dinheiro, a transferência e acumulação de capital etc. Representados no conluio do Estado com o capital, que precariza a vida em troca da avareza, da soberba, da luxúria, da pobreza extrema, do desequilíbrio ambiental, da violação dos direitos humanos etc.

Os rios suportam tanta retirada de água? Quantos tubos gigantes existem nos rios sugando água ao mesmo tempo? A população corre risco de ficar sem água? O governo do Estado precisa dar explicações. O IBAMA, o Inema e as Prefeituras precisam dar explicações. Os produtores rurais irrigantes precisam dar explicações. O Ministério Público precisa dar explicações. Vamos esperar os rios secarem? Há urgente necessidade de investigação das outorgas de pivôs. Quantos existem em operação e quantos em vias de liberação? Sabe-se que há muito tempo se fala em venda de outorga de água. Embora não se tenha prova de que isso esteja acontecendo, a súbita queda nos níveis de água dos rios da região mostram que existe algo de podre por trás de tudo isso. Os nossos deputados, a Câmara Municipal, O Prefeito, o governador Rui Costa precisam tomar uma providência. É hora da Polícia Federal entrar no caso e investigar e prender os culpados por tamanha irresponsabilidade [...].

(Jornal Mural do Oeste, Barreiras, junho de 2016)

É no ocultamento dessa complexa teia de arranjos institucionais e financeiros, que as estratégias de apropriação da água ocorrem com a legitimação da propagação de valor atrelada a degradação da natureza e da sociedade. As PCH's no Oeste da Bahia, mesmo em número inexpressivo se tratando da implementação dos empreendimentos, demonstram essa característica com a apresentação de sérios danos socionaturais a população e ao ecossistema, que irradiam as suas ações nos poucos empreendimentos presentes, o que vem causando transtornos, do seu entorno a centenas de quilômetros do sítio da barragem, como demonstram os depoimentos.

Tem também as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's na região toda com conflitos. No caso do rio das Fêmeas existem já 3 PCH's construídas. Tem uma que é do Rieger, particular, é para movimentar energia para movimentar os pivôs, tem Alto Fêmeas que é do grupo Neoenergia (Coelba) e a Sítio Grande, também é do grupo Neoenergia. Teoricamente, as PCH's não ocasionariam danos, mas essa mesma do



Sítio Grande atingiu famílias e o povo que está abaixo da PCH, depois do fechamento do rio, que foi dia 27 de setembro de 2010, nunca mais teve sossego. Horas do dia o rio está seco, horas o rio está cheio demais. O povo não consome água em natura, então essa água vem sempre remexida, suja. No começo do fechamento a empresa forneceu os galões de água para as famílias consumirem para beber e depois nada mais. Ela só considerou 18 km a área de impacto direto, só que os impactos foram sentidos até na cidade de Barra já no rio São Francisco, na foz do Rio Grande.

(Generosa, Barreiras, abril de 2014)

[...] nesse tempo tinha emprego para o Derocal. Acabou a barragem acabou o emprego, ficou coceira em muitos. Eu mesmo me atacou uma coceira na minha pele que isso aqui em mim pinicava igual à formiga. Pinicava que já era junto com a coceira eu coçava, já a mancha levantava. [...] Ai quando pensa que não, eles vieram para esvaziar o rio, quando foi para esvaziar eles vieram aqui falar que o rio ia secar, ai saiu pegando gente para pegar peixe, para num morrer os peixes. Ai foi, o rio secou! Esse rio secou que nós travessávamos de cá para o outro lado a pé. Ô vei! Mas que coisa meu deus do céu, meu pai chega chorou. [...] Meu pai está com 92 anos e foi a primeira vez que viu esse rio secar. Isso para ele foi uma tristeza.

(Geraldina, São Desidério, maio de 2014)

[...] queta com peixe, você só vê piaba no rio, essas piabinhas miudinhas, por que essas piabinhas miudinhas em qualquer lugar elas entram. Peixe grande? Queta menino, é a coisa mais difícil. A coisa mais difícil é você ver um peixe pulando nesse rio. [...] Hoje eu falo para os meus meninos, eu pesquei tanto naquela fonte, tanto peixe que eu pegava ali, cada pedaço de Gorrosco, Pacú, Pial, hoje, você pode olhar lá, você só ver as piabinhas desse tamainho. Cabou-se os peixes. [...] Diminuiu, por que peixe não sobe mais. Dizem que lá encima no lado das barragens tem muito peixe lá, mas se tiver fica lá, pra cá mesmo num tem peixe não. Aqui, antigamente você tinha gosto de ir no rio, depois dessas barragens para cá peixe não sobe, peixe não desce, para onde é que vai? A tendência é acabar.

(Geraldina, São Desidério, maio de 2014)



**Figura 49** – Momento da interrupção do fluxo superficial do Rio das Fêmeas pela PCH Sítio Grande

**Fonte:** Jornal São Francisco (2010)



**Figura 50** – Rio Grande em Barreiras após a suspensão do fluxo d'água do seu afluente Rio das Fêmeas pela PCH Sítio Grande

**Fonte:** Jornal Nova Fronteira (2010)

Os relatos apresentam situações vivenciadas pelo impacto ocasionado com a construção e o fechamento das comportas da PCH Sítio Grande no Rio das Fêmeas no município de São Desidério, em 27 de setembro de 2010, com a interrupção do fluxo do rio para adiantar o enchimento do reservatório. O fato se agravou porque a ação foi promovida irregularmente<sup>104</sup> no final do período seco, época que os rios apresentam as menores vazões. As Figuras 49 e 50 embasam a descrição dos relatos, noticiados após a denúncia do IBAMA, que multou o grupo empresarial responsável pela PCH (Neoenergia), em 6 milhões<sup>105</sup> pelos danos provocados.

Os relatos e as Figuras 49 e 50 registradas instantes depois do fechamento das comportas, mostram o precário estado da degradação socionatural construída, com a penalização da população em praticamente todo o percurso, entre o local da PCH Sítio Grande e o exutório da bacia hidrográfica do Rio Grande. Questões que demonstram claramente o antagonismo entre as formas de se apropriar da água, orientadas pelos valores de uso (higiene, agricultura, lazer, relação cultural e religiosa etc.) e de troca, com diferentes formas de incorporá-la na produção de mercadorias, organizadas pelas necessidades de expansão e acumulação do capital. Nesse caso específico do Oeste da Bahia, o discurso realizado por Jaques Wagner enquanto governador, durante a realização da obra deixa claro essa concepção.

O custo ambiental é muito baixo para aquilo que a gente vai poder produzir, portanto é o modelo que mais nos interessa. Isso aqui foi favorável pelas condições topográficas e da hidrologia do Rio das Fêmeas. E para nós é motivo de alegria. Eu fiz questão de vir, para ver durante a obra e para ver depois ela operando. Ela vai compor todo um sistema que a Coelba tá montando, para garantir uma maior oferta de energia, tanto residencial, quanto para novos empreendimentos do agronegócio que estão chegando.

(Jaques Wagner, São Desidério, Junho de 2009)

**Fonte** - Secretaria de Comunicação da Bahia – SECOM (vídeo youtube)

A PCH Sítio Grande foi financiada com recursos do BNDES na ordem de 100.800.000 R\$ milhões, por via de empréstimos para a empresa Bahia PCH I (BNDES, 2009), uma ramificação do grupo Neoenergia<sup>106</sup>, que comprou a estatal elétrica Companhia

---

<sup>104</sup> O licenciamento ambiental permitia a diminuição da vazão somente a partir de dezembro, com o início do período chuvoso.

<sup>105</sup> Não temos notícias se a multa referente ao crime ambiental foi paga, ou se serviu apenas para se agregar as outras que não são pagas, equivalentes a 99% das multas aplicadas no Brasil.

<sup>106</sup> Um holding formado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), com 49,01% das ações da empresa, a Iberdrola, com 39%, e o Banco do Brasil, com 11,99%. Atuando principalmente no ramo de distribuição de energia elétrica. Contudo a empresa está expandindo os seus investimentos na produção de energia elétrica, sendo que no Oeste da Bahia ela já possui 3 hidroelétricas, Alto Fêmeas, João Goulart e Sítio Grande (Neoenergia, 2016).

de Eletricidade da Bahia – Coelba em 1997. Visto que, esse montante de investimento estatal no setor privado, é mais uma confirmação que o investimento privado, principalmente o internacional, é o que define a maioria do direcionamento dos financiamentos públicos no Oeste da Bahia. Direcionados para grandes grupos que se aproveitam da vantajosa estrutura institucional oferecida pelo Estado, para expandir seus capitais em determinados setores da cadeia produtiva. Um processo encadeado, que ramifica diferentes setores do capital para atuar em um foco comum, o lucro (GARZON, 2010).

O capital energético no Oeste da Bahia segue seu foco na apropriação da água para a produção de energia elétrica visando principalmente sua integração no SIN, fusão que lhe garanti a venda de sua produção, independente se consumida ou não por utilitários presentes em seu em torno. Os movimentos sociais vêm denunciando que não há déficit de energia elétrica no Oeste da Bahia, sobretudo porque existem aproveitamentos hidrelétricos construídos, mas desligados, como ocorre com a UHE João Goulart em Correntina, com capacidade de 9 MW. Portanto, a estrutura hidroelétrica planejada para o Oeste Baiano possui garantia na estabilidade de venda da energia, mesmo se a mega infraestrutura planejada para ser instalada em torno da cadeia produtiva do agronegócio retardar ou for interrompida.

O discurso do Estado em referência à produção de energia para atender a demanda local, é válida a partir do ponto de vista da redução dos custos, tanto de transporte quanto dos produtores que alcançarem autonomia energética. Contudo, a lógica expropriativa é a mesma, levando em consideração os danos socionaturais que a implantação desses empreendimentos podem provocar, sobretudo em grande número, como é proposto para o Oeste da Bahia. Principalmente quando são somados a expansão do agronegócio por meio do aumento da produção com a ampliação da área de plantio alinhada ao incremento de utensílios científicos e tecnológicos, a melhora na circulação com a construção da FIO, portos e rodovias e a continuidade do alinhamento com os países consumidores das *commodities*. Essa estrutura proposta possui um alto teor impactante frente às águas da região, por penalizar gravemente seu ciclo natural, o que poderá intensificar o estresse hídrico já vivenciado, como o relato abaixo nos apresenta.

Até aonde a gente vai ter perdas e quem é que vai ter lucro com isso? A gente vê que caso essas hidrelétricas, mesmo com todo processo de luta, sabe que as empresas a cada dia se organizam para explorar todos esses recursos. Outra coisa, além das barragens que eles querem construir também tem as demandas das grandes fazendas nas nascentes desses rios. Grandes fazendas do agronegócio para a produção de grãos, para a

criação de gado e os pivôs, que fazem com que os rios cheguem em situação em épocas do ano que é lástima. A questão do rio baixar pela quantidade de pivô central que tem encima para tirar toda essa água. [...] Os rios aqui se a gente for olhar, antigamente até o mês de agosto, setembro, que é o período que eles ficam mais baixos por essa questão do período de seca... tem pedras que a gente nem sabia que existia, que fica fora do rio hoje. Inclusive aquela ilha ali embaixo não existia quando eu vim morar aqui em Correntina no ano de 1999 e hoje ele chega quase metade do que era. Só que ai não dá muito para a gente precisar, se é mesmo por que diminuiu de fato ou se é a quantidade de pivô trabalhando lá encima. A gente não tem como precisar, mas diminuiu bastante, é quase metade. A gente percebe olhando e percebe quando vamos atravessar. Ta fraco, não tem correnteza mais. Todos eles, todos eles no mesmo patamar. O rio Santo Antônio, o rio do Meio, esse rio aqui (Correntina), o Arrojado onde as famílias ficam assustadas. O Carinhanha, para você ter uma ideia, o pessoal consegue atravessar a cavalo, a água não chega na barriga do cavalo no período das chuvas. O pessoal está comentando com a gente que antes não se conseguia em qualquer época do ano. Ta tudo sendo muito explorado. Ai entra toda essa questão do desmatamento, das nascentes, compactação do solo ai para cima. Hoje em dia tem lugares que a água não se infiltra mais, ela bate e escorre, bate e escorre por conta da exploração dos gerais e do cerrado pelo agronegócio, tem lugar que está quase desertificando isso ai.

(Joseni, Correntina, Junho de 2014)

Esse depoimento exemplifica a opinião praticamente unanime da população ribeirinha do Oeste Baiano em relação à rápida diminuição na vazão dos rios da região com o avanço do agronegócio. Fato que nos instigou a ponderar as médias pluviométricas e fluviométricas de todas as vazões da área de estudo que possuíam dados disponíveis, capazes de oferecer embasamento para a proposta de interpretar o campo no Oeste da Bahia a partir da tríade Terra-Água-Trabalho e o conjunto de relações envolvendo esses elementos a partir da proposta do CTA. A partir do entendimento que o fomento da cadeia produtiva ligada ao agronegócio, impulsionada pelo capital junto ao Estado, bancada pela extração do trabalho não pago, necessita do controle da terra em regiões ricas em água, propícias para a suas práticas acumulativas e expansivas.

A Figura 46 e as Tabelas 25 e 26 com a espacialização e tabulação das estações pluviométricas e fluviométricas, contribuem para uma melhor elucidação das questões apontadas. Com a organização realizada por sub-bacia hidrográfica, identificadas pelo nome, município e no caso das estações fluviométricas, também pelo corpo d'água que está presente, organizadas sequencialmente por cada rio no sentido montante – jusante. Essa apresentação da Figura 46 e as Tabelas 25 e 26 foram realizadas no intuito de melhor interpretarmos os gráficos e as tabelas dos dados ponderados, para assim enriquecermos a dinâmica territorial dos fenômenos analisados, separados por períodos, sobretudo a partir

do final da década de 1970<sup>107</sup> com a abertura da fronteira agrícola, assim fomentando o debate para quantidade de água que pode ser ofertada<sup>108</sup>.

**Tabela 25** – Estações Pluviométricas com Dados Preenchidos no Oeste da Bahia entre 1977 e 2015

Sub-bacia Hidrográfica	Nome	Município (BA)
Rio Grande	São Sebastião	Angical
	Fazenda Johá	Barreiras
	Fazenda Triunfo	Formosa do Rio Preto
	Roda Velha	São Desidério
	Ponte Serafim - Montante	Barreiras
	Coaceral	Formosa do Rio Preto
	Cera	São Desidério
	Fazenda Redenção	Barreiras
	Fazenda Bom Jardim	Formosa do Rio Preto
	Cabeceira Grande	São Desidério
	Nova Vida - Montante	Barreiras
	Barreiras	Barreiras
	Formosa do Rio Preto	Formosa do Rio Preto
	Fazenda Coqueiro	São Desidério
Rio Corrente	Fazenda Planalto	Correntina
	Fazenda Macambira	Cotegipe
	Gatos	Jaborandi
	Gameleira	Sítio do Mato
	Arrojolândia	Correntina
	Arrojado	Correntina
Rio Carinhanha	Fazenda Porto Alegre	Cocos

**Fonte:** ANA (2016)

<sup>107</sup> A maioria das estações fluviométricas e pluviométricas foram instaladas no Oeste da Bahia nesse período temporal, provavelmente pelo pensamento prévio de instalação da fronteira agrícola e o entendimento da dinâmica das águas ter sido central para o desenvolvimento do capital desde os primeiros anseios para a implantação. Junto a importância que as águas dessa região possui sobre o leito principal do Rio São Francisco. Visto que na última década, as vazões do Rio Carinhanha e Corrente contribuíram em cerca de 16,45% com a vazão do Rio São Francisco. Quantia que provavelmente é maior em épocas secas (esse período foi o que se registrou as menores médias) pelas condições geológicas das sub-bacias, sobretudo por levar em consideração a alta capacidade de armazenamento do Aquífero Urucuia, especialmente em épocas de pouco chuva. Outra condição que certamente elevaria essa proporção é o incremento da vazão do Rio Grande. Visto que em razão do cálculo não ter sido efetuado, pelo motivo da Estação Fluviométrica Barra no Rio São Francisco (a mais próxima a montante do exutório do Rio Grande), não dispor de dados no período analisado. Porém, ao realizar uma simulação, com a soma da média de vazão da foz do Rio Grande com a estação Morpará no Rio São Francisco (a mais próxima a jusante da confluência entre os dois rios) e obtendo a média de contribuição das águas do Rio Grande com o São Francisco, chegou-se a um resultado que os rios do Oeste da Bahia contribuíram 23,5% com a vazão principal do Rio São Francisco na década mais seca analisada (2007 – 2015).

<sup>108</sup> Esse debate foi penalizado nesse trabalho pelo motivo do INEMA não disponibilizar os dados da quantidade de água licenciado para cada outorgado. Entretanto, entende-se que a ponderação dos dados pluviométricos e fluviométricos apresentados, contribuirão para as discussões relacionadas aos usos das águas no Oeste da Bahia, principalmente quando há uma estimativa divulgada pela ANA em um seminário no Oeste Baiano em fevereiro de 2017, que mais de 80% do volume dos rios do Oeste da Bahia já foram outorgados pelo órgão ambiental.

**Tabela 26 – Estações Fluviométricas com Dados Preenchidos no Oeste da Bahia entre 1977 e 2015**

Sub-bacia Hidrográfica	Corpo D'água	Nome	Município
Rio Grande	Rio Branco	Nova vida - Montante	Barreiras - BA
	Rio das Fêmeas	Derocal	São Desidério - BA
	Rio de Janeiro	Ponte Serafin - Montante	Barreiras - BA
	Rio de Ondas	Fazenda Nova Redenção	Barreiras - BA
	Rio Grande	Sítio Grande	São Desidério - BA
	Rio Grande	São Sebastião	Angical - BA
	Rio Grande	Taguá	Cotegipe - BA
	Rio Grande	Fazenda Macambira	Cotegipe - BA
	Rio Grande	Boqueirão	Mansidão - BA
	Rio Preto	Formosa do Rio Preto	Formosa do Rio Preto - BA
	Rio Preto	Ibipetuba	Santa Rita de Cássia - BA
	Rio Preto	Fazenda Porto Limpo	Mansidão - BA
	São Desidério	Fazenda Coqueiro	São Desidério - BA
	Rio Sapão	Fazenda Bom Jardim	Formosa do Rio Preto - BA
Rio Corrente	Rio Arrojado	Arrojado	Correntina - BA
	Rio Corrente	Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória - BA
	Rio Corrente	Porto Novo	Santana - BA
	Rio Correntina	Correntina	Correntina - BA
	Rio do Meio	Mocambo	Correntina - BA
	Rio Formoso	Gatos	Jaborandi - BA
	Rio Formoso	Colônia do Formoso	Jaborandi - BA
Rio Carinhanha	Rio Carinhanha	São Gonçalo	Montalvânia - MG
	Rio Carinhanha	Lagoa das Pedras	Montalvânia - MG
	Rio Carinhanha	Juvenília	Juvenília - MG
	Rio Itaguari	Fazenda Porto Alegre	Cocos - BA
Bacia Hidrográfica	Rio São Francisco	Carinhanha	Carinhanha - BA
Rio São Francisco	Rio São Francisco	Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa - BA
	Rio São Francisco	Gameleira	Sítio do Mato - BA
	Rio São Francisco	Paratinga	Paratinga - BA
	Rio São Francisco	Ibotirama	Ibotirama - BA
	Rio São Francisco	Morpará	Morpará - BA
	Rio São Francisco	Barra	Barra - BA

Fonte – ANA

Dividimos a apresentação dos gráficos e tabelas das médias pluviométricas e fluviométricas por estação e sub-bacia hidrográfica, para melhor conexão e compreensão com a Figura 46, com o objetivo de analisarmos os dados ponderados, partindo da ideia de um todo na região estudada. Para assim, melhor compreendermos a dinâmica das chuvas e dos rios, com o objetivo de entendermos o balanço hídrico entre a pluviometria e a fluviometria e suas relações no território do Oeste da Bahia.

### 3.3.1 Rios e chuvas no Oeste da Bahia

#### 3.3.1.1 Sub-bacia hidrográfica do Rio Grande

Foram analisados dados de 13 estações fluviométricas e 14 pluviométricas, como mostram os Gráficos 7 ao 35 e as Tabelas 27 a 56, com uma dinâmica de comportamento bastante similar ao todo, no que diz respeito a diminuição no período de análise, tanto das chuvas quanto das vazões dos rios, com exceção da estação fluviométrica Fazenda Macambira no Rio Grande (Gráfico 15 e Tabela 35)<sup>109</sup>. Contudo, a proporção de diminuição no regime das chuvas foi inferior à vazão dos rios, o que apresenta indícios do desequilíbrio hídrico na região com contribuição do uso desenfreado das águas e o desmatamento em série.

O regime de diminuição das chuvas foi o maior entre as três bacias hidrográficas da região, porém, no que diz respeito à média de vazão na estação mais próxima ao exutório da bacia hidrográfica (Gráfico 16 e Tabela 41), possuiu o menor decréscimo. Mesmo tendo o maior número de pivôs centrais, a sub-bacia hidrográfica do Rio Grande é a que detém a área mais ampla de cerrado preservado, o que pode estar garantindo uma maior reserva hídrica e conseqüentemente uma vazão mais equilibrada em relação as demais. Porém, os cenários futuros não são otimistas, principalmente por ser o território da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande o mais afetado pelos projetos atuais e futuros discutidos aqui.

As estações presentes no Rio Preto e Sapão (Gráficos 17, 18, 19 e 20 e Tabelas 37, 38, 39 e 40) apresentam as menores irregularidades de vazão da bacia se tratando da diferença entre as décadas, mesmo apresentando declínios nas linhas de tendência. O fato de alguns pontos dessa região da bacia hidrográfica possuírem um regime de chuva ascendente como na estação Fazenda Bom Jardim em Formosa do Rio Preto (Gráfico 29) e uma regularidade maior de chuvas (Gráficos 23, 26 e 29 e Tabelas 44, 47 e 50) em comparação com as outras áreas da sub-bacia hidrográfica, são fatores que devem proporcionar essa condição.

Entende-se que a preservação da vegetação com a APA do Rio Preto e os cerrados ainda preservados em áreas particulares e devolutas, é a principal condição para essa área se apresentar de modo diferenciado se tratando do regime de vazão dos rios, sobretudo

---

<sup>109</sup> Não foi possível obter uma análise mais consistente do porquê somente essa estação possui uma linha de tendência positiva na vazão do Rio Grande, sobretudo por ser a penúltima antes do exutório da sub-bacia hidrográfica que possui tendência de decréscimo no seu todo e por estar em uma condição de não possuir nenhum afluente que adviesse de alguma área com crescimento no regime das chuvas. O que nos faz acreditar em alguma falha dos dados registrados ou em alguma “surpresa geológica” desconhecida, já que a estação Boqueirão (Gráfico 16 e Tabela 36) localizada a jusante apresenta um regime hídrico inverso e a ascensão fluviométrica da estação Fazenda Macambira (Gráfico 15 e Tabela 35) se deu principalmente no período de menor média pluviométrica da bacia hidrográfica segundo a Tabela 56.



quando se compara com o restante da bacia hidrográfica. Isso é observado a partir do momento que o regime dos rios apresenta um ritmo menos intenso nas oscilações de suas médias anuais, comparados às médias das chuvas. Uma prova que a vegetação, mesmo em anos secos, proporciona um melhor equilíbrio entre as águas do aquífero e dos rios. Outro fator que pode contribuir para isso é praticamente a inexistência de pivôs centrais nessa porção da sub-bacia, o que faria elevar o consumo de água nos períodos de seca e veranicos, e conseqüentemente, na contribuição do desequilíbrio das águas superficiais e subterrâneas<sup>110</sup>.

O restante das estações apresentam comportamento bastante similar no que diz respeito ao decréscimo das médias pluviométricas e fluviométricas, sobretudo por estarem em áreas já consolidadas do agronegócio, a jusante de pivôs centrais e das chapadas desmatadas, estando presentes nos locais de maior consolidação dos instrumentos da cadeia produtiva regional, nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Assim sendo, isto proporciona aos rios dessa parte da sub-bacia hidrográfica, a maior presença de conflitos por água catalogados pela CPT.

O decréscimo pluviométrico ocorre em série se tratando das décadas presentes no período de análise (1977 a 2015), o que mostra a diminuição das chuvas e das vazões dos rios enquanto fatores conectados. O que junto à irrigação e o desmatamento, esses enquanto os principais fatores antrópicos prevaletentes, podem estar potencializando o estresse hídrico existente.

Não estamos defendendo que a causa natural de diminuição das chuvas seja justificativa protagonista para tal desmando, no entanto, pelo o que foi analisado, é perceptível uma considerável parcela de contribuição, sobretudo na última década vivenciada, na qual ocorreu o maior declínio proporcional segundo a Tabela 56. Pois, da mesma forma que a fronteira agrícola avança, desmatando a vegetação, matando pequenos rios, compactando e erodindo os solos, assoreando etc., o regime de chuvas vem diminuindo e se tornando mais irregular.

As denúncias das irregularidades das chuvas feitas pelos sujeitos ouvidos e a mídia local, segue junto aos dados disponíveis, especialmente na última década analisada, responsável pelo maior declínio existente no período de análise como mostra o relato.

Nós estamos com uns quatro anos que não tem um ano normal de chuva. Chove um mês bom de chuva, quando é no outro, na hora de você ganhar, a chuva tchau! Já foi! Esse ano por exemplo foram poucas pessoas que colheram alguma coisa, a salvação aqui é que ainda tem o

---

<sup>110</sup> Esse é mais um fator que favorece o avanço da fronteira agrícola para essa direção.

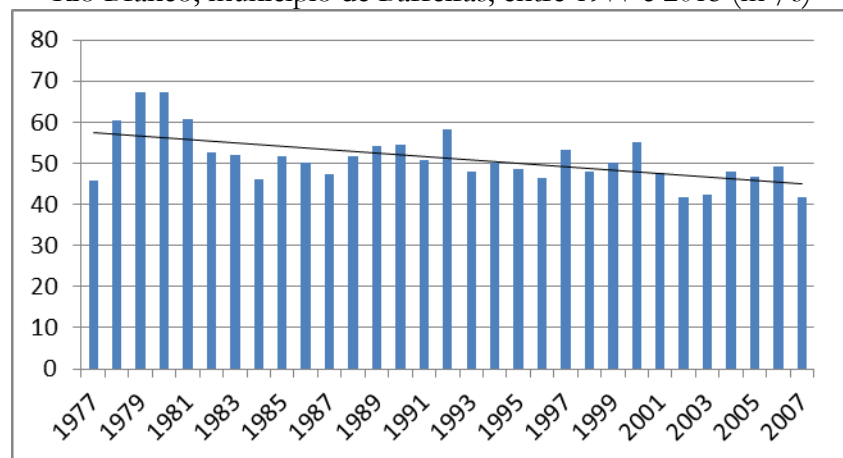
seguro safra que o governo dar, se não fosse o seguro safra... [...] Antigamente era melhor, chovia mais, para você sair daqui era o maior trabalho por causa de chuva, hoje não, hoje acabou-se. Não sei se é o desmatamento... [...] Ta muito descontrolado. Para você ver, uns Estados se acabando de chuva e outros de seca. Outros tem falta de água até para se beber, como você vê o caso de São Paulo. Estado de calamidade que ta por ai, então acho que deve ser algum desmatamento. Tinha ano aqui antigamente que começava até em setembro, final de setembro. Ia até março, esse mês ainda estava chovendo. Hoje você não sabe quando ela começa, nem quando ela termina. Por exemplo, hoje estamos precisando de chuva, se não tiver chuva vai ser um deus nos acuda. Hoje é 20 de março, era para ter uma chuvada boa pelo menos para a pessoa ganhar um feijãozinho, renovar o pasto para o gado.

(Valdomiro, Riachão das Neves, Março de 2014)

São fenômenos, que junto à degradação provocada pela cadeia produtiva, impacta de modo mais intenso o cotidiano da população, sobretudo aqueles que dependem diretamente de um regime regular das chuvas e dos rios para dar continuidade as suas atividades laborais, culturais, de lazer e etc. Ocorrências que se agregam aos processos de expropriação dos trabalhadores, se tornando em um todo conjunto exclusivo, em que as questões da terra, da água e do trabalho são centrais para melhor compreendermos o movimento territorial no campo do Oeste da Bahia.

## Estações fluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 7** – Dados anuais da estação fluviométrica São Sebastião, no Rio Branco, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



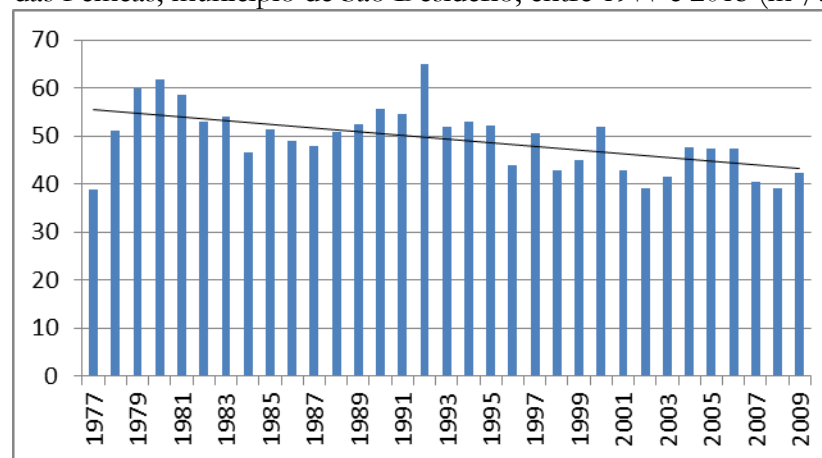
Fonte: ANA

**Tabela 27** – Média e diferença das vazões do Rio Branco na estação fluviométrica Nova Vida – Montante, no município de Barreiras, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	55,40	50,97	52,02	51,53	55,40
Diferença entre a média da década e a média total	3,87	-0,56	0,48	3,87	

Fonte: ANA

**Gráfico 8** – Dados anuais da estação fluviométrica Derocal, no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



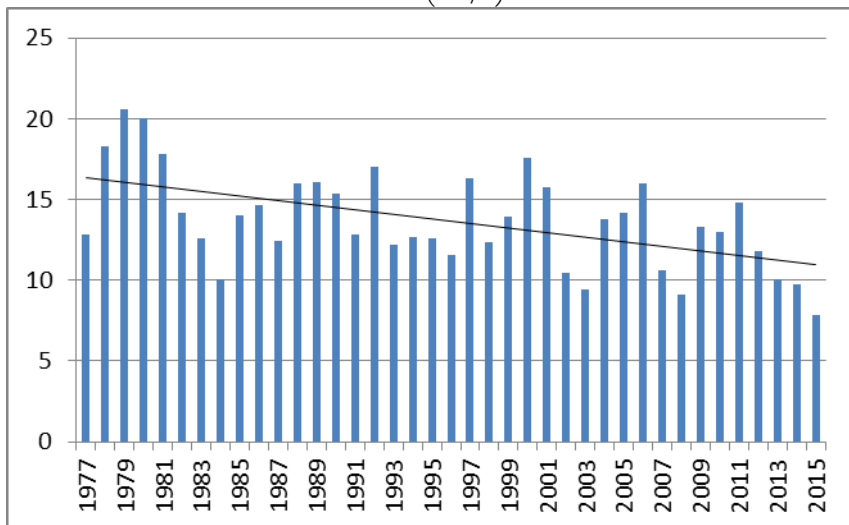
Fonte: ANA

**Tabela 28** – Média e diferença das vazões do Rio das Fêmeas na estação fluviométrica Derocal, no município de Barreiras, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	52,43	52,75	45,56	39,18	52,43
Diferença entre a média da década e a média total	13,24	13,57	6,37	13,24	

Fonte: ANA

**Gráfico 9** – Dados anuais da estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no Rio de Janeiro, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



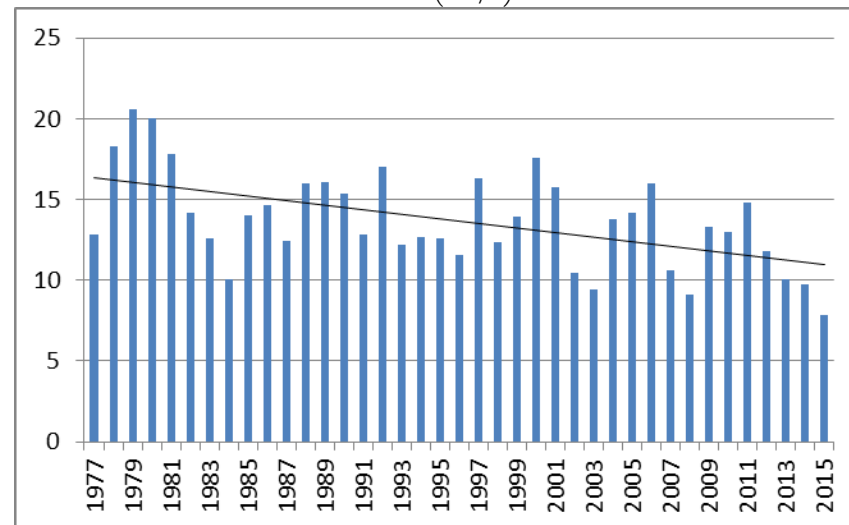
Fonte: ANA

**Tabela 29** – Média e Diferença das vazões do Rio de Janeiro, na estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no município de Barreiras, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	15,49	13,87	13,97	11,14	13,68
Diferença entre a média da década e a média total	1,81	0,18	0,28	-2,54	

Fonte: ANA

**Gráfico 10** – Dados anuais da estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no Rio de Janeiro, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



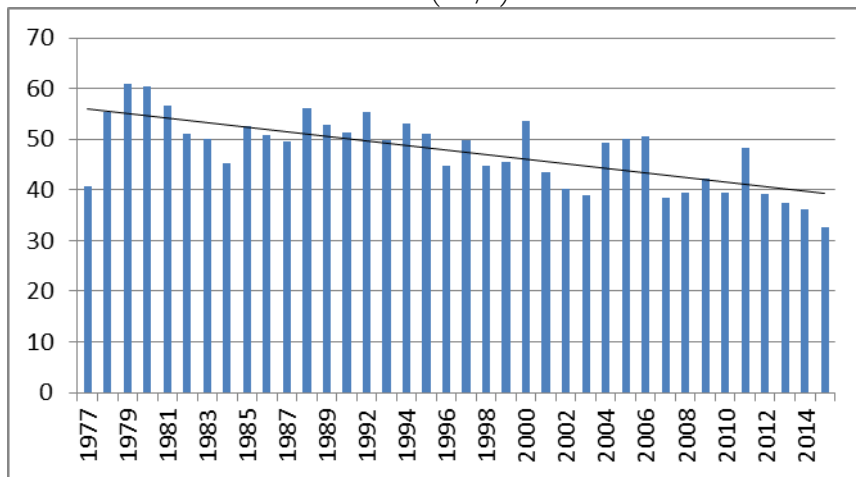
Fonte: ANA

**Tabela 30** – Média e Diferença das vazões do Rio de Janeiro, na estação fluviométrica Ponte Serafim - Montante, no município de Barreiras, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	15,49	13,87	13,97	11,14	13,68
Diferença entre a média da década e a média total	1,81	0,18	0,28	-2,54	

Fonte: ANA

**Gráfico 11** – Dados anuais da estação fluviométrica Fazenda Nova Redenção, no Rio de Ondas, município de Barreiras, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

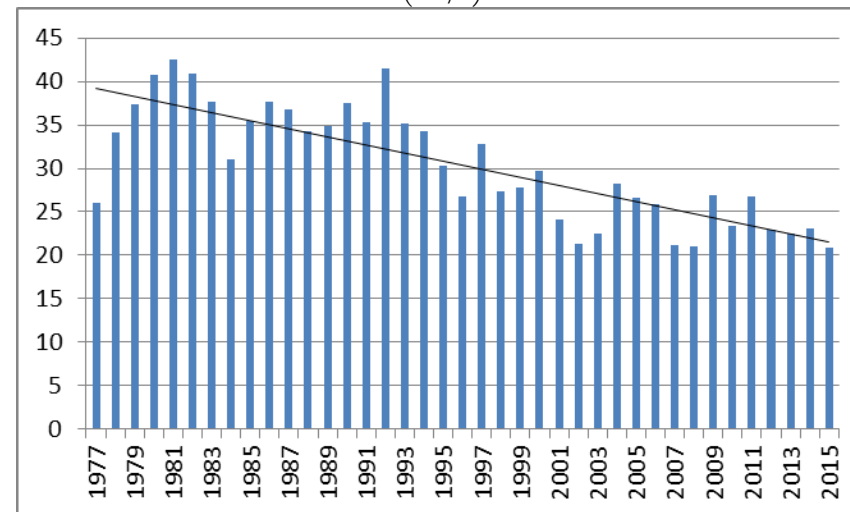
\*O ano de 1991 não possui dados disponíveis e pela metodologia utilizada, não foi possível preencher a falha. Contudo, entendemos que essa deficiência não compromete a análise no todo

**Tabela 31** – Média e Diferença das vazões do Rio de Ondas, na estação pluviométrica Fazenda Nova Redenção, no Rio de Ondas, município de Barreiras por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	52,39	51,56	46,64	39,30	47,58
Diferença entre a média da década e a média total	4,81	3,97	-0,93	-8,28	

Fonte: ANA

**Gráfico 12** – Dados anuais da estação pluviométrica Sítio Grande, no Rio Grande, município de São Desidério, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



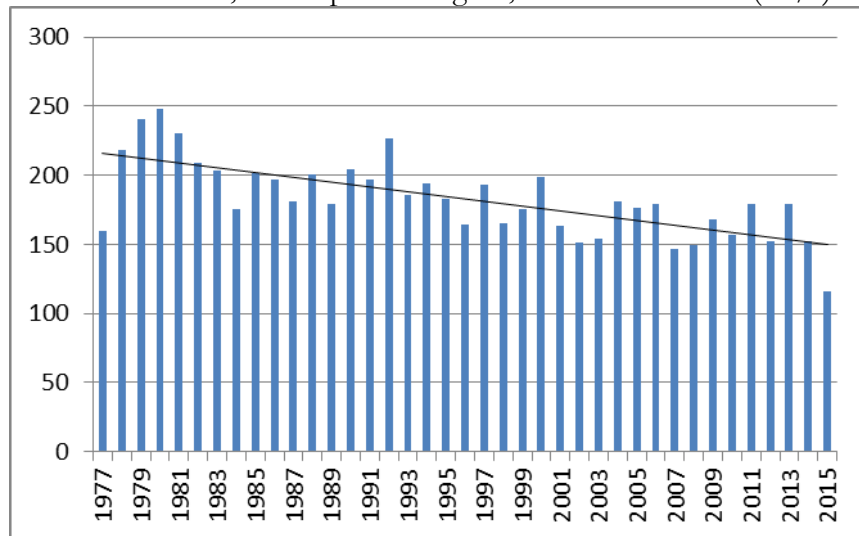
Fonte: ANA

**Tabela 32** – Média e diferença das vazões do Rio de Ondas, na estação pluviométrica Sítio Grande, município de São Desidério, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	36,32	34,64	34,03	23,18	30,37
Diferença entre a média da década e a média total	5,94	4,26	3,65	-7,18	

Fonte: ANA

**Gráfico 13** – Dados anuais da estação pluviométrica São Sebastião, no Rio Grande, município de Angical, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



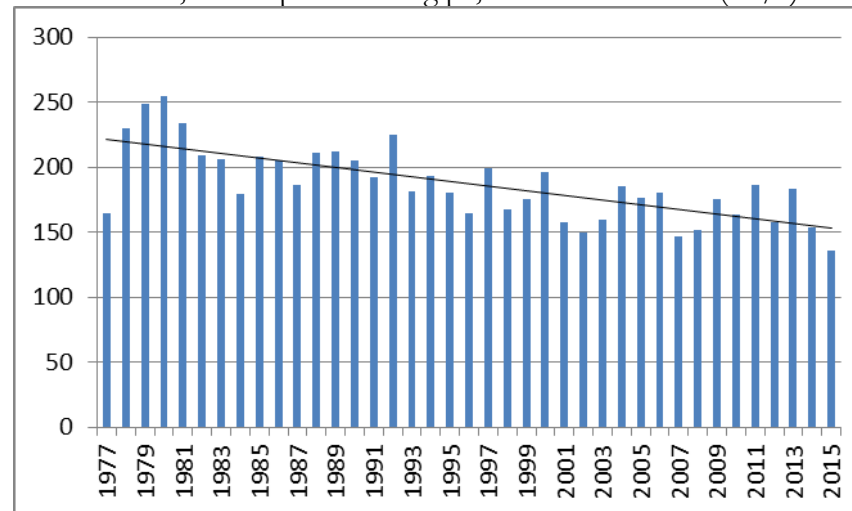
Fonte: ANA

**Tabela 33** – Média e diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica São Sebastião, no município de Angical, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	208,23	191,57	173,97	155,47	183,00
Diferença entre a média da década e a média total	25,23	8,57	-9,029	-27,52	

Fonte: ANA

**Gráfico 14** – Dados anuais da estação pluviométrica Taguá, no Rio Grande, município de Cotegipe, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



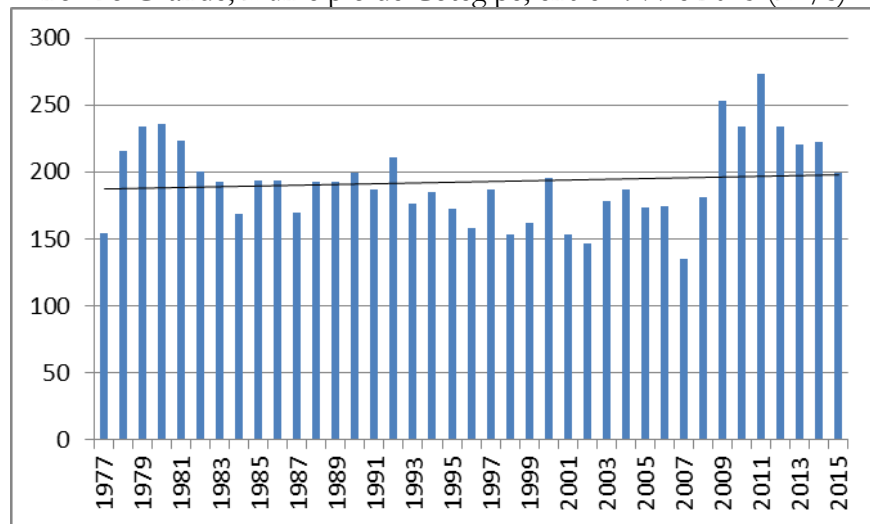
Fonte: ANA

**Tabela 34** – Média e Diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Taguá, no município de Cotegipe por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	213,94	195,05	174,6813417	161,60	186,95
Diferença entre a média da década e a média total	26,99	8,09	-12,27	-25,35	

Fonte: ANA

**Gráfico 15** – Dados anuais da estação fluviométrica Fazenda Macambira, no Rio Grande, município de Cotegipe, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



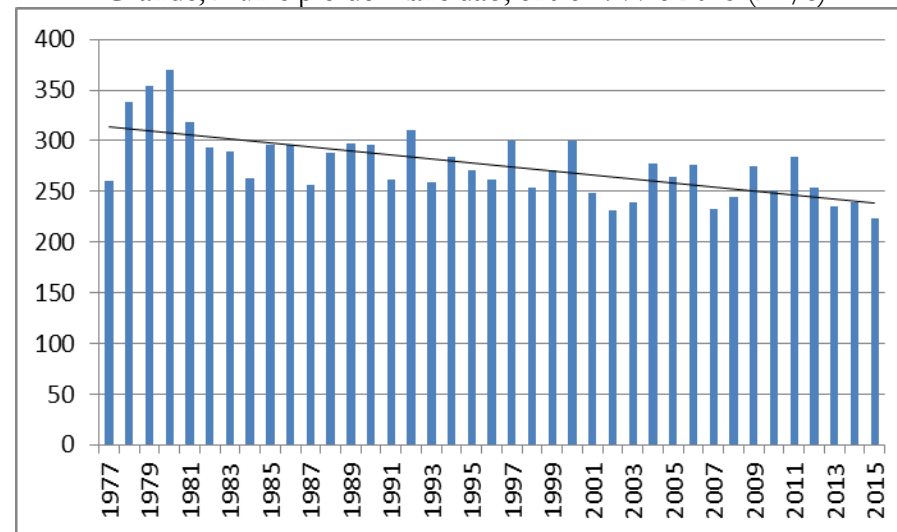
Fonte: ANA

**Tabela 35** – Média e Diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Fazenda Macambira, no município de Cotegipe por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	201,12	184,32	171,16	216,99	192,79
Diferença entre a média da década e a média total	8,32	-8,47	-21,63	24,19	

Fonte: ANA

**Gráfico 16** – Dados anuais da estação fluviométrica Boqueirão, no Rio Grande, município de Mansidão, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



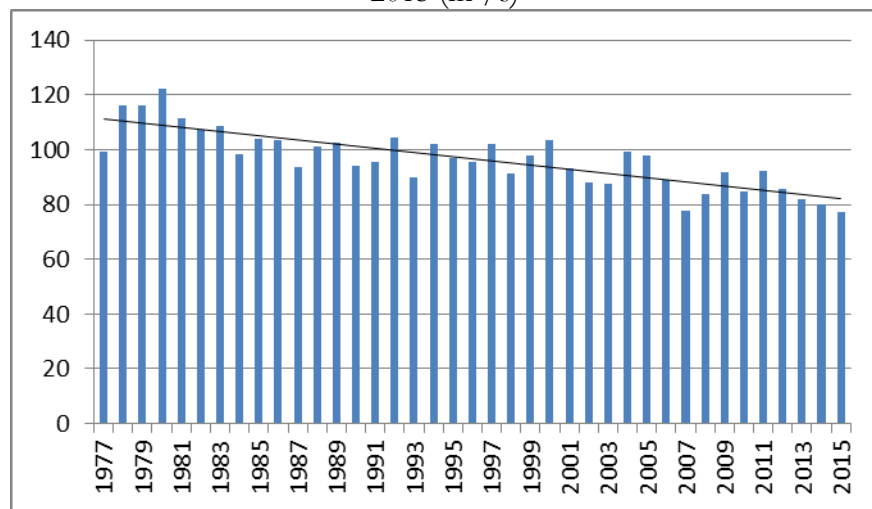
Fonte: ANA

**Tabela 36** – Média e Diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Boqueirão, no município de Cotegipe por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	307,75	278,64	266,14	248,83	276,02
Diferença entre a média da década e a média total	31,72	2,62	-9,88	-27,18	

Fonte: ANA

**Gráfico 17** – Dados anuais da Estação fluviométrica Formosa do Rio Preto, no Rio Preto, município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



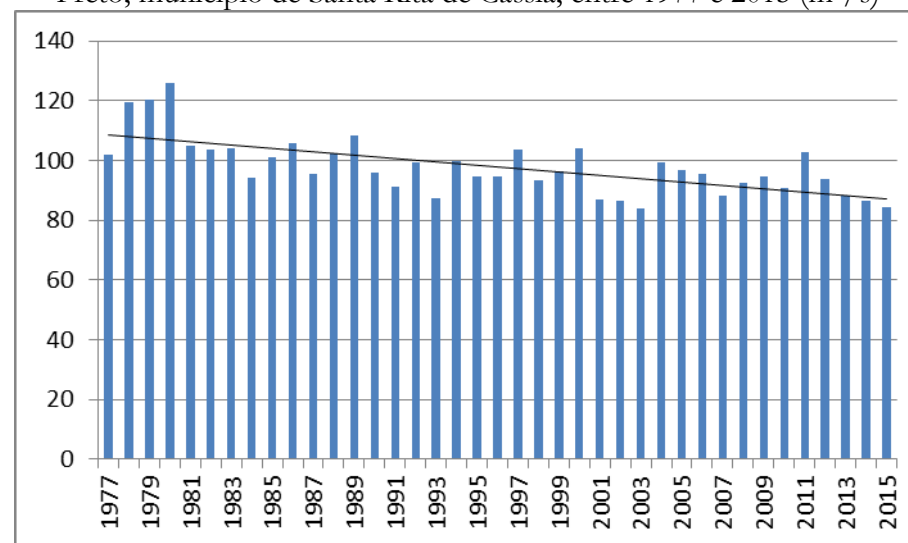
Fonte: ANA

**Tabela 37** – Média e diferença das vazões do Rio Preto, na estação fluviométrica Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	108,69	97,61	94,88	98,99	96,59
Diferença entre a média da década e a média total	12,10	1,01	-1,70	2,39	

Fonte: ANA

**Gráfico 18** – Dados anuais da estação fluviométrica Ibipetuba, no Rio Preto, município de Santa Rita de Cássia, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

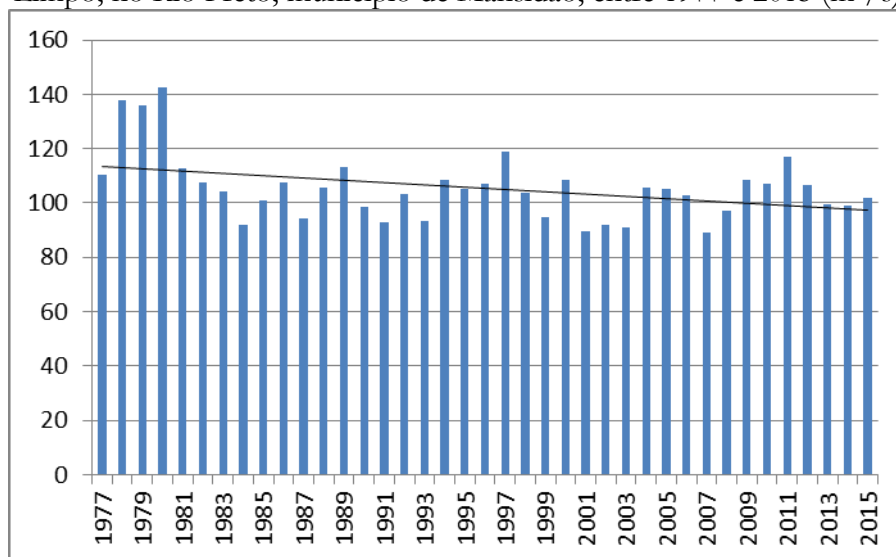
**Tabela 38** – Média e diferença das vazões do Rio Preto, na estação fluviométrica Ibipetuba, no município de Santa Rita de Cássia, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	108,16	96,95	94,69	91,26	97,93
Diferença entre a média da década e a média total	10,23	-0,98	-3,242	-6,67	

Fonte: ANA



**Gráfico 19** – Dados anuais da Estação fluviométrica Fazenda Porto Limpo, no Rio Preto, município de Mansidão, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



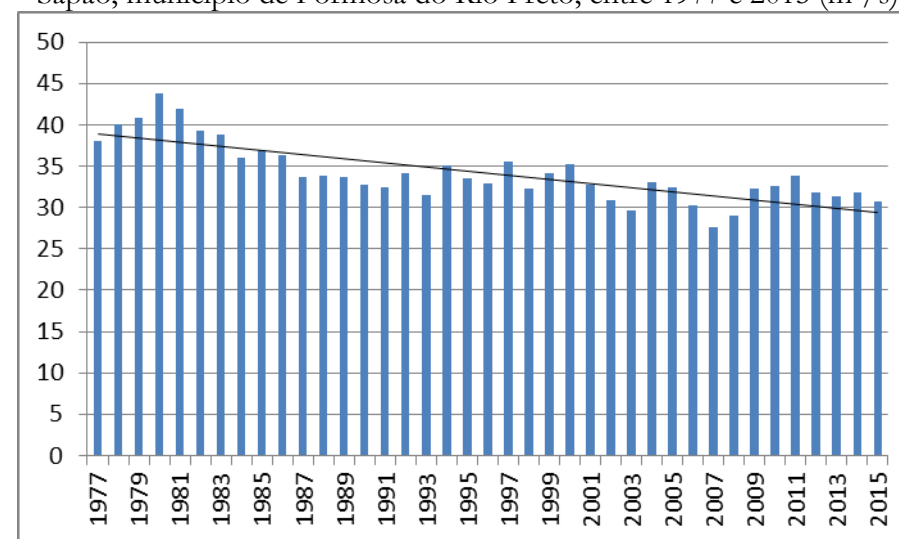
Fonte: ANA

**Tabela 39** – Média e Diferença das vazões do Rio Preto, na estação fluviométrica Fazenda Porto Limpo, no município de Mansidão por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	115,20	102,21	101,22	102,90	105,45
Diferença entre a média da década e a média total	9,75	-3,23	-4,22	-2,54	

Fonte: ANA

**Gráfico 20** – Dados anuais da estação fluviométrica Bom Jardim, no Rio Sapão, município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Tabela 40** – Média e diferença das vazões do Rio Sapão, na estação fluviométrica Fazenda Bom Jardim, no município de Formosa do Rio Preto por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	39,21	33,34	32,60	31,21	34,16
Diferença entre a média da década e a média total	5,04	-0,82	-1,56	-2,94	

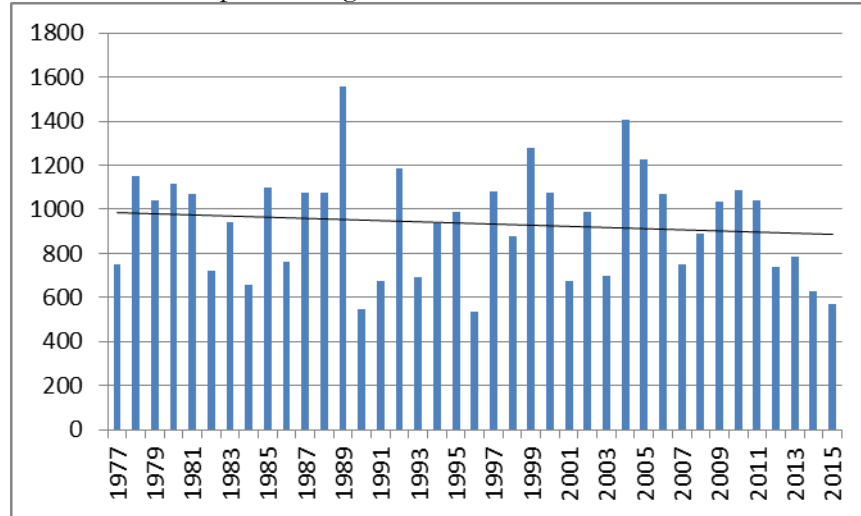
Fonte: ANA

**Tabela 41** – Média e diferença das vazões do Rio Grande, na estação fluviométrica Boqueirão, a mais próxima do exutório da sub-bacia hidrográfica (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	307,75	278,64	266,14	248,83	276,02
Diferença entre a média da década e a média total (%)	31,72 (11,49%)	2,62 (0,94%)	-9,88 (-3,57%)	-27,18 (-9,85%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	58,92 (19,14%)				

## Estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 21** – Dados anuais da estação pluviométrica São Sebastião no município de Angical, entre 1977 e 2015 em mm/m<sup>2</sup>



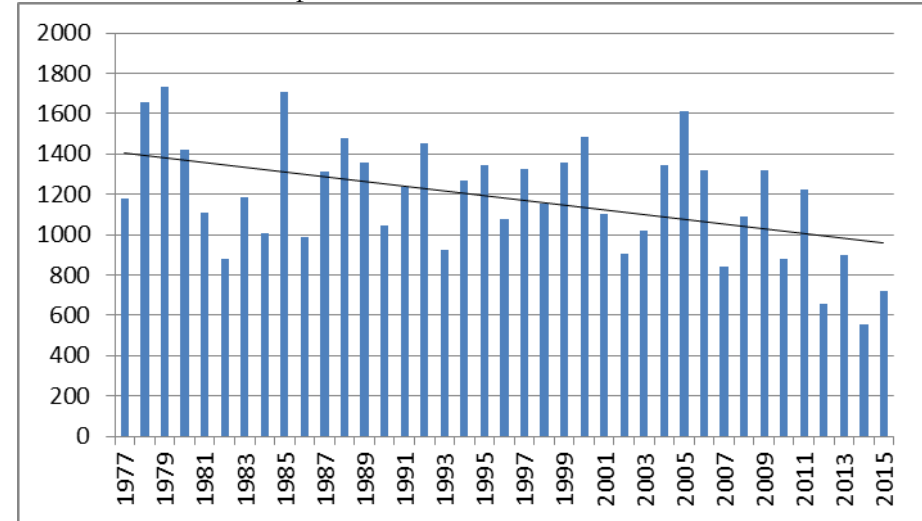
Fonte: ANA

**Tabela 42** – Média e diferença das chuvas na estação São Sebastião no município de São Sebastião, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	930,17	926,44	1037,31	835,94	934,49
Diferença entre a média da década e a média total	-4,32	-8,05	102,8128762	-98,55	

Fonte: ANA

**Gráfico 22** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Johá no município de Barreiras, entre 1977 e 2015



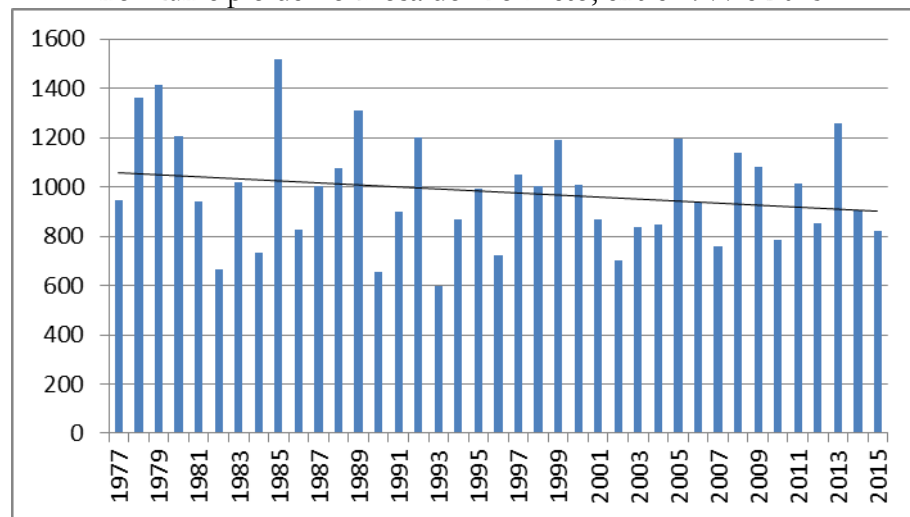
Fonte: ANA

**Tabela 43** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Johá no município de Barreiras, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1286,62	1249,08	1262,08	909,47	1215,467
Diferença entre a média da década e a média total	71,160	33,61	46,611	-305,98	

Fonte: ANA

**Gráfico 23** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Triunfo no Município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015



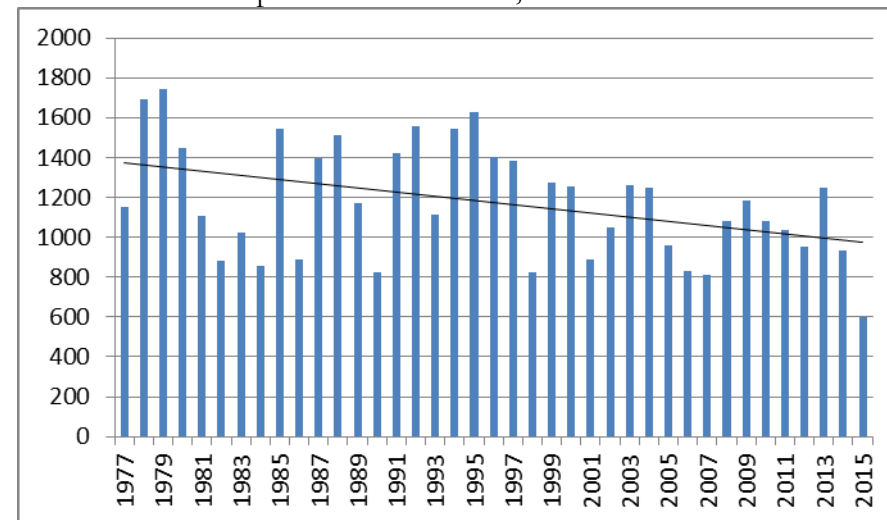
Fonte: ANA

**Tabela 44** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Triunfo no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1063,65	932,96	963,91	957,14	1005,46
Diferença entre a média da década e a média total	58,18	-72,50	-41,54	-48,32	

Fonte: ANA

**Gráfico 24** – Dados anuais da estação pluviométrica Roda Velha no Município de São Desidério, entre 1977 e 2015



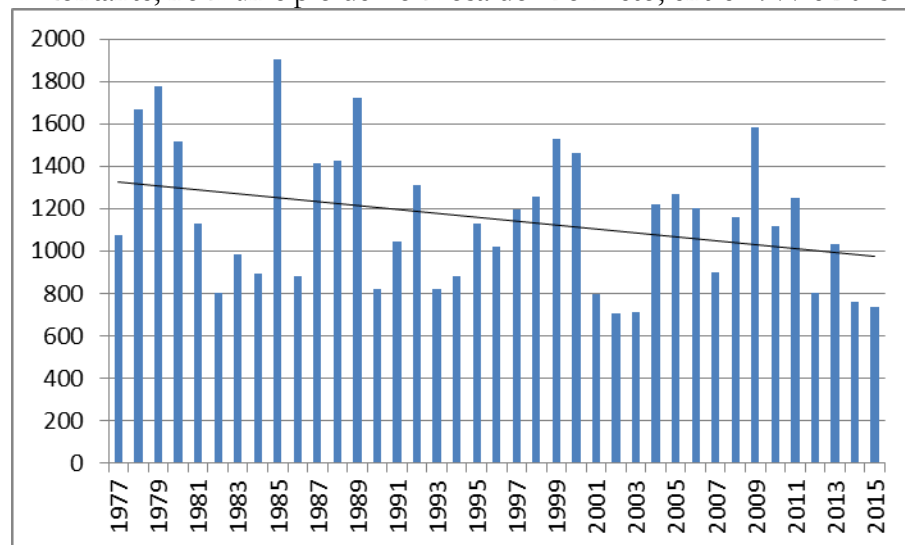
Fonte: ANA

**Tabela 45** – Média e diferença das chuvas na estação Roda Velha no município São Desidério, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1009,19	729,8	855,39	843,87	888,30
Diferença entre a média da década e a média total	120,88	-158,50	-32,91	-44,43	

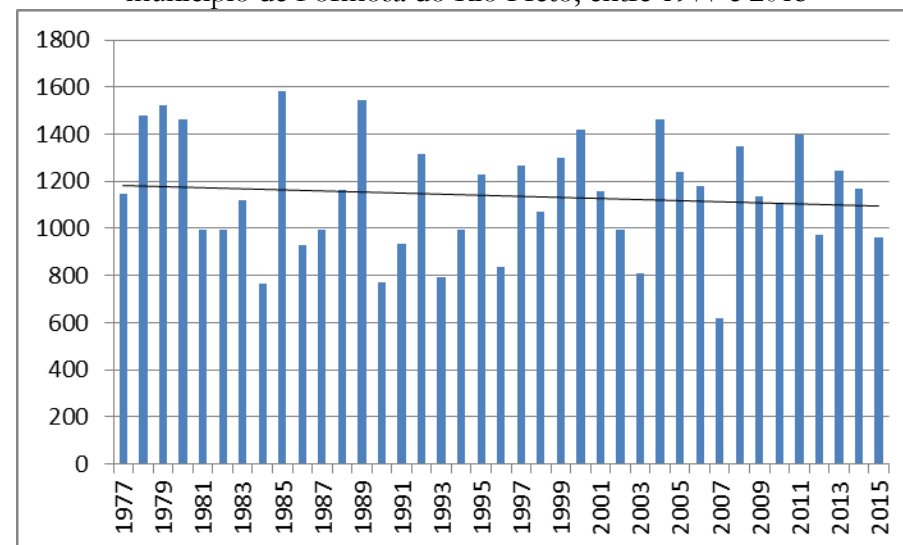
Fonte: ANA

**Gráfico 25** – Dados anuais da estação pluviométrica Ponte Serafim – Montante, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Gráfico 26** – Dados anuais da estação pluviométrica Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 46** – Média e diferença das chuvas na estação Ponte Serafim – Montante, no município de Barreiras, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1262,58	1157,79	1134,8	1038,11	1186,39
Diferença entre a média da década e a média total	76,188	-28,60	-51,59	-148,284	

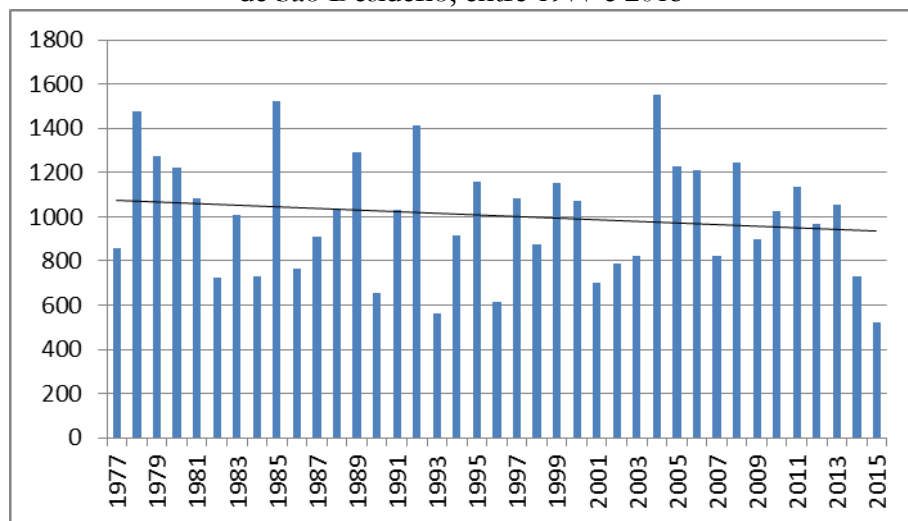
Fonte: ANA

**Tabela 47** – Média e diferença das chuvas na estação Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1199,39	1057,28	1190,69	1106,15	1161,14
Diferença entre a média da década e a média total	38,24	-103,86	29,548	-54,99	

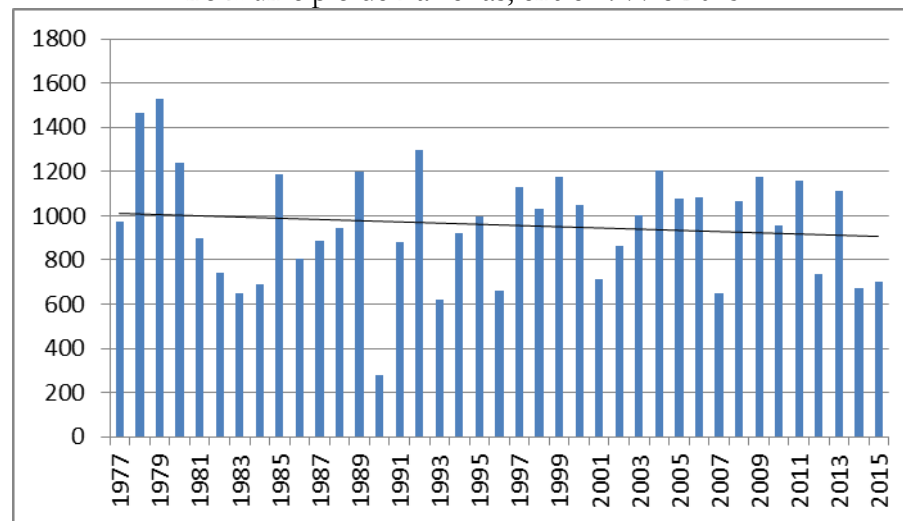
Fonte: ANA

**Gráfico 27** – Dados anuais da estação pluviométrica Cêra, no Município de São Desidério, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Gráfico 28** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Redenção, no município de Barreiras, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 48** – Média e diferença das chuvas na estação Cêra, no Município de São Desidério, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1066,53	958,47	1047,23	933,70	1025,80
Diferença entre a média da década e a média total	40,72	-67,33	21,42	-92,10	

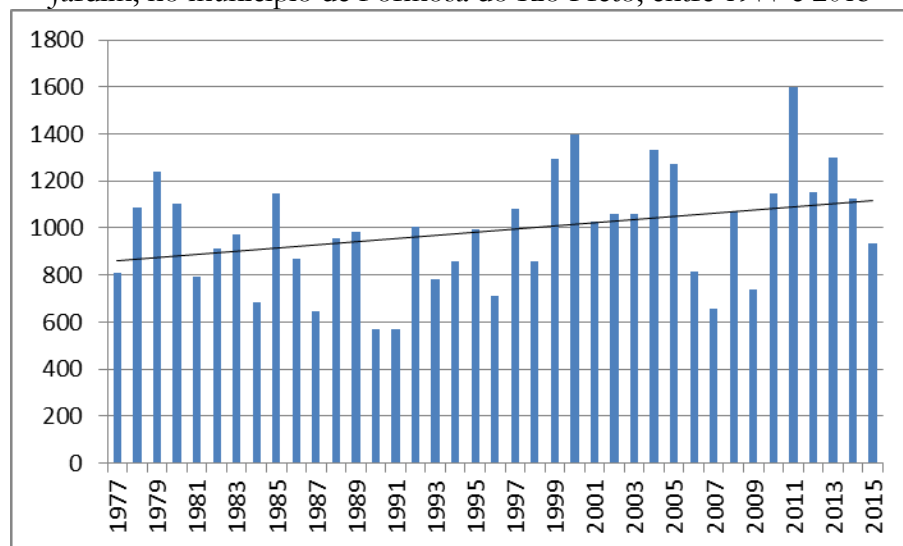
Fonte: ANA

**Tabela 49** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Redenção, no Município de Barreiras, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1017,91	869,35	1032,81	913,60	990,91
Diferença entre a média da década e a média total	26,99	-121,56	41,89	-77,31	

Fonte: ANA

**Gráfico 29** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Bom Jardim, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015



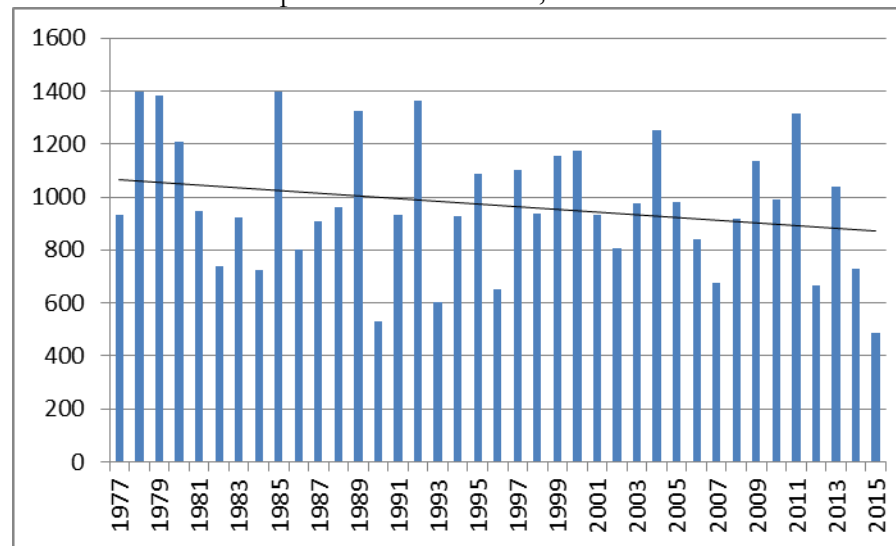
Fonte: ANA

**Tabela 50** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Bom Jardim, no Município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	961,68	807,69	1118,73	1080,91	998,31
Diferença entre a média da década e a média total	-36,62	-190,62	120,41	82,59	

Fonte: ANA

**Gráfico 30** – Dados anuais da estação pluviométrica Cabeceira Grande, no município de São Desidério, entre 1977 e 2015



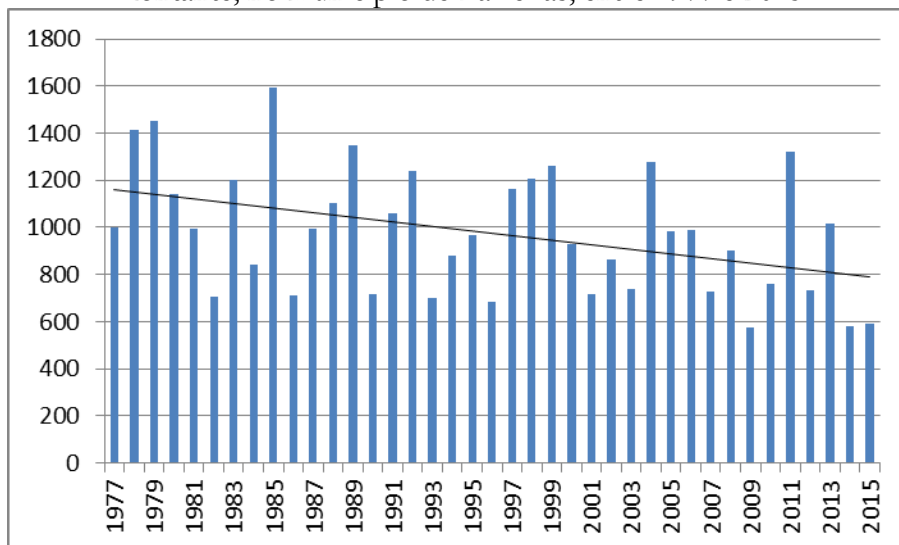
Fonte: ANA

**Tabela 51** – Média e diferença das chuvas na estação Cabeceira Grande, no Município de São Desidério, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1044,89	928,67	1015,02	883,43	995,88
Diferença entre a média da década e a média total	49,01	-67,21	19,143	-112,45	

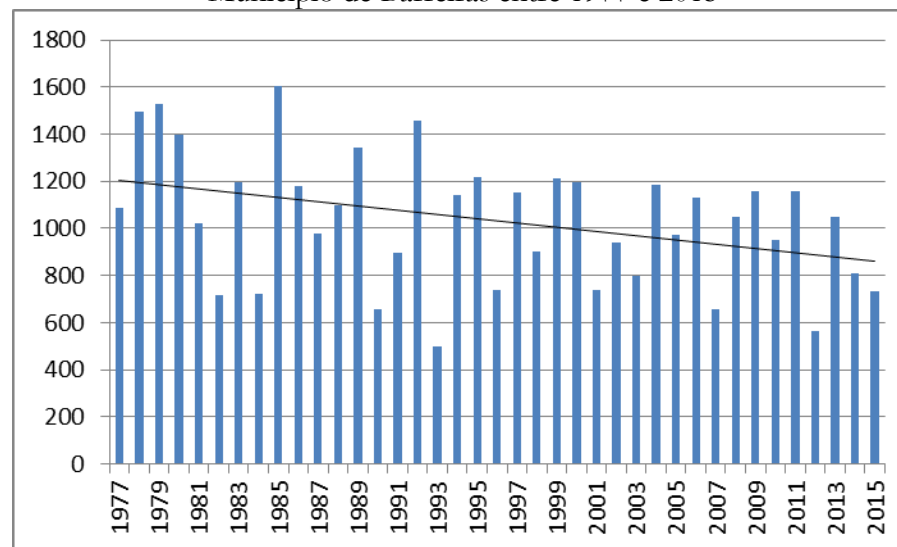
Fonte: ANA

**Gráfico 31** – Dados anuais da estação pluviométrica Nova Vida - Montante, no município de Barreiras, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Gráfico 32** – Dados anuais da Estação Pluviométrica Barreiras, no Município de Barreiras entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 52** – Média e diferença das chuvas na estação Nova Vida - Montante, no município de Barreiras, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1106	969,79	1012,08	800,60	1006,21
Diferença entre a média da década e a média total	99,78	-36,42	5,86	-205,61	

Fonte: ANA

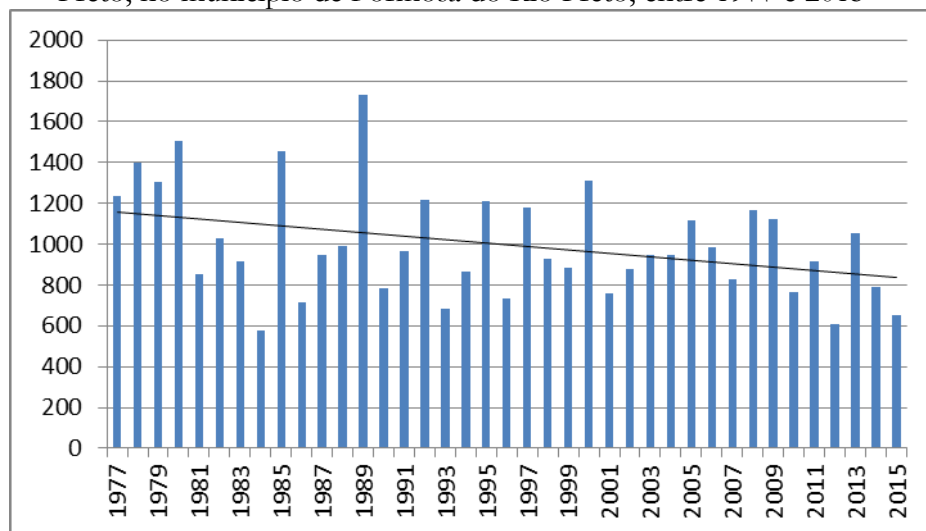
**Tabela 53** – Média e diferença das chuvas na estação Barreiras, no Município de Barreiras, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1194,9	1003,28	1022,91	902,56	1066,32
Diferença entre a média da década e a média total	128,57	-63,049	-43,41	-163,76	

Fonte: ANA

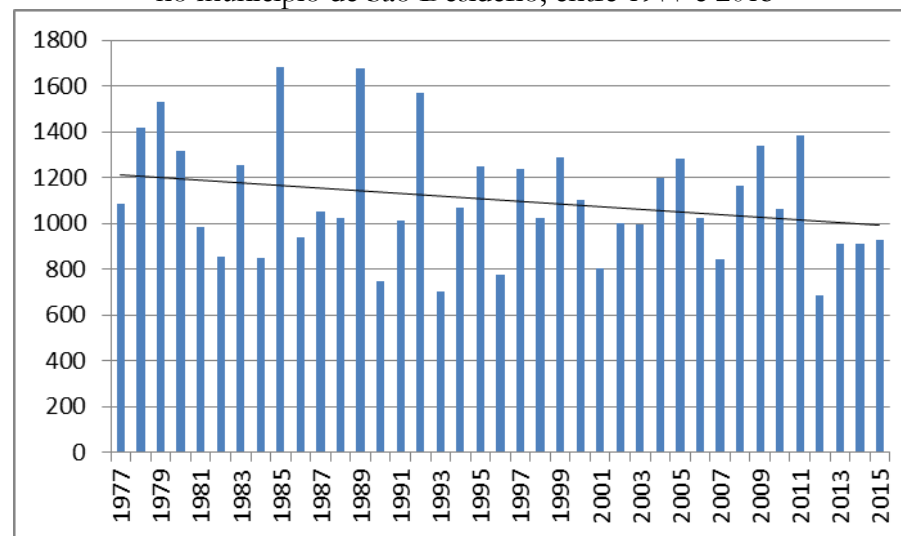


**Gráfico 33**– Dados anuais da estação pluviométrica Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Gráfico 34** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Coqueiro, no município de São Desidério, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 54** – Média e diferença das chuvas na estação Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1098	1013,5	993,31	877,02	1021,47
Diferença entre a média da década e a média total	76,52	-7,97	-28,16	-144,45	

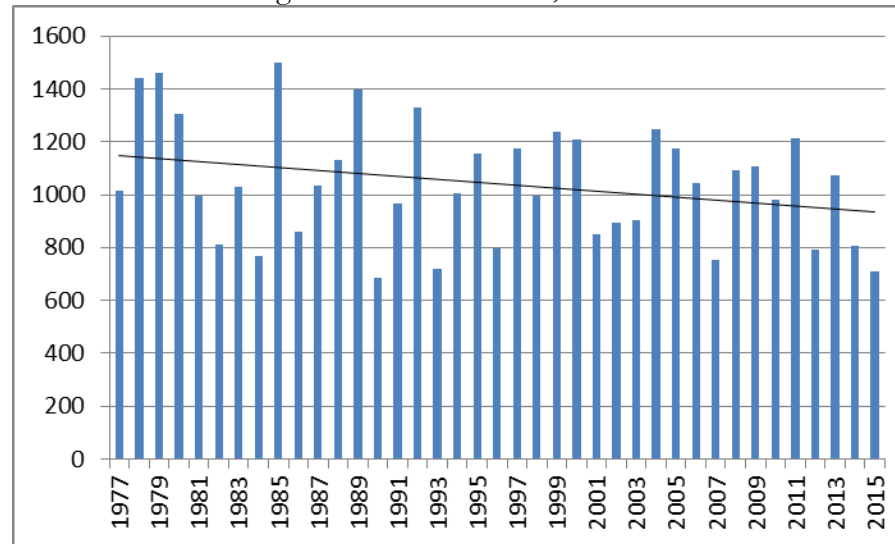
Fonte: ANA

**Tabela 55** – Média e diferença das chuvas na estação Formosa do Rio Preto, no município de Formosa do Rio Preto, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1192,3	1088,17	1094,95	1025,19	1125,88
Diferença entre a média da década e a média total	66,41	-37,71	-30,93	-100,69	

Fonte: ANA

**Gráfico 35** – Dados anuais de todas estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 56** – Média e diferença das chuvas na sub-bacia hidrográfica do Rio Grande entre todas as estações catalogadas, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1118,48	1022,87	1073,08	946,88	1067,18
Diferença entre a média da década e a média total	51,3 (4,8%)	-44,31 (-4,15%)	5,9 (0,55%)	-120,3 (-11,27%)	
Diferença entre a maior e a menor média	171,6 15,34(%)				

Fonte: ANA

### 3.3.1.2 Sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente

A sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente apresenta regime similar de comportamento das médias pluviométricas e fluviométricas, comparadas às outras estações do Oeste da Bahia, apresentando declínios constantes em todas as estações. Como as demais, o decréscimo percentual dos rios se apresenta superior às chuvas (Tabelas 64 e 71), o que junto às outras sub-bacias, apresenta o desmatamento em série, o uso da irrigação por pivôs centrais e a diminuição no regime de chuvas, como os principais fatores para o decréscimo do regime hídrico regional.

Essa sub-bacia é conhecida como local de intensos conflitos envolvendo a água, ligados a pressão exercida pelo avanço da fronteira agrícola aos povos e rios da região. Fato que proporcionou a Correntina (maior município em extensão territorial da sub-bacia) o título de maior detentor de rios mortos do Oeste da Bahia (Tabela 24) e, em consequência, a contribuição na diminuição das vazões dos rios. Situação com tendência a piorar pela continuidade do período seco e principalmente pela liberação constante de outorgas d'água para irrigação e supressão da vegetação pelo Estado de modo demasiado, como nos mostra os trechos das reportagens abaixo e a Figura 51.

## Correntina no oeste da Bahia parou em defesa aos rios da região

**Figura 51** – Reportagem sobre protesto em Correntina no Oeste da Bahia, referente à degradação sofrida pelos rios da região

**Fonte:** Barreiras Notícias (2015)

De acordo com informações de moradores da região a Fazenda Sudotex situada no município de Correntina está executando a perfuração de 17 poços artesianos para abastecer piscinões com o objetivo de realizar irrigações com um único fim o lucro, segundo populares o projeto dessa fazenda vai contribuir com o fim de todos os rios da região como por exemplo o Ranchão e a 7 Setes Ilhas pontos turísticos conhecidos em todo o país. Devido a exploração do solo de forma desordenada a população está revoltada e apreensiva com o futuro dos rios que cobrem a região.

(Barreiras Notícias, 09 de novembro de 2015)

Somente entre os meses janeiro e junho de 2015, o INEMA - órgão licenciador do Estado da Bahia - autorizou – através de 45 processos – a supressão de 76.242 hectares de vegetação nativa no cerrado do Oeste Baiano (fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia – veja Anexo 1). Salienta-se que esse número reflete apenas as autorizações estaduais, desconsiderando as autorizações emitidas pelos municípios e omitindo os contínuos desmatamentos ilegais. Caso o atual ritmo de autorizações

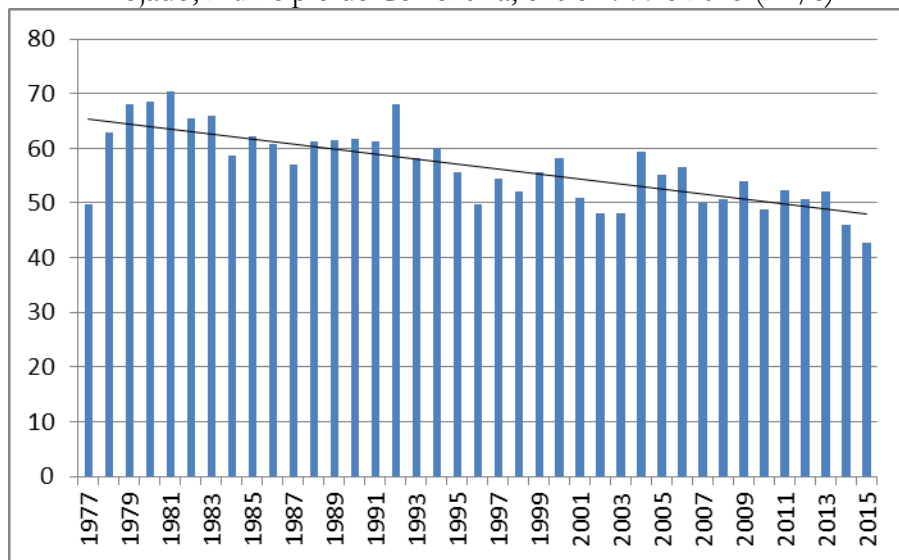
oficiais se firmar, no ano de 2025 – daqui a dez anos – não haverá mais Cerrado nativo no Oeste Baiano. [...] Grande parte das supressões autorizadas pelo Estado ocorrem em cima de áreas de recarga do aquífero Urucuia. Um crescente número de estudos recentes aponta para a fatal correlação entre o aumento de supressão do Cerrado nativo e o rebaixamento da vazão dos rios do Oeste Baiano, vitais contribuintes para o tão carente Rio São Francisco. [...] Não obstante, o Governo Estadual da Bahia persiste autorizando exorbitantes captações de águas fluviiais e subterrâneas no Oeste Baiano. Pelos dados publicados no Diário Oficial da Bahia, somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, as captações autorizadas pelo INEMA somam uma vazão total de 1.679.711 m<sup>3</sup>/dia (veja Anexo 2). Caso esse ritmo se firmar, no final deste ano o Governo da Bahia terá autorizado tirar dos rios contribuintes no Oeste Baiano duas vezes mais água do que o Governo Federal liberará para fins de transposição do Rio São Francisco.

(Rede Cerrado, 20 de julho de 2015)

São nessas condições que os Gráficos de 36 à 49 e as Tabelas de 57 à 71, apresentam a intensa diminuição na vazão dos rios e chuvas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente, em um cenário com tendência a piorar diante da posição arbitrária do Estado baiano, quando não se leva em consideração a situação crítica que vive as águas da região. Dando continuidade ao licenciamento da supressão de vegetação em grandes áreas e outorgas d'água de grande volume, para empreendimentos ligados a cadeia produtiva do agronegócio. O que segundo a Rede Cerrado (2015), essas licenças são vistas de modo duvidoso, tanto pela rapidez que muitas são autorizadas, quanto por estarem sobre responsabilidade de empreendimentos que se encontram sob juízo, como os envolvidos em grilagem de terras. Condição que mostra toda uma relação de posição e submissão do Estado frente aos anseios do capital e daqueles que o controlam, se tratando das questões hídricas.

## Estações fluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 36** – Dados anuais da estação fluviométrica Arrojado, no Rio Arrojado, município de Correntina, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



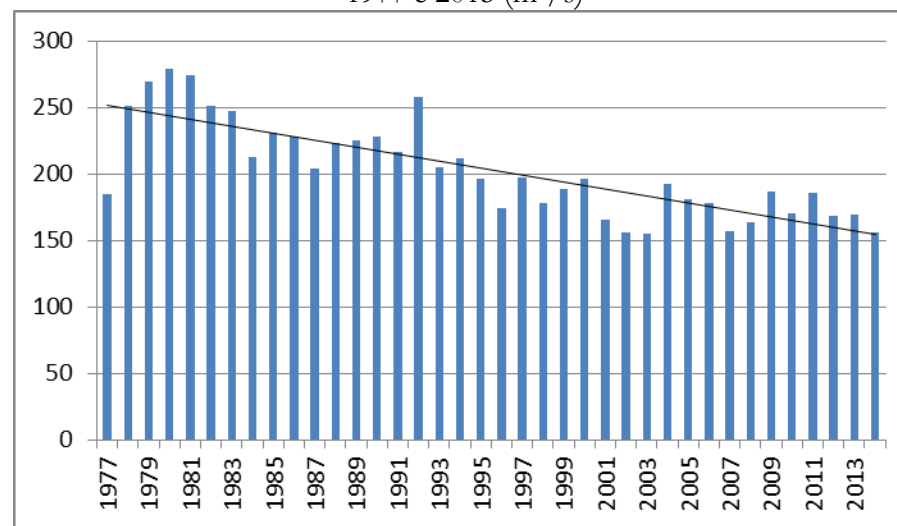
Fonte: ANA

**Tabela 57** – Média e diferença das vazões do Rio Arrojado, na estação fluviométrica Arrojado, no município de Correntina por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	63,25	59,43	53,84	49,71	56,73
Diferença entre a média da década e a média total	6,52	2,69	-2,89	-7,02	

Fonte: ANA

**Gráfico 37** – Dados anuais da estação fluviométrica Santa Maria da Vitória, no Rio Corrente, município de Santa Maria da Vitória, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



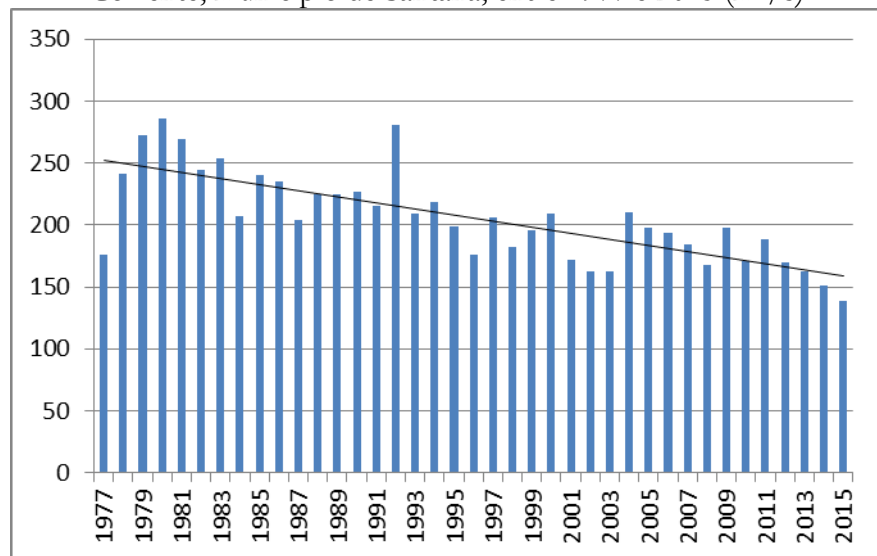
Fonte: ANA

**Tabela 58** – Média e diferença das vazões do Rio Corrente, na estação fluviométrica Santa Maria da Vitória, no município de Santa Maria da Vitória, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	242,90	214,05	178,82	169,63	203,02
Diferença entre a média da década e a média total	39,87	11,03	-24,19	-33,39	

Fonte: ANA

**Gráfico 38** – Dados anuais da estação fluviométrica Porto Novo, no Rio Corrente, município de Santana, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



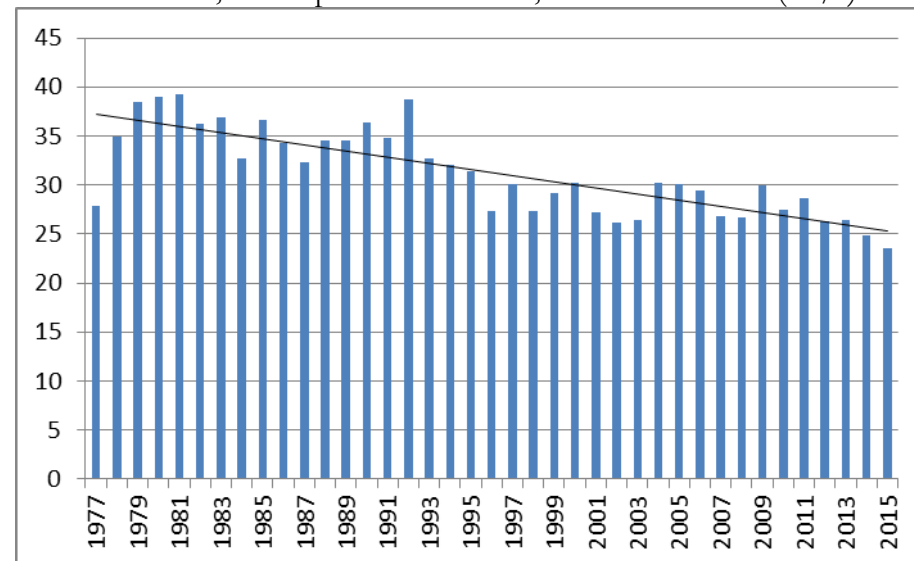
Fonte: ANA

**Tabela 59** – Média e diferença das vazões do Rio Corrente, na estação fluviométrica Porto Novo, no município de Santana, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	242,581	217,98	189,09	170,03	205,81
Diferença entre a média da década e a média total	36,76	12,16	-16,71	-35,78	

Fonte: ANA

**Gráfico 39** – Dados anuais da estação fluviométrica Correntina, no Rio Correntina, município de Correntina, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



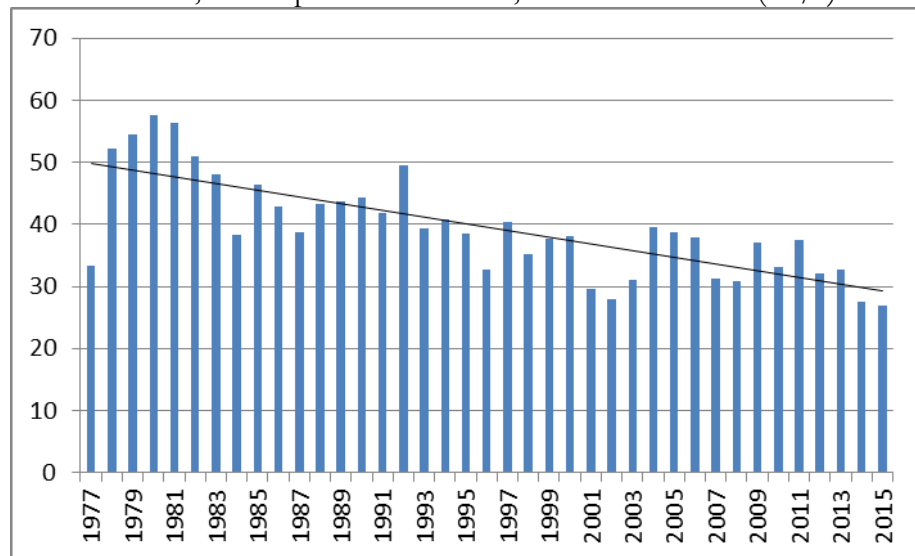
Fonte: ANA

**Tabela 60** – Média e diferença das vazões do Rio Correntina, na estação fluviométrica Correntina, no município de Correntina, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	35,63	33,49	33,96	33,77	31,23
Diferença entre a média da década e a média total	4,39	2,25	2,72	2,53	

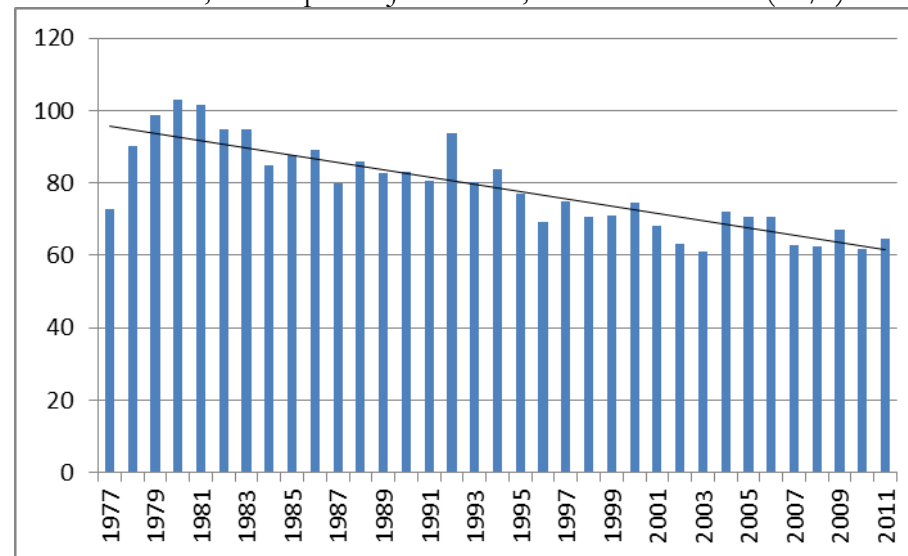
Fonte: ANA

**Gráfico 40** – Dados anuais da estação fluviométrica Mocambo, no Rio do Meio, município de Correntina, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Gráfico 41** – Dados anuais da estação fluviométrica Gatos, no Rio Formoso, município de Jaborandi, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Tabela 61** – Média e diferença das vazões do Rio do Meio, na estação fluviométrica Mocambo, no município de Correntina, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	48,06	45,19	44,20	43,82	39,44
Diferença entre a média da década e a média total	8,62	5,74	4,75	4,38	

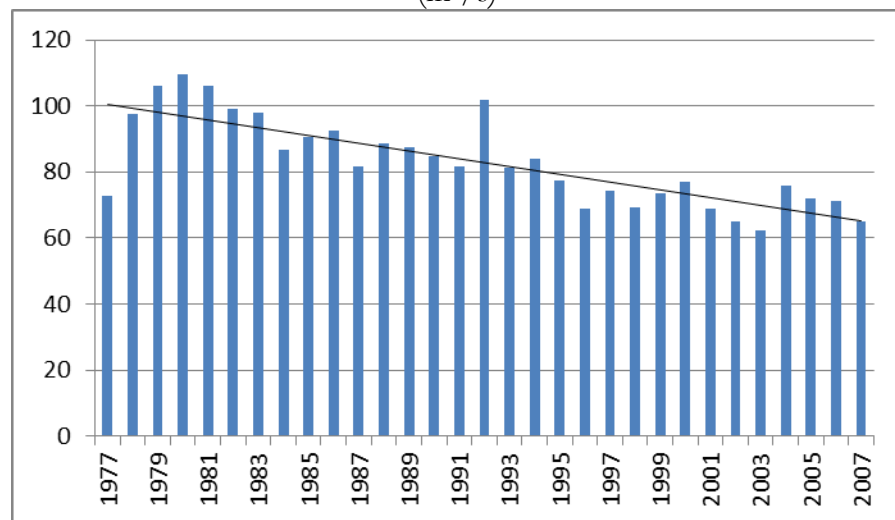
Fonte: ANA

**Tabela 62** – Média e diferença das vazões do Rio Formoso, na estação fluviométrica Gatos, no município de Jaborandi, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	91,69	81,62	69,64	86,44	78,52
Diferença entre a média da década e a média total	13,16	3,10	-8,88	7,923	

Fonte: ANA

**Gráfico 42** – Dados anuais da estação fluviométrica Colônia do Formoso, no Rio Formoso, município de Jaborandi, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Tabela 63** – Média e diferença das vazões do Rio Formoso, na estação fluviométrica Colônia do Formoso, no município de Jaborandi, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	95,95	91,94	70,90	82,94	95,95
Diferença entre a média da década e a média total	13,00	8,99	-12,04		13,00

Fonte: ANA

**Tabela 64** – Média e diferença das vazões do Rio Corrente, na estação fluviométrica Santana, a mais próxima do exutório da sub-bacia hidrográfica (m<sup>3</sup>/s)

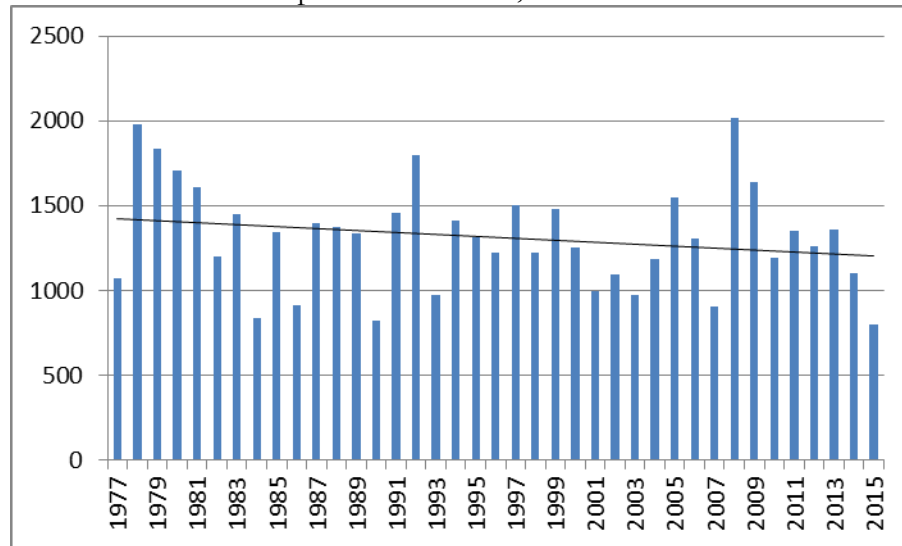
Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	242,58	217,98	189,09	170,03	205,81
Diferença entre a média da década e a média total (%)	36,76 (17,86%)	12,16 (5,90%)	-16,71 (-8,12%)	-35,78 (-17,38%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	72,55 (29,90%)				

Fonte: ANA



## Estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 43** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Planalto, no município de Correntina, entre 1977 e 2015



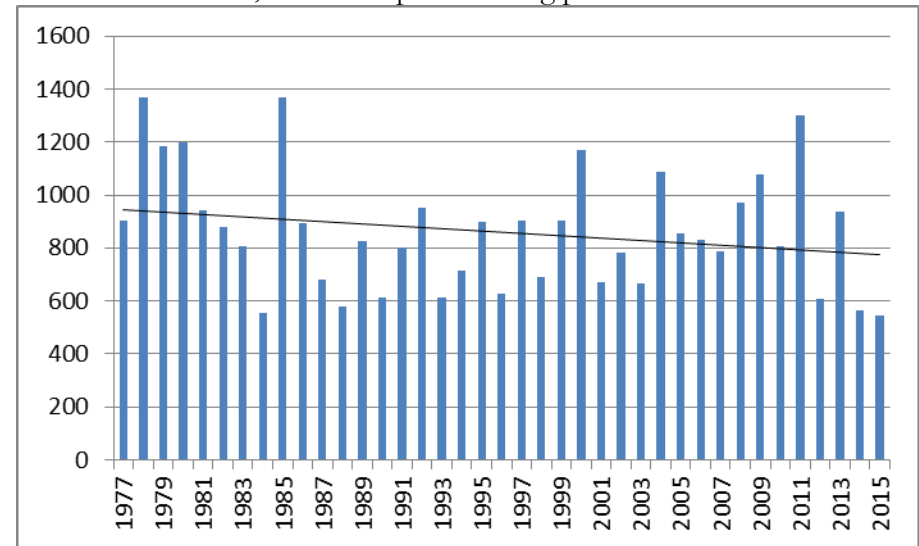
Fonte: ANA

**Tabela 65** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Planalto, no Município de Correntina, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1393,96	1309,42	1254,65	1290,81	1348,14
Diferença entre a média da década e a média total	45,81	-38,72	-93,49	-57,33	

Fonte: ANA

**Gráfico 44** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Macambira, no Município de Cotegipe entre 1977 e 2015



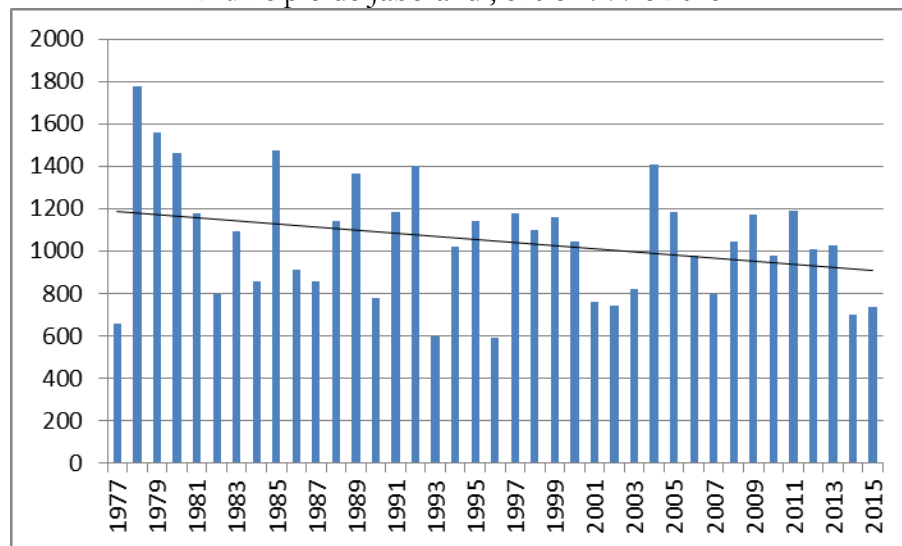
Fonte: ANA

**Tabela 66** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Macambira, no Município de Cotegipe, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1009,19	729,8	855,39	843,87	888,30
Diferença entre a média da década e a média total	120,88	-158,50	-32,91	-44,43	

Fonte: ANA

**Gráfico 45** – Dados anuais da estação pluviométrica Gatos, no município de Jaborandi, entre 1977 e 2015



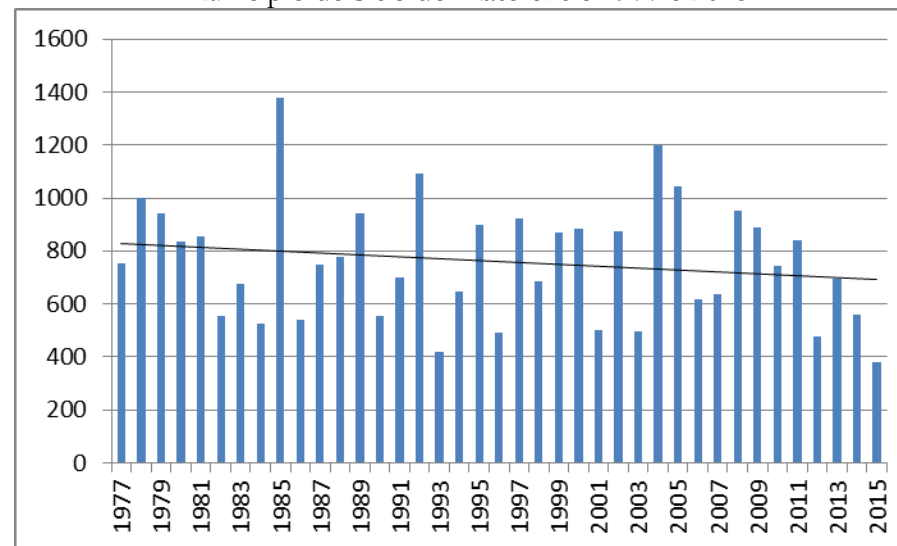
Fonte: ANA

**Tabela 67** – Média e diferença das chuvas na estação Gatos, no Município de Jaborandi, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1175,24	1008,2	1036,11	961,4	1085,99
Diferença entre a média da década e a média total	89,24	-77,79	-49,88	-124,59	

Fonte: ANA

**Gráfico 46** – Dados anuais da estação pluviométrica Gameleira, no Município de Sítio do Mato entre 1977 e 2015



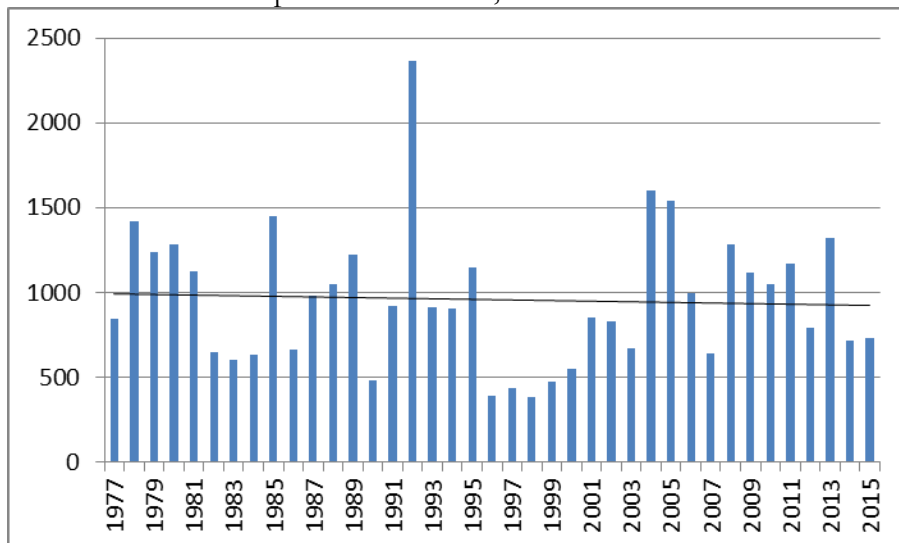
Fonte: ANA

**Tabela 68** – Média e diferença das chuvas na estação Gameleira, no Município de Sítio do Mato, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	806,17	726,35	809,07	685,97	772,12
Diferença entre a média da década e a média total	34,04	-45,77	36,949	-86,14	

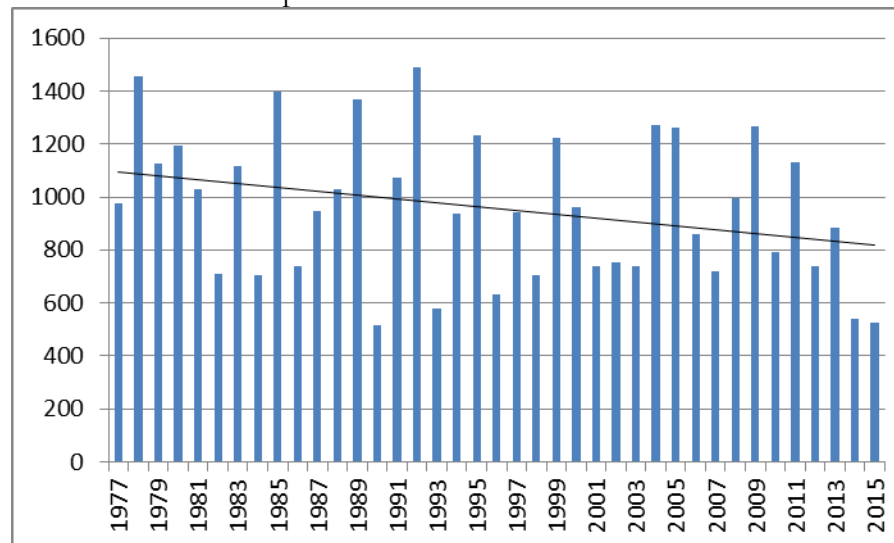
Fonte: ANA

**Gráfico 47** – Dados anuais da estação pluviométrica Arrojolândia, no município de Correntina, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Gráfico 48** – Dados anuais da Estação Pluviométrica Arrojado, no Município de Correntina entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 69** – Média e diferença das chuvas na estação Gameleira, no Município de Sítio do Mato, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	988,44	1037,44	832,2	979,05	979,85
Diferença entre a média da década e a média total	8,59	57,58	-147,65	-0,80	

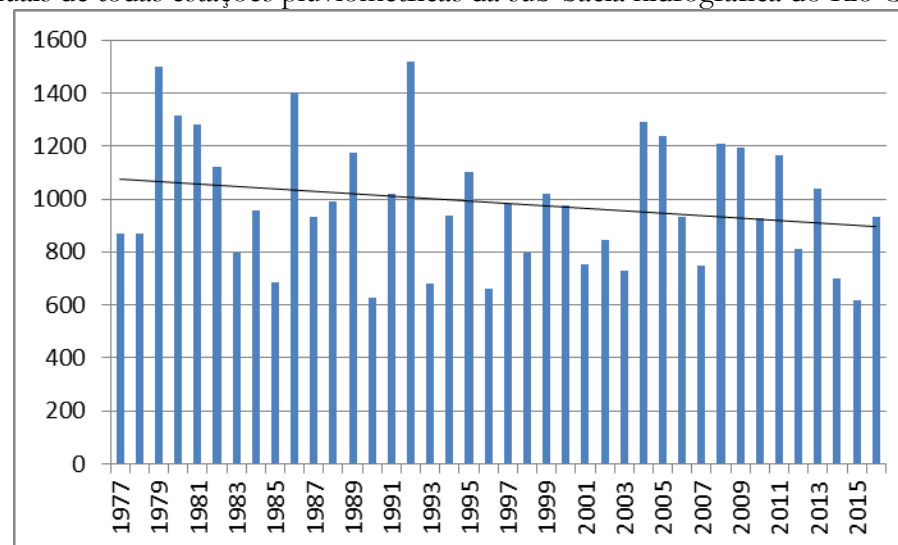
Fonte: ANA

**Tabela 70** – Média e diferença das chuvas na estação Arrojado, no Município de Correntina, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1044,75	980,21	945,29	843,38	977,81
Diferença entre a média da década e a média total	66,93	2,39	-32,52	-134,42	

Fonte: ANA

**Gráfico 49** – Médias anuais de todas estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 71** – Média e diferença das chuvas na sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente entre todas as estações catalogadas, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1069,62	965,23	955,45	934,08	1008,70
Diferença entre a média da década e a média total	60,92 (6,03%)	-43,47 (-4,50%)	-53,25 (-5,57%)	-74,62 (-7,39%)	
Diferença entre a maior e a menor média	135,24 (12,67%)				

Fonte: ANA

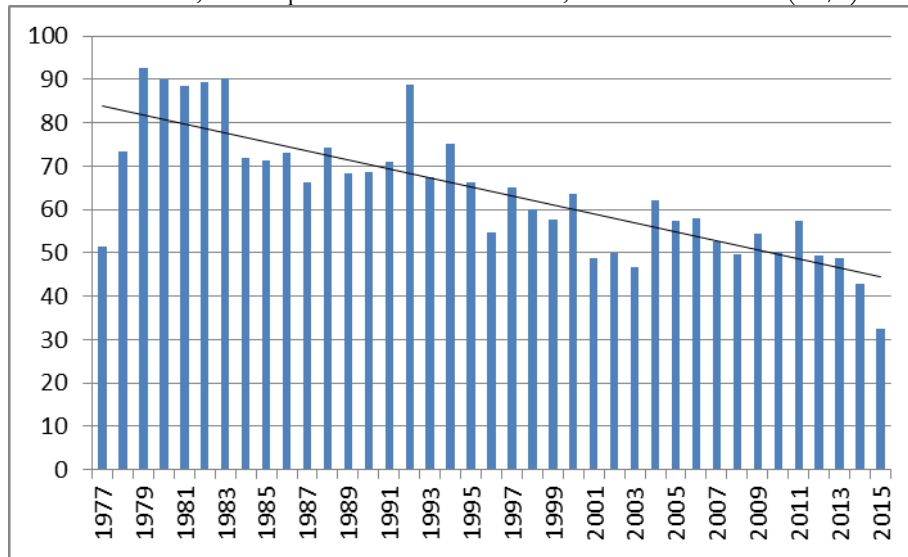
### **3.3.1.3 Sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha**

Dando continuidade ao comportamento das águas no Oeste da Bahia, na sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha ocorre a continuação do decréscimo das chuvas e das vazões dos rios. Porém, com a particularidade de ser a sub-bacia com o decréscimo mais acentuado, como mostra os Gráficos de 50 a 56 referentes à pluviometria e à fluviometria da bacia. Uma sequência de declínio constante entre as décadas, que se aprofunda sem haver qualquer sinal de melhora durante a temporalidade analisada.

Essa sub-bacia é uma das mais pressionadas pelo capital barrageiro com diversos aproveitamentos hidroelétricos projetados, principalmente no curso principal do Rio Carinhanha. Algo que denota a própria contradição inerente ao capital, quando se torna responsável por contribuir com a degradação de elementos cruciais para a sua reprodução como a água. Nesse caso, com a irrigação e o desmatamento desenfreado, o que dificulta o próprio desenvolvimento dos instrumentos presentes na cadeia produtiva, como a própria produção de energia elétrica em toda a bacia hidrográfica, principalmente nos grandes empreendimentos como as hidrelétricas do Rio São Francisco e os perímetros de irrigação. A área dessa sub-bacia no Oeste da Bahia é a que sofre o menor impacto se tratando do avanço da fronteira agrícola, o que nos leva a crer, que esse fato esteja ligado diretamente à baixa das médias pluviométricas e conseqüentemente a maior irregularidade.

## Estações fluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha na Bahia, com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 50** – Dados anuais da estação fluviométrica São Gonçalo, no Rio Carinhanha, município de Montalvânia-MG, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



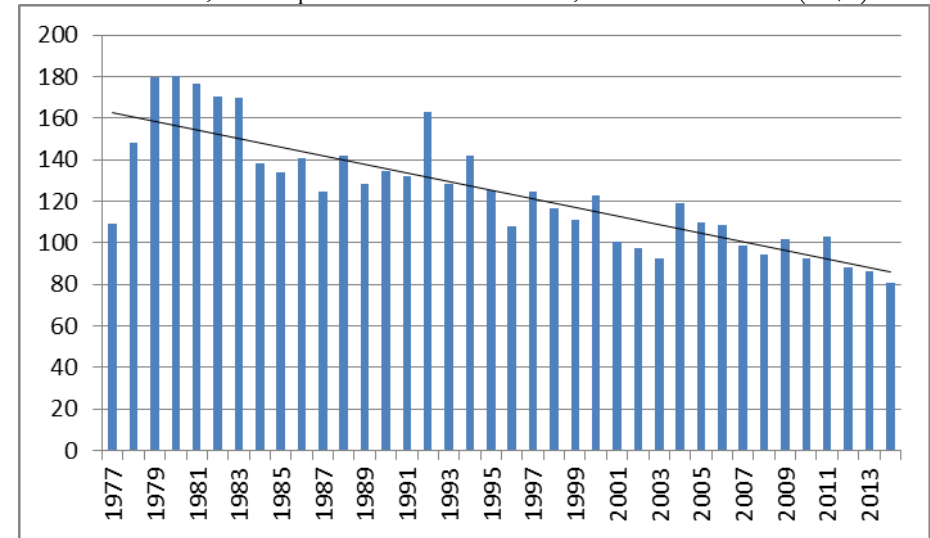
Fonte: ANA

**Tabela 72** – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica São Gonçalo, no município de Montalvânia-MG, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	79,18	70,11	56,97	48,65	64,11
Diferença entre a média da década e a média total	15,06	5,99	-7,14	-15,46	

Fonte: ANA

**Gráfico 51** – Dados anuais da estação fluviométrica Lagoa das Pedras, no Rio Carinhanha, município de Montalvânia-MG, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



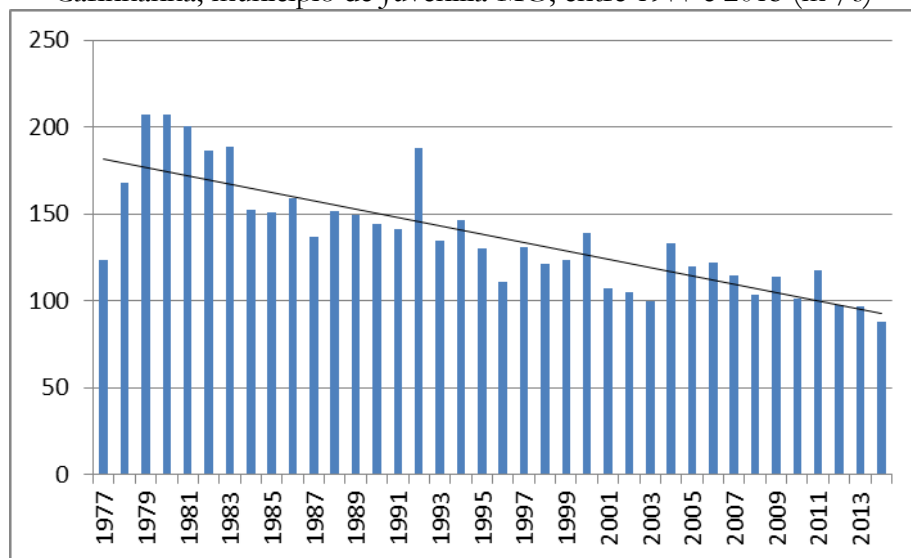
Fonte: ANA

**Tabela 73** – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Lagoa das Pedras, no município de Montalvânia-MG, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	154,68	132,86	110,24	93,18	124,29
Diferença entre a média da década e a média total	30,38	8,56	-14,05	-31,11	

Fonte: ANA

**Gráfico 52** – Dados anuais da estação fluviométrica Juvenília, no Rio Carinhanha, município de Juvenília-MG, entre 1977 e 2015 (m³/s)



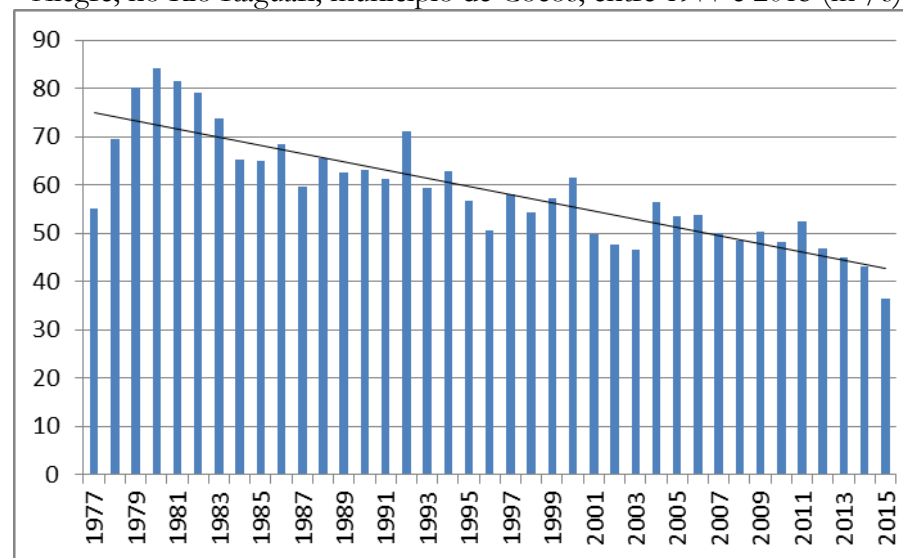
Fonte: ANA

**Tabela 74** – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Juvenília, no município de Juvenília-MG, por década (m³/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	174,33	143,18	120,06	104,00	137,04
Diferença entre a média da década e a média total	37,28	6,13	-16,98	-33,04	

Fonte: ANA

**Gráfico 53** – Dados anuais da estação fluviométrica Fazenda Porto Alegre, no Rio Itaguari, município de Cocos, entre 1977 e 2015 (m³/s)



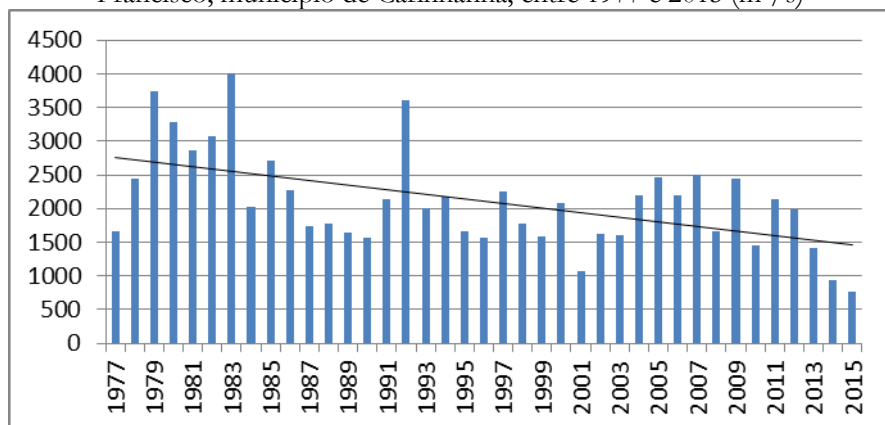
Fonte: ANA

**Tabela 75** – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Fazenda porto Alegre no município de Cocos, por década (m³/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	72,21	61,27	53,86	46,75	58,83
Diferença entre a média da década e a média total	13,38	2,44	-4,96	-12,07	

Fonte: ANA

**Gráfico 54** – Dados anuais da estação fluviométrica Carinhanha, no Rio São Francisco, município de Carinhanha, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



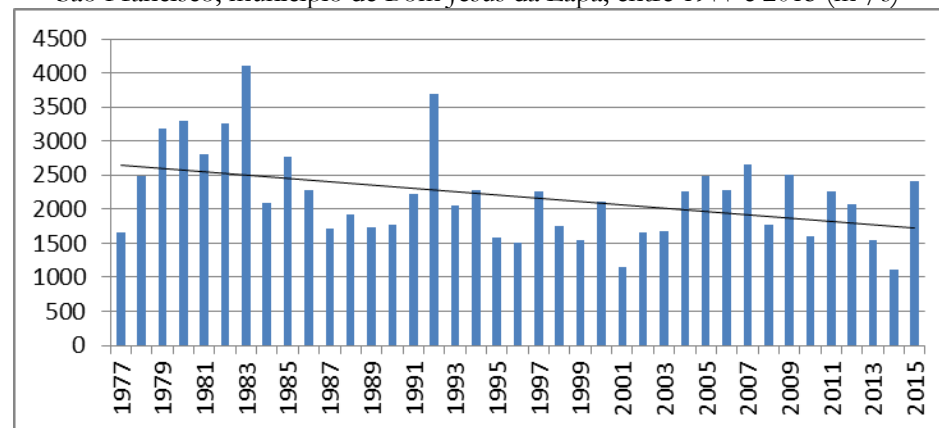
Fonte: ANA

**Tabela 76** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Carinhanha, no município de Carinhanha, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	2806,42	1985,72	1884,69	1699,79	2104,27
Diferença entre a média da década e a média total (%)	702,15 (33,36%)	-118,54 (-5,63%)	-219,58 (-10,43%)	-404,47 (-19,22%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	1106, (39,43%)				

Fonte: ANA

**Gráfico 55** – Dados anuais da estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no Rio São Francisco, município de Bom Jesus da Lapa, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Tabela 77** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	2893,69	2047,95	1918,35	1994,33	2893,69
Diferença entre a média da década e a média total (%)	699,91 (31,90%)	-145,81 (-6,64%)	-275,42 (-12,55%)	-199,44 (-9,09)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	975,33 (33,70%)				

Fonte: ANA



**Tabela 78** – Média e diferença das vazões do Rio Carinhanha, na estação fluviométrica Juvenília, a mais próxima do exutório da sub-bacia hidrográfica (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	174,33	143,18	120,06	104,00	137,04
Diferença entre a média da década e a média total (%)	37,28 (27,20%)	6,13 (4,47%)	-16,98 (-12,39%)	-33,04 (-24,11%)	37,28
Diferença entre a maior e menor média (%)	70,33 (40,34%)				

Fonte: ANA

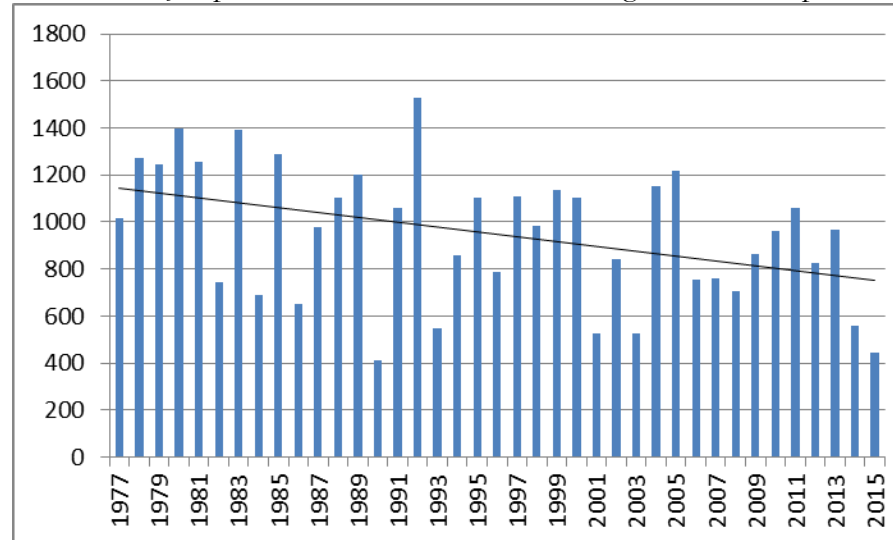
**Tabela 79** – Média e diferença das vazões por década no exutório das três principais sub-bacias hidrográficas do Oeste da Bahia conjuntas (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	241,55	213,27	191,77	174,29	206,29
Diferença entre a média da década e a média total (%)	35,25 (17,09%)	6,97 (3,38%)	-14,52 (-7,04%)	-32,00 (-15,51%)	35,25
Diferença entre a maior e menor média (%)	67,26 (27,84%)				

Fonte: ANA

## Estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 56** – Dados anuais da estação pluviométrica Fazenda Porto Alegre, no município de Cocos entre 1977 e 2015



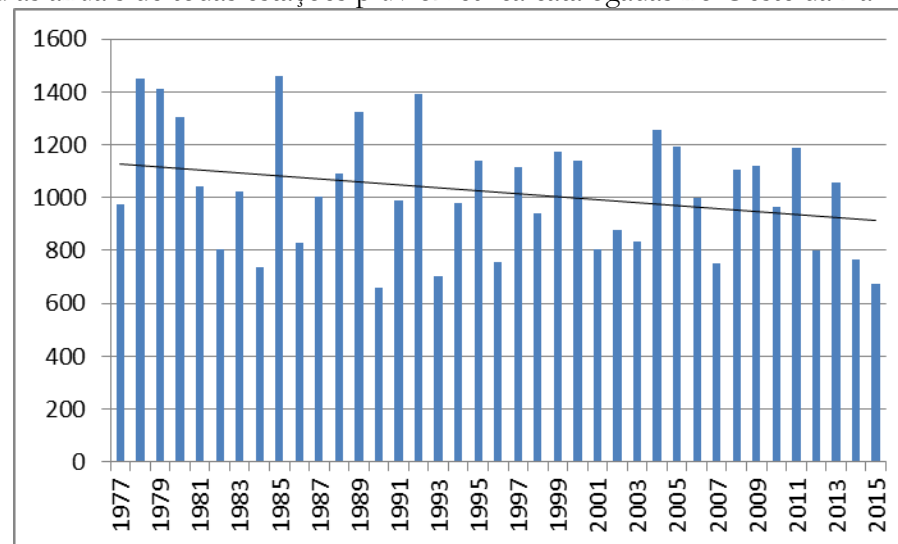
Fonte: ANA

**Tabela 80** – Média e diferença das chuvas na estação Fazenda Porto Alegre, no Município de Cocos, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1095,19	957,54	935,21	794,04	971,76
Diferença entre a média da década e a média total	123,42 (12,7%)	-14,22 (-1,46%)	-36,55 (-3,76%)	-177,71 (-18,28%)	
Diferença entre a maior e a menor média	123,43 (11,27%)				

Fonte: ANA

**Gráfico 57** – Médias anuais de todas estações pluviométrica catalogadas no Oeste da Bahia, entre 1977 e 2015



Fonte: ANA

**Tabela 81** – Média e diferença das chuvas no Oeste da Bahia entre todas as estações catalogadas, por década (mm/m<sup>2</sup>)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	1103,41	1003,29	1032,91	935,95	1045,93
Diferença entre a média da década e a média total	57,48 (5,49%)	-42,63 (-4,07%)	-13,02 (-1,24%)	-109,98 (-10,51)	
Diferença entre a maior e a menor média	167,46 (15,17%)				

Fonte: ANA

### 3.3.4 O debate conjunto das três sub-bacias hidrográficas do Oeste da Bahia e suas relações com o Rio São Francisco

Diante da proposta integradora de análise da natureza e suas relações com a sociedade, entendemos a importância de aglutinar em um só gráfico todas as estações analisadas. Inicialmente com a divisão por sub-bacia e depois com a aglutinação total dos dados analisados. Junto a isso, catalogamos os dados de 6 estações fluviométricas no curso principal do Rio São Francisco que possuem influência dos três principais rios do Oeste da Bahia (Grande, Corrente e o Carinhanha), no intuito de entender se as diminuições das vazões dos rios do Oeste da Bahia estão sendo transmitidas de modo acentuado para o Rio São Francisco e por conseguinte aos seus diversos usos.

Ao analisar os Gráficos 58, 59, 60 e 61 com as médias das chuvas e vazões dos rios do Oeste da Bahia, com os Gráficos de 62 a 67 e as Tabelas da 84 a 89, referentes às estações fluviométricas do Rio São Francisco, é perceptível que a diminuição das águas do Oeste da Bahia contribui diretamente para o declínio da vazão do Rio São Francisco, sobretudo pela considerável contribuição que esses tributários proporcionam para sua calha principal<sup>111</sup>. Contudo, a comparação das Tabelas da 84 a 89, com as Tabelas 41, 64, 78 e 79 mostra que a acentuada diminuição na vazão do Rio São Francisco, percentualmente, é superior aos rios do Oeste da Bahia. O que evidencia uma redução maior das águas no restante da bacia hidrográfica<sup>112</sup>. Consequência que vem impactando diretamente os usos na bacia hidrográfica como um todo, até mesmo os ligados aos interesses do grande capital e do Estado, como os grandes projetos de irrigação e as hidrelétricas (FRANKLYN, 2014; CUNHA & CARVALHAL, 2014; CUNHA 2015; SOBREIRO FILHO, FERNANDES & CUNHA, 2016). Um panorama que caminha para o colapso de alguns usos, como o hidroelétrico, sobretudo com os sinais dados pelas grandes barragens ao reduzir suas vazões reguladas, registrando os mais baixos índices de cota e vazão já registrados. Como acontece com a barragem de Sobradinho, que em novembro de 2015 atingiu sua menor

---

<sup>111</sup> Não foi possível calcular a proporção de contribuição que os rios do Oeste da Bahia proporcionam para a calha principal do Rio São Francisco, pois a estação fluviométrica da Barra, localizada logo após o encontro do Rio Grande com o Rio São Francisco na cidade da Barra (o último ponto de ligação dos rios do Oeste da Bahia com o Rio São Francisco) se encontra desativado desde 1977. Foi pensada a realização de uma prévia com as vazões das sub-bacias dos rios Carinhanha e do Corrente, contudo não existe nenhum posto fluviométrico no Rio São Francisco localizado logo após a descarga do Rio Corrente (penúltimo rio do Oeste da Bahia a desaguar no São Francisco), que poderia nos proporcionar essa análise preliminar. Contudo, segundo reportagem do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF (2016), a ANA realizou um estudo onde afirma que os aquíferos presentes no Oeste da Bahia (principalmente o Uruçuia), são responsáveis por contribuir com 18% no valor da recarga total do rio. Algo que reforça o nosso argumento.

capacidade de acúmulo de água, registrando apenas 1,5% e em outubro de 2016 reduziu sua vazão para 700 m<sup>3</sup>/s, a mais baixa já registrada.

A Figura 52 ilustra bem a decadência da vazão do Rio São Francisco, ao retratar a baixa vazão em julho de 2014 na cidade de Bom Jesus da Lapa. Imagem reforçada pelos dados da estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa (Tabela 77), localizada próxima ao local da ilustração. Com a apresentação de um decréscimo fluviométrico de 33,7% entre a primeira e a última década analisada. Essa redução expressa que a diminuição das vazões no leito principal do Rio São Francisco no trecho analisado, é superior aos seus afluentes do Oeste da Bahia, o que permite entender que em conjunto, as outras parcelas do todo da bacia hidrográfica, encontram-se em situação pior que o Oeste da Bahia.



**Figura 52** – Rio São Francisco sobre ponte no município de Bom Jesus da Lapa – BA  
**Fonte:** Trabalho de Campo

Todavia, é preciso não limitar a nossa análise referente ao balanço hídrico do Oeste da Bahia a uma escala regional. Assim como as questões político-econômicas, é necessário “pensarmos globalmente para agirmos localmente”, por se levar em consideração que a água e o clima são frutos de uma dinâmica global, movimentadas por forças externas ao Planeta Terra e influenciadas por fenômenos antrópicos, que provocam mudanças na sua dinâmica. Logo, é a partir dessa concepção que apresentamos as Tabelas 82 e 83 do

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, referentes aos fenômenos La Niña e El Niño, influentes diretamente no clima brasileiro em relação à intensidade, moderação e/ou diminuição no regime das chuvas.

**Tabela 82 – Ocorrência de La Niñas no período-base**

Anos	Classificação
1949 – 1951	Forte
1954 – 1956	Forte
1964 – 1965	Moderado
1970 – 1971	Moderado
1973 – 1976	Forte
1983 – 1985	Fraco
1988 – 1989	Forte
1995 – 1996	Fraco
1998 – 2001	Moderado
2007 - 2008	Forte

Fonte: INPE (2016)

**Tabela 83 – Ocorrência de El Niños no período-base**

Anos	Classificação
1939 - 1941	Forte
1946 - 1947	Moderado
1951 - 1953	Fraco
1957-1959	Forte
1965 - 1966	Moderado
1968 - 1970	Moderado
1972 - 1973	Forte
1976 - 1980	Fraco
1982 - 1983	Forte
1986 - 1988	Moderado
1990 - 1993	Forte
1994 - 1995	Moderado
1997 - 1998	Forte
2002 - 2006	Fraco

Fonte: INPE (2016)

Nosso foco de análise inicialmente parte da década de 1970<sup>113</sup>, o que claramente mostra uma predominância do regime El Niño, responsável pelo aumento da temperatura e diminuição das chuvas na área de estudo, principalmente quando observamos os anos de diminuição das chuvas e das vazões dos rios (Gráfico 61). Está presente em 22 anos dos 39 apresentados a partir de 1970, sobretudo com a classificação forte em 10 anos, sendo superior aos períodos classificados como Fraco e Moderado, o que possibilita afirmar que o regime climático global influencia também na diminuição do regime das águas no Oeste da

<sup>113</sup> O INPE só disponibilizou os dados até 2008. Porém, acreditamos que na última década o El Niño predominou, sobretudo pelas baixas médias pluviométricas e as altas temperaturas registradas.

Bahia. Logo, somado a degradação socionatural construída, contribui diretamente para os danosos impactos que estamos discutindo<sup>114</sup>.

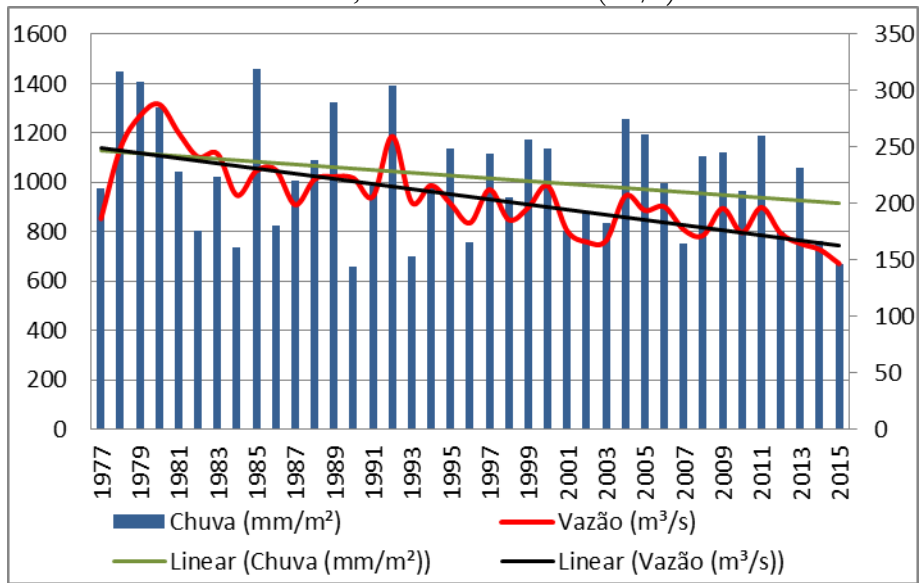
É dessa forma que buscamos entender a água relacionada a diferentes escalas e padrões de análises, pois a sua interpretação de modo pontual, não contribui com uma leitura mais sólida de sua dinâmica natural e dos interesses político-financeiros que estão envolvidos em seu entorno. Portanto, vimos como necessário problematizarmos os usos da água aos megas interesses do grande capital, que prioriza o lucro em detrimento da pessoa humana e da natureza, em que a interpretação do Estado enquanto uma instituição reguladora de regras e licenciadora de ações em pró dos ditames financeiros, torna-se central para melhor compreendermos a dinâmica territorial que envolve diferentes sujeitos, que se aglutinam e/ou conflitam-se, vinculados a interesses das questões hídricas, agrárias e trabalhistas.

É nesse movimento que o Gráfico 61, ao apresentar a diminuição das águas dos rios presentes no Oeste da Bahia acompanhada da diminuição no ritmo das chuvas, é vinculado ao viés geográfico de análise que apresentamos nesse trabalho, pela simples questão de lermos a realidade a partir das práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos nas temáticas discutidas, nessa ocasião, buscando entender o vínculo socionatural que as águas do Oeste da Bahia estão envolvidas, seus usos, os impactos, os conflitos, quem lucra e aqueles responsáveis por impulsionar a cadeia produtiva com o seu usufruto.

---

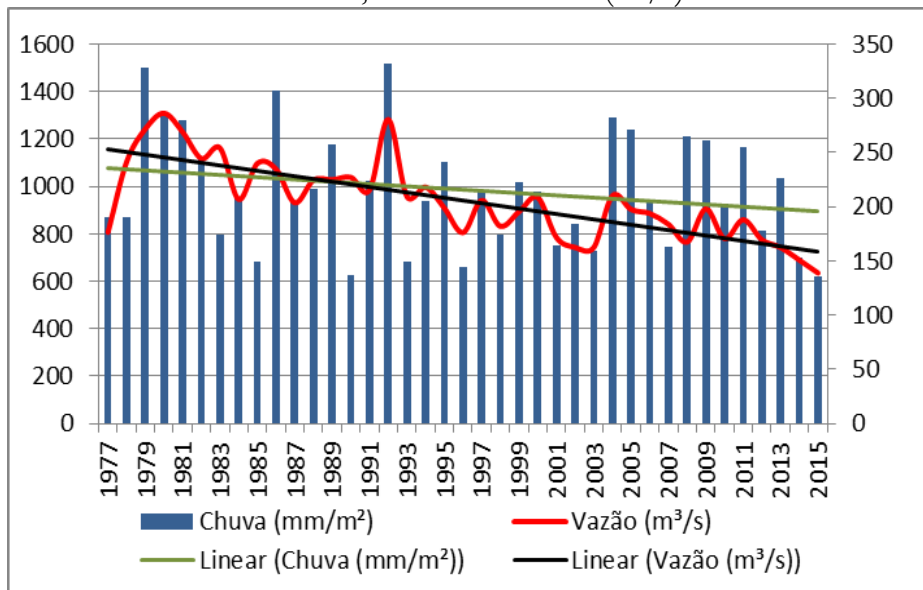
<sup>114</sup> Não são em todos os anos de El niño que a média de chuvas e as vazões dos rios possuem decréscimos no Oeste da Bahia, porém, a correlação da Tabela 83 e o Gráfico 61 mostra essa dinâmica na maior parte do intervalo de tempo analisado.

**Gráfico 58** - Médias anuais das estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Grande e a média dos dados anuais da estação fluviométrica Boqueirão, a mais próxima do exutório, entre 1977 e 2015 ( $m^3/s$ )



Fonte: ANA (2016)

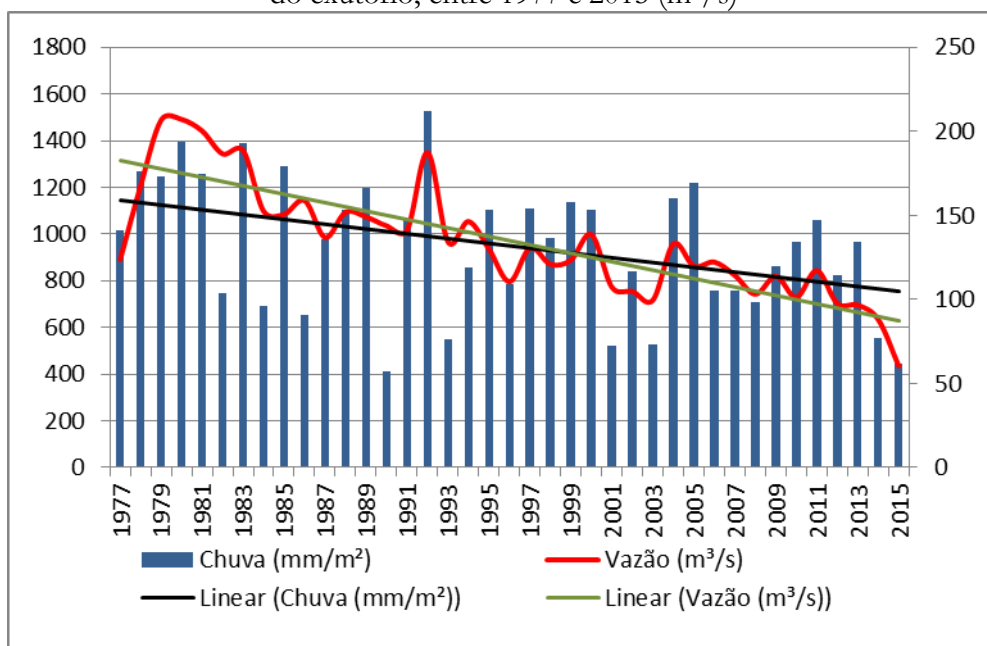
**Gráfico 59** - Médias anuais das estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Corrente e a média dos dados anuais da estação fluviométrica Santana, a mais próxima do exutório, entre 1977 e 2015 ( $m^3/s$ )



Fonte: ANA (2016)

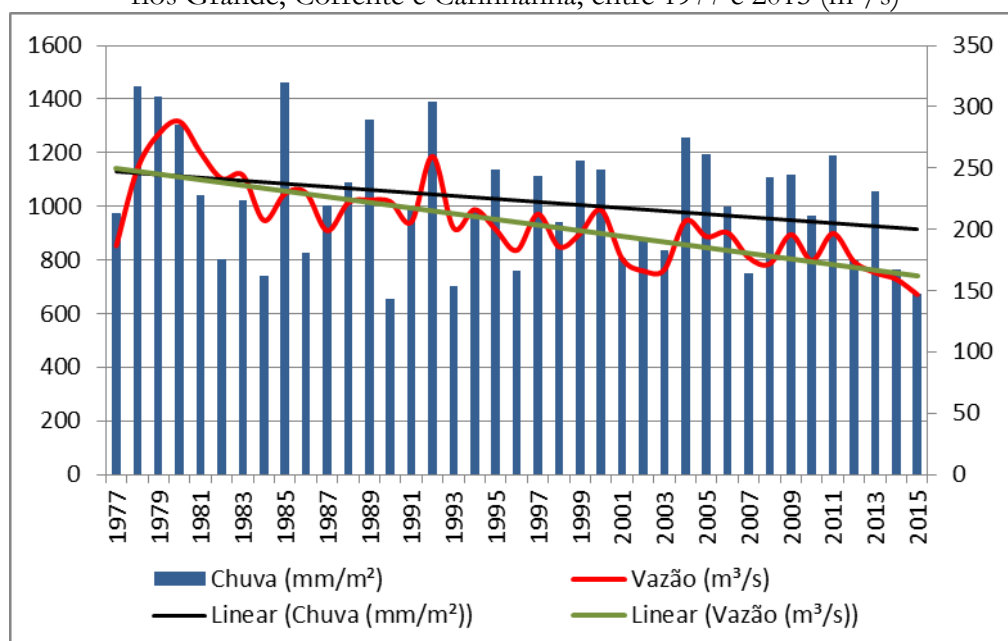


**Gráfico 60** - Médias anuais das estações pluviométricas da sub-bacia hidrográfica do Rio Carinhanha e a média dos dados anuais da estação fluviométrica Juvenília, a mais próxima do exutório, entre 1977 e 2015 ( $m^3/s$ )



Fonte: ANA (2016)

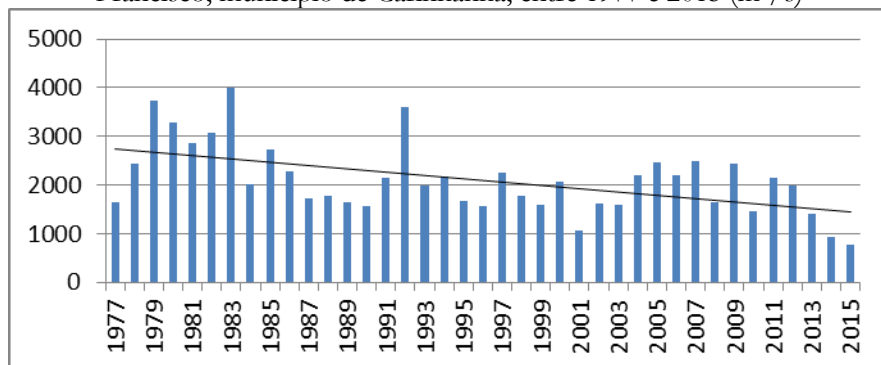
**Gráfico 61** - Médias anuais de todas estações pluviométricas catalogadas no Oeste da Bahia e a média dos dados anuais das estações fluviométricas mais próximas dos exutórios dos rios Grande, Corrente e Carinhanha, entre 1977 e 2015 ( $m^3/s$ )



Fonte: ANA (2016)

## Estações fluviométricas do Rio São Francisco localizadas após os estuários dos tributários provenientes do Oeste da Bahia, com dados entre 1977 – 2015

**Gráfico 62** – Dados anuais da estação fluviométrica Carinhanha, no Rio São Francisco, município de Carinhanha, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



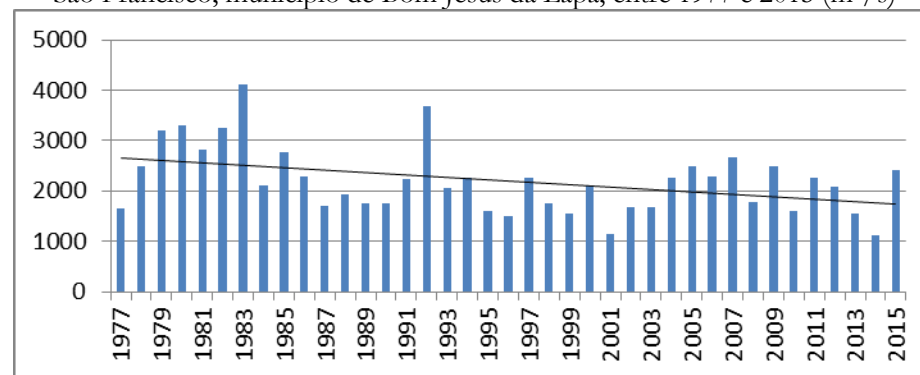
Fonte: ANA

**Tabela 84** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Carinhanha, no município de Carinhanha, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	2806,42	1985,72	1884,69	1699,79	2104,27
Diferença entre a média da década e a média total (%)	702,15 (33,36%)	-118,54 (-5,63%)	-219,58 (-10,43%)	-404,47 (-19,22%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	1106, (39,43%)				

Fonte: ANA

**Gráfico 63** – Dados anuais da estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no Rio São Francisco, município de Bom Jesus da Lapa, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



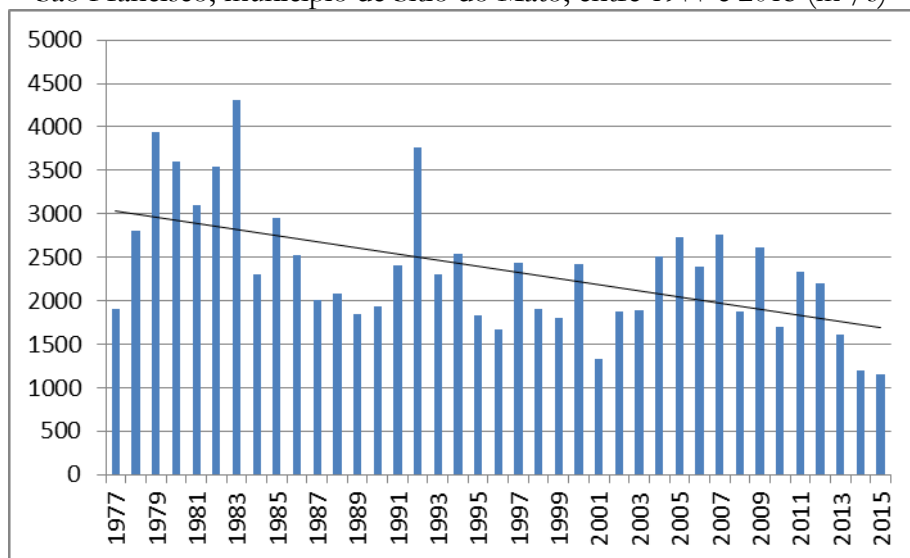
Fonte: ANA

**Tabela 85** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Bom Jesus da Lapa, no município de Bom Jesus da Lapa, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	2893,69	2047,95	1918,35	1994,33	2893,69
Diferença entre a média da década e a média total (%)	699,91 (31,90%)	-145,81 (-6,64%)	-275,42 (-12,55%)	-199,44 (-9,09)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	975,33 (33,70%)				

Fonte: ANA

**Gráfico 64** – Dados anuais da estação fluviométrica Gameleira, no Rio São Francisco, município de Sítio do Mato, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



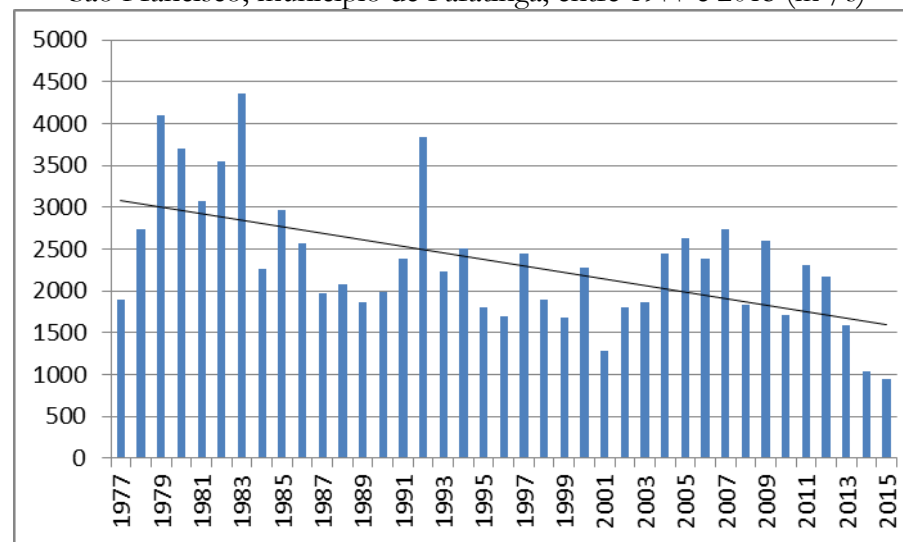
Fonte: ANA

**Tabela 86** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Gameleira, no município de Sítio do Mato, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	3098,45	2237,71	2129,87	1939,04	3098,45
Diferença entre a média da década e a média total (%)	736,61 (31,18%)	-124,12 (-5,25%)	-231,96 (-9,82%)	-422,79 (-17,90%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	1159,40 (23,77%)				

Fonte: ANA

**Gráfico 65** – Dados anuais da estação fluviométrica Paratinga, no Rio São Francisco, município de Paratinga, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



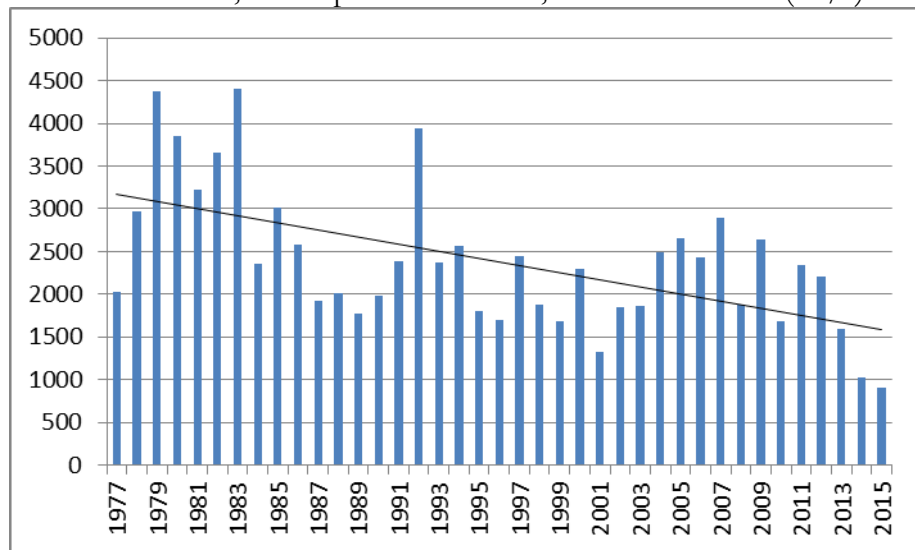
Fonte: ANA

**Tabela 87** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Paratinga, no município de Paratinga, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	3120,34	2237,31	2070,58	1881,08	2338,77
Diferença entre a média da década e a média total (%)	781,57 (33,41%)	-101,46 (-4,33%)	-268,19 (-11,46%)	-457,68 (-19,56%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	1239,26 (39,71%)				

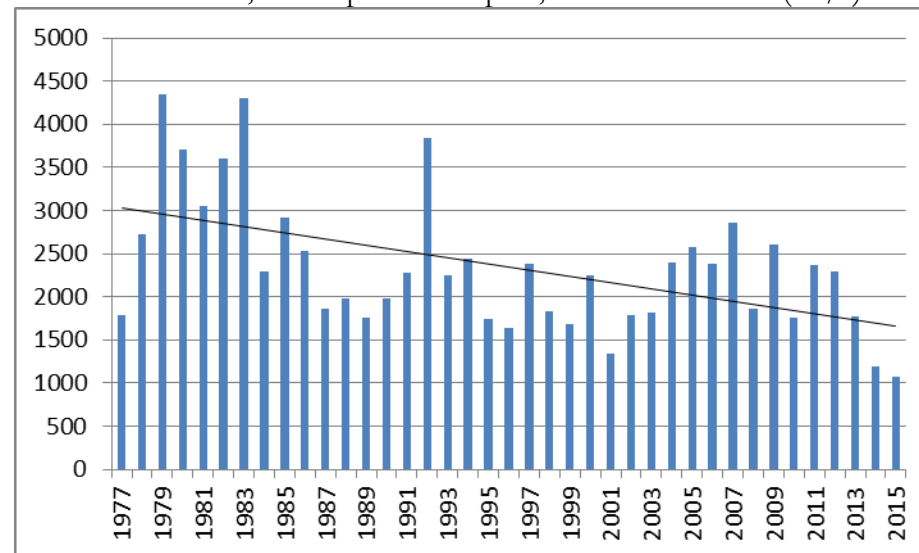
Fonte: ANA

**Gráfico 66** – Dados anuais da estação fluviométrica Ibotirama, no Rio São Francisco, município de Ibotirama, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Gráfico 67** – Dados anuais da estação fluviométrica Morpará, no Rio São Francisco, município de Morpará, entre 1977 e 2015 (m<sup>3</sup>/s)



Fonte: ANA

**Tabela 88** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Ibotirama, no município de Ibotirama, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	3243,07	2245,50	2089,38	1907,09	2383,16
Diferença entre a média da década e a média total (%)	859,90 (36,08%)	-137,66 (-5,77)	-293,77 (-12,32%)	-476,07 (-19,97%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	1335,97 (41,19%)				

Fonte: ANA

**Tabela 89** – Média e diferença das vazões do Rio São Francisco, na estação fluviométrica Morpará, no município de Morpará, por década (m<sup>3</sup>/s)

Anos	1977 - 1986	1987 - 1996	1997 - 2006	2007 - 2015	Média Total
Média por intervalo de anos	3128,17	2177,30	2044,50	1975,75	2340,55
Diferença entre a média da década e a média total (%)	787,61 (33,65%)	-163,25 (-6,97%)	-296,04 (12,64%)	-364,80 (-15,68%)	
Diferença entre a maior e menor média (%)	1152,41 (36,84%)				

Fonte: ANA

### 3.4 As águas e os conflitos no território do Oeste da Bahia

Primeiro sacia-se a sede e a fome.  
O restante deve-se vim logo depois.  
(Tássio Barreto Cunha)

Historicamente, as territorialidades construídas entre os indivíduos sempre dependeram do modo como os seres humanos se interagem com a natureza, mediadas por um conjunto de relações desenvolvidas ao longo dos tempos. Essas, consolidadas na era reinante do capital, interagem a conjuntos de mediações alienantes, responsáveis por deturbar variados elementos socionaturais e revelar as mais perturbadoras ações que um sistema social foi capaz de realizar ao longo de toda história da humanidade (MÉSZÁROS, 2007). Condição que encadeou a concepção da água enquanto mercadoria, direcionando-a como um recurso natural presente no cerne da cadeia produtiva agrícola, atrelada a todas as partes reprodutivas do capital. Com uma dependência direta da produção, da agregação de valor na circulação, na venda e no consumo dos produtos. Circunstância que impulsionou a necessidade de apropriação das águas em praticamente todas as suas fases do ciclo hidrológico. Um requisito crucial para fomentar os apetrechos técnicos, que necessitam diretamente desse controle para incorporar valor e expandir capitais.

Essa condição só se torna possível com o comando da propriedade e o licenciamento outorgado pelo Estado. Isso pela premissa do Estado ser produto da sociedade capitalista e a propriedade privada ser um dos pilares para a sua formação, possibilitando o domínio de outros elementos essenciais para o desenvolvimento do capital, no qual a água e o trabalho são centrais nessa conjuntura. Acima de tudo, porque a apropriação desses elementos proporciona poder perante aqueles que são expropriados e espoliados, tornando-os desassistidos desses elementos essenciais para reprodução da vida humana. Por isso é necessário que a tríade Terra– Água–Trabalho seja analisada de forma conjunta, visto que o controle da água está ligado diretamente ao domínio da propriedade legitimada pelo Estado seguidor dos ditames do capital, enquanto base para acumulação, que possui na extração do trabalho não pago e a transformação da natureza em mercadoria, seus sustentáculos de expansão.

É nessa toada que referimos à transformação da água em recurso, como um instrumento de poder, por vincular o seu uso à lógica mercadológica, dessa forma atrelando seus usuários a instrumentos de dominação e controle no território. O que na racionalidade expansiva do capital, por considerar o lucro sobre qualquer equilíbrio humano e/ou natural, a sua utilização é permitida até a exaustão, sendo válida até o momento que indivíduos impactados nessa lógica se unem em pró da repartição ou do comando desse

elemento natural, interessados também em garantir o seu “direito de uso” e de “propriedade”, em distintos modos e usufrutos. Afinal, não existe usufruto da água sem propriedade e tão pouco o gozo da propriedade sem água, por serem elementos essenciais para a vida humana, reproduzida conjuntamente com a força do trabalho e os meios de produção.

É a partir dos diferentes intuitos de desfrute da água e da terra que surgem os conflitos, pois o poder sobre a água sempre esteve ligado à privação da propriedade e dos trabalhadores no território. Circunstância fomentada em regiões que recebem injeção intensa de capitais como no Oeste da Bahia, intuídos de impulsionar a cadeia produtiva. Desse modo convulsionando indivíduos impactados por estruturas alicerçadas para atender esse ímpeto desenvolvimentista, que necessita usurpar a propriedade e a água de trabalhadores para atender os anseios expansionistas. Essas rápidas resistências são formadas substancialmente pela terra e a água serem bases para reprodução da vida, o que provoca ao ser humano compreender praticamente de modo instantâneo, que suas percas podem ocasionar o fim da sua vida ou a ocorrência de drásticas sequelas.

**Tabela 90 – Conflitos pelo Uso da Água no Oeste da Bahia**

Ano de Catalogação	Município	Nome do Conflito	Tipo de Conflito	Nº de Famílias
2002	Correntina	Comunidade do Rio Arrojado	Uso e Preservação	Sem Informação
2002	Buritirama	Brejão	Barragens e Açudes	23
2004	Coribe	Fazenda Borá	Apropriação Particular	145
2006	Baianópolis	Comunidade Tábua	Uso e Preservação	300
2006	Santa Maria da Vitória	Comunidade de Aldeia	Apropriação Particular	100
2008	Cocos	Barra de Posse/Capitão do Mato/Prensa	Barragens e Açudes	100
2008	Jaborandi	Projeto da Barragem UHE de Arrodeador/Comunidade de Ribeirão	Barragens e Açudes	45
2008	Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	Apropriação Particular	180
2010	São Desidério/Barreiras	PCHs do Rio das Fêmeas e do Rio Grande	Barragens e Açudes	250
2011	Cocos	Comunidades do Riacho do Meio	Uso e Preservação	300
2014	Coribe/Jaborandi	Comunidade Cachoeirão/Barragens Rio Formoso/PCH do Arrodeador	Barragens e Açudes	2000
2014	São Desidério/Barreiras	Perímetro de Irrigação São Desidério - Barreiras Sul	Uso e Preservação	340
2014	São Desidério	Comunidades de Almas, Julião, Palmeiral, Beira-Rio, Barreiros, Sítio de Cima, Sítio do Rio Grande, Embalçador, Palmeirinha, Deroval, Penedo e Morrão / PCH's	Barragens e Açudes	Sem Informação

2014	Formosa do Rio Preto	Comunidade de Molhadinha	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	Correntina	Comunidade Santo Antônio e Ponte Velha/ PCH	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	Correntina	Comunidade Aldeia / PCH Faz. Diogo	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	Correntina	Comunidade Salobro e Barra da Posse/ PCH	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	São Desidério	PCH Santa Luzia / Comunidade Julião de Palmeiral	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	São Desidério	PCH Jatobá Palmeiral / Comunidade Sítio Grande	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	LEM	Faz. Agronol / Comunidade Mata da Cachoeira	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	Barreiras	PCH Rio de Ondas / Abastecimento Público / Irrigação	Barragens e Açudes	Sem Informação
2014	Formosa do Rio Preto	Comunidade Cacimbinha / Fazenda Estrondo	Uso e Preservação	Sem Informação
2015	Coribe/Jaborandi	Localidade Cachoeirão/Barragens Rio Formoso/PCH do Arrodeador	Barragens e Açudes	2000

**Fonte:** CPT e trabalho de campo



A Tabela 90 apresenta os conflitos pelo uso da água no Oeste da Bahia catalogados pela CPT desde 2002. O que retrata o avanço da fronteira agrícola enquanto essência da maioria dos conflitos em um espaço altamente tecnificado, pensado pelo capital e o Estado com a priorização das exportações de *commodities*. Os conflitos apresentados expressam a luta pelo território impetrada pelos trabalhadores, na tentativa de manter o seu direito de propriedade e uso da água da maneira que praticaram historicamente. Por isso, os litígios não são somente pelos elementos Terra – Água, é um envolvimento de hábitos e costumes culturais, de trabalho, de lazer, misticismos etc. Toda uma liturgia de relações construídas ao longo de séculos, que fazem parte do cotidiano das populações e que se encontram ameaçadas pelo avanço intenso da lógica degradante do agrohidronegócio na região.

Esses conflitos não se dão somente pela garantia de permanência no território, mas também pela reconquista, inclusive por diversas áreas pertencentes aos trabalhadores já terem sidas ocupadas por grandes empresas, responsáveis por reproduzir a lógica ampliada do capital, utilizando ao mesmo tempo de modernas tecnologias de ponta e formas precárias de relações de trabalho praticadas secularmente, como o trabalho escravo. Logo, mesmo a tabela não apontando diretamente esses tipos de conflitos, é claro que a perda do território enquanto uma das bases materiais da vida é a prova da vulnerabilidade social que essas populações expropriadas se expõem após a perda do usufruto da água e da terra. Visto que o avanço do agrohidronegócio no Oeste da Bahia contribui diretamente para dissolver a relação metabólica terra e água, desestabilizando o cotidiano das famílias que vivem na/da terra (DOURADO, 2015).

O trabalho de campo junto com os dados da CPT contabilizou 23 conflitos por água no Oeste da Bahia entre 2002 e 2015<sup>115</sup>, sendo que 19 deles (82,60%) aconteceram após 2008, seguindo a mesma toada do trabalho escravo, do desmatamento, da morte e diminuição na vazão dos rios, dos conflitos por terra (Tabela 90) etc. Contabilização que mostra o alinhamento direto da Terra – Água - Trabalho no que diz respeito à necessidade de apropriação desses elementos para atender os anseios do capital na cadeia produtiva do agronegócio e a obrigação de lermos o território estudado pelas diferentes relações, entendido aqui pelo viés do CTA.

No que diz respeito à catalogação dos conflitos por água, destaca-se a tipologia “Barragens e Açudes”, com 15 registros (65,21%), o que representa diretamente a pressão

---

<sup>115</sup> Não descrevemos os números das famílias envolvidas nas caixas “Sem Informação” da Tabela 90, pela ausência dos dados dos conflitos contabilizados por esse trabalho no campo e conseqüentemente a impossibilidade de discutirmos o nosso objetivo maior, que é o todo dos conflitos Terra e Água. Contudo, são 71 o número de conflitos por terra que foram catalogados no Oeste da Bahia desde 1985, onde 57 registros (80,28%) ocorreram após 2008.

intensa que o capital barrageiro provoca junto às populações ribeirinhas, com a intenção de produzir energia hidroelétrica por meio principalmente de PCH's. Os casos de “Uso e Preservação” e “Apropriação Particular” registraram 3 (13,04%) casos cada, o que denota um alinhamento direto com os conflitos pela/na terra, sobretudo por impedir o uso da água por meio das ocupações de propriedades que estão a montante das localidades atingidas, seja por poluição, sucção demasiada ou até mesmo a retomada da área da própria localidade atingida, como nos mostra os relatos ocorridos em uma audiência pública sucedida em Brasília durante o VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado.

O meu povoado Derocal fica a 4 km da PCH Sítio Grande em São Desidério. A gente vem sofrendo muito, por que teve um caso deles tirarem a água para poder encher o reservatório deles. Achemos que era só uns 3 dias, mas isso vem acontecendo até hoje, estamos ficando sem água. A gente não tem água boa para tomar, não tem água para beber lá por que eles tiram água do rio, baixa a água do rio totalmente. Eles não dão explicação nenhuma para gente, não toma providência nenhuma sobre a qualidade da água. Eles dizem que fazem análise, que a água ta tratada, mas a gente nunca ver o resultado das análises deles. A gente ta aqui para recorrer, para ver o que pode acontecer com a gente por que a gente ta sofrendo muito, tem que ter um basta nisso. Se eles fizeram para engrandecer e nós, ficamos aonde? Somo o que? Somos povos, somos gente, precisamos de água.

(Gorete, Brasília, Maio de 2014)

Nós estamos sendo prejudicados pela fazenda Canabrava, não só eu, mas os companheiros na margem do Rio Sapão. Tudo o que nós fazemos eles destroem, se a gente faz um curral, eles cortam de motor cerra, pega a madeira e bota fogo, se tem uma casa de palha eles botam fogo, se for de telha, eles derrubam, quebram as telhas, os arames eles “pinicam”. Chegamos ao ponto de denunciar aqui ao Ministério Público, nós precisamos reivindicar. A gente que mora lá vive ameaçado! A gente que mora na região anda a cavalo e eles andam de carro. A maioria do povo quando escuta o carro zoar faz é esconder. Eles estão como Lapião lá na região.

(Tilino, Brasília, Maio de 2014)

Adélia - A fazenda Estrando é uma mega fazenda de mais de 440 mil HA, oficialmente já é reconhecida como uma área grilada pelo INCRA, através do livro branco e são várias as comunidades do Rio Preto atingidas por essa grilagem. O seu José é da Comunidade Gatos, o Dionélio é da Comunidade Cacimbinha, mas tem também a comunidade de Cachoeira, Marinheiro e Aldeia. Essas comunidades há muitos anos sofrem a assédio desses grileiros. Nós já temos o contato com o Ministério Público da Bahia, que está fazendo o estudo da valoração dos danos socioambientais provocados por essa grande fazenda. Em poucas palavras... José, Dionélio, seu Raimundo, vai ta relatando um pouco do que eles estão vivenciando.

José - Essa fazenda Estrando, tem tempo que ela vem prejudicando a nós e agora prejudicou ainda mais, ta matando o gado nosso de veneno, vai batendo o veneno e vai morrendo. Já morreu umas 25 cabeça de

gado. Nós estamos apelando aqui, ao MP, a dona Edite. Nós estamos aqui para ver se tem alguma decisão e outra, em um conflito grande, eles lidam muito com pistolagem, um horror de pistoleiro que a gente ta sem nem poder passar nas estradas. Vive com o dedo no gatilho, comigo mesmo já fez, com um filho meu e eu estou preocupado com isso.

Dionélio – Nós da comunidade Cacimbinha estamos lidando com bastante pistoleiro da Estrondo, nós não estamos aguentando mais, o prejuízo ta grande. Já morreram umas 25 cabeças de gado e não tem acordo com eles.

Adélia - Assim resumindo, a Estrondo ocupou a chapada no cerrado e as comunidades estão no Vale do Rio Preto e agora essa área no Vale do Rio Preto é o sonho da fazenda para fazer a reserva legal nas áreas dessas várias comunidades.

(Adélia, José e Dionélio, Brasília, Maio de 2014)

Os trechos das falas de moradores do Oeste da Bahia exprimem a intensa modificação que os seus modos de vida tradicionais estão sofrendo diante dos impactos gerados pelos grandes grupos empresariais presentes na região, impulsionados pela posição estatal, principalmente por sua omissão sobre a fiscalização frente às denúncias de grilagem de terras e o incentivo ao avanço por meio do SNCR. Essas pressões de grilagem relatadas são somadas a diversos tipos de contaminação ambiental, aumento da violência e conseqüentemente o encadeamento dos conflitos territoriais envolvendo quase sempre trabalhadores que tentam por meio da luta, resistirem e/ou conquistarem o território, *versus* os empreendedores ligados ao capital fomentado pelo Estado, responsáveis diretos pela implementação dessas políticas como bem mostra as Tabelas 15 e 90 (RIGOTTO & AGUIAR, 2015).

Apesar da não contabilização pela CPT, foi identificado nos trabalhos de campo 11 conflitos pelo uso da água e outros 7 conflitos por terra, catalogados de modo separado somente por uma questão didática, porém interpretados de forma conjunta, pela relação direta da Terra – Água – Trabalho, a qual estamos entendendo os conflitos. Argumento reforçado pela CPT, quando a instituição interpreta os conflitos pela água como ações de resistências, em geral coletivas, responsável por garantir o uso e a preservação das águas, através da luta contra a construção de barragens e açudes, a apropriação particular dos recursos hídricos e a cobrança do uso da água no campo, principalmente quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc. (Conflitos no Campo no Brasil, 2006). Esse elemento atrela diretamente a disputa pelo território, com a exposição da água como elemento inerente aos litígios.

Para esses sujeitos que lutam pela apropriação e os usos da água e da terra, suas mediações também são realizadas por meio de valores culturais e simbólicos. A terra enquanto território e a água como manifestação divina que potencializa a sua força de

trabalho e a produção de alimentos, de modo a viabilizar a reprodução do seu cotidiano. Uma condição que associa a terra e a água a partir do trabalho, por representar os meios que permitem aos trabalhadores a manutenção de suas práticas, conferindo-lhe certa autonomia em relação aos empreendedores hegemônicos. Em uma condição que dificulta o controle da terra e da água pelo grande capital e a extração de riquezas a partir do seu trabalho, sobretudo pelo incompleto domínio da natureza e do trabalhador (DOURADO, 2015).

O que nos possibilita afirmar a partir do pensamento de Mendonça (2015), que a modernização do território no Oeste da Bahia não eliminou a grande variedade de uso das terras e das águas construídas por povos tradicionais ao longo de séculos. Pelo contrário, os anseios de continuarem seguindo os seus hábitos seculares, possibilitaram construir um mosaico com diferentes modos de utilizar a água e a terra, proporcionando a feição de territorialidades essenciais nos conflitos que estão enfrentando. Organizados em frente de lutas por entidades da sociedade civil organizada, como movimentos sociais, entidades religiosas, sindicatos, ONG's etc., que começaram a enxergar o conflito da água como bem substancial para a disputa e ou manutenção de trabalhadores no território, como nos mostra o relato a seguir.

É um entendimento que eu tenho. A luta pela terra e a luta pela água, ela não está desassociada, não tem jeito. Como a luta pelo meio ambiente tem que ta casada. Eu quero te confessar que quando o movimento surgiu nós não tínhamos essa compreensão. Nós no surgimento, achávamos que essa questão ambiental era uma coisa de quem luta pelo meio ambiente. Não era uma coisa nossa. Hoje nós chegamos a uma compreensão que nós que lutamos pela terra, lutamos pela água, lutamos pelo ar, lutamos por uma vida saudável, lutamos pelo meio ambiente. Então são lutas que entrelaçam, que não são separadas. Não tem condições de você lutar pela terra sem preservar o meio ambiente. Não tem condições de você lutar pela água sem você lutar pelo meio ambiente. Não tem condições de você lutar pelo meio ambiente e não lutar pela água, pela democratização da terra. Ou seja, se você lutar pelo meio ambiente e não compreender que o agronegócio no seu modelo de produção destrói o meio ambiente, você não ta preservando o meio ambiente. Se você vai lutar pela água e não compreender que a forma que o agronegócio produz ela, envenena a terra, que vai para os lençóis freáticos e destrói a água. [...] Essa é a luta e tem que ser a mesma luta de todos os movimentos que lutam pela terra, que lutam pela água, que lutam pela questão ambiental.

(Deraldo, Formosa do Rio Preto, março de 2014)

A descrição acima apresenta uma análise mais atual sobre a posição de muitas entidades da sociedade civil, referente à necessidade de aglutinar as temáticas para ler o real e melhor se traçar as estratégias de luta. Com uma posição/interesse de classe contrária as

formas de apropriação da natureza referendadas pela produção de mais valor e a transformação de elementos naturais em mercadoria, entendidas pelo mercado como recursos. Sobretudo porque a produção de valor-de-troca ocorre em um processo desigual, a partir da usurpação do trabalho não pago e a espoliação dos meios de vida da população, integrando uma grande diversidade de elementos direcionados a seguir esse sentido de modo cada vez mais intenso. O que se torna preciso para as instituições que acreditam em outro modelo social, construir uma interpretação do movimento impulsionado pelo capital de forma mais esclarecedora, podendo assim arquitetar propostas alternativas a esse modelo de maneira mais contundente.

É dessa maneira que a sugestão de apresentar o CTA a partir da tríade Terra – Água – Trabalho no Oeste da Bahia se enquadra. Na tentativa de mostrar a necessidade de ler a dinâmica geográfica a partir das relações dos sujeitos de modo articulado, vinculadas a uma interação com a natureza em um devir constante e sempre em disputa. Por levar em consideração que no território existem variados campos de poder com diferentes interesses em jogo, em que a interpretação dada pelos conflitos de classe é uma ótica substancial para analisa-lo, pelo motivo da propriedade enquanto base de realização das relações de vida e as próprias relações, estarem em disputa (FELICIANO, 2015). Em uma perspectiva que enquadra a superfície, o subsolo e tudo aquilo que é vinculado para atender as diferentes demandas daqueles (as) que se digladiam. Essa, enquanto uma dinâmica que o trabalho expressa o ato de transformar e produzir riqueza, a terra enquanto propriedade é vista como o sustentáculo para promover e oferecer as matérias desse movimento e a água entendida como um dos principais elementos naturais que participa de todos os ciclos da vida e dar sustentação a essa trama litigiosa atualmente.

Os conflitos por água (Tabelas 90) catalogados no Oeste da Bahia expressam esse pensamento, quando indicam que 47,83% (11 de um total de 23 litígios) das disputas, envolvem diretamente o motivo “Destruição e/ou Poluição”, seguido por 21,74% (5 casos) de “Diminuição do Acesso a Água”, 17,39% (4 casos) de “Ameaça de Expropriação”, 8,7% (2 casos) e 4,35% (1 caso) de “Impedimento”. O que denota claramente a necessidade apropriativa do capital em espoliar os meios de vida dos trabalhadores nas suas mais diversas faces, enquanto instrumento basilar para a expropriação da população. Um processo dialético, que ao mesmo tempo em que se espolia, expropria e se apropria, provoca durante essa prática exclusiva, a aglutinação dos marginalizados em pró da resistência a favor da terra, da água e da autonomia nas relações de vida e de produção. Em

um movimento que quem transforma com o intuito maior de sobreviver, enfrenta aqueles que degradam a favor da acumulação e expansão da riqueza.

Segundo a CPT, são 5783 famílias que se envolveram com os conflitos pela água no Oeste da Bahia entre 2002 e 2015, estimando 28015 pessoas<sup>116</sup>. O que nos faz acreditar em uma estimativa bem superior, já que além do trabalho de campo ter identificado outros conflitos não catalogados pela instituição, são muitos os litígios ponderados como “pela terra”, que possuem o uso da água vinculado diretamente ao motivo da disputa. Situação que nos instiga a pensar os conflitos no Oeste da Bahia de modo articulado, interpretando-os através de uma conexão planejada em que a causa principal não seja apenas uma questão específica, mas sim um elo de componentes responsáveis, tanto por alicerçar o avanço do capital e degradação da vida das pessoas e a natureza, quanto a prática da sustentabilidade e da construção de propostas contra hegemônicas. Isso em razão do próprio capital necessitar de variados elementos para se consolidar e expandir, e os indivíduos que participam dessa teia, realizarem variadas ações se envolvendo com diferentes temas, objetivados em atender os seus anseios, seja emancipatórios ou não<sup>117</sup>.

À vista disso, a água se constitui como um elemento central diante dos seus usos culturais, mercadológicos, de lazer, na agricultura, na indústria, no abastecimento etc. Principalmente por ser um dos elementos naturais mais importantes na promoção da vida e por provocar em sua ausência, uma das mais intensas e rápidas abstinências e mortes que os seres vivos possam sofrer. Motivo para o qual também se justifique a emergência de instantâneos conflitos, sobretudo quando envolve o abastecimento, por ser um dos setores mais estratégicos do ponto de vista da sobrevivência humana. Outros usos da água também são estratégicos, entretanto, como mercadorias são condicionados pelas regras do mercado, sem qualquer limite de normas, com foco protagonista em ampliar suas condições de lucro. Não importando a ocorrência de conflitos por água/terra, a espoliação e expropriação dos trabalhadores, a morte e diminuição dos rios, supressão da vegetação em série etc., valendo em essência o desenvolvimento do avanço financeiro.

Destarte, os conflitos por terra e água são responsáveis por construir novas territorialidades no Oeste da Bahia, principalmente por esse território estar se

---

<sup>116</sup> A CPT no Brasil utiliza uma metodologia para estimar o total do número de pessoas envolvidas nos conflitos, contabilizando 5 pessoas por família.

<sup>117</sup> É necessário reconhecer a importância de estudos mais aprofundados sobre determinadas temáticas, contudo, é de grande relevância o reconhecimento e a aplicação de conexões entre os diferentes conteúdos, especialmente pela necessidade de compreender melhor o intenso dinamismo que vivemos em um mundo conectado globalmente. Desse modo, a tentativa desse trabalho de apresentar uma proposta da questão hídrica, trabalhista e agrária conjuntamente, como parte da leitura territorial, é fruto de uma inspiração para lermos uma parcela da realidade do Oeste da Bahia a partir de um fundamento interdisciplinar em uma ótica multiescalar.

transformando intensamente para atender as demandas agroindustriais de capitais, pertencentes à cadeia produtiva do agronegócio (DOURADO, 2015). Dessa forma, transmitindo pistas das relações sociais e de poder que dão autenticidade a essa trama, que estamos entendendo pelo viés do CTA. Através de diferentes sujeitos e classes sociais com ações e concepções políticas distintas, enquadradas na lógica da contradição social, vinculada a dois elementos (terra/água) centrais para reprodução da vida, apropriados nesses novos circuitos de acumulação e expansão de valor (PORTO-GONCALVES, 2015).

## **CAPÍTULO IV - A degradação do trabalho no campo do Oeste da Bahia**

### **4.1 O movimento do trabalho e o trabalho em movimento no Oeste da Bahia**

“O paraíso dos ricos, é feito  
com o inferno dos pobres”.  
(Victor Hugo)

Entende-se o trabalho enquanto um processo entre seres humanos e natureza. Um modo em que o humano - pelo seu próprio instinto -, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio com o ambiente que se vive. Visto que isso é realizado por meio da apropriação da natureza, compreendida como um processo de trabalho. Uma concepção da natureza humana que se encontra em constante interação com o ambiente por meio do trabalho. Um metabolismo sicionatural dialético, justificado pela transformação mútua do ser humano e da natureza, quando cada um se altera ao mesmo momento a partir dessa relação. Contudo, o ser humano apropria-se da natureza com diferentes propósitos a partir de concepções. Característica que o faz se diferenciar de outras espécies a partir da capacidade de possuir uma consciência que prevê a transformação efetiva material, com as perspectivas da transformação da matéria e/ou a realização de propósitos (FLORES, 2013).

A dupla concepção humana de possuir uma consciência e prever uma transformação é fundamental para o desígnio dessa pesquisa, pois revela aspectos da sociedade capitalista, propagandeada com leis naturais e livres, porém, praticadas a partir do sentido dominante e impositivo de uma classe, com proposições conscientes e socialmente construídas, com a prevalência atualmente de relações de trabalho flexíveis e mudanças abruptas nas relações tempo de vida/tempo de trabalho, tempo presente/tempo futuro, incertezas pessoais, estratégias de envolvimento etc. Características diretamente ligadas à degradação da natureza e a precarização humana, sobretudo por romper com qualquer ritmo natural por meio da imposição do tempo frenético do capital (ALVES, 1999), sendo que a expropriação e/ou espoliação de povos tradicionais do/no campo, é tática crucial para o avanço do capital no contexto da cadeia produtiva do agronegócio. Pois, além de buscar dominar suas simbologias e hábitos cotidianos para dificultar ao máximo a possibilidade de sobrevivência em propriedades de uso particular e/ou comunitário, soma-se o uso da força, especialmente quando há casos de resistências isoladas, sem a presença do coletivo.

O debate acerca dos trabalhadores que moram e/ou transitam no campo do Oeste da Bahia, parte dessa essência relacional com o território enquanto um campo de conflitos



de classe, impulsionados por ações (des)territorializantes dos diferentes sujeitos que usufruem desse espaço. Principalmente por considerar o trabalho enquanto elemento precursor dessa dinâmica, por meio da extração da mais-valia, em um ordenamento de mundo transescalar. Expressado mais claramente nos ditos “polos de desenvolvimento”, com a inclusão de renomadas tecnologias junto a profissionais qualificados a operacionalizá-las e/ou gerenciá-las e a exclusão daqueles que não se vinculam ao “ritmo da modernidade”. Essa é a face dos municípios produtores de *commodities* do Oeste da Bahia, locais em que se misturam variados sujeitos vinculados a diferentes tempos e ritmos.

É certo que a pujança econômica no Oeste da Bahia a partir da abertura da fronteira agrícola, não proporcionou melhorias na maioria das relações e tão pouco nas condições de trabalho. Com uma tendência cada vez maior da degradação da pessoa humana e da precarização nas relações, ligadas sumariamente a injeção econômica excludente proporcionada pelo Estado e o capital, em ritmos extremamente superiores a outras políticas que poderiam mitigar o estado de vulnerabilidade social que vive a maioria da população residente nessa região. Condição ocultada por alguns veículos midiáticos ligados ao setor do agronegócio, com o discurso da oferta e o aumento de empregos formais, muitas vezes responsáveis por camuflar verdadeiras barbáries no que diz respeito as condições de trabalho.

Além da frágil legislação flexibilizada, primada em uma sequência de perdas nos direitos trabalhistas (principalmente nas últimas quatro décadas) e da fragmentação na organização dos trabalhadores, há uma série de infrações trabalhistas, em sua maioria omitidas pelo Estado. Isso por entender que esse modelo institucional é baseado nos ditames burgueses, responsável direto por impulsionar e provocar as precárias condições que milhares de trabalhadores são condicionados a vivenciar nos campos de (re)produção do agronegócio. Com destaque para aqueles que estão infiltrados nas fazendas manejando agrotóxicos, na preparação dos solos após o desmatamento e/ou queimada (“catadores de raiz”) e os presentes nas carvoarias (carvoeiros), por serem os mais vulneráveis a superexploração, ligadas a intoxicação pelo uso dos agrotóxicos e o trabalho análogo ao escravo.

A Tabela 91 representa o dinamismo populacional no Oeste da Bahia em termos absolutos, tratando-se da situação do domicílio. Indica-se a mobilidade dos trabalhadores na/para região em uma constância positiva, sentido às cidades e principalmente aos principais polos de atração, como Barreiras e LEM, hoje os dois maiores municípios do Oeste da Bahia se tratando do contingente populacional. Um verdadeiro *boom* no

crescimento populacional a partir da década de 1970, quando Barreiras aumentou 558,68% a sua população em 40 anos. Um verdadeiro escárnio humano, sobretudo quando levamos em consideração a situação de penúria vivida pela maioria da população vitimada nesse processo<sup>118</sup>, como é apresentado pelo relato da reportagem do Jornal A Tarde no início da década de 1990.

**Tabela 91** – População residente por situação de domicílio, entre às décadas de 1970 a 2010, nos nove municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia

Município	Situação do Domicílio	Ano									
		1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Baianópolis	Total	8.698	100	9.606	100	13.823	100	12.179	100	13.850	100
	Urbana	891	10,24	1.250	13,01	2.305	16,68	2.727	22,39	3.482	25,14
	Rural	7.807	89,76	8.356	86,99	11.518	83,32	9.452	77,61	10.368	74,86
Barreiras	Total	20.864	100	41.454	100	92.640	100	131.849	100	137.427	100
	Urbana	9.760	46,78	30.055	72,50	70.870	76,50	115.784	87,82	123.741	90,04
	Rural	11.104	53,22	11.399	27,50	21.770	23,50	16.065	12,18	13.686	9,96
Cocos	Total	13.239	100	15.730	100	15.983	100	17.611	100	18.153	100
	Urbana	2.174	16,42	3.528	22,43	4.972	31,11	6.424	36,48	8.572	47,22
	Rural	11.065	83,58	12.202	77,57	11.011	68,89	11.187	63,52	9.581	52,78
Correntina	Total	30.365	100	34.783	100	28.005	100	30.583	100	31.249	100
	Urbana	2.942	9,69	4.429	12,73	8.636	30,84	11.355	37,13	12.604	40,33
	Rural	27.423	90,31	30.354	87,27	19.369	69,16	19.228	62,87	18.645	59,67
Formosa do Rio Preto	Total	8.979	100	11.883	100	15.418	100	18.288	100	22.528	100
	Urbana	1.304	14,52	3.630	30,55	5.624	36,48	9.381	51,30	13.647	60,58
	Rural	7.675	85,48	8.253	69,45	9.794	63,52	8.907	48,70	8.881	39,42
Jaborandi	Total	-	-	-	-	11.692	100	10.288	100	8.973	100
	Urbana	-	-	-	-	1.687	14,43	2.023	19,66	3.040	33,88
	Rural	-	-	-	-	10.005	85,57	8.265	80,34	5.933	66,12
Luís Eduardo Magalhães	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	60.105	100
	Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	54.881	91,31
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	5.224	8,69
Riachão das Neves	Total	14.693	100	18.292	100	20.282	100	21.917	100	21.937	100
	Urbana	3.060	20,83	5.950	32,53	8.921	43,98	10.257	46,80	10.744	48,98
	Rural	11.633	79,17	12.342	67,47	11.361	56,02	11.660	53,20	11.193	51,02
São Desidério	Total	12.790	100	14.926	100	18.977	100	19.006	100	27.659	100
	Urbana	2.152	16,83	3.143	21,06	5.539	29,19	7.129	37,51	8.633	31,21
	Rural	10.638	83,17	11.783	78,94	13.438	70,81	11.877	62,49	19.026	68,79

Fonte: IBGE (2016)

“Realidade caótica’ é um termo utilizado pelos jornais locais para definir a situação de bairros como a Vila Brasil, onde ainda se morre de hanseníase. O bispo local afirma que a região deve ser proporcionalmente, uma das recordistas mundiais de esquistossomose e doença de chagas. Em áreas como a Vila Amorim, até o cemitério é clandestino. A exemplo de localidades mais remotas do sertão nordestino, onde impera a miséria e a mortalidade infantil exibe índices

<sup>118</sup> Contudo, é necessário apontar a melhora nos indicadores sociais nos “bolsões de miséria” do Brasil na última década, ligada sumariamente aos programas sociais de transferência de renda do governo federal, como o aumento do salário mínimo acima da inflação, o Bolsa Família, ampliação de vagas em todos os níveis do ensino, expansão dos programas de Saúde da Família etc.. Um progresso distante do ideal, entretanto, com uma expansão *record*, levando em consideração o recorte temporal da história contemporânea brasileira, a partir de 1500, com a imposição da “cultura ocidental”.

recordes, onde muitas crianças são sepultadas “sem guia de enterro”. Uma moradora, que denunciou o cemitério por estar avançando sobre o caminho de sua casa, afirmou que “os corpos chegam em caixas de papelão, sacos plásticos e de panos, raramente num caixão”; são 36 covas rasas, algumas ostentando uma cruz”.

(Jornal A Tarde, Salvador, 31/07/1990 *apud* Haesbaert, [1995]).

A penúria humana expressada com exemplos de moléstias e débeis situações vivenciadas pela população, são somadas com condições de trabalho impostas a um povo pobre, muitas vezes faminto, que não possuía nem a licença de ser sepultado da forma que atendesse aos seus preceitos culturais/religiosos. Essas circunstâncias atualmente se reconfiguraram, com a melhora nos índices das moléstias relatadas, como ocorreu em todo o Brasil a partir do avanço dos programas de atenção básica a saúde pública, no entanto acompanhada com penosos aumentos nos índices ligados a degradação do trabalho. Ou seja, tem-se um avanço em alguns requisitos da política de bem estar social, porém a degradação da pessoa humana prossegue com a imposição de condições de trabalho precárias, substancialmente presentes no hall da cadeia produtiva, como exemplifica o relato.

A minha esposa chegou a trabalhar como enfermeira em uma casa de saúde em Barreiras e pode atender, assistir, diversos trabalhadores intoxicados com agrotóxicos que deram entrada na clínica São João para se tratar de intoxicação. Isso já a partir do início dos anos 80. Foram altos índices de envenenamento e morte na região. Hoje parece que isso diminuiu um pouco, mas que continua um alto índice de envenenamento. Por que hoje não só a tecnologia de aplicação dos agrotóxicos foram otimizadas, como os meios de aplicação também. Por que hoje aplica, além de outros métodos, a aviação agrícola para a aplicação de agrotóxicos na região. O método é antigo, mas hoje se utiliza com maior intensidade e com menos trabalhadores.

(Roberval, São Desidério, Março de 2014)

LEM é outro polo de atração que se destaca no Oeste da Bahia, com um vertiginoso crescimento populacional iniciado desde a sua fundação em 1984 até os dias atuais<sup>119</sup>. Apesar do IBGE não disponibilizar os dados da quantidade populacional de LEM até 2000 por não ser considerado município, o crescimento da população entre 2010 e a estimativa de 2016<sup>120</sup> exemplifica a explosão demográfica vivenciada com 26,46% de aumento em apenas 6 anos. Esse crescimento é provocado a partir da mobilidade de

---

<sup>119</sup> Em 1984 LEM foi fundada enquanto vila do município de Barreiras, com o desmembramento para distrito em 1987 e a emancipação política como município em 2000.

<sup>120</sup> Segundo o Jornal O Expresso na reportagem “Luís Eduardo dobrou 2,2 vezes sua população desde a sua emancipação” (2010), em 2000, LEM possuía uma população de apenas 18 mil habitantes. O que representa um crescimento de 354% no contingente populacional se comparada com a estimativa de 81730 habitantes apresentada pelo IBGE em 2016.

migrantes atraídos pelas ofertas de empregos, sobretudo no centro urbano e nas fazendas circunvizinhas, como exemplifica o comentário de um morador.

São trabalhadores braçais, trabalhadores que se candidatam a subempregos, empregos esses inclusive de aplicação de agrotóxicos, que tem matado muita gente envenenada, intoxicada e as regiões de origem, de todo o país e até estrangeiro. Agora, de dentro do país, a região que a gente observa mais migrante para Luís Eduardo Magalhães, é a região de Irecê.

(Elisandra, Brasília, 2014)

Apesar da migração ser um fenômeno diverso que envolve uma gama variada de condicionantes, entende-se que a lógica dos “polos de atração” (PERPETUA, 2013), com o aumento do circuito do capital vinculado a dinâmica do agronegócio, é o principal motivo de condução dos migrantes para as cidades de Barreiras e LEM, esses, em maioria, caracterizados por vivenciarem uma vulnerabilidade social extrema, sujeitando-se a precárias ofertas de emprego, condições de moradia, transporte etc., como demonstra o trecho da entrevista acima. Uma significância de precarização e superexploração, mormente para as pessoas presentes no bojo do extrato social dos menos qualificados. Em muitos casos, um carma presente no cotidiano da pessoa que migra desde o seu lugar de origem.

É nesse sentido que a mobilidade de trabalhadores para o Oeste da Bahia ocorre, inerente a uma produção do espaço polarizado, fragmentado e desigual, que guia suas escolhas locacionais e definem os itinerários dos fluxos dos migrantes. Enquanto um efeito da dinâmica acumulativa do capital é um fator preponderante para que isso ocorra (PERPETUA, 2013), já que sem o controle e o a exploração do trabalhador não há acumulação e expansão capitalista. Visto que a principal modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o tempo do trabalho explorável, por ser a principal locomotiva de manutenção do sistema, o que o faz ignorar qualquer limitação do tempo humano e da natureza para atender os seus anseios (MÉSZÁROS, 2007).

Outro processo apontado pela Tabela 91 é a alta concentração populacional no rural dos demais municípios, com exceção de LEM, Barreiras e Formosa do Rio Preto, que apresentavam em 2010, 91,31%, 90,04% e 60,58% da sua população no urbano respectivamente. Todavia, todos os demais municípios possuíam a maioria da população no rural. Esses dados evidenciam duas questões principais: que parcela considerável dos camponeses (re)existe no campo por meio de diversas formas de trabalho, seja em suas terras e/ou nos precários empregos ofertados nas fazendas e nas cidades; e que o campo nos municípios produtores de *commodities* no Oeste da Bahia, também é local de atração de migrantes. Com proeminência para o que Perpetua (2013) chamou de “redes de

solidariedade”, referindo-se ao alinhamento de familiares e amigos em impulsionar a vinda de trabalhadores para determinados locais atrativos. Nos municípios produtores destacam-se as famosas “vilas<sup>121</sup>”, surgidas no campo desses municípios após a implementação do agronegócio na região, fixadas próximas à área produtora.

Porém, mesmo em quantidade considerável, a população rural desses municípios vem sofrendo um decréscimo, sobretudo a partir da década de 1990. Processo que segue a dinâmica nacional, com a priorização das cidades enquanto local de investimentos e conseqüentemente de moradia da maioria dos habitantes, com a exclusão do campo, em relação a políticas públicas que pudessem viabilizar esse reduto enquanto local de vivência para aqueles que optassem por essa preferência. A única exceção desse movimento observado na Tabela 91, é o município de São Desidério, que por possuir uma diversificada estruturação da cadeia produtiva do agronegócio no campo e conseqüentemente o maior PIB agrícola do Oeste da Bahia, fez com que a sua população rural seguisse o ritmo de investimentos, com ascensão entre as décadas de 1970 e 1990 e entre 2000 e 2010 e retração entre 1990 e 2000. Fator preponderante para possuir hoje a maior população rural dentre os municípios citados, principalmente de migrantes atraídos por empregos ofertados pelo agronegócio (fazendas e agroindústrias).

Outro fator importante de ser ponderado referente à alta concentração de uma população rural pobre economicamente, mas que cultiva riquíssimos ritos culturais desenvolvidos secularmente, é a particularização de ações políticas na defesa da terra, da água e das relações de produção. Isso a partir de diversos elementos, entre eles, a cultura de construir ações políticas que buscam (re)existir na terra e lutar pelos seus laços de vida (MENDONÇA, 2015).

É nessa condição que os trabalhadores dos municípios de São Desidério e Correntina, enquanto os maiores possuidores de populações presentes no rural, são protagonistas no enfrentamento do capital, em defesa dos seus territórios. Uma concepção construída a partir dos dados da CPT e do trabalho de campo, referentes aos conflitos por terra e por água, que junto à organização dos trabalhadores, motivadas por instituições da sociedade civil organizada como ONG’s, movimentos sociais, sindicatos etc., e a (re)existência desses trabalhadores em suas terras e/ou em busca de (re)conquistá-las, são responsáveis por construir um grandioso obstáculo para o avanço dos capitais que atuam no Oeste da Bahia atualmente.

---

<sup>121</sup> Em destaque: Rosário em Correntina, Roda Velha em São Desidério e Coaceral em Formosa do Rio Preto.

A luta dos posseiros, dos atingidos por barragens, dos religiosos progressistas é somada com a dos sem-terra, que se aglutinam em ocupações e assentamentos no território da bacia hidrográfica do Rio Grande<sup>122</sup>. Estes, em sua maioria, migrantes da própria Bahia, vítimas da altíssima exclusão social prevalecente no Estado<sup>123</sup>, que encontram no movimento social uma forma de buscar alternativas de sobrevivência, junto a um determinado grupo de pessoas que lutam por “um pedaço de chão”, visto como uma propriedade capaz de alicerçar suas relações de vida, como expressam as Figuras 53, 54 e 55.

O retrato dos migrantes nos acampamentos e assentamentos visitados, representa partes consideráveis do perfil dos trabalhadores marginalizados presentes no Oeste da Bahia, em que grande parcela residiu inicialmente nas cidades de Barreiras e/ou LEM, sendo de origem baiana ou algum outro estado nordestino, que migrou para o Oeste da Bahia a partir da abertura da fronteira. Os números de pessoas que possuem moradia fixa nos três municípios com maior chegada de migrantes (LEM, Barreiras e São Desidério<sup>124</sup>) há menos de 10 anos por tempo ininterrupto e a quantidade e a origem da população por local de nascimento, embasam a ideia exposta, como apresenta as Tabelas 92 e 93.

A mobilidade dos trabalhadores migrantes nesses municípios é seguida pelo alto fluxo de capitais. Visto que isso variará de acordo com o ambiente de investimento. LEM e Barreiras são as duas principais centralidades regionais, estruturadas para atender os anseios da cadeia produtiva, com os empregos voltados sumariamente para o setor de comércio, serviços e administração pública e privada. Performance que faz essas duas cidades possuírem mais de 90% da sua população na sede dos municípios e atraírem a maioria dos migrantes que fixam moradia e/ou transitam no Oeste da Bahia.

Nesse bojo, LEM se destaca por ter se tornado na última década o maior centro financeiro regional e conseqüentemente o município que mais atraiu trabalhadores

---

<sup>122</sup> Área de atuação do MST na região Oeste da Bahia.

<sup>123</sup> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2014), a Bahia foi o estado brasileiro que mais diminuiu a pobreza extrema até 2013. Aponta-se que 6,5% dos baianos ainda vivem na extrema pobreza (com menos de R\$ 84 de renda domiciliar mensal per capita) e 10,4% são considerados pobres (com rendimento mensal entre R\$ 84 e R\$ 168 per capita). Porém, o estado continua a ser o que possui a maior quantidade de pobres e miseráveis da nação em números absolutos e o maior déficit educacional do país, sendo que 17% dos habitantes são analfabetos, 49% só possuem o ensino fundamental incompleto, 12% o ensino médio incompleto, 17,87% o médio completo e somente 3,8%, possuem ensino superior completo. Condição social que rebate diretamente na mobilidade do trabalho dos baianos, o que faz da Bahia ser o estado brasileiro com maior número de migrantes, representando 33% do total da nação (IBGE, 2010). Características que influenciam diretamente na vulnerabilidade social da população, o que tornou a Bahia em 2014 o estado brasileiro com o maior número de homicídios (5450 mortes, com uma média de 36 mortes/100 mil hab.), em que cerca de 60% são ligados ao tráfico de drogas, sobretudo os derivados de cocaína como o crack (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015).

<sup>124</sup> Esses três municípios foram escolhidos como amostra, por expressarem as principais particularidades discutidas nessa parte do texto, respondendo a dinâmica observada nos demais.

migrantes. Contudo, o baixo número de pessoas que residem em LEM entre 4 e 6 anos e 7 e 9 durante a década de 2010, indica um alto grau de mobilidade de trabalhadores não sedentários nesses períodos, sobretudo quando se observa o crescimento populacional existente. Situação que pode ter mudado pela transferência e/ou chegada de grupos ligados ao setor de serviços no município a partir de 2007, com a maior interferência de capitais privados e do Estado a partir do início da última crise financeira mundial.



**Figura 53** – Acampamento Fábio Santos, Riachão das Neves – BA  
**Fonte:** Trabalho de Campo



**Figura 54** – Assentamento Dom Ricardo, Formosa do Rio Preto / Santa Rita de Cássia – BA  
**Fonte:** Trabalho de Campo



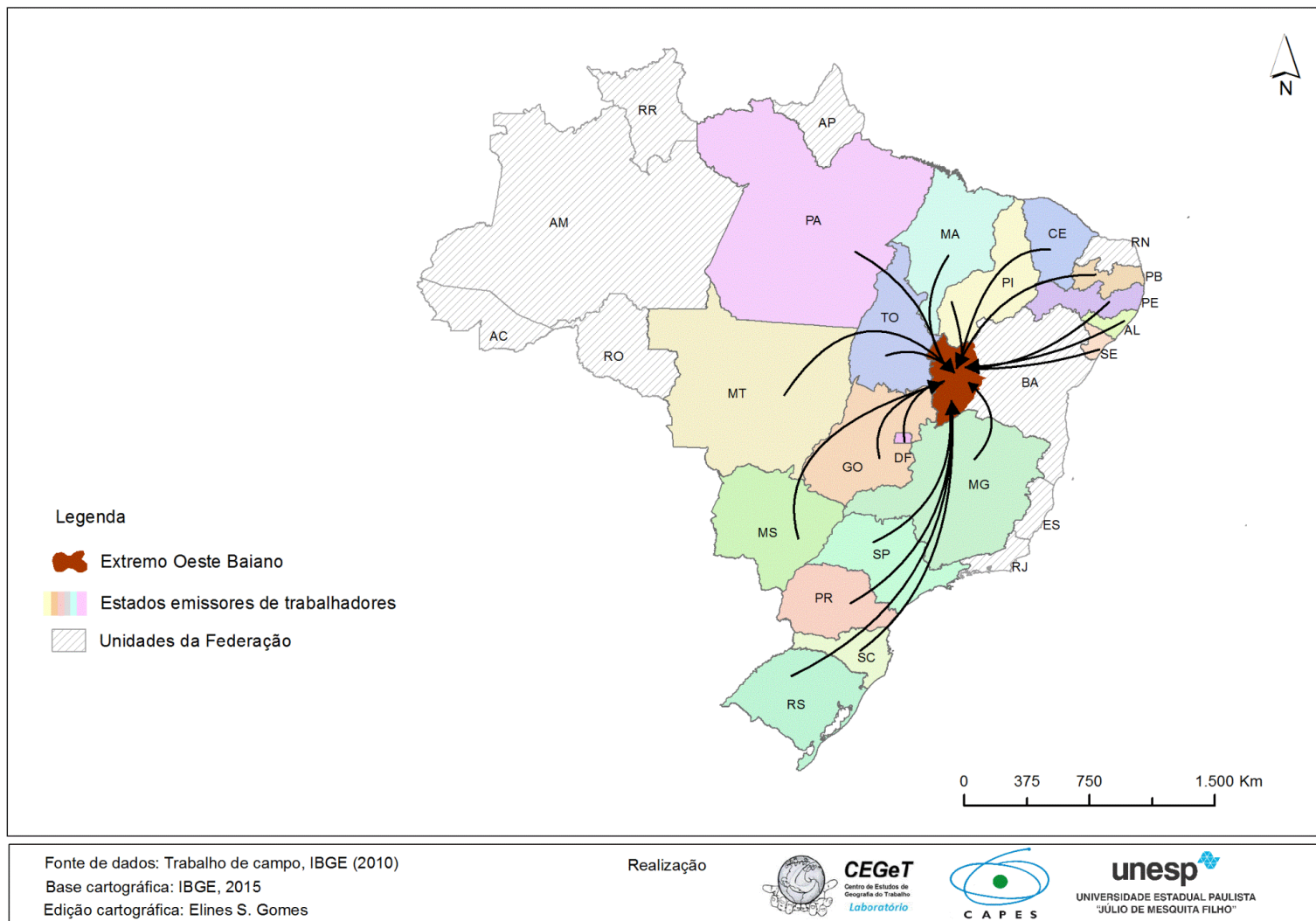


**Figura 55** – Romeiros reunidos na 37ª Romaria da Terra e das Águas em Bom Jesus da Lapa- BA  
**Fonte:** Trabalho de Campo

Os vínculos de mobilidade no Oeste da Bahia se dão principalmente por migrações intermunicipais no estado. Característica expressada pelas entrevistas durante o trabalho de campo, os arquivos bibliográficos, experiência de vida, documentários e pelos dados indicados na Tabela 92, com base na origem dos moradores por nascimento em 2000 e 2010, em maioria originários da própria Bahia. Isto em conjunto com a alta taxa de crescimento populacional por década, mostra o alto índice de baianos que fixam moradia e/ou transitam pela região Oeste. Os estados nordestinos se destacam nesse itinerário migratório, desde a década de 1980. Como podemos observar na elevada concentração de pessoas residentes em Barreiras (como primeiro polo regional), naturais principalmente do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba e em LEM, provenientes em maioria dos Estados de Alagoas e Pernambuco. Estes inclusos nos grandes corredores migratórios nacionais, direcionados aos “polos de desenvolvimento econômico”, dos quais o Oeste da Bahia é incluído (Figura 56).

Outra corrente migratória destacada é a relacionada com estados limítrofes à fronteira agrícola, como o Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Maranhão e Piauí. Sobretudo com trabalhadores originários de municípios vizinhos na fronteira com a Bahia (Figura 56). Com fluxos principalmente de transeuntes, que são empregados em períodos de pré-safra, cultivo e colheita, vinculados ao preparo de todo arcabouço, do plantio à escoação da





**Figura 56** – Fluxos migratórios para o Oeste da Bahia por estado

**Tabela 92** – População residente por lugar de nascimento nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério no Oeste da Bahia

Município	Lugar de nascimento	Ano	
		2000	2010
Barreiras	Total	131.849	137.427
	Região Norte		
	Rondônia	30	57
	Acre	20	-
	Amazonas	54	18
	Roraima	11	-
	Pará	116	149
	Amapá	-	9
	Tocantins	426	232
	Região Nordeste		
	Maranhão	275	392
	Piauí	1.248	1.456
	Ceará	3.617	2.657
	Rio Grande do Norte	154	156
	Paraíba	1.314	1.068
	Pernambuco	3.632	2.446
	Alagoas	800	489
	Sergipe	453	419
	Bahia	105.754	116.352
	Região Sudeste		
	Minas Gerais	896	974
	Espirito Santo	123	204
	Rio de Janeiro	244	235
	São Paulo	1.439	1.893
	Região Sul		
	Paraná	2.863	1.251
	Santa Catarina	829	202
	Rio Grande do Sul	2.921	1.370
	Região Centro-Oeste		
	Mato Grosso do Sul	246	143
Mato Grosso	321	203	
Goiás	2.136	1.800	
Distrito Federal	1.765	2.266	
Luís Eduardo Magalhães	Total	-	60.105
	Região Norte		
	Rondônia	-	33
	Acre	-	10
	Amazonas	-	10
	Roraima	-	30
	Pará	-	217
	Amapá	-	-
	Tocantins	-	930
	Região Nordeste		
	Maranhão	-	260
	Piauí	-	474
	Ceará	-	433
	Rio Grande do Norte	-	143
	Paraíba	-	830
	Pernambuco	-	1.678
	Alagoas	-	1.345
	Sergipe	-	243
	Bahia	-	41.000
	Região Sudeste		
	Minas Gerais	-	852
	Espirito Santo	-	105
	Rio de Janeiro	-	95
São Paulo	-	1.415	
Região Sul			
Paraná	-	2.914	
Santa Catarina	-	578	
Rio Grande do Sul	-	2.818	
Região Centro-Oeste			
Mato Grosso do Sul	-	188	
Mato Grosso	-	326	
Goiás	-	1.725	
Distrito Federal	-	446	

Município	Lugar de nascimento	Ano	
		2000	2010
São Desidério	Total	19.006	27.659
	Região Norte		
	Rondônia	-	-
	Acre	-	-
	Amazonas	-	-
	Roraima	-	-
	Pará	-	12
	Amapá	-	-
	Tocantins	47	106
	Região Nordeste		
	Maranhão	-	29
	Piauí	8	53
	Ceará	6	54
	Rio Grande do Norte	8	-
	Paraíba	136	90
	Pernambuco	149	109
	Alagoas	-	272
	Sergipe	21	41
	Bahia	17.621	24.768
	Região Sudeste		
	Minas Gerais	13	192
	Espirito Santo	6	21
	Rio de Janeiro	-	9
	São Paulo	40	158
	Região Sul		
	Paraná	362	456
	Santa Catarina	7	11
	Rio Grande do Sul	329	245
	Região Centro-Oeste		
	Mato Grosso do Sul	10	27
	Mato Grosso	22	40
	Goiás	199	639
	Distrito Federal	8	183

Fonte: IBGE (2010)

**Tabela 93** – Pessoas que residem a menos de 10 anos nos municípios de LEM, Barreiras e São Desidério, por tempo ininterrupto

Municípios	0-3 anos	4-6 anos	7-9 anos
LEM	8769	476	332
Barreiras	5891	3562	2330
São Desidério	1386	740	453

Fonte: IBGE (2010)

produção. Esses trabalhadores, em muitos casos, circulam diversos “polos de atração” com uma constante mudança de lavra por meio de suas redes de contato, o que Thomaz Jr. (2009) chamou de *plasticidade do trabalho*. Atraídos por ofertas de emprego que não demandam muito conhecimento específico, vigorando a mudança constante de serviços frequentemente precários e degradantes.

Outro perfil de migrante que se destaca substancialmente nos “polos de atração”, são os derivados das regiões Sul e Sudeste, procedidos dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo (Figura 56) (ALVES & ROLIM, 2015). Esses são vinculados a outros corredores migratórios do Oeste da Bahia, alicerçados desde a abertura da fronteira agrícola. Constituídos de médios e grandes produtores e trabalhadores com conhecimentos mais específicos e qualificados em relação às técnicas empregadas na cadeia produtiva do agronegócio e demais serviços atrelados. O que representa outro perfil de migrante da região, presente em uma hierarquia social oposta aos nordestinos. Porém, com algumas exceções, já que não foram poucos os contatos e os relatos sobre “sulistas” que estão em situações de pobreza e/ou passando por dificuldades econômicas relacionadas ao dinamismo financeiro regional.

O destaque para o vínculo migratório com o Centro-Oeste se dá, sobretudo, com o estado de Goiás e o Distrito Federal, principalmente pelas capitais Brasília e Goiânia exercerem historicamente influência direta no Oeste da Bahia, por serem no contexto da hierarquia urbana, as duas metrópoles mais próximas<sup>125</sup> da região (Figura 56). Sendo bastante comum encontrar pessoas no Oeste da Bahia originárias dessas cidades ou de suas regiões metropolitanas, que foram atraídas para esse território devido as “redes de solidariedade” que possuem vínculo com essa rota migratória, impulsionadas pelo circuito produtivo vanguardado por políticas focadas no agronegócio<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> Brasília fica somente a 300 km da divisa com a Bahia no município de Correntina e Goiânia 500 km. Enquanto a capital do estado da Bahia (Salvador) se encontra a mais de 900 km de quase toda a região produtora.

<sup>126</sup> Processos similares ocorrem com o estado de São Paulo, principalmente em sua capital e região metropolitana, devido ao Oeste da Bahia (como toda Bahia) ter sido uma área de oferta de migrantes para esse território, sobretudo a partir da década de 1950 com a impulsionada da industrialização.

Outro circuito migratório que envolve as regiões do Centro-Oeste e Norte com o Oeste da Bahia, dá-se entre trabalhadores e produtores que avançam sobre novas áreas de desmatamento, agindo, principalmente no Norte do Mato Grosso, Sul do Pará, Piauí e Maranhão e em partes do Leste do Tocantins, vinculados diretamente ao “arco do desmatamento” na divisão da Amazônia legal, do cerrado e da fronteira agrícola do MAPITTOBA (Figura 56) (ROCHA *et al.*, 2011).

Os produtores são principalmente pessoas atraídas por terras baratas em “áreas novas”, impulsionadas pelo crédito farto ofertado pelo Estado e alguns setores do capital privado, nos quais muitos negociam terrenos em locais que o solo possui uma valorização maior por conta da consolidação da infraestrutura de manejo e escoação da produção. Dessa forma, vinculam-se a corredores migratórios direcionados para regiões em que o desmatamento avança junto à barbárie socionatural do agrohidronegócio.

As formas de mobilidade transcritas tem o mesmo sentido no sociometabolismo hegemônico vigente, no que diz respeito aos mecanismos de “postergação momentânea”. Sem superar os antagonismos e contradições inconciliáveis e potencialmente explosivos do ímpeto incontrolável e irreformável da acumulação, que constitui em umas das principais características deste modo peculiar de intercâmbio reprodutivo entre sociedade e natureza. Dessa forma, o deslocamento de seres humanos (independente de classe, etnia, qualificação profissional, gênero etc.) e capitais é uma grande estratégia para manter e/ou ampliar a acumulação, reduzir custos e conter possíveis rebeldias dos trabalhadores (PEPETUA, 2013).

Não há uma regra fixa, como está expresso ao longo do trabalho, especialmente quando se discute a rebeldia dos sujeitos inconformados com a penúria social imposta. O que permite diante do posicionamento metodológico estabelecido, compreender o trabalho tanto como um ato laborativo e inscrito na produção de mercadorias, como expressão de relações de trabalho vinculadas às ações políticas-econômicas que asseguram ao capital e ao Estado condições para o efetivo controle e dominação de classe, quanto também à expressão de ações que o identifica como protagonista da superação de exploração, dominação e controle do capital (THOMAZ JR., 2013).

#### **4.1.1 A miséria inerente à mobilidade do trabalho no território do Oeste da Bahia**

Partimos do pressuposto que a cadeia produtiva do agronegócio no Oeste da Bahia está implantada sobre um território com condições sociais paupérrimas, o que fez o grande capital atuante na região fragmentar e selecionar os perfis de migrantes, onde os

enquadrados enquanto participantes das classes possuidoras de condições de miserabilidade extrema, sempre foram os mais vulneráveis a exercerem as tarefas degradantes, tanto pela necessidade econômica, quanto por conviver em situações sociais similares em seus lugares de origem e/ou de trabalho. No nosso entendimento, são esses que compõem a maioria dos trabalhadores (as) que exercem suas atividades laborais vinculados ao setor da agricultura, em todas as partes da produção, com destaque para aqueles (as) que efetuam atividades na preparação do solo após o desmatamento<sup>127</sup> (catadores de raízes), no uso dos agrotóxicos e fertilizantes químicos (plantio) e durante a produção e circulação das culturas.

Em minoria, os outros migrantes mais qualificados profissionalmente, possuem funções normalmente bem específicas, enquadrados em condições de trabalho muito diferente dos demais. Advindos principalmente de Estados da região Sul e de São Paulo, em uma situação socioeconômica bastante desigual dos demais. No entanto, é importante observar que mesmo vinculados em condições de trabalho menos degradantes, também estão condicionados à novas formas de gestão e controle do trabalho, fundadas nas recentes relações de poder que promoveram uma divisão técnica-territorial do trabalho, na busca constante da elevação dos índices de produtividade, forma de gestão e o foco incessante do maior lucro. Em uma constante (re)definição de referenciais alicerçados pelo hall da reestruturação produtiva do capital (HARVEY, 1990; THOMAZ JR., 2002).

Esses trabalhadores estão conectados a desdobramentos territoriais ocasionados pelo complexo da reestruturação produtiva, tendo em vista que além da pujança na competição entre os grandes grupos, em uma condição que eleva a uma maior precarização e degradação das relações e condições de trabalho, a situação de extrema pobreza pertencente à maioria da população rebate diretamente na vida desses sujeitos. Sejam aqueles que agonizam no campo e/ou na periferia dos “polos de atração” e das pequenas cidades, ou até mesmo a elite, que teme a rebeldia dos desassistidos, sobretudo por serem a maioria.

A Tabela 94 apresenta os dados do Programa Bolsa Família do Governo Federal, referentes aos municípios produtores de *commodities* agrícolas no Oeste da Bahia em 2014, o que rechaça o alto grau de pobreza prevalecente no Oeste da Bahia, paralela à elevada concentração de renda pertencente sumariamente a estruturara excludente pensada e executada pelo capital agrícola e pelo Estado. São números estarrecedores, sobretudo por saber que o cadastro do programa é efetuado por família e os números apresentados corresponderem à média por habitantes. Ou seja, é bem provável que na maioria dos

---

<sup>127</sup> Trabalhador conhecido regionalmente como “catador de raiz”.

municípios mais de 50% das famílias estão cadastradas no programa de combate à pobreza extrema.

**Tabela 94** - Média de Habitantes Cadastrados no Programa Bolsa Família em Municípios Produtores de Commodities Agrícolas do Oeste da Bahia em 2014 (%)

Barreiras	Cocos	Formosa do Rio Preto	LEM	Correntina	Riachão das neves	São Desidério	Baianópolis
16	19	23	11,1	27,68	43,77	17,42	33,26

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2015)

Os municípios vinculados diretamente à produção de *commodities* agrícolas seguem os passos do estado baiano em relação à exclusão social. Requisito ideal para o agronegócio se instalar, sobretudo na dependência que possui em demandar empregos degradantes. Dessa forma, atraindo em maioria, baianos originários da própria região e de outros territórios que possuem vínculos espaciais diretos, como os Territórios de Identidade de Irecê e do Velho Chico. Visto que a miséria extrema segue os corredores dos capitais alinhados à cadeia produtiva.

A Tabela 95 apresenta o nível de instrução da população residente nos municípios da cadeia produtiva, o que reforça a defesa da vulnerabilidade social da classe trabalhadora presente no Oeste da Bahia. Especialmente quando é observado que a extrema maioria da população está enquadrada no nível “Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto”, em todos os municípios. A outra parcela da população se divide entre o “Fundamental completo e Ensino médio incompleto” e o “Ensino médio completo e Ensino superior incompleto”, variando entre os municípios a superioridade entre os dois níveis. O nível “Ensino Superior Completo” foi a menor variável entre todos os municípios, com média inferior ao estado da Bahia que é 3,8%, ultrapassada somente por LEM e Barreiras.

Esses dados mostram a marginal situação educacional da população do Oeste da Bahia, com a indicação de sérios déficits no ensino da população. Situação que ao mesmo tempo em que limita e dificulta a compreensão da sujeição social que a extrema maioria dos habitantes se encontra, impulsiona a rebeldia focada na busca pela inclusão social. Liderada principalmente por movimentos sociais que atuam em disputas territoriais nos mesmos ambientes que estão presentes a maioria da população considerada pobre e/ou miserável, ou seja, no campo e na periferia das cidades.

**Tabela 95** - Nível de instrução da população em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia (%)

Municípios	Nível de Instrução			
	Sem instrução e Ensino fundamental incompleto	Fundamental completo e Ensino médio incompleto	Ensino médio completo e Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Barreiras	46,29	17,23	30	5,74
LEM	54,08	16,52	22,83	6,22
São Desidério	72,42	12,69	11,99	1,59
Formosa do Rio Preto	64,33	16,03	15,66	2,61
Correntina	69,74	13,51	13,69	2,78
Riachão das Neves	73,28	13,18	10,88	1,45
Jaborandi	69,87	13,28	14,48	1,23
Cocos	73,31	11,94	12,98	1,65
Baianópolis	72,26	13,91	11,62	1,73

Fonte: IBGE (2010)

Alguns índices apresentados que embasam a precariedade social vivenciada no Oeste da Bahia corroboram o argumento de que toda essa complexa teia que envolve a circulação constante de força de trabalho impulsionada por uma elevada introdução de capitais, é alicerçada por um alto grau de miserabilidade, alinhado com a penúria cotidiana de parcela da população, em muitos casos finalizada com o esfacelamento de vidas. É nesse contexto que algumas cidades do Oeste da Bahia apresentadas na Tabela 96, tiveram grandiosas taxas de homicídios, com destaque a níveis estadual e nacional. Em que três dos sete municípios com as maiores médias da região, são produtores de *commodities* agrícolas, com destaque para Barreiras e LEM, as duas principais centralidades, e Formosa do Rio Preto enquanto o maior produtor. O restante são municípios adjacentes à área produtora, que não fazem parte diretamente do circuito produtivo, porém, possuem vinculação direta com os problemas sociais presentes, como o tráfico de drogas, homicídios, concentração fundiária, trabalho escravo, intoxicação pelo uso de agrotóxicos etc. Com números que reforçam a ideia da necessidade do capital degradar vidas em nome da sua maior acumulação e expansão.



**Tabela 96** - Média de homicídios por 100 mil habitantes em municípios do Oeste da Bahia em 2013<sup>128</sup>

Municípios	São Felix do Coribe	Luís Eduardo Magalhães	Barreiras	Santa Rita de Cássia	Cristópolis	Cotegipe	Formosa do Rio Preto
Média de homicídios por 100 mil hab.	120,82	63,28	38,98	30,22	22,43	22,4	21,58
Posição na Bahia	1	18	68	96	135	138	142

Fonte: Mapa da Violência (2014)

A barbárie social instalada no Oeste da Bahia é vinculada diretamente ao modelo socioeconômico instaurado no território brasileiro há séculos, impulsionado de modo mais severo nas últimas quatro décadas. Visto que, além de dar continuidade a alta concentração de terras, a exclusão de classe étnica e de gênero, aumenta a dependência do sistema financeiro global e por conseguinte, a maior submissão aos seus ditames, que possui a mercantilização da natureza e do trabalho enquanto molas centrais. Questões que rebatem diretamente na vida da população paupérrima, em especial, aqueles que vivenciam a expropriação e a espoliação dos seus hábitos e modos de vida serem usurpados, o que faz “viralizar” um povo “refém” de um sistema, que promove o engrossamento de fileiras de refugiados em direção aos novos e ufanos “eldorados do capital”, com o “peso na bagagem” da crença utópica de “vencer na vida”.

O sonho que move tantos andarilhos que se direcionam para o Oeste da Bahia é o mesmo que muitas vezes o penaliza pelas medidas que são obrigados a se submeter, para manter a rentabilidade de um sistema fetichista e desumanizante. Visto que a dominação do capital sobre os trabalhadores é de caráter fundamentalmente econômico, em que a política é tida como plano de fundo, licenciada a fornecer as garantias que dão sustentação à dominação já estabelecida e enraizada estruturalmente (MÉSZÁROS, 2015). Portanto, mesmo que por um lado o fluxo de capitais introduzidos na cadeia produtiva do agronegócio gere empregos, por outro, expropria e espolia trabalhadores, convulsiona a migração em massa de pessoas desterradas, alicerça espaços com alto crescimento econômico e de baixíssimos progressos sociais, além escarnar pessoas que se sujeitam a serviços degradantes. Desse modo, corroborando diretamente com o seu despotismo de classe enquanto base de sua sustentação, com a degradação constante da pessoa humana.

<sup>128</sup> O Mapa da Violência contabiliza dados de municípios com população superior a 10 mil habitantes. Esses citados foram escolhidos por estarem em posição de destaque no quadro estadual e nacional (ranking apresentado pelo Jornal Online - Mural do Oeste, com a reportagem em 2014: “No ranking da violência São Felix do Coribe aparece em primeiro em taxa de homicídios entre municípios do interior”).

## 4.2 “Melhor ficar desempregado ou morrer trabalhando?” Os interstícios da degradação do trabalho no campo do Oeste da Bahia

“Como diabos, pode um homem gostar de ser acordado às 6:30 da manhã, por um despertador, sair da cama, vestir-se, alimentar-se a força, cagar, mijar, escovar os dentes e os cabelos, enfrentar o tráfego para chegar a um lugar onde essencialmente o que fará é encher de dinheiro os bolsos de outro sujeito e ainda por cima ser obrigado a mostrar gratidão por receber essa oportunidade?”  
(Charles Bukowski)

A constante tirania a qual o trabalho é sujeitado ao mercado, complexifica e dificulta a compreensão dos atuais rearranjos das “velhas formas e dos novos interesses” frente aos trabalhadores no Oeste da Bahia. Intensificadas a cada passo que o Estado vai assumindo o caráter de poder internacional do capital sobre o trabalho, de uma força política organizada para a escravização social de uma máquina que toma um rumo pelo despotismo de uma classe (MARX, 2014 *apud* MÉSZÁROS, 2015). É na busca do itinerário burguês que essa complexa trama guiada pelos capitais se entrelaçam no mundo todo, ajustando-se em cada território, sempre com foco no aumento da taxa de lucro. Contudo, esse acerto só será atingido após a concreção do modo como a mais-valia será gerada e apropriada (MÉSZÁROS, 2007). Logo, é a partir desses arranjos que apresentaremos a degradação do trabalho no Oeste da Bahia, como uma das “molas precursoras” para esse anseio.

Dentre as diversas contradições do capital, uma das principais se encontra no seu próprio desenvolvimento. O fato de se mostrar incapaz de completar seu próprio sistema na forma de um capitalismo global, não atingindo uma regulação absolutamente econômica da extração do trabalho não pago, enquanto sua principal base de sustentação. Pois, o desemprego não é mais limitado a um “exército de reserva”, à espera de ser vinculado no quadro da expansão produtiva do capital. Já que a grave realidade mostra um caráter crônico em todas as partes do mundo, intitulado de “desemprego estrutural” (MÉSZÁROS, 2003). Sendo essa uma condição essencial para ser discutida no recorte territorial analisado, já que a implantação do agronegócio se deu em um espaço que o desemprego em massa e o “descarte de trabalhadores” é tido como algo inerente a esse setor. Sobretudo, pelos rebatimentos que suas ações provocam a saúde e consequentemente a vida da população.

O Oeste da Bahia enquanto fragmento desse todo, mostra claramente a submissão dos trabalhadores às ordens emanadas dos imperativos expansionistas do sistema, por meio

de precárias relações de trabalho, alicerçadas em condições de trabalho desumanizantes, que além de degradar a pessoa humana, com a limitação de vidas através de graves sequelas na saúde da população e mortes, apresenta o maior escárnio que a humanidade pratica: a escravidão. Na raiz de toda essa rede degradante, está o antagonismo inconciliável entre o capital e o trabalho, na representação da subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, independente de qual maneira se constitua. Seja pela tradicional forma salarial, das relações de trabalho não capitalistas e até mesmo pela captura da subjetividade e a “ocupação” do tempo livre. Essas, enquanto condições atreladas e subordinadas ao modo de produção vigente (MÉSZÁROS, 2003).

Como por essência o capital não tolera limitações no seu próprio modo de reprodução sociometabólico, o interesse pelo tempo do trabalho explorável se dá como algo substancial para a sua existência, em que as relações de trabalho são adequadas as mais diferentes formas de mais-valia e/ou extração de renda, com o aumento na taxa de lucro enquanto foco que se sobressai perante todos os outros, inclusive a condição de não respeitar limitação do corpo e do tempo humano. É nesse sentido que muitas das leis estatais estão envolvidas no bojo destrutivo da humanidade, por atender aos anseios de uma minoria que possui por necessidade, degradar a humanidade e a natureza para manter o seu *status quo*, estruturado, sobretudo, por meio da exploração do tempo de trabalho (MÉSZÁROS, 2007).

Esse problema estrutural que afeta todas as categorias do trabalho é expressado parcialmente pela Tabela 97, com a apresentação das admissões e desligamentos em 2015 dos trabalhadores presentes nos municípios produtores de *commodities* agrícolas no Oeste da Bahia. O que nos possibilita interpretar o conflito entorno do controle e organização do tempo do trabalho, junto a apropriação da terra e da água, enquanto bases estruturais do CTA. Em especial, quando se parte do pressuposto que o tempo pode ser, como afirma Marx, “o campo de desenvolvimento humano” (enquanto chave para a autonomia dos sujeitos históricos) e também como algo a ser dominado por agentes do Estado e do capital. Condição que direciona nossa interpretação a partir do limiar entre o tempo livre, o tempo de trabalho, os modos de usufruí-los e as formas de controle e apropriação do trabalho e da natureza.

O conhecimento do ciclo produtivo de *commodities* no Oeste Baiano, a sua relação com o controle da água, da terra, do trabalho e a sua vinculação à economia global, permite entender partes dessa rotatividade de trabalhadores que a Tabela 97 mostra. Sobretudo no que diz respeito as admissões e desligamentos mensais e anual e os locais que mais

empregam. No entanto, é importante ressaltar que em nossa ótica, esses números não condizem com o todo, por compreender que diante dos contatos com variadas relações de trabalho durante a pesquisa, são diversos(as) os(as) trabalhadores (as) que se vinculam em profissões informais e não são cadastrados na “formalidade” do MTE. Condição por uma lógica estrutural de desemprego, o que no Oeste da Bahia é impulsionada pelos altos índices de miserabilidade da população e a baixa qualificação profissional no que equivalem aos conhecimentos técnicos, vinculados às demandas impostas pela “cultura ocidental” vigente. Com situações de exclusão social extremas, como a de pessoas não possuírem carteira de trabalho e até mesmo certidão de nascimento. Um Estado que não as vinculam nem mesmo como cidadãs no seu país de origem.

Os números mostram uma diferença negativa em relação às admissões e aos desligamentos no ano de 2015, mesmo com o setor do agronegócio (enquanto principal campo econômico da região) continuar possuindo superávits na balança comercial e aumentos no financiamento agrícola. Situação que reforça a ideia da pouca empregabilidade oferecida pelo agronegócio e o débil vínculo entre a taxa de lucro e a criação de empregos. Retraída principalmente quando outros setores empregatícios da economia se encontram em crise, fato que pode estar contribuindo com o decréscimo no número das admissões.

Outra questão importante que diz respeito ao controle e ao tempo de vida dos trabalhadores junto à apropriação da natureza, é a relação entre os meses do ano que mais se contrata e se demite. Uma dinâmica vinculada diretamente aos períodos de safra e conseqüentemente ao regime das chuvas. Fato que refrata diretamente na dinâmica trabalhista regional, tanto no setor agrícola, quanto nos outros serviços irradiados. Uma vez que o período de colheita, e a época de preparação do solo para o plantio, são os intervalos de tempo que mais se contratam, já que grande parte da oferta de trabalho se apresenta de modo temporário. Posto que reforça o intenso dinamismo da mobilidade do trabalho, presente principalmente nas fazendas e nos serviços que atendem a cadeia produtiva agrícola, ligada diretamente ao modo de apropriação das águas das chuvas e a sua utilização para o usufruto da terra.

**Tabela 97** – Admissões e desligamentos de trabalhadores nos municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia em 2015 por mês

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>Baianópolis</b>													
Admissões	9	3	10	6	2	6	9	8	14	21	6	3	97
Desligamento	11	4	9	23	18	13	7	10	12	7	7	16	137
Diferença	-2	-1	1	-17	-16	-7	2	-2	2	14	1	-13	-40
<b>Barreiras</b>													
Admissões	1.221	1.240	1.251	1.130	1.056	999	952	895	866	952	887	526	11.975
Desligamento	1.220	1.320	1.148	1.255	1.368	1.105	1.188	982	926	1.079	872	999	13.462
Diferença	1	-80	103	-125	-312	-106	-236	-87	-60	-127	15	-473	-1487
<b>Formosa do Rio Preto</b>													
Admissões	299	287	400	280	141	366	309	209	170	346	268	90	3165
Desligamento	305	260	290	290	393	303	236	320	248	289	214	476	3624
Diferença	-6	27	110	10	-252	63	73	-111	-78	57	54	-386	-459
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>													
Admissões	1.285	1.132	1.415	1.364	1.383	1.201	1.471	1.127	1.067	1.150	1.100	526	14.221
Desligamento	1.281	988	1.113	1.315	1.374	1.463	1.307	1.407	1.187	1.124	1.075	1.313	14.947
Diferença	4	144	302	49	9	-262	164	-280	-120	26	25	-787	-726
<b>Riachão das Neves</b>													
Admissões	85	103	143	73	66	133	122	89	85	108	91	44	1142
Desligamento	71	73	99	96	164	87	95	97	93	129	124	185	1313
Diferença	14	30	44	-23	-98	46	27	-8	-8	-21	-33	-141	-171
<b>São Desidério</b>													
Admissões	647	377	665	400	531	851	813	359	408	338	412	260	6061
Desligamento	469	412	746	672	540	525	319	433	749	624	696	581	6766
Diferença	178	-35	-81	-272	-9	326	494	-74	-341	-286	-284	-321	-705
<b>Cocos</b>													

Admissões	118	58	39	16	33	192	20	87	20	44	36	58	721
Desligamento	44	24	48	6	13	52	55	248	51	52	19	72	684
Diferença	74	34	-9	10	20	140	-35	-161	-31	-8	17	-14	37
	<b>Correntina</b>												
Admissões	188	216	286	297	349	341	447	110	219	302	199	122	3076
Desligamento	222	129	150	208	281	260	197	220	223	254	190	395	2729
Diferença	-104	87	136	89	68	81	250	-110	-4	48	9	-273	347
	<b>Jaborandi</b>												
Admissões	94	82	61	81	55	127	65	68	64	84	115	37	933
Desligamento	64	58	59	58	106	80	65	61	79	166	64	77	937
Diferença	30	24	2	23	-51	47	0	7	-15	-82	51	-40	-4
	<b>Total por mês</b>												
Admissões	3946	3498	4270	3647	3616	4216	4208	2952	2913	3345	3114	1666	41391
Desligamento	3687	3268	3662	3923	4257	3888	3469	3778	3568	3724	3261	4114	44599
Diferença	259	230	608	-276	-641	328	739	-826	-655	-379	-147	-2448	-3208

Fonte: MTE

Entretanto, há uma variação entre a diferença das admissões e desligamentos entre os municípios produtores de *commodities* agrícolas no Oeste da Bahia por mês. Condição que expressa as particularidades locais, de acordo com a demanda de cada setor da economia presente nos municípios e as constantes intervenções do Estado junto à “saídas e entradas” dos grupos empresariais que por ali atuam e a grande variação de capitais circulantes nesse constante devir. O que por característica, provoca uma circulação de capitais “na mão de poucos”, alicerçada por uma alta concentração de renda, de terra/água e uma hierarquia social extremamente excludente, comandada substancialmente pelos grandes grupos empresariais atuantes na região.

Com isso, as periferias dos polos de atração (Barreiras e LEM), as pequenas cidades e a zona rural, são mantidas sumariamente por capitais que irradiam para esses microcircuitos econômicos, principalmente por serviços demandados pelo setor público, sobretudo: as Prefeituras Municipais – PM’s, os programas de transferência de renda via MDS e Previdência Social, o Seguro Safra e os empregos demandados pelo agronegócio. Uma condição que mostra o agronegócio enquanto um setor que produz mercadorias de baixo valor agregado, com a geração de pouco emprego, alta concentração de capitais, de terra/água e responsável diretamente por degradar em muitas ocasiões o ser humano e a natureza<sup>129</sup>.

Há uma divisão entre os municípios correspondente a diferença entre as admissões e desligamentos dos trabalhadores, principalmente entre aqueles que estão localizados nas áreas consolidadas da fronteira agrícola, na bacia hidrográfica do Rio Grande, os quais apresentaram déficits nas contratações (Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, LEM e São Desidério) e os que encontram-se em situação de avanço ou com diminuição insignificante diante do todo (Correntina, Jaborandi e Cocos). Situação que no nosso entender, apresenta uma relação direta com o avanço da fronteira, a necessidade da mão de obra humana e uma situação de vulnerabilidade econômica, como nos locais que diminuíram a oferta de emprego, tendo em vista que os municípios com maior consolidação da cadeia produtiva do agronegócio, estão vinculados a um elevado aprimoramento da técnica e a dependência “dos altos e baixos” do circuito global do

---

<sup>129</sup> Com uma mera circulação na rodovia Br-242 no trecho que “corta” parte do centro de Barreiras, é notável a extrema disparidade social que prevalece no município. Um ambiente em que circula no mesmo momento veículos de alto valor, como os importados da marca Land Rover (comumente encontrados), Pick-ups estilo S-10 (GM), Ranger (Ford), Amarok (Volkswagen), Hilux (Toyota) etc. Esses, dividem espaço com alguns caminhões (a maioria são obrigados a desviarem do centro da cidade pelo anel rodoviário que liga a Br-242 com a Br-135), carros populares, motos (dos mais variados tipos), bicicletas, carroças de animais, animais guiados por humanos e pedestres. Um verdadeiro distúrbio se tratando da mobilidade urbana, apresentado em apenas uma via. O que mostra os acidentes enquanto algo comum, a falta de planejamento aparentemente exposta e a estrutura social excludente como uma coisa incontestável.

capital. Já os locais que estão passando por processos de avanço, recebem uma maior constância de capital necessário para a expansão, dessa forma, promovendo uma impulsão no crescimento e nos postos de trabalho.

O cruzamento com as Tabelas 98 e 99, referentes à proporção de empregos formais e a remuneração média de trabalhadores em municípios produtores de *commodities* agrícolas no Oeste da Bahia no setor agropecuário, expõe a vulnerabilidade empregatícia e de renda que os municípios de Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Barreiras, LEM e São Desidério se encontram diante do declínio econômico nacional, mesmo sendo os mais estruturados em relação ao arcabouço da cadeia produtiva do agronegócio regional, com a continuação do superávit na balança comercial e o crescimento no crédito agrícola via o SNCR. Fato que mostra a não total dependência financeira dessas localidades frente ao agronegócio, sobretudo quando é observado que não é o setor agrícola que mais emprega em todos os lugares produtores de *commodities*. Mesmo nos municípios que a agropecuária é o setor com a maior demanda empregatícia, as diferenças não são significantes (com exceção de São Desidério<sup>130</sup>), em especial entre o comércio, o serviço e a “Administração Pública”.

Essa estrutura empregatícia e de renda, mostra que a maioria do capital arrecadado pelo agronegócio é direcionado para outros territórios, com paupérrima radiação entre os demais setores econômicos locais e uma baixa arrecadação tributária<sup>131</sup> em comparação com o lucro adquirido, ao mesmo tempo o Estado é responsável, por meio de outras fontes de arrecadação, em manter os gastos públicos e financiar parcela considerável da produção do agronegócio. Isso atribuído a uma baixa contribuição tributária, alto financiamento, elevadas taxas de lucros e fortes indícios de degradação da pessoa humana e da natureza. Condição que apresenta a face contraditória do capital, com a necessidade de controlar o Estado e o trabalhador para manter os seus anseios.

---

<sup>130</sup> São Desidério é o município do Oeste da Bahia em que mais se encontra agroindústrias instaladas, vinculadas diretamente a produção de algodão, soja e milho. Condição, junto com as grandes fazendas, que lhe “rendeu” o posto do município com o maior PIB agrícola do país, com a maior área plantada e o maior plantador de algodão do país, segundo o IBGE (2015).

<sup>131</sup> No Brasil, muitas são as regalias em relação à taxa tributária dos exportadores de produtos primários e semi-primários, com baixa contribuição e pouca arrecadação. Sobretudo no que diz respeito à taxa previdenciária, o imposto sobre o valor do produto exportado e a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR.



**Tabela 98 - Empregos formais em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia por setor econômico em 31 de dezembro de 2015<sup>132</sup>**

Municípios	BAR	LEM	SDE	FRP	COR	RNV	JAB	COC	BAI	Total por setor
Extração Mineral	26	-	36	1	-	-	-	-	-	63
Ind. de Transformação	2.594	2643	243	44	96	50	-	10	-	5680
Serv. Ind. Up	201	5	151	26	-	-	15	13	-	411
Construção Civil	1159	1117	143	10	122	1	53	23	-	2628
Comércio	8691	6621	586	831	385	138	8	161	82	17503
Serviços	9237	5427	422	1036	244	63	511	56	25	17021
Adm. Pública	4733	1908	1848	1939	1550	1028	1226	1051	545	15828
Agropecuária	3530	2547	4457	1943	2252	1098	1813	616	149	18405
Total por município	30171	20268	7886	5830	4649	2378	2378	1930	801	
<b>Total</b>	76.291									

\*1- BAR - Barreiras, 2- LEM – Luís Eduardo Magalhães, 3- SDE – São Desidério, 4- FRP – Formosa do Rio Preto, 5- COR – Correntina, 6- RNV – Riachão das Neves, 7- JAB – Jaborandi, 8- COC - Cocos, 9- BAI – Baianópolis

Fonte: MTE

**Tabela 99 – Remuneração média dos trabalhadores do setor agropecuário por atividade no Oeste da Bahia – em R\$ (entre 2007 e 2012)**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cultivo de Cereais	573,4	558	630,6	730,3	917,4	872,2
Cultivo de Algodão Herbáceo e de Outros	576,8	615,7	895,1	939,9	816,7	910,9
Cultivo de Soja	571,4	598,6	697,3	803,1	818,2	910,4
Cultivo de Frutas em Lavoura Permanente	388,3	475,5	481,4	696,1	671,5	986,7
Cultivo de Café	388,2	495,9	540	593,7	703,7	869,6
Criação de Bovinos	682,5	645	623,5	696,4	742,6	821
Criação de Aves	-	781,6	563,3	572,4	616,5	756,2
Média de Salários Base	526,5	563,5	593,4	660,7	711,6	750,8

Fonte: CAGED/MTE

<sup>132</sup> A data foi escolhida por ser a única apresentada pelo sistema da Relação Social de Informações Sociais - RAIS do mês de dezembro de 2015.

O baixo índice de empregos formais e as desprezíveis médias de remunerações reforçam os argumentos dos altos índices de precarização do trabalho no Oeste da Bahia, em maioria, distantes dos números institucionais revelados pelo Estado. Principalmente quando se observa o setor agropecuário com maior número de empregos formais no todo e em cinco municípios dos observados. Posto que não revela as formas que esses empregos são demandados e tão pouco o conteúdo das suas práticas em locais com altíssimas concentrações financeiras e de recursos naturais, controlados por um setor que domina a economia local e necessita dessas condições para se manter.

A princípio, os números da Tabela 98 e 99 revelam um enunciado constantemente propagado pelo agronegócio, parcela da mídia e replicada por partes da população, quando se trata da geração de renda e de empregos. Com a “glorificação do agronegócio” e sua significância de manter a “máquina pública” e os outros setores da economia, enquanto base de irradiação de capitais para os circuitos econômicos locais. Uma concepção “rala”, que além de não analisar a condição econômica no todo, nada expõe sobre as consequências construídas nos territórios em que esse modelo agrícola é implementado para atender parte da demanda da produção interna e externa, “tapando o sol com a peneira” com essa argumentação.

O discurso propagado que o agronegócio é o setor “carro chefe” da economia regional, com maior oferta e demanda de empregos, com irradiação de capitais para outros setores, distribuição de impostos para a máquina pública e etc., é uma parte discrepante da realidade de um todo. Pelo motivo de ser fomentado diretamente por políticas estatais e de outros capitais, que estruturaram esse modelo agrícola, possuidor de baixo valor agregado em suas mercadorias, geradas em amplas áreas altamente tecnificadas e conseqüentemente, com uma decadente demanda de empregos. Além de degradar o meio socionatural que atua, em muitos casos, transfere diretamente mazelas em suas mercadorias, como as substâncias malélicas presentes nos agrotóxicos utilizados nas lavouras.

A Tabela 100 mostra um possível cenário de trabalhadores não vinculados a empregos formais nos municípios produtores de *commodities* agrícolas no Oeste da Bahia, ligados à faixa etária populacional que mais emprega, entre 18 e 54 anos. O que apresenta uma baixa oferta de empregos por município, onde a maioria da população é obrigada a buscar serviços que não a atrela ao mercado formal de trabalho. Esse processo, além de estar presente em locais que a população rural se apresenta em grande número como mostra a Tabela 91, realça a baixa empregabilidade formal do setor agropecuário no campo da região, obrigando a população, muitas vezes, a complementar e/ou possuir sua renda

pelos programas sociais do governo Federal e em atividades da agricultura familiar, como expressa o relato.

Toda família que tem aqui tem bolsa família. Acho que é 100% nessa área de reforma agrária, eu num sei se aqui tem 10 casas que não recebe o bolsa família, são pouquíssimas. Aqui a valência é esse Bolsa Família, se não fosse... esse Bolsa Família é quem segura a onda aqui de um bocado de família. Bolsa Família e esse tal de seguro safra, é quem ajuda a gente também.

(Geraldina, Riachão das Neves, março de 2014)

**Tabela 100** - Estimativa de trabalhadores sem emprego formal em municípios produtores de commodities agrícolas no Oeste da Bahia<sup>133</sup>

	BAR	LEM	SDS	COR	FRP	RNV	COC	JAB	BAI
<b>População entre 18 e 54 anos</b>	79409	36745	14524	15904	11477	10948	4777	9037	6992
<b>(%) da população entre 18 e 54 anos em relação à população total</b>	57,96	61,24	52,51	50,89	50,94	49,9	53,23	49,78	50,48
<b>Diferença da população entre 18 e 54 anos em relação à população com emprego formal</b>	49238	16477	6638	11255	5647	8570	2399	7107	6191
<b>Estimativa de trabalhadores não vinculados a empregos formais (%)</b>	62	44,84	45,7	70,76	49,2	78,27	50,21	78,64	88,54

\*1- BAR - Barreiras, 2- LEM – Luís Eduardo Magalhães, 3- SDE – São Desidério, 4- COR – Correntina, 5- FRP – Formosa do Rio Preto, 6- RNV – Riachão das Neves, 7- COC - Cocos, 8- JAB – Jaborandi, 9- BAI – Baianópolis

Fonte: MTE e IBGE

A alta estimativa de empregos não formais exibida na Tabela 100, junto aos dados apresentados relativos à dinâmica dos trabalhadores no Oeste da Bahia, ratifica a intensa mobilidade que os trabalhadores são obrigados a se submeter por conta da penúria social vigente, reforçada pelo modelo agrícola prevalecente no Estado baiano e brasileiro. Estes trabalhadores também são obrigados a se submeterem a serviços, que em muitas ocasiões,

<sup>133</sup> A Tabela 100 é um cruzamento entre a população dos municípios produtores por faixa etária e os trabalhadores com empregos formais, intuída de apresentar uma estimativa de trabalhadores não vinculados a empregos formais. Contudo, os números não são extados, visto que os dados utilizados de população (IBGE, 2010) e empregos formais (MTE, 2015) são de épocas diferentes. Porém, diante do todo, creia-se que foi possível ter um panorama da grande quantidade de trabalhadores não ingressantes no mercado de trabalho formal, sobretudo por observar que a constância da dinâmica empregatícia e populacional não sofreu mudanças abruptas nos últimos anos. E realizando uma autocrítica por esse discrepância de datas, a estimativa provavelmente seria maior se os dados de população e de empregos formais fossem do ano de 2015, já que diante dos dados relativos a estimativa do IBGE referente a população total, há um crescimento proporcional maior que o número de trabalhadores formais.

além de não conseguirem adquirir uma renda passível de atender as suas demandas básicas de sobrevivência, como é o caso da maioria dos trabalhadores atuantes no campo da região (Tabela 99), em muitas circunstâncias se sujeitam a tarefas extremamente degradantes, diante do alto grau de vulnerabilidade social que se encontram.

Mesmo a Tabela 100 não apresentando números absolutos, é possível defender a ideia que a informalidade do trabalho é uma realidade no Oeste da Bahia, presente de modo extremo, principalmente nos dois polos regionais de atração (Barreiras e LEM). É ainda mais perceptível quando se observa a baixa taxa de empregos formais registradas e a alta diferença entre a população na faixa etária entre 18 e 54 anos, que “em tese”, estaria apta a trabalhar no mercado formal. Uma situação que ratifica a situação de penúria de muitos trabalhadores que sobrevivem em uma informalidade estruturada diante de um processo social exclusivo como descreve o relato, com rebatimentos negativos diretos em suas vidas e na sociedade em geral, como ilustra o exemplo da lotada e sucateada penitenciária de Barreiras<sup>134</sup> na Figura 57. Em um “jogo”, que segundo Zizek (2012), os superiores matam e consomem os inferiores, como uma partida de soma zero, em que a vitória de um é a derrota do outro.

A cidade de Luís Eduardo Magalhães não tem quinze anos, mas já tem hoje na minha avaliação, entorno de 80 mil, se não tiver 100 mil habitantes. As estatísticas dizem entorno de 70 mil habitantes, mas para mim chega entorno de 100 mil, porque a migração para a cidade é muito forte. Todo dia chega gente para morar na cidade de Luís Eduardo Magalhães. A partir dali ela vai se espalhando, em todas as direções, alcançando MG, atravessando as fronteiras da Bahia, alcançando Minas, Goiás, Piauí, Maranhão e o Oeste da Bahia. Todo ele vai ser ocupado por essa fronteira agrícola, mecanizada, praticando monocultura e com o objetivo de exportação e geralmente usando o latifúndio e não alterando a estrutura fundiária do país, aliás, preserva a estrutura fundiária do país que sempre foi latifundiária. E a reforma agrária, que é objetivo dos trabalhadores, fica sempre a ver navios. Preterida há segundos planos... e por ai vai.

(Anamara, Luís Eduardo Magalhães, junho de 2014)

Outro território que merece destaque nesse “embrolho” catastrófico é o bairro de Santa Cruz em LEM, apelidado de irecezinho e/ou Iraque, em alusão a grande quantidade de moradores migrantes da região polarizada pela cidade de Irecê e a constância de mazelas sociais vivenciadas cotidianamente, comparadas com o Iraque (a partir da guerra “petrolífera” que esse país participou com os EUA em 2003). Um espaço segregado

---

<sup>134</sup> O Portal Sul da Bahia informou que em dezembro de 2012, segundo o Sindicato dos Policiais Civis da Bahia – SINDPOC, a penitenciária de Barreiras abrigava 107 detentos, com uma capacidade de apenas 28 (uma quantidade 282% maior que a sugerida). Situação que fez os policiais ameaçarem paralisar as atividades de custódia, caso a situação infraestrutural e de superlotação não fossem resolvidas. Já que somente em 2012, se registrou três fugas do Complexo de Barreiras.

socialmente desde o seu planejamento, pensado para ser justamente um bairro periférico e de migrantes (praticamente 100% das ruas possuem nome de cidades baianas, sobretudo da “região de Irecê”). Uma verdadeira estupidez institucional, que construiu nesse “bojo” um verdadeiro escárnio humano, nitidamente expressado por essa parte da complexa trama social que parcela dos trabalhadores vivenciam cotidianamente, como relata o trecho abaixo e o croqui na Figura 58.

[...] tem um setor na cidade de Luís Eduardo Magalhães que é chamado de Nova Irecê (Irecezinho) ou Iraque. Isso é motivo de choro mesmo... ruas tortuosas, sem meio fio, pavimentação, esgoto e o índice de criminalidade é altíssimo. Mata-se a sangue frio, por motivo fútil a luz do dia e não tem menor receio de impunidade. Vem gente de todos os setores, de todos os lugares, variadas profissões, principalmente para subemprego do campo, agora já tem um empregozinho na cidade, mas também subemprego. A prefeitura é um dos principais contratantes, mas também paga mal e o tratamento dispensado pela prefeitura, é um tratamento da Bahia mesmo, inspirado na doutrina do Antônio Carlos Magalhães, “chicote na mão e o dinheiro na outra”. Quem não se vende apanha até voar poeira.

(Miguelita, São Desidério, março de 2014)

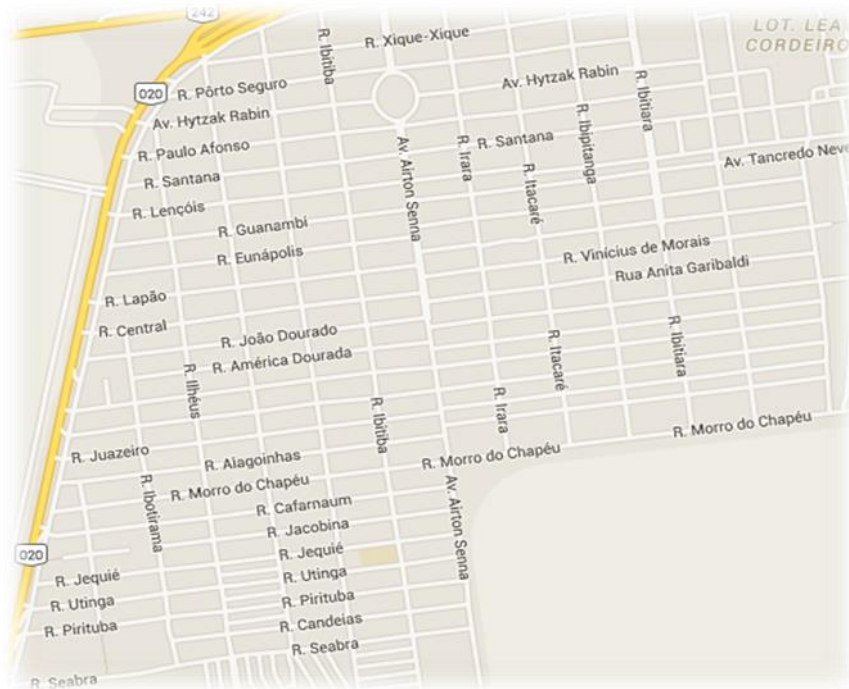


**Figura 57** – Presos na penitenciária lotada e sucateada de Barreiras

**Fonte:** Portal Sul da Bahia – Barreiras: Policiais querem entregar presos por conta da lotação (dezembro de 2012)

O bairro de Santa Cruz é um exemplo dentre tantos outros espaços periféricos no Brasil, em que os trabalhadores vivenciam situações diversas de extrema marginalização, sobre uma variada e complexa trama de relações de trabalho, sejam formais ou informais. Com diferentes formas laborativas e de remuneração, desvinculadas de muitas normas

## BAIRRO SANTA CRUZ CONTINUA SENDO O MAIS VIOLENTO DO OESTE BAIANO



Irecense é encontrado morto em Luís Eduardo Magalhães; Corpo estava em estado de decomposição

Homem natural de São Gabriel é encontrado morto dentro de carro, em Luís Eduardo Magalhães



**Figura 58** – Representação de imagens do buscador google com a frase “bairro de Santa Cruz Luís Eduardo Magalhães”

**Fonte:** Jornal Nova Fronteira (2014), Blog Barreiras Notícias (2015), Blog Braga (2016), Alô Alô Salomão - Notícia e Propaganda (2015), Varela Notícias (2014) & Boquira em Ação (2014)



institucionalizadas, caracterizadas por serem empregos temporários de alta rotatividade. Uma população parda e negra, originária de sociedades que produzem em conformidade com o valor de uso e o autoconsumo, como é o caso de milhares de posseiros presentes na região (THOMAZ JR., 2013b). Um aglomerado humano, estruturado em um verdadeiro “leprosário social”, vinculado a (des)organizações sociais que atingem os mais variados domínios da vida, como uma grande diversidade de tráficos, inclusive o de pessoas<sup>135</sup> (HAESBAERT, 1995 & HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006).

São contradições presentes em um município altamente capitalizado, que surge essencialmente como alicerce do capital produtivo ligado ao agronegócio, direcionado a atender as demandas técnicas das empresas e/ou dos grandes produtores agrícolas (ALVES, 2015). Possuem como um dos seus principais focos o acirramento pela disputa de investimentos, à custa de mais sacrifícios infligidos aos trabalhadores e a natureza (GARZON, 2010). Com um viés acumulativo, em que a expansão econômica não coincide com o processo de crescimento do emprego, tão pouco com a estabilidade financeira e do bem-estar social dos trabalhadores. Em uma condição clara de que a expansão dessas *commodities* prevaletentes correspondem diretamente a uma maior precariedade nas relações de trabalho e na vida da população como um todo.

Esses vínculos trabalhistas que se estabelecem na cadeia produtiva do agronegócio, configuram em diversos casos a superexploração do trabalho, com imposições de jornadas excessivas, manejo de materiais tóxicos como os agrotóxicos, precárias contratações rotativas e temporárias, contratos terceirizados, mão de obra escrava etc. Paralelos a baixos salários e pouco aumento de empregos formais de trabalhadores não qualificados tecnicamente, mesmo nos altos patamares de crescimento da produção como foi em 2010. Seguidos por uma crescente expansão lucrativa das cadeias agroindustriais, sustentada principalmente por uma dupla exploração, a dos recursos naturais e do trabalho humano. (DELGADO, 2012).

Essa divisão territorial do trabalho é um instrumento pensado antes mesmo da sua implementação, diante da dependência das forças produtivas enquanto característica inerente do modo de produção vigente, movida pela apropriação da riqueza social (extração do trabalho não pago), intensificada pela divisão técnica, social e territorial do trabalho e gerida sumariamente pelo mercado. Em um contexto de relações sociais e de poder caracterizadas pela dominação daqueles (as) que trabalham. Porém, com contradições vivas

---

<sup>135</sup> No Oeste do estado baiano, Barreiras e LEM estão presentes na rota do tráfico de pessoas, segundo a reportagem do site Camaçari Fatos e Fotos – “Bahia possui 52 municípios na rota do tráfico de pessoas” (11 de dezembro de 2013).

entre quem controla as forças produtivas e aqueles que (re)existem, atrelados a um quadro desenvolvimentista do capitalismo, que ao mesmo tempo que exige necessidades gerais de produção para intensificar o ciclo da produção-circulação-venda-consumo com o aumento da rotação do capital e a diminuição do tempo de circulação, precisa degradar a pessoa humana e a natureza por meio de técnicas, normas de gestão e a força para atender as suas cobiças (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Essa dinâmica ofensiva alcançou nesse último século praticamente todos os horizontes da esfera de (des)realização do trabalho, não se restringindo apenas ao local do trabalho em si, mas a dessubjetivação, a dissolução dos coletivos e identidades de classe, a ressignificação da condição proletária e a saúde e a vida como um todo. Com uma irradiação de processos nocivos relacionados aos impactos frente aos trabalhadores, a saúde coletiva e o meio que os envolvem (THOMAZ JR., 2013), principalmente nos locais e no entorno dos espaços que os grandes empreendimentos são implantados.

Circunstâncias que tem possibilitado a busca da compreensão desses processos, irradiados pelas ações político-econômicas que os promovem, sobretudo por meio da opção do Estado em incrementar políticas de desenvolvimento da agricultura predominantes no Oeste da Bahia e no Brasil como um todo, responsáveis pelo desenho do agrohidronegócio (im)posto. Situação que para Martins (2012), além de não oferecer alternativas referentes ao poder de ressocializar valores a partir das relações sociais que estejam referidas à cidadania, à consciência cidadã dos direitos, à cultura, à religião etc., desconfigura aquilo que representa uma efetiva emancipação das pessoas no alcance dos seus direitos.

#### **4.2.1 Do trabalho a morte anunciada?**

Apreender parcela dos fenômenos sociais que interferem na degradação do trabalho, requer a compreensão de que essa questão tornou-se um traço essencial da dinâmica sociometabólica contraditória do capital em praticamente todo o mundo, principalmente após o protagonismo do regime de acumulação predominantemente financeirizada (ALVES, 2013). Em uma lógica que, quanto mais aumenta a competitividade e a concorrência inter capitais e inter potências, mais nefastas são as suas conseqüências. Pelo motivo da força de trabalho ser reconhecida enquanto parcela imprescindível para a reprodução destes capitais, que irão orquestrar suas (des)ordens sociais, sobretudo nos territórios que atuam de modo recente e intenso, como o Oeste da Bahia (ANTUNES, 2000).



As informações lançadas nesse texto têm apresentado duas condições presentes no Oeste da Bahia, referentes às condições de empregabilidade. Uma que em épocas de crescimento econômico, com foco no capital produtivo, há um crescimento no mercado formal de empregos, todavia não correspondendo ao trabalho digno e seguro, com a ampliação da precarização e degradação do trabalho. E a segunda, apresenta-se em épocas de crise, quando ocorre o arrefecimento do emprego formal e a ampliação do trabalho precário e degradante, na medida em que o mercado não consegue absorver o contingente imenso da força de trabalho disponível para a produção social, principalmente nas condições de crise financeira, como ocorre atualmente (ALVES, 2013).

Em uma macro hierarquia, os trabalhadores mais qualificados tecnicamente representam a minoria e a “grande massa” é representada por servidores sem qualificação, baixo nível educacional, que se encontram mais susceptíveis a empregos degradantes. Condição que muitos se encontram sujeitos a precárias relações de trabalho com exercícios de “multifunções”, empregos temporários e/ou terceirizados e até mesmo a condicionamentos esdrúxulos como o trabalho análogo ao escravo. Presentes em um conjunto abrangente de metamorfoses e mutações, que tem afetado a classe trabalhadora em todo o planeta (ANTUNES, 2000). Paralelo à incompatibilidade do desenvolvimento da pessoa humana e a expansão capitalista (ALVES, 2013), em uma condição que trabalhadores são tratados como algo meramente reificado, com a prevalência da mercadoria sobre a pessoa humana, como bem apresenta esse relato.

“[...] representamos o bom produtor e o nosso trabalhador rural ele é a prata da casa. Sem ele, todo esse setor produtivo ele não consegue se desenvolver [...]. São pessoas de alta qualificação que operam uma colhadeira de 1 milhão de RS.”

(Joaquim, Barreiras, maio de 2014)

É nessa condição de reificação, enquanto o pior entendimento que um ser humano possa ter sobre o outro, que a autocrítica desenvolvida nesse “trampo” pretende contribuir com a concepção que o adoecimento laboral é algo inerente as condições estruturais do capital no Oeste da Bahia. A partir da interpretação que essa forma de adoecer é uma expressão do processo de desefetivação da espécie humana, que nessas condições de crise estrutural, assumem uma dimensão ampla e intensificada com a superexploração da força de trabalho pelas mais diversas formas (i)legais nos diferentes tempos e espaços (ALVES, 2013b).

A submissão do Estado e do trabalho ao capital indica as diferentes formas utilizadas, objetivadas em expandir esse sistema metabólico, que possui como “espinha

dorsal” para o aumento da competitividade e produtividade dos grandes grupos, a corrosão das relações de trabalho sustentada na precarização e degradação da pessoa humana. Uma vez que, atualmente, as multinacionais são as entidades mais determinantes no que diz respeito ao controle político-econômico do mundo e conseqüentemente, no regimento das mais variadas instituições, que de “uma forma ou de outra”, estão submissas a regras institucionalizadas por essas megacorporações que detêm as principais ferramentas de domínio do Estado, do trabalho e, por conseguinte, do capital.

É nesse arcabouço de imposição social de uma divisão multiescalar do trabalho, adequada à estrutura financeira acumulativa/expansiva vigente, que o Oeste da Bahia se apresenta nessa trama. De maneira mais contundente a partir da década de 2000, com a retomada da primarização da economia enquanto pauta protagonista da balança comercial e diante da crise financeira mundial de 2007, com uma ampla implementação de multinacionais do setor agrícola, até então, em fuga da crise do capital financeiro estabelecida nos países centrais. Uma temporalidade vista como nova fase da crise estrutural do capital, rebatida diretamente na vida da população como um todo, com maior intensidade para aqueles (as) que transitam nesses espaços utilizados como “polos de sustentação” do sistema.

É nesse cenário que a ascensão econômica segue paralelamente à maior degradação da pessoa humana juntamente a natureza, que se entende a congruência de modo mais explícito dos fenômenos do CTA. Em um intervalo de tempo curto, porém com altíssimos indícios que essa alta rotatividade do capital, ligada à cadeia produtiva do agronegócio, provoca variados impactos, em alguns casos chegando a limitar e até mesmo suspender a continuidade da vida humana. Visto que embora existam especificidades na dinâmica do avanço do capital sobre os territórios, pode-se observar um padrão de dominação e espoliação hegemônico como determinante na alocação desses grandes empreendimentos para o meio rural.

O discurso do desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda para a população local, segue junto a novos arranjos institucionais de produção, com a criação de legislações responsáveis por fragilizar os Estados e seus governos (principalmente na periferia do globo), com a imposição de modelos de desenvolvimento, políticas de investimento público, processos de flexibilização e (des)regulamentação trabalhistas/fundiárias e ambientais.

É com esse corpo que o Estado controlado essencialmente pelos ditames burgueses se omite e permite a constituição de sequelas socionaturais, que infligem diretamente a

população, com destaque para as práticas do desmatamento em série; o monocultivo em grande escala; o uso desenfreado da água e de agrotóxicos/fertilizantes químicos; a grilagem de terras; a flexibilização trabalhista; o trabalho escravo; as estratégias de gestão da captura da subjetividade do trabalhador avessas as condições humanas genéricas; a construção de megaprojetos geradores de energia elétrica e etc. Esses, enquanto sustentáculos de uma estrutura que para se manter, necessita sumariamente de práticas espoliativas e expropriativas que sujeitam parcela da classe trabalhadora à profissões degradantes do ponto de vista da vida humana, expressadas aqui por meio dos números de trabalhadores intoxicados, escravizados, sequelados e mortos, como meras amostragens no que diz respeito ao bojo da precarização e degradação do trabalho no âmbito do CTA<sup>136</sup>.

Essas são relações dos processos de saúde-doença junto ao ambiente, ao passo que o trabalho é considerado o movimento das forças físicas e mentais que transforma a natureza e mantém a vida. Todavia, transformado em mercadoria na busca incessante da mais-valia e do lucro movido pela usura do capital, torna-se um importante itinerário para compreender a indução dos acidentes de trabalho, das doenças ocupacionais, das intoxicações agudas/ crônicas e mortes dos trabalhadores. Com as explicações calcadas no processo histórico-social das forças produtivas, inseridas na lógica da produção-circulação-venda-consumo e conseqüentemente, no estilo/qualidade de vida da população (PIGNATI, 2013).

Por conseguinte, entende-se que o processo saúde-doença dos grupos humanos é condicionado principalmente na relação sociedade-natureza por meio do processo de trabalho, a partir de relações sociais e técnicas historicamente construídas. Dessa forma, sendo necessária a compreensão integrada entre as questões sociais e ambientais, para assim abarcar de modo mais contundente a distribuição desigual dos bens e riscos entre as classes sociais e as injustiças sicionaturais, por meio de questionamentos sobre os mecanismos estruturais político-econômicos, responsáveis por gerar esse modelo de desenvolvimento (RIGOTTO; PONTES; FERREIRA *et. al.*, 2015). Uma concepção que possibilita a compreensão desses processos além do ambiente de trabalho, com uma irradiação de abrangência direcionada para a sociedade em geral que está consumindo e/ou tendo contato com uma elevada carga de substâncias químicas. Condição que nos possibilita contribuir para a desnudação das relações do trabalho, da natureza, da opção

---

<sup>136</sup> Mesmo diante das limitações da pesquisa no que diz respeito à compreensão do “mundo do trabalho” no Oeste da Bahia, sobretudo pela necessidade de ter ouvido mais trabalhadores e instituições do setor trabalhista, os instrumentos quali quantitativos apresentados são responsáveis por emergir informações de grande importância para o conhecimento público e a necessidade de uma intervenção no que diz respeito às problemáticas apontadas.

desenvolvimentista brasileira e os rebatimentos sobre a saúde dos trabalhadores (THOMAZ JR., 2014).

O primeiro horizonte dessa ideia no Oeste da Bahia se apresenta quando é observado os “Autos de Infração por Atributo de Fiscalização no Rural”, levantados pela agência do MTE em Barreiras entre 2010 e 2014, apresentados durante uma audiência pública que discutiu a “Garantia dos direitos trabalhistas na atividade rural na região de Barreiras”, que teve também como um dos focos principais o “pedido de punição para os responsáveis em ameaçar auditores fiscais do trabalho que atuam na região”. Circunstância que expressa o quanto é importante para alguns setores representantes do capital o ferimento das normas institucionais (mesmo com a débil legislação trabalhista vigente), para melhor crescer suas taxas de lucros, reduzindo o tempo de vida e transferindo-o enquanto tempo de trabalho.

Os dois principais autos de infração apresentados foram referentes à Segurança da Saúde do Trabalhador - SST e a Legislação Trabalhista - LT, responsáveis por 2296 atributos de fiscalização, em que 64,63% (1484) são correspondentes da SST e 35,37% (812) da LT<sup>137</sup>. Apesar do MTE não apontar com números absolutos os autos trabalhistas mais lavrados e suas ementas, com uma amostragem meramente visual, os discursos dos participantes e a hierarquia dos gráficos apresentados<sup>138</sup>, expressaram que a maioria dessas circunstâncias são atreladas a produtores e/ou empresas de *commodities* agrícolas, pois são os principais empregadores no campo do Oeste da Bahia das atividades econômicas expostas.

No que equivale a SST (o nosso foco de análise), os autos mais lavrados equivalem sumariamente a “Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura”. Em que, dos nove autos mais lavrados por ementas, 5 são ligados diretamente aos riscos que os trabalhadores se expõe aos agrotóxicos e/ou

---

<sup>137</sup> É importante mencionar que na ótica desse trabalho, os números são bem superiores do que os apresentados, por saber da dificuldade que a agência de Barreiras possui em fiscalizar 42 municípios com apenas 12 auditores e também por conta das circunstâncias ocorridas durante o intervalo de análise (entre 2010 e 2014), no qual ocorreu a troca de toda a equipe em 2012. O que fez diminuir o ritmo das fiscalizações por conta da necessidade de treinamento e a suspensão das inspeções diante das ameaças de morte direcionadas à Gerência Regional do Trabalho e Emprego – GRTE de Barreiras, em julho de 2013 e fevereiro de 2014 (em 2015 a CPT catalogou no caderno “Conflitos no Campo” novas ameaças). Um quadro bastante propício para indicar que diante das informações levantadas nesse trabalho e dos dados apresentados pelo MTE em relação às fiscalizações realizadas, a maioria das infrações são realizadas nos locais em que a cadeia produtiva do agronegócio já se encontra mais consolidada. Sobretudo quando é observado que os autos de infração, os grupos de ementas, as normas feridas e as CNAE são conjuntamente mais presentes na teia estruturada do agrohídronegócio.

<sup>138</sup> Esses dados foram coletados por meio de fotografias da apresentação realizada pelo MTE. A comunicação referente à coleta dos dados foi realizada informalmente antes da audiência pública, o que culminou em um convite pelo próprio MTE de visitar novamente a agência de Barreiras para a transferência dessa e de outras pesquisa internas. Contudo, diante de algumas situações que resultou em constantes desencontros, não foi possível um agendamento para uma nova conversa.

outras substâncias químicas utilizadas na prática agrícola. Dentre as quais se encontram: deixar de manter as embalagens de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, sobre estrados e /ou em pilhas estáveis e/ou afastadas das paredes e/ou afastados do teto; deixar de fornecer aos trabalhadores gratuitamente equipamentos de proteção individual; deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional antes que assuma suas atividades; deixar de exigir que os trabalhadores utilizem os equipamentos de proteção individual; deixar de submeter o trabalhador a exame médico periódico, anualmente e deixar de dotar as edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins de placa ou cartazes com símbolo de perigo.

A Tabela 101 reforça a concepção que a maioria dos atos de infração catalogados ocorreram nos municípios produtores de *commodities* do Oeste da Bahia, sobretudo por observar que controlam em quase 100% a produção de soja, algodão, milho, café, feijão e arroz na área de atuação da agência do MTE de Barreiras. Uma situação que soma na análise relacional realizada, junto aos discursos observados e transcritos, em especial por compreender que são nesses cultivos que provavelmente se encontram a maioria dos não cumprimentos da legislação trabalhista, o maior consumo de água e uso da terra e consequentemente, a construção da maioria dos impactos frente aos trabalhadores e os elementos naturais presentes.

**Tabela 101** - Quantidade de Fiscalizações - QF e Autos de Infração - AI no Rural, com Dados do Campo de Atuação da Agência do MTE em Barreiras, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE entre 2010 e 2014

	<b>QF</b>	<b>%</b>	<b>AI</b>	<b>%</b>
<b>Cultivo de Algodão Herbáceo</b>	205	34,68	922	45,5
<b>Cultivo de Soja</b>	194	32,82	509	25,1234
<b>Cultivo de Café</b>	114	19,28	241	11,89536
<b>Cultivo de Arroz</b>	9	1,52	110	5,429418
<b>Atividades de apoio à agricultura não especificada anteriormente</b>	29	4,90	67	3,307009
<b>Cultivo de Juta</b>	5	0,84	64	3,158934
<b>Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente</b>	14	2,36	61	3,010859
<b>Produção de Carvão Vegetal - florestas plantadas</b>	21	3,55	52	2,566634
<b>Total</b>	591	100	2026	100

Fonte: MTE

Ao mesmo tempo em que os discursos abaixo embasam os números da Tabela 101 e os demais apresentados, os números também reforçam os discursos. Em uma argumentação paralela que reforça a ideia do quanto é pantanoso e complexo esse assunto, pois as contaminações e destruições ocorridas por meio desse modelo agrícola, acusam tamanha gravidade para a saúde pública, para vida e, sobretudo, para o futuro das espécies de uma sociedade com riscos iminentes, vinculada a um futuro obscuro e incerto (THOMAZ JR., 2013). Já que os processos de adoecer e morrer dos trabalhadores ligados à cadeia produtiva vigente extrapolam os seus limites territoriais em um encadeamento impulsionado por forças representantes do grande capital, que (des) organizam em um devir constante, “fora e dentro” do Oeste da Bahia.

“O que aconteceu aqui em relação às ameaças, não parece ser nada pessoal contra nenhum auditor específico, mas parece ser uma forma de poucos, ou se um (eu não sei), tentar impedir a fiscalização do trabalho, numa forma de impedir a garantia desses direitos.”

**(Magareth, Barreiras, Maio de 2014)**

“[...] ele acompanhou 2 trabalhadores na região de Barreiras no ano de 2012 e foi exatamente por causa do agrotóxico. Ele trabalhava como sinalizador do avião, um cara jogando veneno e ele embaixo com a bandeirinha dizendo para onde teria que vim. Esse cara ficou ferradinho, ele não teve condição. Ele saiu para São Paulo para vê se conseguia tratamento de desintoxicação.”

**(Elizabeth, Santa Maria da Vitória, abril de 2014)**

“[...] tem aumentado o nº de aplicações, a soja que fazia 4 aplicações no ciclo, está chegando a 10... a U\$\$ 18,00 cada aplicação. Todo mundo está tendo 300 R\$ de aumento por HÁ, no algodão, 600 a 1000. Então o algodão faria 10 aplicações, 12, hoje faz 15, 20... então é um aumento bem expressivo.”

**(Ubaldo, Luís Eduardo Magalhães, junho de 2014)**

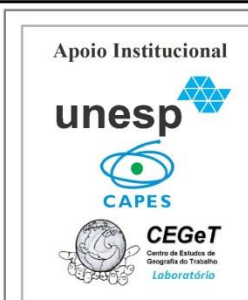
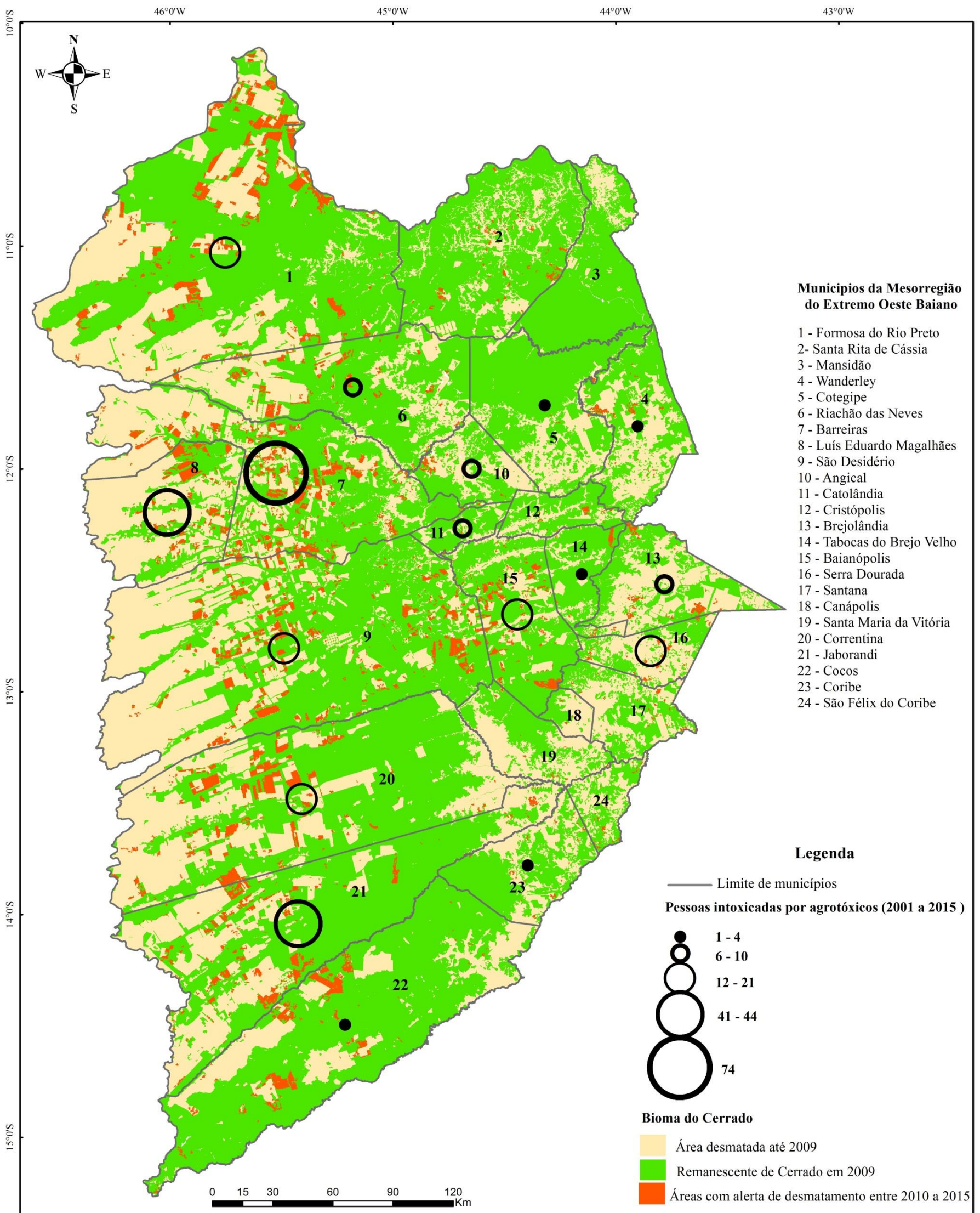
“Existem culturas com mais de 20 aplicações como o algodão, que é uma cultura que tem crescido muito. Nós tivemos esse problema da lagarta Helicoverpa o ano passado, o que fez a aplicação aumentar muito. Quanto esse produto pode percolar todo o solo, descer e refletir aqui embaixo.”

**(Everaldo, Barreiras, abril de 2014)**

“Aqui a gente viu na comunidade de Penedo, em São Desidério, um proprietário que comprava semente de algodão para fazer ração para o gado ele adoeceu e ninguém sabia o que era, foi perdendo o peso, muito rápido. Ai lá em Goiânia descobriram que ele estava intoxicado com resíduos de agrotóxicos que veio junto com a semente do algodão. Não era trabalhador direto da fazenda, mas ai no Sítio do Rio Grande tem posto de saúde, as vezes a gente escuta comentários, de trabalhadores que morrem. [...] Olha, São Desidério tem algodão e algodão é uma das culturas que faz mais aplicações no ciclo da cultura.”

**(Regina, São Desidério, março de 2014)**





**Fonte das Informações**

Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: Sirgas2000  
 Malha municipal: IBGE, 2016  
 Pessoas intoxicadas: SINAN  
 Desmatamento e alertas: LAPIG - UFG  
 Organização: Tássio Barreto Cunha  
 Elaboração: Claudinei Silva Pereira

**Figura 60** – Pessoas intoxicadas por agrotóxico no Oeste da Bahia por município de ocorrência, entre 2001 e 2015

**Fonte:** Sistema de Informação e Agravos de Notificação - SINAN

A figura 60, que representa a espacialização proporcional de pessoas intoxicadas por agrotóxicos no Oeste da Bahia entre 2001 e 2015, é mais uma fonte de informação que reforça a latente degradação do trabalho nessa região, particularmente nos municípios produtores. Uma condição que juntamente com os autos de infração levantados e suas atividades econômicas, permitem argumentar que as precárias condições de trabalho e de saúde são práticas prioritárias nas formas de exploração e dominação vigentes. Em um processo de verdadeiro descarte de trabalhadores, em que as condições de vulnerabilidade social induzem a aceitação de empregos degradantes, muitas vezes “negando ficar desempregado para morrer trabalhando”. Já que se entende que as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral (THOMAZ JR., 2014).

É nesse sentido que Rigotto (2003) defende a doença enquanto um sinal de alteração do equilíbrio homem-ambiente, produzida por transformações produtivas. O que condiciona a essa pesquisa buscar vincular determinados problemas no âmbito da saúde pública aos territórios com uso intensivo de agrotóxicos, como o Oeste da Bahia. A Figura 60, ao apresentar os municípios produtores Barreiras, LEM, Jaborandí, São Desidério, Correntina, Baianópolis e Formosa do Rio Preto com os maiores registros de pessoas intoxicadas por agrotóxicos, mostra um indício dessa concepção, mesmo com todos os problemas de subnotificações de agravos noticiados pelas diversas instituições da sociedade civil organizada<sup>139</sup>.

A degradação do trabalho no campo do Oeste da Bahia expressada na Figura 60, é uma amostra de um modelo socioeconômico fundamentado na agricultura empresarial, tecnificada e químico-dependente, em grandes áreas, plantas e nos monocultivos voltados para o mercado externo. Alicerçada pela concepção que os agrotóxicos não devem ser entendidos apenas como algo que pode ser controlado, mas também como um risco químico vinculado ao modelo social vigente, que prioriza o aumento das taxas de lucro sobre qualquer elo de vida, seja humana ou não (THOMAZ, 2014).

Essa estrutura excludente apresentada em partes no item anterior é reforçada quando se exhibe a fragmentação dos dados referentes ao perfil das pessoas intoxicadas nas

---

<sup>139</sup> Os municípios de Brejolândia e Serra Dourada, apesar de estarem presentes na Figura 60 com números consideráveis de pessoas intoxicadas por agrotóxicos, não se vinculam majoritariamente com o sistema produtivo estudado nesse trabalho. As informações coletadas na pesquisa, nos referenciou que a maioria dos habitantes desses municípios que sofrem agravos ligados a intoxicação por agrotóxicos, são trabalhadores de perímetros e fazendas que praticam agricultura irrigada, entre os municípios de Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa.



Tabelas 102, 103, 104, 105, 106 e 107, no que diz respeito ao nível de escolaridade, faixa etária, sexo, etnia, período da gestação que mulheres grávidas foram intoxicadas e situação do indivíduo após a intoxicação. O que endossa uma série de pesquisas sobre a degradação do trabalho e a intoxicação de trabalhadores, com a argumentação das intoxicações serem direcionadas principalmente para um público, que além de se encontrar frequentemente em condições sociais marginalizadas em relação à renda, escolaridade, moradia, trabalho digno etc., (uma vez que esse seria um dos principais argumentos para a aceitação de empregos tão degradantes), essas substâncias químicas possivelmente se irradiam em forma de cadeia e de maneira acumulativa, atingindo diretamente os seres humanos e o ambiente. Em uma hierarquia estruturada do contato direto, a transmissão pela água, ar, animais, plantas, alimentos etc. Ou seja, um encadeamento perverso, cabível de contribuir para a condenação dos elos de vida presentes no planeta, que na realidade, atingem a maioria das pessoas e condena a saúde ambiental dos lugares.

**Tabela 102** - Notificação de intoxicações por agrotóxico e escolaridade, em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015

	Ignorado/ Branco	Analfabeto	1ª a 4ª série incompleta	4ª série completa	5ª a 8ª série incompleta	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Educação superior incompleta	Educação superior completa	Não se aplica	Total
Formosa do Rio Preto	5	-	3	1	1	-	-	-	-	1	1	12
Wanderley	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Cotegipe	2	-	-	1	6	2	1	2	-	1	2	17
Riachão das Neves	4	-	7	7	10	1	2	1	-	-	1	33
Barreiras	3	1	5	-	2	-	1	2	-	-	1	15
Luis Eduardo Magalhães	10	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	12
São Desidério	7	-	1	2	5	1	-	1	-	-	3	20
Catolândia	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	3
Cristópolis	4	1	3	1	3	2	1	2	-	1	-	18
Baianópolis	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Serra Dourada	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Correntina	3	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	5
Jaborandi	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Cocos												
Total	39	3	26	14	29	6	6	8		4	10	145

Fonte: SINAN

**Tabela 103** – Notificação de intoxicações por agrotóxico e faixa etária, em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015

	<1	1/4	5/9	10/14	15/19	20/39	40/59	60/64	65/69	70/79	≥80	Total
Formosa do Rio Preto	1	-	-	-	3	5	1	1	-	-	-	11
Wanderley	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Cotegipe	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Riachão das Neves	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Barreiras	1	1	-	-	-	9	1	1	-	-	-	13
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	-	2	24	6	-	-	-	-	32
São Desidério	-	1	-	1	-	9	4	-	-	-	-	15
Catolândia	-	-	-	1	-	2	2	-	-	-	-	5
Cristópolis	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Baianópolis	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Serra Dourada	-	-	-	1	1	4	8	-	-	3	-	17
Correntina	1	-	-	-	2	2	3	1	-	-	-	9
Jaborandi	3	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	7
Cocos	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	3
Total	6	2		3	12	58	32	3	1	3		120

Fonte: SINAN

**Tabela 104** – Notificação de intoxicações por agrotóxicos e etnias, em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015

	Ignorado/Branco	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Formosa do Rio Preto	1	-	-	1	10	-	12
Wanderley	-	1	-	-	1	-	2
Cotegipe	1	1	-	-	15	-	17
Riachão das Neves	1	3	-	-	29	-	33
Barreiras	-	3	1	-	11	-	15
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	-	12	-	12
São Desidério	2	4	3	1	10	-	20
Catolândia	-	1	1	-	1	-	3
Cristópolis	-	3	-	-	15	-	18
Baianópolis	-	-	1	-	2	-	3
Serra Dourada	1	-	-	-	-	-	1
Correntina	-	-	-	-	5	-	5
Jaborandi	-	-	-	-	1	-	1
Cocos	-	2	-	-	1	-	3
Total	6	18	6	2	113		145

\*ignorado

Fonte: SINAN

**Tabela 105** – Notificação de intoxicações por agrotóxicos por sexo em municípios do Oeste da Bahia com ocorrências entre 2007 e 2015

	Masculino	Feminino	Total
Formosa do Rio Preto	10	2	12
Riachão das Neves	2	-	2
Luís Eduardo Magalhães	31	2	33
Barreiras	13	4	17
São Desidério	14	1	15
Correntina	8	4	12

Jaborandi	10	10	20
Cocos	3	-	3
Baianópolis	3	-	3
Serra Dourada	6	12	18
Cotegipe	1	-	1
Cristópolis	-	1	1
Catolândia	2	3	5
Wanderley	2	1	3
Total	105	40	145

Fonte: SINAN

**Tabela 106** – Notificação de intoxicações por agrotóxicos por período de gestação em mulheres grávidas, em municípios do Oeste da Bahia, com ocorrências entre 2007 e 2015

	Ignorado/Branco	1º Trimestre	Total
Luís Eduardo Magalhães	1	-	1
Correntina	1	-	1
Catolândia	-	1	1
Total	2	1	3

Fonte: SINAN

**Tabela 107** - Notificação de intoxicações por agrotóxicos por situação de cura, perda de seguimento e óbito, em municípios do Oeste da Bahia, com ocorrências entre 2007 e 2015

	Ignorado/Branco	Cura sem seqüela	Cura com seqüela	Óbito por intoxicação Exógena	Óbito por outra causa	Perda de Seguimento	Total
Formosa do Rio Preto	-	11	-	-	-	-	11
Riachão das Neves	-	-	-	-	-	1	1
Barreiras	7	13	1	2	-	-	23
São Desidério	2	7	-	-	-	-	9
Luís Eduardo Magalhães	12	28	1	-	-	-	41
Correntina	3	9	-	-	-	-	12
Jaborandi	-	20	-	-	-	-	20
Cocos	-	3	-	-	-	-	3
Baianópolis	-	1	-	-	-	-	1
Serra Dourada	1	16	1	-	-	-	18
Cotegipe	1	-	-	-	-	-	1
Catolândia	-	5	-	-	-	-	5
Wanderley	-	3	-	-	-	-	3
Total	26	116	3	2	-	1	148

Fonte: SINAN

São nessas condições que indivíduos com baixa escolaridade, homens adultos, pardos e negros, são a maioria das vítimas, em muitas ocasiões por não terem outras opções de adquirir renda. Circunstância que o faz em muitas situações, “adiantar a morte por morrer trabalhando” ou “condenar a vida para trabalhar”.

Os dados apresentados também corroboram com a argumentação da irradiação desses processos para além do local de trabalho, com a possível transferência desses agravos para a sociedade em geral, contaminada devido à exposição elevada da carga de insumos utilizada. A contabilização de intoxicações em mães gestantes (Tabela 106), recém-nascidos, crianças e adolescentes (Tabela 103) é um indício desse pressuposto, sobretudo diante das diversas argumentações coletadas e a constância da pulverização aérea, como mostra os relatos e a Figura 61 abaixo. Outra dinâmica que as tabelas apresentam claramente é a notável subnotificação dos dados e a inconsistência de algumas notificações. Processo claro, principalmente com a presença de informações “ignoradas/brancos” e o apontamento da “cura sem sequelas” na Tabela 107. Uma circunstância que fere todo princípio de acúmulo de substâncias tóxicas por organismos vivos e o seu poder de alteração nos ciclos simbióticos da vida.

“ [...] acho que não existe região onde exista utilização de agrotóxico que não aja casos registrados de intoxicação humana pelo uso inadequado desses produtos. Principalmente nas regiões que é permitido a pulverização aérea. O Estado da Bahia permite a pulverização aérea. Sempre quando existe a pulverização aérea o risco potencial para a saúde das pessoas, principalmente das pessoas que moram no campo e para os trabalhadores rurais, aumenta de maneira bastante expressiva. [...] Mas aqui acontece também. Volta e meia chega um caso na promotoria de justiça, relacionados à possível intoxicação por agrotóxico, na maioria dos casos, relacionados a deriva na pulverização aérea. A deriva na pulverização aérea é justamente quando o produto acaba saindo da área alvo a ser atingida, carregada pelo vento. Isso não é incomum. O maior problema em relação a isso, é a deficiência dos órgãos públicos aqui, para conseguir no momento adequado, diagnosticar essas situações.”

(Marivaldo, Barreiras, junho de 2014)

“**Entrevistado A.** Se tudo isso continuar, muita gente vai embora. A lavoura já é pouca e a que planta vem o veneno do avião do fazendeiro e mata. Vamos trabalhar para quê? Meu marido, por exemplo, depois da pulverização, ficou rouco e a voz dele não voltou mais o normal. **Entrevistado B.** Teve muita gente que sentiu. **Entrevistado A.** Ficou com um problema sério, ai tem que ver o que vai acontecer, se deus abençoar que apareça alguém... Eu fui em Riachão, na Secretaria do Meio Ambiente e a mulher disse - “se ele tiver licença e se tiver um agrônomo, eu não posso fazer nada.” Quer dizer, o fazendeiro pode fazer qualquer coisa com nós pequeno. Se fosse nós que fosse atingir lá? **Entrevistado C.** Acho que prejudica mais nós que ficamos lá embaixo, por que lá a gente bebe água que cai da chuva e o veneno cai na bica da casa. **Entrevistado A.** É isso que eu tou falando. Vamos receber o cacimbão pela CODEVASF, ai o veneno vem e cai na telha, a chuva vem da telha para o cacimbão e nós vamos beber o veneno para o resto da vida. São seis meses que um cacimbão daquele dá para 5 famílias. Para beber, cozinhar, tomar um banho. Mas ai nós vamos ficar 6 meses bebendo veneno, colocando veneno na panela. **Entrevistado C.** E a saúde amanhã?”

(Catita, Everaldo e Luzia. São Desidério, março de 2014)

Essas circunstâncias apresentadas aritmeticamente nas tabelas e qualitativamente nos relatos, em alusão a vulnerabilidade da população frente aos agrotóxicos no Oeste da Bahia, nega diretamente as teorias que resumem o processo de saúde-doença segundo características biológicas. Por embasar a concepção que a maioria das intoxicações é fruto das desigualdades sociais prevalentes no CTA, em situações que implicam diferentes graus de injustiças. Pelo motivo de estarem associadas a características sociais que sistematicamente expõem alguns grupos de indivíduos em desvantagens, tratando-se da oportunidade de ser e se manter sadio. O que implica compreender o processo saúde-doença como algo intrinsecamente histórico, condicionado principalmente por questões estruturais e conjunturais de classe em que vivem as populações humanas (BARATA, 2009).



**Figura 61** – Pulverização aérea aplicada à cultura do algodão no município de Correntina - BA  
**Fonte:** Trabalho de Campo (imagem registrada por Diógenes Rabello)

Essa estrutura de classes permite indagar “porque alguns indivíduos adoecem e outros não?”. Em uma simbiose que apesar de expor a maioria da população ao contato com os agrotóxicos, seja por ingestão, respiração e/ou absorção dérmica, seleciona o nível de absorvimento. Pois, hierarquicamente, os trabalhadores que desenvolvem atividades em contato com esses produtos são os mais vulneráveis a sofrerem sequelas relacionadas com

essas substâncias químicas<sup>140</sup>, além das pessoas que moram próximas de campos e/ou fábricas e a sociedade no geral, que ingere essas substâncias principalmente pelos alimentos.

Porém, existem outras vias de contato ligadas à absorvência de agrotóxicos por seres vivos, como o ar, os animais e a própria água, em razão desses estarem vinculados a uma troca constante de matéria e energia nos ciclos da vida. Circunstância que pode se agravar em redutos de populações tradicionais ribeirinhas, instaladas próximas a grandes áreas de uso dessas substâncias, muitas das quais mantêm costumes milenares de extrativismo vegetal e animal e em muitos casos, por inalarem águas *in natura*. Que pelo efeito não volátil de muitos elementos químicos, esses poderão ser direcionados e alojados diretamente no corpo desses indivíduos.

As informações coletadas mostram que essas são situações comumente encontradas em todo o Oeste da Bahia, inclusive para o abastecimento de água das principais cidades, já que são atendidas pelos rios (com exceção de LEM, que é abastecida com água de poço). Expressadas de diversas formas pela população e a mídia local, como mostram as relatos e a figura abaixo.

## VEREADOR DENÚNCIA SUSPEITA DE CONTAMINAÇÃO DE RIO EM RIACHÃO DA NEVES

**Figura 62:** Denúncia de Vereador por Suspeita de Contaminação de Rio pelo Uso Abusivo de Agrotóxicos

“[...] De acordo com ele, a contaminação pode ser proveniente de fazendas localizadas na cabeceira do rio, que têm suas lavouras pulverizadas com agrotóxicos. “Caso se comprove, é um crime contra moradores que necessitam desta água para sobrevivência e contra o meio ambiente.”

(Fonte - Alô Alô Salamão, Notícia e Propaganda, Barreiras, janeiro de 2014)

“[...] ele poderia autorizar furar um poço artesiano, o prefeito fazer um poço artesiano aqui, para nós não está bebendo dessa água ai. As fazendas, todo mundo sabe que produz, joga veneno e muito, não é pouco. Quando essa chuva vem meu amigo, para onde vai a água? Num é para o rio? A água que corre na chapada, a água que corre nas montanhas, ela desce num é para o rio? Toda água só desce para o rio e todo rio só corre para o mar. [...]”

(Almeida Filho, Jaborandi, junho de 2014)

<sup>140</sup> Segundo Rigotto & Aguiar (2015), as patologias relacionadas aos efeitos crônicos dos agrotóxicos são vinculadas à alterações cromossômicas, teratogênese, infertilidade masculina, carcinogênese, neurotoxicidade, alterações endócrinas, doenças hepáticas, doenças respiratórias, doenças renais e doenças dermatológicas.

“Agora mesmo no mês de dezembro foi obrigado vim uma equipe do Meio Ambiente da secretaria de agricultura familiar mesmo do município. Porque ai em cima nos gerais, essas fazendeiros planta com pivô, ai eles fazem aquelas barragens para colocar veneno. Eles enchem aquela barragem de água, jogam o veneno dentro, ai quando eles vão ligar o pivô, eles pegam uma mangueira no pivô, bota dentro daquela barragem ali pra jogar o veneno naquela barragem, só para aquela água mesmo que é reservada. Ai deu uma chuva fora do normal aqui no mês de dezembro, parece que foi no dia 31 de dezembro, que encheu tudo, encheu essa barragem que descambou no meio desse mundo e caiu tudo dentro do rio aqui. Ai veio uma equipe de Salvador da secretaria de meio ambiente, parece que foi 21 pessoas, que veio aqui no rio, pegando às águas para analisar, andou na casa da gente para vê se a gente estava sentindo alguma coisa. Teve muita gente ai que deu problema de coceira no corpo, deu dor de barriga, teve muita gente que faltou morrer de dor de barriga. E ai nos gerais, o veneno ai é o que mais tem. “É o pau que o jegue roi”. Os fazendeiros ai só produzem através do veneno, se não for o veneno eles num produzem não.”

(Joaquina, Riachão das Neves, março de 2014)

“Agora na Cacimbinha... a Fazenda Estrondo tem conflito com todas as comunidades do vale do Rio Preto. Então, na altura da Cacimbinha e da cachoeira, a fazenda, quando sobe a serra, faz os buracos para jogar o lixo que também tem lixo de agrotóxico e os gados estão morrendo. De outubro para cá já morreram 25 gados das comunidades. A gente viu muito lixo, inclusive embalagens de agrotóxicos, tanto embalagens de plástico quanto de caixas e quanto frascos sendo queimados. Ai o gado toma água e morre. Ou, possivelmente seja um veneno específico para matar o gado. Porque a empresa derrubou a cerca e o gado tradicionalmente subiu a serra para pastorear. Então a comunidade está sofrendo com esse prejuízo, uma coisa terrível.”

(Artênia, Formosa do Rio Preto, março de 2014)

“Em Roda Velha, tem o Rio do Mosquito. Ali em Roda Velha de cima. É onde tem as empresas... e tem Roda Velha de baixo. Roda Velha de baixo há uns anos atrás era o povo da região, mas agora, por estar próximo a Roda Velha de cima ta bem urbanizada. Ali tinha remanescentes dos índios Aricobés. Então aquele rio já está contaminado, a gente ainda não fez análise mas o povo ainda não usa água no período da chuva, em um dado período do ano. Não utiliza aquela água para tomar banho, ali já tem poço para abastecer a comunidade. Mas as comunidades em geral que a gente acompanha, as mais próximas das fazendas, depois das chuvas, quando tomam banho no rio já sentem coceiras na pele, náuseas, mal estar. Como aqui no Rio Branco, no Rio de Janeiro. Ali nas comunidades, próximo a cachoeira do Acaba Vida, Cachoeira do Redondo, Cantinho do Senhor dos Aflitos, tem varias comunidades dentro da APA do Rio de Janeiro, ali a gente já andou algumas vezes e tinha esses comentários.”

(Anita, Barreiras, maio de 2014)

O consumo da água se encontra como um elemento central para se entender os efeitos dos agrotóxicos na população do Oeste da Bahia, já que os rios são as principais fontes de abastecimento das cidades e das comunidades rurais e por essas estarem localizadas a jusante das grandes plantações, praticadas principalmente em áreas que



abrangem os altos cursos dos quatro principais rios (Grande, Preto, Corrente e Carinhanha) e seus tributários. Em um processo que se desconhece os reais efeitos dessas substâncias, pois as tentativas de análises de água realizadas que a pesquisa obteve informações apresentaram-se de modo pontual em um todo. Já que não existem estações fixas e bem especializadas ou coleta para análises frequentes, que poderiam ser responsáveis por entender de modo mais endossado a relação das substâncias dos agrotóxicos com a água, sua flora/fauna e o consumo humano..

Essas ocorrências são frutos de um Estado desmontado no que diz respeito ao controle do uso dos agrotóxicos (em relação as ações e estrutura das organizações públicas responsáveis), alicerçado pela subordinação aos ditames do capital internacional, que além de se omitir tal desmando, incentiva o uso por meio de isenções fiscais<sup>141</sup>. Com a priorização de um modelo agrícola que controla o agricultor com o uso de sementes, fertilizantes e insumos<sup>142</sup>. Em que o consumo é diretamente ligado a produção de *commodities* agrícolas, como a soja, a cana-de-açúcar, o milho e o algodão, responsáveis por consumir 80% do total de agrotóxicos, quando o setor movimentou U\$\$ 11,454 bilhões no Brasil em 2013, sendo a Bahia o sétimo estado em consumo e sua região Oeste, a maior consumidora (RIGOTTO, 2015).

Essa mesma estrutura estatal, que após a segunda guerra mundial permitiu a emergência dos agrotóxicos enquanto produtos derivados de materiais bélicos, como uma das soluções para que as empresas desse setor continuassem a lucrar, é a mesma que homologou a Lei 12.873/13 e o Decreto 8.133/13, que estabelecem a anuência de importação, produção, comercialização e uso de agrotóxicos em situação de emergência fito e/ou zoonosológica, concedida pelo MAPA, sem as avaliações prévias dos órgãos de saúde e meio ambiente (RIGOTTO, 2015). Fato que resultou na liberação do uso do *Benzoato de Emamectina*, um agrotóxico utilizado principalmente para combater a lagarta *helicoverpa armigera*, identificada no Brasil (primeiramente no Oeste da Bahia) em 2013.

Essa posição foi tomada após a 1ª vara da Fazenda Pública de Barreiras acatar a ação movida pelo MPE-BA, que determinou a suspensão e a proibição de emissão de

---

<sup>141</sup> A isenção de impostos concedida aos agrotóxicos é outra questão decisiva no incentivo a implementação de multinacionais do setor no Brasil, na medida em que se reduziu significativamente o custos dos insumos e incentivou o aumento da produção e do consumo. Entre as principais isenções estão os que homologaram 100% da alíquota, como o IPI, o PIS/Pasep e Confins e a isenção de 60% do ICMS. Isso, além de incentivar a instalação de multinacionais do setor no Brasil, impulsionando a “guerra fiscal” entre os Estados, a liberação de alguns agrotóxicos proibidos no mundo e o uso entre as mais diferentes classes de agricultores (RIGOTTO, 2015).

<sup>142</sup> Dez empresas controlaram 75% da movimentação de U\$\$ 8,5 bilhões da safara 2010/2011, quando o país consumiu 936 mil toneladas de venenos. Entre elas estão a Syngenta, Bayer, Monsanto, BASF, DOW AgroSciences, Du Pont, MAI e Nufarm (RIGOTTO, 2015).

novas autorizações de aplicação do produto concedida pela ADAB (órgão ligado à SEAGRI) e a apreensão daqueles que haviam chegado na região (CANAL RURAL, 2013). Ou seja, uma medida que buscou legalizar o uso do agrotóxico *Benzato de Emamectina* e outros, que por ventura possa atender os anseios daqueles que representam o capital agrícola.

É nessa condição que a lei está longe apenas de se opor ao crime, ela é o crime universalizado, um crime elevado ao nível de princípios incondicionais (ZIZEK, 2012). Sobretudo quando se leva em consideração as informações do Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental - IDEIA (2014), quando anuncia que esse agrotóxico fabricado na China é um pesticida não seletivo, que age diretamente sobre espécies vegetais e animais, com efeitos paralisantes e que em seres humanos atua da mesma forma, com ações sobre os nervos cerebrais a médio e a longo prazo.

Nos locais onde se monta a estrutura produtiva do agronegócio, constrói-se uma verdadeira “disjunção radical” entre a produção direcionada para as necessidades sociais e a auto-reprodução do capital, com impactos incalculáveis sobre os seres humanos e a natureza. Um arcabouço que possui suas “raízes fincadas” no processo historicamente construído do sistema de metabolismo social do capital, que opera com a subordinação estrutural direta do trabalho (ANTUNES, 1999). O que além de técnicas (como os insumos químicos) e as condições de vulnerabilidade social do trabalhador, há promoções das próprias formas de gestão que condicionam os trabalhadores à profissões degradantes, que fazem parte desse “universo” de precarização e degradação, que estamos entendendo pelo viés do agrohídronegócio.

É nesse arcabouço que o desenvolvimento econômico tem sido considerado a “espinha dorsal” da degradação ambiental, do trabalho e da saúde da população, por ser entendido como responsável direto pelas transformações desse espaço social, vinculados às atividades produtivas realizadas historicamente, com uma distribuição homogênea e desigual (PIGNATI, 2011). O quadro do desemprego, da baixa renda familiar, das intoxicações, da morte e diminuição na vazão dos rios, na supressão da vegetação em série, das doenças ocupacionais, das migrações em massa, dos conflitos por terra/água, dos acidentes de trabalho, do trabalho escravo, dos homicídios etc., paralelos aos recordes anuais do PIB, aumento na concentração de terra e renda, crescimento da área produtiva de sequeiro e irrigada, maior injeção de créditos agrícolas pelo Estado, empresários e bancos públicos e privados e etc., é fruto dessa lógica contraditória do agronegócio, possível de ser lida por esse sentido relacional que estamos entendendo pela lógica do CTA.

Esses elementos nos apresentam um quadro preocupante, na medida em que se observa o rebatimento desse modelo nas relações de trabalho, sobretudo quando tornaram-se evidente os riscos dos “acidentes rurais ampliados”, expressados pelos dados do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST (regional Barreiras) e do MTE. Uma amostragem, que apesar de toda a deficiência de catalogação existente (diante da grande área de cobertura que as instituições são responsáveis e as débeis estruturas vigentes<sup>143</sup>), assusta! Principalmente pelos números expressivos dos acidentes de trabalho e mortes de trabalhadores ligadas a profissões da cadeia produtiva do agronegócio. O que fortalece o argumento da degradação da pessoa humana enquanto algo intrínseco ao modelo agrícola predominante.

As Tabelas 108, 109, 110 e 111 e as Figuras 62, 63 e 64 explanam esse argumento, com a indicação que as os acidentes graves e as mortes relacionadas ao trabalho no campo do Oeste da Bahia, ocorrem nos municípios produtores e em profissões ligadas diretamente à cadeia produtiva do agronegócio. Em uma constância anual que os atos de “trabalhar e se acidentar” e “trabalhar e morrer”, tornam-se eventos corriqueiros nesse setor econômico, responsável por cerca de 30% dos casos de acidentes graves de trabalho. Fato que o faz assumir o segundo lugar entre os oito grandes grupos de agravos a saúde do trabalhador, catalogados pelo Cerest no Oeste da Bahia (regional Barreiras), entre 2007 e 2014, superado apenas pelos – “Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais” (em suma maioria nas cidades), como mostra a Tabela 108.



---

<sup>143</sup> Apesar da regional de Barreiras ser responsável pelos 24 municípios da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia junto a outros 13, entre 2007 e 2014 (recorte temporal de dados disponíveis e analisados) só foram catalogados pela instituição, dados de 13 municípios da região Oeste e mais outros 4.

**Figura 63** – Momento que um operador de máquina agrícola perdeu a perna em um acidente grave de trabalho, no município de Wanderley – BA

**Fonte** – Barreiras Notícias (2014)

## **Trabalhador de fazenda morre em acidente em São Desidério**

**Figura 64** – Anúncio de morte de um trabalhador rural em fazenda no município de São Desidério

“Um grave acidente ocorrido por volta das 10h de ontem, 09, matou Luis Henrique Souza Neves, 21 anos, que estava como carona de uma motocicleta que bateu contra um pulverizador gafanhoto, no interior da fazenda Mizote IV, na zona rural de São Desidério, Oeste da Bahia.”

(Jornal Nova Fronteira, Barreiras, 10 de Janeiro de 2015)

**Tabela 108** – Acidentes Graves por Grupos de Agravos a Saúde do Trabalhador em Municípios do Oeste da Bahia, entre 2007 e 2014

	Barreiras	Brejolândia	Catolândia	Coribe	Correntina	Cotegipe	Formosa do Rio Preto	LEM	Santa Maria da Vitória	São Desidério	Santa Rita de Cássia	Serra Dourada	Wanderley	Total
Trabalhadores na produção de bens e serviços industriais	162	Sem registro	2	2	Sem registro	1	2	146	Sem registro	22	1	1	4	343
Técnicos de nível médio	20	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	1	1	9	Sem registro	4	Sem registro	1	3	40
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	59	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2	70	Sem registro	6	Sem registro	Sem registro	2	139
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	123	1	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2	117	Sem registro	9	5	4	23	286
Trabalhadores das ciências e das artes	9	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	4	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	1	16
Trabalhadores de serviços administrativos	83	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2	43	Sem registro	7	Sem registro	Sem registro -	2	137
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	18	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro -	Sem registro	28	1	1	1	Sem registro	Sem registro -	49

Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	8	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	7	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	16
Total	482	1	5	2	1	2	9	424	1	50	7	7	35	1026	

Fonte: CEREST (regional Barreiras)

**Tabela 109** - Acidentes graves por subgrupos de agravos de trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca no Oeste da Bahia, entre 2007 e 2014, com destaque para as três ocupações e os três municípios com maior número de casos registrados

	Barreiras	Brejolândia	Brotas de Macaúbas	Catolândia	Coribe	Correntina	Cotegipe	Formosa do Rio Preto	LEM	Santa Maria da Vitória	São Desidério	Santa Rita de Cássia	Serra Dourada	Wanderley	Total
Adestrador de animais	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2
Avicultor	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	3	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	5
Caseiro (agricultura)	6	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	7
Criador de Bovinos (leite)	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Operador de colheitadeira	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	1	4

Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas	21	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	8	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	30
Operador de máquinas florestais estáticas	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Operador de motosserra	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	3
Pescador artesanal de água doce	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2
Pescador profissional	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Produtor agropecuário, em geral	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2	3
Produtor de algodão	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Produtor de arroz	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Trabalhador agropecuário em geral	42	Sem registro	3	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	13	Sem registro	2	4	4	3	73

Trabalhador da avicultura de corte	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2
Trabalhador da avicultura de postura	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2
Trabalhador da cultura de algodão	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	4
Trabalhador da pecuária (bovinos corte)	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Trabalhador na cultura de soja	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	4
Trabalhador na operação de sistema de irrigação por aspersão (pivô central)	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Trabalhador volante da agricultura	27	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	71	Sem registro	3	Sem registro	Sem registro	17	118



Tratador de animais	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	1
Tratorista agrícola	10	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	11	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	20
Total de agravos por município	123	1	3	2	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2	117	Sem registro	9	5	4	23	289

Fonte: CEREST (regional Barreiras)

**Tabela 110** - Total de Mortes de Trabalhadores por Ocupação em Municípios Produtores de Commodities Agrícolas no Oeste da Bahia, com destaque para as ocupações com os cinco maiores registros, entre 2007 e 2015

Administrador	Ajudante de Carvoaria	Almoxarife	Apontador de Mão-de-obra	Assistente Administrativo	Auxiliar de Escritório, em Geral	Auxiliar nos Serviços de Alimentação
2	1	2	1	2	5	2
Borracheiro	Caminhoneiro Autônomo (Rotas Regionais e Internacionais)	Carregador de Armazém	Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	Comprador	Contador	Controlador de Pragas
2	1	1	5	2	2	2
Cozinheiro Geral	Embalador, a mão	Empregado Domestico Faxineiro	Engenheiro Agrônomo	Faxineiro	Gerente Administrativo	Gerente de Logística (Armazenagem e Distribuição)
8	1	1	1	2	7	1
Gerente de Produção e Operações Agropecuárias	Gerente de Recursos Humanos	Gerente de Vendas	Jardineiro	Lavador de Veículos	Limpador de Vidros	Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares
3	1	1	1	1	1	1

Mecânico de Manutenção de Equipamento de Mineração	Mecânico de Manutenção de Maquinas Agrícolas	Mecânico de Manutenção de Maquinas, em Geral	Mecânico de Manutenção de Maquinas Cortadoras de Grama, Roçadeiras, Motosserras e Similares	Mecânico de Manutenção de Maquinas-Ferramentas (Usinagem de Metais)	Mestre (Construção Civil)	Montador de Equipamento de Levantamento
1	4	2	2	1	2	1
<b>Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)</b>	Motorista de Furgão ou Veículo Similar	Motorista de Carro de Passeio	Operador de Colheitadeira	Operador de Inspeção de Qualidade	<b>Operador de Maquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas</b>	Operador de Maquinas-Ferramentas Convencionais
<b>13</b>	2	1	4	1	<b>30</b>	4
Operador de Maquinas Fixas, em Geral	Operador de Trator Florestal	Operador de Moto niveladora	Pedreiro	Padeiro	Piloto Agrícola	Piloto de Aeronaves
5	2	1	1	1	2	1
Porteiro de Edifícios	Produtor Agrícola Polivalente	Produtor de Gramíneas Forrageiras	Recepcionista, em Geral	Recepcionista, em Geral	Repositor de Mercadorias	Servente de Obras
1	3	1	1	1	1	1
Soldador	Supervisor de Exploração Agrícola	Supervisor da Área Florestal	Técnico Agrícola	<b>Trabalhador Agropecuário em Geral</b>	Trabalhador da Avicultura de Corte	Trabalhador da Cultura do Algodão
1	4	1	7	<b>41</b>	7	2
Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	Trabalhador da Cultura de Café	Trabalhador da Exploração de Resinas	Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	Trabalhador de Extração Florestal, em Geral	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	Trabalhador na Operação de Sistema de Irrigação por Aspersão (Pivô Central)
1	1	3	7	2	2	3
Trabalhador na Cultura de Soja	Trabalhador na Cultura do Algodão	<b>Trabalhador Volante da Agricultura</b>	Tratorista	<b>Tratorista Agrícola</b>	Vigia	

2	2	92	6	31	6	
---	---	----	---	----	---	--

Fonte: MTE

**Tabela 111 – Afastamento de trabalhadores por morte em municípios produtores de commodities agrícolas do Oeste da Bahia, entre 2007 e 2015**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%
<b>Baianópolis</b>	1	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro	2	1	Sem registro	4	1,07
<b>Barreiras</b>	12	6	4	2	8	9	15	4	4	64	17,20
<b>Formosa do Rio Preto</b>	2	2	4	4	2	3	7	7	3	34	9,13
<b>LEM</b>	4	5	6	2	7	6	8	4	9	51	13,70
<b>Riachão das Neves</b>		2	2	1	1	2	4	1	5	18	4,83
<b>São Desidério</b>	15	17	14	13	16	7	16	17	9	124	33,33
<b>Cocos</b>	1	3	1	2	Sem registro	1	2	1	Sem registro	11	2,956
<b>Correntina</b>	5	7	5	4	4	5	4	4	5	43	11,55
<b>Jaborandi</b>	1	3	2	2	1	1	4	4	5	23	6,18
<b>Total por Ano</b>	41	45	38	30	39	34	62	43	40		100
<b>Total</b>	372										

Fonte: MTE

A maioria dos acidentes de trabalho graves registrados no campo do Oeste da Bahia segundo os dados do Cerest, ocorreram nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Wanderley, responsáveis por cerca de 91% dos registros. Número assustador pela alta concentração, porém reveladores da deficiência nos registros. Sobretudo quando se observa na Tabela 111 os dados referentes ao afastamento de trabalhadores por morte. Em uma situação mais distributiva e coesa em relação aos dados do Cerest, em especial quando se percebe a estrutura de catalogação que o MTE possui, frente às ocorrências no emprego dos trabalhadores formais<sup>144</sup>.

Entretanto, mesmo com a clara deficiência dos dados, entende-se que os resultados apresentados são verdadeiros indicativos do agrohidronegócio no Oeste da Bahia, principalmente quando é sabido que as profissões que mais ocorrem acidentes e mortes, como o operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, o trabalhador agropecuário em geral e o trabalhador volante da agricultura, são cruciais para a expansão e a continuidade da cadeia produtiva instalada. Essas três ocupações são responsáveis por 76,73% dos acidentes de trabalho e 43,27% das mortes, de um total de 76 ocupações apresentadas com registros, segundo o Cerest e o MTE (Tabelas 109 e 110).

Com exceção do operador de máquina que representa 7,6% das mortes e 10,41% dos acidentes de trabalho, a própria ocupação do trabalhador agropecuário em geral e o trabalhador volante da agricultura, responsáveis por 11,02% e 24,73% das mortes e 25,34% e 40,97% dos acidentes de trabalho grave, respectivamente, são sinais claros da plasticidade do trabalho no campo, em que a mudança de lavra constante, enquanto performance do “emprego moribundo”, é uma característica crucial para se entender a manutenção do capital no campo e a degradação enquanto algo inerente a esse movimento. Isso enquanto um verdadeiro alicerce locomotor, pois sem ela não é possível a continuidade desse movimento, movido por trabalhadores pobres, adultos, mulatos e negros<sup>145</sup>, de baixa escolaridade e naturais da própria Bahia, que pela lógica expropriativa/espoliativa/alienante (im)posta e o alto grau de vulnerabilidade social vivenciado, em muitas ocasiões, sujeitam-se a “morrer trabalhando”.

Além da dificuldade em catalogar os dados referentes aos acidentes de trabalho diante das deficiências dos órgãos responsáveis, é preciso ressaltar que esses números apresentados referem-se apenas a empregos formais. Ocasão que nos leva a acreditar que

---

<sup>144</sup> Diante das limitações financeiras da pesquisa, não foi possível “mergulhar” em determinadas questões refletidas após a coleta das informações, como o entendimento de modo mais embasado, da forma de coleta de dados que a regional do Cerest em Barreiras utiliza e a trama estruturada para invisibilizar os dados referentes aos acidentes e mortes de trabalhadores, pelos responsáveis.

<sup>145</sup> 96,57% dos acidentes de trabalho catalogados no Oeste da Bahia são com homens.

as mortes e os acidentes graves relacionados ao trabalho, possuem uma quantificação muito superior em relação à divulgada, principalmente pela alta estimativa de informalidade do trabalho existente na região e os efeitos degradantes de médio e longo prazo que algumas profissões podem promover aos trabalhadores (como os que manuseiam agrotóxicos). Uma situação que na prática, constrói resultados muito superiores aos divulgados.

Outras profissões que merecem destaque são os Tratoristas Agrícolas, que representam 6,94% dos casos de acidentes graves e 8,3% das mortes, e os Motoristas de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais), que representam 3,49% dos casos de mortes registradas. Nesse sentido, as 5 profissões destacadas pela Tabela 110, correspondem juntas por 55,1% dos afastamentos dos trabalhadores por morte, representando 205, de um total de 372 entre as 76 ocupações listadas pelo MTE.

Números que mostram a produção e a circulação de mercadorias, enquanto as fases do ciclo econômico responsáveis por provocar a degradação do trabalho de forma imediata. Por isso o descarte de trabalhadores e a necessidade de manutenção do “exército de reserva” enquanto subterfúgios do capital, como indispensáveis para a manutenção da cadeia produtiva que em muitas ocasiões, além de não respeitar os limites biológicos dos trabalhadores, não possuem condições para isso. Pelo motivo da sua essência acompanhar o ritmo cíclico do capital e não do ser humano, em uma relação contraditória, como uma “roda d’água”, que ao mesmo tempo que descarta, necessita de outro elemento para se submeter a mesma função e continuar a “injusta roda da vida”. Movida também, por ocupações que por “natureza” é degradante.

Diante do alto grau, o número de trabalhadores afastados por morte em São Desidério, também é um fato que necessita ser destacado, devido aos óbitos apontados equivalerem a uma proporção muito elevada, com 124 mortes (33,33% dos casos registrados). Condição que fez esse município ocupar o topo dos municípios que mais afastou trabalhadores por morte no Oeste da Bahia, segundo a Tabela 111. Em uma lógica que os maiores PIB’s agrícolas, são pertencentes aos municípios detentores da maioria dos casos de afastamento de trabalhadores por morte. Uma prova que a extração do lucro retirado por meio da mais-valia (seja relativa e/ou absoluta), é fruto inerente da degradação do trabalho, responsável por provocar toda essa barbárie planejada e instalada no Oeste da Bahia, enquanto uma das bases para manutenção dessa lógica acumulativa/expansiva vivenciada.

Dessa forma, é diante das informações apresentadas, relativas aos autos de infração e CNAE, das pessoas intoxicadas por agrotóxicos, os modos de pulverização e formas de

encadeamento, acidentes graves e mortes por ocupação, afastamento do trabalho por mortes e etc., que se expressa uma correlação de fatores que ligam a cadeia do manuseio e do uso dos agrotóxicos à muitos dos agravos da saúde do trabalhador no Oeste da Bahia. O que pode estar contribuindo com uma série de problemas, inclusive uma sucessão de neoplasias malignas. Patologia que segundo informações de órgãos públicos e setores da sociedade civil organizada, cresce de modo constante no Oeste Baiano, como mostra os relatos.

“Em relação à segurança do trabalho, o que mais foi autuado, foi deixar de manter as embalagens de agrotóxicos adjuvantes e produtos afins sobre estrado e/ou pilhas estáveis e/ou afastados nas paredes e/ou afastadas do teto. Em segundo lugar, deixar de fornecer os trabalhadores EPI [...]. Aqui tem o quantitativo por alvos de infração por CNAE. A gente ver ai as três principais culturas da região, a cultura do algodão, que nesse período ela teve 205 ações fiscais, depois soja e depois café. É a quantidade de alvos de infração lavrados em cada fiscalização dessa. A gente ver que no cultivo de algodão, são 922 altos. É uma média muito superior, mesmo levando em consideração o cultivo da soja e do café. Isso por conta de muita irregularidade de maquinários, por isso a gente foca tanto esse cultivo em reuniões com ações em conjunto, com associações, sindicatos, agindo de forma coletiva para tentar resolver essa situação. Tentando que os algodoeiros resolvam, antes da fiscalização chegar para tentar impedir eventuais interdições. Mesmo nas algodoeriras, os altos principais que mais acontecem são [...] os altos de jornada, os altos de agrotóxico, de EPI e de treinamento principalmente.”

(Raimunda, Barreiras, maio de 2016)

“Ele começou sem querer comer, emagrecendo, tudo que ele comia ele queria vomitar e com aquela falta de ar. Quando chegamos no médico, aqui em Barreiras, fez “num sei quantos exames”, não descobria. Quando fui para Goiânia, chegando lá o médico descobriu tudo. Disse que ele estava com oito tipos de verme, ele estava com falta de oxigênio no cérebro no pulmão, estava com o sangue todo intoxicado do veneno da ração do algodão e agora foi fazer o tratamento. [...] a ração acabou de complicar, por que tudo envenenado lá, jogam veneno no algodão, nos trem, nas coisas e ficou todo cheio de problemas. É tanto que um dia ele foi no campo ver o gado e o cachorro acompanhou ele, deu uma chuva, quando foi no meio do campo, tinha um poço de água, o cachorro bebeu, lá mesmo o bichinho ficou. As enxurradas que vem desses gerais ai, tudo cheio de veneno. Tem muita gente que trabalhou ai nos gerais que largou por isso, se sente mal. Um perigo viu! Aqui mesmo no Campo Grande (uma comunidade de São Desidério) já morreu um rapaz que mexeu com isso. [...] o pessoal tem sentido mais mal é da ração do gado, por que o pessoal aqui quase todo mundo compra ração dos gerais. A ração vem do algodão, da soja e do milho. Porque tudo lá é envenenado, você vê que tudo lá é jogado veneno. Porque já joga veneno com avião nessas fazendas, é muito grande e é com avião que joga.”

(Maria, São Desidério, junho de 2014)

“Eu posso dizer que informalmente... a secretaria de saúde do município de Barreiras, Regina Figueiredo, me disse que ela tem achado estranho índices mais elevados de câncer que são diagnosticados pelos serviços de

saúde em Barreiras. Como a gente não tá próximo, não estamos em um grande centro urbano, a gente não tá próximo de grandes indústrias, o problema da poluição atmosférica de Barreiras não advém... talvez a única razão que poderia explicar esse número, segundo ela, diferenciado de diagnóstico de casos de câncer, talvez fosse intoxicação por agrotóxico. Isso por enquanto é apenas suspeita. Tudo que eu estou lhe dizendo converge para uma mesma questão, a falta de estrutura dos órgãos públicos em fiscalizar adequadamente e controlar o uso, a aplicação de produtos, substâncias agrotóxicas na região oeste.”

(Marivaldo, Barreiras, junho de 2014)

Essas relações direcionam para o entendimento que nos cultivos do agronegócio se necessita de um maior número de trabalhadores com pouca instrução técnica, com baixos salários, uma alta mecanização e um elevado uso de agrotóxicos. Sendo que é com os trabalhadores ligados a essa base da cadeia produtiva que a maioria dos problemas ocorrem. Essas evidências também reforçam o argumento que é no plantio, no cultivo e no processamento do algodão, que acontecem o maior número de agravos ligados à saúde do trabalhador, sobretudo pela maior necessidade de mão de obra<sup>146</sup>. Isso porque é nesse ambiente que as evidências apontam para uma degradação humana, no qual muitas das funções realizadas não respeitam os limites biológicos, mentais e espirituais do corpo humano e assim podendo ocasionar doenças e mortes relacionadas ao trabalho (HECK, 2013).

É dessa forma que buscamos entender esse fenômeno enquanto algo global e a articulação das escalas, seguindo a lógica multidimensional do território, como a “mola-mestra” para apontarmos que o Oeste da Bahia é um dos “palcos” da dinâmica global referente aos agravos da saúde do trabalhador em diversas inserções laborais, em que as atividades ligadas ao agronegócio possuem posição de destaque (HECK, 2014). Por isso que para tentarmos contribuir um pouco com o entendimento do par saúde-enfermidade, presamos a sua vinculação com a totalidade do processo social e o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si (THOMAZ JR., 2014). Com a advocação da inseparabilidade escalar dos fenômenos globais e seus rebatimentos com o lugar - e vice-versa. Assim, negando o anacronismo de pensar a saúde dos trabalhadores no âmbito apenas de uma abordagem do lugar que se auto-explica (HECK, 2013).

Esse contexto político-econômico, das exposições, do crescente uso e as variadas formas de aplicações, torna-se muito complexo o diagnóstico de doenças relacionadas aos agrotóxicos<sup>147</sup>, sobretudo quando é sabido que existem mais de 1.500 ingredientes ativos,

---

<sup>146</sup> O cultivo do algodão é também o que mais demanda o uso de agrotóxicos entre as *commodities* cultivadas.

<sup>147</sup> Não é intenção apontar qualquer concretização do nexos causal de doenças ocasionadas pelos agrotóxicos, até mesmo porque essa pesquisa não possui esse foco e tão pouco dispõe de equipamentos e equipe científica

distribuídos em 15 mil diferentes formulações comerciais no mercado mundial e que o Oeste da Bahia é palco de uso e venda de uma grande variedade de agrotóxicos “legais” e contrabandeados (RIGOTTO & AGUIAR, 2015). Contudo, diante das variáveis apresentadas, principalmente os dados ligados à mortalidade por câncer (Gráfico 68 e Tabela 112), o afastamento de trabalhadores formais por essa patologia (Tabela 114), junto à literatura, é possível apontar indícios de uma provável ligação entre neoplasias malignas e o uso de agrotóxicos no Oeste da Bahia (JOBIM *et. al.*, 2007).

A Tabela 112 apresenta os dados dos casos de mortes por câncer nos 24 municípios da mesorregião do Oeste da Bahia, entre 1996 e 2014, o que revela um crescimento constante dos dados como mostra o Gráfico 68, com um aumento estrondoso de 523,88% nesse intervalo de tempo. Em relação à proporção de crescimento comparado com a população, no intervalo entre 2000 e 2010<sup>148</sup>, os casos de mortes por câncer aumentaram 352,24%, enquanto a população cresceu somente 17%.

Mesmo levando-se em consideração que houve uma melhor estruturação de contabilização dos dados e um maior desenvolvimento técnico científico da medicina para diagnosticar a doença (fato que provavelmente afetou no aumento dos números), o crescimento registrado de acordo com as informações do SINAN e do IBGE, mesmo nessas condições, é absurdo! Principalmente quando se pensa na letalidade de vidas humanas e no sofrimento psíquico-corporal-espiritual que essa moléstia ocasiona, por meio de possíveis ligações com o uso demasiado de substâncias químicas utilizadas na agricultura, sobretudo os agrotóxicos.

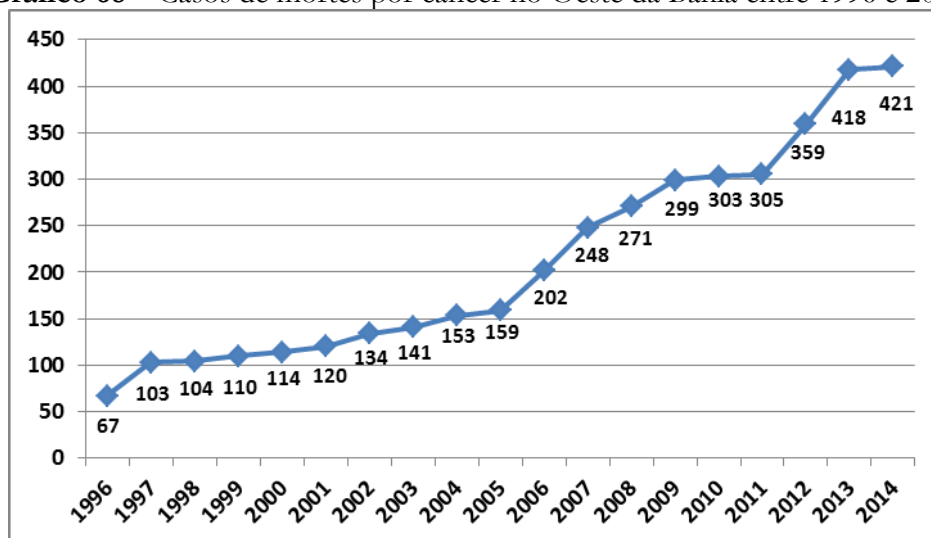
---

para tanto. Contudo, é do nosso interesse, diante das informações levantadas, apontar indícios dessa provável ligação, colaborando com os discursos de entidades que buscam melhor compreender o dinamismo dessa problemática.

<sup>148</sup> Única temporalidade que existem dados exatos disponíveis para as duas variáveis.



**Gráfico 68** – Casos de mortes por câncer no Oeste da Bahia entre 1996 e 2014



Fonte: SINAN

O município de Barreiras lidera o ranking dos casos de câncer. Ocorrência que pode ser atrelada ao fato do município possuir o maior número de habitantes, trabalhadores e até mesmo por ser o local da região que mais encaminha pacientes para o tratamento em centros oncológicos públicos, principalmente para Salvador, Brasília e Goiânia. Esse fato é percebido quando se compara a proporção equivalente dos municípios em relação a toda região do Oeste da Bahia, tratando-se dos casos de morte por câncer e população (Tabela 113), onde a maioria dos municípios apresenta uma proporção bem similar entre os casos de câncer e sua população, com exceção de Barreiras e Correntina, que possuem as maiores disparidades proporcionais entre todos os municípios.

**Tabela 112 - Óbitos ocasionados por neoplasias malignas entre 1996 e 2014 em municípios do Oeste da Bahia**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
<b>Barreiras</b>	39	31	34	44	59	44	48	61	38	36	87	45	80	122	94	113	135	167	163	1440	35,72
<b>Luíś Eduardo Magalhães</b>	0	0	0	0	0	0	7	15	5	2	17	12	13	22	15	14	23	33	20	198	4,91
<b>Santa Rita de Cássia</b>	1	8	6	4	5	2	1	6	17	7	17	3	6	10	15	9	20	19	17	173	4,29
<b>Coribe</b>	0	5	0	4	3	3	3	1	2	3	13	17	23	16	6	4	5	14	16	138	3,42
<b>Serra Dourada</b>	0	2	2	2	1	2	3	1	1	2	14	10	17	8	10	6	16	14	16	127	3,15
<b>Formosa do Rio Preto</b>	0	1	0	0	7	2	4	5	2	3	14	3	7	6	8	5	11	10	15	103	2,55
<b>São Félix do Coribe</b>	2	21	2	2	5	2	1	11	3	2	4	5	4	9	9	9	16	22	15	144	3,57
<b>Riachão das Neves</b>	1	0	2	4	1	1	6	2	3	5	10	9	9	11	11	10	10	8	12	115	2,85
<b>São Desidério</b>	1	4	9	4	3	1	3	3	6	0	13	1	9	3	2	6	15	8	10	101	2,50
<b>Cotegipe</b>	0	0	0	0	5	0	0	0	0	2	1	4	1	4	5	2	7	5	9	45	1,11
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	0	2	0	1	0	0	0	1	2	1	6	7	1	0	2	1	5	1	9	39	0,96
<b>Correntina</b>	3	18	15	16	13	9	15	18	16	17	14	26	15	9	13	14	12	6	8	257	6,37
<b>Jaborandi</b>	0	2	0	0	3	2	11	0	0	0	11	7	1	4	5	18	3	10	7	84	2,08
<b>Baianópolis</b>	2	2	2	0	4	0	3	1	0	4	7	1	1	1	3	3	2	6	7	49	1,21
<b>Cocos</b>	3	8	5	7	7	2	5	7	8	5	3	2	7	14	21	8	13	7	7	139	3,44
<b>Angical</b>	1	0	3	2	4	7	8	3	2	2	12	1	3	7	2	12	7	20	6	102	2,53
<b>Cristópolis</b>	0	0	2	0	2	2	3	2	2	1	11	1	4	7	10	11	6	9	5	78	1,93
<b>Mansidão</b>	0	1	2	2	2	7	2	0	2	3	6	3	5	2	3	5	4	0	3	52	1,29
<b>Catolândia</b>	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2	4	0	3	0	1	1	13	0,32
<b>Wanderley</b>	0	0	2	0	0	0	2	0	2	4	5	5	10	7	6	7	5	6	13	74	1,83
<b>Brejolândia</b>	2	0	1	1	1	0	3	0	1	1	4	5	9	5	4	7	3	5	10	62	1,53
<b>Santa Maria da Vitória</b>	5	7	5	12	5	13	19	19	17	10	29	24	15	14	10	18	30	34	35	321	7,96
<b>Santana</b>	6	6	9	3	2	1	5	1	9	3	6	6	2	13	13	18	8	15	14	140	3,47
<b>Canápolis</b>	1	2	2	2	2	4	1	1	3	1	0	5	4	1	4	0	3	1	0	37	0,91
<b>Total</b>	67	120	103	110	134	104	153	159	141	114	305	202	248	299	271	303	359	421	418	4031	100

Fonte: SINAN

**Tabela 113** – Proporção comparativa entre os casos de câncer e a população nos municípios do Oeste da Bahia

	% dos casos de Câncer	% em relação à população total
<b>Barreiras</b>	35,72	23,72
<b>Luis Eduardo Magalhães</b>	4,91	10,37
<b>Santa Rita de Cássia</b>	4,29	4,53
<b>Coribe</b>	3,42	2,46
<b>Serra Dourada</b>	3,15	3,12
<b>Formosa do Rio Preto</b>	2,55	3,88
<b>São Félix do Coribe</b>	3,57	2,25
<b>Riachão das Neves</b>	2,85	3,78
<b>São Desidério</b>	2,5	4,77
<b>Cotegipe</b>	1,11	2,35
<b>Tabocas do Brejo Velho</b>	0,96	1,97
<b>Correntina</b>	6,37	2,35
<b>Jaborandi</b>	2,08	1,54
<b>Baianópolis</b>	1,21	2,39
<b>Cocos</b>	3,44	3,13
<b>Angical</b>	2,53	2,42
<b>Cristópolis</b>	1,93	2,29
<b>Mansidão</b>	1,29	2,17
<b>Catolândia</b>	0,32	0,45
<b>Wanderley</b>	1,83	2,15
<b>Brejolândia</b>	1,53	1,91
<b>Santa Maria da Vitória</b>	7,96	6,95
<b>Santana</b>	3,47	4,27
<b>Canápolis</b>	0,91	1,62
<b>Total</b>	100	100

Fonte: SINAN e IBGE

**Tabela 114** – N° de Pessoas que Receberam Auxílio Doença e Aposentadoria por Invalidez, por Tipo de Câncer no Campo do Oeste da Bahia em 2013

Tipos de Cânceres	n°	%	Tipos de Cânceres	n°	%	Tipos de Cânceres	n°	%	Tipos de Cânceres	n°	%
Mama	239	18,73	Ossos dos membros	40	3,13	Ovário	8	0,62	Vagina	1	0,07
Útero	111	8,69	Pulmão	37	2,89	Pâncreas	6	0,47	Aparelho Respiratório não identifica	1	0,07
Próstata	85	6,66	Intestino	34	2,66	Bexiga	6	0,47	Órgãos Genitais Masculinos Não Identificados	1	0,07
Boca	79	6,19	Vesícula Biliar	31	2,42	Nervos Periféricos e do Sistema Nervoso Autônomo	5	0,39	Não Especificadas Dos Tecidos Linfático, Hematopoiético e Tecidos Correlatos	1	0,07
Pele	73	5,72	Reto	29	2,27	Placenta	5	0,39	Localizações Múltiplas Independentes (primárias)	1	0,07
Estômago	56	4,38	Laringe	22	1,72	Gânglios linfáticos	4	0,31	Timo	2	0,15
Cérebro	55	4,31	Fígado	19	1,48	Retroperitônio	3	0,23	Olho	2	0,15
Linfoma	55	4,31	Rim	18	1,41	Seio da face	3	0,23	Total	1276	100
Leucemia	53	4,15	Esôfago	15	1,17	Outras glândulas endócrinas	3	0,23			
Localizações Mal Definidas ou Sem Especificação de Localização	46	3,6	Tecido Conjuntivo e de Outros Tecidos Moles	17	1,33	Aparelho digestivo não identificado	3	0,23			
Tireoide	45	3,52	Testículos	10	0,78	Ouvido	1	0,07			
Carcinoma	42	3,29	Pênis	8	0,62	Pequenos Lábios	1	0,07			

Fonte: INSS

**Tabela 115** – Total do número de pessoas beneficiadas por auxílio doença, aposentadoria por invalidez e auxílio acidente no campo do Oeste da Bahia, comparadas com os dados dos benefícios direcionados para pessoas com câncer, por agência do INSS em 2013

Agência	Barreiras	Formosa do Rio Preto	Riachão das Neves	Santa Maria da Vitória	Santa Rita de Cassia	Santana	São Desidério	São Felix do Coribe	Total
Total de pessoas beneficiadas	11465	899	1001	2092	1776	5583	1339	4564	28719
N° de pessoas beneficiadas com câncer	590	30	31	92	54	220	51	192	1260
% de pessoas beneficiadas com câncer	5,14	3,33	3,09	4,39	3,04	3,94	3,8	4,2	4,38

Fonte: INSS

De acordo com a Tabela 112, a partir de 2006, é perceptível um aumento mais intenso dos casos, particularmente após a reorganização dos dados do SINAN. Porém, a constância do aumento até 2014 mostra que esse não é o único fator e que o crescimento dos casos de neoplasias malignas é uma realidade “nua e crua” vivenciada pela população do Oeste da Bahia, em praticamente todos os municípios. Sobretudo porque os cânceres não surgem “da noite para o dia” e sim por meio de um acúmulo de processos históricos, técnicos e biológicos, que consubstanciados, provocam a emergência da enfermidade. Fato que é apresentado pelas informações levantadas, quando é observado que além da ampliação dos casos, há uma disseminação para os municípios menores.

A Tabela 115 apresenta os números de pessoas que receberam auxílio doença e aposentadoria por invalidez no campo do Oeste da Bahia em 2013, catalogados nas sete agências do INSS presentes na região, nas cidades de Barreiras, Formosa do Rio Preto, Santana, São Felix do Coribe, Santa Maria da Vitória, São Desidério e Santa Rita de Cássia. O que mostra a grande variedade de cânceres existentes no campo – inclusive alguns comprovadamente associados à exposição ocupacional a substâncias químicas como os agrotóxicos – como as 14 categorias dos cânceres de pulmão, estômago, pele, próstata, cérebro, testículos, intestino, bexiga, cérebro, linfoma, leucemia, mama e pele. (RIGOTTO, 2015; INCA, 2012), que no Oeste da Bahia correspondem a 55,09% dos casos de cânceres registrados, dos 43 tipos listados na Tabela 114. Um resultado calamitoso, em uma região com alto uso de agrotóxicos e que apresenta um crescimento abusivo de casos de mortes por cânceres. Um alerta que necessita ser investigado, principalmente pela relação já comprovada desses tipos de cânceres com os agrotóxicos em outras localidades.

A Tabela 115 que apresenta o número total de pessoas beneficiadas e com câncer, que receberam auxílio doença e aposentadoria por invalidez no Oeste da Bahia, é uma amostragem da complexa trama vivenciada pelas pessoas que residem nessa região. Quando se observa que 1260 indivíduos (4,38% do total) foram beneficiados pelo INSS com auxílio doença e aposentadoria por invalidez, por ser portador de algum tipo de neoplasia maligna. Uma elevada média, por se tratar de uma região com altas taxas de pessoas que moram no campo e por ali existir o setor produtivo do agronegócio como principal combustão para o assalariamento (in)formal no campo, que pode estar contribuindo com o crescimento dessas enfermidades, principalmente pelo uso intensivo de agrotóxicos nas monoculturas cultivadas.

Uma verdadeira calamidade diante dos fatos observados, com a prevalência de uma tirania utilizada em nome do lucro, alcançado por meio da degradação da pessoa humana e

da natureza. Em um cenário que os agrotóxicos, os acidentes de trabalho e as mortes dos trabalhadores, ganham notória importância nesse “campo de horror”. Principalmente a partir do momento que o Estado controlado majoritariamente pelos grandes capitais, não só se omite frente à barbárie instalada, mas institucionaliza-a, enquanto uma das forças motrizes que locomove irrefreavelmente o acúmulo e a expansão do capital.

### 4.3 Trabalho Escravo e a insanidade desumana expressada

“A escravização do ser humano não tem fronteiras, mas tem destino”  
(Tássio Barreto Cunha)

É necessária a convicção que a barbárie instalada no Oeste da Bahia não se introduziu ontem e tão pouco se restringe apenas a esse território. Essa é uma prática milenar, que possui a busca do controle da terra, da água e do trabalho antes mesmo da emergência do modo capitalista de produção. Em que sempre esteve associada às formas mais extremas de exploração e privação dos direitos humanos, como é observado no Oeste da Bahia. Onde a condição da destruição ambiental, do trabalho forçado, das prisões, as extirpações das populações tradicionais etc., sempre estiveram ligadas as práticas da escravidão<sup>149</sup>, enquanto tirania reconfigurada de “tempos em tempos”. Exercida recentemente nessa região da Bahia, sobretudo a partir da abertura da fronteira agrícola e intensificada ao passo que maiores injeções de capitais foram introduzidos na cadeia produtiva.

Porém, é preciso ter em mente que as forças e as relações de produção não se desenvolvem a partir do nada e não nascem de uma única ideia que se põe. Pelo contrário, se formam no interior paradoxal do desenvolvimento da produção existente e nas relações de propriedade herdadas, seja do trabalho e/ou da natureza (MARX, 2013 *apud* MÉSZÁROS, 2007). Um sentido da própria compreensão dialética da história da vida social, que é a “multiplicidade dos possíveis e a singularidade das circunstâncias”. Que deve servir como base para a compreensão do trabalho escravo no Oeste da Bahia, principalmente a partir da concepção que “o próprio capital engendra e reproduz relações

---

<sup>149</sup> Nesse trabalho não iremos debater o conceito de escravidão. Logo, escravidão, escravidão moderna, escravidão contemporânea e trabalho análogo ao escravo, serão entendidos aqui enquanto sinônimos, pela compreensão que o empreendedor supõe que possui um direito sobre o corpo e o trabalho de um ou mais indivíduos. O que faz partimos da compreensão sobre escravidão a partir do artigo 149 do código penal brasileiro - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto [...].

não capitalistas de produção, numa coexistência de tempos sociais de datas entre si diversas” (MARTINS, 2015).

A escravidão enquanto uma prática degradante do trabalho persistiu no Oeste da Bahia nas últimas décadas enquanto um dos elementos que representa a continuidade de mecanismos da acumulação primitiva, exercida principalmente por grandes grupos empresariais detentores e/ou vinculados a modernas empresas agrícolas (Tabela 116)<sup>150</sup>. Com foco essencialmente no aumento da taxa de lucro, em que a intensificação da mais-valia, da renda e dos juros, alicerçados também por essa prática, fizeram muitos empresários atuantes no setor agropecuário no Oeste da Bahia, “lucrarem como capitalistas e pagarem como detentores de escravos”. Em uma condição que a produção capitalista de relações não capitalistas se expressa além de formas de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo. Um movimento contraditório não só de subordinação das relações pré-capitalistas, mas também de criações antagônicas e subordinadas não capitalistas (MARTINS, 2015).

Pois é nessa circunstância que o capital cria em um só tempo essa diversidade de condições para a sua expansão, com a incorporação de terras, águas e trabalhadores em suas relações comerciais. Onde muitas vezes não ocorre por meio de tramites legais, como a compra de uma propriedade regular, uma licença de uso das águas e uma relação de assalariamento com o trabalhador. O que faz prevalecer a grilagem, o uso irracional da água (seja superficial e/ou subterrânea, para irrigação e/ou energia) e superexploração do trabalho, como o exercício da escravidão etc. Uma circunstância que acontece em regiões como o Oeste da Bahia, em que apesar da expansão capitalista está em curso, o capitalismo não se realiza plenamente, mesmo presente em uma economia capitalista. Isso, por determinados territórios não estarem organizados totalmente com base nesses valores e o capital necessitar dessas relações enquanto parte dos seus processos de acumulação/expansão (MARTINS, 1981).

O que os arquivos de jornais, os processos do MPF, as entrevistas, a CPT, as reportagens online etc., nos mostrou, foram que a escravidão praticada no Oeste da Bahia não é caracterizada apenas por meras infrações trabalhistas. É um crime contra a dignidade humana, que em muitas das ocasiões em que se flagrou essa prática, se identificou os quatro elementos que a legislação brasileira entende como trabalho escravo hoje, como: trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida e condições degradantes. Tais

---

<sup>150</sup> Muitos são empreendimentos pertencentes a empresas nacionais e internacionais, que possuem o agronegócio como financiamento paralelo a outros, fomentando a complexa teia de capitais atuantes no Oeste da Bahia e reforçando a necessidade de interpretarmos o território por meio da luta de classes.

como são apresentados nos dois relatos abaixo, recortados de processos do MPF referentes à autuação de produtores pela prática do trabalho escravo em suas fazendas.

“Entre os dias 24/09/2012 e 11/10/2012, Nelson Astor Pooter, proprietário da Fazenda Novos Tempos I, em uma unidade de desígnios com o intermediador de mão-de-obra (“gato”) Antônio Pereira da Silva, de maneira livre, consciente e voluntária, reduziram 9 (nove) trabalhadores a condições análogas às de escravos, sujeitando-os a **condições degradantes** e a **restrição de liberdade**, em razão de **supostas dívidas contraídas** com os denunciados (Sistema de barracão), para a realização de serviços vinculados à cata de raízes no interior da Fazenda Novos Tempos I, situada na zona rural do município de São Desidério.”

(MPF, autos nº 1.00.000.001836/2013-07)

“Entre os dias 24/09/2012 e 24/10/2012, Helmut Rieger, proprietário da Fazenda Flor da Esperança, em unidades de desígnios com os gerentes-administradores do referido imóvel rural, Lucindo Lissadalpra e Elenilton Luís Hernann, de maneira livre, consciente e voluntária, reduziram 9 (nove) a condições análogas às de escravo, sujeitando-os a **condições degradantes** e submetendo-os a **jornadas exaustivas** para a realização de serviços vinculados à colheita do milho – impossibilitado de ser colhido mecanicamente, em decorrência de um pivô incendiado – no interior da Fazenda Flor da Esperança, situada na zona rural do município de São Desidério – BA.

(MPF, autos nº 1.00.000.001659/2013-51)

Foram situações identificadas em variadas atividades econômicas, organizadas em diferentes extremidades se tratando da modernização econômica e técnica do setor dessas ocupações. Com variações do “moderno ao arcaico”, que transitam em setores que “por si só” são degradantes, com particularidades na forma de produzir e nas funções dos trabalhadores. Que possuem ao mesmo tempo e de modo paralelo, padrões de produção rudimentares como as carvoarias e atividades de alta qualificação técnica e de gestão, como as fazendas que cultivam as *commodities* agrícolas. Em uma dinâmica territorial conjunta, em que a supressão da vegetação intuída de fabricar o carvão, possui uma ligação direta a estruturação da área para a prática agrícola<sup>151</sup>, como explica o relato.

“[...] o carvão ele acompanha o avanço do desmatamento, eles são associados. Onde está acontecendo desmatamento ele está ocorrendo. Agora assim, muitas vezes desmatamentos que são legais, autorizados pelos órgãos competentes, eram utilizados para acobertar carvão irregular. [...] nos gerais geralmente, o fazendeiro, o proprietário de terra,

---

<sup>151</sup> A manufatura de carvão vegetal no Oeste da Bahia era fomentada sumariamente pelos capitais ligados ao setor agropecuário enquanto fomentadores da produção, pela linhagem exercida no tramite da supressão da vegetação enquanto mola precursora da disponibilidade de matéria prima e os capitais industriais fabricantes de ferro gusa na região do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, enquanto os principais.



ele sede a área para alguém desmatar, inclusive a pessoa que vai desmatar, parte do pagamento é o próprio material lenhoso que ai ele vai produzir carvão e muitas vezes a produção de carvão não está aliado ao proprietário da terra, em poucos casos nós vamos encontrar essa relação, mas na maioria das vezes ele repassa ao terceiro que vai fazer a exploração florestal. [...] aqui na chapada a intenção do grande produtor é usar a terra e não tem como principal objetivo a produção de carvão. É secundária, só para aquele primeiro momento mesmo [...]”.

(Suassuna, Luís Eduardo Magalhães, junho de 2014)

A degradação ambiental provocada inicialmente pelo desmatamento acompanha em ritmo acelerado e paralelo a deterioração da espécie humana. É nesse caminho que formas de trabalho degradantes também são construídas, pois a supressão da vegetação segue as rotas do trabalho análogo ao escravo na região, vinculados principalmente a “limpeza” de novas áreas desmatadas para o cultivo das commodities e ao mesmo tempo, o aproveitamento da madeira para a fabricação de carvão vegetal. São rotas do trabalho escravo e/ou degradante, em que proprietários necessitam de mão-de-obra braçal para a retirada de troncos e raízes, não retiradas no ato do desmatamento ou da queimada.

Unanimemente, todas as informações coletadas informaram que a maioria das carvoarias foram extintas na região e assim, praticamente se extinguiu o trabalho escravo nesse setor. Contudo, com essa informação, surgiu a seguinte indagação: Se a produção de carvão vegetal no Oeste da Bahia praticamente se extinguiu e a sua produção caminhava paralela aos novos espaços de plantio da fronteira agrícola, qual o “novo” destino da madeira suprimida atualmente, já que o desmatamento continua a ocorrer de modo acelerado e o trabalho escravo continuou a crescer, mesmo em outras atividades até 2013? Essa é uma incógnita sem resposta até esse momento da pesquisa! A única suspeita identificada é que a madeira “ilegal” está sendo queimada e não mais manufaturada. Contudo, sem qualquer materialidade de prova que comprove tal afirmação. O que possibilita a ideia que a madeira suprimida atualmente possa estar presente em outras rotas e atividades de uso<sup>152</sup>, principalmente com o avanço desenfreado do desmatamento, que continua a ocorrer.

Outro questionamento equivale às infrações trabalhistas no campo do Oeste da Bahia, registradas pelos auditores fiscais do trabalho do MTE. Visto que dos 812 autos registrados entre 2010 e 2014, mais da metade foram ligadas a infrações presentes no artigo 149 do código penal, equivalentes à remuneração, a períodos de descanso, jornada do trabalho e registro de empregado. Uma inquietude do ponto de vista que, a remuneração

---

<sup>152</sup> A madeira suprimida no Oeste da Bahia não possuía a fabricação de carvão vegetal nesse território, como fim único e exclusivo. Grande parcela era destinada também para a região do “Quadrilátero Ferrífero” em Minas Gerais, destinadas as caldeiras das fábricas de ferro.

não cabível de atender as condições básicas dos trabalhadores, as jornadas exaustivas e o não cumprimento com a legislação trabalhista continuam a acontecer. Agora não mais vinculadas às condições degradantes se tratando dos alojamentos precários, a péssima alimentação, a falta de água e outros aparatos do saneamento básico. Porém, uma melhora ofuscada pelo feitiço de alguns avanços, mas, que não conseguiu resolver a essência da exploração<sup>153</sup>.

A Figura 65 representa esse paralelo entre o desmatamento e o trabalho escravo no Oeste da Bahia, reforçando as incógnitas apresentadas. Já que segundo as informações levantadas, desde a segunda metade da década de 2010, quando ocorreu um drástico declínio das carvoarias, houve um aumento expressivo do trabalho escravo (Tabela 116), sobretudo em locais da fronteira agrícola já consolidados do ponto de vista da cadeia produtiva, como as fazendas de grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais. Isso como prova que a prática do trabalho escravo pelas grandes empresas é uma das expressões da necessidade de se reconhecer a ampla diversidade de características das relações de trabalho na sociedade capitalista. Nesse caso, com a admissão que essas empresas podem aumentar seus lucros com explorações que não sejam apenas de maneira institucional, formal, contratual e livre.

As contradições do capital em seus processos de reprodução ampliada possuem formas sociais “ilegais” e manifestações formais institucionalizadas, como a escravidão e o “trabalho assalariado livre”. Em que as *formas coercitivas extremadas da exploração capitalista* (MARTINS, 2014) emergem onde o conjunto de processos da reprodução capitalista não encontram obstáculos para tal feito por condições de alguma organização social que possam impedir tais atos, seja estatais e/ou da sociedade civil organizada. Condição que ocorreu na maior parte do intervalo de tempo de abertura da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. Pois, só a partir de 1995 o Estado brasileiro iniciou a fiscalização referente ao combate ao trabalho escravo no Brasil (de modo bastante deficiente em relação à demanda existente).

A forma incipiente de fiscalização diante da falta de estrutura dos órgãos competentes frente à alta demanda, licenciou esses grandes empreendedores nacionais e/ou estrangeiros, instaurados sobre os antigos latifúndios improdutivos, a praticarem de

---

<sup>153</sup> É preciso reconhecer os avanços no combate ao trabalho escravo no Brasil como um todo, sobretudo com a criação do Grupo Móvel em 1995 e a ascensão das suas práticas a partir de 2003. Porém, são melhorias que não ataca a essência do trabalho escravo do ponto de vista estrutural (SANTOS, 2011). Como disse Frei Xavier Plassat - Libertar 100 escravos, 1000 escravos ou 40.000, como aconteceu desde 1995, não erradica a escravidão. Ela é um sistema que tem raízes profundas e mecanismos eficazes para garantir sua reprodução: ganância, miséria, impunidade, um ciclo onde cada elemento é produtor e gerador dos demais (INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS, 2011).

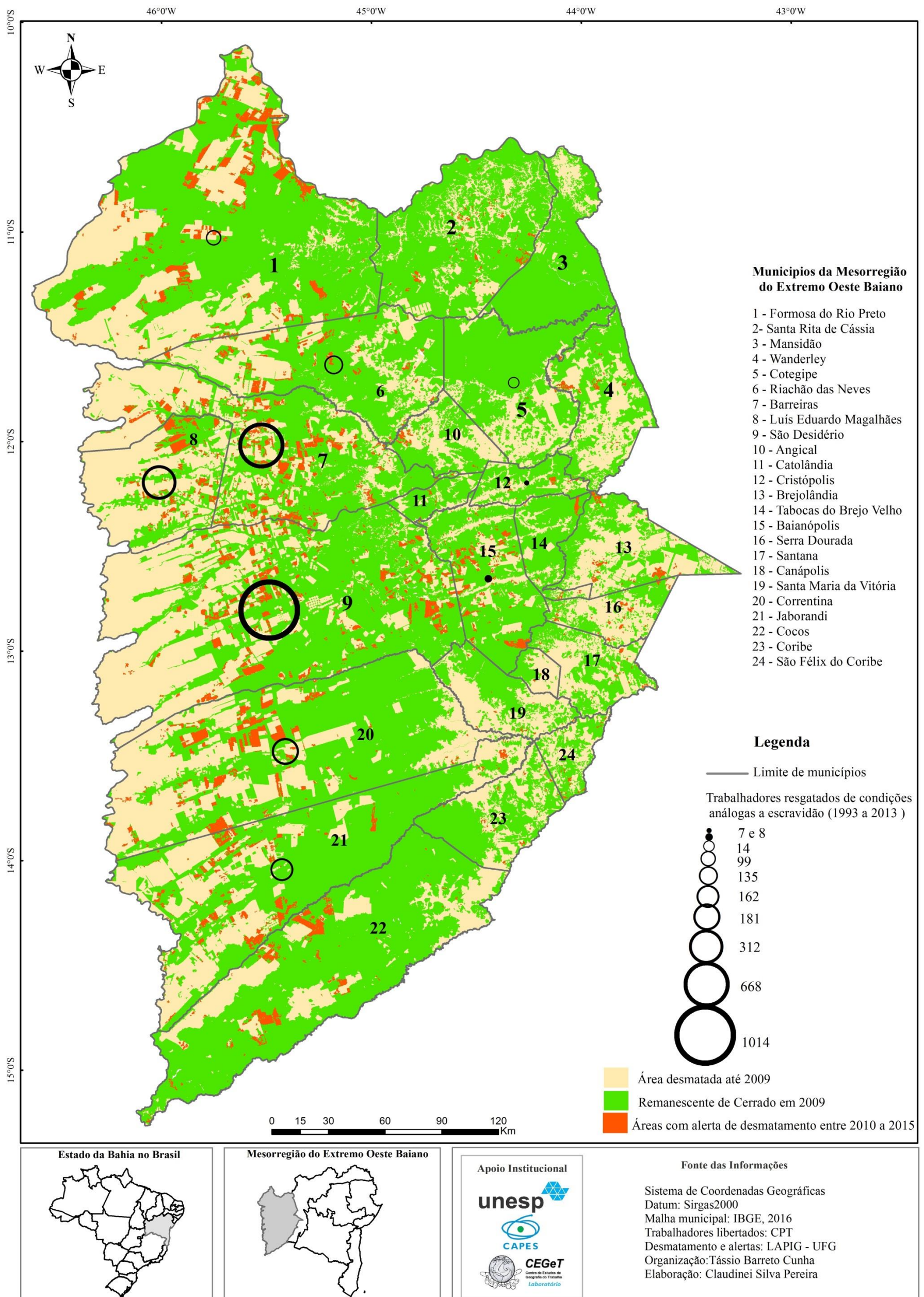


Figura 65 – Avanço do desmatamento e a quantidade de pessoas escravizadas por município no Oeste da Bahia

**Tabela 116 – Registro de Ocorrências de Trabalho Escravo no Oeste da Bahia**

Ano	Município	Nome do Imóvel	Proprietário	Nº Trabalhadores na Denúncia	Nº Trabalhadores Libertados
1993	Barreiras	Fazenda Viqs	Sem Informação	450	450
2003	Barreiras	Faz. Cassol / Sto Antônio	João Antônio Franciosi	46	46
2003	LEM	Faz. Tabuleiro	André Gomes Ribas	259	259
2003	LEM	Faz. Santo Antônio	Sem Informação	5	Sem Informação
2003	São Desidério	Faz. Laranjeiras	Eustáquio da Silveira Vargas	39	39
2003	São Desidério	Faz. Roda Velha	Ernesto Dias Filho	745	745
2005	Baianópolis	Faz. Errejota/Terra Nova/Galiléia	José Tarciso de Souza	8	8
2005	Correntina	Faz. Guará do Meio	João Henrique Meneguel	68	68
2005	Cotegipe	Campo Grande do Rio do Largo I	Cofergusa	3	3
2005	Cotegipe	Campo Grande do Rio do Largo I	New Fruit Agroind. LTDA.	11	11
2005	Formosa do Rio Preto	Faz. Nossa Senhora Aparecida	Jorge e Fábio Lauck	39	39
2005	São Desidério/Baianópolis	Faz. Stª Clara/Progresso/Esperança	Leliano Sérgio Andrade/Claudete	21	21
2007	Barreiras	Fazenda Campo Aberto	Ricardo Ferrigno Teixeira e outros	82	82
2007	Riachão das Neves	Fazenda Olinda	Sem Informação	15	15
2007	São Desidério	Fazenda Bananal	José Alípio Fernandes da Silveira	5	5
2007	São Desidério	Condomínio Agropecuário Ceolin	Regis Francisco Ceolin	65	65
2007	São Desidério	Fazenda Holnik/Holink	Adevir Holink	8	8
2008	Formosa do Rio Preto	Fazenda Ramalho II	Ademar Pinto da Costa	10	10
2008	Riachão das Neves	Carvoaria/Faz. Sertânia	Euvaldo de Souza Pereira e Paulo José Theófilo	38	38
2008	São Desidério	Faz. da Agrícola Xingu LTDA	Agrícola Xingu Ltda	12	12
2008	São Desidério	Fazenda Guarani	Jair Donadel	27	27
2008	São Desidério	Fazenda São Francisco	Lauro Trombini	7	7
2009	Correntina	Fazenda Santa Angélica	Marilane Moresco Denardim	14	14
2009	Formosa do Rio Preto	Fazenda Vitória	Terezinha Lazarim	5	5
2009	Jaborandi	Carvoaria da Rotavi	Rotavi Industrial Ltda	154	154
2009	Jaborandi	Fazenda Santa Vitória	Nestor Hermes	8	8



2009	São Desidério	Fazenda São Carlos VI	Paulo Edgar Closs	14	14
2010	Barreiras	Fazenda MF2	Marcondes Antônio Tavares de Farias	40	40
2010	Luiz Eduardo Magalhães	Fazenda Guarani	Belmiro Catelan/Jair Donadel	44	44
2010	São Desidério	Carvoaria na Fazenda Beija Flor	Alexandre/ Carvobrás Agrícola Ltda	12	Sem Informação
2011	Barreiras	Fazenda Santa Rita 2	Alcindo José Dalcin	21	21
2011	Correntina	Brasilago/Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	José Carlos Arrighi	23	23
2011	Correntina	Alfio Gabriel Thomaselli Filho	José Carlos Arrighi	30	30
2011	Cristópolis	Fazenda Barcelona	José Carlos Arrighi	7	7
2011	Formosa do Rio Preto	Fazenda Terra Nova	Marcão	12	Sem Informação
2011	LEM	Rocha e Silva Madeireira e Construção Ltda	Rocha e Silva Madeireira e Construção Ltda	4	4
2011	Riachão das Neves	Fazenda Garcia	Elton Nunes Garcia	2	2
2011	São Desidério	Fazenda Kobra	Sem Informação	40	0
2012	Formosa do Rio Preto	Fazenda Itambi II e III	Roberto Kumasaka	4	4
2012	Formosa do Rio Preto	Fazenda Recreio	Laércio Tagliari Bortolin	8	8
2012	Formosa do Rio Preto	Fazenda Olho Mágico I	João Carlos Burin	21	21
2012	Riachão das Neves	Fazenda São Francisco	Ademar Antônio Marçal	80	Sem Informação
2012	São Desidério	Fazenda Flor da Esperança	Helmuth Rieger	9	9
2012	São Desidério	Fazenda Novos Tempos I	Nelson Astor Pooter	10	10
2013	Barreiras	Fazenda MS1/Mauricéa Alimentos	Sem Informação	29	33
2013	Correntina	Fazenda Itaiquara	Sem Informação	46	Sem Informação
<b>Total</b>	-	50 registros	-	2600	2409

Fonte: CPT/MTE

modo demasiado o uso de mão-de-obra escrava. Circunstancia que se intensificou no intervalo de tempo analisado, com a variação de crescimento ligada diretamente a intensidade de fomento financeiro do Estado. Em que, a maior injeção de capital no setor agropecuário, se deu de modo paralelo a um maior aliciamento de trabalhadores. Fato ligado a um hall de questões políticas, econômicas e sociais apresentadas aqui, que deslumbraram na exacerbação dessa degradante e insana condição de trabalho.

A Figura 65 e a Tabela 116 deixam expressas essas ideias, quando apresentam a distribuição dos registros do trabalho escravo por município, a temporalidade e os responsáveis. Em um cenário que demonstra o trabalho escravo ligado ao avanço da fronteira agrícola, movida pelo aumento da injeção de capitais no campo, com uma aliança interligada entre as carvoarias e o agronegócio. Concepção expressada pelos tipos de empreendimentos que ocorreram os registros, seus respectivos locais e os anos. Ou seja, são em fazendas do agronegócio e carvoarias<sup>154</sup>, localizadas em municípios produtores de commodities agrícolas e a partir da década de 2000, que a prática do trabalho escravo no Oeste da Bahia vai ser identificada com maior pujança, com 2409 trabalhadores libertados pelas operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM. Número correspondente a 90,9% do trabalho escravo catalogado na Bahia<sup>155</sup> entre 2003 e 2013<sup>156</sup> (CPT – JORNAL CORREIO, 2014).

Essa situação reforça o argumento que a escravidão atual no Oeste da Bahia é um componente do próprio capital e que essa opção é condicionada sumariamente pela luta de classes no âmbito da tríade Estado–Capital–Trabalho, conectada diretamente nas circunstâncias de desenvolvimento do capital e sua reprodução ampliada. Em que as posições históricas - políticas, econômicas e sociais do Estado brasileiro e baiano, alheias a esse processo acumulativo financeiro vigente, são centrais na estruturação dessas ocasiões. Visto que a manutenção de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, a flexibilização trabalhista, a submissão econômica global, a omissão frente à degradação do trabalho e da natureza, a tentativa de “gerir a barbárie social” (MENEGAT, 2006), a opção pela primarização da economia como protagonista na balança comercial etc., são questões chaves para embasarmos a ideia que essas relações de trabalho não capitalistas, não

---

<sup>154</sup> No período entre 2003 e 2013 as atividades realizadas em carvoarias (18%); no cultivo do algodão herbáceo (17%); no preparo do terreno (catadores de raízes) (13%); cultivo do milho milho (13%); cultivo da soja (9%); o desmatamento (5%) e no cultivo do café (5%), foram as que mais apresentaram registros de trabalhadores escravizados (COUTINHO; GERMANI & OLIVEIRA, 2013).

<sup>155</sup> Segundo os órgãos atuantes no combate ao trabalho escravo no Oeste da Bahia, esse número pode ser 4 a 5 vezes maior, por serem diversos os trabalhadores fugitivos, descartados e até mortos durante o período de coação.

<sup>156</sup> Esse período é contabilizado porque é a partir de 2003 que o GEFM começa a atuar no Oeste da Bahia, com registros de trabalho escravo até 2013.

destituídas pelo modo de produção vigente, é essencialmente produto do próprio capital. Pois, como disse Martins (2011), “o capital é capitalista, mas o modo de obtê-lo pelo trabalho escravo não é”.

Essa condição é possível porque o salário “acertado” entre patrão e o trabalhador escravizado, não dar a possibilidade para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos e regulados pela mediação do mercado, enquanto uma condição que determinaria as relações capitalistas de produção. Pois, o salário que entra na contabilidade do capitalista nessa temporalidade de *escravidão temporária*<sup>157</sup>, não é transferido para o trabalhador por conta das *formas coercitivas extremadas*, pensadas para escravizar o trabalhador atualmente. Logo, essa não transferência impossibilita a produção de uma relação capitalista que gere a mais-valia por meio do assalariamento. Em uma condição de inclusão voltada para o trabalho degradante e não para o consumo (MARTINS, 2012; MARTINS, 2014 & MARTINS, 2015).

O trabalho escravo no Oeste da Bahia foi tão usual no período analisado, que floresceu em variados setores no campo e na cidade<sup>158</sup>, que segundo as informações coletadas (processos do MPT, dados MTE referente à origem<sup>159</sup> dos trabalhadores escravizados, arquivos de jornais, reportagens online, entrevistas, cadernos da CPT etc.) a maioria dos grupos libertados são de trabalhadores da própria região e migrantes, com predomínio desses transumantes da própria Bahia. Um cenário de “mão-de-obra farta” diante do consentimento e omissão estatal e das condições de marginalidade social existente no Oeste da Bahia, nas fronteiras estaduais que limitam institucionalmente esse território (Nordeste do Goiás, Sudeste do Tocantins e Sul do Piauí e Maranhão) e no Estado baiano como um todo.

---

<sup>157</sup> É uma das formas mais dramáticas de migração, que está interligada diretamente no processo de degradação dos homens e mulheres vinculados diretamente na reprodução ampliada do capital, que inclui para trabalhar, degradar, precarizar e até morrer, e exclui para um “melhor viver”. Em uma dinâmica desterritorializante, que além de desvincular o trabalhador dos seus laços socioculturais, relações afetivas, profissão etc., o descarta como “poeira ao vento”, “sem lenço e sem documento”, após o término dos serviços e/ou das fugas.

<sup>158</sup> Não foi exposto na Tabela 116 a prática do trabalho escravo por setor econômico no Oeste da Bahia, porque as fontes consultadas (CPT, MTE e ONG Repórter Brasil) não disponibilizaram os dados na íntegra. A CPT não expõe essa informação em sua catalogação e as outras duas fontes retiram esse dado após o nome do acusado ser desligado da “lista suja do trabalho escravo” do MTE. Contudo, pelos nomes dos empreendimentos apresentados na Tabela 116, é possível perceber que os registros do trabalho escravo nessa região predominaram no campo no período exposto, principalmente nas fazendas do agronegócio e nas carvoarias. Contudo, houve um registro no urbano, com a escravização de 4 trabalhadores pela Rocha e Silva Madeireira e Construção Ltda, em 2011 na cidade de LEM.

<sup>159</sup> Os trabalhadores identificados como escravos no Brasil, atualmente recebem 3 meses de seguro desemprego e é cadastrado no programa Bolsa Família. Esses, enquanto os primeiros passos para incentivar a ressocialização do indivíduo e mitigar a possibilidade de ser escravizado novamente, pois possuirá renda mínima e ideia de como funciona o trama da escravidão moderna, do aliciamento a prisão.

A Figura 66 e 67 expõe essa dinâmica do fluxo de trabalhadores escravizados dos seus lugares de origem para o Oeste da Bahia. O que mostra movimentos internos da própria Bahia, na região Oeste e entre os estados fronteiriços. Um movimento paralelo que trabalhadores recrutados em locais isolados se juntam com trabalhadores da própria região e em alguns casos, com outros do mesmo município, em áreas da fronteira já consolidadas, próximas até mesmo das sedes municipais, dado que 80,16% dos trabalhadores escravizados foram resgatados nos municípios de São Desidério (39,52%), Barreiras (27,89%) e LEM (12,73%). Números que reforçam o argumento que enquanto mais a fronteira agrícola se consolidar, maior será os agravos frente ao trabalhador. Pois, a precarização das relações, a degradação do trabalho e a escravização são frutos do mesmo processo, que impulsiona a lógica acumulativa vigente. Claramente comprovado no Oeste da Bahia, quando cruzamos as informações dessas variáveis entre os municípios da região.

Uma emergência de trabalhadores escravizados que “aflorou como maxixe em época de inverno bom”, estruturada pela abundância de mão-de-obra em territórios que a extrema pobreza reinava no início da década passada e pela própria condição subalterna de muitos trabalhadores, que em alguns casos contribuíram para a não rebeldia desses indivíduos, até mesmo pela inconsciência que estavam sendo escravizados.

Uma dinâmica potencializada pela pobreza em seus locais de origem (emergentes principalmente do campo e de pequenas cidades), em condições muitas vezes extremas, com casos que as condições de trabalho chegam a serem similares às vivenciadas quando escravizados. Sendo a parti dessa situação que em alguns casos identificados, trabalhadores resgatados não conseguiram entender esse regime de trabalho enquanto servil, sobretudo aqueles que foram condicionados a jornadas exaustivas e a servidão por dívida. Visto que as altas cargas de trabalho e o princípio da “honra da palavra” eram inerentes ao cotidiano de vida de muitas dessas pessoas, “inconscientes coniventes com a escravidão”. Como disse Martins (2011): “a perversidade está em fazer da vítima cúmplice da perversão”.

As características socioeconômicas dos trabalhadores escravizados segue o perfil dos indivíduos vitimados diretamente na degradação do trabalho no campo do Oeste da Bahia. Em um receptáculo que predomina o sexo masculino adulto<sup>160</sup>, “ora camponês, ora operário”, com perfil familiar patriarcal, descendentes de estados fronteiriços e principalmente da própria Bahia, como apresentam as Figura 66 e 67.

Contudo, ao mesmo tempo em que o trabalhador escravizado possa imaginar que a sua migração temporária em algum momento lhe proporciona um ganho de renda inexistente

---

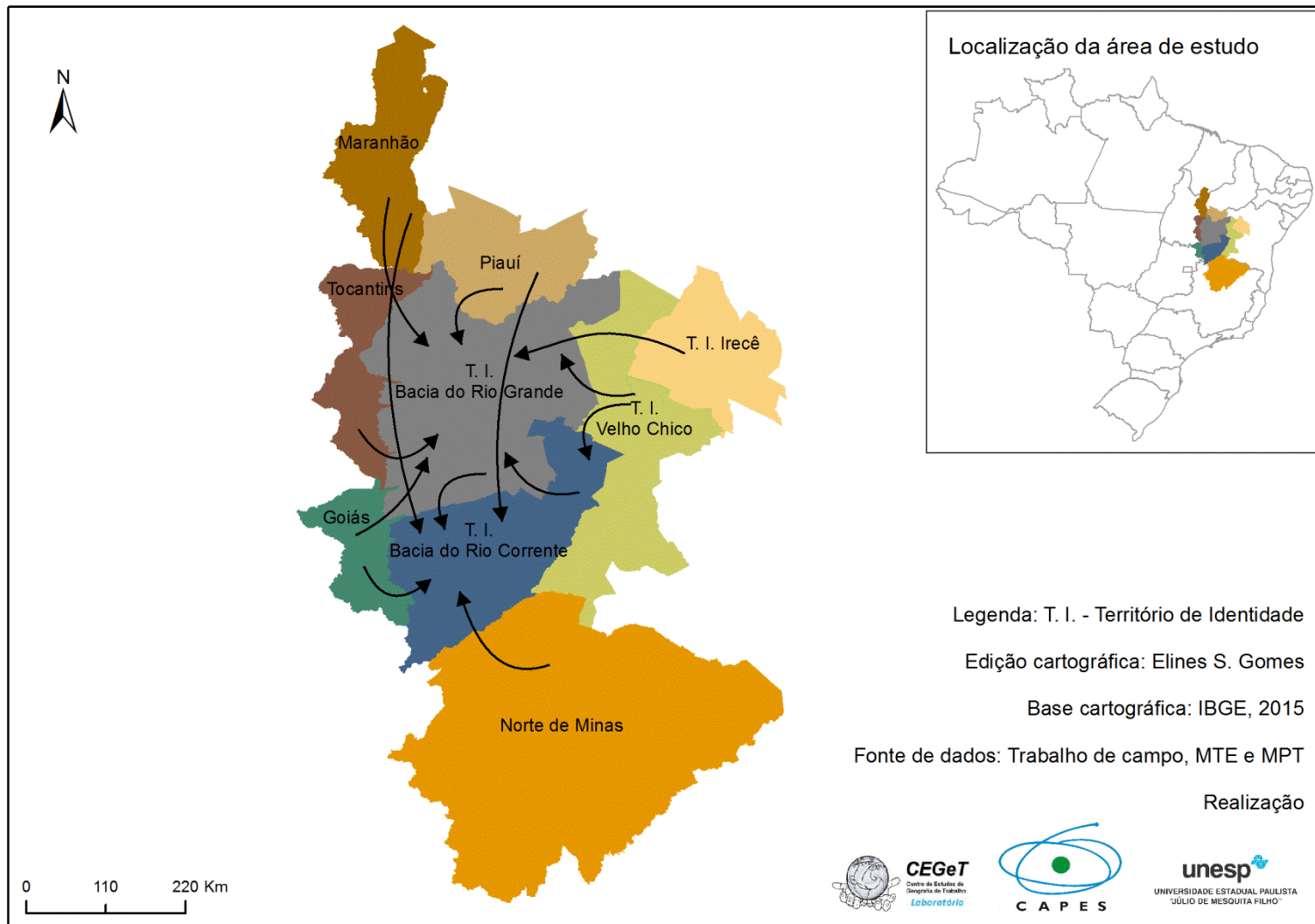
<sup>160</sup> Segundo Coutinho; Germani & Oliveira (2013), os homens correspondem a 96% dos trabalhadores resgatados.



em seu lugar de origem, não reconhecendo o estado servil que tenha vivenciado, a sua consciência em algum momento pode se atinar a realidade e tornar uma possível intervenção para muda-la, já que a consciência possui um real poder no plano do ser (LUCÁKS, 1968). É nesse sentido que o reconhecimento da servidão pelos trabalhadores pode partir do momento que o trabalhador se dar conta da falta de liberdade pelas dívidas, as ameaças, as torturas e mortes como o relato abaixo descreve. Em um devir que a consciência da escravidão pode ser interpretada a partir de uma grande variedade de circunstâncias, tanto da forma que o trabalhador for alvejado, quanto da sua performance em agir.

Nesse cenário de barbárie e descarte de humanos que a escravidão atual se mostra em muitos sentidos, pior que a escravidão adotada até o século XIX. Sobretudo porque o entendimento do trabalhador reificado e escravizado, licencia o seu trato como um mero objeto descartável, que irá servir para aquele que lhe escravizar, apenas durante um curto período. Ou seja, um objeto irrelevante e passageiro do ponto de vista do capital, já que não é visto enquanto capital fixo como na era da escravidão institucionalizada. Situação que de certo modo obrigava o proprietário do escravo ter certos cuidados do ponto de vista material, já que possuía valor. Lógico que não estamos negando a matança, os espancamentos, as prisões, as rebeldias, porque estaríamos se opondo a própria chave do entendimento – a história. Porém, no quesito do cuidado do corpo, visto como matéria e mercadoria, esse é o nosso ponto de vista.

As Figuras 66 e 67 que sobrepostas mostram os fluxos dos trabalhadores escravos para o Oeste da Bahia a partir dos seus lugares de origem na Bahia e nos Estados fronteiriços, corroboram com esse argumento a partir do momento que se conhece a realidade de parte considerável dos locais da origem dos trabalhadores e os territórios nos quais foram escravizados. Em uma trama que “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come”, visto que os estados limítrofes com o Oeste da Bahia e os Territórios de Identidade da Bahia que enviam trabalhadores são espaços que vivenciam condições sociais do ponto de vista trabalhista, de modo bastante similar, da penúria a degradação do trabalho. O que é ratificado pelo relato de um empresário sulista ainda na década de 1990 na cidade de Barreiras, quando fala da migração de pessoas da região de Irecê para o Oeste da Bahia.



**Figura 66** – Fluxo do trabalho escravo no Oeste da Bahia  
**Fonte:** Trabalho de Campo, MPT, MTE e CPT

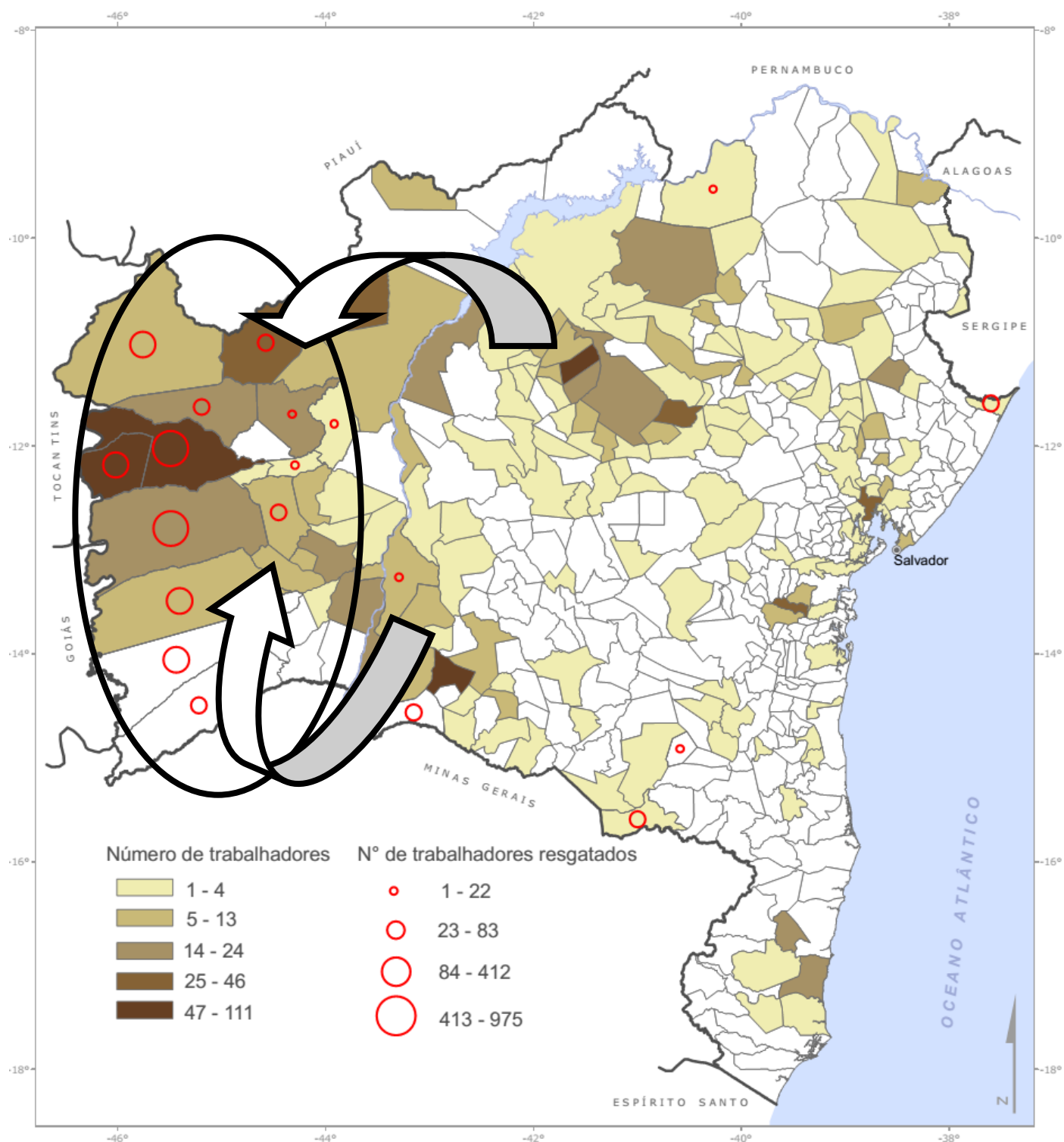


Figura 67 – Origem de Trabalhadores Escravizados e o município de resgate entre 2003 e 2011 na Bahia, segundo o MTE

Fonte: GeografAR - UFBA

“Teve trabalho infantil e trabalho escravo em Baianópolis. Eu ajudei a trazer dois trabalhadores aqui para Barreiras. Eles denunciaram, esses não foram para o grupo móvel. Eles conseguiram sair lá de Baianópolis, vieram aqui para Barreiras e foram na delegacia regional do trabalho e Dr. Edivaldo foi a Baianópolis na fazenda, autuou, mas mesmo assim os trabalhadores ficaram lá. Não me lembro agora o nº de trabalhadores... e

esses dois rapazes ficaram no mercado central de Baianópolis, não quiseram ficar na fazenda temendo a própria vida.”

(Risalva, Barreiras, junho de 2014)

“Muito caminhão pra cá vem de Irecê, aquela região do feijão. Existe aquela famosa malandragem, aquela piada que muitos contam, mas poucos a levam a sério: qual é a melhor forma de você tirar um, carregar um favelado da porta da sua casa? É você prometer uma coisa boa pra ele, botar dentro de um ônibus com passagem só de ida. Ele não volta mais porque não tem dinheiro. É a melhor forma de você tirá-lo da porta da sua casa. Botam caminhões com 50, 60 pessoas em cima e largam aqui e vão embora.”

(Relato extraído de Haesbaert (1995))

A sobreposição das figuras, tabelas e o restante das informações apresentadas nesse capítulo, mostram a dinâmica do aumento da informalidade do trabalho, da degradação dos processos, da precarização das relações, da escravização etc., que se encontram no bojo de um todo impulsionado pela não responsabilidade social e moral dos representantes do capital frente ao trabalhador, com a culpabilidade dirigida para o indivíduo em si. Em uma constância de consequências patológicas, de marginalidade social e de uma miséria moral sem limites por parte do capital, onde a espécie humana é posta na base da hierarquia de importâncias, sobreposta por qualquer variável econômica que possa contribuir com a ascensão da taxa de lucro. Com uma forma de tratamento da maneira “mais tacanha que se possa existir”. “Não é atoa” que a escravização de 35,8 milhões de pessoas no mundo em 2014 é considerada uma epidemia mundial, visto que 155 mil são brasileiros, em maioria baianos, e que no território da Bahia a “boca do caldeirão” se encontra na sua porção Oeste (ONG Walk Free - BBC, 2014). Isso somado ao absurdo que milhares dessas pessoas escravizadas são crianças e estão vinculadas a serviços de grandes multinacionais com quase total anomia.

É nesse contexto territorial da degradação do trabalho no Oeste da Bahia, pensado a partir do conjunto social de referência dos trabalhadores, que se observa toda essa temeridade com a espécie humana, seja nas “entocas” das fazendas isoladas ou nas periferias dos polos de atração. Com uma imposição de valores cultivados pela ânsia burguesa, em um sentido de “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Ou seja, uma lógica de impossível inclusão das massas, com o descarte da maioria, que pela falta de políticas públicas não alcançam a necessária ascensão social. Junto a uma “pobreza que se mescla no lixo dos ricos”, em que os pobres se movem entre os resíduos e rejeitos da abundância, “dos que tudo tem e dos que tudo podem”. Com a inversão de valores de que - “antes trabalhava-se para subir na vida e agora trabalha-se para atenuar o tempo de queda,

em que muitas vezes o próprio trabalho já faz parte do processo de queda” (MARTINS, 2011).

“Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão é o quinhão do povo, mesmo na república burguesa mais democrática.”  
(Vladimir Ilyitch Ulianov - Lênin)

## PARTE III – DEFENDENDO A TESE

*"Da realidade se faz a teoria, que com maestria,  
nos apresenta variados caminhos para interpretá-la"*  
(Tássio Barreto Cunha)

## **CAPÍTULO V - A tríade Terra-Água-Trabalho no Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio - CTA no Oeste da Bahia**

Por isso creio  
Cada noite no dia,  
e quando tenho sede creio na água,  
porque creio no homem.  
Creio que vamos subindo  
o último degrau.  
Dali veremos  
a verdade repartida,  
A simplicidade implantada na terra,  
O pão e o vinho para todos.  
**(Pablo Neruda)**

O caminhar da tríade Terra-Água-Trabalho a partir das contradições que determinam os movimentos sociais, permitiu constatar que essa questão deve ser compreendida por meio da consciência e dos conflitos entre as classes, isso enquanto a “espinha dorsal” que define as transformações no processo produtivo ocorridas no CTA no Oeste da Bahia, com reconhecimento dos rebatimentos diretos no cotidiano da população.

A partir da articulação constante entre a teoria e a empiria, procedeu-se a análise de parcela da realidade presente no Oeste da Bahia como uma reconstrução científica do movimento da sociedade. Logo, é dessa maneira que o CTA é visto pelo modo de produção vigente, ou seja, o modo como historicamente a sociedade se produz e impulsiona a dinâmica geográfica. Assim, preferiu-se apresentar a ideia do CTA junto à tríade Terra-Água-Trabalho de modo reunido e associado no final do processo de pensamento. No nosso entendimento, foi preciso inicialmente retratar e expor os principais condicionantes dessa concepção, para posteriormente apresentá-la de forma mais consistente, considerando-a não como um ponto fixo, mas como algo que se apresenta em um devir constante, em que nossa função é apresentar propostas de interpretação dessas relações sociais sempre reconstituídas por meio do movimento dialético da realidade.

É nesse sentido que a nossa opção teórica-metodológica se centrou na interpretação integrada das questões da Terra-Água-Trabalho e a sua relação com parcela da vida da população no Oeste da Bahia (sobretudo a classe trabalhadora no campo), vistas por meio de um enfoque territorial construído por meio da ação de sujeitos históricos que “contém em si” a interação da sociedade e a natureza em um campo de poder. Neste sentido, a tríade Estado-Capital-Trabalho foi substancial para compreendermos parcela dos movimentos multidimensionais apresentados, em razão desse território ser

consubstanciado por indivíduos integrantes de classes sociais com óticas e práticas diferentes e por se apresentarem no espaço em constantes interações, conflitos e disputas.

Esse viés na perspectiva do CTA é lido a partir de uma interpretação comportamental desses sujeitos (individualidade, subjetividade e alteridade); suas relações (particular, singular e universal); as escalas de suas ações (local, regional, estadual, nacional e global) e suas expansões, fluxos, refluxos, multidimensionamentos, criações e destruições (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Realizadas substancialmente a partir das práticas cotidianas dos indivíduos, analisadas pela posição ideológica e a consciência de classe, sobretudo por entender que os corpos humanos pensam, sentem, percebem, observam, criam, têm necessidades, aspirações e desejos, que a partir das circunstâncias históricas promovidas pela vida, irão alicerçar o seu modo de pensar e agir (Figura 68)<sup>161</sup>.

Essas características permitiram compreender o processo apresentado, em uma condição que o Estado segue como uma das principais “forças motrizes”, sobretudo por agir como um órgão de dominação de classe, em uma ordem institucional que legaliza e consolida essa estrutura de submissão (MARX, 2013) enquanto uma continuidade da sua função “corretiva vital” historicamente constituída para manutenção e fortalecimento dos imperativos materiais de auto expansão do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2015). Uma estrutura estatal proveniente da sociedade, criada desde os seus princípios para manter o modelo social imposto pelas classes dominantes, que usa a força e a política para manter o poder governamental, que necessita conter os antagonismos de classe (LENIN, 1983). Por isso o controle do Estado é sempre da classe mais poderosa, da classe politicamente e economicamente dominante, que trabalha sempre em busca de oprimir e explorar a classe dominada, pois isso foi e sempre será preciso para manter o *status quo* daqueles que reinam no poder (Figura 69).

Dessa forma, a Figura 69 expressa os principais grupos e representações de classe atuantes no campo do Oeste da Bahia, o que apresenta claramente o controle político-econômico de entidades (nacionais e internacionais) ligadas ao capital, atuantes diretamente nos órgãos estatais, por serem instituições basilares na fomentação do seu avanço, destacando-se os bancos e agências de financiamento estatais, objetivadas em financiar a produção e o capital fixo utilizado para a manutenção do circuito produtivo; os órgãos agrícolas e de meio ambiente, responsáveis por flexibilizar a legislação ambiental e estruturar as empresas e os institutos de pesquisa estatais; as câmeras legislativas e as

---

<sup>161</sup> As figuras, a tabela e o gráfico, se encontram no final desse capítulo de acordo com a sequência e numeração citada.



prefeituras municipais, majoritariamente representantes diretos do agronegócio; os tribunais de justiça, que reverberam em muitas atuações o discurso hegemônico; e os grandes grupos representantes do capital, que se organizam em entidades como associações e sindicatos, para assim aglomerar forças e na “maioria dos episódios”, “ditar as regras do jogo” em um pacto de classe entre a burguesia nacional e internacional desse setor.

As entidades que se apresentam em defesa do trabalhador se encontram em número menor, de modo fragmentado e com atuações em escalas muito distantes do arcabouço global financeiro, que está o “outro lado da moeda”. Porém, são luzes acessas que por meio de articulações em diferentes escalas (da local a internacional), seguem “remando contra a maré” e (re)existindo no “coração” do CTA no Oeste da Bahia. São em maioria: posseiros, sem terra, atingidos por barragem, índios (as) migrantes, pardos (as) e negros (as), religiosos (as) progressistas, funcionários públicos, ambientalistas, acadêmicos etc., que mesmo de forma fragmentada e em condições inferiores de disputa, seguem lutando pela terra, para entrar na terra, por melhores condições de trabalho, pela água, pela saúde ambiental etc. Ao mesmo tempo, denunciando “maus feitores” que utilizam esse “campo de força” desigual para degradar a natureza e as relações de trabalho, e dessa maneira prosseguir com suas práticas desenvolvimentistas que “mata, condena, aliena e envenena” (Tabela 118).

Essas circunstâncias são frutos de ações estatais desiguais enquanto “manifestação inconciliável entre as classes” (LENIN, 1983), em um território orquestrado por contradições e litígios. Por meio dos antagonismos vivenciados no CTA do Oeste da Bahia as forças hegemônicas se desenvolvem por meio das desigualdades entre exploradores e explorados e, em outros casos, as impedem de prosseguir ou diminuem o ritmo do seu avanço por meio da união e da rebeldia dos excluídos. É nesse sentido que o CTA é entendido por meio do conflito social, inerente as relações de produção através da disputa envolvendo o trabalho e os recursos naturais, com a terra e água possuindo lugar de destaque; a distribuição como fator que condiciona a proporção de envolvimento dos sujeitos no circuito produtivo por meio principalmente da renda, dos juros, da especulação, da mais-valia e do lucro; a troca, que corresponde ao fornecimento de produtos aptos e necessários para distribuição; e o consumo, com a conversão da mercadoria como objetos de gozo e apropriação individual (Figura 70) (MARX, 2008).

A Tabela 118 apresenta alguns traços dessas conflitualidades, com a apresentação de características que mostram a necessidade dos grandes grupos representantes do capital em controlar a terra, a água e o trabalhador, seja com a legitimação e/ou omissão estatal

e/ou com práticas espoliativas/expropriativas por meio do aparelhamento político-econômico. É um sistema de relações em que os elementos Terra-Água-Trabalho se constituem e se condicionam mutuamente, funcionando por meio de funções recíprocas que atendem uns aos outros. Nesse caso, ou por serem integrantes da totalidade do capital e conseqüentemente serem considerados como mercadorias, ou por possuírem atributos em relações não capitalistas de produção. Circunstância que apresenta o cerne dos conflitos de classe enquanto algo inerente às contradições e desigualdades do capitalismo, nos quais a tríade Terra-Água-Trabalho é crucial para interpretarmos as tramas territoriais, sobretudo por representar elementos intrínsecos aos diferentes intuitos e ações que dão continuidade a vida.

A leitura da luta de classes nos instigou a apresentar a Tabela 118, através do entendimento que o Estado enquanto instituição maior, que busca regulamentar o conjunto de normas incumbidas de organizar a sociedade, é um produto social criado e regimentado pela classe dominante. O que faz “cair por terra” a teoria burguesa da conciliação das classes pelo Estado, especialmente por esse mesmo Estado só existir por causa das contradições e da luta entre as classes. À vista disto, a análise da Figura 69 junto à Tabela 118, revela o domínio dos órgãos estatais responsáveis diretos em atender os ditames do circuito econômico global e assim consentir as prerrogativas necessárias para a expansão do setor produtivo do agronegócio no CTA no Oeste da Bahia.

São o controle das relações de trabalho, as formas de uso da terra e a gestão das águas que estão em jogo nesse conflito de classes, por serem protagonistas em aferir o circuito produtivo estruturado no Oeste da Bahia e alicerçado no mercado mundial. Pois, a produção agrícola ligada ao mercado mundial de *commodities*<sup>162</sup>, o uso da água superficial, subterrânea e de chuva e o controle das relações de trabalho com o intuito maior de extrair a mais-valia e assim disseminar e aumentar as taxas de lucro, são forças motrizes utilizadas para garantir a continuidade desse circuito, juntamente com o enfrentamento das resistências encontradas “nos caminhos da sua expansão”, em uma dinâmica que vale desde regimentos legais que permitem trabalhadores passarem fome e sede com salários de

---

<sup>162</sup> Elas se distinguem dos preços dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, formados para atender o mercado interno, sobretudo por conta do nível de prioridade do Estado brasileiro, que vem priorizando majoritariamente a produção para exportação com poucas prioridades se tratando de políticas públicas para agricultura de pequeno porte. O que no Oeste da Bahia refletiu entre 2000 e 2012 no crescimento de 95% da área plantada das principais *commodities* agrícolas produzidas (soja, algodão e milho) e com a regressão do crescimento de culturas como arroz, feijão e mandioca, que cresceram apenas 5% nesse período, contando que parcela considerável da cultura do arroz e do feijão é produzida também pelo agronegócio.

subsistência<sup>163</sup>, ao uso da força bruta, utilizada para eliminar aqueles que tentam dificultar a “onda avassaladora” do avanço do capital.

Logo, é no centro do conflito que os sentidos da percepção, da observação, da relação e da análise dos fatos aguçam-se e contribuem para o desenvolvimento da consciência de classe se aflorar entre “camponeses e proletários” e contribuir para que os indivíduos envolvidos e organizados nesse processo compreendam parcelas da estrutura de classe que o modelo de sociedade vigente é estruturado. Dessa forma, podendo entender os “nós dos interesses antagônicos”, distinguir sobre o modo em que está sendo explorado e assim, adquirir um dos quesitos mais importantes para se infiltrar na luta - a consciência de classe. Já que para avançar na luta, não é só preciso, mas é necessário adquirir essa convicção, pois, como disse Thompson (2001), “a burguesia, a quem o proletariado deve combater, já é consciente de si mesma”.

É nessa lógica que representantes de entidades ligadas à sociedade civil organizada e a órgãos estatais que atuam em defesa das famílias e dos trabalhadores agem (Figura 69). Com presença direta “no olho do furacão” dos conflitos, seja por terra/água, trabalho escravo/superexploração de trabalhador, morte e acidente de trabalho grave, assassinato/desaparecimento de trabalhador, grilagem<sup>164</sup> etc., que no Oeste da Bahia é marcado sumariamente pelas particularidades de se apresentarem em dois pontos que caminham em um mesmo momento: em áreas que a fronteira agrícola já se encontra consolidada, com destaque para a superexploração do trabalho/trabalho escravo/acidentes de trabalho etc., enquanto expressão que a extração do trabalho não pago, seja em relações capitalistas ou não, é a força-motriz que dá sustentação a esse circuito acumulativo; e em áreas que a fronteira agrícola avança, com destaque para os conflitos por terra/água envolvendo comunidades tradicionais cerradeiras *versus* grileiros, capital nacional/internacional, capital barrageiro, mineração, construção de ferrovia etc. (Tabela 118 e Figura 73<sup>165</sup>).

---

<sup>163</sup> Concorde-se com Mendonça (2015), quando afirma que o termo subsistência expressa aquilo que se encontra abaixo das condições de existência e não como o último limiar da sobrevivência, como é utilizada para caracterizar a produção camponesa por exemplo.

<sup>164</sup> Além das várias denúncias de grilagem realizadas por civis, entidades religiosas, movimentos sociais etc., os processos disponíveis na *internet* referentes a litígios de terras, os próprios dados do INCRA afirmam que nos municípios produtores de *commodities* no Oeste da Bahia, a área registrada como ocupada por imóveis agrícolas é superior a áreas não devolutas declaradas. Ou seja, há terras devolutas ocupadas (INCRA, 2010; SOBRINHO, 2012) (Tabela 117).

<sup>165</sup> A Figura 73 é uma amostragem da simbologia apresentada, que apesar de não corresponder ao todo, representa esquematicamente as variáveis utilizadas por meio de coordenadas geográficas exatas no território analisado, alcançadas por meio das fontes citadas. O que no nosso entendimento, é capaz de expressar o instante de parte da dinâmica territorial analisada.

É com esse significado que a Tabela 118 e a Figura 73 tentam expressar e localizar de modo relacional, os principais condicionantes que dão significado ao significante da luta de classes e a expansão do capital no campo do CTA no Oeste da Bahia, com impactos diretos sobre o cotidiano dos sujeitos, a natureza e a saúde da população, rebatidos principalmente em seres humanos presentes historicamente na base da estratigrafia social, como quilombolas, fundo e fecho de pasto, índios, nordestinos, LGBT's, mulheres, migrantes, pessoas pobres etc. Isto dá sentido à nossa opção em entender esse CTA primordialmente pelo conflito, por compreender que a luta de classes é um processo histórico e a história por si só é a “chave” do entendimento.

Esse cenário “tabulado e desenhado” de forma representativa pela Tabela 118 e a Figura 71 do CTA no Oeste da Bahia, mostra os principais elementos que o capital utiliza para se expandir, tanto em busca de novos territórios, quanto nas reformulações de estratégias em espaços já conquistados. Os locais de novos desmatamentos e os de conflitos por terra/água sinalizam o avanço territorial sobre as comunidades tradicionais, intuídos de aumentar a área plantada para assim garantir novos espaços necessários como reservas legais das fazendas produtoras, realizar a construção de aproveitamentos hidroelétricos e extração mineral, esses, por meio principalmente de grilagem e práticas espoliativas/expropriativas.

A parcela do Oeste da Bahia que possui a cadeia produtiva mais consolidada nos municípios de São Desidério, LEM e Barreiras, Correntina e Riachão das Neves, reposta a precarização das relações de trabalho como “mola-mestra” do circuito produtivo, expressadas pela prática do trabalho escravo, a superexploração do trabalhador, acidentes graves de trabalho, mortes de trabalhadores etc., nas áreas em que se apresentam a maioria do capital fixo implementado, com as agroindústrias, as fazendas produtoras, estradas, armazéns, PCH's etc. Presentes sobre as águas superficiais e subterrâneas em abundância e pluviometria regular e conseqüentemente, as melhores terras para o cultivo das *commodities* agrícolas.

Um complô nítido movido pela necessidade do capital de controlar a Terra-Água-Trabalho para atender suas exigências e se manter em um cenário que o Estado, na defesa do projeto político-econômico burguês global, licencia o uso das melhores terras sobre o terceiro maior aquífero em reservas hídricas em território nacional (o Urucuia), uma rede hídrica superficial em paralelo sobre vales encaixados e uma regularidade pluviométrica que atende as necessidades das culturas implementadas. Em um arcabouço que junto às outorgas d'água e a omissão estatal em fiscalizar e flexibilizar a legislação trabalhista,

permite o prosseguimento desse projeto, bancado sumariamente pela degradação do trabalho e da natureza por meio essencialmente da extração do trabalho não pago. Isto é, um circuito em que o lucro emerge majoritariamente sobre a vida da natureza e da pessoa humana (Figura 70).

Situação que provoca a reação da população vitimada e conseqüentemente a emergência dos conflitos por terra/água, expostos majoritariamente em locais de interesse do capital, ou seja, em áreas com cerrado preservado, com água e terra em abundância, presentes entre as bordas das chapadas e os vales (Figura 73). Em que, mesmo com características pluviométricas, de relevo e de solo diferentes, possuem a capacidade de proporcionar a expansão e a renovação dos novos anseios do capital agrícola na região, vinculados à cultura do eucalipto e o aumento da área irrigada, isso somado a formação de Reservas Legais das fazendas produtoras nas chapadas, como já citado. Um escopo que mostra que a dominação da natureza também provoca a dominação de classe de pessoas sobre pessoas.

Logo, o principal motivo do *boom* desses conflitos se apresentarem nessa parcela do território do Oeste da Bahia, se dá principalmente por essa região possuir o maior número de populações tradicionais. Dessa forma, as denúncias de grilagem de terras, o desmatamento em série, a diminuição das águas com a utilização desenfreada a montante do cerne dos conflitos e a morte de nascentes, a compactação, erosão e lixiviação dos solos, a poluição de rios, a espoliação e expropriação de trabalhadores, a intoxicação de trabalhadores e de animais e plantas, a mobilidade forçada, o trabalho escravo, os acidentes graves e mortes de trabalhadores, o aumento de doenças graves como o câncer, a ausência de uma renda básica necessária para a sobrevivência da população etc., estão impulsionando a rebeldia da população, que conjuntamente com entidades da sociedade civil organizada que acreditam em outro modelo social, conseguem diminuir o avanço dos grandes grupos em suas terras.

São rebeldes que “se aterrorizaram inicialmente entorno de si mesmo” (ZIZEK, 2012), ao perceber, observar, criar nexos e analisar o extermínio de classe que ocorre no Oeste da Bahia, com a eliminação de grupos que historicamente foram excluídos na Bahia, no Brasil e em diversas partes do mundo. Com a concepção que só através da luta serão capazes, de além de entrar na terra e/ou garantir sua fixidez sobre ela, também mitigar toda barbárie social que homens e mulheres expropriados/espoliados do campo, das florestas e das periferias do Oeste da Bahia vêm sofrendo há séculos. Visto que, são as pessoas expulsas dos quilombos, das tribos indígenas, das comunidades de fundo e fecho de pastos,

os migrantes do campo e da cidade etc., os mais susceptíveis a sofrerem homicídios, a adoecer e morrer, ao tráfico de pessoas/armas/drogas/animais, aos subempregos e a informalidade de maneira geral. Pois, esses indivíduos são excluídos da estrutura montada pelo capital, para assim garantir como um dos seus sustentáculos, o “exército industrial de reserva” como disse Marx.

Esses são os grupos de sujeitos que se diferenciam pela posição excludente que ocupam no sistema de produção vigente, pelas relações que estabelecem com esse meio de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, o modo como tentam se apropriar de parte da riqueza social e todas restrições econômicas, sociais, jurídicas, políticas e ideológicas que o modo capitalista de produção os (des)proporcionam, na tentativa de impedi-los da compreensão das principais putrefações que estão vinculados nesse CTA, dentre às quais: 1) a irreformável estrutura do capital e a sua necessidade cada vez maior de degradar a natureza e a pessoa humana para tentar se manter “em pé” e se expandindo; 2) a ascensão explosiva das divisões e exclusões sociais, com barbáries sociais escancaradas; 3) a crise ambiental, já que a sua fase apocalíptica mais profunda é o fim da vida e assim já se deu alguns passos com o maior extermínio e ameaças de extinção de espécies da história do planeta terra, em que o Oeste da Bahia tem larga contribuição, sobretudo com o uso exacerbado de agrotóxicos, fertilizantes químicos e a supressão da vegetação natural em série; e 4) as consequências da “revolução” biogenética, sobretudo com as indicações que está contribuindo veementemente com a proliferação e mutação de espécies parasitárias e microrganismos patológicos, com sérias suspeitas de estarem contribuindo com a proliferação de graves moléstias humanas.

Com palavras mais diretas - quando pobres, negros(as), pardos(as), mulheres, membros de comunidades tradicionais, LGBT's, migrantes, nortistas e nordestinos etc., são os que mais passam fome, sede, adoecem, sofrem homicídios, vivem abaixo da linha da pobreza, vivem em precárias condições de moradia e de saneamento ambiental, tornam-se sem terra e sem teto, possuem empregos moribundos, são escravizados, expulsos de suas propriedades, são os principais sequelados das mudanças climáticas etc., é lucido afirmar que o sistema social vigente é um *apartheid* institucionalizado não declarado. Uma segregação sustentada pelos “blefes e maquiagens mercadológicas”, que para funcionar e assim serem aceitas, é necessário utilizar a imposição para “forçar” a verdade. Em um nítido pacto/interesse de classe, que o ideário burguês dominante com a argumentação da necessidade da “globalização financeira”, se engessa entre aqueles que controlam e/ou

simpatizam com suas repartições do capital. Isto em contraponto à classe trabalhadora<sup>166</sup>, que até o momento não conseguiu gerar uma ação de forte impulso a nível internacional referente aos impactos que a cadeia produtiva do capital vem impondo as famílias pobres de todo o mundo, em particular as do Oeste da Bahia.

É nessa lógica de exploração que no mundo mercadológico o dinheiro é transformado em capital e com a acumulação do capital a produção da mais-valia, da mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias, em que a Terra-Água-Trabalho nesse círculo são cruciais para manutenção dessa estrutura no CTA no Oeste da Bahia (MARX, 2013). Com sua sustentação baseada na exploração da massa pobre, que após ser atingida por todo esse processo, passa a não ter nada para vender se tratando da sua produtividade autônoma, a não ser a sua força de trabalho com a consequência da degradação da natureza e da pessoa humana (Figura 70).

Sobre essas circunstâncias comandadas pela esfera financeira vinculada diretamente aos setores da especulação global, é que se tem o capital financeiro como a forma parasitária mais perniciosa (MÉSZÁROS, 2007). Ligada a um cenário que vincula o Oeste da Bahia em diversos episódios, sendo o mais atual a partir da crise econômica global 2007, como principal fator do avanço do capital no campo desse território. A partir principalmente do aumento dos investimentos estatais na defesa de tirar proveito do crescimento econômico por meio do mercado de *commodities* em alta e a infiltração direta de capitais internacionais em crise, como especuladores, bancos, fundos de pensão, multinacionais do setor etc., centrados em recuperar suas taxas de lucro ampliadas com o aquecido mercado de terras. Isso por conta do quase cessamento do avanço ampliado do capital financeiro nas principais bolsas de valores do mundo e assim, a transferência de parte desses capitais para a mercantilização da natureza (com destaque para a terra e a água no Oeste da Bahia) e o forçamento de uma maior flexibilização e omissão da legislação trabalhista nessas áreas de injeção de capitais (Figura 72) (MITIDIERO JR., 2014).

Esse fato é lucidamente exposto no Oeste da Bahia pela Figura 71 e o Gráfico 69, vinculados com o circuito produtivo do CTA (Figura 70), quando se observa que as

---

<sup>166</sup> De modo aproximado, entende-se a classe trabalhadora a partir “da totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos”, mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além dos camponeses, “o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado “estilo” dos Mac Donalds (...), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas (...), os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural e os próprios trabalhadores escravizados” (ANTUNES, 2009).

variáveis trabalhadas para analisar este processo (des)territorializante se interliga diretamente com a injeção de capitais voltados essencialmente para a produção de *commodities* agrícolas a partir de 2007. Isto é, quando o Gráfico 69 apresenta um crescente avanço do financiamento agrícola, se observa a progressão da produção e ao mesmo momento a evolução de práticas expropriativas/espoliativas. O que permite apontar dentro dessa lógica relacional do CTA, que o avanço do capital no campo do Oeste da Bahia está ligado diretamente a degradação da pessoa humana e da natureza, expressados por etapas na Figura 71, associadas diretamente com o circuito produtivo da Figura 70 e a estrutura de classe da Figura 69, apresentada como produto pela Tabela 118, enquanto um artefato chave que mostra o interior das disputas territoriais (em que a Terra-Água-Trabalho são cruciais) como os principais fios condutores para interpretação desse processo.

Nesse trama, pensado, traçado e praticado pelo grande capital (Figura 71), a questão da terra enquanto propriedade ecoa como protagonista nessas ações, em que a conquista é realizada inicialmente com práticas executadas milenarmente por meio do uso da força bruta, como relata posseiros que sofreram ameaças de um grande grupo no Oeste da Bahia, como mostra esses trechos das entrevistas abaixo.

“Minha avó morreu com cem anos e ela já morava aqui, já nasceu e criou aqui. Aqui é bom, mas tem uns como a estrondo que ta perturbando a gente. Viver aqui é tranquilo... vivemos só da gente mesmo aqui, vivemos do trabalhinho da gente. Mas desde quando eu era criança aqui, eles já incomodavam o pessoal aí. Matando gado, essas coisas. De vez em quando eles passam ai e se achar um barraco de um, feito aí, de palha, eles queimam. É cerca cortada ai do povo. Todo dia passavam armados, era nas portas da gente. Eles querem fazer uma coisa que não é deles. Tomar aqui em baixo, que a gente já nasceu e criou aqui.

(Maria José, Formosa do Rio Preto, sem data – fonte: youtube, julho de 2014)

“Desceu do carro bem aqui na minha porta, bem ali, um desceu com um rifle na mão. E eles queriam entrar aqui. Ai um menino meu falou que não! Que eles não entravam, ai um filho mais velho falou assim: \_ Aqui na minha porta eu não aceito você descer do carro com arma na mão, que nem a polícia aqui nunca fez isso. Agora eles tão até proibindo o pessoal descer aqui, esse pistoleiro que ta lá já ameaçou um cunhado meu... é tanta coisa!

(Marco Antônio, Formosa do Rio Preto, sem data – fonte: youtube, julho de 2014)

Esse é um dos mais antigos exercícios junto com a escravidão que o capital utiliza para dar os seus primeiros passos “rumo” a sua acumulação/expansão, o que Marx (2013) denominou de Acumulação Primitiva, visto que constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. Um processo objetivado em separar o trabalhador



e o seus meios de produção por meio do despojamento violento dos seus instrumentos de vivência em seus lugares de origem, em que forçadamente são lançados no mercado de trabalho como proletários pertencentes a uma pseudoliberalidade. Logicamente, isso junto ao controle e o aval estatal, em que segundo Marx (2013) “é a própria lei que se torna o veículo do roubo das terras do povo”, no sentido de “quem cria o sistema necessita de regimentos para sua manutenção”. É nessa estrutura que o Circuito Produtivo no CTA (Figura 70) utiliza alguns instrumentos chaves para a continuação do seu ciclo, consumados literalmente em preservar o controle da Terra-Água-Trabalho como elementos protagonistas da produção focada essencialmente em manter a taxa de lucro ampliada.

É no domínio dessa tríade que o capitalista necessita da desvinculação do trabalhador desses instrumentos de produção, sustentado por meio de mecanismos que criam condições para apropriá-los. Uma circunstância em que o lucro está ligado diretamente à terra, a água e o trabalho capitalizados através da renda, do trabalho assalariado e escravo, do controle do tempo externo ao trabalho, da especulação lançada com a renda fundiária e os juros etc. Em um complô com os veículos de informação para assegurar o controle da comunicação, a imposição dos modelos de gestão, o domínio da técnica, e práticas exercidas com o aval e/ou a omissão estatal, como a espoliação e expropriação de povos tradicionais e a grilagem e privatização de terras e águas (Figura 70).

Essas são ferramentas utilizadas essencialmente a partir da injeção de capitais (seja do SNCR ou privados) que possuem como objetivo a geração de lucros, mas que para isso necessitam de trabalhadores assalariados e escravizados para gerar a mais-valia, e assim, transferi-la para a compra, locação e concessão de terras/águas e mecanismos para se produzir, e dessa forma, com o aumento dos preços, angariar valor por meio da especulação e consumo da produção, que junto com os juros adquiridos nesse mesmo circuito pelos proprietários do capital financeiro, irão gerar novos lucros e conseqüentemente mais capital (Figura 70).

Esse é um circuito produtivo planejado e condicionado pelos ditames do capital (Figura 71) com forte concentração de renda, de terra/água e conseqüentemente de poder, em um pacto de classe entre a burguesia nacional e internacional que atua nesse setor, através das redes agroindustriais, a propriedade fundiária e o SNCR, com uma forte desigualdade social e apropriação de recursos naturais e controle estatal (DELGADO, 2012). Uma relação de classe que destinou R\$ 2,6 bilhões na safra 2012/2013 em pouco mais de 5 mil contratos nos oito municípios mais produtores do Oeste da Bahia, valor equivalente a 56,5% do total arrecadado pelo estado da Bahia e 30,2% do total da região

Nordeste, com um aumento de 2098% da oferta de crédito entre 2000 e 2012, alcançando a média de R\$ 16 mil o preço de 1 HA na região produtora. Ou seja, uma injeção de capital por meio principalmente do Estado brasileiro que estimulou diretamente o ciclo produtivo e a corrida de investidores nacionais e internacionais e o fortalecimento dos grandes grupos já instalados nesse território (FREDERICO & BÜHLER, 2015).

Nesse arrolamento financeiro de aumentar a taxa de lucros através do gozo territorial com o alavancamento produtivo, quanto mais longa for a necessidade de aplicar o capital fixo para adquirir o aumento da produção, maiores serão as necessidades de financiamento para se adquirir um retorno lucrativo positivo (tempo de produção + tempo de circulação). Esse é um dos sentidos da fusão de diferentes capitais agrícolas nacionais e internacionais com as indústrias, os bancos, os varejistas, os fundos de pensão etc., conjugados à oferta de créditos do Estado com juros baixos (cerca de 6,8% a.a nas últimas safras) e isenção de impostos, que no Oeste da Bahia é representado principalmente por empresas agrícolas, petroquímicas, automobilísticas, construção civil e de logística, imobiliárias, condomínios rurais, cooperativas, fundos de investimentos financeiros (Figura 72 e Tabela 118) e Estados Nacionais (Japão, China, Países Árabes e Coreia do Sul). Todos infiltrados no circuito financeiro na corrida por lucros entre esses capitais cruzados a partir da produção, exportação/venda e do mercado de terras/águas (DELGADO, 2012; FREDERICO & BÜHLER, 2015).

Esse é o jogo do circuito produtivo do CTA, impulsionado essencialmente pela aplicação de mais-valia nesses territórios que propiciam uma taxa de lucro mais elevada como o Oeste da Bahia, isso a partir de uma função básica do mercado financeiro, que é a transferência de capitais com interesse de mobilizá-los, dar mobilidade (fluidez) e assim (re)transforma-lo continuamente em ativos financeiros, nesse caso, a terra em particular e a água como um elemento intrínseco a ela. Essa foi a principal manobra que os capitais em crise realizaram ao classificar as terras do Oeste da Bahia enquanto um território propício de alavancar suas decadentes taxas de lucro, por possuir seu setor produtivo incluído em uma das “bolhas” que o capital total possuía na década de 2000 - a exportação de *commodities* (Figura 72) (MENEGAT, 2006).

É dessa forma que o Estado brasileiro possuidor da primarização da economia como pauta principal das suas exportações a partir dos anos 2000 e a parceria com países importadores de *commodities* como a China, injeta bilhões na produção do Oeste da Bahia, elevando o preço da terra, incentivando o investimento de capitais, reforçando o oligopólio de grupos atuantes e assim, através da (re)configuração das terras desse território em ativo

financeiro, impulsionando o SNCR e o capital financeiro em geral em investir nesse espaço, dando continuidade ao ciclo. Porém, mesmo sendo uma estrutura sob a égide da máquina fiscal, financeira e fundiária do Estado, apresenta reais vulnerabilidades se tratando da sua permanência, sobretudo por estar posto como uma das últimas bases de sustentação para a expansão continuada do capital mundial que já se apresenta em decadência, principalmente após a diminuição da demanda chinesa (principal comprador) a partir de 2012. Com uma estrutura formada de maneira concentrada, com a dissipação escassa de capitais, poucos produtos e grupos produtores/exportadores. O que diminui suas chances de variar os investimentos diante das oscilações de preço do mercado mundial e possui como uma das suas pujanças um largo avanço sobre territórios (que “mais cedo ou mais tarde” terá seu fim), com a degradação massiva da população, da natureza e conseqüentemente uma extrema desigualdade social (MENEGAT, 2006).

Contudo, mesmo se tratando desse motim de questões no CTA do Oeste da Bahia condicionado pela dinâmica financeira global, que possui como foco maior a ampliação da taxa de lucros, é importante apontar que esse circuito não se apresenta somente com moldes propriamente capitalistas, mas também por relações não capitalistas primados em formas de acumulação primitiva. Visto que, é necessário entender que essas práticas não capitalistas como o trabalho escravo, a grilagem, o uso da força bruta demais práticas expropriativas/espoliativas não capitalistas, são sustentáculos para a conversão em instrumentos da produção capitalista, como o crédito, o dinheiro, a especulação, os juros etc., e principalmente a mais-valia, direcionada tanto para o consumo do capitalista que a adquire, quanto para a capitalização no mesmo e/ou em outros fins do circuito econômico. Adquirida no interior do processo de reprodução, seja através de relações capitalistas ou não (LUXEMBURGO, 1984; ANGELIS, 2012; GALAFASSI, 2012; SEONE, 2012; HARVEY, 2013; MARTINS, 2014; MOREIRA, 2015).

Esse processo foi constatado no Oeste da Bahia, com a extração da mais-valia além do limite posto pelas regras capitalistas institucionais, de modo que o capital pode extrai-la além do limite determinado e dessa forma ter uma taxa de lucro acima do que seria a taxa de lucro real. Isso porque a composição orgânica do capital de parte das empresas do agronegócio no Oeste da Bahia é inferior do que deveria ser na sua composição ideal por realizar práticas que ampliam a reprodução do capital por meio de mecanismos de acumulação primitiva. Por isso a degradação da força de trabalho, considerado o mais importante e débil, é um dos fatores protagonistas para assegurar a taxa de lucro de forma elevada (MARTINS, 2014). Em um modo que os capitalistas analisam a mais-valia e a taxa

de lucro por meio das categorias econômicas de custo, rendimento e produtividade (MOREIRA, 2011).

Logo, a AIBA (2015) anunciou que em média o custo com a força de trabalho (salário + manutenção do trabalhador na fazenda [alimentação + alojamento + EPIs] + encargos sociais) equivale a aproximadamente a 7%<sup>167</sup> do Valor Bruto da Produção – VBP, o que na safra 2013/2014 teve um custo real de R\$ 465.150.000,00. Ou seja, essa força de trabalho garantiu uma mais-valia de R\$ 6.179.850.000,00 direcionada para diferentes fins. Em uma estrutura oligopolizada, que diante da baixa participação do capital variável e um capital constante em grande parte já implementado, garante um baixo custo produtivo, uma alta produtividade, um maior rendimento e conseqüentemente, a manutenção da taxa de lucro elevada. Posto que permite ao oligopólio de produtores e comerciantes de *commodities* agrícolas do Oeste da Bahia, interligadas a todo aparato de crédito, tributos, leis e política do Estado brasileiro, possuir condições de ampla concorrência no mercado internacional.

Uma estrutura sustentada majoritariamente pelo controle do tempo do trabalho e do tempo livre do trabalhador, em conjunto com todo um planejamento expropriativo/espoliativo e alienante, que dificulta a classe trabalhadora se aglutinar e a desenvolver consciência de si mesma, se tratando da classe a qual faz parte. “Não é atoa” que controlar atitudes comportamentais dos trabalhadores é foco protagonista de grandes grupos burgueses, com a utilização de valores-fetiches e expectativas e utopias de mercado que são propagandeados com intuito de serem guardados no inconsciente e no pré-consciente dos trabalhadores, isto é, transmitidos para serem praticados como modelo reinante e verdadeiro, sobre uma concepção ideológica que as relações sociais de produção concebidas, permitam garantir uma ordem dessas relações. As quais, além de alimentar a aparência das superestruturas com esse “terreno ideológico”, busca ocultar as relações de poder e implementar a “fábrica do medo” com a instalação da barbárie e a formação de indivíduos reduzidos a sua mera particularidade, que negue agir de modo radical e coletivo (ALVES, 1999; IASI, 2013).

Assim, pelo conhecimento profundo do comportamento do ser humano que o capital detém, responsável direto por alicerçar fetiches, alienações, posições ideológicas construindo “pseudocapitalistas sem capitais”, é visto que a classe trabalhadora organizada deve se deter sobre essa verdadeira “indústria de controle” e ter esse entendimento como protagonista nas suas estratégias de organização e ação. Um enfoque em que a educação básica juntamente com a conscientização política, seja o “carro-chefe” das instituições

---

<sup>167</sup> Essa média foi realizada para a safra 2012/2013, contudo, como não houve nenhum grande evento que pudesse distorcê-la, acreditamos ser um aparato cabível para analisar a safra do ano posterior.

populares que almejam outro modelo de sociedade, culturalmente heterogêneo e economicamente mais justo e igual.

Ou seja, a construção e aplicação de um modelo de educação popular de base local interdisciplinar, multidimensional e transescalar, que faça o ser humano refletir sobre toda essa simbologia que o “aliena e o envenena” com as marcas, as músicas, o militarismo, a religião, os alimentos, os entorpecentes legais ou não, o próprio “*modus operandi*” educacional vigente, a saúde de infância, o esporte meritocrático, a excludente distribuição de riqueza em forma de dinheiro e propriedades e tantos outros, que sustentados pelo bojo de regras e ações do “jogo burguês”, institucionalizadas ou não, dificulta, distorce e captura os maiores poderes populares – “o pensamento e a palavra”. Em uma “brincadeira que faz mocinho virar bandido e bandido virar mocinho”.

A simbologia da luxúria, do status e da riqueza enquanto características inerentes ao modo de vida burguês, é peça crucial nesse proselitismo consumista, em que a transmissão constante do *marketing* e da propaganda, durante ou fora do tempo de trabalho, é protagonista para o controle comportamental dos trabalhadores, que precisam distorcer seus pensamentos genéricos a partir da infância e da adolescência, para assim servir ao ditames do capital (in)conscientemente. As entidades representativas do agronegócio atuando nas escolas do Oeste da Bahia e as músicas que glorificam esse setor econômico, expressam bem essa reflexão e a atuação de grupos de classes “pró capital”, que atuam com foco no controle das massas utilizando a simbologia desse setor de produção, também como garantidor do desenvolvimento do consumo e como modelo hegemônico exemplar para a equidade social.

### **Por aqui estacionamos**

O CTA no Oeste da Bahia apresenta ideias opostas a essa simbologia de discursos, *marketing*, propaganda, imagens, marcas etc., sobretudo pelas “provas e convicções” expostas. Por isso, é “remando contra maré” do propagandeio hegemônico que focamos nossas análises por meio das práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos nessa temática da tríade Terra-Água-Trabalho e o CTA no Oeste da Bahia. Com foco inicial no crivo dos conflitos, nos indivíduos atuantes, nas *(Re)Existências*, nos principais agentes pró e contra o capital e nas formas de apropriação do trabalho e da natureza, com foco em articular diferentes partes do mesmo fenômeno.

A necessidade de entender o território pelo conflito, se dá pelo motivo de ser essa a ocasião que se expressa os diferentes interesses em disputa. O que mostra, ao mesmo

tempo, os rebatimentos de políticas globais camufladas pelos interesses econômicos dos grandes capitais na vida dos sujeitos que promovem a realização do território e as suas reações frente a esse “rolo compressor” que por essência não respeita qualquer direito humano e/ou da natureza, sobretudo quando estes estão no roteiro dos seus interesses. Por isso a necessidade da degradação em massa sobre terras, águas, ares, solos, flora, fauna e povos de maneira geral, em tempos que a débil balança comercial brasileira ainda se sustenta majoritariamente com a exportação de produtos primários, sustentada ao mesmo tempo pelos ditames econômicos e a barbárie sionatural construída (sobretudo entre aqueles(as) que estão sendo atingidos diretamente com incêndios, desmatamentos, agrotóxicos, grilagem, pistolagem, morte e diminuição de rios, construção de barragens, acidente e morte no trabalho, trabalho escravo, terceirizações etc.), em um verdadeiro cenário de terror. Como explícito no trecho abaixo.

“[...] tem comunidade que é ameaçada pelos perímetros irrigados, pela mineração, pelas barragens e pelo agronegócio lá encima. Então, se ela na beira do rio, ela não tem mais como ficar. Porque ela ta sendo ameaçada pela barragem, lá encima ela não tem como soltar o gado por que o agronegócio ta grilando, o lugar onde era o sítio, ela não pode mais ficar porque os perímetros irrigados estão ameaçando e encima da serra não vai por que a mineração já ta chegando. E não tem lugar, o povo está sem lugar. Essa é a realidade! Tem muita comunidade nossa que está sendo ameaçada por todos grandes projetos que estão chegando na região, mais a chegada da ferrovia FIOL.”

(Rosária, Correntina, Julho de 2014)

É nesse motim que apontamos o CTA enquanto algo alicerçado essencialmente pelo domínio da Terra-Água-Trabalho, em que a terra enquanto propriedade é palco de disputas, na qual o grande capital busca o seu controle de forma integral, seja em sua parte subterrânea ou superficial. Pois, dessa forma é possível captar o acúmulo de capitais produzindo, especulando e até mesmo realizando essas duas práticas ao mesmo tempo. Já que além das plantações lucrativas das *commodities* agrícolas transferirem valor a terra, encontram-se sobre valiosas reservas de materiais derivados de substâncias fósseis, minerais e de água, que vistas como mercadoria, promovem essa dupla agremiação na superfície e no subsolo.

A água se apresenta enquanto um sustentáculo protagonista, sobretudo por ser um recurso natural que além de fomentar diretamente a agregação de valor dos produtos em todas as fases do ciclo econômico, por ser um dos poucos elementos naturais universais que participa de todo circuito da produção, o que na lógica financeira faz aglutinar valor a terra por essa dupla contribuição no processo acumulativo do CTA; e o trabalho, como

força-motriz dessa dinâmica, em que além da precarização das relações e a degradação das condições, regimentadas pela flexibilização trabalhista, omissão e conluio estatal com o capital, baixos salários, terceirizações, informalidade, trabalho escravo, intoxicações, acidentes de trabalho etc., responsável protagonista em bancar a estrutura financeira, é consubstanciado a um arcabouço de controle global, em que a captura da subjetividade e a ocupação do tempo livre enquanto fomento de uma composição que também impulsiona a extração do trabalho não pago, são partes desse todo integrado que tem como foco o aumento das taxas de lucro pelo capital e a luta pela sobrevivência por parte da classe trabalhadora.

Essa é a análise do CTA promulgada a partir de processos produtores de valores, sustentados pela luta de classes, que a partir da intermediação do dinheiro, transfere a produção dos valores-de-uso para o mais-valor, em uma dinâmica territorial que os anseios não possuem a sobrevivência pelo trabalho e a apropriação da natureza como foco maior, mas sim, a conquista do mais-valor em um “teatro” que vale de tudo para isso, desde “um processo econômico puro” com a combinação entre o capitalista e o trabalhador assalariado, ou até mesmo métodos espoliativos/expropriativos a partir da força bruta, da opressão, da fraude, do fetiche, da alienação etc., com fortes rebatimentos na saúde da população, que podem ocorrer de variadas maneiras, das quais algumas mostramos nesse trabalho. Assim, o objetivo maior é acumular capital e criar mecanismos para a sua expansão, na qual é sustentada por meio da criação de ativos emergidos por meio desses métodos e assim, (re)valorizados dando continuidade ao ciclo.

Portanto, chegamos até aqui convencidos que esse movimento chamado de CTA no Oeste da Bahia é resultado da lógica perversa do sistema de produção, em um modo de acumulação/expansão, sustentado majoritariamente pela superexploração da pessoa humana e dos recursos naturais (a terra e a água em particular) com práticas capitalistas e não capitalistas, bem como com o avanço territorial, alicerçadas com penalizações opressivas no desequilíbrio dos ecossistemas e na saúde da população como um todo integrado. Em um processo que o Estado nacional é o principal incentivador, aliciado e dominado por uma singular dependência ao circuito econômico global.

“O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de se propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe como a sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição.” (ROSA LUXEMBURGO)





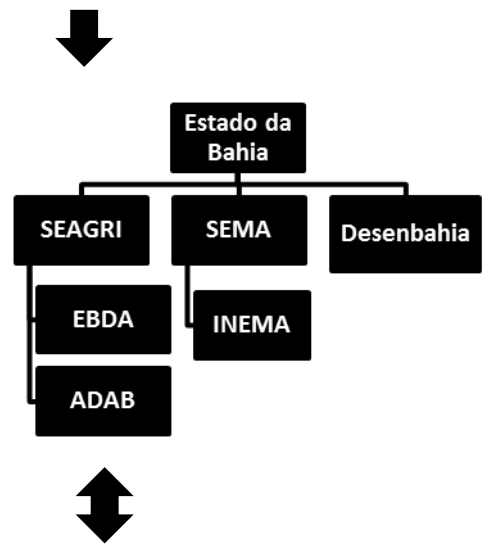
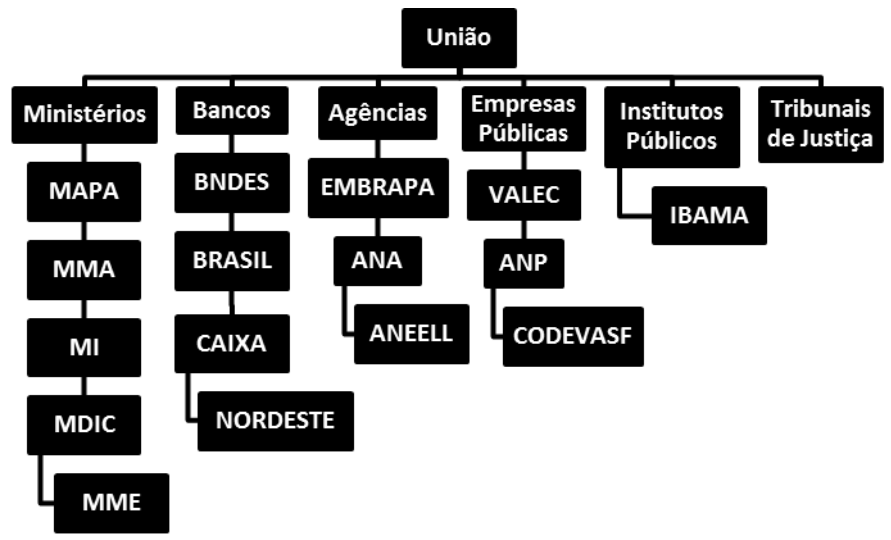
**Figura 68** – Bases conceituais para interpretar as ações dos sujeitos no CTA do Oeste da Bahia

Tabela 117 – Terras Devolutas no Oeste da Bahia em 2010

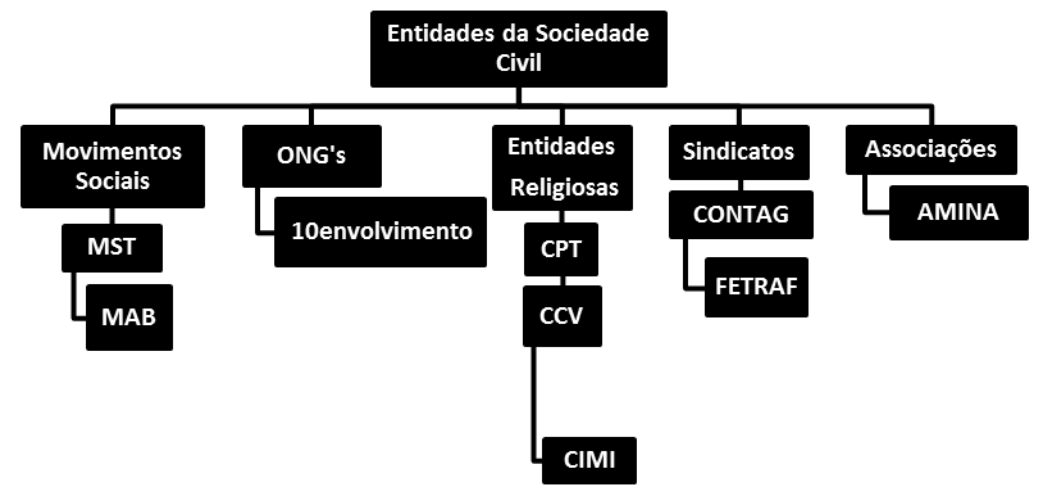
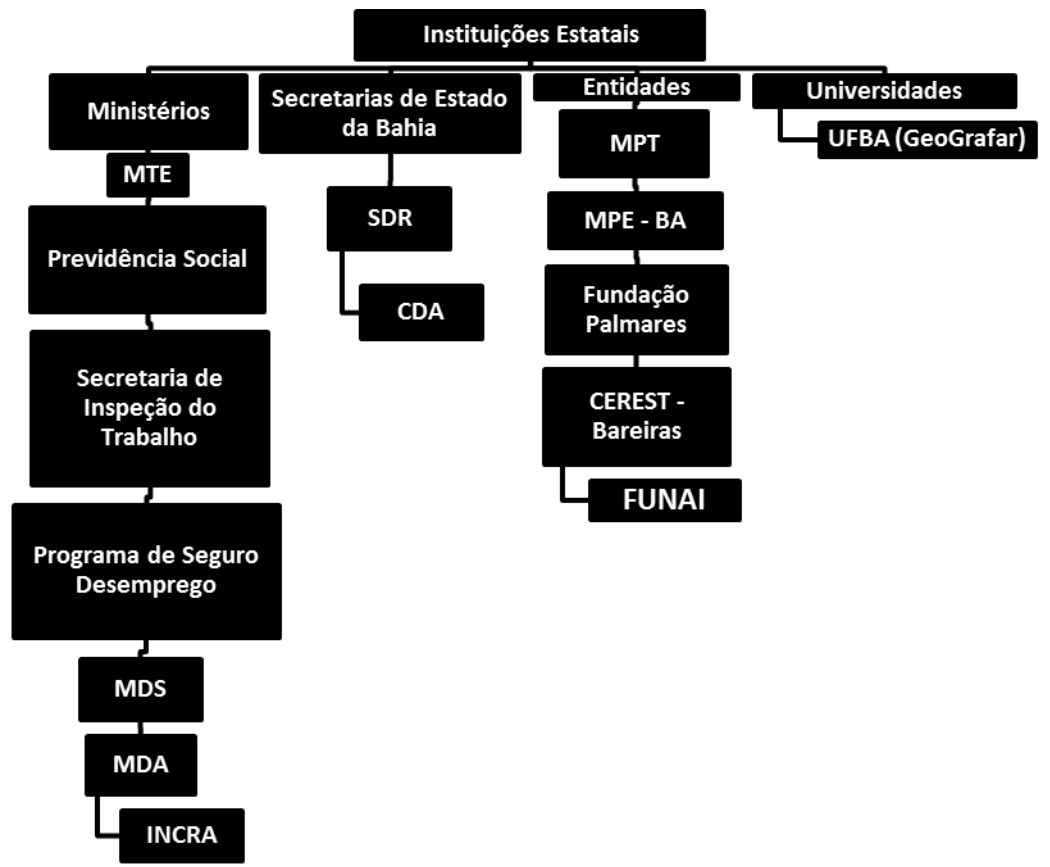
Município	Área das Terras Devolutas (HA)	Área Ocupada (HA)
Barreiras	441.425	478.033
LEM	23.204	82.747
Formosa do Rio Preto	712.453	2.017.789
Santa Rita de Cássia	274.278	279.785
São Desidério	243.138	1.514.245
Correntina	356.554	1.001.546
Jaborandi	601.634	665.478
Cocos	206.917	1.435.587

Fonte: INCRA, org. por Sobrinho (2012)

**INSTITUIÇÕES ESTATAIS ENQUANTO AGENTES DE ACUMULAÇÃO/EXPANSÃO DO CAPITAL**



**INSTITUIÇÕES ESTATAIS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA ENQUANTO AGENTES EM DEFESA DO TRABALHADOR**



**INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ENQUANTO AGENTES EM DEFESA DO CAPITAL NO OESTE DA BAHIA**

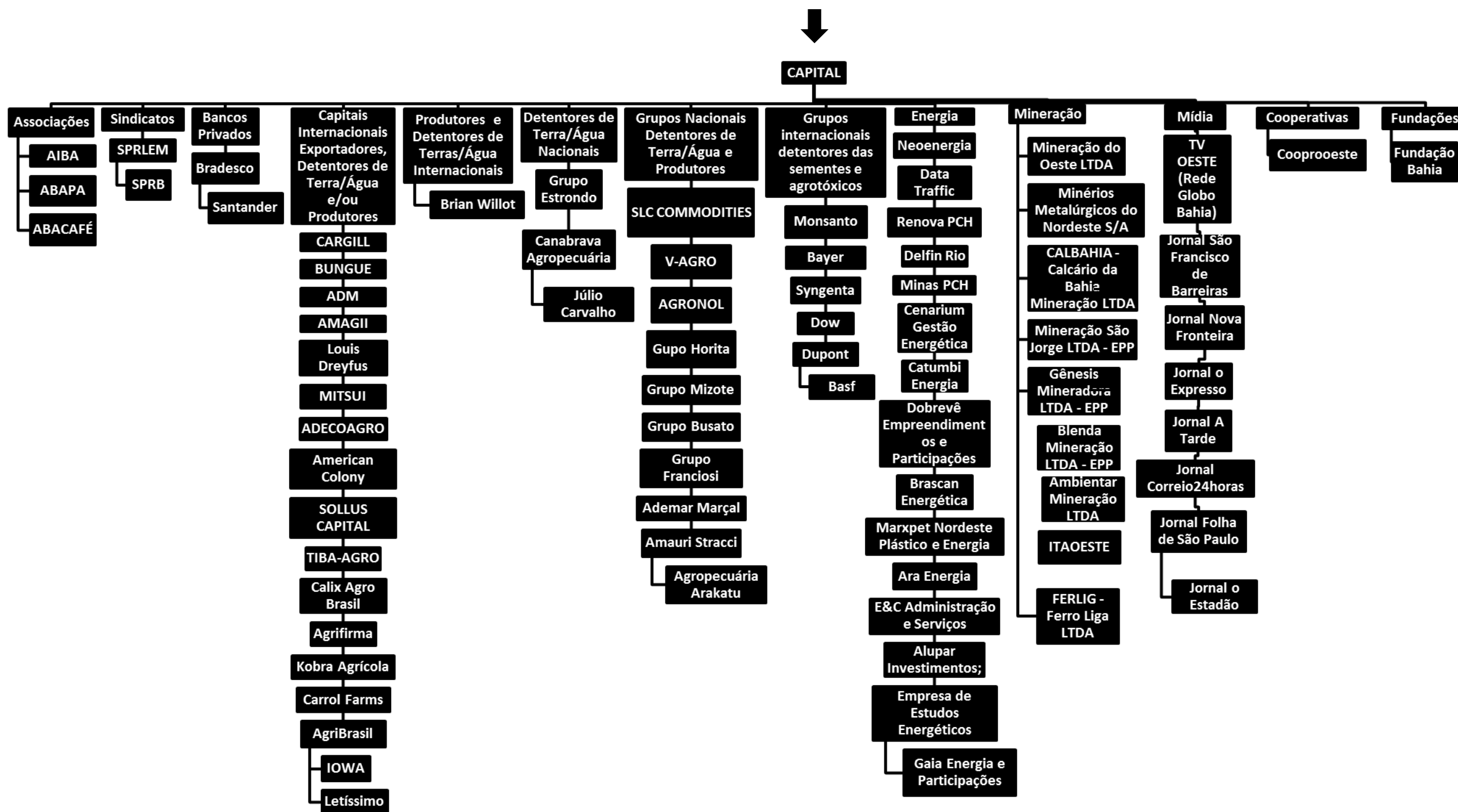


Figura 69 – Principais grupos de classe atuantes no campo do Oeste da Bahia

**Tabela 118** – Principais grupos atuantes no campo do Oeste da Bahia, por práticas espoliativas/expropriativas, formas de controle da Terra-Água-Trabalho, características político-econômicas e município de atuação

<b>EMPREENHIMENTO/EMPREENDEDOR</b>	<b>ENVOLVIMENTO COM ATOS ESPOLIATIVOS/EXPROPRIATIVOS</b>	<b>CARACTERÍSTICA DA PROPRIEDADE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Condomínio Estrando	Conflito por Terra/Água; Grilagem; Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; presença de rios;	Formosa do Rio Preto
Fazenda Canabrava	Grilagem; Conflito por Terra/Água; Assassinato/Desaparecimento de Trabalhador	Relevo Plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; presença de rios; outorgado para abastecimento humano com uso de água subterrânea	Formosa do Rio Preto
ADECOAGRO	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; presença de rios; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial com fins de irrigação	Barreiras e LEM
Calyx Agro Brasil	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins industriais e de abastecimento humano	Jaborandi e Correntina
SLC Agrícola	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial e subterrânea com fins de irrigação e de abastecimento humano	Jaborandi, Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto
BrasilAgro	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia;	Jaborandi, Correntina e Baianópolis
Agrifirma	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial e subterrânea com fins de irrigação e de abastecimento humano	LEM e Correntina

XinguAgri	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins de irrigação	São Desidério
Kobra Agrícola Group	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins industriais e de irrigação	São Desidério
Agronol	Conflito por Terra/Água; Superexploração de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios; com PCH e outorgado para uso da água superficial com fins de irrigação	LEM
Grupo Horita	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água superficial com fins de irrigação	São Desidério, Correntina, LEM e Formosa do Rio Preto
Fazenda Iowa LDTA.	Superexploração de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso da água subterrânea com fins de abastecimento humano	LEM
Fazendas Busato	X	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizadas sobre o Aquífero Urucuia (com exceção da fazenda Busato II); exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Serra do Ramalho, Jaborandi e São Desidério
Fazendas Irmãos Franciosi	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água subterrânea e superficial com fins de irrigação, abastecimento humano e industrial	LEM e Cocos
Fazendas Mizote	Conflito por Terra/Água; Acidente Grave de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas, presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação e industrial	São Desidério e Formosa do Rio Preto

Ademar Antônio Marçal	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água subterrânea com fins de abastecimento humano	São Desidério
Fazenda Ana Terra et. al.	x	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia e exportador de commodities agrícolas	São Desidério e LEM
GRUPO ARAKATU	x	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso da água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Barreiras e LEM
João Carlos Jacobsen Rodrigues	x	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o Aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Barreiras
Fazenda Santa Colomba	Conflito por Terra/Água	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água subterrânea e superficial com fins de irrigação	Cocos
Fazenda Tabuleiro	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	LEM
Fazenda Laranjeiras	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda Roda Velha	Trabalho Escravo; Assassinato/Desaparecimento de trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda Nossa Senhora Aparecida	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; presença de rios e outorgado para uso de água superficial e subterrânea com fins de irrigação, dessedentação animal e abastecimento humano	Formosa do Rio Preto

Fazenda Agrícola Xingu LTDA	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água superficial e subterrânea com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda São Francisco	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas e outorgado para uso de água subterrânea com fins de irrigação	Riachão das Neves
Fazenda Flor da Esperança	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios; com PCH e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Fazenda Novos Tempos I	Trabalho Escravo	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia; exportador de commodities agrícolas; presença de rios e outorgado para uso de água superficial com fins de irrigação	São Desidério
Esa Agrícola LDTA/Produção Florestal	Superexploração de Trabalhador	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia e outorgado para uso de água subterrânea com fins de abastecimento humano	Formosa do Rio Preto
Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda	Conflito por Terra/Água	Relevo plano; média pluviométrica acima dos 1200 mm; localizada sobre o aquífero Urucuia e outorgado para uso de água subterrânea com fins de abastecimento humano e irrigação	Correntina

**Fonte:** Trabalho de Campo, CPT, CCV, MTE, Diário Oficial dos Municípios da Bahia, INEMA, MDIC, BNDES, ANA, CDA, CEREST-BA, GeoGrafar - UFBA, Google Earth, Flight Market, Aneel, INCRA, Revista Cafeicultura, Jornal Estadão, SECOM – TO, Vision Brazil Investments, Agrolink, Revista Exame, Revista Dinheiro Rural, Jornal Valor Econômico, Jornal Brasil de Fato, Diário Comercial da Indústria, Rede Cerrado, Publicações Find The Company, Revista A.net, 9º Congresso Brasileiro do Algodão, Capital News, RB Portal, Revista A Granja, Jornal Nova Fronteira, Jornal A Tarde, Jornal Correio, Revista Globo Rural, Portal KLFF, Arakatu, Busato, Carroll Farms Brasil Ltda, Iowa, Horita, Kobra Agrícola Group, XinguAgri, Agrifirma, MITSUI, SLC Agrícola, SOLLUS CAPITAL, BRASIL-AGRO, ADECOAGRO

**O CIRCUITO PRODUTIVO DO CTA NO OESTE DA BAHIA E OS REBATIMENTOS SOBRE A NATUREZA, O TRABALHO E A SAÚDE DA POPULAÇÃO**

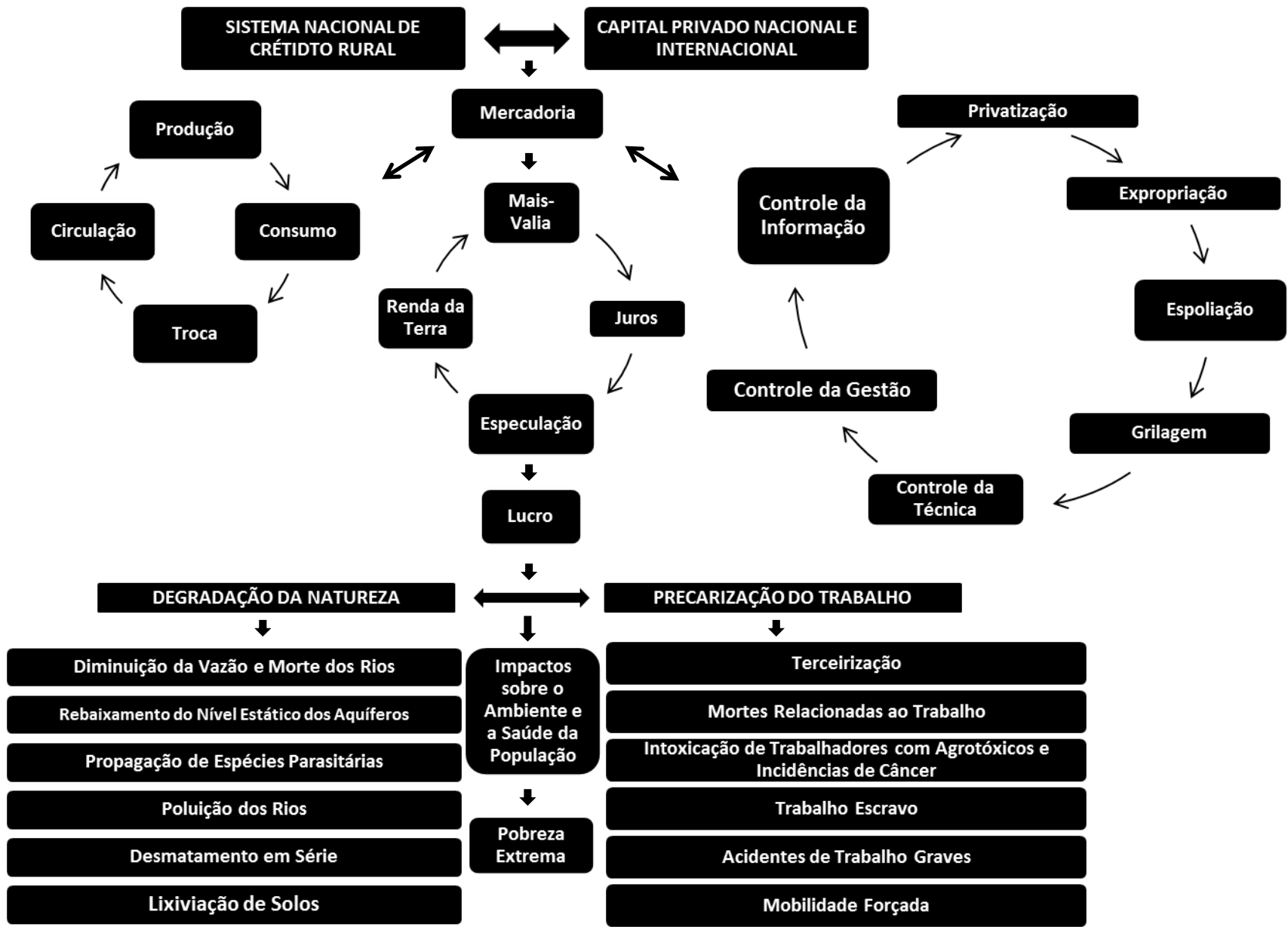


Figura 70 – O Circuito Produtivo o CTA no Oeste da Bahia e os Rebatimentos sobre a Natureza, o Trabalho e A Saúde da População



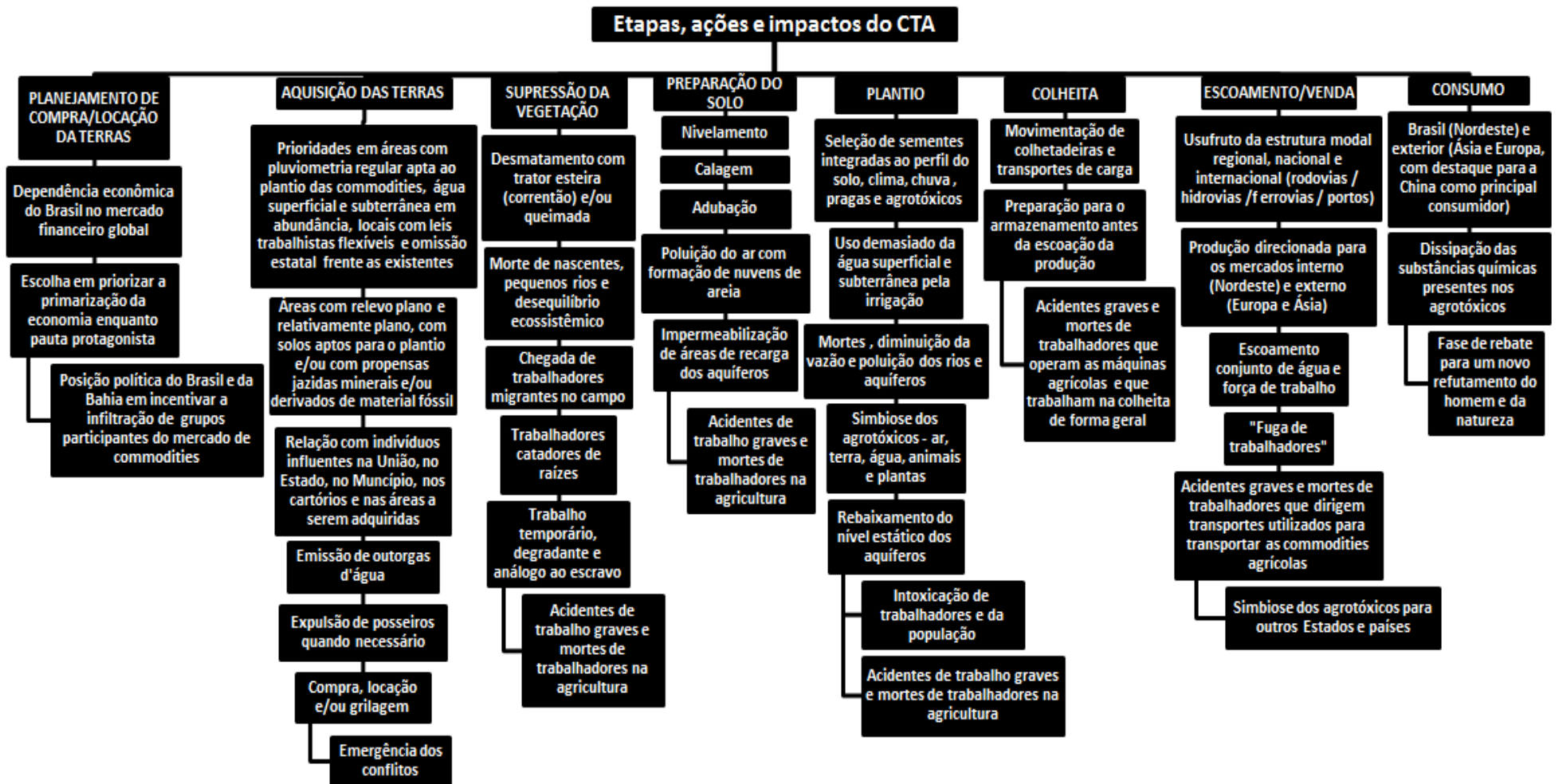
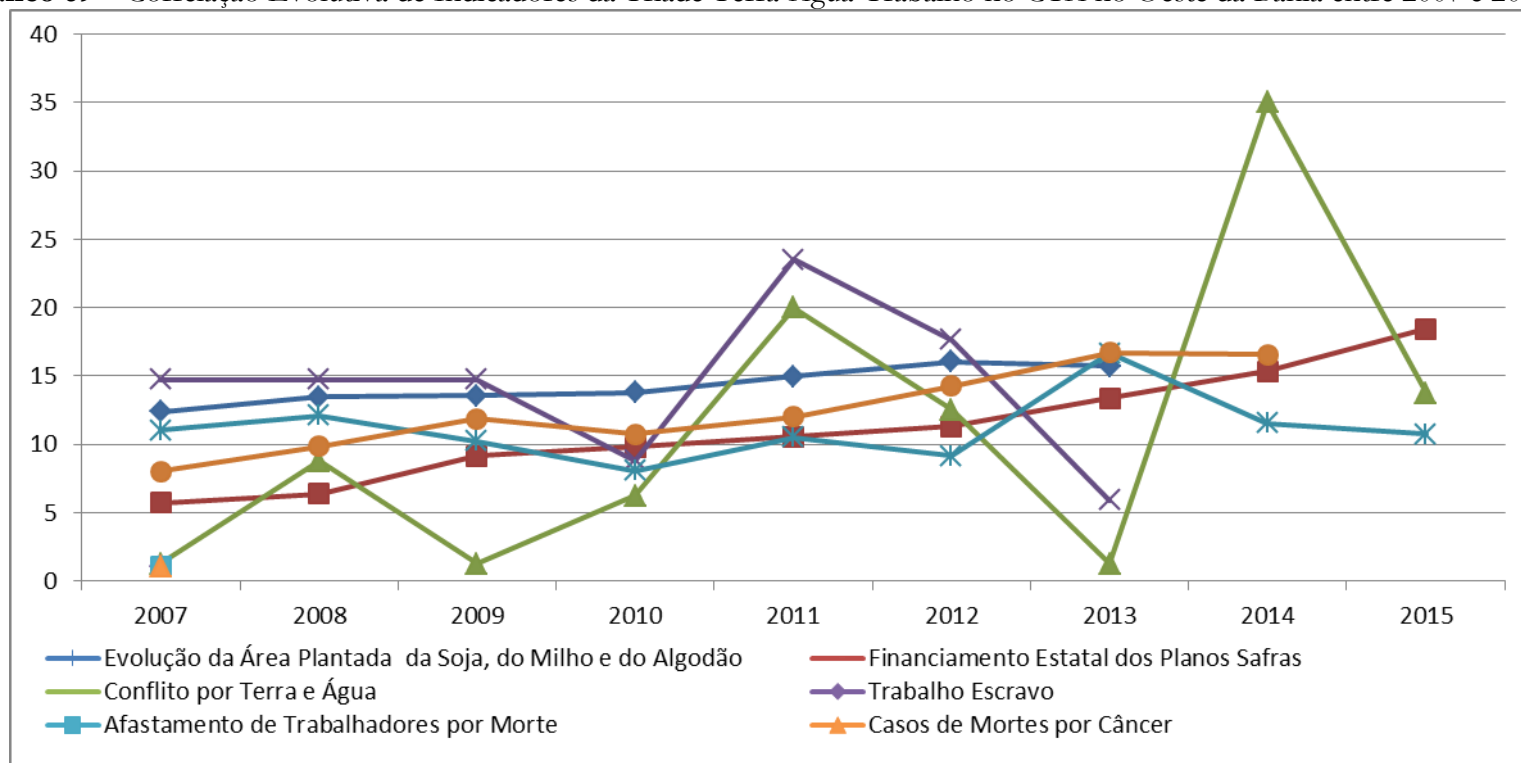
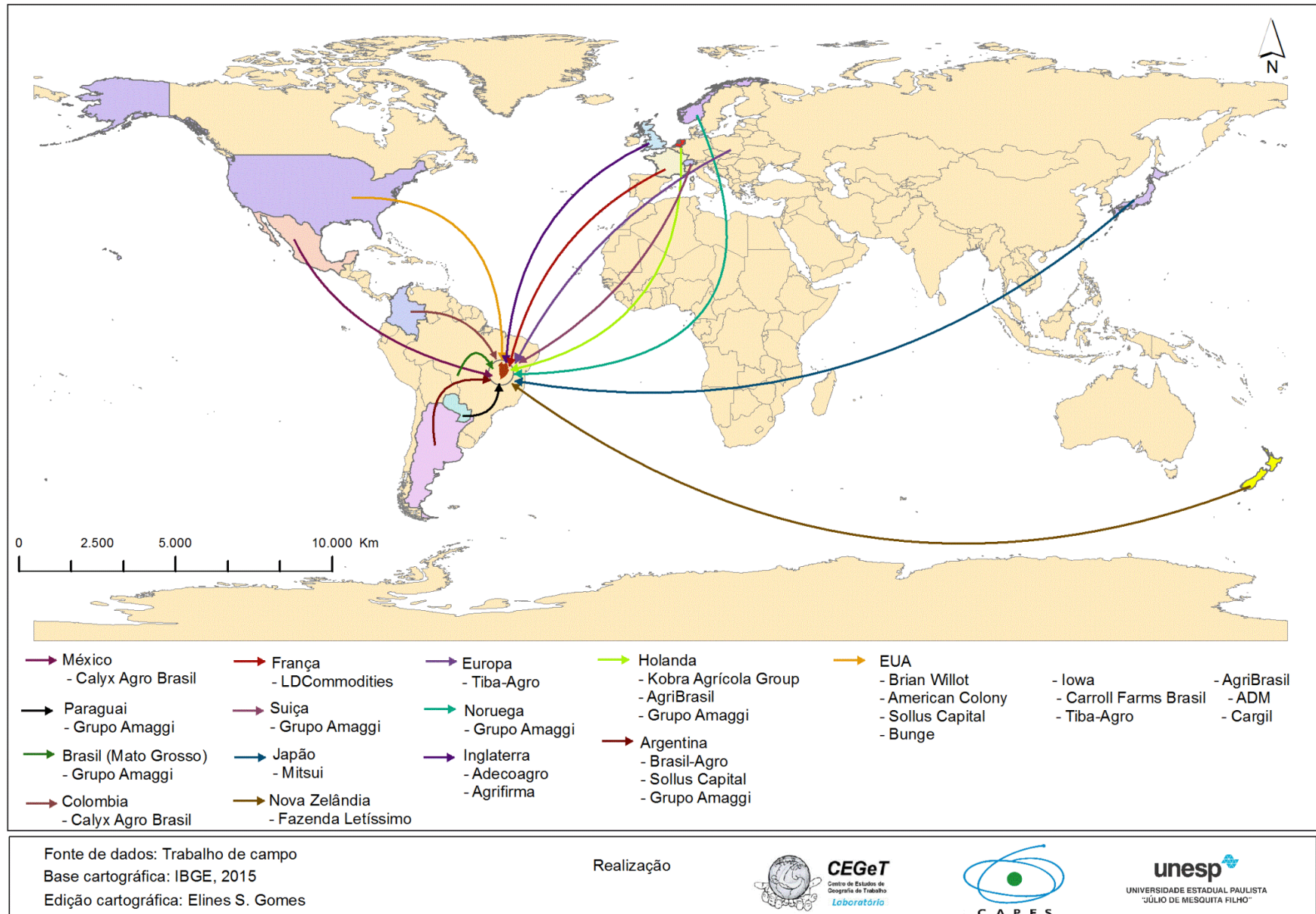


Figura 71 – Etapas, ações e impactos do capital no CTA no Oeste da Bahia

**Gráfico 69** – Correlação Evolutiva de Indicadores da Tríade Terra-Água-Trabalho no CTA no Oeste da Bahia entre 2007 e 2015(%)



Fonte – Trabalho de Campo, MTE, CPT, IBGE, MAPA



**Figura 72** – Capitais internacionais presentes no Oeste da Bahia por grupo e por país de atuação



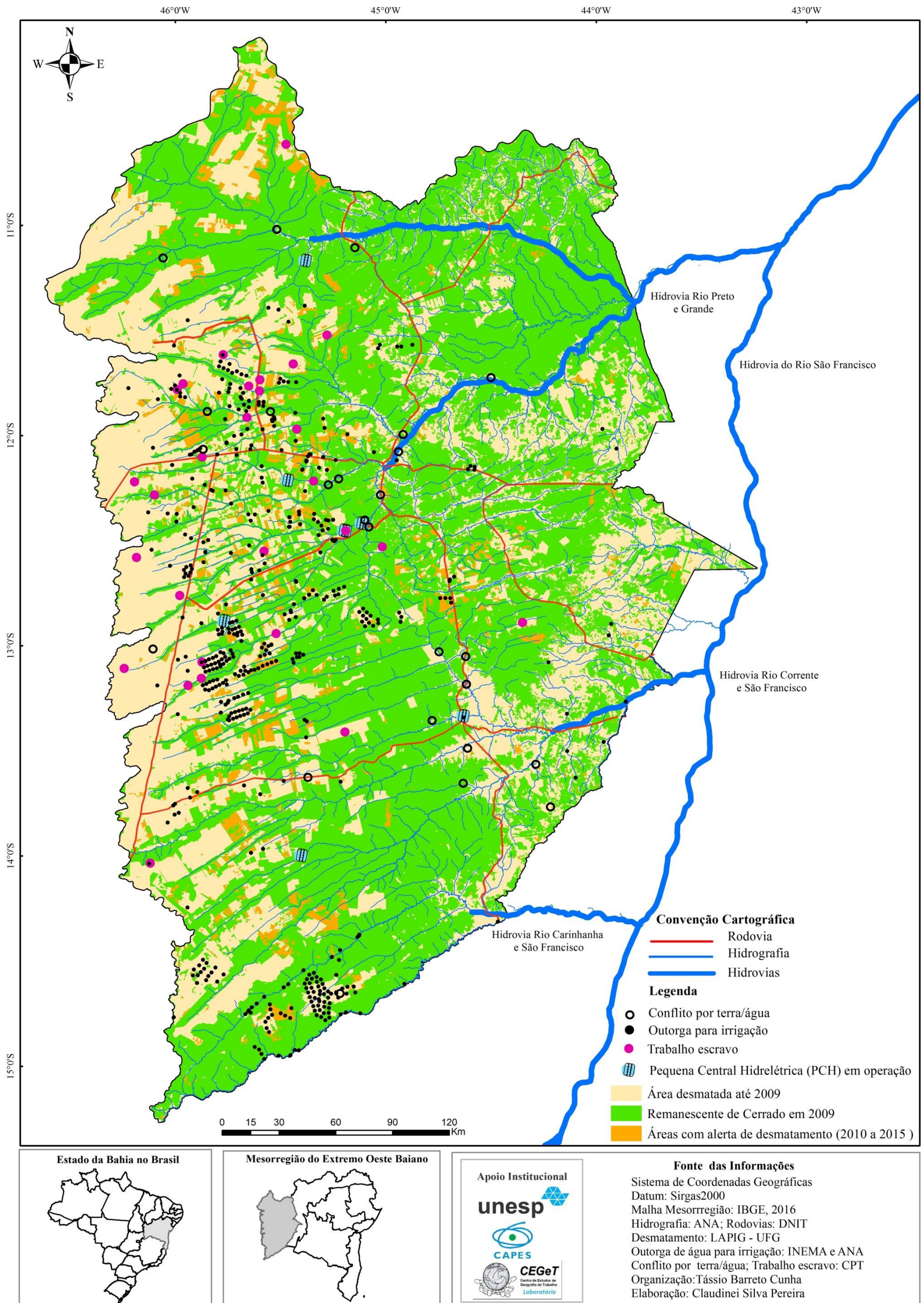


Figura 73 – Representação de condicionantes protagonistas no CTA no Oeste da Bahia



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri & BEZERRA, Gustavo das Neves. *Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: Considerações sobre o Controle das Demandas Sociais*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

AGÊNCIA 10 ENVOLVIMENTO. *Semana da água 2014: água e energia*. Setor de Meio Ambiente. Barreiras – BA. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. *Lista dos outorgados da água (2001-2015)*. Brasília – DF. 2015.

\_\_\_\_\_. *Levantamento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil - 2014: relatório síntese*. Agência Nacional de Águas. -- Brasília: ANA, 2016.

\_\_\_\_\_. *Sistema Aquífero Urucua: resultados dos estudos hidrogeológicos*. Barreiras – BA. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Relatório de acompanhamento de estudos e projetos de usinas hidrelétricas*. Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos. Situação em 2015.

AGROLINK. *Cotação Média da Soja, Milho e Algodão na Bahia*. Acesso Online - <http://www.agrolink.com.br/>. 2015.

\_\_\_\_\_. *AIG Investments investe US\$ 65 milhões na Calyx Agro*. Acesso em - [www.agrolink.com.br/noticias/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=68837](http://www.agrolink.com.br/noticias/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=68837). Maio, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

ALVES, Giovanni. *Trabalho Flexível, Vida Reduzida e Precarização do Homem-que-trabalha: Perspectivas do Capitalismo Global no Século XXI*. In. Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. Org's. André Luis Vizzaccaro Amaral, Daniel Pestana Mota e Giovanni Alves. LTr. São Paulo – SP. 2011.

\_\_\_\_\_. *Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana*. In. Dimensões da Precarização do Trabalho. Bauru – SP, Canal editora. 2013.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Trabalho precarizado na agricultura moderna na região Centro-Norte do Brasil*. XV Encontro de Geógrafos da América-Latina – EGAL. Havana, Cuba. 2015.

ALVES, Vicente Eudes Lemos & ROLIM, Lilian Nogueira. *As migrações populacionais internas na década de 2000 a partir do censo demográfico de 2010: o caso da região de cerrados do centro-norte do Brasil*. In. Modernização e regionalização nos cerrados

do Centro-Norte do Brasil. Org. Vicente Eudes Lemos Alves. 1ª edição. Rio de Janeiro – RJ. Consequência Editora. 2015.

ANGELIS, Massimo de. *Marx y la acumulación primitiva: el carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas*. Traducción de Claudia Composto. Theomai, n° 26, segundo semestre de 2012.

ANTUNES, Ricardo. *A classe que vive do trabalho*. In. Os sentidos do trabalho: ensaios para a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição, 10ª reimpressão. São Paulo – SP. Boitempo. 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O Sistema de Metabolismo Social do Capital e Seu Sistema de Mediações*. In. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo-SP, Boitempo. 1999.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal*. In. La Ciudadanía Negada. Políticas de Exclusión em la Educación y el Trabajo. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires – Argentina. 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA – AIBA. *Representação da Média Pluviométrica no Oeste da Bahia*. 2015.

\_\_\_\_\_. *Panorama socioeconômico do agronegócio no Oeste da Bahia*. Núcleo de economia, Estatísticas e Projetos. Barreiras – BA. 2015.

\_\_\_\_\_. *Anuário da Região Oeste da Bahia Safra 2013/2014: 10 Anos de Bahia Farm Show*. Barreiras – BA, 2014.

BAHIA. Decreto Estadual n° 14.530. *Altera o Decreto n° 14.024, de 06 de junho de 2011, e o Decreto n° 9.091, de 04 de maio de 2004, para regulamentar a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia - ZEE/BA e dá outras providências*. Salvador – BA. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei N° 11.612. *Dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, e dá outras providências*. Salvador – BA. 2009.

BARATA, Rita Barradas. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal a saúde*. Rio de Janeiro – RJ. Editora Fiocruz. 2009.

BBC BRASIL. *Brasil tem 155 mil pessoas em situação de escravidão, diz ONG*. 17 de novembro de 2014.

BECKER, Howard Saul. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo – SP, HUCITEC. 1993.

BENTO, Fredi dos Santos. *Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (sp), no início do século XXI*. Trabalho de conclusão (bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente – SP. 2015.

BERLINGUER, Giovanni. *Globalização e Saúde Global*. Estudos Avançados, Vol. 13. 1999.

BIBLIA Online. *Livro de Efésios, capítulo 6; versículo 12*. <https://www.bibliaonline.com.br>. Acesso em 20 de julho de 2015.

BLOG BARREIRAS NOTÍCIAS. *Correntina no Oeste da Bahia parou em defesa aos rios da região*. Barreiras – BA. 09 de novembro de 2015.

BLOG Camaçari Fatos e Fotos. *“Bahia possui 52 municípios na rota do tráfico de pessoas”*. Camaçari – BA, 11 de dezembro de 2013.

BOCÃO NEWS. *Eufórico, Leão chama Produtores do Oeste Baiano de Traidores*. Salvador – BA, 31 de Outubro de 2014.

BRANDÃO, Carlos. *Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

BRASIL, Presidência da República. *Mapa da violência 2014. Mortes matadas por arma de fogo*. Brasília – DF, Ministério da Justiça. 2015.

\_\_\_\_\_. *Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil*. Brasília – DF, Ministério da Justiça. 2014.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição. Brasília – DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. *Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública*. Publicada no Diário Oficial da União de 31 dez. Brasília – DF. 2004.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Da política nacional de recursos hídricos*. Brasília – DF. 1997.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 da Política Nacional do Meio Ambiente*. Brasília – DF. 1981.

\_\_\_\_\_. *Código Penal Brasileiro. Artigo 149*. Rio de Janeiro – RJ. 1940.

BRITO, F. B. *Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (eixo leste)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Instituto de Geociência. Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGG. Porto Alegre – RS, 370P. Junho de 2013.

CAPITAL NEWS. *Confinamento de Gado tem Queda no País*. Acesso em - <http://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=73540>. Campo Grande – MS, Junho, 2009.

Campos, José Cláudio Viégas & Oliveira, Leanize Teixeira. *Hidrogeologia da Bacia Sedimentar do Urucuia: Bacias Hidrográficas dos Rios Arrojado e Formoso*. In. Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. META A - Relatório do Estado-da-Arte. Salvador: CPRM/FINEP, 2005.

---

\_\_\_\_\_. *Hidrogeologia da Bacia Sedimentar do Urucuia: Bacias Hidrográficas dos Rios Arrojado e Formoso*. In. Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. META B - Caracterização Geológica e Geométrica dos Aquíferos - Revisão Geológica e Levantamento Geofísico. Salvador: CPRM/FINEP, 2005.

---

\_\_\_\_\_. *Hidrogeologia da Bacia Sedimentar do Urucuia: Bacias Hidrográficas dos Rios Arrojado e Formoso*. In. Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. META C -. Salvador: CPRM/FINEP, 2005.

---

\_\_\_\_\_. *Hidrogeologia da Bacia Sedimentar do Urucuia: Bacias Hidrográficas dos Rios Arrojado e Formoso*. In. Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. META D -. Salvador: CPRM/FINEP, 2005.

---

\_\_\_\_\_. *Hidrogeologia da Bacia Sedimentar do Urucuia: Bacias Hidrográficas dos Rios Arrojado e Formoso*. In. Comportamento das bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. META E -. Salvador: CPRM/FINEP, 2005.

CARTER, Miguel. *Desafiando a Desigualdade: Contestação, Contexto e Consequências*. In. Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. Org. Miguel Carter. São Paulo – SP, Editora UNESP. 2010.

CICOUREL, Aaron. *Teoria e Método em Pesquisa de Campo*. In. Desvendando Máscaras Sociais. Org. Alba Zaluar Guimarães. Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2ª edição. Rio de Janeiro – RJ. 1980.

CNA - Faculdade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Os Números do Agronegócio Brasileiro*. Acesso <http://www.faculdadecna.com.br/agronegocio>. Brasília, 2014.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. *A técnica da entrevista na pesquisa social*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre – RS. Vol. 9, p.143 – 159. 1998.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil (1985 – 2014)*. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa [Goiânia]: CPT - Nacional – Brasil, (1985 – 2014).

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO – CBHSF. *ANA presente estudos sobre aquífero*. Assessoria de Comunicação, 09 de dezembro de 2013.



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. *Relatório da PF Apontou Ação de Fazendeiros Armados Contra o Povo Xakriabá de Cocos, mas Nenhuma Medida foi Tomada*. Acessória de Comunicação CIMI. Recife – PE. Julho, 2014.

COUTINHO, Elen da Silva; GERMANI, Guiomar Inez & OLIVEIRA, Gilca Garcia. *Expansão da Fronteira Agrícola e suas relações com o Trabalho Análogo a de Escravo no Oeste da Bahia*. Brasileira – Journal for Brazilian Studies. Vol. 2, nº2, 2013.

CUNHA, Tássio Barreto. *Transposições de águas e o São Francisco*. Territorial – Caderno eletrônico de textos. Vol. 5, nº 7, 05 de novembro de 2015.

CUNHA, Tássio Barreto & CARVALHAL, Marcelo Dornelis. *Terra – Água – Trabalho: O Agrohidronegócio e a Transposição do Rio São Francisco*. Revista Pegada, Vol. 15, Nº 1 - 2014.

CUNHA, Tássio Barreto; LINHARES, Franklin Mendonça; SANTOS, José Yure & VIANNA, Costa Guedes. *Mapeamento e Tipologia dos Conflitos pela Gestão e Controle das Águas no Estado da Paraíba*. Boletim de Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM, vol. 30, nº. 2. 2012.

CUNHA, Tássio Barreto; SANTOS, José Yure Gomes dos & VIANNA, Pedro. Costa. Guedes. *Conflitos pelo Uso da Água Envolvendo a Barragem Manoel Novais (Mirorós)*. Geonordeste (UFS), vol. 18, p. 99-130, 2012.

DANTAS, Aldo & MEDEIROS, TÁSIA Hortêncio de Lima. *A geografia vidaliana e o seu contexto*. In. Introdução à ciência geográfica. Natal – RN. EDUFRN. 2008.

DIÁRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS – DCI. *Bungue e Cargill Investem na Produção de Eucalipto na Bahia*. 2008.

---

. *Oeste da Bahia Atrai R\$ 1 Bi para o Agronegócio*. Junho, 2008.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro – RJ. Editora 34. 1992.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do “Capital Financeiro na Agricultura” a Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*. Porto Alegre – RS. Editora da UFRGS, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território*. In. Desenvolvimento territorial e agroecologia. Org's. Adilson Francellin Alves, Beatriz Rodrigues Corrijo, Luciano Zanetti Pessoa Candiottto. Expressão Popular, 1ª edição, São Paulo – SP. 208.

DOURADO, José Aparecido Lima. *Das terras do Sem Fim aos Territórios do Agrohidronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG. Presidente Prudente – SP, 2015.

FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 5ª edição, Cortez Editora. São Paulo-SP, 1989. 174p.

FELICIANO, Carlos Alberto. *Estado, apropriação e concentração da terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra*. In. A questão agrária no século XII: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Org. Marco Antônio Mitidiero JR., Maria Franco Garcia & Pedro Costa Guedes Vianna. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. Cortez Editora, São Paulo – SP. Coleção Questões da Nossa Época. 2001.

\_\_\_\_\_. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005.

\_\_\_\_\_. *Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária*. In. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. V. 1, Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2013.

FLORES, Pedro Maury. *Análise Multitemporal do Avanço da Fronteira Agrícola no Município de Barreiras – BA (1988 – 2008)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB, Pós-Graduação em Geografia. 99p. 2011.

FLORES, Rafael Kruter. *Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA. Porto Alegre – RS, 2013.

FOSTER, Bellamy Jonh. *Apresentação*. In. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. Autor – István Mészáros. Tradução Ana Cotrim & Vera Cotrim. São Paulo – SP. Boitempo, 2007.

FREDERICO, Samuel & BÜHLER, Eve Anne. *Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia*. In. Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil. Org. Vicente Eudes Lemos Alves. 1ª edição. Rio de Janeiro – RJ. Consequência Editora. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In. Metodologia da pesquisa educacional. Cap. 6, 5ª edição, Cortez Editora. São Paulo-SP, 1989. 69-90p.

GALAFASSI, Guido. *Entre viejos y nuevos cercamientos: la acumulación originaria y las políticas de extracción de recursos y ocupación del território*. Theomai, n° 26, segundo semestre de 2012.

GARZON, Luis Fernando Novoa. *Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos

Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

GASPAR, Márcia Tereza Pantoja. **Sistema Aquífero Urucuia: caracterização regional e propostas de gestão.** Tese de Doutorado, Instituto de geociências, Universidade de Brasília – UNB, 2006, 158p.

GASPAR, Márcia Tereza Pantoja & CAMPOS, José Eloi Guimarães. **O Sistema Aquífero Urucuia.** Revista Brasileira de Geociências n°37: 216-226, dezembro de 2007.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GONÇALVES, REINALDO. **Novo desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. **Mais Além da Cultura: Espaço, Identidade e Política da Diferença.** In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000. p. 30 – 49.

HAESBAERT, Rogério Costa. **Des-territorialização e Identidade. A Rede “Gaúcha” no Nordeste.** EDUFF, Niterói – RJ. 1997.

\_\_\_\_\_. **“Gaúchos” no Nordeste: Modernidade, Des-Territorialização e Identidade.** Tese de doutorado em geografia, Universidade de São Paulo – USP, Departamento de Geografia. 1995.

HAESBAERT, Rogério Costa; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Nova Des-Ordem Mundial.** São Paulo-SP, Editora UNESP, Série Paradidáticos. 160p, 2006.

Harvey, David. **Do fordismo a acumulação flexível.** In. *Condição Pós-Moderna.* Tradução. Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola, 1990.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. 7ª Edição. São Paulo – SP. Edições Loyola. 2013.

HECK, Fernando Mendonça. **Territórios da Degradação do Trabalho: a saúde do trabalhador em frigorífico de aves e suínos em Toledo Oeste do Paraná.** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 9, junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da culpabilização dos sujeitos aos agravos sofridos no trabalho: uma perspectiva geográfica.** XV Jornada do Trabalho. Guarapuava – PR. 2014.

IASI, Mauro Luis. **A rebelião, a cidade e a consciência.** In. *Cidades Rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* Org. Ermínia Maricato *et. al.* Boitempo: Carta Maior, 1ª edição. São Paulo – SP. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** 2006.

---

*Histórico do Índice de Gini por Município e Censo Agropecuário.* 2015.

---

*Quantidade Produzida de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em Toneladas (1990 – 2013).* 2015.

---

*Evolução da Área Plantada de Algodão, Milho e Soja na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano em HA nos Nove Municípios com maior Produtividade (1990 – 2013).* 2015.

---

*Participação do Produto Interno Bruto em % na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano (1999 – 2012).* 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado, 2002 a 2008: Dados Revisados.* Acordo de Cooperação Técnica: Ministério do Meio Ambiente – MMA/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/IBAMA. Brasília – DF, 2009.

---

*Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite.* Acordo de Cooperação Técnica: Ministério do Meio Ambiente – MMA/IBAMA. Brasília – DF, 2011.

INSTITUTO DE DEFESA, ESTUDO E INTEGRAÇÃO AMBIENTAL – IDEIA. *Benzoato de Emamectina paralisa e mata pássaros silvestres.* Por Telma Lobão. 2014.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA. *Usuários captação subterrânea e superficial na região do Oeste Baiano.* Nota técnica do núcleo de outorga – NT 22/2015. Salvador – BA. 26 de novembro de 2015.

---

*Inventário das barragens do Oeste da Bahia.* Salvador – BA. 2015.

INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS. *Trabalho escravo no Brasil: uma herança maldita do capitalismo. Entrevista especial com Frei Xavier Plassat.* 17 de Março de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. *Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho.* Rio de Janeiro – RJ. INCA, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Mapa das terras devolutas na Bahia.* Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília – DF. 2010.

---

*Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil.* Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília – DF, 2014.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. *Água, exclusão, mercado e cobrança: um debate necessário*. I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil*. In. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

INDEXMUNDI-commodities. *Comparação entre as taxas de (des)valorização das mercadorias no mundo por grupos*. Acesso - <http://www.indexmundi.com/commodities/>. 2015.

JOBIM, Paulo Fernandes Costa *et. al.* *Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos? Uma contribuição ao debate*. Ciência e Saúde Coletiva, n° 15(1): 277-288. 2010.

JORNAL A TARDE. *Moradores defendem rios que corta Barreiras*. Salvador – BA. 07 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. *Oeste Baiano ganha maior laticínio do país*. Acesso em - <http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1665428oestebaianoganhamaiorlaticiniopais>. Salvador - BA, Setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. *A Escassez de água e o São Francisco*. Salvador – BA. Página 4. 1 de março de 1999.

JORNAL BRASIL DE FATO. *Agronegócio Brasileiro Incentiva Estrangeiros a Comprarem Terras no País*. Acesso - [www.brasildefato.com.br/audio/agroneg%C3%B3cio-brasileiro-incentiva-estrangeiros-comprarem-terras-no-pa%C3%ADs](http://www.brasildefato.com.br/audio/agroneg%C3%B3cio-brasileiro-incentiva-estrangeiros-comprarem-terras-no-pa%C3%ADs). Abril, 2007.

\_\_\_\_\_. *Apenas 10% dos Assassinatos no Campo são Julgados. , Afirma CPT. Apenas 114 pessoas foram punidas em um período onde ocorreram mais de mil assassinatos; Na maior parte das vezes, não há sequer julgamento dos suspeitos*. Março, 2015.

\_\_\_\_\_. *89% das águas utilizadas no Oeste da Bahia são destinadas para o agronegócio*. São Paulo – SP. Rádio Agência Brasil de Fato. 10 de junho de 2008.

JORNAL CORREIO 24 HORAS. *Escravidão: Extremo-Oeste registrou 90,9% dos casos na Bahia em 10 anos*. Salvador – BA, 21 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. *Potencial para Produção de Leite Atrai Investidores Internacionais para a Cidade do Oeste Baiano*. Acesso em - <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/potencial-para-a-producao-de-leite-atrai-investidores-internacionais-para-cidade-do-oeste-baiano/?cHash=291c811281b96ecb71e1afca6f07afc5>. Salvador - BA, Janeiro, 2015.

JORNAL MURAL DO OESTE. *Barreiras: internauta pede que polícia federal investigue outorgas de pivô para os rios da região*. Barreiras – BA. 06 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. *No ranking da violência São Felix do Coribe aparece em primeiro em taxa de homicídios entre municípios do interior*. Barreiras – BA, 2014.

JORNAL NOVA FRONTEIRA. *Acidente mata trabalhador rural em fazenda de São Desidério*. Barreiras, 10 de janeiro de 2015.

JORNAL NOVA FRONTEIRA. *Agentes Financeiros Oferecerão Facilidade para a Realização de Negociações na Bahia Farm Show*. Ano XXII, N° 453. Barreiras – BA, 15 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. *PCH Sítio Grande seca rio e é multada*. Barreiras – BA. 15 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. *Amauri Stracci Assume a Fundação Bahia*. Acesso em - <http://jornalnovafronteira.com.br/arquivo/20062009/LerArquivoNf.php?id=847>. Agosto, 2007.

JORNAL O EXPRESSO. *Municípios do Oeste da Bahia são Destaques na Formação do PIB da Bahia*. Luís Eduardo Magalhães – BA. 2013.

\_\_\_\_\_. *Conflito sobre Posse da Fazenda Estrondo Recrudesce*. Luís Eduardo Magalhães – BA. 2014.

\_\_\_\_\_. *Em 1972 a vazão mínima dos rios do Oeste já era igual as de hoje*. Luís Eduardo Magalhães – BA. 10 de maio de 2016.

JORNAL O ESTADÃO. *Ameaça ao Cerrado se Volta ao Norte: com mais de 50% da área destruída ou alterada, cerrado registra migração do desmate para região preservada*. São Paulo – SP, Setembro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Incrá Ascende Sinal de Alerta Contra a Compra de Terras por Estrangeiros: Propriedades Rurais Atraem Cada Vez Mais Fazendeiros de Outros Países, Investidores e Também Ambientalistas*. 2007.

\_\_\_\_\_. *Vanguarda Agro Planeja Vender 42 mil Hectares. Venda de Terras em Minas, Piauí e Ceará faz Parte da Estratégia de Abandonar a Produção de Biodiesel*. Junho, 2012.

JORNAL ONLINE NOVOESTE. *Setor Produtivo Devolve 90 mil Embalagens Vazias de Agrotóxicos*. Barreiras – BA, 2013.

\_\_\_\_\_. *Praga Deixará Prejuízo de R\$ 1 Bilhão*. Barreiras – BA. Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. *PCH (Neoenergia) secou o Rio das Fêmeas*. Barreiras – BA. 15 de outubro de 2010.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. *Agrícola Xingu tem Prejuízo Líquido de Quase R\$ 56 Milhões em 2013*. Acesso em <http://www.valor.com.br/agro/3725856/agricola-xingu-tem-prejuizo-liquido-de-quase-r-56-milhoes-em-2013>. Outubro, 2014.

\_\_\_\_\_. *Negócios com terras perdem vigor no país*. Acesso - <http://www.valor.com.br/agro/3409390/negocios-com-terras-perdem-vigor-no-pais>. São Paulo - SP, Janeiro, 2014.

LACOSTE, Yves. *Pesquisa e Trabalho de Campo*. Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal. Lógica dialética*. Rio de Janeiro – RJ. Civilização Brasileira, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. *As classes sociais e o Estado*. In. O Estado e a revolução. São Paulo – SP. Hucitec. 1983.

LIMA, Angelita Pereira de; *et al.* *Cerrado Made in Brazil: Apropriação do Território Cerradeiro Por Grupos Estrangeiros*. Biotek Instituto de Estudos Socioambientais – IESA da Universidade Federal de Goiás – UFG. 2010.

KAYSER, Bernard. *O Geógrafo e a Pesquisa de Campo*. Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.

KRAYCHETE, Gabriel; COMERFORD, John. *Oeste Baiano: os movimentos sociais face ao novo cenário regional*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

LUKÁCS, György. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 1968.

LUXERMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Volume II. Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo – SP. Abril Cultural. 1984.

KAYSER, Bernard. *O Geógrafo e a Pesquisa de Campo*. Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.

MARRE, Jacques A. L. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNOESTE, 1991.

MARX, Karl. *Introdução à contribuição à crítica da economia política*. In. Contribuição à crítica da economia política. 2ª edição. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2008.

\_\_\_\_\_. *Assim chamada acumulação primitiva*. In. O Capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo – SP. Boitempo. 2013.

MARTINS, José de Souza. *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*. In: Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Ed. Vozes, 5ª edição. Petrópolis – RJ. 1981.

\_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. 9ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo – SP. Ed. Contexto. 2015.

\_\_\_\_\_. *FRONTEIRA: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo – SP. Ed. Contexto. 2014.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 4ª edição. Petrópolis – RJ. Vozes. 2012.

MASSEY, Doreen. *Um sentido global do lugar*. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico*. Outubro revista. Outubro nº 21. 2º semestre 2013.

MAY, Tim. *Observação participante: perspectivas e práticas*. In: Pesquisa Social. Questões, Métodos e Processos. Tradução, Carlos Alberto Silveira Netto Soares. ARIMED Editora, 3ª edição. Porto Alegre – RS. 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. & MESQUITA, Helena Angélica. *O Agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re) existências*. In: I Encontro Latino-americano Ciências Sociales y Represas, 2007, Salvador (BA). CD-Room, Salvador, 2007. p. 1-17.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás*. Revista Pegada – vol. 16, n. especial da XV Jornada do Trabalho. 2015.

MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2006.

MÉSZÁROS, István. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. In. O desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Capital: a contradição viva*. In. Socialismo ou Barbárie. São Paulo, - SP. Boitempo. 2003.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução: Isa Tavares. São Paulo, Ed. Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo – SP. Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Crise Estrutural Necessita de Mudança Estrutural*. Texto Conferência de abertura – II Encontro São Lázaro, 70 anos FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2011.



\_\_\_\_\_. *A montanha que devemos conquistar: reflexões a cerca do Estado*. 1ª edição. São Paulo – SP. Boitempo. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. *Financiamento Estatal dos Planos Safras Nacionais em Bilhões (1999/2000 – 2015/2016)*. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC / SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. *Empresas Exportadoras Por Faixa de Valor U\$\$ (JAN/DEZ – 2014) na Bahia*. Sistema FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia. 2014.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Vídeo Institucional da Ferrovia Oeste-Leste*. Acesso em - [https://www.youtube.com/watch?v=\\_ULCpzZS4uo](https://www.youtube.com/watch?v=_ULCpzZS4uo). 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *Fluxos Internos da Soja no Cerrado Baiano*. Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado. Vol. 1. Brasília – DF, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF: *autos nº 1.00.000.001836/2013-07*. Procuradoria da República em Barreiras – BA. 2013.

\_\_\_\_\_. *autos nº 1.00.000.001659/2013-51*. Procuradoria da República em Barreiras – BA. 2013.

MITIDIERO JR., Marco Antônio. *A Crise do Capital Global e suas Consequências na Apropriação da Natureza e do Trabalho*. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG. Vitória – ES, Agosto de 2014.

MOREIRA, Emília R. *et al. A questão agrária brasileira no século XXI: dinâmicas e conflitos territoriais*. João Pessoa: Departamento de Geociências - DGEOC/Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Projeto de Pesquisa, 2011.

MOREIRA, Ruy. *Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o Diálogo das ontologias)*. GEOgraphia, Vol. 6, Nº 11. 2004.

\_\_\_\_\_. *Do Espaço da Mais Valia Absoluta ao Espaço da Mais Valia Relativa: Os Ordenamentos da Geografia Operária no Brasil*. Terra Livre, São Paulo – SP. Ano 27, Vol. 1, nº 36. P. 45-68. 2011.

\_\_\_\_\_. *O capítulo 24 e o segredo da atualidade analítico-estrutural do capital de Marx*. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p. 9-19, V.11, n.16, jul-dez.2015.

NAKAMURA, Thamilin Costa; SANTOS, José Yure Gomes dos; FISTAROL, Pedro Henrique Bagnara. *Análise da variabilidade pluviométrica na bacia do rio de Ondas (Ba) a partir de diferentes métodos de interpolação*. Anais do XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, Aracajú – SE. 2016.

NERY, Hernane Magalhães; GERMANI, Guiomar Inez & OLIVEIRA, Gilca Garcia. *Frente agrícola da Bahia: plantando relações de trabalho análogas à escravidão*. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. UFPE, Recife-PE. 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Propriedade, Posse e Exploração da Terra: Domínio Fundiário na Região Oeste da Bahia, Século XIX*. In: Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Organizadores). São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

\_\_\_\_\_. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Questão da Aquisição de Terras Por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês*. AGRÁRIA, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010.

\_\_\_\_\_. *Agricultura e indústria no Brasil*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. XII colóquio internacional de geocrítica. 2012.

\_\_\_\_\_. *A Questão Agrária no Brasil*. Slides da IX Semana de Geografia da UNESP, Campus experimental de Ourinhos – SP. O espaço brasileiro contemporâneo: leitura sobre campo, cidade e região. 2013.

OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Gilca Garcia; GERMANI, Guiomar Inez & BORBA, Ludiara Barbosa. *Caracterização e incidência do trabalho análogo a escravo no estado da Bahia*. In: Bahia Análise & Dados Bahia Análise & Dados, v. 20, p. 255-271. 2010.

OLIVEIRA, Gilca Garcia *et. al.* *Trabalho análogo a de escravo na Bahia: desmascarando o explorador*. Brasiliana – Journal for Brazilian Studies. Vol. 2, n°2, 2013.

OLIVEIRA, Jaqueline da Silva. *Algumas Reflexões Acerca da Disputa pela Água no Pontal do Paranapanema: Movimentos Sociais e os Conflitos que Permeiam o Agrohidroterritório*. Revista Pegada – vol. 9 n.2, 2008.

PAULA, João Antônio de. *Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil*. In: Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro-RJ, Lamparina. 2010.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *Da geografia que se ensina a gênese da geografia*. 3ª edição – Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

PERPETUA, Guilherme Marini. *Da Construção do Objeto à Operacionalização de Uma Pesquisa em Geografia: Uma Proposta para a Objetivação da Pilhagem Territorial e da Degradação do Trabalho*. Texto apresentado como requisito parcial para a obtenção dos créditos da disciplina “Metodologias de pesquisa qualitativa em Geografia”, ministrada pelo Prof. Dr. Nécio Turra Neto, na FCT/UNESP. 2013.

\_\_\_\_\_. *Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista*. Revista Pegada – vol. 14 n.1. 2013.

\_\_\_\_\_. *Territórios e territorialidades em conflito: apontamentos para uma conceitualização centrada no trabalho e no espaço rural*. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: agosto de 2014.

PERPETUA, Guilherme Marini & Antônio Thomaz JR. *Novo Desenvolvimentismo, expansão territorial do capital arbóreo-celulósico e degradação do sujeito-que-trabalha no brasil: uma agenda de pesquisa*. XV Jornada do Trabalho. Guarapuava – PR. 2014.

PERTILE, Vilson Rogério. *Relato da Experiência do Grupo Mizote*. 9º Congresso Brasileiro do Algodão. Brasília – DF, Setembro de 2013.

PIGNATI, Wanderlei Antônio. *O processo saúde-trabalho-doença, os sindicatos e os desafios para a vigilância em saúde do trabalhador*. In. O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. Org. Edvânia Ângela de Souza Lourenço & Vera Lúcia Navarro. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2013.

PIGNATI, Wanderlei Antônio & MACHADO, Jorge Mesquita Huet. *O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do estado de Mato Grosso*. In. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Org. Carlos Minayo, et. al. Rio de Janeiro – RJ. Ed. Fiocruz. 2011.

PITTA, Inez. *História de Barreiras (em fascículos)*. Barreiras – BA, 1992.

PLANALTO, Presidência da República. *Matopiba: Área econômica será instituída na última fronteira agrícola do País*. Acesso - <http://blog.planalto.gov.br/matopiba-area-economica-sera-instituida-na-ultima-fronteira-agricola-do-pais/>. Brasília – DF, Abril de 2015.

PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO – G1 BAHIA. *Com chuva, Santa Maria fica alagada e moradores recorrem a barcos*. Salvador – BA. Janeiro de 2016.

PORTAL SUL DA BAHIA. *Barreiras: Policiais querem entregar presos por conta da lotação*. Itabuna – BA, 09 de dezembro de 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Espaço e poder em questão: uma perspectiva desde a subalternidade*. In. A questão agrária no século XII: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Org. Marco Antônio Mitidiero JR., Maria Franco Garcia & Pedro Costa Guedes Vianna. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2015.

PRADO JR., Caio. *Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista*. Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1973). Copyright. 2002.

QUEIROZ, Eduardo Pessoa de. *A Formação Histórica da Região do Distrito Federal e Entorno: Dos Municípios-Gênese à Presente Configuração Territorial*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB, Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG. Brasília – DF. 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução. Maria Cecília França. São Paulo – SP. Editora Ática. 1993.

REDE CERRADO. *Correntina: “Fora Mizote” Vence mais uma Batalha*. Acesso em - <http://www.redecerrado.org.br/index.php/saladeimprensa/noticias/369correntinafora-mizotevencemaisumabatalha>. Fevereiro, 2014.

\_\_\_\_\_. *Carta aberta à ministra do meio ambiente*. Barreiras, 8 de julho de 2015.

RELATÓRIO DA COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final: Violações de Direitos no Campo (1946 – 1988)*. Brasília – DF, Dezembro, 2014.

REVISTA A GRANJA. *O Economista que Acreditou na Terra Distante*. Acesso em - <http://www.edcentaurus.com.br/materias/granja.php?id=1899>. Janeiro, 2009.

REVISTAA.NET. *Júlio Busato: de 850 a 40 mil Hectares*. Acesso - <http://www.revistaa.net/reportagens/julio-busato-de-850-a-40-mil-hectares/#.Vk9eRfmrTIU>. Junho, 2014.

REVISTA CAFEICULTURA. *George Soros no Brasil : Um dos maiores investidores do mundo, George Soros investe em Café no Oeste Baiano*. Acesso - <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=10781>. 2007.

REVISTA DINHEIRO RURAL. *A Senhora da Terra. A gaúcha SLC Agrícola quer cultivar 700 mil hectares do Cerrado brasileiro na safra 2020/2021*. Acesso - <http://dinheirorural.com.br/secao/capa/senhora-da-terra>. Correntina, Março, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Algodão de Volta ao Topo*. Acesso em - <http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/algodao-de-volta-ao-topo>. Agosto, 2010.

REVISTA EXAME. *Os Novos Donos da Terra*. Acesso em - <http://exame.abril.com.br/revistaexame/edicoes/933/noticias/novosdonosterra408010>. Dezembro, 2008.

REVISTA GLOBO RURAL. *Leite Kiwi-baiano. Neozelandeses Adotam Sistema de Produção a Pasto em Piquetes Irrigados por Pivôs Centrais no Oeste da Bahia e Revolucionam a Pecuária Leiteira no Brasil*. Acesso em - <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT16126218283,00.html>. Agosto, 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria. *Saúde ambiental & saúde dos trabalhadores: uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho*. Rev. Bras. Epidemiologia. Vol. 6, Nº 4, 2003.

\_\_\_\_\_. *Dinâmicas, processos e confrontos no desenvolvimento do capital no espaço agrário*. Slides Apresentado no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, campus João Pessoa - PB. 2013.

RIGOTTO, Raquel *et. al.* *Saúde do Trabalhador e questão ambiental*. In. O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. Org. Edvânia Ângela de Souza Lourenço & Vera Lúcia Navarro. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2013.

RIGOTTO, Raquel & AGUIAR, Ada Cristina Pontes. *Modelo Produtivo do Agronegócio, agrotóxicos e saúde humana*. In. A questão agrária no século XII: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Org. Marco Antônio Mitidiero JR., Maria Franco Garcia & Pedro Costa Guedes Vianna. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. *Não há inimigo pior do conhecimento que a terra firme*. Tempo Social, Revista Social. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Vol. 11, Nº 1, 189-195. Maio de 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política da água. 1. ed. São Paulo - SP: Annablume, v. 1. 162 p. 2008.

RIENTE, Rodrigo Trindade. *Capital Produtivo, Capital Financeiro, Transnacionais e Câmbio*. Blog Cenário Internacional - <http://cenario-internacional.blogspot.com.br/2006/12/artigo-capital-produtivo-capital.html>. 2006.

Rocha, Genival Fernandes; *et. al.* *Detecção de desmatamentos no bioma cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos*. Revista Brasileira de Cartografia Nº 63/03, 2011.

SAUER, Sérgio & ALBUQUERQUE, Ralph de Medeiros. *Neoextrativismo, mineração e disputas por terra no campo brasileiro*. In. A questão agrária no século XII: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. Org. Marco Antônio Mitidiero JR., Maria Franco Garcia & Pedro Costa Guedes Vianna. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2015.

SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos Santos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do & LOBÃO, Jocimara Souza Britto. *Modernização da Agricultura e Ocupação de Cerrados no Oeste Baiano*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.

SANTOS, Crisliane Aparecida Pereira dos. *Dinâmica da Paisagem e a Fragilidade Natural e Antrópica da Fronteira Agrícola no Oeste da Bahia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, 2014.

SANTOS, Ludiara Fernanda Borba dos. ***O papel do Estado no combate ao trabalho análogo ao de escravo na Bahia***. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Faculdade de Ciências Econômicas. Salvador – BA. 2011.

SANTOS, Milton. ***Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia***. Hucitec. São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. ***A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção***. 2ª Edição. Editora Hucitec, São Paulo – SP. 1997.

SANTOS, Rosselvelt José. ***Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico***. Sociedade & Natureza, vol. 11, Uberlândia-MG. 1999, 111-125p.

SAQUET, MARCOS AURÉLIO. ***Abordagens e Concepções sobre Território***. Ed. Expressão Popular, São Paulo-SP. 2007.

\_\_\_\_\_. ***Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão***. In. Estudos territoriais na ciência geográfica. Org. Marcos Aurélio Saquet. 1/[edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2013.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. ***Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil***. RESR, Piracicaba-SP, vol. 50, n° 3, p. 503-524, Jul/Set. 2012.

\_\_\_\_\_. ***Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão***. In. Estudos territoriais na ciência geográfica. Org. Marcos Aurelio Saquet. Outras Expressões 1ª edição. São Paulo – SP, 2013.

SCHUSTER Hans Dieter Max *et.al.* ***Estudos hidrogeológicos do aquífero Urucuia no Oeste Baiano para obtenção de parâmetros nas outorgas de mananciais subterrâneos***. XVI Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, São Luiz – MA, 2010.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO – SECOM, Governo de Tocantins – TO. ***Empresários Baianos Buscam Parceria com o Governo de Tocantins***. 2007.

SICSÚ, JOÃO; PAULA, LUIZ FERNANDO DE & MICHEL, RENAUT. ***Por que novo-desenvolvimentismo?*** Revista de Economia Política, vol. 27, n° 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

SEONE, José. ***Neoliberalismo y ofensiva extractivista: actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América***. Theomai, n° 26, segundo semestre de 2012.

SILVA, Armando Corrêa da Silva. ***A aparência, o ser e a forma (Geografia e Método)***. Universidade de São Paulo – USP. Revista GEOgraphia – Ano II – N° 3 – 2000.

SILVA, Manuel Carvalho da. ***Trabalho, globalização e saúde do trabalhador: promoção da saúde e da qualidade de vida***. In. Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI / André Luís Vizzaccaro-Amaral, Daniel Pestana Mota, Giovanni Alves , (organizadores) . — São Paulo : LTr, PP.21-36, 2011.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica*. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132 – 175.

SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Monçano & CUNHA, Tássio Barreto. *Water, land, socioterritorial movements, labour, and capital: territorial disputes and conflictuality in Brazil*. In. *Agriculture, environment and development international: perspectives on water, land and politics*. University of Edinburgh. Edinburgh. United Kingdom. 2016.

SOBRINHO, José de Sousa. *O Camponês Geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra*. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. 436p. 2012.

SPAGNOLO, Thiago Felipe de Oliveira. *Análise da Dinâmica Espacial da Expansão Agrícola no Oeste Baiano entre 1984 e 2008: Estudo de Caso no Município de São Desidério-BA*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília – UNB. Departamento de Geografia. Brasília – DF, 2011.

SOUSA, Rodrigo Vitor Barbosa; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes & CELLIGOI, André. *Considerações acerca do regime hidrológico do rio Tibagi - PR e suas relações com o regime pluviométrico*. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 4, V.10, N.1, p.233-239, 2014.

THIOLENT, Michel Jean Marie. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. Editora Polis, 5ª Edição. 1987.

THOMAZ JR., Antônio. *O mundo do trabalho e as transformações territoriais: Os limites da 'leitura' geográfica*. PEGADA, V.3, N.1, 2002.

\_\_\_\_\_. *“Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula*. Revista Pegada, Vol. 4, nº 1, 2003.

\_\_\_\_\_. *Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil*. Geografia e Trabalho no Século XXI – Vol.2. 2004.

\_\_\_\_\_. *Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil)*. Revista Pegada, vol. 7 (1). 2006.

\_\_\_\_\_. *Por uma cruzada contra fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado*. Revista Pegada – vol. 9, n. 1. P. 08-34, junho de 2008.

\_\_\_\_\_. *Por uma geografia do trabalho!* In. *Uma geografia em movimento*. Org. Eliseu Savério Spósito & João Lima Sant’Anna Neto. São Paulo – SP, Expressão Popular. 2010.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas e a Nova Geografia da Produção de Alimentos*. Reforma Agrária em Dados. 2012.

\_\_\_\_\_. *Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora*. Revista Pegada – vol. 14 n.2, dezembro, 2013.

\_\_\_\_\_. B. *Slides da Disciplina Geografia do Trabalho*. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, campus Presidente Prudente – SP. 2013.

\_\_\_\_\_. C. *Emergências teóricas, movimento despercebido/negado da plasticidade do trabalho no processo metabólico e (des) pertencimento de classe*. In. O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. Org. Edvânia Ângela de Souza Lourenço & Vera Lúcia Navarro. 1ª edição. São Paulo – SP. Outras Expressões. 2013.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema*. Revista Pegada – vol. 15 n°2. 2014.

\_\_\_\_\_. *Conflitos territoriais pelo acesso à terra e à água e a dinâmica geográfica do trabalho*. Anais da XVI Jornada do Trabalho. Jardim – MS. 2015.

THOMAZ JR., A.; LEAL, Antônio César.; GUIMARÃES, Raul Borges.; LUCHIARI, Ailton. *Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)*. Scripta Nova - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 [Nueva serie de Geo Crítica. ISSN: 1138-9788. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418.htm>. 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. In. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Tradução : Antonio Luigi Negro. Campinas – SP. Ed. Unicamp, 2001.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. *Considerações a respeito das águas outorgadas para irrigação no Alto Sertão sergipano: quando a luta pelo acesso à terra não mira o acesso a água*. Anais da XVI Jornada do Trabalho. Jardim – MS. 2015.

TOVAR, Luisa & VITORINO, Nuno. *A privatização da água*. Associação Água Pública. Lisboa – Portugal. 2008.

TURRA NETO, NÉCIO. *Pesquisa qualitativa em Geografia*. Encontro Nacional de geógrafos – ENG, 2012.

VALE, Raquel de Matos Cardoso do; REIS, Simony Lopes da Silva. *A bacia Hidrográfica do Rio Preto: repercussões ambientais de um modelo agroeconômico industrial*. In. Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco. Org's. Clóvis Caribé & Raquel Vale. Ediditora UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana – BA. 2012.



VISION BRAZIL INVESTMENTS. *Estratégias dos Fundos de Participação no Brasil*. Org's. Amaury JR & Fabio Greco. ANBIMA, Maio de 2013.

ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução, Maria Beatriz Medina. São Paulo – SP: Boitempo. 2012.

## ANEXOS



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Promotoria de Justiça  
REGIONAL AMBIENTAL  
Rua Guarujá, nº 920, Bairro Jd. Imperial, CEP 47.804-260  
Barreiras - Bahia  
Telefax: (77) 3611-4806/5628

**Ofício nº: 52/2014**

Ref.: Atendimento SIMP nº 593.1134.81893/2014 (em resposta, favor mencionar este número).

Barreiras, 12 de agosto de 2014.

**Ilustríssimo Senhor**

**Tássio Barreto Cunha**

Rua Gilberto Bezerra, Nº 140, Morada Nobre – e-mail: [tassiocunha@gmail.com](mailto:tassiocunha@gmail.com) –

Tels.: 0xx18-98194-4414 / 0xx74-9991-9575

Barreiras - Bahia

Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente para informar a Vossa Senhoria que o expediente protocolado nesta Promotoria de Justiça solicitando apoio no sentido de obter informações dos órgãos CERB, EMBASA, INEMA e ADAB foi encaminhado aos órgãos correlatos, conforme cópias dos ofícios que seguem em anexo.

Atenciosamente,

**Eduardo Antônio Bittencourt Filho**  
Promotor de Justiça Regional Ambiental





593.1134.81893 / 2014  
Ministério Público da Bahia  
Escritório Regional Barreiras  
Recebido em \_\_\_\_\_  
as \_\_\_\_\_ horas  
Ass. \_\_\_\_\_

Barreiras-BA, 11 de agosto de 2014.

**OF. INEMA UROESTE Nº 83 / 2014**

**Referência: Resposta ao ofício nº 50/2014 - MP/BA, Atendimento SIMP nº 593.1134.81893/2014.**

**Excelentíssimo Senhor Eduardo Antônio Bittencourt Filho,**

O ofício do Ministério Público da Bahia nº 50/2014 protocolado na Unidade Regional do INEMA foi encaminhado à diretoria pertinente para as devidas providências.

Atenciosamente,

**SAUL DE SOUZA CAVALCANTE REIS**  
Coordenador Regional UR Oeste/INEMA

Saul de Souza Cavalcante Reis  
Coordenador Regional UR Oeste/INEMA  
Mat. 5.354.123  
CEP/BA 297-25  
COGED INEMA / BARREIRAS

Exmº.Sr. **Eduardo Antônio Bittencourt Filho**

Ministério Público do Estado da Bahia / Promotor de Justiça Regional Ambiental  
Rua Guarujá, nº 920, Bairro Jardim Imperial, CEP 47.804-260, Barreiras – BA

Salvador, 26 de novembro de 2015.

**OF. DIREG N° 03718/2015**

**Referência: Atendimento SIMP N. 593.1134.81893/2014 - Resposta de Ofício N° 50/2014 do Ministério Público do Estado da Bahia**

**Prezado Senhor,**

Em resposta à solicitação do Ofício N° 050/2014 do Ministério Público do Estado da Bahia referente aos dados de usuários outorgados na região Oeste do estado da Bahia, enviamos Nota Técnica 22/2015 anexa com as informações disponíveis.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



**MÁRCIA CRISTINA TELLES DE ARAÚJO LIMA**  
Diretora Geral

Ilmo. Sr.  
Eduardo Antônio Bittencourt Filho  
Promotor de Justiça Regional Ambiental  
Promotoria de Justiça Regional Ambiental - Ministério Público do Estado da Bahia  
Rua Guarujá, N. 920, Bairro Jd. Imperial  
CEP: 47.804-260 – Barreiras - BA  
Telefone: (71) 9609-9333





Barreiras- BA, 02 de Outubro de 2014

Of. Coreg nº 061/2014


Senhor Promotor,

Lista do Público da Bahia  
Tribunal Regional Barreiras  
03/10/2014  
Horas  
[Assinatura]

Em atenção ao Ofício nº: 51/2014, de 06/08/2014, referente atendimento SIMP nº 593.1134.81893/2014 que encaminhou a esta ADAB solicitação do Sr. Tássio Barreto Cunha, remetemos, em anexo, listagem dos agrotóxicos utilizados na região Oeste da Bahia.

Renovamos votos de estima e consideração.

Respeitosamente.

  
Leonardo Tarcísio P. Fonseca  
Gerente Técnico / ADAB  
Cad.: 83.526.092-9

Ao Exmo. Sr.  
Eduardo Antonio Bittencourt Filho  
Promotor de Justiça Regional Ambiental  
Nesta.